UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FERNANDO SARTI FERREIRA

**TRIÊNIO TRÁGICO: FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS E CONFLITO
SOCIAL EM BUENOS AIRES, 1919-1921**

(VERSÃO REVISADA)

São Paulo
2014

FERNANDO SARTI FERREIRA

**TRIÊNIO TRÁGICO: FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS E CONFLITO
SOCIAL EM BUENOS AIRES, 1919-1921**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Econômica da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em
História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira
Secco

De acordo,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'L. Secco', is written over a faint, light blue circular stamp.

São Paulo
2014

Nome: Fernando Sarti Ferreira

Título: Triênio Trágico: flutuações econômicas e conflito social em Buenos Aires, 1919-1921.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradecer à minha família, como se o papel que esta cumpriu na minha formação fosse mera obra do acaso, não seria algo coerente com o ofício de historiador. Que mais um descendente da corrente migratória europeia para este país avance em sua formação para muito além da média nacional, nada mais significa que a perpetuação dos efeitos humanamente desastrosos para nosso país da política de branqueamento de sua população e da consequente exclusão de sua parcela afrodescendente impulsionada por nossas elites e Estado. Por afeto e afinidade, agradeço ao meu velho pai Ricardo José Ferreira, à Gabriela Sarti Ferreira, Francisco Sarti Ferreira e Dulce Ferreira.

Em minha passagem pela graduação, em primeiro lugar, agradeço a João Riveros, José Raimundo Ribeiro Júnior e Douglas Anfra, colegas e figuras de referência durante meus primeiros anos na Universidade de São Paulo. Nesta trajetória, em meio aos conflitos que caracterizaram esta universidade durante os últimos sete anos, pude ainda contar com o companheirismo e a amizade de um grupo essencial para minha formação. Ao Bonde da História, não apenas agradeço, como em boa parte dedico este trabalho, especialmente ao Danilo Nakamura, Luís Branco, Marcos Longo e Rafael Pacchiega. Aos companheiros de discussões do grupo de estudos Ditadura e Fascismo, Ricardo Buzzo, Tatiana Beltrão, Eduardo Chammas, Lucas Monteiro e Fernando Monteiro, com quem compartilhei leituras fundamentais em meu processo de formação. Devo agradecer também ao convívio e amizade de Mariana Toledo, Lidiane Soares Rodrigues e Victor Vigneron. À Lea Lamerinhas, Gustavo Prieto e Elisa Favaro, não apenas pela amizade, mas por me propiciarem a possibilidade nestes últimos tempos de voltar a um grupo de estudos. Por fim, agradeço aos queridos amigos Gabriel Zacarias e Gisela Anauate, que neste momento vivem uma experiência muito especial.

Dos professores do departamento de História da Universidade de São Paulo, agradeço à Marisa Midori Deaecto, Ana Paula Torres Megiani, Gabriela Pellegrino, Wilson do Nascimento Barbosa e Alexandre de Freitas Barbosa, mas especialmente ao professor Lincoln Secco, cuja convivência fraterna e sua confiança foram elementos fundamentais para a realização deste trabalho. Ao professor Rodrigo Ricupero, coordenador do programa de Pós-Graduação em História Econômica, e a equipe de funcionários da secretária do Departamento de História, também devo dedicar meus agradecimentos.

À Rosa Souza Gomes, Eduardo Bellandi, Ciro Yoshiasse, Vivian Nani Ayres e a todos os membros do GMarx, devo agradecer pelo espaço de discussões e reflexões, tão importante para este trabalho, amigos que me apoiaram na leitura durante este último e agitado ano.

Aos meus novos colegas de escola, Rogê Carnaval, e André Aquino, agradeço-os por tornar o ambiente de trabalho muito mais leve, especialmente na reta final deste trabalho.

Uma parte significativa deste trabalho se desenvolveu em território argentino. Assim, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Ulisses Rafael, com quem desembarquei pela primeira vez no terminal de ônibus de Retiro em algum momento perdido do começo da década passada. À Fernando Flores, pelo grande e hospitaleiro coração. À André Carrasco e Aline Duvoisin, por me acolherem. À Pablo Maiztegui, Natalia Cantarelli e a Juliana Udi, pela fundamental companhia. Durante minha passagem pela UBA, devo agradecer especialmente à Martin Manuli e Janna Franziska, e ao professor Hernán Camarero, em cujo seminário este trabalho começou a nascer.

Devo agradecer também aos funcionários do CeDInCI, à Patrícia, da Biblioteca Torquinst, e a Julio Borzone, da Biblioteca Sindical Maderera 17 de Octubre, pela simpatia e ajuda em minha busca por fontes e materiais de pesquisa, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Apesar de envolver de alguma forma um número enorme de pessoas na feitura deste trabalho, gostaria de deixar claro que todos os possíveis equívocos e insuficiências deste são de minha total e exclusiva responsabilidade.

O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol.

Eclesiastes, 1:9

RESUMO

FERREIRA, F. S. **Triênio trágico: flutuações econômicas e conflito social em Buenos Aires, 1919-1921**. 2014. 321 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A história do século XX teve como grande divisor de águas a Primeira Guerra Mundial. Por mais que o conflito tenha devastado apenas partes do Velho Mundo, este foi seguido do que Eric Hobsbawm chamou de “um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado”. A militarização da economia e a crise do fim da guerra foram fenômenos mundiais, assim como o acirramento das lutas sociais. A Argentina, como uma das principais economias da América do Sul, não ficou imune à estas perturbações, transformando a cidade de Buenos Aires durante este período em um importante palco de mobilizações operárias. Este trabalho, que tem como principal objeto de investigação a trajetória da *Federación Obrera Regional Argentina IXª* e sua interação com o Estado, patronais e outras agrupações operárias e de esquerda, pretende realizar uma análise desse período, relacionando os efeitos das flutuações econômicas desencadeadas pela guerra com a ascensão e o refluxo das mobilizações operárias naquela cidade.

Palavras-chave: Argentina; movimento operário; Primeira Guerra Mundial; sindicalismo; greve.

ABSTRACT

FERREIRA, F. S. **Tragic triennium: economic fluctuations and social conflict in Buenos Aires, 1919-1921**. 2014. 321 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The history of the twentieth century had as its great watershed the First World War. As the conflict had devastated only some parts of the Old World, it was followed by what Eric Hobsbawm has called "a kind of truly global collapse, felt at least everywhere where men and women were involved or were using the impersonal transactions of market". The militarization of the economy and the war crisis were a global phenomenon, as well as the intensification of social struggles. Argentina, as one of the leading economies in South America, was not immune to these disorders, transforming the city of Buenos Aires during this period into an important stage for workers mobilizations. This work, which has as its main object the investigation of the trajectory of the *Federación Obrera Regional Argentina IXth* and its interaction with the state, employers and other workers and leftist groups, intends to conduct an analysis of this period, in which the effects of the economic fluctuations triggered by war relate to the rise and flow of workers mobilizations in that city.

Key-words: Argentina; labor movement; First World War; unionism; strike.

LISTA DE SIGLAS

AFL American Federation of Labor

AT Asociación del Trabajo

BP Balança de Pagamento

CC Conta Corrente

CE Comitê Executivo

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CF Conselho Federal

CGT Confédération générale du travail

CK Conta Capital

CORA Confederación Obrera Regional Argentina

DNT Departamiento Nacional del Trabajo

FAA Federación Agraria Argentina

FF Federación Ferroviaria

FGB Federación Gráfica Bonaerense

FLT Federación Local Tucumana

FOF Federación Obrera Ferroviaria

FOLB Federación Obrera Local de Buenos Aires

FOM Federación Obrera Maritima

FORA Federación Obrera Regional Argentina

FORA IX^a Federación Obrera Regional Argentina do IX Congresso

FORA V^o Federación Obrera Regional Argentina V Congresso

FORAC Federación Obrera Regional Argentina Comunista

FPTV Federación Postal Telegráfica, Sección Uniformados

FPTVSP Federación Postal Telegráfica, Sección Postales de la Capital Federal

FSI Federación Sindical Internacional

IC Internacional Comunista

IPC Índice de Preços ao Consumidor

IWW Industrial Workers of the World

LPA Liga Patriótica Argentina

OIT Organização Internacional do Trabalho

PC Partido Comunista

PIB Produto Interno Bruto

PS Partido Socialista

PSA Partido Socialista Argentino

PSI Partido Socialista Internacional

SEM Sociedad Escultores en Madera

SESA Sindicato de Ebanistas, similares y anexos

SLC Sociedad Lustradores de Calzado

SOC Sociedad de Obreros Curtidores

SOSCA Sindicato Obreros Sastres, Costureras y anexos

SPD Sozialdemokratische Partei Deutschlands

SROPC Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto de la Capital

UCR Unión Cívica Radical

UGT Unión General de los Trabajadores

UIA Unión Industrial Argentina

UOM Unión Obreros Municipales

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Balança de pagamentos, 1912-1921 (em milhares de dólares de 2009).....	74
Tabela 2.2: Importações de bens de capitalização e reprodução (1910 = 100).....	77
Tabela 2.3: Índice de preços ao consumidor, ano base 1910	83
Tabela 2.4: Salário industrial real.....	84
Tabela 2.5: FORA IX ^a	88
Tablela 2.6: FOLB (FORA V ^o)	89
Tabela 2.7: La Fraternidad.....	89
Tabela 2.8: Relação entre número de grevistas e resultado das reivindicações	94
Tabela 2.9: Greves e grevistas na cidade de Buenos Aires por ramo de atividade, 1916-1921.	98
Tabela 3.1: Eleições na cidade de Buenos Aires, 1914-1922: vencedores por circunscrições com população predominantemente operária.	127
Tabela 4.1: Diferença de votos entre as eleições para a Câmara de Deputados nas circunscrições predominantemente operárias na cidade de Buenos Aires, 1918-1919.....	156
Tabela 4.2: Variação percentual do total de votos e dos votos na UCR e no PS, 1918-1919 (circunscrições majoritariamente operárias).....	156
Tabela 4.3: Variação percentual do total de votos e dos votos na UCR. e no PS, 1918-1919 (outras circunscrições).	157
Tabela 6.1: Composição do CF da FORA IX ^a eleito no XI ^o Congresso	276

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 : Evolução da população. Buenos Aires, cidade e área rural (1778-1869)	32
Gráfico 1.2: Principais exportações argentinas, em toneladas (1810-1870)	34
Gráfico 1.3: Evolução dos preços por atacado da arroba de lã em Buenos Aires (1822-1860)	37
Gráfico 1.4: Produtos consumidos, por ramo de produção	61
Gráfico 2.1: Exportações argentinas (1912-1921).....	71
Gráfico 2.2: PIB à preços constantes por setor.....	75
Gráfico 2.3: Investimentos internos em equipamentos x PIB industrial	76
Gráfico 2.4: Pessoal ocupado na cidade de Buenos Aires, 1914-1919	81
Gráfico 2.5: Número de greves em Buenos Aires (1907-1939).....	85
Gráfico 2.6: Grevistas em Buenos Aires (1907-1939)	85
Gráfico 2.7: Jornadas de trabalho perdidas em Buenos Aires (1907-1930).....	86
Gráfico 2.8: Relação percentual das reivindicações dos trabalhadores grevistas em Buenos Aires (1907-1922)	91
Gráfico 2.9: Resultados das greves em Buenos Aires (1907-1922)	92
Gráfico 2.10: Porcentagem de grevistas segundo o resultado de suas mobilizações (1907-1922).....	93
Gráfico 6.1: Número de delegados e sindicatos presentes nos Congressos da FORA IX ^a	246
Gráfico 6.2: Sindicatos da Capital Federal, das províncias do litoral e outras províncias e territórios nacionais representados nos Congressos da FORA IX ^a	247
Gráfico 6.3: Delegados da Capital Federal, das províncias do litoral e de outras províncias e territórios nacionais representados nos Congressos da FORA IX ^a	247
Gráfico 6.4: Total de sindicatos representados nos Congressos da FORA IX ^a , por ramo de atividade	248
Gráfico 6.5: Total de delegados presentes nos Congressos da FORA IX ^a , por ramo de atividade	249
Gráfico 6.6: Sindicatos e delegados da FOF e da FOM nos Congressos da FORA IX ^a – região litoral.....	249

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Argentina, 1790-1914: formação da estrutura social de acumulação capitalista	27
1.1 <i>Introdução</i>	27
1.2 <i>Economia e população nos estertores do período colonial</i>	28
1.3 <i>Transformações sociais durante a formação da estrutura social de acumulação capitalista argentina.</i>	37
1.4 <i>Consolidação da estrutura social de acumulação capitalista argentina: urbanização, imigração, infraestrutura e industrialização.</i>	43
1.5 <i>A industrialização da região de Buenos Aires: surgimento, características e sujeitos sociais.</i>	52
2. Conflitos sociais e economia durante a Primeira Guerra Mundial em Buenos Aires, 1914-1922.	68
2.1 <i>Introdução</i>	68
2.2 <i>Conflito Mundial e crise econômica: agropecuária, comércio exterior e indústria durante a guerra.</i>	68
2.3 <i>Conflito mundial e crise econômica: a situação da classe trabalhadora durante a guerra.</i>	81
2.4 <i>Conflito mundial e conflito social: a onda de greves de 1917 a 1921.</i>	84
2.5 <i>Conflito mundial e conflito social: a motivação econômica é suficiente?</i>	90
2.6 <i>Conflito mundial e conflito social: o começo da onda de greves</i>	94
2.7 <i>Afinal, o que está por trás da onda de greves de 1917-1921?</i>	99
3. O Radicalismo e o movimento operário: a relação entre a Unión Cívica Radical e a Federación Obrera Regional Argentina do IXº Congreso.	109
3.1 <i>Introdução</i>	109
3.2 <i>A crista da onda: a Semana Trágica de janeiro de 1919</i>	110
3.3 <i>A Unión Cívica Radical e Hipólito Yrigoyen: dissidência oligárquica e as origens do obrerismo yrigoyenista</i>	117
3.4 <i>O sindicalismo argentino na década de 1910: transformações em movimento</i>	131
3.4.1 <i>Fatalismo: a derrota do anarquismo</i>	135
3.4.2 <i>Teleologia: predestinação de uma organização</i>	140
4. Após a “Semana Trágica”: a “anarquia de baixo” e a “anarquia de cima”	151
4.1 <i>Três eventos sob a ressaca: as eleições de março, o 1º de Maio e a “anarquia de baixo”</i>	152
4.2 <i>O que todos querem e ninguém quer: o projeto de legislação trabalhista de 1919 e a “anarquia de cima”</i>	165
4.3 <i>A Frente Única Operária e o ato contra o projeto de legislação trabalhista</i>	179
4.4 <i>O impacto da Frente Única Operária</i>	191
5. A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: Amsterdam, Buenos Aires, Moscou e Washington	196

5.1 A conjuntura internacional: a XIIIª parte do Tratado de Versalhes e a Federação Sindical Internacional.....	197
5.2 A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: a FORA IXª, a Federação Sindical Internacional e a Conferência de Washington	210
5.3 A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: os debates em relação à “Circular Zinoviev” na FORA IXª	221
6. O XIº e último Congresso da FORA IXª	235
6.1 As vésperas do XIº Congresso: Zinoviev foi atendido, à revelia do Conselho Federal	236
6.2 O XIº Congresso em números e perspectiva.....	244
6.3 O XIº Congresso: a ausência da FOM e a deterioração das relações com o PS.....	251
6.4 O XIº Congresso: crônica de uma tragédia anunciada.....	258
6.4.1 O XIº Congresso: se não pode vencê-los, obstrua eles!	259
6.4.2 O XIº Congresso: a virada Sindicalista Revolucionária e a revolta da “anarquia de baixo”	265
6.5 O XIº Congresso: não foi um fim com terror, mas um terror sem fim	273
“A ordem reina em Buenos Aires!”	282
Considerações finais.....	299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	308
Documentos	314

Introdução

E onde estaríamos nós hoje sem essas “derrotas” das quais extraímos experiência histórica, conhecimento, poder, idealismo?

Rosa Luxemburg

A onda de greves que atingiu a Argentina, especialmente Buenos Aires, entre os anos de 1917 e 1921 foi o período de maior mobilização operária entre o começo do século XX e a década de 1940. Nestes cinco anos ocorreram 993 greves com mais de 850 mil participantes, totalizando mais de doze milhões de jornadas perdidas. O ponto máximo dessa verdadeira explosão social foi a greve geral de janeiro de 1919 em Buenos Aires e algumas regiões do país, e que ficou conhecida como a *Semana Tragica* ou *Semana Sangrienta*. Porém, em 1922, a atividade grevista diminuiu abruptamente, ficando a frente apenas dos anos de 1931 e 1933, já no contexto da Grande Depressão e dos autoritários governos dos generais José Felix Uriburu e Agustín Pedro Justo. Concomitantemente, os anos de 1917 a 1921 observaram um enorme crescimento da militância e da adesão dos trabalhadores aos sindicatos, que terminou também com uma drástica redução em 1922¹.

Sobre este período, destacam-se dois trabalhos de referência, que se debruçam mais especificamente sobre os eventos de janeiro de 1919. O primeiro deles, *La Semana Tragica de enero de 1919*, de Julio Godio, reconstrói as mobilizações por meio das crônicas do período – jornais operários, comerciais, boletins, etc. Porém, apesar de pincelar alguns comentários sobre a história das correntes políticas do movimento operário e sobre alguns posicionamentos das patronais, partidos políticos e do Estado, Godio não se propõe a elaborar nenhuma reflexão sobre as consequências – fossem imediatas ou de longo prazo – das mobilizações de janeiro de 1919. O autor estende o período de agitação operária de janeiro à agosto de 1919, quando ocorreu o grande ato da campanha organizada pelas diversas forças políticas de esquerda e do movimento operário contra o projeto de lei elaborado pela Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional, mas sem se aprofundar sobre o tema. Godio conclui que a falta de acordo entre industriais e deputados, a fragilização do governo devido aos conflitos e as mobilizações operárias terminaram por naufragar o projeto e marcaram a cessão da agitação operária². Em outro trabalho, este mais panorâmico e que abrange o período de 1910 a 1930, Godio afirma que aquela greve foi um divisor de águas, pois foi o último movimento de envergadura liderado pelos anarco-sindicalistas. Após a

¹ Cf. *Estadísticas de las huelgas*, Buenos Aires: Ministerio del Interior. Departamento Nacional del Trabajo, 1940.

² GODIO, Julio, *La Semana Tragica de enero de 1919*, Buenos Aires, Hyspamerica, 1985 (1972), pp. 205-220.

“Semana Trágica”, o autor alega que estas correntes se viram isoladas tanto pela brutal repressão como pela democratização da sociedade argentina decorrente da reforma eleitoral de 1912. Frente à consolidação do que Godio chama de “democracia liberal” e a violenta repressão estatal e paraestatal, apenas “sindicalistas e socialistas conseguiram sobreviver, por quanto suas organizações levaram os trabalhadores à práticas sociopolíticas que se inscreviam no regime de democracia política”³.

O segundo trabalho, *La Semana Trágica* de Edgardo Bilsky, não se atém às consequências imediatas do movimento de janeiro de 1919, apesar de ressaltar também que as enormes mobilizações “limita[m] um período particular da história argentina, período este que poderíamos definir como de transição”. Se, por um lado, a jornada de janeiro de 1919 foi a última grande greve geral de caráter insurrecional, estratégia disseminada pelas organizações operárias hegemônicas pelo anarco-sindicalismo daquele país no começo do século XX, por outro, começaram a se consolidar novos fatores e agentes que nos anos vindouros iriam ser os principais eixos e protagonistas do movimento operário argentino, a saber, aqueles que se mobilizaram influenciados pela Revolução Russa e pelo Partido Comunista ou no entorno de uma direção sindical de caráter reformista⁴. As causas para o refluxo da mobilização a partir de 1921, assim como os movimentos nos anos de 1919 a 1921, não entram diretamente no escopo do autor.

Tão marcantes são estes eventos e suas consequências que mesmo para as correntes historiográficas argentinas filiadas à tradição crítica ao estruturalismo, ao marxismo e à ideia de classes sociais, a década de 1920 também se apresenta como um período de transição de uma maior combatividade das classes trabalhadoras para um comportamento mais reformista. Luis Alberto Romero e Leandro H. Gutierrez, na introdução de *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*, afirmam que “Entre as duas guerras mundiais, essa identidade trabalhadora e contestatória foi dissolvendo-se e progressivamente se constituiu o que caracterizamos como [uma identidade] popular, conformista e reformista”. Para estes autores, diferentemente de Bilsky e Godio, essa emergência de uma “identidade popular” foi o resultado da nacionalização e escolarização das massas imigrantes e do vasto processo de mobilidade social que segundo os mesmos caracterizava a Buenos Aires de então. Por meio da fácil ascensão social, “a identidade inicial dos trabalhadores, compacta, segregada e contestatória tendeu a desagregar-se em uma multidão de individualidades que pugnavam por

³ GODIO, Julio, *El movimiento obrero argentino (1910-1930): socialismo, sindicalismo y comunismo*, Buenos Aires: Editorial Legasa, 1988, pp. 136-141.

⁴ BILSKY, Edgardo, *La Semana Trágica*, Buenos Aires: CEAL, 1983, pg. 159.

seu destino singular”. Tal identidade teria ganhado mais impulso ainda “posto que Buenos Aires não era uma cidade industrial”⁵.

Gutierrez e Romero são responsáveis também por algumas duras críticas aos trabalhos de Godio e Bilsky, principalmente pela caracterização da “Semana Trágica” como o fim de um período marcado pelo caráter insurrecional da classe operária argentina. Para os primeiros autores, os dois trabalhos sobre a “Semana Trágica” se inserem dentro de uma visão elaborada pelos chamados “historiadores-militantes”, preocupados com justificar “uma linha ou uma orientação política, mas sobretudo, por reivindicarem uma tradição e uma prática que acreditavam perdidas com a emergência do peronismo”. Porém, para Gutierrez e Romero este não foi o maior pecado cometido por Bilsky e Godio. Apesar de reconhecerem nestes trabalhos certa “solidez heurística e crítica”, o grande problema foi o fato destes buscarem sua legitimidade no campo acadêmico. Estes estudos, guiados por uma visão que Gutierrez e Romero chamam de “heroica”, ao caracterizarem a greve geral como “um ato insurrecional”, deixam de lado dois problemas centrais: onde se pode encontrar os antecedentes de tal processo insurrecional, justamente quando no período anterior à greve geral dominavam as lutas estritamente econômicas, e como estes autores justificam a incongruência entre o crescimento “quase magno” à escala nacional das organizações operárias durante o período com o imediato eclipse total posterior à greve de 1919 e que chega até os anos 1930⁶?

A cobrança feita por Gutierrez e Romero pela explicação de como um período de reivindicações econômicas pode desembocar em um ato insurrecional - compreensível em relação ao trabalho de Godio sobre a greve de 1919 -, nos parece completamente descabida se dirigida ao trabalho de Bilsky. O autor busca no primeiro e segundo capítulos de seu livro justamente reconstituir o contexto político e econômico que produziu a explosão de 1919 como resultado principalmente de uma reorganização dos sindicatos, impulsionada e associada com a deterioração da situação econômica dos trabalhadores argentinos durante o conflito mundial. Porém, é certo que as mobilizações posteriores à “Semana Trágica”, como já mencionado acima, não são trabalhadas pelo autor, dando este preferência por tecer reflexões sobre suas consequências de longo prazo.

Em certo sentido, este trabalho que apresentamos aqui se debruça sobre a segunda questão levantada por Gutierrez e Romero, a saber: o que levou ao enorme refluxo do

⁵ GUTIÉRREZ, Leandro H. e ROMERO, Luis Alberto, *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*, Buenos Aires: Sudamericana, 1995, pp. 11-14.

⁶ GUTIÉRREZ, Leandro H. e ROMERO, Luis Alberto, “Los sectores populares y el movimiento obrero en Argentina: un estado de la cuestión”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y America Dr. Emilio Ravignani*, 3ª Serie, 1991, pp. 115-116.

movimento sindical argentino a partir de 1921? O rápido declínio da mobilização operária naquele ano tem sido interpretado majoritariamente como resultado da crise econômica que se abateu sobre o país naquele ano e fez diminuir significativamente a capacidade de mobilização que o movimento operário tinha adquirido durante a guerra, ao mesmo tempo em que esta situação acirrou as disputas entre as diversas facções ideológicas que permeavam o sindicalismo argentino da época⁷. Recentemente, Maria Ester Rapalo dedicou especial atenção para outro aspecto também presente nestas explicações: o papel crucial que a ofensiva patronal desencadeada naquele ano teve para quebrar as organizações operárias⁸.

O principal marco – ou sintoma – apontado pelos historiadores deste refluxo das mobilizações operárias foi o fracasso da greve geral convocada pela principal federação sindical do país, a *Federación Obrera Regional Argentina IXª* (FORA IXª), em decorrência das ações repressivas levadas a cabo pelas organizações patronais e o governo em maio e junho de 1921 contra os sindicatos e trabalhadores do porto de Buenos Aires. Por inserir diretamente os trabalhadores marítimos - reunidos na *Federación Obrera Marítima* (FOM), o principal e mais exitoso sindicato filiado à FORA IXª -, os trabalhos que se debruçaram com mais profundidade sobre o período entre 1919 e 1921 e, mais especificamente sobre a greve de 1921, focaram-se principalmente neste sindicato⁹. Apesar de claramente poder se traçar um paralelismo ou mesmo uma relação umbilical entre o percurso da FOM e da FORA IXª durante a onda de greves – os marítimos representavam um quarto dos trabalhadores cotistas anuais da FORA IXª em 1919¹⁰ -, a federação que até então havia agrupado o maior número de sindicatos e trabalhadores na Argentina não foi devidamente trabalhada. Um de nossos objetivos é, portanto, reconstruir e analisar a trajetória da FORA IXª da “Semana Trágica” à fracassada greve geral de 1921, principalmente buscando elucidar o que levou ao seu quase “eclipse total”.

⁷ ROCK, David, *El Radicalismo argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2010 (1977), pp. 225; FALCÓN, Ricardo e MONSERRAT, Alejandra, “Estado, empresas, trabajadores y sindicatos” in *Nueva Historia Argentina: Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, Org. FALCÓN, Ricardo, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

⁸ RAPALO, María Ester, *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

⁹ ADELMAN, Jeremy, “State and Labour in Argentina: The Portworkers of Buenos Aires, 1910-21” *Journal of Latin American Studies*, Vol. 25, No. 1 (Feb., 1993), pp. 73-102 e HOROWITZ, Joel, “Argentina's Failed General Strike of 1921: A Critical Moment in the Radicals' Relations with Unions”, *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 75, No. 1 (Feb., 1995), pp. 57-79 e CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos del Puerto de Buenos Aires: condiciones laborales, organización sindical y cultura política, 1890-1920*, Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

¹⁰ Em 1919, cruzando os dados fornecidos por Edgardo Bilsky e Laura Caruso, dos 476.203 cotistas anuais da F.O.R.A. IXª, 112.279 eram marítimos. BILSKY, op. Cit., pp. 24-30 e CARUSO, op. Cit., pg. 266.

Nosso trabalho, portanto, analisará aspectos relativos às disputas políticas que permearam a FORA IX^a durante toda a década de 1910, porém mais detidamente no período de 1919 a 1921, relacionando estes com a dinâmica da onda de greves. Nosso foco será a cidade de Buenos Aires, principal centro comercial, financeiro e industrial daquele país e, portanto, zona cardeal dos conflitos sociais decorrentes da crise provocada pela Primeira Guerra Mundial. Além da FORA IX^a, dedicaremos atenção também ao *Partido Socialista* (PS), agremiação que nesta época percorria o caminho para consolidar-se como a terceira força política mais importante na Argentina, e em menor medida ao *Partido Socialista Internacional* (PSI) - dissidência de 1917 do PS que logo em 1920 viria a conformar o *Partido Comunista* (PC) – e aos anarquistas organizados na *Federación Obrera Regional Argentina Vº* (FORA Vº). Por outro lado, a ascensão de um novo partido político ao poder, a *Unión Cívica Radical* (UCR), oriundo da aliança entre as camadas médias em ascensão e setores das classes dominantes dissidentes, trouxe uma série de novas questões que foram exacerbadas pelo contexto de crise social e que são de suma importância para nossa análise. Quanto ao empresariado, além dos desafios colocados pelas perturbações econômicas do período, devemos nos debruçar sobre as soluções encontradas por estes frente à poderosa organização do proletariado argentino e ao relativo alijamento das esferas de decisão política em decorrência da reforma eleitoral de 1912 e da vitória da UCR em 1916.

Ao nos debruçarmos em boa medida sobre discussões relativas à organização sindical, por meio de seus órgãos de imprensa, de seus congressos e principalmente dando destaque a alguns de seus principais militantes, de nenhuma maneira acreditamos que isso dê conta da totalidade da experiência da classe operária argentina no período. Acreditamos ser necessário salientar três questões que surgiram do próprio trabalho e que nos autorizam a trabalhar com esse recorte – cabe ao leitor julgar se, ao fim, estas são pertinentes ou não. Em primeiro lugar, apesar da taxa de filiação aos sindicatos em relação ao total da população operária na Argentina durante o período investigado ser dificilmente mensurável, é inegável o crescimento das organizações sindicais durante a década de 1910, principalmente em seu segundo lustro, tanto pela intensidade das mobilizações quanto pelas cifras fornecidas pelos sindicatos e órgãos do governo. Em segundo lugar, apesar de todas as suas debilidades e de uma crônica instabilidade, é amplamente reconhecida a capacidade das federações e sindicatos, principalmente de Buenos Aires, em mobilizar a massa de trabalhadores não organizada, como se pode observar nas greves gerais desencadeadas nesta cidade ainda na primeira década do século XX. Por último, a análise do período nos revela a importância que as organizações sindicais ganharam, seja nas reivindicações dos grevistas relativas à sua

defesa ou ao exercício de um maior controle sobre o local de trabalho por meio destas, seja principalmente pela preocupação – quase pânico - que o movimento sindical gerou nas patronais e no Estado argentino durante a onda de greves. A luta em defesa e pelo direito à organização sindical entre 1917 a 1921 aconteceu, parafraseando E. P. Thompson, pois alguns homens e mulheres, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentiram e articularam a identidade de seus interesses entre si contra outros homens cujos interesses diferiam (e se opunham) dos seus¹¹.

A análise de uma greve, mas principalmente de uma onda de greves nas dimensões da que atingiu a Argentina entre 1917 e 1921, perde seu poder explicativo somente se for considerada da perspectiva dos trabalhadores. Roberto Franzosi, em seu estudo sobre as greves italianas, aponta que uma das principais dificuldades em analisar os conflitos industriais é justamente a eliminação do discurso de classe dos dados, mas principalmente dos atores envolvidos. Segundo o sociólogo, “As greves emergiram no século XIX na maioria dos países ocidentais como expressão das reivindicações de uma classe gerada pelo capitalismo industrial. Elas surgiram a partir da interação contínua entre os principais grupos envolvidos – trabalhadores, empregadores e o Estado – e foram essas interações que em último caso definiram as regras e as formas aceitáveis de protesto. Não é possível compreender o que os trabalhadores fazem sem, ao mesmo tempo, entender o que os empregadores e o Estado fazem”¹².

Neste mesmo sentido, Charles Tilly¹³ afirma que “Apesar da tentação de tratar a frequência das greves como a expressão do humor ou da vontade unicamente dos trabalhadores, se uma greve ocorre em uma determinada empresa isso depende da relação entre trabalhadores e empregadores, para não mencionar terceiros, como os sindicatos e o governo”. Em se tratando de uma onda de greves que atinge um país ou um território inteiro, situação em que a volatilidade do conflito, a diversidade de estratégias empregadas, seja de mobilização ou de contenção, é imensa, ganha enorme importância a interação estratégica entre os diversos atores envolvidos.

Seguindo as elaborações de Tilly, os principais aspectos que devem ser levados em conta ao nos debruçarmos sobre um movimento grevista são, em primeiro lugar, a

¹¹ THOMPSON, E.P., *A Formação da Classe Operária Inglesa – A árvore da liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pg. 10.

¹² FRANZOSI, Roberto, *The puzzle of strikes: class and state strategies in post war Italy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pg. 15.

¹³ TILLY, Charles, “The effects of short-term variation - Introduction”, in *Strike, wars and revolution in an international perspective: Strikewaves in the late nineteenth and early twentieth centuries*, Dir. Leopold H. Haimson e Charles Tilly Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 443-444.

multiplicidade de atores envolvidos, o que significa que a ação de um pode tanto acelerar quanto retardar a ação de outro. Enquanto um momento de fraqueza estimula o ataque do rival, a própria ofensiva pode levar a um realinhamento que modifica substancialmente a correlação de forças posta anteriormente. E isto não se trata apenas da interação entre patrões e trabalhadores ou entre estes e o Estado, mas também entre as direções e as bases sindicais, entre trabalhadores de um ramo ou de outro, entre diferentes grupos empresariais, etc. Em segundo lugar, o *timing*, em outras palavras, a capacidade que as partes antagônicas tem para prever e monitorar suas vulnerabilidades ao mesmo tempo em que analisam a possibilidade de que uma terceira força intervenha a seu favor. Em tempos de enormes turbulências econômicas, as variações abruptas de curto prazo possuem um papel decisivo para a interação estratégica, ou seja, para o sucesso ou fracasso de uma mobilização, de uma ação repressiva ou para a formação de uma coalizão. Essa enorme interação de fatores e sujeitos implica que a vitória ou fracasso de uma greve pode ser determinada por pequenos detalhes que só podem ser revelados mediante a análise da interação estratégica entre as partes envolvidas.

Tendo em vista estas considerações e apesar do principal foco desta pesquisa ser a trajetória da FORA IX^a durante a onda de greves de 1917 a 1921, as análises feitas levaram sempre em consideração, dentro dos limites que este trabalho possui, o que Tilly chamou de interações estratégicas em relação ao Estado argentino, às diversas organizações patronais e às outras organizações operárias e de esquerda, assim como os conflitos dentro da direção da FORA IX^a ou entre esta e sua base militante, fosse organizada ou não.

Assim, a principal documentação utilizada aqui foi o semanário da FORA IX^a, o *La Organización Obrera*, editado por membros de sua direção e principal divulgador dos posicionamentos Sindicalistas Revolucionários. Apesar do controle editorial pela direção da federação - uma lição retirada da experiência anarco-sindicalista naquele país, quando o controle de um ou de outro por grupos diferentes expunha e alimentava as pugnas internas -, em muitos momentos o jornal expressou as distensões e polêmicas produzidas no interior da direção Sindicalista Revolucionária durante os turbulentos anos de 1917 a 1921. Ainda assim, se poderia arguir que estamos realizando somente uma história das lideranças. Isso seria real, caso estivéssemos nos utilizando apenas de uma narrativa ou testemunho elaborado por uma dessas lideranças ou por um defensor de suas posições. A publicação periódica nos permite em alguns momentos extrair informações que a memória produzida nos relatos dos militantes oculta ou ignora. E é por meio destas informações cotejadas com os testemunhos e das reelaborações dos discursos destas lideranças realizadas durante o período analisado que

podemos inferir o comportamento das bases, já que as direções políticas sempre atuam – a favor ou contra – estas.

Sobre as outras organizações operárias e de esquerda, sempre pensando na interação destas com a FORA IX^a, utilizamos principalmente o diário *La Vanguardia*, órgão de imprensa oficial do Partido Socialista (PS), e em menor medida o *La Internacional*, semanário do Partido Socialista Internacional (PSI) - logo Partido Comunista (PC). Em relação ao material produzido pelas lideranças e militantes sobre o período e utilizados em nosso trabalho, destacamos os clássicos livros de Sebastian Marotta, uma das principais figuras do Sindicalismo Revolucionário e secretário da FORA IX^a durante boa parte do período analisado, e de Diego Abad Santillan, proeminente militante anarquista da *Federación Obrera Regional Argentina Vº*.

Em relação aos outros agentes envolvidos nos conflitos de 1917 a 1921, foram utilizados os boletins e anuários do *Departamiento Nacional del Trabajo*, órgão estatal argentino criado em 1907 para monitorar e propor soluções para os conflitos trabalhistas no país, e cujas informações e dados coletados sobre as greves em Buenos Aires foram de suma importância para elaboração de nossa argumentação. Na grande imprensa, os diários *La Nación* e *La Prensa*, vinculados às classes dominantes argentinas, foram utilizados para analisar alguns eventos de maior envergadura. Já o *La Época*, diário ligado aos grupos dissidentes das classes dominantes e dos setores médios que apoiavam o governo de Hipólito Yrigoyen, também nos serviu como apoio em determinados momentos. Por fim, devemos citar também os periódicos patronais *Boletín de la Unión Industrial Argentina*, utilizado principalmente para o exame das discussões sobre a legislação trabalhista de 1919, e o *Boletín de Servicios de la Asociación del Trabajo*, que nos forneceu um importante contraponto à imprensa operária para a análise do XIº Congresso da FORA IX^a ocorrido em fevereiro de 1921.

A onda de greves de 1917 a 1921 não foi uma exclusividade argentina. As perturbações econômicas e políticas produzidas pela Primeira Guerra Mundial se espalharam pelo mundo todo, influenciando em certo grau a interação dos diversos agentes nacionais. Assim, as repercussões que o conflito e sua resolução produziram também foram material de análise, principalmente em relação às questões que envolveram a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja atuação da delegação argentina em sua primeira conferência em 1919 foi um dos nossos objetos de exame, e a reestruturação da Federação Sindical Internacional (FSI), que contou em suas fileiras com a FORA IX^a. Para tanto, utilizamos as crônicas sobre o congresso de fundação da FSI, publicadas na revista *Le*

Mouvement Syndical International – Organe de la Fédération Syndicale Internationale, e as atas da Primeira Conferência Internacional do Trabalho de 1919.

Retornando à segunda questão levantada por Gutierrez e Romero em relação aos trabalhos de Godio e Bilsky sobre como explicar a incongruência entre o “quase magno” crescimento das organizações operárias e seu súbito eclipse, Eric Hobsbawm já havia notado este fenômeno em 1952. O historiador inglês, ao analisar o comportamento do movimento sindical europeu, afirma:

“As mais dramáticas expansões repentinas de movimentos sociais são as grandes revoluções sociais de 1789-1917; mas o padrão de descontinuidade é quase geral, mesmo em tempos menos conturbados e em áreas mais restritas. O gráfico de adesão de praticamente todos os movimentos sindicais, por exemplo, parece degraus de uma escada, ou amplos vales interrompidos por grandes picos, ou a combinação dos dois; muito raramente se parecem uma mera inclinação ascendente”

Curvas, ainda segundo o autor, nos revelam muito pouca coisa. A questão é que as tais expansões e retrações abruptas assinalam mudanças qualitativas de maior importância. Estas marcam a ampliação da organização sindical para novas regiões, novos ramos produtivos e novos setores da população; “coincidem com o agrupamento de novas organizações, a adoção de novas ideias e políticas tanto pelos novos como pelos antigos sindicatos”¹⁴. Poder-se-ia dizer que a classe trabalhadora jamais se banha duas vezes na mesma onda de greves e, sendo assim, o historiador nunca encontrará duas vezes o mesmo movimento operário. O enorme crescimento da FORA IX^a, suplantando a hegemonia política dos anarco-sindicalistas pela dos Sindicalistas Revolucionários, o crescimento e a expansão da sindicalização de categorias e regiões que nunca haviam sido organizadas, como no interior da Argentina, foram elementos constitutivos da onda de greves de 1917 a 1921.

Ganha extrema importância para compreender tanto a explosão das mobilizações quanto a formação do que Hobsbawm chamou de “amplos vales”, a vinculação da mobilização operária com os ciclos econômicos. Não só as tendências de curto prazo, como o aumento dos preços, do desemprego, do arrocho salarial, tiveram um papel decisivo, mas também processos mais longos, como um incipiente, porém importante, processo de industrialização, especialmente da região de Buenos Aires. Segundo o historiador das greves inglesas, James Cronin, “O crescimento econômico deve ser visto com um processo que atravessa uma variedade de estágios qualitativamente distintos e que impõem sucessivamente novos contextos, sobre todos os atores do sistema de relações industriais”. Assim, o fenômeno

¹⁴HOBSBAWM, Eric, “Economic fluctuations and some social movements since 1800”, *The Economic History Review*, Second Series, Vol. V, Nº I, 1952, pg. 1.

das ondas de greve engendra além das perturbações econômicas produzidas pela guerra uma “manifestação periódica e concreta das novas atitudes e estratégias produzidas pelo impacto das ‘longas ondas’ do crescimento econômico sobre a classe trabalhadora”¹⁵.

Neste sentido, a primeira parte de nosso trabalho, composta por três capítulos, pretende fornecer uma contextualização dos conflitos entre Estado, empresários e trabalhadores organizados em Buenos Aires de uma perspectiva de médio e longo prazo, buscando entender as origens da onda de greves.

O primeiro capítulo retorna ao período de independência da Argentina e de maneira breve, apoiado nos principais debates historiográficos do período, busca reconstruir o desenvolvimento político-econômico do país durante o século XIX e início do XX. Para tanto, abordamos este processo sob a perspectiva da formação, no território nacional argentino, de uma estrutura social de acumulação¹⁶. A acumulação de capital por meio da produção capitalista não ocorre em um ambiente em que não lhe são fornecidas as mínimas garantias para alcançar seu objetivo único: a maximização lucro. Um processo vigoroso de acumulação de capital, como o que ocorreu na Argentina entre o fim do século XIX e começo do século XX, se apóia em um largo conjunto de instituições e fenômenos sociais (financeiras, políticas, militares, ideológicas) construídas historicamente e que garantam três requisitos básicos para a realização da acumulação de capital: a mercantilização dos meios de produção e da força de trabalho, o processo de produção e o processo de circulação de capital. Porém, este processo não é uma abstração, é sim uma realização de homens e mulheres sob circunstâncias extremamente conflituosas que não são de sua escolha. Neste sentido, também buscamos historiar as modificações nas relações sociais produzidas por estas enormes transformações econômicas. A compreensão do processo de construção do Estado e da economia nacional argentina em uma perspectiva de longa duração é essencial como introdução e pano de fundo das discussões sobre as origens, características e alcance do processo de industrialização na região de Buenos Aires e, portanto, das especificidades do conflito entre o empresariado e a classe trabalhadora daquela cidade.

O segundo capítulo se dedica ao desempenho da economia argentina durante o conflito mundial e nos anos posteriores, com ênfase nas consequências que o choque externo produziu no setor industrial e na classe trabalhadora da cidade de Buenos Aires. Buscamos compreender as relações entre o desempenho econômico e o aumento da agitação social,

¹⁵ CRONIN, James E., *Industrial Conflict in Modern Britain*, Londres: Croom Helm Ltd., 1979, pp. 38-39.

¹⁶ Cf. V.A., *Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*, Ed. KOTZ, David M., TERRENCE, McDonough REICH, Michael, New York: Cambridge University Press, 1994.

principalmente durante os últimos anos da guerra. Analisamos, apoiados em alguns trabalhos sobre o período, diversos dados produzidos pelos órgãos estatísticos do governo argentino, assim como alguns diagnósticos e relatórios elaborados tanto por seus funcionários – com especial destaque para o economista Alejandro Bunge –, pelos setores empresariais, como por funcionários do governo dos EUA. O movimento, iniciado em decorrência de questões econômicas, logo evoluiu para outras reivindicações, levando as disputas entre trabalhadores e empregadores a outro patamar. Neste sentido, o comportamento dos empresários argentinos em relação às reivindicações dos trabalhadores também foi objeto de análise deste capítulo.

Friedhelm Boll, em um artigo sobre a relação entre os ciclos econômicos e as greves na Alemanha durante o começo do século XX, pondera que, sem dúvida, o ciclo econômico é a influência mais forte sobre a decisão dos trabalhadores de entrar em greve, “mas todas as outras questões, tais como a forma de participação, organização, duração, região e ramo de produção, dependem de fatores nacionais e outros”¹⁷. Neste sentido, em nosso terceiro capítulo, partimos da greve geral de janeiro de 1919 e procuramos esmiuçar tanto as transformações ocorridas nas relações entre o Estado e os sindicatos durante o período, como também dentro do próprio movimento operário. As transformações ocorridas, tanto em setores das classes dominantes quanto entre os trabalhadores organizados, são peças chave para compreender o que possibilitou, por um lado a enorme mobilização dos anos de 1917 a 1921, e por outro a construção de um marco, prenhe de ineditismo e contradições, na relação entre a classe operária e o Estado argentino ao fim da década de 1910.

A segunda parte deste trabalho se debruçou sobre os desdobramentos da “Semana Trágica” de janeiro de 1919, estendendo nossa análise até o mês de fevereiro de 1921 quando ocorreu o XIº e último congresso da FORA IX^a. Em nosso quarto capítulo, analisamos como a “Semana Trágica” modificou substancialmente as interações estratégicas de empresários, trabalhadores e Estado. Se, por um lado, houve um abalo na relação entre as direções sindicais e de esquerda com suas bases - movimentação a qual os editores do *La Vanguardia* classificaram de “anarquia de baixo” -, entre os empresários tomou corpo a ideia de reunir esforços e dar vazão política ao seu poderio econômico, represado tanto pelo governo Yrigoyen, como pelos sindicatos operários. Em relação ao Estado, nos dedicamos a analisar o projeto de lei elaborado e proposto pela Comissão de Legislação Social da Câmara de

¹⁷ BOLL, Friedhelm, “Economic cycles and labor conflicts in germany during the first quarter of the twentieth century”, in *Strike, wars and revolution in an international perspective: Strikewaves in the late nineteenth and early twentieth centuries*, Dir. Leopold H. Haimson e Charles Tilly Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 449-450

Deputados. A proposta foi derrotada na rua por meio de uma intensa mobilização operária que reconstituímos no encerramento deste capítulo.

Como dito acima, a onda de greves ao fim da Primeira Guerra não foi uma exclusividade argentina. Neste quarto capítulo, portanto, nos remetemos ao panorama europeu e nos debruçamos principalmente sobre aqueles aspectos ligados à questão operária, que permearam o que Geoff Eley chamou de estabilização da ordem capitalista no pós-guerra¹⁸. Depois de uma breve investigação sobre a situação europeia, com especial destaque para a criação da OIT e a reestruturação da FSI, voltamos à Argentina e analisamos como a participação da delegação argentina no Primeiro Congresso da OIT em Washington nos indica uma ruptura na relação entre o governo Yrigoyen e a FORA IX^a. Ao fim, se as forças centrífugas desatadas pela guerra, assim como as da estabilização capitalista, atingiram a Argentina, não foi diferente com as forças da Revolução. Encerramos este capítulo analisando como em um contexto de reversão de resultados do movimento grevista as proposições elaboradas pela Internacional Comunista (IC) contribuíram para fissurar a direção Sindicalista Revolucionária da FORA IX^a, opondo setores que naquele momento de revezes enxergavam a necessidade de fortalecer a entidade e aqueles que clamavam pela radicalização do movimento.

Encerrando a segunda parte de nosso trabalho, no sexto capítulo nos debruçamos sobre o XIº Congreso da FORA IX^a realizado na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires. Nesta reunião, examinamos como as fricções entre as diversas correntes do movimento operário, mas principalmente entre as bases e direções, levaram ao colapso da organização. Sem que nenhum grupo tivesse forças para se impor, uma série de manobras e polêmicas estéreis dominou todas as sessões do Congresso, expressando o beco sem saída ao qual havia chegado o movimento grevista depois da retirada do apoio que brindava Yrigoyen à federação e frente a crescente atividade patronal. As disputas pela condução da FORA IX^a durante o congresso também sufocaram os apelos dos pequenos e recém-criados sindicatos do interior sobre sua calamitosa situação frente ao avanço das patronais. Servindo de verdadeiro laboratório para as organizações patronais, as ações destas chegaram à Capital Federal nos meses de maio e junho de 1921.

Por fim, em nossas considerações finais, realizamos um pequeno comentário sobre o fracasso da greve geral de 1921 e retomamos alguns pontos elaborados durante esta dissertação com o intuito de construir uma análise mais completa sobre a crise interna que se

¹⁸ ELEY, Geof, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa 1850-2000*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 273-292.

abateu sobre a FORA IX^a e que acreditamos ser uma peça fundamental para a compreensão do sucesso das patronais argentinas em sua bem-sucedida ofensiva contra a organização sindical dos trabalhadores.

1. Argentina, 1790-1914: formação da estrutura social de acumulação capitalista

O fruto da tua terra e todo o teu trabalho, comerá um povo que nunca conheceste; e tu serás oprimido e quebrantado todos os dias
Deuteronômio 28:33

1.1 Introdução

Walt Whitman Rostow, analisando o desenvolvimento da economia mundial no período entre 1873 e 1920, afirma que “O principal personagem dessa história [a expansão econômica depois de 1873] é a aceleração e desaceleração da exportação de trigo nos Estados Unidos e as expansões compensatórias [*da produção deste cereal*] na Argentina, Austrália, Canadá e Rússia”.

A incorporação dessas regiões ao mercado mundial de cereais na segunda metade do século XIX, com exceção da Rússia, seguiu um processo similar à expansão da superfície cultivada de algodão nos anos de 1830 e de algodão e trigo na década de 1850 nos EUA. Porém, Rostow alerta para uma diferença crucial: se as repentinas expansões anteriores a 1850 responderam diretamente ao aumento da demanda por estes produtos, “A expansão ao Oeste do Mississipi ocorreu, e a produção na Argentina, Canadá e na Austrália, começaram, por fim, em um ambiente no qual o preço do trigo (e de produtos agrícolas em geral) estavam sujeitos a uma tendência declinante”. O que possibilitou economicamente esta expansão em um cenário de queda de preços destes produtos? Segundo o autor, a disponibilidade de terras produtivas, a imigração, os avanços técnicos experimentados na segunda metade do século XIX – principalmente aqueles que possibilitaram a disseminação das estradas de ferro e a redução pela metade do frete marítimo entre 1873-1890 -, o aporte de capitais estrangeiros e uma série de medidas políticas que organizaram a exploração agrícola nestas regiões¹⁹. As pradarias ocidentais do Canadá, os campos da Nova Gales do Sul na Austrália e os pampas da Argentina foram os cenários dessa expansão.

¹⁹ ROSTOW, W. W. *The world economy: history & prospect*, Austin: University of Texas Press, 1978, pp. 163-169. A exceção russa se deve à sua tradicional posição de produtor de trigo e à inexistência do fenômeno imigratório no século XIX naquele país. Isso não significa que a exportação do trigo russo não tenha se beneficiado da construção de ferrovias e que fatores internos não tenham também contribuído para expandir a produção no período – como a reforma agrária de Stolypin de 1906. Segundo Wilfred Malenbaum, 97% do crescimento da produção de trigo no período que vai de 1885 a 1939 ocorreu em consequência do aumento da área plantada, ou seja, do aumento extensivo da produção. Assim, foi possível expandir a produção e comercialização do trigo sem grandes avanços tecnológicos diretamente vinculados à produção agrícola, apenas investindo, em boa medida, na ligação das áreas produtoras com os entrepostos de exportação. MALENBAUM, W. *The World wheat economy, 1885-1939*, Cambridge: Harvard University Press, 1953, pg. 25.

Os três países também experimentaram muito mais do que o crescimento da superfície cultivada e de suas exportações. A explosão demográfica decorrente dos fluxos migratórios proporcionou a urbanização e a criação de um mercado interno que “em diferentes graus (...) estimularam a expansão da indústria, assim como das cidades, da construção de imóveis e infraestrutura”²⁰.

A primeira seção deste trabalho tem o intuito de descrever esses processos na Argentina, focando na industrialização, iniciada naquele país ao fim do século XIX.

1.2 Economia e população nos estertores do período colonial

Foi principalmente na região conhecida como pampa úmido que sobreveio a expansão agrária da República Argentina. Inserido em uma formação geológica de dimensão continental, o pampa é uma enorme planície sedimentar de clima temperado úmido e subtropical. No atual território argentino, a região abarca as províncias de Buenos Aires e Entre Ríos, o centro e o sul de Santa Fé, o centro e o sudeste de Córdoba e o noroeste de La Pampa. Estende-se para além desse país, abarcando todo o território uruguaio e parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. São 52.300.000 de hectares que respondem a 18,7% da superfície total da República Argentina.

O regime pluviométrico varia de 457 milímetros no oeste a 1.000 milímetros no leste, e as temperaturas médias anuais variam de 15°C ao sul e 18°C ao norte. Praticamente plano, possui leves ondulações e apenas algumas serras ao sul da Província de Buenos Aires – Tandil e Ventana - que não ultrapassam os 1.000 metros de altitude. Banhada ao norte pelos caudalosos rios Paraná e do Prata, em seu interior possui um pequeno sistema hidrográfico, compensado por um regime de chuvas regular durante todo o ano. Tal característica não impede que em diversos momentos a região seja atingida por severas estiagens. A vegetação original, predominantemente composta por pastos temperados – principalmente a flechilha -, foi extremamente útil aos primeiros colonizadores para a introdução de gado equino e bovino, que se adaptaram muito bem às condições ecológicas do pampa.

Clima, regime de chuvas, relevo e formação morfológica compõem a série de fatores geográficos que converteram essa em uma das áreas mais propícias do mundo para a produção de grãos e carnes, principalmente se notarmos no caráter extensivo da expansão de fins do XIX. Chama atenção a proporção de áreas favoráveis para as atividades agropecuárias

²⁰ ROSTOW, op. cit. p. 176. Poderíamos incluir o Brasil neste grupo, apesar de sua expansão não possuir a mesma dimensão, e a produção de café, e não de trigo, ter promovido o efeito de importação de capitais, imigração, urbanização e industrialização.

na região: 75% de seus 52.300.000 de hectares são aptos para o uso alternado agrícola e pecuário. Localizado às margens do Rio da Prata, é a partir principalmente da cidade portuária de Buenos Aires que ocorreu a ocupação do pampa úmido²¹.

Murdo MacLeod afirma que as rotas marítimas entre a América e a Espanha “(...) foram fatores de grande importância no desenvolvimento e localização dos portos espanhóis nas Índias, e no estímulo ou inibição de zonas e produtos econômicos nas possessões espanholas”²². Ainda segundo o autor, a proeminência do México e do Peru como zonas de exploração colonial havia imposto como extremamente necessária a ligação destas, de maneira rápida e segura, com Sevilha através de portos no Caribe²³. Porém, a crise que atinge o sistema colonial espanhol durante a segunda metade do século XVII e o início do XVIII levou a Espanha a tomar uma série de medidas para recuperar seu comércio colonial, dando nova orientação aos seus produtos e mercados, especialmente nas áreas até então periféricas, como Cuba, Venezuela e o Rio da Prata²⁴. A nomeação da cidade de Buenos Aires como sede administrativa do recém-criado Vice-Reino da Prata (1776), portanto, apenas coroou uma tendência que há algum tempo vinha se consolidando: obedecendo a reorientação da economia colonial, a cidade transformou-se no principal porto da região sul da América espanhola.

Segundo Waldo Ansaldi, esse processo de reformulação dos espaços coloniais espanhóis esteve à mercê de elementos externos à colônia, sendo estes de dois tipos:

- a) Externos ao espaço colonial, porém de origem metropolitana: o desmembramento territorial e administrativo para criar novos vice-reinos (Nova Granada em 1717 e do Rio da Prata em 1776) e as medidas para liberalização do comércio exterior, como a autorização para importar escravos em 1714, abertura dos portos em 1778 e autorização para o comércio com navios de nações neutras em 1797 no contexto da guerra franco-espanhola;
- b) Externos ao espaço colonial e à metrópole com incidência em um e outro: a expansão portuguesa no Rio da Prata, o auge do contrabando lusitano e inglês e a

²¹ BARSKY, O. e DJENDEREDJIAN, J. *Historia del capitalismo agrario pampeano – La expansión ganadera hasta 1895*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003, pp. 75-79 e DARKENWALD, G. G. e JONES, C. F. *Geografía Económica*, México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1971, pp. 174-178.

²² MACLEOD, M. J. A Espanha e a América: o comércio atlântico, 1492-1720. In: *História da América Latina: América Latina Colonial*, vol. 1, org. Leslie Bethell, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pg. 342.

²³ “Ambas precisavam, assim, de um porto no mar dos Caraíbas. Cidade do México, a antiga Tenochtitlán, estava conectada à Espanha por meio de Veracruz e seu porto em San Juan de Ulúa (...) Lima e seu porto de Callao estavam conectados ao mar dos Caraíbas e a Sevilha pelo istmo do Panamá”, *ibidem*, pg. 351.

²⁴ “A tentativa da Espanha de livrar-se de seu atraso e sua letargia e de recuperar seu comércio colonial dos entrepos estrangeiros constituiria uma grande parte da história do século XVIII”, *ibidem*, pg. 388.

pujante expansão econômico-comercial dos britânicos, que por sua vez invade o interior do espaço sul-americano ao promover o crescimento de alguns ramos produtivos ligados às necessidades da pioneira potência industrial, como a pecuária (couro e sebo bovino)²⁵.

Abandonada em 1541 e refundada em 1580, a cidade e a região de Buenos Aires tiveram pouca importância nos primeiros séculos da colonização espanhola. Porém, com o passar dos anos, as vantagens e conveniências de um porto Atlântico na América do Sul terminaram por se impor. Já em 1622 o comércio com a América portuguesa chegou a incomodar a coroa espanhola que limitou o tráfico nesta cidade com a Espanha em dois navios de cem toneladas por ano. No entanto, “As possibilidades de contrabando (...) estavam destinadas a fazer fracassar esse precário objetivo de manter um posto avançado estratégico no estuário do Prata embora restringindo, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento comercial”²⁶. Além disso, se do porto de Callao e Lima até a região de Potosí o mercador percorria dois mil e quinhentos quilômetros de caminhos montanhosos que tardavam cerca de quatro meses para serem percolados, a rota a partir de Buenos Aires oferecia caminhos planos que não tardavam mais que dois meses para serem cobertos. Essa diferença terminava por elevar, por exemplo, em seis ou sete vezes o preço de uma vara de pano, caso esta tivesse seu porto de entrada em Callao ou Buenos Aires. O início da produção agropecuária para exportação na região foi também o momento em que Buenos Aires e seu porto se consolidaram como o principal elo entre as minas de prata peruanas e o continente europeu²⁷.

Com a Revolução de Maio, o fim do período colonial acelerou a profunda transformação que a economia da cidade e da futura província de Buenos Aires estavam experimentando ao fim do século XVIII e início do século XIX. Como centro administrativo de uma vasta região e cabeça da rede comercial que se espalhava pelo vice-reino, Buenos Aires foi extremamente afetada pelas guerras de independência da América Espanhola, principalmente pelas lutas contra as Intendências tradicionalmente ligadas à Lima. A desarticulação das redes comerciais do Vice-Reino do Prata, aliada à desorganização da produção pecuária da Banda Oriental (atual Uruguai) e da região conhecida como “Mesopotâmia” – atuais províncias de Entre Rios e Paraná -, foi determinante para as

²⁵ ANSALDI, Waldo, “Notas sobre la formación de la burguesía argentina, 1780-1880”, in *Orígenes y desarrollo de la burguesía en América Latina, 1700-1955*, coord. Enrique Florescano, México; Caracas; Buenos Aires: Editorial Nueva Imagen, 1985, pp. 520-521.

²⁶ MORSE, Richard M., “O desenvolvimento urbano da América espanhola colonial” in *História da América Latina: América Latina Colonial*, vol. 2, org. Leslie Bethell, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 84-85.

²⁷ FERRER, Aldo, *La economía argentina: Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963, pp. 53-56.

transformações econômicas ocorridas na região de Buenos Aires. Mesmo com a crescente produção de couro destinado ao mercado espanhol e principalmente inglês - no século XVII foram exportadas uma média de 20 mil peças de couro por ano, em meados do século XVIII chegou-se a 150 mil e superaram o milhão no fim deste – ao fim do século XVIII e começo do XIX, 80% das exportações e importações realizadas naquele porto eram relativas à produção e ao mercado da prata peruana²⁸.

Juan Bautista Alberdi, proeminente figura na construção do Estado nacional argentino durante a segunda metade do século XIX, ao analisar o período, afirmou que:

“A Revolução de Maio [*de 1810*] foi uma dupla revolução: contra autoridade da Espanha e contra a autoridade da Nação Argentina. Foi a substituição da autoridade metropolitana da Espanha pela de Buenos Aires sobre as províncias argentinas; o colonialismo portenho substituindo o espanhol. Foi uma dupla declaração de guerra: da guerra da independência e da guerra civil”²⁹.

A partir do chamado período Revolucionário (1810-1820), a região do antigo Vice-Reino mergulhou em uma longa Guerra Civil, cujos resultados somente seriam conhecidos ao fim do século. De imediato, devemos reter que a perda das minas de prata do alto Peru, o aumento da demanda Atlântica por couro e sebos animais, a desorganização da produção pecuária na “Mesopotâmia” e na Banda Oriental, assim como o fim do monopólio comercial e a desarticulação da rede comercial do Vice-Reino foram determinantes para, enfim, consolidar a produção e exportação agropecuária na região de Buenos Aires³⁰.

Antes de avançarmos sobre o desenvolvimento da economia agropecuária na região de Buenos Aires, devemos ressaltar que já no século XVIII a região dos pampas havia sido um pólo de atração para imigrantes, principalmente durante as diversas crises da mineração peruana que levaram centenas de famílias, e às vezes jovens sozinhos, a migrarem de maneira temporária ou mesmo definitiva para as disponíveis e férteis terras do chamado litoral (atuais províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes)³¹. Porém, foi durante a transformação da área em região de produção agropecuária a partir do início do século XIX que os pampas passaram a atrair um grande número de *criollos* originários de outras

²⁸ Para a exportação de couro, ver FERRER, Op. Cit., pg. 59. Para a porcentagem das exportações realizadas pelo porto de Buenos Aires, ver ANSALDI, Op. Cit., pg. 521. Sobre a perda do comércio com o alto Peru e a desorganização da produção pecuária na “Mesopotâmia” e na Banda Oriental, ver HALPERIN DONGHI, Tulio, *La formación de la clase terrateniente bonaerense*, Buenos Aires: Promoteo Libros, 2007, pg. 24.

²⁹ ALBERDI, Juan Bautista, 1895 apud. PEÑA, Milcíades, *El paraíso terrateniente: federales y unitarios forjan la civilización de la cuero (1810-1850)*, Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975, pg. 25.

³⁰ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pp. 75-82, FERRER, op. Cit., pp. 60-61 e ANSALDI, op. Cit., pp. 258-259.

³¹ BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge, *Historia del agro argentino: Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*, Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2001, pg. 81.

localidades do vice-reino, como Paraguai, do noroeste (Salta, Jujuy, Catamarca e La Rioja) e Alto Peru. Se em 1810, do total da população que ocupava o atual território da República Argentina, cerca de 33% habitava o litoral, o censo de 1869 aponta um crescimento para 49% da população habitando essa região, com destaque para o crescimento populacional na Província de Buenos Aires. Da abertura dos portos até o primeiro censo argentino, período de pouco menos de cem anos, a população da Província de Buenos Aires – incluindo a cidade – saltou de pouco mais de 40.000 para quase 500.000 habitantes. Crescimento este que não foi interrompido, mas acelerado durante os anos do *boom* de exportações ao fim do século XIX, complementando a imigração interna com enormes contingentes de origem europeia, como veremos mais adiante.

Gráfico 1.1 : Evolução da população. Buenos Aires, cidade e área rural (1778-1869)

Fonte: BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., p. 81.

A produção de alimentos nos pampas não era uma novidade e havia se desenvolvido desde os tempos coloniais de maneira muito específica em relação à boa parte da América espanhola. Enquanto em regiões densamente povoadas por indígenas, como o Paraguai e o México, os colonos espanhóis incorporaram um sem número de produtos nativos à sua subsistência – principalmente o milho, a mandioca e a erva-mate -, a dispersa população originária dos pampas, que não foi exterminada, nunca se submeteu aos colonizadores e conservou uma independência relativa dos povoadores *criollos* e espanhóis por diversos séculos. Tal situação acarretou em uma produção agrícola na região similar à praticada na península Ibérica e determinou a pouca importância dos produtos nativos e a proeminência da produção de trigo e gado pelos colonos.

A existência de um centro urbano em crescente expansão e cuja principal característica era a atividade comercial – tanto local quanto ultramarina – fez com que a produção agrícola pampeana ultrapassasse o marco da subsistência chegando até a produzir alguns saldos de exportação³², muito diferente do ocorrido no interior do vice-reino. A população flutuante de marinheiros, escravos e colonos de passagem para Potosí, além dos navios que se dirigiam ao Cabo Horn, forneciam um mercado atraente para produção de trigo e comercialização de produtos elaborados com esse cereal. Porém, a produção de trigo foi gradativamente superada pela criação de gado em decorrência do já mencionado aumento de demanda do mercado internacional por couro e outros subprodutos da pecuária. Se entre 1766 a 1770 o valor total da arrecadação do dízimo eclesiástico era composto em 80% pelos produtos agrícolas, entre 1796-1800 a produção de grãos representava 65% do arrecadado, enquanto a pecuária atingia os 29%³³.

Outro grande estímulo para a produção pecuária, a partir do começo do século XIX, além do couro e sebo, proveio do aumento da demanda de alimentos por parte da população escrava que trabalhava nas lavouras de algodão, açúcar, tabaco e café, principalmente em Cuba e no Brasil. O charque se transformou na principal e mais barata fonte de proteínas para o enorme contingente de trabalhadores escravos e das classes populares nessas regiões. No bojo desse estímulo externo, se instalaram às margens do Rio da Prata os primeiros saladeiros - em 1780 na Banda Oriental e 1810 nas cercanias de Buenos Aires³⁴.

Até então o criador de gado, depois de extrair o sebo e o couro do animal, caso tivesse obtido uma disputada permissão dos governos municipais, poderia vender sua carne nos chamados *mercados de abasto*. Caso contrário, o produtor simplesmente descartava a carne. A chegada dos saladeiros provocou o que Barsky e Djenderedjian chamaram de “quicá, a inovação mais importante da primeira metade do século XIX referente ao beneficiamento do gado para sua exportação desde o Rio da Prata”³⁵.

Cabe aqui ressaltar algumas especificidades da produção pecuária da região até o século XVIII e que, em grande medida, foram perdendo espaço para a criação de gado em propriedades rurais. A fácil adaptação dos gados ovinos, equinos e bovinos ao meio ambiente pampeano desde os princípios da colonização havia transformado esses animais

³² “Temos registros de que a maioria dos primeiros povoadores de Buenos Aires possuía pequenas propriedades que produziam algo de trigo e alguns outros bens agrícolas (...) é notável que esta precoce produção agropecuária local deixasse alguns saldos de exportação, como as diversas partidas de farinha que durante os primeiros anos de vida da cidade saíam com destino a alguns portos do Brasil ou a outros lugares”, BARSKY e GELMAN, op. Cit., pg. 44.

³³ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit, pp. 127-130.

³⁴ Ibidem, pp. 140-145.

³⁵ Ibidem, pg. 146.

nos principais alóctones da região. O chamado boi *cimarrión* (selvagem) era fonte de couro, sebo e carne tanto para colonizadores como para as populações indígenas. Com um estoque de grandes proporções, a obtenção destes produtos era organizada através das *vaquerías*.

Segundo Barsky e Gelman:

“Estas *vaquerías* consistiam em expedições de caça ao gado em campo aberto – geralmente bovino (mesmo que no início também equino)-, realizadas por grupos que usavam como principal instrumento as *desjarretadoras*, lanças com uma lâmina na ponta que serviam para cortar os tendões do gado e fazê-lo cair para proceder ao seu esquartejamento. Os relatos, às vezes impressionistas e impressionantes sobre estas expedições, nos mostram grupos humanos muito hábeis (os primeiros gaúchos) que vão derrubando os animais um atrás do outro com grande rapidez e terminados os que foram avistados, realizam seu esquartejamento e retiram-lhes suas partes úteis: o couro e às vezes algo de sebo e gordura, deixando a carne apodrecer, salvo aquela porção consumida no local mesmo.”³⁶

O beneficiamento da carne por meio de seu salgamento propiciou um aproveitamento mais integral do gado, convertendo rapidamente o charque em um dos mais significativos produtos de exportação da região. Foi também nesses estabelecimentos que começou a ocorrer um melhor tratamento do couro – principalmente com a utilização de arsênico – e, por fim, a demanda contínua por produtos pecuários por parte dos saladeiros promoveu o surgimento de empreendimentos rurais especializados na engorda do gado – conhecidos por *invernadas*.

Foi também anterior a 1870 o desenvolvimento de outra atividade de extrema importância no pampa argentino e que superou em importância – tanto em volume físico como em valor - a partir da década de 1860 a produção de couro e de charque: a criação ovina e a produção de lã. O gráfico abaixo ilustra a transformação ocorrida na pauta de exportações argentinas entre a independência e a década de 1870.

Gráfico 1.2: Principais exportações argentinas, em tonaladas (1810-1870)

³⁶BARSKY e GELMAN, op. Cit., pg. 59.

Fonte: gráfico elaborado com os dados fornecidos em FERRERES, Orlando J. (Dir.), *Dos siglos de economía argentina*, Buenos Aires: El Ateneo, 2010, pp. 707-708.

Segundo os inventários de 281 estâncias da província de Buenos Aires recolhidos entre 1754 e 1815, o rebanho ovino representava somente cerca de 7% do valor em animais. Isso não deve nos levar a desprezar o tamanho desse rebanho, já que o valor unitário destes em comparação com os bovinos, equinos e muares era muito menor. A criação de ovinos, que durante grande parte do período colonial esteve concentrada nas chamadas províncias do interior (principalmente Córdoba e Santiago del Estero), mesmo constituindo um produto marginal nas exportações da região do Prata, se disseminou no começo do século XIX pela região dos pampas.

A expansão da criação ovina a partir da década de 1850 está diretamente ligada aos processos desencadeados pela Revolução Industrial na Europa, principalmente na Inglaterra. Porém, as ovelhas que devoraram os homens durante os séculos XV ao XVIII e foram responsáveis pela gênese do capitalismo no campo inglês e respectivamente pelo desenvolvimento da manufatura na ilha, não foram a principal matéria-prima da Revolução Industrial. O espetacular e exaustivamente estudado desenvolvimento da indústria têxtil ao fim do século XVIII e começo de XIX ocorreu principalmente no ramo algodoeiro. A disseminação da fiação mecânica e o conseqüente barateamento das telas de algodão provocaram uma enorme transformação nas exportações de têxteis britânicos: se em 1786 pagava-se 38 xelins a libra-peso de fio de algodão, em 1832 a libra-peso custava apenas dois xelins e 11 piniques. Em 1766 foi exportado da Inglaterra o valor de 5.559.000 libras de lanifícios e apenas 200.000 libras de tecidos de algodão. Já em 1825 as exportações chegavam a 6.926.000 e 30.795.000 libras respectivamente. As limitações que a manufatura da lã

enfrentava em detrimento do algodão foram suplantadas com a introdução dos processos mecânicos na fiação da fibra animal somente na década de 1850 na região de Yorkshire e logo disseminados no continente europeu e nos Estados Unidos. A substituição da ureia humana pela soda cáustica na limpeza da lã crua seria outro fator que impulsionou nessa década a produção em larga escala de tecidos desse produto, elevando, por exemplo, o consumo de lã bruta na Grã-Bretanha de 85 milhões de libras em 1772 para 410 milhões em 1860³⁷.

O aumento vertiginoso levou os principais produtores laníferos – Estados Unidos, França e Inglaterra – a buscarem fornecedores para além de suas fronteiras. Novamente, usando a Inglaterra como exemplo, podemos observar uma transformação não apenas quantitativa na busca por lã importada – de 5% da lã utilizada na produção têxtil daquele país em 1800, em meados de 1850, essa porcentagem será seis vezes maior -, mas também relativa à diversidade de provedores: se em 1820 as importações de lã do continente europeu para a Inglaterra atingiam um valor 45 vezes maior que as provenientes da Austrália, do Cabo da Boa Esperança, da Índia e da América do Sul, em 1850 o valor das exportações além-mar chegaria a ser cerca de duas vezes maior que as oriundas do continente europeu, sendo o aumento do valor exportado pela América do Sul de aproximadamente espantosas 658 vezes. Em termos de valor, a lã, em seu auge - década de 1860 -, chegou a representar mais de 45% do total das exportações argentinas³⁸.

Com um baixo valor unitário e a pouca qualidade e produtividade da chamada ovelha *criolla*, a criação de gado ovino foi estimulada pelo aumento do preço da arroba de lã a partir da década de 1840³⁹, mas esse processo ocorreu especialmente na década de 1850 em decorrência da maior procura pela indústria têxtil, principalmente inglesa⁴⁰.

³⁷ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pp. 163-168.

³⁸ Ibidem, pg. 515.

³⁹ Ibidem, pg. 513.

⁴⁰ Ibidem, pp. 170-174

Gráfico 1.3: Evolução dos preços por atacado da arroba de lã em Buenos Aires (1822-1860)

Fonte: BARKSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., p. 520.

1.3 Transformações sociais durante a formação da estrutura social de acumulação capitalista argentina.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, no bojo da contradição entre capital industrial e exclusivo metropolitano:

“O capitalismo industrial ‘propõe’ a formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado. É desta periferia que deveriam fazer parte das economias latino-americanas, conjuntamente às demais economias pré-capitalistas”.⁴¹

Se trata de uma proposição, pois o capitalismo, em sua etapa competitiva, tem pouco poder de difusão nas áreas coloniais e não capitalistas⁴². No caso da América Latina, o capital industrial promove o início da crise das economias coloniais, a saber, estimulando o rompimento do pacto colonial. Deste processo devemos destacar dois pontos: por um lado, a avalanche dos produtos industriais ingleses que invadiu os territórios americanos foi estímulo e fruto direto do fim do exclusivo colonial, mas não implicou na extinção do regime de trabalho compulsório (escravismo, mita, encomienda) e na estratificação social básica destas sociedades. Por outro, os capitalistas industriais e livre-cambistas ingleses, no período das

⁴¹ MELLO, João Manuel Cardoso de, *O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1982, pg 45.

⁴² “O que nos choca retrospectivamente na primeira metade do século XIX é o contraste entre o enorme e crescente potencial produtivo da industrialização capitalista e sua incapacidade, bem patente, de quebrar as correntes que a prendiam. Poderia crescer drasticamente, mas parecia incapaz de expandir o mercado para seus produtos, proporcionar saídas lucrativas para seu capital acumulado, isso sem mencionar a capacidade de gerar emprego a uma taxa comparável ou com salários adequados”, HOBBSAWM, Eric, *A Era do Capital: 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pg. 58.

independências, do ponto de vista de seu poder político, eram impotentes para promover seus objetivos e no máximo conseguiram organizar protestos contra o tráfico negroiro.

É somente a partir da década de 1840, e em definitivo a partir da “Grande Depressão” da década de 1870, que o capital industrial inglês conseguiu estimular e promover a reorganização das economias pré-capitalistas. Podemos apontar o início deste processo na derrota dos protecionistas agrários com as *Corn Laws* de 1846 e na mudança do foco de acumulação da indústria têxtil para as de bens de produção depois da *Gigant Railway Mania* em 1845-1847, que estimulou a exportação de capitais e, portanto, a extensão das relações sociais capitalistas pelo mundo⁴³.

Se em algumas partes do globo, como na Índia, o capital industrial inglês consegue, a partir da década de 1840, criar um mundo “à sua imagem e semelhança”, na América Latina, segundo Cardoso de Mello, a força deste:

“(…) nem tem o mesmo poder, nem maior interesse na reorganização das economias nacionais. Não tem o mesmo poder porque estava diante de Estados Nacionais, por mais fracos que fossem, e não de suas colônias; não tem maior interesse porque não surgem por aqui oportunidades de inversão de capitais suficientemente atrativas, isto é, capazes, de concorrer tanto com as colônias inglesas, quanto, e principalmente, com os países que atravessavam vigorosos processos de industrialização”⁴⁴.

Em relação à região do Prata, o caso das Invasões Inglesas de 1806-1807 é bem ilustrativo. Quando tropas britânicas tomaram os portos de Montevideo e Buenos Aires, o rechaço dos invasores por parte de espanhóis e *criollos* mostrou a dificuldade de uma intervenção mais direta em uma área que não fosse a de suas colônias. Os episódios levaram a burocracia imperial inglesa a modificar o tipo de ação relativa às colônias espanholas, preterindo a opção militar por uma político-comercial⁴⁵.

Em última análise, o fraco poder de difusão do capitalismo sobre as recém-criadas nações latino-americanas ocorreu, não por problemas relativos à frouxidão da demanda externa por mercadorias dessas nações e internas à Inglaterra por matérias primas, mas devido a dois principais motivos: em primeiro lugar, pelas dificuldades internas aos países latino-americanos na organização de vigorosas economias exportadoras; em segundo lugar “(...) devido, em última instância, às suas próprias limitações [do capitalismo], porque só na

⁴³ MELLO, op. Cit., pp. 46-47. Cabe lembrar que em um breve período da década de 1820 o capital bancário londrino aventurou-se por algumas das recém-nascidas nações latino-americanas: bancos e empresas mineradoras na Argentina, empréstimos para o império brasileiro, uma estrada de ferro em Caracas e um canal na Nicarágua. Mas de nenhuma maneira pode-se equiparar com as exportações de capitais a partir da década de 1860. PEÑA, op. Cit., pp. 33-34.

⁴⁴ MELLO, op. Cit., pg. 48.

⁴⁵ ANSALDI, op. Cit., pg. 533.

Inglaterra havia atingido um estágio relativamente avançado”⁴⁶. A sorte e a maneira como foram inseridos os países latino-americanos no mercado internacional dependeu de uma combinação entre as demandas do capital industrial europeu, dos conflitos internos à estes países e dos grupos sociais que emergiram durante esse processo de transição.

Do ponto de vista da emergência de grupos sociais durante este processo de transição, foi durante o século XVIII que uma poderosa classe de comerciantes surgiu na cidade de Buenos Aires em decorrência da especialização no comércio e na administração colonial desencadeadas pela reorganização da economia do Império espanhol. Por sua vez, devido à alta complexidade das redes comerciais que ali tinham seu centro, essa classe pode ser dividida em algumas facções. São elas:

- a) Comerciantes dos produtos da metrópole: se dirigiam aos centros de alto consumo, como Potosí, Lima, Santiago do Chile, Salta e Córdoba. Os pagamentos eram recebidos em metálico, os quais primordialmente se dirigiam às casas comerciais na metrópole.
- b) Comerciantes que alternavam a atividade anterior com o comércio de produtos coloniais. A diferença em relação ao primeiro grupo é que os produtos metropolitanos eram trocados por produtos coloniais, como erva-mate, vinho, aguardentes, etc. O metálico era recebido na venda destes “produtos da terra” nos centros consumidores.
- c) Comerciantes ligados à exportação dos produtos coloniais. Basicamente aqueles que comercializavam couros, charque e sebo animal. Era o setor mais interessado na expansão dos mercados, e, portanto, inimigos do monopólio comercial da coroa espanhola. Realizavam o comércio dos produtos da metrópole somente no atacado, detendo poder e controle sobre redes comerciais não acessíveis aos dois grupos anteriores. Os conflitos com os primeiros grupos irromperam com a quebra do sistema monopolista ao fim do século XVIII.
- d) Comerciantes dedicados ao envio de metálico para a metrópole. Este setor estava vinculado ao anterior principalmente em consequência do contrabando. Essa relação se aprofundou com o rompimento de relações com a metrópole. Estes comerciantes retiravam uma porcentagem da operação de envio, redundando num lucrativo negócio.

Por último, surgiu, com as Reformas Bourbonicas, um novo e poderoso grupo:

⁴⁶ MELLO, op. Cit., pg. 48.

- e) Comerciantes de origem espanhola, principalmente da Catalunha, que cresceram com a expansão econômica da metrópole na segunda metade do século XVIII. Este grupo se especializou no comércio de consignação de casas comerciais espanholas e em operações rotineiras na *hinterland* de Buenos Aires. Construíram nesse circuito uma maior independência de seus mandatários espanhóis e uma maior dependência dos comerciantes do interior.

Esses últimos comerciantes não chegaram a introduzir grandes modificações na região, apesar da pressão que exerceram para abertura do comércio com a Inglaterra. Ao fim, acabaram se fundindo com a velha classe comerciante de Buenos Aires através principalmente do matrimônio⁴⁷.

Outro poderoso grupo que emergiu ao fim do século XVIII, mas que ainda não possuía a proeminência dos comerciantes, eram os pecuaristas. Estes, à medida que superavam sua dispersão e convergiam em interesses com os comerciantes contrários ao monopólio – dos quais dependiam a princípio para comercializar seus produtos –, começaram a ganhar projeção e chegaram a controlar metade dos postos do Real Consulado⁴⁸ no ano de 1797. Para Waldo Ansaldi:

“Mais que nenhum setor da sociedade argentina, os pecuaristas do Litoral são um produto genuíno das necessidades do mercado internacional e das Reformas Bourbônicas (...) A demanda externa por couros bovinos compete com êxito com a mais antiga atividade de cria e comércio de muares com o Alto Perú (...) provoca um decisivo processo de apropriação privada do gado – o gado *cimarrón* quase desaparece da província de Buenos Aires durante o século XVIII – e destaca o papel da estância como unidade de produção, na qual o trabalho assalariado é dominante e onde se combina quase sempre a pecuária com a produção de cereais”.⁴⁹

O papel da estância – grande propriedade rural - como motor do desenvolvimento do capitalismo argentino tem sido alvo de discussão por mais de meio século. O papel dos *terratenientes*, da oligarquia ou dos capitalistas dos pampas no desenvolvimento econômico argentino permeou também as diversas discussões políticas no país durante todo século XX.

Raul O. Fradkin resume estas discussões em três principais enfoques. No primeiro, entende-se que os proprietários rurais apelavam para sistemas de coação extra econômicas e exerciam o poder direto do Estado. Nessa vertente, mais que o desenvolvimento de modernas relações capitalistas, haveria ocorrido na gênese da estância um processo de subordinação violenta da população rural ao poder dos proprietários de terra. A segunda visão apresenta o

⁴⁷ ANSALDI, Op. Cit., pp. 524-527.

⁴⁸ Espécie de câmara de comércio criada em 1794, onde livre-cambistas e monopolistas discutiam.

⁴⁹ ANSALDI, op. Cit., pg. 528-529.

pampa desenvolvido por “empresários” agrários, com um comportamento racional e propulsores de relações predominantemente salariais. Segundo Fradkin, os dois primeiros enfoques, por mais que sejam antagônicos, tem um traço em comum: a estância aparece como central para a explicação da sociedade e economia dos pampas. Por fim, um terceiro enfoque procurou reconstruir nos pampas uma sociedade mais complexa, onde a pequena produção familiar tinha um importante papel e impunha limitações e restrições às estâncias. Estas unidades familiares combinariam produção de subsistência com a produção mercantil e, de acordo com os ciclos econômicos, podiam intervir no mercado como vendedores de mercadorias, força de trabalho ou consumidores. Durante a formação da estrutura social de acumulação capitalista nos pampas, distintas formas de trabalho assalariado e de exploração familiar estiveram articuladas com as enormes empresas agrícolas⁵⁰.

Uma possível leitura da análise que Waldo Ansaldi faz a respeito da formação da economia agropecuária nos pampas na primeira metade do século XIX permitiria articular de maneira simultânea as três versões.

Segundo o autor, a expansão da região passou por uma fase de subordinação da população rural gaúcha e indígena, que vivia nas fronteiras das áreas ocupadas pelas atividades agrícolas. As leis relativas à vadiagem, que voltaremos a comentar a seguir, são um exemplo desse comportamento dos produtores rurais.

A expansão obedeceu a uma racionalidade econômica, pois os crescentes investimentos na pecuária foram motivados pelo aumento da demanda do mercado internacional por esses produtos e pela alta lucratividade dessa atividade. E mais: com a desintegração da economia colonial a partir da década de 1820, os comerciantes da região de Buenos Aires, tanto livre-cambistas como principalmente monopolistas, passaram a diversificar seus investimentos adquirindo terras e empresas pecuárias – como os saladeiros⁵¹.

⁵⁰ FRADKIN, Raúl O., “Caminos abiertos en la pampa. Dos décadas de renovación de la historia rural rioplatense desde mediados del siglo XVIII a mediados del XIX”, in *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*, coord. Jorge Gelman, Buenos Aires: PrometeoLibros, 2006, pp. 189-207.

⁵¹ A família Anchorena é um exemplo bem ilustrativo de como os fatos impuseram uma mudança de tática e uma acomodação às novas circunstâncias por parte de alguns comerciantes, principalmente da categoria **b**, que alternavam o comércio de produtos metropolitanos com o de produtos da terra. Comerciantes consignatários de casas espanholas, a família Anchorena se aproveitou de suas relações de poder e informação para se adaptarem ao livre comércio. O filho mais novo, Nicolás, em 1814 passou uma temporada no Chile comercializando ervamate. Retornado o Chile pelos exércitos realistas, Nicolás abandonou o país e rumou em 1816 ao Brasil, onde começou a negociar couro, sebo e charque. Construindo uma rede de contatos que ia do Rio da Prata, passava por Rio de Janeiro e Havana e chegava à Londres, o pródigo caçula voltou ao seu país em 1822 e iniciou a família na produção pecuária, atividade cujo nome Anchorena ficaria associado na história. LAZÁRO, Alicia Gil e MIRA, Guillermo, “Minería, comercio e moneda en un período de transición. Potosí, la crisis colonial y las bases del crecimiento económico del Río de la Plata después de la Independencia”, in *La desintegración de la*

Por fim, a convivência entre grandes e pequenos proprietários ocorreu principalmente nas áreas de ocupação mais antigas – como ao norte de Buenos Aires –, pois a incorporação de novas terras e a formação das grandes estâncias no período posterior à independência ocorreram a partir da fronteira ao sul com o “deserto” indígena.

A partir da aliança de comerciantes e pecuaristas da província de Buenos Aires e do litoral - esboçada na década de 1820⁵², tumultuada durante os governos de Juan Manuel Rosas (1829-1832 e 1835-1852)⁵³, reatada após a batalha de Pavón em 1861⁵⁴ - emergiu a principal força social do século XIX na Argentina. Porém, a subordinação de outras forças sociais, não só localizadas no chamado Litoral – ou mesmo na cidade de Buenos Aires – como nas províncias do Interior e mesmo das camadas mais baixas da sociedade - foi um longo processo que não terminou com a reintegração da Província de Buenos Aires ao país em 1862.

Esse processo, do ponto de vista das disputas entre as diversas facções da classe dominante argentina e aproximando as reflexões de Ansaldi com as de Oscar Oszlak, pode ser caracterizado como progressivo-regressivo – ou construtivo-destrutivo.

Progressivo pois destruiu as relações não capitalistas presentes no espaço em que se constituiu a nação argentina – a saber, a economia regional, o âmbito local das relações sociais e os sistemas locais de dominação política. E regressivo pois esse processo não tem força suficiente para romper o papel exercido na divisão internacional do trabalho: de fornecedor de produtos coloniais, constituiu-se no país uma economia que fornece ao centro do sistema produtos primários de exportação.

Construtivo porque contribui de forma decisiva na formação do mercado nacional, integrando as relações de produção e distribuição do interior aos ditames do moderno mercado internacional – isto é, a economia sem restrições e entraves regionais como os impostos provinciais. E destrutivo pois a formação do espaço nacional de acumulação obedece meramente aos interesses – e principalmente à formação de alianças políticas - do setor exportador-pecuarista do litoral, consolidado pela centralização do poder político e militar em um sistema de dominação em nível nacional⁵⁵.

economia colonial: Comercio y moneda en el interior del espacio colonial (1800-1860), org. Maria Alejandra Irigoin e Roberto Schmit, Buenos Aires: Biblos, 2003, pp. 45-48.

⁵² Para os anos posteriores a Revolução de Maio de 1810, ver HALPERIN DONGHI, Tulio, *Revolución y guerra: la formación de una elite dirigente en la argentina criolla*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1972, pp. 316-379.

⁵³ Para os anos de Juan Manuel Rosas, ver Cf. PEÑA, op. Cit.

⁵⁴ Para as alianças posteriores a queda de Rosas, secessão e reincorporação da Província de Buenos Aires no Estado argentino, ver Cf. PEÑA, Milcíades, *De Mitre a Roca: Consolidación de la oligarquía anglocriolla*, Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1973.

⁵⁵ ANSALDI, op. Cit., pg. 551 e OSZLAK, Oscar, *La formación del Estado argentino*, Buenos Aires, Emecé Editores, 2009, pp. 25-26.

No que diz respeito aos chamados “setores populares” ou marginalizados, se a Revolução e a guerra civil haviam destruído o relativo isolamento que estes tinham gozado durante o período colonial ao serem convocados como soldados ou partidários de tal ou qual facção política, os tempos de paz e de formação do espaço nacional de acumulação exigiram o enquadramento destes, tarefa que o Estado Nacional não se furtou de realizar. Leis relativas à vadiagem e a mendicância começaram a ser editadas já na década de 1820: os vagabundos são enviados para o serviço militar ou, se não tiverem condições físicas para a vida de caserna, para trabalharem em obras públicas. Mendigos só seriam autorizados a exercer seu ofício mediante autorização da polícia e se portassem uma identificação oficial. E por fim, a medida mais importante de todas por regulamentar o trabalho no campo, a imposição e obrigatoriedade dos peões rurais de portarem cadernetas que comprovassem seu “bom comportamento”, sob pena de reclusão ou alistamento militar⁵⁶. Ao impulsionar a construção de novas relações sociais, Estado e classes dirigentes argentinas destruíram as antigas formas de sociabilidade, exploração e lealdade com as classes dominadas⁵⁷.

Por fim, o *boom* das exportações agrícolas a partir da década de 1870, a “Campanha do Deserto” de 1879 e a ascensão do General Julio Argentino Roca a presidência no ano de 1880, acentuaram e outorgaram os traços definitivos da modalidade de produção, circulação e acumulação na Argentina⁵⁸.

1.4 Consolidação da estrutura social de acumulação capitalista argentina: urbanização, imigração, infraestrutura e industrialização.

Se fatores de ordem externa e interna contribuíram em grande medida para a formação da estrutura social de acumulação capitalista argentina, a expansão vertiginosa das exportações e a concomitante consolidação desse modelo de desenvolvimento econômico a partir de 1880 também só pode ser compreendida se nos ativermos às questões internas e externas relativas ao espaço nacional de acumulação capitalista argentino.

⁵⁶ HALPERIN DONGHI, op. Cit., pp. 358-359 e PEÑA, op. Cit., pp.44-45.

⁵⁷ Existe uma vasta literatura acerca desse processo, principalmente sobre as relações estabelecidas entre os caudilhos e seus seguidores, tratando de estabelecer os limites dessa relação e o grau de protagonismo popular das massas acaudilhadas. Para um estado atual da questão e um estudo de caso específico, ver DE LA FUENTE, Ariel, *Los hijos de Facundo: Caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional argentino (1853-1870)*, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. Em relação às populações urbanas, ver os trabalhos de SABATO, Hilda, *La política en las calles: entre el voto y la movilización (Buenos Aires, 1862-1880)*, Buenos Aires: Sudamericana, 1998 e LETTIERI, Alberto R., *La República de la opinión: políticas y opinión pública en Buenos Aires entre 1852 y 1862*, Buenos Aires: Biblos, 1999.

⁵⁸ OSZLAK, op. Cit., pg. 230.

Do ponto de vista interno, a famosa campanha militar conhecida como “Campanha do Deserto” de 1879 consolidou a ocupação da região dos pampas ao massacrar e expulsar para além do Rio Negro as populações indígenas. Até 1875 a fronteira com os territórios indígenas distava somente 300 quilômetros da cidade de Buenos Aires e era motivo de inúmeros conflitos entre produtores e populações originárias. Neste mesmo ano, por exemplo, o exército argentino resgatou 150.000 bovinos, 40.000 ovelhas e 20.000 equinos subtraídos pelos indígenas da região. Como resultado da ofensiva militar, entre 1876 e 1903, foram incorporados à produção agropecuária do país mais de quarenta milhões de hectares ao sul das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, assim como todo o território da atual província de La Pampa⁵⁹.

A ascensão à presidência em 1880 do General Julio Argentino Roca – não por acaso comandante máximo da “Campanha do Deserto” – consolidou os arranjos políticos e institucionais definitivos sobre a organização do Estado Nacional e aprofundou os traços da expansão econômica que vinham se desenvolvendo desde a primeira metade do século XIX: a expansão da produção agropecuária para exportação. É atribuído também a este processo político de pacificação e institucionalização dos conflitos entre as classes dominantes argentinas, depois de mais de meio século de luta armada, o enorme crescimento dos investimentos estrangeiros a partir da década de 1880, consequência de uma maior segurança institucional e das facilidades oferecidas pelo governo argentino para os investimentos, como as hipotecas de terras públicas e a ausência de limites das remessas de lucro⁶⁰.

Foi também uma iniciativa do governo Roca e sua *entourage*, conhecida sob a alcunha de “Geração dos 80”, a primeira tentativa de ordenar o sistema financeiro do país. Segundo

⁵⁹ BARSKY, Osvaldo e DJENDEREDJIAN, Julio, op. Cit., pp. 99-100, SCHVARZER, Jorge, *La industria que supimos conseguir*, Buenos Aires, Planeta, 1996, pg. 79 e PEÑA, Milcíades, *De Mitre a Roca: la consolidación de la oligarquía anglocriolla*, Buenos Aires, Ediciones Fichas, 1973, pp. 77-82.

⁶⁰ Roberto Cortes Conde e Fernando Rocchi assinalam que a partir desse processo político o Estado começou a garantir a segurança jurídica, a propriedade privada e o livre movimento de capitais, o que impulsionou os investimentos externos no país, CORTES CONDE, Roberto, “Problemas del crecimiento industrial Argentino (1870-1914)”, *Desarrollo Económico*, VI. 3, N° 1/2, Abril/Setembro de 1963, pg. 144 e ROCCHI, Fernando, “El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período de 1880-1916” in *Argentina. La construcción de un país*, org. Waldo Ansaldi, Buenos Aires: Sudamericana, 2009, pg. 20. Para um análise dos aspectos políticos da ordem que se consolidou a partir desses processos, ver BOTANA, Natalio R., *El orden conservador – La política argentina entre 1880-1916*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1977. Sobre a tal segurança jurídica devemos chamar a atenção para uma questão de maior importância. Não descartamos que esta garantia institucional contribua para o estímulo de investimentos, pois se faz necessário um ordenamento jurídico que garanta, de antemão e ostensivamente, as chamadas “regras do jogo” – direitos e garantias ao empreendedorismo e à propriedade privada, leis de imposição tributária, respeito aos contratos e aos aspectos jurídicos vigentes quando de sua formulação, etc. - ou, em outras palavras, as garantias jurídicas das trocas de mercadorias e da apropriação privada do lucro. Porém, devemos ter muito cuidado ao tratar as garantias jurídicas somente de maneira positiva. Suborno, corrupção e, em último caso, intervenções militares, tanto por golpes de Estado como por invasões estrangeiras, ou seja, a supressão de um ordenamento jurídico e constitucional foram largamente utilizadas durante o século XX para garantir a “segurança jurídica” dos investimentos.

Gerchunoff, Rocchi e Rossi, “a consolidação do Estado Nacional sobre o poder fragmentado das províncias não implicava somente no monopólio do uso da violência, mas também no monopólio da emissão de dinheiro (questão monetária) e o controle do orçamento e da emissão de dívida (questão fiscal)”⁶¹.

Desde a independência, a Argentina viveu uma sorte de caos monetário. Diversos bilhetes de curso forçado provinciais se sobrepunham a um grande número de moedas metálicas e estrangeiras. A emissão desenfreada de bilhetes era resultado das dificuldades das províncias em cumprir seus compromissos devido à baixa arrecadação - principalmente em tempos de guerra. Nesse ponto, Buenos Aires também se sobrepunha às outras províncias: a arrecadação de impostos de importação no porto havia possibilitado a estruturação de um esquema fiscal relativamente exitoso, colocando o Banco da Província de Buenos Aires como principal instituição financeira do país. Diversos foram os governos nacionais que buscaram submeter o banco ou mesmo criar um banco de alcance nacional que pudesse superar a proeminência da instituição bonaerense.

As tentativas de controlar o sistema monetário argentino tiveram que esperar até a crise de 1890, que levou à quebra de diversas instituições financeiras privadas e provinciais. A enorme especulação promovida pelos chamados “Bancos Garantidos” - instituições financeiras com permissão para emissões de pesos-papel respaldados em ouro, metálico esse que, por sua vez, afluía em grande medida por empréstimos da banca de Londres – terminou por aprofundar a péssima situação argentina, principalmente depois da quebra da inglesa *Baring Brothers* em 1890, maior credora do país.

A crise levou à renúncia do presidente Miguel Juárez Celman, substituído por Carlos Pellegrini que, aproveitando-se da situação desesperadora, bem diferente da confortável expansão econômica da presidência de Roca e que havia minado as pretensões do monopólio sobre a emissão de moedas, conseguiu eliminar os bancos nacionalizando suas dívidas e proibindo a emissão de bilhetes. A partir de então a Caixa de Conversão, instituição criada nos primeiros dias do governo Pellegrini, teria o controle sobre a emissão e o câmbio de bilhetes. O padrão ouro seria instituído no segundo governo Roca (1898-1904), que também regulamentou a existência de duas moedas: o peso moeda nacional – ou peso-papel – de curso forçado e circulação interna, e o peso-ouro para o comércio internacional.

⁶¹ GERCHUNOFF, Pablo, ROCCHI, Fernando, ROSSI, Gastón, *Desorden y Progreso: Las crisis económicas argentinas, 1870-1905*, Buenos Aires: Edhasa, 2008, pg. 41 e seguintes. Ver também PANETTIERI, José, *Devaluaciones de la moneda (1822-1935)*, Buenos Aires: CEAL, 1983.

Do ponto de vista externo, o enorme desenvolvimento econômico dos países do hemisfério norte a partir do fim da década de 1850 marcou definitivamente a supremacia da industrialização e do capitalismo sobre o mundo. A população europeia passou de 185 milhões durante as guerras napoleônicas para 266 milhões em 1850 e 400 milhões em 1900. Essa expansão demográfica impressionante, concomitante aos processos de urbanização e industrialização, produziu dois fenômenos: o crescimento populacional promoveu um grande aumento na demanda por produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que a exigência de trabalhadores fabris provocou um enorme êxodo rural no velho continente. O número de cidades com mais de 50 mil habitantes saltou de 32 em 1847-50 na Inglaterra para 48 em 1876-80; na França de 14 para 29; na Bélgica de cinco para 35 e nos Estados Unidos de 7 para 47. Alemanha, Dinamarca, Holanda e Suíça contavam com mais de 25 cidades com mais de 50 mil habitantes em 1876-80⁶². Segundo Hobsbawm:

“O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda de alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda desses mesmos setores por trabalho e, unindo os dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o padrão de consumo das massas e, portanto, sua demanda *per capita*. Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram vigorosamente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a capacidade da nova economia capitalista de proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção.”⁶³

A revolução que a metalurgia e o motor a vapor provocaram nos transportes e comunicações abriu novos espaços para produção e consumo de matérias primas e manufaturas, integrando as mais longínquas regiões do planeta nas trocas impessoais de mercadorias. As estradas de ferro, que na década de 1840 se limitavam a Europa e América do Norte e não chegavam a somar oito mil quilômetros, em 1870 ultrapassavam os 200 mil quilômetros e em 1880 chegavam a mais de 350 mil quilômetros. Presentes em somente 12 países da Europa e na América do Norte no ano de 1845, em 1875 os caminhos de ferro compunham a paisagem de 42 países nos cinco continentes; em sete países percorriam mais de dez mil quilômetros⁶⁴.

Como visto anteriormente, até a década de 1880, o couro, o charque e principalmente a lã constituíam os principais produtos argentinos de exportação. Os cereais, com maior destaque para o trigo, e a produção de carne congelada e resfriada, no bojo da demanda

⁶² HOBBSAWM, op. Cit., pp. 425-426.

⁶³ Ibidem, pg. 247.

⁶⁴ F.X. von Neumann-Spallart, *Übersichten der Weltwirtschaft*, Stuttgart, 1880, pg. 336. “Eisenbahnstatistik”, *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 2. Ed., Iena, 1900, apud. HOBBSAWM, op. Cit., pp. 87-88.

européia, começaram a despontar como principais produtos de exportação do país entre as décadas de 1880 e 1890.

Neste período, a área cultivada no país passa de 580.000 hectares em 1872 para 2.500.000 hectares em 1888⁶⁵. Só o trigo, que em 1873 ocupava 73 mil hectares, em 1888 chegou aos 815 mil e na década de 1900 a mais de três milhões de hectares. A exportação deste cereal saltou em toneladas a partir da década de 1890, ao mesmo tempo em que o valor total das exportações argentinas ultrapassou a marca dos US\$ 100 milhões de dólares correntes⁶⁶. O chamado trigo Bareletta, variedade mais antiga utilizada no país, tinha um rendimento muito variável – a produtividade oscilava entre 500 a 3.000 kg por hectare. Porém, com o sucesso das exportações, novas variedades foram introduzidas, como o trigo francês – ou Burdeos, comum em pequenas propriedades, com uma produtividade que oscilava entre 1.200 e 1.600 kg por hectare e um rendimento formidável na produção de farinha - e o tuzela – também de origem francesa e ótimo para terras pouco férteis⁶⁷.

A produção e o beneficiamento da carne foi outra atividade estimulada pelas necessidades europeias em suprir seus trabalhadores e populações urbanas de alimentos. A busca por métodos higiênicos e seguros de resfriamento para o transporte deste produto já ocorria desde a década de 1870 e havia colocado em acirrada concorrência tanto norte-americanos, britânicos e franceses - em busca de tecnologia para o transporte da carne -, como Argentina, Austrália, Canadá, África do Sul, Nova Zelândia e também os Estados Unidos pela cria de animais⁶⁸.

A decadência do charque, aliado à crise do preço da lã, nos estertores do governo de Bartolomé Mitre (1862-1868), levou o governo a editar uma lei nacional em setembro de 1868 que autorizava o Poder Executivo a premiar o inventor ou o introdutor do melhor sistema para conservação de carnes. Segundo José Panettieri:

“Não só os sistemas apresentados eram irrealizáveis, como também a maioria destes transitava no terreno do ridículo. Falsos inventores, aventureiros de todos os tipos, muitos deles procedentes de países europeus,

⁶⁵ DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, *Los ciclos económicos argentinos*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973, pp. 13-18.

⁶⁶ GERCHUNOFF, Pablo, *Estadísticos*, in FERRERES, op. Cit., pg. 691

⁶⁷ *Nociones útiles sobre la República Argentina*, Ministério de la Agricultura, Dirección General del Comercio, Buenos Aires, 1921, pp. 25-27.

⁶⁸ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pp. 376-380, BARSKY e GELMAN, op. Cit., pp. 146-160, PANETTIERI José, *Argentina: Historia de un país periférico, 1860-1914*, Buenos Aires: CEAL, 1986, pg. 149 e seguintes, SCHVARZER, op. Cit., pg. 79.

sentiram atração pelo prêmio oferecido, mas ninguém pode apresentar uma mostra de carne fresca.”⁶⁹

A mais célebre tentativa de elaboração de um método de resfriamento na Argentina foi obra de um pitoresco cidadão italiano chamado Epaminondas Abate, mais conhecido por desenvolver insólitas técnicas de embalsamento de cadáveres e animais no início dos anos 1870. Durante essa década são realizados outros experimentos mais sérios - como o francês, com seu barco *Le Frigorifique* que em 1876 resfriava as carnes a 0° C – e, por fim, no ano de 1877 a embarcação francesa *Le Paraguay*, utilizando-se do método de congelamento Carré-Julien com gás amoníaco – que possibilitava transportar a carne a -30° C –, conseguiu com sucesso levar em boas condições alguns milhares de cordeiros e bois da Argentina para França.

Durante a década de 1880, estabelecimentos frigoríficos, tanto de capitais argentinos quanto ingleses e posteriormente estadunidenses, começaram a se instalar na região do Prata. De 1882 até 1902 operaram na Argentina o que Panettieri qualifica como frigoríficos primitivos. Antigos estabelecimentos saladeiros e de produção de sebo adaptaram-se às novas exigências com ajuda de capitais britânicos e gozando de apoio governamental através de subsídios, isenção fiscal e facilidades para a importação de equipamentos e materiais necessários a esta indústria. As principais plantas frigoríficas desse período são a River Plate Fresh Meat Co., estabelecida em Campana (à 70km da capital), fundada em 1883, e a Sansinena, conhecida como “La Negra”, em Avellaneda (grande Buenos Aires) no ano de 1885. De 1902 em diante corresponde ao que Panettieri denomina como segunda e definitiva etapa de instalação dos frigoríficos na Argentina. Nesta segunda etapa de expansão, a indústria da carne diversificou-se, tanto para atender ao mercado externo quanto para o crescente mercado interno, e teve como principal característica a entrada maciça de capitais estadunidenses no ramo: a chegada ao país do “Clube de Chicago” - o grande truste da indústria alimentícia estadunidense formado por Armour, Swift e Hammond and Moris. O truste tinha a liderança mundial na produção de carnes e despontava desde meados de 1880 como indústria de ponta no ramo. O desempenho da planta de La Plata é notável: em 1908, um ano após sua instalação, a Swift já havia recuperado 50% do capital investido e em 1911 e 1912 a empresa abriu mais dois frigoríficos no país.

Do quadriênio de 1885-1889 para o de 1890-1894, a Argentina incrementou sua exportação de carnes em quase 30.000 toneladas, sendo que 50% deste aumento é

⁶⁹ PANETTIERI, José, *Síntesis histórica del desarrollo industrial argentino*, Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1969, pg. 35.

responsabilidade das carnes ovina e bovina congeladas e/ou processadas pelas plantas frigoríficas instaladas no país – grande parte do aumento decorrente da proibição inglesa de importar animais vivos, o chamado *ganado de pié*, da região do Prata. Enquanto a exportação do *ganado de pié* rendia \$45 pesos-papel e fornecia apenas 255kg por cabeça, o novilho processado era vendido a mais de \$200 pesos-papel e fornecia em seu processamento 325kg por cabeça⁷⁰.

Em 1912, as exportações argentinas de carne são responsáveis por 64% das importações britânicas deste produto. A grande concentração deste ramo de produção desde sua implementação é a principal característica ressaltada por Jorge Schvarzer⁷¹. O autor nota a diferença em relação à Austrália e Nova Zelândia, dois produtores de carne que despontavam concomitantemente com a Argentina: enquanto o país sul-americano possuía sete plantas frigoríficas exportadoras, todas localizadas na área de influência da cidade de Buenos Aires, australianos e neozelandeses, com volumes de exportação menores, tinham 16 e 25 plantas independentes, respectivamente.

Na medida em que a carne bovina aumentava sua participação no comércio exterior argentino, melhorias no rebanho nacional começaram a ser realizadas por meio de cruzamentos com raças mais apreciadas no mercado europeu. Em 1895, 50% dos bovinos eram de origem *criolla*, 49,5% mestiços e 0,6% de outras raças. Já em 1914, o gado *criollo* representa somente 3,5% do rebanho argentino, enquanto os mestiços chegavam a 93,9% e os de outras raças a 2,5%. Esses dados demonstram o aumento da presença de animais reprodutores (principalmente das raças Durham, Shortorn, Hereford e Aberdeen Angus) que foram cruzados com o rebanho nativo. Os Durham e Shortorn, de origem inglesa e também amplamente consumidos nos EUA, têm de 58 a 60% de sua massa aproveitável como carne e em 30 a 40 meses atingem de 900 a 1.100kg⁷².

A “Era do Capital” também foi testemunha de, quiçá, a maior onda imigratória do mundo. Enormes contingentes humanos, principalmente da Europa, que, ou expulsos do campo ou que não foram absorvidos pelas nascentes oficinas e fábricas, eram atraídos para as novas áreas de exploração, pelos “mercados que surgiram do nada”. A Argentina foi o segundo principal destino desses imigrantes na América.

⁷⁰ *Nociones útiles sobre la República Argentina*, Ministério de la Agricultura, Dirección General del Comercio, Buenos Aires, 1921, pg. 77.

⁷¹ SCHVARZER, Jorge, *La industria que supimos conseguir: una historia político-social de la industria argentina*, Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2000, pp. 81-87.

⁷² *Ibidem*, pp. 41-47.

Entre os anos de 1873 e 1920, a população argentina saltou de cerca de dois milhões para quase nove milhões de habitantes⁷³. De 1857 a 1914 o país recebeu mais de quatro milhões de imigrantes, e segundo os dados compilados por Barsky e Djenderedjian, nos quatorze anos compreendidos entre 1871 e 1895 entraram no país um 1,9 milhão de imigrantes. Ainda que este número seja quase igual ao fluxo migratório para os Estados Unidos somente no quadriênio de 1871-1875 (um milhão e 500 mil), a imigração para a Argentina no período entre 1871 e 1895 superou em quase 800 mil e 500 mil imigrantes que chegaram ao Canadá e ao Brasil, respectivamente⁷⁴.

No período que vai de 1904 a 1913, a Argentina recebeu ainda quase dois milhões e quatrocentos mil imigrantes, quase outro milhão a mais que o Canadá e um milhão e trezentos mil a mais que o Brasil. O censo de 1914 aponta que do total da população argentina, 30% eram estrangeiros, em sua maioria italianos, espanhóis e uma quantidade significativa de imigrantes oriundos do Império Russo e Otomano⁷⁵.

Apontada por muitos membros das classes dominantes como pilar essencial para a construção de uma Argentina moderna, a imigração europeia para aquele país ocorreu tanto de maneira espontânea quanto através de estímulos estatais. A Lei Nº 817 de 1876, por exemplo, concedia direito a alojamento gratuito para os recém-chegados e transporte para os locais onde estes quisessem se estabelecer. Na Doca Norte do recém-inaugurado porto foi construído um abrigo com capacidade para 6.000 homens e 800 mulheres.

Mesmo que o fluxo migratório em direção a Argentina fosse fruto de seu desenvolvimento agropecuário, já na última década do século XIX 24% da população daquele país habitava centros urbanos de mais de 20 mil habitantes. Essa porcentagem se eleva a 37%, se considerarmos os centros urbanos com dois mil habitantes ou mais. No início do conflito mundial em 1914, 52,7% da população argentina era urbana e 62,1% dos cidadãos se concentravam na região dos pampas⁷⁶.

A cidade de Buenos Aires, capital política, principal centro econômico do país, assim como um dos principais portos da América, de 242 mil habitantes em 1873 atingiu a marca de

⁷³ Interpelação sobre a base de dados do censo tomados da população argentina (INDEC, 1975), in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 234-239.

⁷⁴ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pg 266.

⁷⁵ *Tercer Censo Nacional levantado el 1º de junio de 1914*, Tomo II, Buenos Aires: L.J. Rosso y Cia, 1916, pp. 398-399 e *Nociones útiles sobre la República Argentina*, Ministério de la Agricultura, Dirección General del Comércio, Buenos Aires, 1921, pg. 12.

⁷⁶ SILVEIRA, Maria Laura, *Uma país, uma região: fim de século e modernidade na Argentina*, São Paulo: FAPESP; LABOPLAN, 1999, pg. 61.

um milhão em 1905 e em 1914 ultrapassou um milhão e quinhentos mil moradores, sendo cerca de 50% destes estrangeiros⁷⁷.

A capital mantinha-se, desde o período colonial, como a principal porta de saída e entrada para os produtos produzidos ou importados pelo país. Já em 1865, das 330.000 toneladas de produtos exportados pelas províncias do litoral, 82% destas eram absorvidas pelo porto de Buenos Aires. Porém, é somente na década de 1880, com os recursos gerados pelo aumento das exportações de grãos, que a cidade conseguiu financiar instalações modernas que possibilitavam aos barcos realizar as operações de carga e descarga diretamente em terra. Entre 1887 e 1898 foram inauguradas as instalações conhecidas hoje como *Puerto Madero*, e entre 1894 e 1905 as do *Dock Sud*, perto do bairro da Boca. No ano de 1900, dez mil barcos aportavam na cidade anualmente, levando em ambos os trajetos quatro milhões de toneladas, transformando Buenos Aires no segundo maior porto da América, atrás apenas de Nova Iorque⁷⁸.

Em relação ao transporte terrestre, é notável o desenvolvimento da rede ferroviária argentina, financiada em grande medida por investimentos britânicos. De 1885 até 1914 a quilometragem total das estradas de ferro na Argentina saltou de 4.502km para 34.534km, sendo que 62,8% dessa rede, até o ano de 1895, concentrava-se nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba. A tonelage de cargas despachadas anualmente cresceu de 800 mil em 1880 para 34 milhões em 1914; já o número de passageiros anuais passou de 2,8 milhões para 75 milhões, respectivamente⁷⁹. Em 1900, a Argentina possuía a décima maior rede ferroviária do mundo e a rede da província de Buenos Aires superava em densidade (quilômetros de linha por quilômetro quadrado de superfície) a britânica. Para o ano de 1910, 35% do total de capitais estrangeiros investidos no país – cujos britânicos representavam 81% neste período – estavam nas estradas de ferro, seguidos de 30% destinados a títulos e empréstimos governamentais. Em 1875, essa relação era de 56,2% e 28,6% respectivamente⁸⁰.

Por fim, a industrialização decorrente do *boom* agroexportador – especialmente na cidade de Buenos Aires – é um fenômeno que não fugiu aos olhos dos contemporâneos. No já citado documento de 1921 do Ministério da Agricultura *Nociones útiles sobre la República Argentina* – espécie de material de divulgação internacional sobre as condições econômicas do país, com versões em alemão, francês e inglês – se lê:

⁷⁷ INDEC 1975, op. Cit., pg. 239 e *Tercer Censo Nacional*, Tomo II, pg. 3.

⁷⁸ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pp. 241-246.

⁷⁹ BARSKY e DJENDEREDJIAN, op. Cit., pp. 510-511 e *Tercero Censo Nacional*, 1914, tomo X, pg. 406.

⁸⁰ CORTES CONDE, op. Cit., pg. 145 e SCHVARZER, op. Cit., pg. 80.

“O desenvolvimento das indústrias extrativas e transformadoras do país surpreendem mesmo os mais otimistas, seja sobre o ponto de vista qualitativo quanto quantitativo (...) É preciso ter em mente que elas nasceram e se desenvolveram quase em sua totalidade em um ambiente refratário, lutando contra suas competidoras similares estrangeiras”⁸¹

Alguns a acusavam de artificial e de moralmente daninha, pois desviava o país de seu caráter rural e pastoril original, além de fomentar uma série de conflitos e ideias “alienígenas”. Por outro lado, algumas figuras de destaque da sociedade argentina do período, como por exemplo o economista Alejandro Bunge, acreditavam que a solução para os problemas do país passava pelo aprofundamento da industrialização⁸². A divergência entre os historiadores que se debruçaram sobre o período, basicamente, se centra na questão: qual o alcance e o caráter dessa industrialização? Este é o tema de nossa próxima seção.

1.5 A industrialização da região de Buenos Aires: surgimento, características e sujeitos sociais.

Podemos encontrar duas correntes interpretativas que dominaram as análises sobre o período nas décadas de 1950 até 1970. A primeira – representada por Aldo Ferrer⁸³, Guido Di Tella e Manuel Zymelman⁸⁴ - atribuiu o débil desenvolvimento industrial do período do *boom* exportador à falta de suporte político e financeiro (privado ou público), uma vez que o Estado, bancos e empresas comerciais estavam totalmente sujeitos aos interesses das elites agroexportadoras e seus sócios internacionais até o choque externo da década de 1930. A segunda corrente teve duas vias de desenvolvimento: por um lado, a releitura mais detida dos dados disponíveis acusou um significativo crescimento industrial do período das indústrias ligadas ao setor agroexportador (frigoríficos, moinhos de trigo e produtores de vinho); por outro lado, Roberto Cortes Conde⁸⁵ e Carlos Diaz Alejandro⁸⁶ observaram o processo como o crescimento baseado em vantagens comparativas e a alocação mais racional de investimentos

⁸¹ *Nociones útiles sobre la República Argentina*, Ministério de la Agricultura, Dirección General del Comercio, Buenos Aires, 1921, pp. 67-68.

⁸² São diversas as passagens em que Alejandro Bunge chama atenção para o problema. Uma das mais emblemáticas, quando relaciona a industrialização e a independência econômica da Argentina dos países compradores de seus produtos agrícolas, pode ser vista em BUNGE, Alejandro, *Los problemas económicos del presente*, Buenos Aires, 1920, pg. 15.

⁸³ FERRER, Aldo, *La economía argentina: Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963.

⁸⁴ DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, *Los ciclos económicos argentinos*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

⁸⁵ CORTES CONDE, Roberto, “Problemas del crecimiento industrial Argentino (1870-1914)”. *Desarrollo Económico- Revista de Ciencia Sociales*, vol. 3, Nº1-2, Buenos Aires, abril-septiembre, 1963.

⁸⁶ DIAZ ALEJANDRO, Carlos, *Ensayos sobre la historia económica argentina*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

promovida pela liberdade econômica do período. Longe de querermos esgotar esta discussão, vamos ressaltar apenas alguns aspectos e conclusões dos trabalhos acima citados.

Para Aldo Ferrer, a diversificação da demanda resultante do aumento de ingressos durante o *boom* exportador não refletiu/resultou em uma transformação na estrutura produtiva. A enorme capacidade de importação que as divisas obtidas no comércio dos produtos agropecuários supriu, em grande medida, as necessidades de bens de consumo, principalmente das classes mais altas. As indústrias de produtos com pequeno grau de elaboração e as de beneficiamento dos produtos agropecuários eram as principais do ramo manufatureiro. Segundo o autor, “(...) a desigualdade da distribuição de renda [*resultado da enorme concentração de terras*] impulsionou o aumento das importações de bens de consumo e investimento suntuários, desestimulando o desenvolvimento de atividades voltadas ao mercado interno”⁸⁷.

A economia agroexportadora limitou o desenvolvimento da indústria ao que ele chama de “bens de utilização final”, ou bens de consumo direto, pois os investimentos na produção de bens de capital são extremamente arriscados devido ao montante inicial de capital necessário, ao tempo de maturação dos investimentos e à complexidade técnica. Assim, segundo Ferrer, na Argentina “o livre jogo das forças do sistema econômico tende a orientar o processo de industrialização para a expansão das manufaturas que produzem bens de utilização final, enquanto as indústrias de base e capital de infraestrutura são sonegados”⁸⁸.

Para Di Tella e Zymelman⁸⁹, a existência de uma incipiente indústria, principalmente de alimentos e vestimentas, foi decorrente do surgimento de um mercado para alguns produtos, resultado do grande fluxo migratório do período. Os estabelecimentos industriais existentes - em sua grande maioria eram pequenos e dedicados ao setor de alimentos e confecções - produziam mercadorias que as importações não podiam competir e de qualidade inferior, destinadas aos setores de menor renda. A Primeira Guerra Mundial teria produzido um processo de concentração de capitais ao encarecer os insumos industriais e criar reservas de mercado para alguns produtos específicos. Porém, uma política clara de estímulo à indústria teria de esperar até a depressão da década de 1930⁹⁰.

Roberto Cortes Conde, apesar de também observar o crescimento da indústria na região de Buenos Aires ao fim do século XIX e relacioná-lo à urbanização, expansão da produção agrícola e imigração, aponta duas grandes limitações para o processo de

⁸⁷ FERRER, Op. Cit., pp. 140-145.

⁸⁸ Ibidem, pg. 179

⁸⁹ DI TELLA e ZYMELMAN, op. Cit., pp. 106-108.

⁹⁰ Ibidem, pp. 144-146.

industrialização argentino, resultado da própria lei das vantagens comparativas que impulsionou o desenvolvimento agropecuário do país.

Em primeiro lugar, por se tratar de um processo de industrialização dependente do ingresso de capitais estrangeiros e da intensificação do comércio agropecuário, este estava condicionado pelas flutuações cíclicas dos países credores e dos preços internacionais. Além disso, o aumento da demanda por produtos alimentícios não aumentou na mesma proporção que a demanda por produtos manufaturados, prejudicando os países agroexportadores ao diminuir os investimentos externos e ao produzir uma balança comercial cronicamente instável.

O segundo motivo foi o fato de que os capitais que afluíram para a Argentina estavam prioritariamente destinados à produção agropecuária. Segundo o autor:

“Na realidade, a indústria apareceu em certo sentido como uma prolongação da atividade agropecuária principal. E precisamente foram esses tipos de atividades (saladeiros, frigoríficos, moinhos de farinha e fábricas de vinho) que receberam grandes aportes de capitais. Por outro lado, a maior parte dos estabelecimentos recenseados foram pequenas oficinas que sofriam de uma aguda escassez de capitais”⁹¹.

Do ponto de vista político e social, Cortes Conde afirma a inexistência de grupos econômicos dinâmicos capazes de impulsionar um processo de industrialização. As atividades industriais mais importantes estavam ligadas à produção agropecuária, o que convergia, ao invés de contrapor, seus interesses. Nas outras manufaturas, onde prevaleciam as pequenas oficinas com poucos operários, seu isolamento e sua debilidade econômica indicavam a falta de poder político desse setor. E por último, o grande número de estrangeiros proprietários de manufaturas mantinha-os afastados das esferas de decisão política do país, o que implicava em uma total ausência de políticas que incentivassem a industrialização por meio, por exemplo, de medidas protecionistas.

Para Carlos Diaz Alejandro, a origem da indústria argentina é resultado da propagação do dinamismo do setor agroexportador para outros setores da economia e, portanto, “os frigoríficos e outros estabelecimentos fabris que se utilizam de produtos agropecuários, como principais insumos fornecem um enorme impulso para a indústria”. Porém, este crescimento anterior a 1930 produzido pelas exportações agropecuárias e importações de capitais não era resultado de um aumento da demanda global crescente, mas “porque – e isso é o mais importante – as exportações e as entradas de capital originaram uma distribuição de recursos

⁹¹ CORTES CONDE, op. Cit., pg. 151.

muito mais eficiente que as que poderiam ter resultado de políticas autárquicas”⁹². O crescimento industrial entre 1900 e 1929, assim, deve ser atribuído às exportações (frigoríficos e moinhos de farinha) e ao crescimento da demanda interna por alimentos, com uma contribuição pequena do processo de substituição de importações⁹³. O livre comércio foi o grande impulsor da indústria argentina.

Ambas as correntes colocam como crucial a crise de 1929 e a década de 1930 para o desenvolvimento industrial argentino. A intervenção estatal a partir de 1930, responsável tanto por transformar a indústria no setor mais dinâmico da economia argentina, quanto por promover a estagnação econômica ao alocar recursos dos setores mais dinâmicos para a promoção da substituição de importações, é colocada como principal personagem. As mudanças ocorridas na condução do Estado argentino na década de 1930 e 1940 – com a defenestração dos produtores rurais do poder político - teriam, segundo alguns, promovido a possibilidade de um verdadeiro processo de industrialização e do chamado crescimento endógeno da economia, e para outros, promovido a estagnação econômica ao impulsionar, mediante o sangramento dos setores mais dinâmicos, uma política artificial de substituição de importações. Construtivo ou destrutivo, resgatando as reflexões de Waldo Ansaldi, para ambos, o processo de industrialização argentino estaria ligado à crise econômica e consequentemente política que se abateu sobre os grandes produtores rurais depois de 1929.

Em relação aos conflitos entre os interesses agroexportadores e industriais, que teriam se resolvido, segundo as interpretações acima citadas na década de 1930 em favor dos segundos, os estudos de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero realizados no final da década de 1960⁹⁴ jogaram uma nova luz sobre o tema. Apesar de aceitarem o paradigma da crise de 1929 como fundamental para o surgimento da moderna indústria no país, afirmam que o golpe de 1930 que derrubou o presidente Hipólito Yrigoyen não significou a ascensão de novos grupos sociais ao poder, mas o retorno dos grandes proprietários de terra, parcialmente excluídos do Estado argentino desde as eleições de 1916. Portanto, a política deliberada de industrialização não surge concomitantemente à ascensão e pressão exercidas pelas camadas médias e operárias ou por uma burguesia industrial, mas sim “são as forças conservadoras oligárquicas que controlam o Estado (...) e a elas devem-se atribuir, portanto,

⁹² DIAZ ALEJANDRO, op. Cit., pp. 20-24.

⁹³ Ibidem, pp. 210-211.

⁹⁴ A série de artigos publicados no final dos anos de 1960 foram transformados no livro MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlo, *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina, 1971.

as medidas e propostas estatais que favoreceram de fato o progresso da indústria”⁹⁵. Ao contrário, os setores médios – urbanos e rurais agrupados na *Unión Cívica Radical* e derrubados no golpe de setembro de 1930 – foram os grandes opositores da política de industrialização, tida como artificial e contrária à vocação natural do país: a agricultura.

Se do ponto de vista político 1930 não havia representado uma ruptura – mas, teria sido o retorno dos grandes proprietários rurais ao poder –, o que dizer sobre o nascimento da moderna indústria argentina, já que aquelas forças sociais que pretendiam ter desencadeado este processo não foram responsáveis por ele? Ainda debruçada sobre os mesmos dados que as interpretações acima citadas – censos oficiais e dados macroeconômicos elaborados principalmente pela CEPAL – uma terceira corrente de interpretação relativa ao nascimento da moderna indústria argentina começou a se desenvolver nos anos 1970. Javier Villanueva, em seu artigo “*El origen de la industrialización argentina*”, publicado em 1972 na revista *Desarrollo Económico*, chama atenção para as taxas de crescimento da capacidade industrial pelo menos igual ou maior no período compreendido entre 1911-1929 que entre 1929-1939. A participação da indústria no produto interno bruto, a taxa de formação bruta de capital fixo e as importações de máquinas e equipamentos atingem seus picos entre os anos de 1923 a 1930. Analisando as datas de fundação das indústrias constantes nos censos industriais de 1935 e 1946, Villanueva revela que em 1935 cerca de 78% do valor da produção industrial proveio de estabelecimentos fundados antes de 1930 e que representavam 66% do total das indústrias; em 1946, estes estabelecimentos ainda são responsáveis por 60% do valor da produção e de 36% do total de indústrias. Assim, segundo o autor, o nascimento da moderna indústria argentina antecedeu em uma década ao que as interpretações acima citadas tinham estabelecido. A base para a expansão industrial pós-1929 se deu através da utilização da capacidade ociosa produzida pelos enormes investimentos da década de 1920⁹⁶.

Poderíamos incluir no mesmo percurso de investigação, ou seja, na busca das origens da indústria argentina antes da década de 1930, a interpretação de Jorge Schvarzer e seu livro *La industria que supimos conseguir: Una historia político-social de la industria argentina*. Recorrendo a memórias e anedotários, como o livro de Alfredo Malaurie e Juan Gazzano *La industria argentina y la Exposición del Paraná* de 1888, Schvarzer localiza alguns pioneiros da moderna indústria na Argentina já na década de 1860: o alsaciano Emilio Biecketer e sua cervejaria fundada em 1860 com uma chaminé de 65 metros de altura; o norte-americano

⁹⁵ Utilizamos aqui a tradução para o português de J.A. Guilhon, MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C., *Estudos sobre as origens do Peronismo*, trad. J.A. Guilhon Alburquerque, São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, pg. 16.

⁹⁶ VILLANUEVA, Javier, “El origen de la industrialización argentina”, *Desarrollo Económico*, VI. 12, Nº 47, pp. 471-476.

Melville S. Bagley, que ao lançar seu licor de cascas de laranja em 1864, a *Hisperedina*, causou furor na cidade ao utilizar-se de estratégias publicitárias inéditas na região do Prata e de lograr contratos de fornecimento exclusivo para o exército argentino durante a Guerra do Paraguai; o francês Benito Noel, fundador em 1847 de uma fábrica de doces que nas décadas seguintes se transformou na maior do país; e alguns outros casos de empresas que lideraram seus ramos de produção por décadas e existem até os dias atuais.

Segundo Schvarzer, estes primeiros estabelecimentos industriais foram impulsionados em grande medida devido ao crescimento do mercado consumidor da Capital Federal e tinham três características comuns: seus fundadores eram imigrantes cujo principal ativo era sua experiência profissional no ramo, um certo espírito empreendedor (característico de suas origens sociais e culturais) e a sensibilidade para perceber quais as possibilidades de negócios que produziriam uma alta rentabilidade desde o primeiro momento, a única forma de superar a escassez de crédito e capitais naquele período.⁹⁷

Para o autor, esse padrão de pequenos empreendedores foi sepultado já a partir da década de 1880, ainda mais depois da crise de 1890, e substituído pela formação de grandes indústrias ligadas a grandes e diversificados grupos econômicos que cresciam com o ritmo alucinante das exportações agrícolas. O fluxo migratório transbordava a capital, formando cidades no interior que, conectadas às estradas de ferro, criaram um mercado nacional e novas possibilidades de lucrativos investimentos no setor produtivo: as têxteis *Fábrica Argentina de Alpargatas* e *La Primitiva*; a cervejaria *Quilmes*; as alimentícias *La Matrona*, *Río de la Plata Flour Mills and Grains Elevators*, mais tarde *Molinos Río de la Plata*; as metalúrgicas *Tamet*, *La Cantábrica* e *Vasena* são alguns dos exemplos citados pelo autor destas grandes e modernas fábricas que surgem neste período. Segundo Schvarzer:

“Um grupo de indivíduos, muito dinâmicos, controlava porções decisivas do poder econômico e do acesso à riqueza social durante o período analisado [1880-1914]. Formavam parte da elite social, exibiam notável capacidade de decisão, conhecimento dos mercados locais, acesso fluido aos escritórios do governo (que às vezes ocupavam eles mesmos), contatos muito estreitos com instituições financeiras externas e outros fatores semelhantes que os colocavam em uma posição privilegiada para captar as possibilidades de negócios, potenciais ou reais, na economia local e convertê-las em lucrativas operações de acumulação de riquezas”⁹⁸.

⁹⁷ SCHVARZER, op. Cit., pp. 70-73.

⁹⁸ Ibidem, pg. 94.

Uma rápida passagem por este grupo de empresários⁹⁹ é suficiente para corroborar a sugestão de Murmis e Portantiero sobre a compatibilidade entre os interesses agroexportadores e a indústria, e não somente naqueles ramos ligados aos produtos agrícolas e pecuários. Conforme demonstra Schvarzer, se trata de uma convergência que antecedeu a conjuntura econômica específica posterior à crise de 1929.

Entre estes empresários se encontrava, por exemplo, Ernesto Torquinst. Nascido em 1842 em uma família de comerciantes ligados ao comércio de exportação, foi sócio de um frigorífico, fundador da *Tamet* – maior empresa metalúrgica da Argentina –, dono da primeira refinaria de açúcar do país, além de um banco. A *Casa Torquinst* era uma *holding* que detinha as empresas acima citadas e controlava uma vasta gama de empreendimentos, desde milhares de hectares de terra até negócios de importação.

A *Bunge y Born* foi fundada por Jorge Born e seu cunhado Ernesto Bunge no começo da expansão da produção de grãos na década de 1870. Ao fim do século XIX e início do século XX, a empresa havia expandido do comércio de exportação para a produção fabril. Da compra de uma pequena latoaria, formou-se a *Centenera*, a maior empresa de latas e embalagens metálicas do país. Fundaram também a *Molinos Río de La Plata*, principal fabricante de farinha na Argentina, além de uma fábrica de juta que dominou o setor por mais de meio século. As famílias Demarchi e Devoto, ligadas ao *Banco de Italia y Río de la Plata*, além de possuírem extensões quilométricas de terras, fundaram a *Compañía General de Fósforos* que detinha o monopólio deste produto e o controle vertical de toda sua produção: do papel e cartão para as embalagens até a química para o próprio fósforo¹⁰⁰.

Algumas pesquisas mais recentes corroboraram o cenário descrito por Schvarzer e aprofundaram os conhecimentos sobre as primeiras fases da moderna indústria argentina ainda no século XIX. O trabalho de Fernando Rocchi, *Chimineys in the Desert: Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870-1930*, ao se debruçar sobre dados desagregados e pouco estudados – como manuscritos dos censos, memoriais, relatórios de empresas, etc. – é o principal exemplo.

⁹⁹ Ressaltamos aqui que a diversificação era característica de um grupo de empresários, e não uma característica do empresariado argentino, da classe dominante argentina. Ao contrário, como demonstra Roy Hora, a passagem do século XIX para o XX é um período em que o empresariado nacional se especializa sobremaneira na produção agrícola, delegando ao capital estrangeiro as atividades de transporte, comercialização e financiamento da produção agrária. A riqueza baseada na propriedade da terra vai ser a responsável pelas fabulosas fortunas e também por mais de 70% do patrimônio total das fortunas pesquisadas pelo autor. Em suma, Roy Hora conclui que “(...) a elite proprietária argentina das décadas do fim do século [XIX] foi, essencialmente, uma burguesia latifundiária e que os empresários diversificados conformaram um apêndice significativo, mas em definitiva secundário, deste grupo”. HORA, Roy, *Los terratenientes de la pampa Argentina. Una historia social y política, 1860-1945*, Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2005, pp. 80-101.

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 95-99.

Para Rocchi dois fatores concorreram a partir da década de 1870 para sustentar o processo de industrialização nas décadas seguintes: a depressão econômica mundial e a imigração. Após viver o *boom* da lã nas décadas de 1850 e 1860, a Argentina entra na década de 1870 com sérios problemas relativos ao seu déficit comercial, decorrentes da queda do preço da lã. Em 1876 o país abandonou o padrão ouro (adotado desde 1867) e começou a taxar a importação de alguns produtos para tentar reduzir o déficit comercial. Aliado a essas taxas, a desvalorização do peso, o crescimento populacional decorrente da imigração e a recuperação econômica depois da depressão - impulsionada pelo crescimento da produção de grãos e dos investimentos britânicos - criou um clima favorável para a substituição de alguns produtos importados.

Porém, segundo o autor, o grande salto da indústria ocorreu depois de 1890, quando uma crise bem maior que a desencadeada em 1873, decorrente de uma enorme especulação com terras e estradas de ferro – e a quebra da casa *Baring Brothers* em Londres -, levou o governo a realizar novos aumentos de tarifas sobre produtos importados para tentar conter o déficit comercial. A enorme quantidade de máquinas que foram introduzidas nos prósperos anos 1880 na produção de cerveja, artigos de couro, cigarros, fósforos, sabão, velas, papéis e sapatos, sustentou o grande crescimento da indústria observado na última década do século XIX em um ambiente recessivo, porém bastante protecionista provocado pela crise de 1890.

Algumas fábricas mais que dobraram o número de operários no período compreendido entre 1880 e 1900: a *Vasena* aumentou o número de operários de 68 em 1887 para 500 em 1898; a *Compañia General de Fósforos* saltou de 600 operários em 1893 para 1500 em 1905; a cervejaria *Quilmes* de 200 operários em 1893 para 800 em 1898. Trabalhando com dados fornecidos por Roberto Cortes Conde, Rocchi estima um crescimento entre 1875 e 1900 de 16,7% da produção industrial, crescimento maior que os 15,9% do PIB argentino no mesmo período¹⁰¹.

A expansão do consumo de bebidas industrializadas promoveu primeiramente o desenvolvimento da indústria de garrafas, que depois se diversificou em outros artigos de vidro. O crescimento da infraestrutura urbana e das oficinas de reparação das estradas de ferro promoveu também o desenvolvimento de um notável setor de metalurgia leve – o consumo de ferro e aço por habitante dobrou nas primeiras décadas do século XX. A Argentina passou a produzir parafusos, porcas, rebites, pregos e alfinetes, estruturas metálicas para construção e alguns implementos agrícolas.

¹⁰¹ ROCCHI, Fernando, *Chimneys in the desert: Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870-1930*, Stanford, Stanford University Press, 2006, pp. 16-36.

Deve-se notar que a abordagem mais original de Fernando Rocchi para a discussão é a sua análise da formação de um moderno mercado consumidor, consequência da produção de bens de consumo em grande escala e do crescimento dos ganhos per capita em decorrência do *boom* das exportações. A criação de grandes lojas de departamento que forneciam linhas de crédito, como a *Garth y Chavez*, assim como a adoção em larga escala de hábitos de consumo inéditos na região, como o cigarro, a cerveja e as roupas *ready-to-wear*, mostram o impacto e as transformações que a industrialização promoveu na virada do século XIX para o XX na Argentina¹⁰².

Segundo Rocchi, não se pode negar que a crise de 1929 tenha desencadeado um processo de substituição de importações, mas não o criou. Se a partir da década de 1930 o Estado passou a operar conscientemente na promoção da industrialização, isso não significa que este não cumpriu qualquer papel durante os anos do *boom* das exportações. Como mencionado acima, as medidas tomadas para aumentar a arrecadação do Estado durante os períodos das crises e déficits comerciais de 1873 e 1890 terminaram servindo como grande estímulo para a indústria. Porém, a manutenção dessas proteções, segundo Rocchi, “(...) não era nem de perto resultado de uma política pró-indústria doméstica, mas resultado da atividade de *lobbies* em volta de algum produto específico”¹⁰³.

Mesmo com esse novo panorama historiográfico, que começou a se desenhar com as pesquisas iniciadas por Javier Villanueva, tanto Schvarzer como Rocchi não deixaram de apontar as insuficiências deste processo que não logrou colocar a Argentina entre as potências industriais do século XX. As grandes, modernas e mecanizadas fábricas se limitavam a alguns setores específicos, mas que iam muito além dos frigoríficos e moinhos de farinha. O surgimento de cadeias produtivas foi escasso e o crescimento do mercado interno foi insuficiente para criar uma economia de grande escala, assim como as dificuldades relativas à produção de bens de capital e a dependência de uma série de materiais básicos – principalmente de ferro e combustíveis - impediram que a indústria argentina competisse no mercado mundial – alternativa muitas vezes utilizada por países com mercados internos diminutos, mas que se tornaram grandes economias industriais como a Bélgica, Holanda e os países escandinavos¹⁰⁴.

Uma das explicações para o débil desenvolvimento industrial do país no período diz respeito ao fato de que a industrialização afetaria diretamente os interesses britânicos,

¹⁰² Ibidem, pp. 50-85.

¹⁰³ Ibidem, pg. 208.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 244-245.

maiores credores e consumidores das exportações argentinas. Porém, ao analisar alguns casos, como a indústria têxtil de algodão e de sabão, Rocchi nota que o desenvolvimento dessas indústrias terminava por aumentar e diversificar as importações britânicas para a Argentina, na medida em que boa parte de sua matéria prima e alguns insumos não eram produzidos localmente. A indústria argentina, além de depender das importações de maquinaria e combustível, promoveu uma série de novas importações. Por exemplo, se por um lado a produção local de sabão substituiu as importações deste produto da Inglaterra, por outro incrementava enormemente as importações de soda cáustica, óleo de palma e talco¹⁰⁵.

Dados de 1914 fornecidos pelo já citado documento *Nociones utiles sobre la República Argentina* nos mostram o seguinte panorama no que se refere à porcentagem do consumo nacional e importado de produtos industriais, segundo os dados e classificações por ramo de produção do censo do mesmo ano. O gráfico abaixo demonstra em ordem crescente o maior grau de produtos nacionais consumidos segundo cada ramo de produção.

Gráfico 1.4: Produtos consumidos, por ramo de produção

A análise dos dados corrobora o panorama levantado por Rocchi. Alguns setores, como alimentos, confecção, gráfica e construção, possuem uma grande porcentagem de consumo de produtos fabricados na Argentina. A indústria química e metalúrgica, por mais que sejam representativas as porcentagens de bens importados consumidos na Argentina nesses ramos, tem uma significativa produção nacional. Porém, o mais interessante a se notar: o alto nível de consumo de roupas confeccionadas no país e a enorme quantidade de

¹⁰⁵ Ibidem, pp. 37-38.

fibras e fios – matéria prima das confecções – fornecem mais indícios sobre a diversificação das importações promovida pela industrialização de alguns ramos, como descrita por Rocchi na produção de sabão.

A análise das modificações na produção e consumo são essenciais para identificar um processo histórico de industrialização. Porém, tão importante quanto a reunião e existência dos fatores de produção, crescimento do produto e da importância da produção industrial na economia nacional, é essencial observar se o conjunto dessas transformações produziram modificações relativas às relações sociais. Assim, outro elemento que concorre para ilustrar o enorme impacto do processo de industrialização ocorrido na sociedade argentina aos fins do século XIX e início do XX foi a emergência de novos conflitos sociais, especialmente entre operários e industriais.

As primeiras greves em Buenos Aires foram bem esporádicas e algo exóticas em um meio totalmente alheio a essas mobilizações – entre uma greve em 1878 e outra em 1887, não foram registrados movimentos paredistas. Se na primeira metade da década de 1890 as greves não chegavam a atingir uma dezena por ano, a partir de 1895 o crescimento no número de greves é enorme e já na primeira década do século XX promovem verdadeiros conflitos entre os grêmios e as autoridades públicas¹⁰⁶. Ricardo Falcón associa o aumento abrupto dos conflitos nesse período justamente às transformações ocorridas na indústria argentina a partir de 1890. Se antes a pequena escala e a base artesanal, às vezes em regime de exploração familiar, colocavam as pugnas em um marco escassamente conflituoso ou não ultrapassavam o âmbito de uma disputa individual, o aparecimento da moderna indústria intensificou e coletivizou os conflitos na mesma medida em que aumentavam os esforços dos patrões para disciplinar sua mão-de-obra segundo os ditames da standardização da produção¹⁰⁷. De alguns poucos artesãos nas décadas de 1850 e 1860, os trabalhadores industriais somavam cerca de 410.000 pessoas em 1914, sem incluir mais de um milhão de trabalhadores dos setores terciários (estivadores, ferroviários, empregados públicos, telefonistas, condutores de bonde, etc.), também organizados em grêmios, sindicatos e sociedades mutualistas. Aumento quantitativo que se traduziu em um desenvolvimento qualitativo, majorando as demandas trabalhistas, assim como politizando e ideologizando estes conflitos¹⁰⁸.

¹⁰⁶ PANETTIERI, José, *Los trabajadores*, Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1967, pg. 114.

¹⁰⁷ FALCÓN, Ricardo, *El mundo del trabajo urbano (1890-1914)*, Buenos Aires: CEAL, 1986, pp. 61-66.

¹⁰⁸ BILSKY, Edgardo, *La F.O.R.A y el movimiento obrero (1900-1910)*, Tomo 2, Buenos Aires: CEAL, 1985, pp. 126-137 e SURIANO, “Introducción: una aproximación de la cuestión social en Argentina” in *La cuestión social en Argentina: 1870-1943*, Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000, pg. 5.

Segundo José Panettieri, a primeira tentativa de organização política mais ampla da classe trabalhadora argentina ocorreu com a participação por meio da representação indireta de Wilhelm Liebknecht do Clube Socialista *Worwärts* – que reunia trabalhadores de nacionalidade alemã – no Congresso Operário Internacional de Paris em 1889¹⁰⁹. Neste congresso ficou estabelecido como missão de seus participantes o estabelecimento do 1º de Maio como feriado e o envio de petições aos órgãos legislativos de seus respectivos países solicitando a promulgação de leis protetoras do trabalho. Inspirado por essas resoluções, é fundado em 1889 o *Comité Internacional Obrero* na Argentina, organização embrionária que constituirá a *Federación Obrera Argentina* em 1891, cuja breve existência terá um significado crucial na história da classe operária do país¹¹⁰.

Entre a primeira tentativa de criação de uma central sindical e os processos de construção da *Federación Obrera Argentina* (F.O.A.) de 1901, a *Sección Varia de Buenos Aires* – pilar de sustentação da primeira federação – decidiu em reunião no final de 1892 por sua dissolução e pela reorganização de seus membros na *Agrupación Socialista de Buenos Aires*¹¹¹, pleiteando a formação de um partido político. A deliberação foi polêmica e resultou em uma breve cisão entre duas facções no movimento socialista: os que optaram pela ação sindical – e a manutenção da *Sección Varia* – e os que defendiam a construção da luta política parlamentar. Ambos os grupos se reunificaram no *Congreso del Partido Socialista Obrero Argentino* de junho de 1896, evento consagrado como o de fundação do Partido Socialista Argentino (PS)¹¹². Liderado pelo médico e intelectual Juan B. Justo, o PS privilegiava a ação política e parlamentar em detrimento da ação sindical, caminho este que o levou a uma cisão em 1906 que comentaremos mais a frente. O primeiro êxito do partido foi a eleição de Alfredo L. Palacios para câmara de deputados, ainda sob o regime eleitoral restritivo característico da “ordem conservadora”¹¹³.

¹⁰⁹ TARCUS, Horacio, *Marx en la Argentina: Sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos*, Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007, pg. 148.

¹¹⁰ PANETTIERI, op. Cit., pp. 115-118, TARCUS, Horacio, op. Cit., pg. 280 e SURIANO, Juan, “La crisis del 1890 y su impacto en el mundo del trabajo”, *Revista Entrepasados*, Nº 24-25, Buenos Aires, 2003, pp. 101-124.

¹¹¹ TARCUS, op. Cit. pg. 287.

¹¹² TARCUS, op. Cit. pg. 342.

¹¹³ “Uma nova lei eleitoral, que organizava os votos por circunscrição nominal, permitirá que em 12 de março de 1904 a chegada de um representante do P.S. a Câmara dos Deputados da Nação. Alfredo L. Palacios, ‘o primeiro deputado socialista da América’, como se repetirá até converter-se em título de nobreza política”, CAMARERO, Hernán e HERRERA, Carlos Miguel, “El Partido Socialista en Argentina: nudos históricos y perspectivas historiográficas”, in *El Partido Socialista en Argentina: sociedad, política e ideas a través de un siglo*, Ed. Hernán Camarero e Miguel Herrera, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005, pg. 15.

Como mencionado anteriormente, o ano de 1901 será o de fundação da FOA - logo FORA¹¹⁴ - durante o *Congreso Obrero* realizado em maio daquele ano. Uma atitude conciliadora entre anarquistas e socialistas é o que permite sua fundação, mas a crescente influência dos trabalhadores libertários nas instâncias diretivas da federação, o caráter cada vez mais violento dos conflitos, as diferentes estratégias e as disputas sobre o órgão de imprensa oficial terminam por produzir uma ruptura entre as duas tendências durante o segundo congresso da federação em 1902. Desse conflito surge a *Unión General de Trabajadores* (UGT), atrelada ao PS, e que ocupará um lugar secundário na primeira década do século XX¹¹⁵. Segundo Juan Suriano, a FORA, apesar do baixo número de cotistas e filiados, constituiu-se como a principal impulsora das lutas dos trabalhadores e foi responsável pela criação de uma “contracultura operária”, cuja grande penetração e assimilação pelos trabalhadores se deve ao enorme esforço dos militantes *foristas* e a sua “ideologia difusa e imprecisa”¹¹⁶ em um universo tão heterogêneo como o dos trabalhadores argentinos no começo do século passado¹¹⁷. A organização anarquista, por meio de um núcleo militante reunido no jornal *La Protesta Humana*, foi responsável pelas principais mobilizações da década de 1900 e primeira metade da década de 1910 e, mesmo em declínio, foi uma das principais protagonistas da greve geral de janeiro de 1919.

Pouco tempo depois de sua fundação, a UGT rompeu com o PS¹¹⁸ e se constituiu como a terceira corrente política a compor o movimento operário na Argentina: o Sindicalismo Revolucionário¹¹⁹. Segundo Belkin, a corrente construiu uma posição intermediária aos extremos representados pela FORA e pelo PS: por mais que reconhecessem a necessidade de destruir a ordem capitalista, davam importância fundamental à luta sindical, sem importar as formas, meios ou fins que essa assumia¹²⁰. Porém, Bilsky ressalta que a principal marca do Sindicalismo Revolucionário vai ser a busca de uma bandeira única permanente que pudesse reunir os trabalhadores argentinos independentemente de suas

¹¹⁴ O nome *Federación Obrera Argentina* (F.O.A) foi substituído somente no 4º Congresso da federação realizado no ano de 1904, quando foi acrescentado o termo Regional para reafirmar seu caráter internacionalista, BILSKY, Edgardo, op. Cit., pg. 210.

¹¹⁵ BILSKY, op. Cit., pp. 67-72.

¹¹⁶ Em seu 5º Congresso a federação adota os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anárquico, Ibidem, pg. 215.

¹¹⁷ SURIANO, Juan, “La crisis del 1890...”, pp. 118-119, SURIANO, Juan, *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890-1910*, Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2008, pp. 34-100 e BILSKY, op. Cit., pp. 109-115.

¹¹⁸ BILSKY, op. Cit., pp. 127-136.

¹¹⁹ As letras maiúsculas que utilizamos para nos referir a esta corrente servem para diferenciar esta do uso corrente de “sindicalismo” e “revolucionário”.

¹²⁰ BELKIN, Alejandro, *Sobre los orígenes del sindicalismo revolucionario en la Argentina*, Buenos Aires: Ediciones CCC, 2006., pg. 21.

filiações ideológicas. As chamadas pela unidade ocorreram em 1907, 1909 – quando a UGT, junto a sindicatos autônomos e setores do anarquismo, conformam a *Confederación Obrera Regional Argentina* (CORA) -, 1912 e finalmente 1914, quando a CORA se incorporou a FORA¹²¹. A unidade durou pouco e já em 1915, durante o 9º congresso, a central se dividiu em duas, a saber, a FORA Vº Congresso – de orientação anarquista – e a FORA IXº - de orientação predominantemente Sindicalista Revolucionária. É neste período também que o Sindicalismo Revolucionário se transformou na principal corrente do movimento operário argentino¹²².

Estas divergências políticas que se acentuaram durante a década de 1910, segundo Edgardo Bilsky, extrapolavam a simples disputa de ideias e na verdade refletiam a heterogeneidade da economia e da classe trabalhadora argentina do período. Primeiro, com muitas ressalvas, o autor salienta uma certa predominância do Sindicalismo Revolucionário entre os sindicatos onde a maioria dos trabalhadores era de argentinos, principalmente durante a década de 1900. Isso não exclui, obviamente, que estes dominassem, por exemplo, o setor ferroviário onde predominavam estrangeiros, assim como um grande número de cidadãos argentinos fossem filiados aos sindicatos anarquistas. Mais objetiva é a divisão segundo a qualificação dos trabalhadores: os setores de qualificação média dividiam-se entre as duas FORA; os de menor qualificação (estivadores, trabalhadores de frigoríficos e indústria têxtil) eram dominados pela central anarquista, mas com uma baixa taxa de sindicalização. Já os Sindicalistas Revolucionários e Socialistas desenvolveram maior influência entre os trabalhadores mais qualificados (gráficos, marítimos, ferroviários, trabalhadores municipais)¹²³.

Em relação aos industriais, mesmo datando da década de 1890 o primeiro importante impulso industrializante do país e a consequente emergência da classe operária como sujeito social relevante, a formação de uma patronal remonta ao ano de 1875 com a fundação do *Club Industrial*. A preocupação em relação aos rumos econômicos do país, principalmente depois da crise de 1873, suscitou discussões no Congresso Nacional. Alguns deputados, liderados por Vicente Fidel López, propuseram uma política protecionista que estimulasse a criação de

¹²¹ BILSKY, op. Cit., pp. 135-136.

¹²² BILSKY, Edgardo, *La Semana Trágica*, Buenos Aires: CEAL, 1984, pg. 25 e pg. 48.

¹²³ Ibidem, pp. 19-23.

indústrias no país. Sob esta atmosfera, um grupo heterogêneo de pessoas, vinculadas ou não a atividade manufatureira, se reuniu nessa associação¹²⁴.

Schvarzer caracteriza os membros do *Club* como um punhado pitoresco de fazendeiros e artesãos, reunidos com intelectuais e até mesmo anarquistas recém-chegados ao país. O autor, por mais que reconheça a presença de algumas figuras de destaque e até mesmo conexões políticas importantes do *Club Industrial*, não o vê como um grupo de pressão com importância econômica e política até o século XX¹²⁵. Porém, Cúneo mostra a importância que teve o *Club*, por meio de seu periódico *El Industrial*, em mobilizar setores da classe dominante de Buenos Aires no boicote à ordenança da municipalidade portenha de 1881 que proibia o trabalho nos dias santos e festivos¹²⁶. Depois de uma excisão em 1878 – da qual surgiu o *Centro Industrial Argentino*¹²⁷ –, os industriais argentinos voltaram a se reunir na *Union Industrial Argentina* (UIA) em 1887.

A UIA ocupou o espaço de principal representante dos interesses industriais no país, mantendo vínculos com políticos e membros de outras sociedades patronais como a *Sociedad Rural Argentina* e a *Bolsa de Comercio de Buenos Aires*¹²⁸. A patronal esteve vinculada também com a *Asociación del Trabajo* e a *Liga Patriótica Argentina*, duas organizações de extrema-direita, anti-operárias e conhecidas por suas ações paramilitares na repressão aos movimentos grevistas do final da década de 1910¹²⁹.

A formação da patronal era resultado do crescente desenvolvimento industrial que, por sua vez, incorria em maiores conflitos com uma também crescente classe operária. Schvarzer nota que “Logo na década de 1900, os empresários fabris exibiram uma crescente preocupação pelo conflito social. O *Boletín* da UIA dedicou 40% de seus artigos a esse problema no período de 1904-1920, frente aos escassos 10% que havia destinado nos quinze anos anteriores”¹³⁰. Já Rocchi sentencia que, dentro do heterogêneo grupo de industriais

¹²⁴ Sobre Vicente Fidel López e sua atuação no Congresso Nacional em defesa do protecionismo e do incentivo a indústria argentina, CÚNEO, Dardo, *Comportamiento y crisis de la clase empresaria*, Buenos Aires: CEAL, 1984, pp. 31-34.

¹²⁵ SCHVARZER, op. Cit., pg. 76.

¹²⁶ CÚNEO, op. Cit., pp. 41-44

¹²⁷ Ibidem, pp. 48-49.

¹²⁸ SCHVARZER, op. Cit., pp. 115-116. e MARCHESE, Silvia M., “Estrategias de las organizaciones empresariales para su participación en política” em *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, org. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, pg. 212.

¹²⁹ Para os vínculos dessa patronal com as organizações de extrema direita, DEUTSCH, Sandra McGee, *Contrarevolución en Argentina, 1900-1932: La Liga Patriótica Argentina*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, pg. 73 e pp. 91-92.

¹³⁰ SCHVARZER, op. Cit., pg. 117.

argentinos, o sucesso e a existência da UIA foi garantido somente por este órgão ter unificado o discurso e as práticas empresariais relativas aos conflitos trabalhistas¹³¹.

O aumento dos conflitos também provocou uma modificação relativa ao comportamento do Estado argentino, até então intervindo pontualmente nos conflitos. A essa modificação pode-se notar como novidade a repressão sistemática e a tentativa de integração do movimento operário a ordem política¹³².

As leis mais significativas relativas às estratégias repressivas são a Lei de Residência de 1902 e a Lei de Defesa Social de 1910¹³³. Em relação à estratégia de integração, são de extrema importância o Código do Trabalho de 1904 - a primeira tentativa de uma legislação global sobre o tema - e os projetos de 1919-1921, todas tentativas impulsionadas no Congresso Nacional após traumáticas mobilizações operárias, todas rechaçadas¹³⁴. Algumas outras leis parciais, como a regulamentação do trabalho de menores, acidentes de trabalho, descanso dominical, aprovadas na década de 1910, compõem a estratégia, mesmo que tímida, da incorporação dos conflitos trabalhistas no marco legal. Outra modificação em relação à estratégia de integração foi à interferência direta do poder executivo durante a primeira presidência de Hipólito Yrigoyen (1916-1922) em alguns conflitos grevistas em apoio às reivindicações dos trabalhadores, tema que poderemos discutir com mais profundidade quando nos debruçarmos sobre o período de 1919-1921.

Feito este sumário, que de maneira nenhuma pretende dar conta de todas as questões relativas ao período descrito, devemos nos debruçar sobre a conjuntura específica durante a Primeira Guerra Mundial para avançarmos em nossa análise sobre os conflitos sociais durante os anos de 1919 e 1921.

¹³¹ ROCCHI, op. Cit., pg. 174.

¹³² FALCÓN, op. Cit., pg. 71.

¹³³ Em resposta a primeira greve geral ocorrida no país, o Senado aprova no dia 22 de novembro de 1902 a Lei de Residência, pela qual autoriza o Poder Executivo a expulsar todo estrangeiro cuja conduta seja considerada perigosa para a segurança nacional e a ordem pública. A Lei de Defesa Social acaba sendo o desfecho de uma série de conflitos deflagrados depois das comemorações do Primeiro de Maio de 1909 e que vão até junho de 1910. PANETTIERI, *Los trabajadores...*, pp. 137-149.

¹³⁴ FALCÓN, Ricardo, "La relación Estado-sindicatos en la política laboral del primer Gobierno de Hipólito Yrigoyen", in *Estudio Sociales- Revista Universitaria Semestral*, Ano VI, Nº10, Santa Fé, Argentina, 1º Semestre de 1996, pg. 76.

2. Conflitos sociais e economia durante a Primeira Guerra Mundial em Buenos Aires, 1914-1922.

Mas a história é a mais cruel de todas as deusas. Seu carro triunfal passa sobre montanhas de cadáveres, não só na guerra, mas também no desenvolvimento econômico “pacífico”.
Frederich Engels

2.1 Introdução

A cessação do fluxo de capitais destinados à Argentina em 1913 já havia iniciado uma recessão que, com o início da Primeira Guerra Mundial, adveio em depressão. As incertezas decorrentes da crise nos Balcãs já haviam freado a expansão que o país experimentou desde a recuperação da crise de 1890 e, por fim, a interrupção do comércio internacional decorrente do conflito mundial terminou por aprofundar tal cenário. Com a redução abrupta das importações de mercadorias e capitais - extremamente necessários para o financiamento da produção agropecuária e para o equilíbrio da balança de pagamentos do país - as consequências da crise começaram a se espalhar por toda a economia argentina.

O ponto máximo desta crise foi durante o ano de 1917. Apesar da recuperação dos preços dos produtos agrícolas, em decorrência das péssimas colheitas de 1916-1917 e do desaparecimento do fornecimento de trigo do além Danúbio, os altos fretes, resultado da guerra submarina, acabaram por colocar o principal produto argentino de exportação em extrema desvantagem com relação aos EUA e Canadá. Porém, já no fim de 1917, os índices econômicos do país apontavam para uma reversão e, ao cessar o conflito em 1918, começou um período de recuperação em decorrência do restabelecimento do comércio internacional e do fluxo de capitais, acompanhados do aumento dos preços agrícolas, fruto da desorganização econômica da Europa.

Este período de recuperação foi também de crescentes conflitos sociais, principalmente entre operários e industriais, cujo ápice ocorreu na primeira semana de janeiro de 1919 na cidade de Buenos Aires. Este capítulo pretende trabalhar as relações entre a onda de greves que atingiu a capital argentina e os desequilíbrios econômicos promovidos pela deflagração do conflito mundial.

2.2 Conflito Mundial e crise econômica: agropecuária, comércio exterior e indústria durante a guerra.

Durante o conflito mundial, as nações beligerantes apenas consideravam a Argentina como um ponto estratégico dentro da guerra econômica e comercial:

Em linhas gerais, os objetivos desta [*estratégia das potências europeias*] eram a extensão de seus interesses comerciais e econômicos, assegurar a provisão de matérias primas e alimentos, ao mesmo tempo conseguir a interrupção da mesma a seus inimigos”¹³⁵.

A atitude adotada pelo governo argentino - no momento da deflagração do conflito sob a presidência de Victorino de La Plaza, última administração *del régimen* antes da ascensão da UCR - foi a neutralidade. Esta opção, ainda segundo Ricardo Wienmann, tinha a importante aprovação da Grã-Bretanha, que assim evitava inserir diretamente no conflito uma de suas principais fontes de matérias primas e alimentos. Ao mesmo tempo, o posicionamento argentino se fundava em uma série de questões muito práticas para o país. Em primeiro lugar, com uma economia com um alto grau de dependência do comércio exterior, é certo que o país não poderia se dar ao luxo de abrir mão de um ou outro parceiro comercial. Em segundo lugar, abrir mão da neutralidade antes da entrada dos EUA no conflito era extremamente arriscado do ponto de vista militar e, por fim, tanto companhias alemães como inglesas controlavam atividades essenciais da economia do país, cuja eliminação das empresas de uma ou de outra potência beligerante traria sérios riscos para a já conturbada economia nacional. O posicionamento argentino foi reforçado por oito comunicados emitidos pelo presidente Vitorino de La Plaza entre 5 de agosto de 1914 e 31 de agosto de 1916, nos quais o país ainda reafirmava reconhecer como princípios do direito internacional as resoluções da convenção de Haia de 1907¹³⁶.

A postura do Estado argentino em não se colocar ao lado de nenhum dos bandos beligerantes - apesar de, logicamente, devido aos antigos laços econômicos com a Grã-Bretanha, a neutralidade não ter passado de uma formalidade – resistiu às pressões de importantes grupos sociais, como entidades patronais, comunidades de imigrantes, políticos, importantes intelectuais e artistas, assim como dos grandes jornais. Manifestações públicas em defesa de tal ou qual lado da guerra foram organizadas durante todo o conflito.

As posições aliadófilas e germanófilas - sendo a primeira predominante na opinião pública argentina da época -, estavam diluídas entre as mais diversas frações da classe dominante argentina, expressando, na maioria das vezes, a influência cultural que França e Alemanha exerciam em tal ou qual campo profissional. Entre os germanófilos abundavam

¹³⁵ WEINMANN, Ricardo, *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*, Buenos Aires: Biblos, pg. 43.

¹³⁶ Ibidem, pp. 53-55.

médicos, advogados e militares de alta patente, áreas cuja influência alemã era notável. Na Igreja, a inclinação em apoiar o católico Império Austro-húngaro contra a secular França, a anglicana Inglaterra e a ortodoxa Russa, foi responsável pela penetração de posições germanófilas naquela instituição. Em todo caso, os antigos laços culturais e econômicos com a Europa ocidental determinaram que a maior parte da opinião pública argentina se posicionasse a favor dos aliados¹³⁷.

A vitória de Hipólito Yrigoyen em 1916 não modificou a posição argentina, apesar dos deputados Radicais terem sido críticos fervorosos da neutralidade durante a presidência de V. de La Plaza e de alguns de seus ministros e políticos mais próximos se inclinarem claramente para um ou outro lado – como, por exemplo, o ministro das Relações Exteriores, Honório Pueyrredón, um notório simpatizante dos aliados. Porém, nada de concreto existe sobre as ideias de como Yrigoyen e o Radicalismo viam a política internacional: um certo nacionalismo místico que insinuava a existência de um lugar especial para a Argentina no concerto das nações, aliado a um pacifismo que pregava a harmonia entre os povos e uma ferrenha defesa dos tratados internacionais é o que se pode extrair.

O que se modificou já no primeiro ano do mandato Radical foi o agravamento do conflito marítimo e que exigiu de Yrigoyen seu reconhecido talento político. Para Weinmann,

“Na ambiguidade dos textos oficiais e na capacidade de Yrigoyen para convencer os diplomatas que com ele se entrevistavam de que tinha as melhores intenções para com os países por eles representados, se encontra a explicação de sua política internacional que, manobrando entre as grandes potências, pode manter de pé seus ideais e princípios, cedendo na medida em a pressão daquelas era impossível de resistir, porém nunca no fundamental: a manutenção da neutralidade argentina”¹³⁸

A declaração do bloqueio alemão à Europa no começo de 1917 produziu uma mudança de postura dos aliados. A pressão sobre os países latino-americanos para que declarassem guerra à Alemanha, tendo em vista principalmente a expropriação dos navios alemães aprisionados naquele continente, a garantia da produção de alimentos e do fim do comércio das nações neutras com as potências centrais, aumentou substancialmente. À entrada dos EUA no conflito e uma série de distúrbios no centro de Buenos Aires contra estabelecimentos alemães em abril, veio se somar o afundamento dos navios argentinos *Oriana* e *Toro* por submarinos alemães em junho, este último fora da zona de bloqueio

¹³⁷ Ibidem, pp. 64-68.

¹³⁸ Ibidem, pg. 110.

estabelecida pelo Império alemão¹³⁹. Por fim, no mês de setembro daquele ano, foram publicados pelo governo dos EUA uma série de telegramas enviados da embaixada alemã em Buenos Aires e assinados pelo embaixador Karl von Luxburg que, além de revelar acordos secretos estabelecidos entre o Império do Kaiser e a Argentina após o afundamento do “Toro”, continham mensagens ofensivas ao país e a alguns funcionários do governo. A situação levou a uma enorme mobilização popular pelo rompimento de relações com a Alemanha, mas Yrigoyen não foi demovido de sua posição. Ajudado pela ausência de qualquer outro incidente de maior monta, o presidente pôde sustentar sua posição até o fim do conflito.

Do ponto de vista econômico, o conflito mundial aprofundou a depressão iniciada no ano de 1913 na Argentina. Naquele ano, o PIB argentino cresceu somente 1,04% e em 1914 retraiu-se em 10,36%. O ano de 1915 é de estagnação, seguida de novas quedas em 1916 e 1917 – de 2,8% e 8,10%, respectivamente –, voltando a crescer 18,33% em 1918¹⁴⁰. As exportações – principalmente de cereais – tem relação direta com o desempenho da economia argentina no período, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 2.1: Exportações argentinas (1912-1921)

Fonte: Dirección Nacional de Estadísticas y Censos (DNEC), Boletín N°235, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 692-694

¹³⁹ Ibidem, pp. 105-113.

¹⁴⁰ CORTES CONDE, Roberto, *Estimaciones del Producto Interno de la Argentina, 1875-1935*, Documento de Trabajo N° 3, 1994 e Comisión Económica para América Latina (CEPAL), *El Desarrollo Económico Argentino* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 305.

A queda do PIB durante os anos de 1916-17 não foi maior devido ao aumento das exportações pecuárias em detrimento da acentuada queda da exportação dos produtos agrícolas, assim como a recuperação a partir de 1918 está relacionada com a retomada do crescimento das exportações de cereais.

Sobre o aumento das exportações pecuárias durante o conflito mundial, Alejandro Bunge – economista e diretor do Departamento de Estatísticas do Ministério da Agricultura – afirmou em uma palestra no *Instituto Popular de Conferencias* em 1918 que:

“Jamais exportamos tanta carne congelada, resfriada e conservada como nestes anos [*de Guerra Mundial*] (...) E isto se explica: a falta de porões para o transporte de cereais nos navios obrigaram nossos compradores a buscar compensações com a compra de produtos com maior valor nutritivo específico, quer dizer, de maior poder alimentício com relação ao seu volume e ao seu peso”¹⁴¹.

Se o economista aludia ao valor de uso da carne e ao absentismo dos navios que transportavam cereais como responsáveis pelo aumento das exportações pecuárias, a realidade era que a guerra submarina havia imposto um enorme risco para o empreendimento da navegação transatlântica, “volcando as preferências por embarques que tivessem maior valor por unidade de volume, como era o caso das carnes”¹⁴².

Foram de extrema importância para essa transformação na pauta de exportações argentinas as deliberações tomadas pelos Estados beligerantes em decorrência da economia de guerra (*war-time regulation*), e que no ano de 1918, por exemplo, haviam transformado o Estado inglês no responsável direto por quase 90% de todas as importações do país. Em relação aos alimentos, o controle era mais evidente: por meio do *Ministry of Food*, quatro quintos da comida consumida por civis na Inglaterra era comprada e vendida pelo ministério e nove décimos dela tinha seus preços máximos definidos pelo mesmo. As importações de comida e matérias primas foram organizadas pelo que R. H. Tawney considera como uma das maiores novidades da economia do período e que “antes da guerra seria totalmente impraticável”: os comitês e comissões que atuavam “não apenas a favor de países particulares, mas para grupos de Estados”. Entre estas organizações, podemos destacar o *British Wheat Purchasing Commission*, que reunia 16 países além das colônias britânicas; o *International Sugar Committee*, que comprou toda a produção cubana de açúcar para distribuir entre os aliados; o *Meat and Fats Executive* e, por fim, o *Allied Maritime Transport*

¹⁴¹ BUNGE, Alejandro, *Los problemas económicos del presente*, Buenos Aires, 1920, pg. 13.

¹⁴² PALACIO, Juan Manuel, “La antesala del peor: la economía argentina entre 1914-1930” in *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, org. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000., pg. 108.

Executive que “Determinava a quantidade e o tipo de importações que os diferentes Estados deveriam receber e, conseqüentemente, o nível de atividade industrial, tanto nos países que produziam as mercadorias que seriam transportadas como naqueles para onde estas eram enviadas”¹⁴³. No bojo da criação dos controles sobre a economia de guerra na Inglaterra, sucessivos acordos foram firmados entre o governo britânico e os frigoríficos argentinos no período compreendido entre agosto de 1914 e junho de 1916, elevando a tonelagem de carnes exportadas mensalmente para o país europeu de 15.000 para 50.000 toneladas¹⁴⁴.

Outros fatores, anteriores ao conflito mundial, também devem ser destacados como responsáveis pelo enorme aumento das exportações de carnes congeladas e elaboradas na Argentina. Os Estados Unidos, no período de 1908-1914, deixaram de exportar diretamente para a Inglaterra carne bovina refrigerada e passaram a investir massivamente na expansão da produção argentina. O período da guerra, portanto, também coincide com a consolidação do Clube de Chicago no país¹⁴⁵.

Mesmo com esta perturbação de seu comércio exterior, a Argentina acumulou durante o conflito vultosos saldos comerciais positivos devido à diminuição brusca de suas importações¹⁴⁶. De 1910 a 1913, o país teve saldos negativos na balança comercial com Reino Unido e Estados Unidos e até 1914 com Itália e França. Com o Reino Unido, a República Argentina obteve saldos comerciais positivos de 1914 até 1921, chegando a aumentar o valor comercializado com as ilhas britânicas em mais de três vezes e meia em comparação ao ano de 1910. Com os Estados Unidos, o saldo positivo vai de 1914 até 1918, período em que o valor exportado da Argentina para América do Norte cresceu mais de seis vezes. O saldo comercial com a França no período que vai de 1915 até 1922 – com exceção de 1921 – foi positivo e cresceu quase três vezes. Mais irregular em relação aos resultados positivos é o comércio com a Itália, mas que mesmo assim, ao fim do conflito, chegou a crescer mais de três vezes em relação a 1910. A Alemanha, que tinha resultados favoráveis em relação à Argentina, a partir de 1914 viu seu comércio com o país sul-americano ser reduzido a volumes insignificantes. O comércio com a potência centro-europeia é retomado em 1919, voltando a produzir saldos negativos na balança comercial argentina em 1920. Apesar da

¹⁴³ TAWNEY, R. H., “The Abolition of Economic Controls, 1918-1921”, *The Economic History Review*, Vol. 13, Nº 1/2, 1943, pp. 3-4.

¹⁴⁴ WEINMANN, Ricardo, *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*, Buenos Aires: Biblos, pp. 67-68.

¹⁴⁵ DI TELLA e ZYMELMAN, op. Cit., pg. 111. Sobre a entrada dos capitais estadunidenses na indústria frigorífica, ver Capítulo I. Essa decisão estratégica do “Clube de Chicago” ocorre justamente depois de um longo período de agitação operária nas plantas frigoríficas desta cidade. O romance *The Jungle* de Upton Sinclair é uma bela referência sobre o período.

¹⁴⁶ GERCHUNOFF, Pablo, *Estadísticos*, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 692

retomada dos negócios entre os dois países haver produzido também um aumento do volume comercial, este foi bem menor que o dos outros países, ficando apenas 30% acima do volume anterior ao conflito¹⁴⁷.

O desempenho comercial do país foi o responsável pela balança de pagamentos positiva durante a guerra, quando os empréstimos e financiamentos estrangeiros minguaram:

Tabela 2.1: Balança de pagamentos, 1912-1921 (em milhares de dólares de 2009)¹⁴⁸

ANO	CC*	CK**	BP
1912	-207,54	241,35	33,81
1913	-234,54	238,03	3,49
1914	-70,71	124,45	53,74
1915	105	-32,93	72,07
1916	-19	29,55	10,55
1917	91	-59,18	31,82
1918	119	-60,53	58,47
1919	79	-66,81	12,9
1920	99	-99,96	0,96
1921	-171	67,65	-103,5

*Conta Corrente, ** Conta Capital.

Em meio ao pânico promovido pela crise de 1913, o governo decretou o abandono do padrão ouro e foi autorizado pelo Congresso Nacional a emitir moedas respaldadas por títulos comerciais, caso as reservas metálicas não chegassem a 40% dos bilhetes circulantes – o limite anterior era de 44%¹⁴⁹. Porém, a redução das importações e a manutenção de certo nível das exportações fez com que tal medida fosse desnecessária. Se a crise de 1913, quando ao menos 72% dos bilhetes em circulação eram respaldados pelas reservas de ouro, provocou uma fuga de metálicos, diminuindo as garantias legais para 63% no ano seguinte, em 1918, ao fim do conflito, 76% da moeda circulante tinha respaldo em ouro¹⁵⁰. Mesmo assim, a queda na arrecadação de impostos, cujo principal objeto de tributação era as importações, veio

¹⁴⁷ *Anuario Estadístico de la República Argentina*, 1921-1923, pp. LIX-LXV. A partir de aqui A.R.A.

¹⁴⁸ BEVERAGGI ALLENDE, Walter, *El servicio del capital extranjero y el control de cambio: la experiencia argentina de 1900 a 1943*, México DF, Fondo de Cultura Económica, 1954 e GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas, *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentinas*, Buenos Aires, Ariel, 1998, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 734-739.

¹⁴⁹ DI TELLA e ZYMELMAN, op. Cit., pp.150-151.

¹⁵⁰ Fonte: "Movimiento Económico de la República", *Revista de Economía Argentina*, 1921, Tomo IV, pg. 250.

complicar ainda mais as finanças do Estado já afetadas pela diminuição dos investimentos externos diretos e indiretos. O resultado foi a paralisação das obras públicas e a redução de gastos com o emprego público, além de um aumento de quase três vezes da dívida pública – principalmente através de empréstimos com bancos estadunidenses e da emissão de obrigações internas¹⁵¹.

Em relação à indústria argentina, o crescimento posterior à 1890 e anterior ao conflito mundial foi interrompido somente nos anos de 1897-1898 e 1909. Os reflexos da depressão seguida da recessão decorrente da guerra são claros: o PIB industrial, em seu pior ano, 1915, retraiu-se a níveis anteriores aos de 1910, somente superando o ano de 1913 em 1919. Acompanhando o movimento da indústria durante o período de guerra, o investimento interno em equipamentos de produção atingiu níveis inferiores aos de 1905 no ano de 1918, alcançado o patamar de 1913 somente em 1922. O PIB industrial, apesar da depressão geral da economia e da dificuldade de importar seus principais insumos (como maquinaria, combustível e matéria prima), sofreu bem menos que a agropecuária com a guerra e também começou a esboçar uma recuperação a partir de 1918.

Gráfico 2.2: PIB à preços constantes por setor

Fonte: CEPAL, *El desarrollo económico argentino*, 1958 in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 308-309

O total de importações de bens de capital, a partir de 1914, reduziu-se a níveis anteriores aos da década de 1910. As importações destes bens voltam a crescer timidamente em 1918 – porém, como veremos adiante, estes dados não discriminam bens de capital agrícolas e industriais -, superando o ano de 1912 somente em 1920. Observando o gráfico

¹⁵¹ PALACIO, op. Cit., pg. 110.

abaixo, identifica-se a retomada dos investimentos em equipamentos em um ritmo muito mais tímido que o do crescimento da produção industrial no pós-guerra.

Gráfico 2.3: Investimentos internos em equipamentos x PIB industrial

Fonte: CORTES CONDE, Roberto, *Estimaciones del Producto Interno de la Argentina, 1875-1935*, Documento de Trabajo N° 3, 1994 e Comisión Económica para América Latina (CEPAL), *El Desarrollo Económico Argentino* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 299 e 309.

Em relação ao PIB total, os investimentos internos em equipamentos duráveis de produção, que em 1913 chegavam a 4,8% do PIB, no ano de 1918 chegam a 1,8%, ultrapassando novamente a marca dos 3% somente em 1920.

No informe elaborado pelo Departamento de Estatísticas do Ministério da Agricultura e publicado no *Anuario Estadístico de la República Argentina* de 1921-1923, existem informações mais precisas sobre a importação de bens de capital para o país. Divididos em: **A) Locomoção** (trilhos, locomotivas, vagões de trem e materiais para bondes); **B) Eletricidade** (fios e cabos para condução de eletricidade, dínamos, medidores, acessórios e outros); **C) Agricultura** (Máquinas e implementos agrícolas, arame para cercas, etc.); **D) Construção** (areia, madeiras, mármore, cimento, etc.); **E) máquinas em geral**; **F) Ferros e outros metais** (colunas, vigas, canos de cobre e bronze, etc.), o valor em pesos-ouro das importações dos chamados “bens de capitalização e reprodução” são os seguintes (1910 = 100)¹⁵²:

¹⁵² A.R.A., 1921-1923, pp. XXXII-XLI

Tabela 2.2: Importações de bens de capitalização e reprodução (1910 = 100)

	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
A	69,2	19	17,9	15,5	11,3	26,3	41,2	55,1	79,43	49,3
B	70,5	37,4	32,3	24,7	18,7	34,1	44,1	69,2	47	83,3
C	39,6	39,9	47	23,7	38,8	55,4	72,5	78	53,5	108,2
D	49,4	35	26,3	13,8	12,8	22,6	40	35,1	48,9	61,3
E	59,4	30,25	25,5	22,5	18,7	34,6	83,1	85,8	67,24	66,9
F	81,2	35,8	8,1	4,6	3	6,8	22,5	18,6	41,5	36,5
Total	59,2	30,8	24,7	15,9	14,8	27,2	45,3	49,8	58,5	62,3

Em negrito se encontram os menores valores do período. Somente os bens de capital relativos à agricultura apresentam algumas diferenças em relação ao conjunto: em primeiro lugar, seu ponto mais baixo em termos de valor de importação e a recuperação deste ocorrem nos anos de 1917 e 1918, respectivamente; em segundo lugar, é o único ramo cujos valores ao fim do período se encontram acima dos valores de 1910. Em todos os outros ramos, o pior ano para as importações é 1918 e a recuperação se dá mais timidamente a partir de 1919.

Estes valores de importação são medidos pela quantidade de tributos pagos na aduana e que não se modificaram no período analisado, o que significa a existência de uma relação entre a quantidade de importações e o seu valor. Porém, nos anuários estatísticos existem informações sobre o volume físico das importações, discriminadas por produto, que podem nos ajudar a visualizar melhor o que ocorreu com as importações de bens de capital no período.

Por exemplo, as importações classificadas como “Máquinas Diversas” (subdividas em Máquinas de até 500 Kg, Máquinas de 500 a 1000 Kg, Máquinas de 1000 Kg ou mais e Máquinas de triturar cereais), que totalizavam no ano de 1910 quase 33.000 toneladas, diminuem abruptamente de 1913 para 1914 (de mais de 20.000 toneladas para cerca de 8.600) e em 1918 atingiram a menor quantidade do período de 1910 a 1921: cerca de 4.250 toneladas. Os “Motores Diversos” (sem subdivisões) passaram a ser computados por quilos a partir de 1915 – até então eram contados por unidade. Em 1915 foram importadas cerca de 2.300 toneladas de motores, e a variação da quantidade importada em quilos durante o período obedeceu ao mesmo movimento: em 1918 atingiu seu ponto mais baixo – 283 toneladas – e voltou a crescer timidamente a partir de 1919. Em 1921 foram importadas ao redor de 1.200 toneladas de motores.

Das 4.840 toneladas de “Peças de reposição para Máquinas Diversas” importadas no ano de 1915 (classificadas entre agrícolas e não agrícolas e dentro destas últimas segundo o peso das máquinas a que servem), 61% da tonelagem e cerca de 41% do valor total em pesos-ouro (\$m/o 1.222.300) correspondiam à peças destinadas a máquinas não agrícolas. Em 1918 estas correspondiam a 29% da tonelagem (822 toneladas de um total de 2.655 toneladas) e a 31% do valor (\$m/o 367.157 de um total de \$m/o 1.167.120).

Carvão e coque – essenciais para o transporte marítimo e ferroviário da produção agropecuária, assim como para a indústria – tiveram desempenho semelhante aos bens de capital agrícola: o pior ano para os dois combustíveis no período de 1910 a 1921 é também ano o de 1917, quando as importações de carvão chegam a 21% da tonelagem e do valor de 1910; o coque a 14%, respectivamente¹⁵³.

Sobre o impacto da guerra na indústria argentina, o informe elaborado em 1919 pelo representante comercial de sua Majestade em Buenos Aires, o britânico H. O. Chalkley, afirmava que “Poucas novas indústrias de qualquer importância surgiram, e o progresso da manufatura durante a guerra ocorreu na maioria dos casos em indústrias já existentes (...)”. Dois anos depois, em um novo informe, Chalkley reafirmava que “As oportunidades da guerra não foram usadas para criação de nenhum novo empreendimento industrial de grande escala, mas sim conduziu a expansão dos já existentes”¹⁵⁴.

Alejandro Bunge, em um estudo não finalizado do período, parece corroborar a visão do secretário britânico. Intitulado *Las industrias argentinas durante la Guerra – Investigación preliminar*, neste estudo Bunge afirma que “O número de estabelecimentos fundados de 1913 a 1918 não deve ser superior a 19% dos que existiam em 1913, estando seu aumento exato compreendido entre os 14 e 19%”. O capital dos 69 estabelecimentos que funcionavam já em 1913 era de \$m/n 29.831.000, e elevou-se a \$ m/n 35.046.000 em 1918, um aumento de 17,5%. Se a este aumento é somado os 13 novos estabelecimentos, que ascende a \$m/n 1.552.000, o aumento total de capitais entre 1913 a 1918 representou um total de 22,7%. O autor compara estas cifras com as estimativas para o período de 1895 a 1914 e conclui:

“O crescimento nos 19 anos [1895 a 1914] significa, para um período de 5 anos, de 26% no número de estabelecimentos e de 117% no montante de capitais. Se os resultados desta investigação preliminar se confirmarem em uma investigação mais extensa, resultaria que o desenvolvimento de nossas indústrias no que diz respeito ao número de estabelecimentos e capital foi menor que o observado entre 1895-1914, sempre que se considere suas cifras relativamente”.

¹⁵³ A.R.A, anos de 1913, 1914, 1915, 1916, 1917-1920, 1921-1923.

¹⁵⁴ CHALKLEY, H.O., “Report on the financial and economic conditions of the Argentine Republic”, Department of Overseas Trade, 1919, pg. 11 e ibidem, 1921, pg. 37.

Outro informe da época, elaborado por L. Brewester Smith e Harry T. Collings para o escritório de pesquisas e estatísticas do Departamento de Comércio dos EUA, relatava uma quebra de expectativas em relação ao desenvolvimento da indústria durante o período de guerra em grande medida devido aos obstáculos impostos pela falta de capitais, ferro e carvão¹⁵⁵. Mesmo assim, os autores informavam como algumas indústrias passaram a produzir alguns produtos antes importados e que chegaram até mesmo a ser exportados para as nações beligerantes, como cobertores de lã, selas de couro, botas e sapatos, além de álcool. Ainda segundo o informe, algumas indústrias, como as de corantes vegetais e de sulfato de alumínio, teriam se desenvolvido durante o conflito. O diagnóstico dos funcionários estadunidenses, com exceção das notas às indústrias químicas, não difere muito dos de Chalkley e Bunge, sobretudo ao termos em conta que boa parte das indústrias que chegaram a exportar produtos eram ramos já consolidados anteriormente ao conflito. Os autores, por fim, notaram a dificuldade de se determinar o verdadeiro impacto da guerra na indústria argentina devido às poucas informações disponíveis.

Di Tella e Zymelman, debruçados sobre outras fontes, afirmam que “Os principais economistas e homens de negócios argentinos caracterizam o período da guerra como de extraordinário crescimento industrial, enquanto as cifras fornecidas pela CEPAL mostram um marcado estancamento em quase todos os setores”. A razão para a discrepância entre os testemunhos do período colhidos pelos autores e os dados da CEPAL - mais próximos aos relatos citados por nós -, segundo os autores, deriva do fato de a guerra ter promovido um processo de concentração industrial. As dificuldades para a produção geradas pela falta de matérias primas e combustíveis teriam sufocado as pequenas empresas e beneficiado as grandes que, além conseguirem contornar a crise, puderam aproveitar-se dos altos preços que a falta de competição de produtos importados havia promovido. Segundo os autores, “As grandes indústrias puderam beneficiar-se da situação anormal criada pela guerra, mas na mesma situação as menores empresas não puderam prosperar e, em muitos casos, seus empresários passaram a engrossar as filas de desempregados”¹⁵⁶.

Já para Fernando Rocchi, o processo de concentração não ocorreu durante a guerra, mas sim na década anterior a ela¹⁵⁷. Trabalhando com dados desagregados, Rocchi observa

¹⁵⁵ BREWESTER SMITH, L. e COLLINGS, Harry T., “The Economic position of Argentina during the war”, in *Economic studies of countries during the war*, Nº 88, Washington: Government Printing Office, 1920, pp. 58-59.

¹⁵⁶ DI TELLA e ZYMELMAN, pp. 141-146.

¹⁵⁷ Rocchi afirma taxativamente: “A visão tradicional [sobre os efeitos da guerra na indústria argentina] argumentava que a guerra havia fomentado um processo de industrialização mediante uma substituição de importações forçadas” e atribui em nota tal colocação ao trabalho de Di Tella e Zymelman. Porém, os autores parecem estar longe dessa interpretação, atribuindo justamente a ideia de uma simples estagnação a um olhar que

que entre 1895 e 1910 diversos ramos de produção sofreram uma forte concentração, formação de corporações, fusões e até mesmo a criação de alguns trustes. Por exemplo, em 1895 as quatro maiores cervejarias eram responsáveis por 88% da produção desta bebida; em 1910, com duas novas grandes companhias fundadas, as agora seis maiores cervejarias produziam 96% da cerveja. No caso da indústria do papel, em 1916 existia um total de nove empresas no país, sendo que as quatro maiores detinham 88% da produção. No ramo metalúrgico, em 1895 as seis maiores empresas se apropriavam de 50% dos insumos do ramo consumidos no país; em 1907 essa porcentagem chegava a 75%, ao mesmo tempo em que na Argentina surgiam as primeiras e modernas grandes indústrias metalúrgicas com produção estandardizada, a Vasena e a TAMET. O processo de mecanização da *Compañia Nacional de Tejidos y Sombreros* (que a partir de então passou a deter 60% da produção nacional de chapéus), a formação pela fusão de inúmeras fábricas de cigarros na *Compañia Argentina de Tabacos*, assim como a junção das duas maiores produtoras de biscoitos, a *Bagley* e a *La Unión*, são outros exemplos. A grande indústria bloqueava o desenvolvimento de empresas médias, fosse pela absorção de seus capitais, fosse pela competição, compartilhando o cenário com empresas quase individuais, geralmente organizadas sobre as bases do *made-to-order*. Se durante o período anterior a convivência entre estas duas realidades ocorreu em paralelo, já apontando para absorção da produção pelos grandes grupos, a guerra e a perturbação por ela provocada na economia argentina teriam sido as responsáveis pela consolidação dos grandes grupos empresariais¹⁵⁸.

Por fim, podemos concluir que a reversão da depressão foi impulsionada pelo incremento da produção nas grandes indústrias já consolidadas antes do conflito e que o maior crescimento do PIB do setor manufatureiro no período de 1914 a 1921 – 19% em 1918 – ocorreu justamente no ano dos menores investimentos em bens de capital industrial que, por sua vez, estão diretamente ligados ao desempenho do setor exportador, tendo em vista que a retomada dos investimentos acompanha o crescimento do PIB agropecuário. O crescimento da produção industrial, ao não corresponder à um incremento na porção fixa de capital, nem à criação de novas unidades produtivas, deve, portanto, necessariamente estar vinculada à uma maior incorporação de força de trabalho à produção.

não atentasse aos diversos ramos produtivos. Mesmo em trabalhos de referência anteriores, como os de Adolfo Dorfman e José Panettieri, o diagnóstico não difere muito – pelo contrário, se aproxima – do afirmado por Rocchi. Ver ROCCHI, op. Cit., pg. 115, DORFMAN, Adolfo, *Historia de la industria argentina*, Buenos Aires: Hyspamerica, 1986 (1942), pp. 337-339 e PANETTIERI, José, *Síntesis del desarrollo industrial argentino*, Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1969, pp. 61-62.

¹⁵⁸ ROCCHI, op. Cit. pp. 103-116.

2.3 Conflito mundial e crise econômica: a situação da classe trabalhadora durante a guerra.

A crise provocou um aumento significativo do desemprego no país. Os dados são um pouco dispersos, porém a preocupação sobre o tema que atingiu alguns setores da sociedade argentina é notável. Em um levantamento da época, os cálculos realizados por Alejandro Bunge baseados nos dados do censo de 1914 apontam que a desocupação, que em agosto de 1913 chegava a 6,7% da população economicamente ativa, atingiu 19,20% em 1917¹⁵⁹. O gráfico abaixo nos fornece dados e estimativas produzidos semestralmente pelo *Departamento Nacional del Trabajo* sobre a ocupação na indústria e comércio da Capital Federal, baseado em 3.520 estabelecimentos recenseados entre agosto de 1914 e fevereiro de 1919:

Gráfico 2.4: Pessoal ocupado na cidade de Buenos Aires, 1914-1919

Fonte: *Cronica Mensual del Departamento del Trabajo* (CMNT), Nº 40, Abril de 1921, pg. 651

Depois de atingir o ponto mínimo em agosto de 1917, o grande aumento da ocupação operária já a partir de fevereiro de 1918 – segundo o estudo de Bunge, em março de 1918 a porcentagem de desemprego da população economicamente ativa havia regredido para 11% - nos indica que a recuperação da produção industrial se utilizou da reincorporação de trabalhadores desempregados à produção, como por exemplo, ocupando capacidade ociosa ou criando mais turnos de trabalho, e não por meio da imigração, já que os fluxos imigratórios haviam praticamente cessado durante o conflito – entre 1914 e 1918 o saldo migratório aponta

¹⁵⁹Fonte: "Movimiento Economico de la República", *Revista de Economia Argentina*, Ano 1, Tomo I, Junho de 1918, pg. 84

para a saída do país de quase 210 mil pessoas¹⁶⁰ - e, como visto anteriormente, os investimentos em bens de capital atingiam o pior desempenho do período.

Em quais condições se deu essa incorporação? A chamada *carestia de la vida* é outro tema recorrente nos debates políticos, na imprensa, tanto comercial quanto operária, e também entre os especialistas da época. Novamente, o economista e diretor do Departamento de Estatísticas nos fornece um detalhado estudo sobre os preços dos principais gastos da classe trabalhadora argentina, a saber, comida, aluguel e vestimenta. Segundo a pesquisa¹⁶¹, os gastos relativos à comida na Argentina – que compunham cerca de 50% do orçamento da família operária – podem ser decompostos da seguinte maneira: 35% gastos com carne, 25% com pão e 40% com outros produtos (como arroz, batata, farinha, azeite, banha para cozinhar, etc.). Outros 20% do orçamento familiar eram gastos em aluguel e o restante em vestimenta e outros produtos.

O principal aumento no período foi o dos produtos classificados como “Vestidos e outros”, que em 1918 chegaram a custar 300% a mais que em 1910. Os alimentos tiveram um crescimento sustentado entre 1914 e 1919, chegando a ficar 60% mais caros no último ano do que estavam em 1910. O preço das peças bovinas, que em 1914 estava por volta de 35% mais caro que em 1910, chegou a aumentar 93% em 1919 em relação a 1910. Já o quilo do pão, do açúcar e do tabaco, em 1919, custava o dobro que em 1910; café, lenha para cozinhar, chá, batata, farinha de trigo, gordura animal tiveram aumentos superiores aos 30% no período¹⁶². O consumo anual de carne bovina per capita¹⁶³ era de 62,70 Kg em 1914, continuou diminuindo até atingir 46,9 Kg em 1920 e recuperou-se acima da quantidade de 1916 em 1921, chegando aos 53,7 Kg.

O aluguel, que durante o conflito chegou a ficar 10% mais barato que em 1910, a partir de 1918 disparou, chegando em 1919 a ficar 52% mais caro que em relação à data-base.

¹⁶⁰ Alejandro Bunge analisa o enorme desemprego do período como resultado de questões mais estruturais: “Acredito haver demonstrado que o país não pode assimilar, nem incorporar os imensos saldos imigratórios posteriores a 1905. Sua presença foi tolerável nos anos de abundância; porém frente a menor dificuldade econômica e financeira, resulta simplesmente insustentável. E isto sem que a área cultivada houvesse diminuído e sem que a atividade industrial seja em conjunto inferior ao que foi em 1914”. BUNGE, Alejandro, “La inmigración en la Argentina durante la guerra (1914-1918)”, *Revista de Economía Argentina*, 1919, TOMO II, pp. 42-45 e *Anuario Estadístico de la Ciudad de Buenos Aires, 1915-1923*, Dirección General de Estadística Municipal, Buenos Aires: 1925, pg. 11-16.

¹⁶¹ Fonte: “Movimiento economico de la República”, *Revista de Economía Argentina*, 1922, TOMO V, pp. 363-364.

¹⁶² BUNGE, Alejandro, FERRARI, Ludovico A. e VALLE, Juan Carlos, “Costo de la vida en la Argentina de 1910 a 1919”, *Revista de Economía Argentina*, TOMO IV, Fevereiro de 1920, pp. 253-260.

¹⁶³ Cf. Junta Nacional de Carnes (JNC), *Estadísticas básicas 1967* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 411.

O índice de preços ao consumidor (IPC) saltou no ano de 1918, chegando ao máximo em 1920. Este movimento fica claro se observarmos os índices tendo como ano base 1910:

Tabela 2.3: Índice de preços ao consumidor, ano base 1910

Ano	IPC (1910=100)
1914	105
1915	114
1916	122
1917	143
1918	180
1919	169
1920	198
1921	176

Outra fonte nos fornece mais dados sobre o comportamento dos preços durante o conflito mundial. Dos 65 produtos entre alimentos e bebidas pesquisados pelo DNT¹⁶⁴, apenas 12 diminuíram ou não alteraram seu preço entre 1916-1918. Todos os sete artigos de limpeza pesquisados tiveram aumentos, assim como apenas um dos produtos componentes da categoria “vários” (que incluía do querosene até as populares alpargatas) não teve aumento algum. O informe do DNT creditava o aumento de preços dos produtos produzidos ou elaborados no país aos resultados da grande demanda por parte dos países beligerantes (caso da carne e de alguns tipos de queijo), às péssimas colheitas de 1916-1917 (caso dos diversos tipos de macarrão e pão), e às dificuldades em importar uma de série insumos para a produção.

Em relação aos salários dos trabalhadores industriais no período, duas séries estatísticas, calculadas em Pesos argentinos de 2004 e transformadas em números índice tomando como base o ano de 1910, apresentam os seguintes resultados:

¹⁶⁴Para a variação dos preços dos artigos de alimentação, bebida, limpeza, etc., ver CMNT N° 15, Buenos Aires, Março de 1919, pp. 238-240.

Tabela 2.4: Salário industrial real

	Salário Industrial real em Pesos de 2004 (1910 = 100)							
	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921
Índice Ferreres ¹⁶⁵	117	105	98	84	72	98	101	125
Índice IñigoCarrera ¹⁶⁶	91	81	76	65	56	76	79	97

Apesar das disparidades não sem importância – como em qual patamar se encontravam os salários reais em 1914 em comparação com 1910, ou com que vigor se recuperaram até 1921 - e que mereceriam uma análise crítica das fontes utilizadas, podemos concluir pelas duas séries que os salários reais mais baixos pagos pela indústria se encontram em 1918. Se tomarmos como base o ano de 1929, os cálculos realizados pelas equipes de Ferreres e Iñigo Carrera transformados em números índice se aproximam mais e novamente realçam 1918 como o pior momento da remuneração da mão-de-obra industrial no período e 1919 como o início de uma recuperação, que em 1921 já colocava os salários reais da indústria acima dos de 1914.

No ano de 1918 encontramos o seguinte panorama: por um lado, a redução substantiva da compra de bens de capital, o aumento do índice de preços ao consumidor, a compressão do mercado de trabalho com a suspensão da imigração e a redução dos salários; por outro, a diminuição do desemprego e o crescimento da produção industrial. Guarda este cenário alguma relação com a agitação operária durante o período?

2.4 Conflito mundial e conflito social: a onda de greves de 1917 a 1921.

O DNT, criado em 1907 para monitorar, controlar e propor soluções para os chamados conflitos entre “o capital e o trabalho”, coletou, desde sua fundação, uma série estatística

¹⁶⁵ Salário nominal retirado de CORTES CONDE, Roberto, “Tendencia de la evolucion de los saláries reales en Argentina, 1880-1910. Resultados preliminares”, *Económica*, Nº 2-3, Maio dezembro de 1976 e Síntesis Estadísticas de la República Argentina, e deflacionado pelo IPC in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 581.

¹⁶⁶ Índice de salários para varões adultos registrados na Capital Federal, Dirección de Estadística Social, “Investigaciones Sociales 1943-1945”, pg. 258, elaborados e deflacionados in IÑIGO CARRERA, Juan, *La Formación Económica de la Sociedad Argentina: Renta agraria, ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004*, Vol. I, Buenos Aires: Imago Mundi, 2007, pg. 142.

sobre as greves na cidade de Buenos Aires, com informações como: número de greves, número de grevistas, jornadas de trabalho perdidas, etc.¹⁶⁷.

Gráfico 2.5: Número de greves em Buenos Aires (1907-1939)

Gráfico 2.6: Grevistas em Buenos Aires (1907-1939)

¹⁶⁷ Para elaboração dos gráficos, foram consultados: CMDNT (Nº19, Vol. II, Julho de 1919, pp. 290-294; Nº 20, Vol. II, Agosto de 1919, pp. 305-310; Nº 29, Vol. III, Maio de 1920, pp. 457-462; Nº 53, Vol. V, Maio de 1922, pp. 861-866; Nº 88, Vol. VIII, Abril de 1925, pp. 1564-1566; Nº 127, Vol. XI, Setembro de 1928, pp. 2505-2510), “Anuario Estadístico del Departamento Nacional del Trabajo: Año 1914”, *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Buenos Aires: D.N.T., Nº 33, Vol. X, Janeiro de 1916, pp. 5-316 e *Estadísticas de las huelgas*, Buenos Aires: DNT, 1940.

Gráfico 2.7: Jornadas de trabalho perdidas em Buenos Aires (1907-1930)

Uma simples observação da expressão gráfica dos dados evidencia a importância dos conflitos ao fim da década de 1910 e começo de 1920 em termos de números de greves, de grevistas e quantidade de jornadas de trabalho perdidas. Depois de um pico do número de jornadas perdidas e de greves em 1910, mas com uma participação de trabalhadores já declinante se comparado a 1907, as três variáveis retraem-se e voltam a crescer atingindo proporções inéditas no ano de 1917.

Sobre os números relativos aos anos de 1909 e 1910, devemos chamar atenção para duas questões. Os dados de 1909 não registram a paralisação geral ocorrida em maio daquele ano, quando cerca de 90.000 operários se lançaram em protesto de uma semana como resposta à repressão das comemorações do Primeiro de Maio. Em relação ao ano de 1910, deve-se salientar o fato de mais de 90% dos dados sobre grevistas, greves e jornadas perdidas serem relativos aos primeiros quatro meses do ano. A total interrupção do movimento durante o resto do ano e seu arrefecimento nos anos seguintes é um desdobramento da conhecida “Greve do Centenário”¹⁶⁸.

Esta mobilização tem seus precedentes no ano de 1909. Durante a manifestação da FORA do Primeiro de Maio daquele ano, uma violenta repressão policial foi desencadeada contra os manifestantes levando à morte de oito pessoas, centenas de feridos, muitas prisões e deportações baseadas na “Lei de Residência” de 1902 – episódios que ficaram conhecidos como a “*Semana Roja*”. Tamanha violência teve como resposta o assassinato em Novembro de 1909 do chefe de polícia da cidade, o coronel Ramón Lorenzo Falcón. Sua carruagem foi

¹⁶⁸ “Huelgas durante el año de 1910 en la ciudad de Buenos Aires”, *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Março de 1911, Nº 16, Vol. 5, pp. 219-224.

atingida por uma bomba caseira na esquina das ruas Quintana e Callao no bairro da Recoleta, na Capital Federal. A bomba foi lançada por Simon Radowitzky, operário mecânico e militante anarquista ucraniano há pouco chegado à Argentina, exilado depois de participar da Revolução Russa de 1905, quando com menos de quinze anos, foi designado secretário do soviete de sua fábrica em Kiev. Radowitzky foi preso e depois condenado à prisão perpétua em Ushuaia¹⁶⁹. Na mesma noite do atentado, o governo decretou Estado de Sítio por dois meses, fechando vários jornais e sindicatos operários.

No ano seguinte, às vésperas dos faustos festejos do Centenário da Independência argentina durante a semana do dia 25 de maio, a CORA e a FORA convocaram uma greve geral contra a repressão e a “Lei de Residência” marcada para ser deflagrada no dia 18 do mesmo mês. No dia 13 a polícia começou a realizar prisões em massa; no dia 14 foi decretado o Estado de Sítio e as sedes dos sindicatos e jornais operários foram invadidas e queimadas por policiais e civis armados. Além do Estado de Sítio, a explosão de uma bomba no luxuoso Teatro Colón no mês seguinte, supostamente colocada por militantes anarquistas, terminou por incentivar ainda mais a repressão, levando à aprovação relâmpago pela Câmara de Deputados e Senado de leis e normas que restringiam enormemente o direito de reunião, fechavam sedes de sindicatos e quase levaram à completa destruição da FORA anarquista - até então maior central sindical do país¹⁷⁰. A aprovação das chamadas Leis de Defesa Social, assim como a desarticulação das organizações operárias, explicam em grande medida a retração generalizada dos conflitos na primeira metade da década de 1910.

Voltando ao período do conflito mundial, podemos observar que entre 1916 e 1917 o crescimento da participação de trabalhadores é notável – de 24.321 para 136.062 grevistas – e talvez ainda mais notável por ocorrer no momento em que a taxa de desemprego atingia 19,20% da população economicamente ativa. As greves de 1917 vão ser marcantes também

¹⁶⁹ Depois deste atentado, Simon Radowitzky se tornou um símbolo para diversos setores da classe operária argentina que, durante os anos vindouros, realizaram uma intensa campanha por sua libertação. Indultado em 1930, abandonou o país e seguiu para o Uruguai. Depois do golpe de Estado de Gabriel Terra (1934), aderiu à resistência sendo preso e libertado em junho de 1936. No ano seguinte se apresentou como voluntário na frente de Aragão e depois trabalhou na retaguarda da CNT-FAI em Barcelona. Preso no campo de concentração de Saint Cyprien fugiu e foi resgatado diversas vezes até conseguir chegar a Paris ocupada pelos nazistas. Partiu para Bruxelas onde conseguiu embarcar para a Cidade do México e lá viveu até 1956 quando morreu de ataque cardíaco aos 65 anos. Nesta última parada havia servido a Seção Internacional de Ajuda aos Refugiados e trabalhado como operário numa fábrica de brinquedos sob o nome de Raúl Gómez Saavedra. Fonte: de *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)*, Dir. Horacio Tarcus, Buenos Aires: Emecé, 2007, pp. 545-546.

¹⁷⁰ Para o relato do ocorrido nos anos de 1909 e 1910, SANTILLÁN, Diego Abad, *La F.O.R.A.: ideología y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pp. 185-210. O militante anarquista e historiador do movimento operário, Diego Abad Santillán, conclui seu relato sobre a “Greve do Centenário” dessa maneira: “O governo triunfou, mas a história recordará que para celebrar a data da independência foi necessário converter Buenos Aires em um acampamento militar (...)”, *Ibidem*, pg. 207.

pela intensidade: ao redor de 15.219 jornadas perdidas e 985 grevistas por greve, a maior participação de trabalhadores por greve do período que vai de 1907 a 1922 e a segunda maior perda de jornadas, ficando atrás apenas do ano de 1920. O pico, em número de greves e grevistas, ocorre em 1919 com uma notável retração no ano de 1922.

Ao aumento de greves, grevistas e de jornadas perdidas devemos agregar outro dado para nossa análise: o crescimento da organização dos trabalhadores. O aumento das greves foi acompanhado por um crescimento substancial da filiação de trabalhadores, tanto à FORA IX^a quanto à FORA V^o e aos sindicatos independentes. Os dados levantados por Edgardo Bilsky nos apontam a seguinte evolução no país todo para a FORA IX^a¹⁷¹, entre contribuintes (cotistas), filiados e número de sindicatos ligados à esta central:

Tabela 2.5: FORA IX^a

FORA IX^a

Ano	Meses	Total de cotistas por ano	Média mensal de filiados	Número de sindicatos filiados
1915	05 a 12	21.332	2.667	51
1916	01 a 12	41.124	3.427	70
1917	01 a 12	158.796	13.233	199
1918	01 a 12	428.713	35.726	350
1919	01 a 12	476.203	39.683	530
1920	01 a 11	749.519	68.138	734
1921	01 a 11	644.999	53.570	s/d

O ano de 1917 também figura como um ponto de viragem no que diz respeito a maior organização de trabalhadores da Argentina. O número de cotistas mais que triplicou; a média mensal de filiados quase quadruplicou e o número de sindicatos filiados cresceu quase três vezes.

¹⁷¹ BILSKY, *La Semana...*, pp. 24-30. Para complementar os dados de Bilsky sobre cotistas e sindicatos filiados a F.O.R.A. IX^a em 1921, ver *La Organización Obrera*, 05/05/1922.

Os dados relativos à *Federación Obrera Local de Buenos Aires* (FOLB) - seção portenha da FORA Vº - são mais dispersos, mas ainda assim servem como referência para o crescimento desta central no período:

Tabela 2.6: FOLB (FORA Vº)

Ano	Mês	Cotas recebidas (em pesos)	Cotistas
1918	Fevereiro	128,05	2.561
	Março	179	3.580
	Abril	106,02	2.120
	Maio	115	2.300
	Junho	212,5	4.250
1920	Agosto	854,85	17.097
	Setembro	984,75	19.698
	Outubro	1.473,55	28.011
	Dezembro	851,9	16.896

Em relação aos sindicatos independentes, se olharmos o caso da *La Fraternidad* – sindicato de enorme importância por reunir os condutores e foguistas de locomotivas e que por uma série de motivos se manteve sempre afastado das federações operárias -, podemos observar também um incremento substancial de filiados:

Tabela 2.7: La Fraternidad

Ano	Filiados	Capital social (em pesos)
1897	mais de 1000	5.891,05
1899	711	Sem dados
1904	2.555	83.337,78
1910	6.274	132.000,00
1920	19.000	138.000,00

Podemos concluir que, ao fim da Primeira Guerra Mundial, Buenos Aires foi atingida por uma onda de greves que começou a se propagar em 1917, atingiu seu ápice em 1919, declinou suavemente nos dois próximos anos e se interrompeu bruscamente, atingindo um dos níveis mais baixos do período de 1907-1939 no ano de 1922. O crescimento das mobilizações foi acompanhado de um notável crescimento da organização do proletariado, aumentando a adesão de sindicatos e trabalhadores não só às duas principais centrais do país, mas também aos diversos sindicatos autônomos.

A exemplo do ocorrido em 1910, mobilização e organização parecem estar tão intimamente ligadas que o declínio dos movimentos grevistas depois da guerra corresponde ao declínio da organização operária: a FORA IX^a, que em 1920 contava com um total de 749.519 cotistas anuais (média mensal de 68.138), entre março e dezembro de 1921 totaliza 644.999 cotistas anuais (média mensal de 53.570). Já em 1922, ano de sua dissolução e da formação de um novo organismo central, a *Unión Sindical Argentina*, entre janeiro e março o número de cotistas chegou a somente 125.383, com uma média mensal de 41.794.

Feitas essas observações e levantados os dados, poderíamos formular mais diretamente uma questão que percorre nossa investigação até o momento: o que motivou a classe operária argentina a se engajar em um movimento massivo de greves no período de 1917-1921?

2.5 Conflito mundial e conflito social: a motivação econômica é suficiente?

Segundo os dados que observamos, alguns fatores econômicos parecem desempenhar um papel crucial no acirramento dos conflitos trabalhistas, a saber: o crescimento industrial em meio a baixos salários e o aumento dos preços. Observemos os dados sobre as reivindicações dos operários, coletados pelo DNT e expressados no gráfico abaixo:

Gráfico 2.8: Relação percentual das reivindicações dos trabalhadores grevistas em Buenos Aires (1907-1922)

As greves classificadas pelo DNT como “Salário”, basicamente, são aquelas que reivindicam aumentos para os trabalhadores – ou seja, de cunho econômico. Já as classificadas como “Organização” são aquelas declaradas pela readmissão de companheiros, pela demissão de algum funcionário (um capataz, por exemplo), em solidariedade a outros sindicatos, como forma de pressionar os patrões para o reconhecimento das organizações gremiais como representantes dos interesses dos trabalhadores ou pela “ingerência dos trabalhadores no recrutamento da força de trabalho e em uma série de condições de trabalho”¹⁷².

Apesar da proeminência das reivindicações salariais, com estes dados podemos observar que uma análise que se limite aos fatores econômicos como determinantes das mobilizações pode não ser suficiente. Chama atenção que as reivindicações relativas à organização e salários se revezam como as principais, sendo os picos das reivindicações organizacionais (1911, 1913 e 1921-1922) precedidos por picos de reivindicações salariais (1909-1910, 1912, 1919). Podemos observar também que, durante a primeira metade da década de 1910, as reivindicações agrupadas pelo DNT sob o rótulo de “horário” e que dizem respeito à jornada de trabalho sofrem uma redução e voltam a crescer justamente nos anos de

¹⁷² DOESWIJK, Andreas L., *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses*, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, pg. 160. A luta pelo *closed shop* - ou “oficialización” como era chamada na Argentina- não se assemelhava ao movimento revolucionário dos Conselhos de Fábrica na Europa. Os *Shop Stewards*, na Inglaterra, e os *Betriebsräte*, na Alemanha, propunham a tomada do controle e a gestão das fábricas e espaços de trabalho, a organização da política e da produção por meio da democracia direta a partir do local de trabalho. O *closed shop* trata do controle sobre a contratação da força de trabalho pelos sindicatos ou a obrigação de contratação apenas de trabalhadores sindicalizados, constituindo-se em uma prática de cogestão operária da produção capitalista.

1917 e 1918. Destaca-se, durante o período do conflito mundial, o aumento das reivindicações classificadas pelo órgão como outras causas e que incluem reclamos contra o trabalho a domicílio e trabalho por peças.

A onda de greves aqui analisada inicia-se com um aumento das reivindicações salariais em 1917 (pico em 1919), seguido de um período de transição com um aumento vertiginoso das reivindicações organizacionais que atingem seu ápice em 1921.

Para tentar aprofundar a análise relativa a essa oscilação entre picos de reivindicações salariais e organizacionais, devemos nos debruçar sobre os números fornecidos pelo DNT relativos à quantidade de movimentos grevistas e de trabalhadores que conseguiram ou não ser atendidos. No próximo gráfico apresentamos os dados sobre as greves segundo seu resultado favorável (aqui incluímos as reivindicações atendidas parcialmente neste grupo) e negativo.

Gráfico 2.9: Resultados das greves em Buenos Aires (1907-1922)

A relação entre greves cujos resultados foram favoráveis para os trabalhadores e a predominância de reclamos salariais é evidente: os picos em 1910 e 1919 demonstram que o êxito dos movimentos guarda alguma relação com as reivindicações. Ao mesmo tempo, o maior número de derrotas é correlato aos anos em que os movimentos pleiteavam questões organizacionais, ou seja, 1911 e 1921-1922 – em 1920 a divisão quase igual entre reivindicações salariais e organizacionais reflete-se na intersecção entre as linhas salário/organização e favorável/negativo que podem ser observadas nos gráficos VIII e IX.

Se restringirmos a análise ao número de greves, e mesmo aos números relativos aos seus resultados, podemos incorrer em alguns sérios problemas. Por exemplo: uma greve contabilizada com resultado favorável em uma fábrica com 50 operários, conta tanto quanto uma derrotada que envolva mais de 1.000 trabalhadores. Por outro lado, os dados relativos à

quantidade de trabalhadores cujas reivindicações tiveram uma resolução favorável ou negativa não especificam qual a motivação que os levaram à greve. Abaixo, os dados sobre a porcentagem de operários contemplados ou não em suas reivindicações:

Gráfico 2.10: Porcentagem de grevistas segundo o resultado de suas mobilizações (1907-1922)

Mesmo com todos os problemas levantados acima, podemos observar que os anos em que os trabalhadores tem significativas resoluções favoráveis (mais de 40%) correspondem aos anos em que as reivindicações salariais dominaram o cenário (1910, 1914, 1916, 1917 e 1919); já as soluções negativas ocorreram basicamente nos anos em que a maioria das reivindicações era organizacional (1907, 1913, 1921 e 1922). Isso não significa que não houve anos em que as principais reivindicações eram salariais e cujo resultado tenha sido esmagadoramente negativo (mais de 70%) para os trabalhadores (como em 1912, 1913 e 1915). Precedido por um incremento de reivindicações salariais e vitórias, o crescimento das pautas organizacionais em 1911 e 1921-1922 também guarda outra semelhança: foram antecedidas por mobilizações massivas, de forte caráter político, cujo resultado foi a escalada da repressão aos sindicatos por parte dos agentes de Estado e grupos paramilitares.

Informações que relacionem mais detalhadamente os dados sobre a quantidade de operários com resultado favorável ou contrário às suas mobilizações e os motivos destas aparecem unicamente na *Cronica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo* de abril de 1920. Nesta edição, são apresentados dados relativos às greves do ano de 1919 e o número de trabalhadores cujas greves tiveram resultados positivos ou negativos segundo suas reivindicações. O informe exclui cerca de 150.000 grevistas que tomaram parte na “greve revolucionária” de janeiro de 1919¹⁷³. Com certeza trata-se de um ano atípico. Porém, as

¹⁷³CMDNT, Ano III, N° 28, Abril de 1920, pg. 459. É interessante notar como em um número anterior - ao divulgar parcialmente os dados relativos ao ano de 1919- a greve é excluída também, mas, diferentemente,

informações parecem referendar nossas análises sobre a correlação entre reivindicações salariais e maior número de vitórias, reivindicações organizacionais e maior número de derrotas. Os números são os seguintes:

Tabela 2.8: Relação entre número de grevistas e resultado das reivindicações

Causas	Número de Grevistas		Porcentagem	
	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Salário	57.582	23.296	71,20%	28,80%
Organização	6.152	40.615	13%	87%
Horário	3.778	491	89%	11%
Diversas	728	17.590	4,00%	96,00%

2.6 Conflito mundial e conflito social: o começo da onda de greves

Em um primeiro momento, conforme já discutimos anteriormente, poderíamos inferir que a insatisfação econômica e a carestia de vida foram o *leitmotiv* da onda de greves de 1917-1921¹⁷⁴. Porém, caso fosse assim, porque o movimento não cedeu ao avanço dos salários e da diminuição abrupta do desemprego a partir de 1919?

Poderia se argumentar, ao contrário, que justamente com a melhoria do desempenho econômico e com altos níveis de ocupação – depois de um longo período de penúria -, cria-se um ambiente em que as insatisfações econômicas se combinam com uma melhor posição de negociação, tanto pelo fato de os patrões terem maiores dificuldades de encontrar mão-de-obra, quanto pelos trabalhadores conseguirem encontrar outro emprego facilmente – ou mesmo empregos temporários que possam os financiar durante as mobilizações. Seguindo este raciocínio, também os patrões estariam menos dispostos a ver sua produção paralisada em um momento de grande atividade e enormes lucros, o que os levaria a aceitar mais facilmente as exigências dos operários.

porque “(...) somente se tratou de demonstrar o espírito de classe em um grandioso ato de solidariedade”, Cf. CMDNT, Ano II, N° 20, Agosto de 1919, pg. 306.

¹⁷⁴Edgardo Bilsky afirma: “(...) A classe operária que suportou a crise e uma importante redução de seu nível de vida sob a justificativa da guerra, vê relegadas ao último plano suas reivindicações no momento em que tudo parecia indicar que devia coletar os frutos do melhoramento geral da situação”, BILSKY, *La Semana...*, pg. 33.

No entanto, por que o início em 1917 e não em 1918 quando a combinação entre o ponto máximo da pauperização e do crescimento econômico ocorreram? O ano de 1917 é o ápice da crise enfrentada pelo país no período, com o menor desempenho tanto para o PIB agropecuário quanto para o industrial. É também o auge do desemprego, penúltimo degrau antes de atingir o cenotáfio do salário e o zênite dos preços.

Conforme anunciado na introdução deste capítulo, Di Tella e Zymelman confirmam este panorama ao afirmar que “A crise de 1917 foi excepcionalmente aguda, de intensidade comparável à crise de 1929, mesmo que com um caráter totalmente distinto”. Porém - prosseguem - no último trimestre de 1917 “o país já havia passado pela pior parte de sua depressão e se achava definitivamente em uma fase de recuperação (...) A recuperação argentina se produziu como consequência dos melhores preços dos produtos agrícolas e pecuários”¹⁷⁵.

Foi a recuperação de fins de 1917 que propiciou imediatamente uma melhor posição para os trabalhadores na negociação por salários com os patrões? Para tanto, teríamos que aceitar que as condições e projeções econômicas fossem informações compartilhadas abertamente pelas partes em pugna. Outra possibilidade seria a de que a maturação dos novos investimentos responsáveis pelo aumento de produção gerasse um efeito imediato, ou fossem anunciados aos quatro ventos pelos patrões. Se assim fosse, no campo de batalha entre salário e lucro - o chamado “conflito distributivo” - porque uma das partes pronunciaria em alto e bom som sua desvantagem momentânea para o conflito?

Se nos debruçarmos sobre a estatística setorial das greves, ou seja, por ramo da indústria e comércio e o respectivo número de greves e grevistas, podemos encontrar um caminho para a resolução dos problemas relativos às greves de 1917. Dos 136.062 trabalhadores que tomaram parte nas 138 greves daquele ano, 100.284 eram trabalhadores do ramo classificado pelo DNT como *transportes* e foram responsáveis por 27 greves.

A amplitude da categoria *transportes* traz uma série de problemas. Esta engloba duas categorias muito distintas – ferroviários e trabalhadores marítimos. Os primeiros desempenham majoritariamente funções qualificadas, estavam dispersos pelos mais de 30.000 quilômetros de ferrovias, tem um dos sindicatos mais antigos que nunca se interessou em se filiar às federações operárias – *La Fraternidad* - e era muito próximo ao Partido Socialista, principal inimigo eleitoral do governo da *Unión Cívica Radical* em Buenos Aires. Já os marítimos reuniam uma maior heterogeneidade no que diz respeito à qualificação, estavam

¹⁷⁵ DI TELLA e ZYMELMAN, op. Cit., pp. 156-157.

muito concentrados em Buenos Aires, sua jovem organização, a *Federación Obrera Marítima* (FOM), filiada à FORA IX^a, era extremamente combativa, além de ser alvo preferido do governo Radical para sua política trabalhista.

Porém, se a classificação apresenta esses problemas, é verdade também que estas são as categorias mais sensíveis ao desempenho econômico do país, visto que os ciclos econômicos se traduzem imediatamente no aumento ou diminuição de horas de trabalho, salários e emprego para estes trabalhadores. Além de possuírem o privilégio de serem ligados à atividade econômica mais dinâmica do país, estes contavam com os ciclos agrários – época das colheitas, por exemplo – como vantagem para se posicionar frente aos patrões.

Foi o que ocorreu na greve dos pilotos de rebocadores em novembro de 1916 e que Bilsky e David Rock apontam como um dos antecedentes da onda de greves que assolou o país a partir de 1917¹⁷⁶. A greve, que reivindicava melhores salários, foi declarada na primeira semana dos embarques da colheita, impedindo que os grandes navios transatlânticos pudessem entrar nos portos. Foi o primeiro movimento relevante no porto desde 1912 – ainda sob a influência da repressão desencadeada depois de 1910 – e o primeiro exitoso realizado pela FOM, que na época do início da greve já havia conseguido filiar um quarto dos trabalhadores marítimos qualificados.

Outra novidade relativa a esta greve, e que discutiremos mais detidamente quando analisarmos os sucessos ocorridos entre 1919 e 1921, foi a estratégia do governo de Hipólito Yrigoyen (*Unión Cívica Radical*) em relação ao movimento grevista. Pela primeira vez, o Estado argentino interviu em uma greve a favor dos trabalhadores. O chefe de polícia formulou os termos do acordo, assim como uma delegação de trabalhadores foi recebida na Casa Rosada pelo presidente. Além de inúmeras reivindicações relativas a salário, horas de trabalho, feriados, etc., o movimento terminou em janeiro de 1917 com uma significativa vitória para os trabalhadores, agora relativa à organização: caberia a FOM nomear os trabalhadores que formariam as tripulações dos barcos¹⁷⁷.

A partir desse movimento da FOM, inúmeras greves começaram a ser declaradas. Também em março daquele ano os lixeiros da cidade de Buenos Aires entraram em greve reivindicando aumento de salários. Cabe lembrar que, com a crise nas finanças do Estado devido à redução das importações, estes trabalhadores tiveram seus salários rebaixados ainda

¹⁷⁶ BILSKY, *La Semana...*, pp. 33 e 34 e ROCK, David, *El Radicalismo argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1977, 142-143.

¹⁷⁷ CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos del Puerto de Buenos Aires: condiciones laborales, organización sindical y cultura política, 1890-1920*, Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012, pg. 261.

na administração anterior. A greve foi brutalmente reprimida e apesar de haver demonstrado a “outra face” da política trabalhista do governo Radical, deve-se notar que a intervenção da FORA IX^a, que em reunião com o presidente no dia 28 daquele mês ameaçou declarar greve geral caso o governo não solucionasse o conflito, terminou por garantir a reincorporação dos grevistas demitidos, assim como a realocação de muitos trabalhadores nos planos de obras públicas que à época vinham sendo elaborados¹⁷⁸.

As companhias ferroviárias também foram enormemente afetadas pela diminuição da atividade econômica. A arrecadação bruta destas empresas reduziu-se de 140 milhões de pesos ouro em 1913 para 118 milhões em 1917. A tonelagem transportada despencou, assim como os dividendos pagos pelas companhias sobre suas ações ordinárias. A redução de pessoal foi acompanhada pela redução de salários já a partir de 1913¹⁷⁹. Porém, em junho de 1917, quando já começava a se esboçar a recuperação do país, se iniciaram as greves parciais de ferroviários que em setembro se transformaram em greve geral, englobando também os telegrafistas e os trabalhadores das oficinas mecânicas reunidos na recém criada FOF – *Federación Obrera Ferroviaria*, de orientação Sindicalista Revolucionária e filiada à FORA IX^a.

O crescimento da FOF e a sua aproximação da *La Fraternidad* durante todo ano possibilitou que em 22 de setembro, também se utilizando da estratégia de declarar greve quando se aproximavam as colheitas, fosse declarada a greve geral que paralisou o sistema ferroviário do país por três semanas. A ameaça do governo de intervir militarmente terminou por empurrar a FOM para a greve e obrigou o governo a negociar com os ferroviários¹⁸⁰.

Em novembro foi a vez dos trabalhadores dos frigoríficos de propriedade estadunidenses se lançarem em greve. Brutalmente reprimidos e abandonados pela FORA IX^a, estes trabalhadores estavam começando a se organizar, eram em sua grande maioria imigrantes recém-chegados dos Balcãs, sem direitos políticos e com pouca influência sobre as federações sindicais. A partir de 1918 o descontentamento se espalhou por todos os setores da classe operária¹⁸¹:

¹⁷⁸ ROCK, op. Cit. pp. 145-146.

¹⁷⁹ Ibidem, pp. 147-149.

¹⁸⁰ Ibidem, pp. 155-160 e BILSKY, *La Semana...*, pg. 34.

¹⁸¹ ROCK, pp. 162-163 e BILSKY, *La Semana...* pp. 36-37.

Tabela 2.9: Greves e grevistas na cidade de Buenos Aires por ramo de atividade, 1916-1921¹⁸².

Indústrias	1916		1917		1918	
	Greves	Grevistas	Greves	Grevistas	Greves	Grevistas
Alojamento e Comida	4	2.901	8	1.308	16	3.515
Química						
Têxtil	3	120	2	368	3	367
Vestido	25	838	17	618	40	33.249
Madeira	17	3.375	13	2.613	30	5.329
Papel e imprensa	3	447	8	634	8	408
Metalúrgica	4	114	15	4.083	23	4.422
Máquinas e aparelhos	-	-	-	-	-	-
Vidro, gesso e terra	1	18	-	-	-	-
Construção	6	432	9	2.498	18	11.677
Transportes	7	4.527	27	100.284	38	36.704
Couros	-	-	19	6.139	6	345
Diversas	10	11.549	20	17.517	14	37.026
Total	80	24.321	138	136.062	196	133.042

Indústrias	1919		1920		1921	
	Greves	Grevistas	Greves	Grevistas	Greves	Grevistas
Alojamento e Comida	46	11.657	37	8.525	17	8.367
Química	13	2.448	3	1.190	-	-
Têxtil	24	5.788	6	805	1	26
Vestido	78	47.971	51	4.527	20	13.211
Madeira	30	8.016	24	4.476	7	565
Papel e imprensa	18	6.736	5	262	6	411
Metalúrgica	48	19.167	30	5.483	10	710

¹⁸²Fonte: CMDNT: Ano VIII, Nº 89, Abril de 1925, pp. 1564-1566.

Máquinas e aparelhos	-	-	-	-	-	-
Vidro, gesso e terra	-	-	-	-	-	-
Construção	20	5.818	15	10.473	3	10.581
Transportes	48	36.895	24	46.258	16	55.639
Couros	7	2.078	3	166	-	-
Diversas	35	162.393	8	51.850	6	50.304
Total	367	308.967	206	134.015	86	139.814

2.7 Afinal, o que está por trás da onda de greves de 1917-1921?

A onda de greves que atingiu a Argentina e mais especificamente Buenos Aires ao fim da Primeira Guerra Mundial teve início com a retomada das atividades econômicas no ano de 1917. Depois de um período de constantes perdas salariais, desemprego e depressão econômica, a reversão deste quadro, impulsionada pela retomada das exportações de cereais, foi sentida imediatamente pelos trabalhadores do transporte que durante o ano de 1917 iniciaram uma série de mobilizações. Derivada da posição privilegiada destes trabalhadores na cadeia produtiva, cuja expressão mais clara reflete-se em sua estratégia de começarem suas greves nos períodos de maior atividade, estes puderam iniciar suas mobilizações em um momento em que a economia ainda não apresentava claros sinais de recuperação.

Outro ramo que tomou parte nas mobilizações já no ano de 1917 foi o dos trabalhadores dos frigoríficos, indústria cujo desempenho durante o conflito foi na contramão do resto da economia argentina. Diferentemente dos trabalhadores dos outros ramos de produção, os trabalhadores dos frigoríficos não observaram durante o período a depressão econômica, mas sim o crescimento e consolidação desta indústria. Com a retomada geral do crescimento em 1918, ocorreu uma redução abrupta do desemprego, criando as condições que possibilitaram a generalização do movimento paredista.

Porém, devemos ir ao cerne da questão: as condições de trabalho, as insatisfações econômicas seguidas de uma melhoria na situação dos trabalhadores, enfim, o desempenho da economia, foi suficiente para acender o pavio da revolta operária? Duas questões devem ser levadas em conta no caso que estamos analisando: em primeiro lugar, foi de extrema importância o processo de reorganização dos sindicatos, principalmente depois da onda repressiva que desarticulou o movimento operário a partir de 1910. A reorganização do

movimento operário, como vimos, foi liderada pela FORA IX^a, porém não se limitou aos sindicatos criados por ou filiados à essa central, senão que foi um movimento generalizado. A ação de solidariedade ou a ausência desta, tanto da FOM quanto da FORA IX^a, foram decisivas para a sorte dos conflitos. Em segundo lugar, a mudança da estratégia do Estado argentino em reconhecer e dar alento às organizações operárias e aos movimentos grevistas, mesmo que somente para algumas mobilizações e setores específicos da classe operária, deve ser entendida como uma modificação da posição política – com todas as suas limitações – desta classe dentro da sociedade argentina. Os sindicatos, ao imporem ao governo o reconhecimento *de facto* como legítimos representantes dos interesses operários e conseguirem importantes vitórias, estimularam enormemente e de maneira generalizada a filiação a estes. Por outro lado, essa institucionalização *ad hoc* deixava-os a mercê dos caprichos do Poder Executivo. O reconhecimento político e organizacional dos sindicatos figurou como uma motivação complementar às questões econômicas.

Há outro fator que devemos ter em conta para compreender o fenômeno da onda de greves em sua complexidade, a saber: que papéis desempenharam os outros setores involucrados nesses conflitos? Como as reivindicações dos trabalhadores se relacionavam com o comportamento de patrões e do Estado? Se nos limitarmos apenas aos aspectos econômicos, como explicar a transição dos períodos de reivindicações salariais para os de reclamos organizacionais, mudança de expectativas que se traduz em uma inversão de resultados?

A organização e a busca pelo reconhecimento dos sindicatos foram os grandes problemas e o combustível que alimentou, depois da ignição provocada pela pauperização durante os primeiros anos da guerra, a mobilização operária. Porém, a relutância em reconhecer os sindicatos parece chegar a um limite. O fio da coesão social é estirado de tal maneira na semana entre os dias 7 e 14 de janeiro de 1919 que, após a “Semana Trágica”, setores da própria burguesia argentina impulsionaram projetos de leis que buscaram dar conta de regularizar e reconhecer juridicamente – com uma série de condicionantes – as associações gremiais¹⁸³.

Estes projetos apresentados entre os meses de maio e junho de 1919 – que trabalharemos de maneira mais detida na segunda parte deste trabalho – pressupunham um

¹⁸³ Projeto enviado à câmara de deputados pelo Poder Executivo de “Regulamentação das associações profissionais” de 30 de Maio de 1919 e o projeto elaborado pela Comissão de legislação social de 6 de Junho de 1919. *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina*, 1919, Tomo I, 2ª reunião, 3ª sessão ordinária, 30 de maio de 1919, pp. 257-259 e 8ª reunião, 6ª sessão ordinária, 6 de junho de 1919, pp. 384-392.

ferrenho controle do governo sobre as organizações sindicais. Segundo o projeto do Poder Executivo, estas só seriam reconhecidas caso cumprissem uma série de medidas como, por exemplo, formular um estatuto que deveria ser previamente aprovado pelo DNT e fornecer informações completas sobre seus membros. O poder do Ministério do Interior de dissolver os sindicatos era total: bastava a inobservância de qualquer termo da lei, a discordância sobre qualquer sentença relativa à arbitragem ou a participação em qualquer ato que constituísse violação da ordem pública¹⁸⁴. O despacho da Comissão de deputados – composta em sua maioria por conservadores e Radicais – foi mais longe que o do Poder Executivo: limitava o exercício de greve proibindo-as em setores de interesse público, como nos portos e ferrovias, dificultava a participação de estrangeiros nas direções de sindicato e praticamente impedia a formação de federações sindicais. Além disso, o projeto privilegiava o contrato individual de trabalho em detrimento do coletivo e deixava terminantemente proibidas as greves por solidariedade e os boicotes à fábricas e empresas – sempre puníveis com a dissolução das centrais e a proibição de seus membros de se filiarem a outra por mais de um ano. A revogação da “Lei de Residência” – que facultava ao poder executivo o poder de deportar estrangeiros sem julgamento – e da “Lei de Defesa Social”, outra pauta das reivindicações dos grevistas, nem sequer eram mencionadas.

Ao emergirem os modernos conflitos entre trabalhadores e patrões, a primeira reação das classes dominantes argentinas foi a de negar a própria existência do que foi batizado como “questão social”. Um ótimo exemplo deste pensamento nos fornece o jurista, político e decano da Faculdade de Direito, Estanislao Zeballos, em palestra ministrada no *Instituto Popular de Conferencias* no dia 27 de Junho de 1919 e intitulada “*Cuestiones y Legislación Social*”. Comentando os projetos de lei em discussão na câmara de deputados, a conferência é um bom compêndio das ideias que certos setores da classe dominante argentina tinham sobre o movimento operário.

A chamada questão social, segundo nosso palestrante, inexistia no pastoril país. Eram problemas europeus, já que os chamados “direitos sociais” estavam contemplados na Argentina por sua constituição. A Europa era assombrada pelas “questões sociais”, pois suas instituições não evoluíram em direção à democracia, senão de uma maneira gradual, de

¹⁸⁴Sobre a violação da ordem pública, lembremos que estava em vigência a “Lei de Defesa Social” que, por exemplo, em seu Capítulo II, artigos 7º e 8º, proibia a propaganda anarquista (deve-se levar em conta o quão amplo era a noção “de anarquista” no período), restringia qualquer reunião pública e obrigava a prévia autorização das autoridades para sua realização; o artigo 10º proibia que em reuniões públicas fossem utilizados emblemas, bandeiras ou estandartes das associações proibidas pelo artigo 7º; no Capítulo III, artigo 12, punia-se com um ou dois anos de prisão quem fizesse apologia verbal ou escrita de algum feito ou personagem punido pelas disposições desta lei. *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina*, 1910, 18ª reunião, continuação da 9ª sessão ordinária, 27 de junho de 1910, pp. 359-361.

transição ainda incompleta. Segundo Zeballos, o direito dos trabalhadores era, de certa maneira, social, mas apenas pelo fato de o Estado ter por fundamento a sociedade. Porém, em termos jurídicos, os direitos operários eram constitucionais e civis: “Nossos códigos os consagram, as leis gerais afiançam e a magistratura os defende, de tal modo que não há necessidade de tal legislação operária ou social”¹⁸⁵.

Ainda segundo o palestrante, tal questão – a necessidade de uma legislação que abarcasse os conflitos entre o capital e o trabalho – era fomentada por uma série de preconceitos, entre eles o de que o trabalhador argentino vivia em piores condições que o europeu¹⁸⁶. O reconhecimento da personalidade jurídica dos sindicatos era combatido por Zeballos, já que os sindicatos já haviam se imposto *de facto* perante a nação. A personalidade jurídica seria a legalização da violência cometida por essas organizações¹⁸⁷.

O contrato coletivo de trabalho, outra reivindicação de muitos trabalhadores relativa à sua organização e presente nos projetos em trâmite na câmara, era outro ponto que o jurista rejeitava veementemente. Muitas vezes, os casos da Alemanha e França foram utilizados como exemplos para a eficácia de tal medida. Porém, segundo Zeballos, a adoção do contrato coletivo nestes países apenas havia obedecido à necessidade de regimes recentes angariarem apoio político dos socialistas¹⁸⁸.

Na Inglaterra e nos EUA, onde, segundo Zeballos, a estabilidade institucional era uma característica marcante, nunca existiu o contrato coletivo. O palestrante afirmava que nesses países “o contratar é uma função privada do direito civil, que sob seu regime, o mesmo [patrão] pode contratar uma entidade coletiva ou indivíduo; porém se é possível contratar voluntariamente, nenhuma lei deve mesclar-se nestas relações de direito privado apoiando os que buscam impor a força das coletividades”. Assim, a aprovação de uma lei de contratos coletivos de trabalho seria inconstitucional por ferir o Código Civil argentino que já estabelecia as regras comuns a todos os contratos tendentes a assegurar a clara vontade das partes ao celebrá-lo, suas formas ou sua autenticação e as interpretações em caso de dúvida. O contrato coletivo nada mais era que uma estratégia dos socialistas europeus que “fundam no contrato coletivo o poder de uma dupla dominação: sobre os operários que dirigem e sobre os

¹⁸⁵ ZEBALLOS, Estanislao, “Cuestiones y legislación social”, in *Anuario del Instituto de Conferencias Populares*, Segunda sessão ordinária de 27 de junho de 1919, Tomo V, pp. 18-21.

¹⁸⁶ Ibidem, pg. 23.

¹⁸⁷ Ibidem, pp. 27-28.

¹⁸⁸ Ibidem, pg. 39.

patrões, a quem se impõe com a contratação coletiva de braços, igualmente onerosa para patrões e trabalhadores”¹⁸⁹.

Zeballos versou ainda sobre temáticas como a limitação da jornada de trabalho em oito horas – “E se o trabalhador quer trabalhar mais? Para terminar de pagar suas dívidas?”¹⁹⁰ - e a legalização do direito de greve - “toda a pressão sobre o ânimo de outrem é um fato que afeta a liberdade individual, é procedimento inconstitucional”¹⁹¹. Para o decano, o projeto continha um aspecto negativo e outro positivo: o negativo é que os conflitos aumentariam substancialmente ao se legalizar as organizações e o direito de greve. O positivo seria a intenção por detrás destas medidas, que para os mais “inocentes” iriam pacificar as disputas. A nação, segundo o palestrante, “necessita que se realize o segundo aspecto da legislação, a que assegure o desarmamento dos lutadores e serene o espírito dos trabalhadores (...)” e isso seria possível através da educação para inculcar nos trabalhadores o patriotismo, a moral e a religião, assim como para ensinar aos patrões que capital e trabalho são sócios e, portanto, que o bom trato material e moral do trabalhador são os meios mais eficazes de se fazer fortuna¹⁹².

Por outro lado, alguns setores não negavam por completo a questão social. É Alejandro Bunge que nos oferece outro ponto de vista em relação ao movimento operário. Devemos lembrar que Bunge não era apenas um economista universitário e funcionário do Estado argentino, mas também oriundo de uma família dona de um dos maiores conglomerados econômicos do país, a *Bunge & Born*. Em um artigo chamado “Las aspiraciones gremiales y los pliegos de condiciones”, publicado na edição de 23 de abril de 1919 no jornal *La Prensa*, afirmava:

“Nossos industriais e comerciantes reconhecem lealmente e sem ambivalências, e desejam sinceramente arbitrar os meios para fazer possível o aumento de salários (...) É indispensável que os grêmios se organizem melhor e estudem mais detidamente seus problemas; que não compliquem as reivindicações ou demandas com reclamações de toda a ordem; que não apressem nem precipitem as soluções e, sobretudo, **que tenham em conta que hoje o essencial é o salário.**”¹⁹³

Mais adiante, em um texto escrito especificamente para o livro onde o artigo foi reproduzido, Bunge comenta a participação das federações sindicais nos movimentos grevistas, chamando os seus membros de “procuradores” que podiam pertencer ou não ao grêmio envolvido no conflito. Em consequência, para o autor:

¹⁸⁹ Ibidem, pg. 43.

¹⁹⁰ Ibidem, pg. 58.

¹⁹¹ Ibidem, pg. 67.

¹⁹² Ibidem, pp. 78-81.

¹⁹³ BUNGE, Alejandro, “Las aspiraciones gremiales y los pliegos de condiciones”, *La Prensa*, 23 de Abril de 1919 in BUNGE (1920) op. Cit., pp. 140-141. O grifo é nosso.

“O resultado [da participação de membros das centrais nas greves] era desastroso; em poucas partes do mundo foram maiores que na República Argentina os fracassos das greves e tudo isso se devia, entre outras, a estas circunstâncias: 1º Os procuradores das greves seguiam sempre procedimentos anárquicos no sentido de passar para um plano secundário as questões originais e colocar as questões sindicalistas, tão arbitrarias como improvisadas e sem base real, em primeiro plano. 2º Os gestores das greves não entendiam absolutamente nada de organização sindical, nem de interesses gremiais, nem do tecnicismo das reivindicações [ou seja, das consequências econômicas que poderiam acarretar]. Seu zelo não podia sanar sua lamentável ignorância das questões econômicas e operárias.”¹⁹⁴.

O economista estava longe de recusar a existência por completo dos sindicatos de trabalhadores. Pelo contrário, acreditava serem estes o resultado do “instinto de associação humana”¹⁹⁵. Porém, estava claro para o autor que as reivindicações que ultrapassassem o marco das questões econômicas não passavam da obra de “minorias estrangeiras”, não por serem provenientes de outros países, mas por serem “moralmente estranhos ao país”¹⁹⁶. Este é o ponto que separava as reivindicações “responsáveis” e aquelas que, segundo Bunge, demonstravam “o mais completo desconhecimento das repercussões e incidentes que a coordenação e o encadeamento dos distintos fatores econômicos produzem em seu próprio prejuízo”¹⁹⁷. Outros temas que fogem ao mero ajuste dos salários não tem como serem resolvidos da forma como são colocados pelos sindicatos: existe, nesse ponto, um nervosismo e uma inquietude muito prejudicial¹⁹⁸.

Outras interpretações sobre a questão social vem à tona no período e sua perspectiva se recobre de maior interesse, principalmente por serem formuladas pelos membros da principal organização de industriais do país, a *Unión Industrial Argentina*. O *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo* de número 38 dá continuidade ao informe iniciado em seu número anterior sobre diversas teorias e práticas relativas aos contratos coletivos de trabalho. Afirma seu autor, o presidente do DNT Alejandro M. Unsain, que:

“De acordo com a teoria e com a experiência, os contratos coletivos de trabalho constituiriam também outro meio preventivo para evitar certa classe de conflitos entre o capital e o trabalho, de que tendem a dar apreciáveis condições de riqueza e estabilidade à organização econômica da indústria em suas relações com os trabalhadores”¹⁹⁹.

O departamento concluiu, por meio destas investigações, que contrário à afirmação presente, por exemplo, no discurso de Zeballos, “mesmo do ponto de vista do contrato de

¹⁹⁴ Ibidem, pp. 150-151.

¹⁹⁵ Ibidem, pg. 148.

¹⁹⁶ Ibidem, pg. 153.

¹⁹⁷ Ibidem, pg. 141.

¹⁹⁸ Ibidem, pg. 142.

¹⁹⁹ BDNT, N° 39, Outubro de 1918, pg. 5.

trabalho puramente individual o atual código civil não satisfaz as exigências atuais de doadores e tomadores de trabalho (...)”²⁰⁰. É necessário, pelas características da moderna indústria, que figure como pessoa jurídica não apenas patrão e operário, mas o sindicato e associação patronal.

Unsain chamava atenção para que “Salvo uma só e honrosa exceção”, se referia aos patrões e operários gráficos, “não existe entre nós nem a teoria nem a prática do contrato coletivo”. Essa situação, continua o presidente do DNT, é fundamental para entender a conflituosa relação entre o capital e o trabalho na Argentina, já que “Contrato coletivo e sindicato são, com efeito, dois termos inseparáveis de uma mesma série” e “Entre nós as associações operárias, por regra geral, gozam de uma simples personalidade de fato”²⁰¹. O informe ainda faz citação das leis em diversos países europeus que tratam da matéria.

Inspirado pelos resultados da investigação sobre o tema, o órgão governamental tomou a iniciativa de interpelar a UIA com as considerações finais deste estudo. Em nota enviada no dia 15 de maio de 1918, o DNT instava a UIA a levar em conta as propostas de se realizar gestões para elaboração de contratos coletivos. Afirmava a nota que:

“Se a prática estrangeira – e muito especialmente a dos últimos tempos – não se constitui em um argumento positivamente favorável a este pedido, indicáramos o bom êxito alcançado entre nós pelo convênio dos operários de artes gráficas, em que essa sociedade teve e tem tão ativa participação.”²⁰²

Atendendo à especificidade de cada indústria, o DNT sugeria que cada uma das seções da UIA realizasse com seus operários contratos coletivos e que nestes se indicassem, primordialmente, a jornada de trabalho, a distribuição da mesma e a forma de percepção de salário (ou pelo menos o estabelecimento de seu valor mínimo).

As respostas coletadas por Guillermo Padilla, presidente da UIA, chegam ao DNT no fim de junho. Numa espécie de introdução, Padilla afirmava que “Todas as contestações são negativas e, em sua quase totalidade, por duas razões fundamentais que seguem: falta de responsabilidade de parte das organizações operárias e carência de legislação sobre essa matéria”. Concluía o presidente que o caso dos gráficos “é na realidade uma exceção possibilitada por peculiaridades daquele grêmio inteiramente alheias aos demais. Sua generalização não parece factível agora”²⁰³.

²⁰⁰ Ibidem, pg. 6.

²⁰¹ Ibidem, pp. 9-11.

²⁰² Ibidem, pg. 16.

²⁰³ Ibidem, pg.17.

As negativas, em sua quase totalidade, são todas relacionadas à problemas relativos às organizações operárias. Silvestre Zamboni, presidente da Seção de Indústrias Metalúrgicas, contestou negativamente afirmando que as organizações operárias que atuam em seu ramo não podem ser consideradas como grêmios e ainda “fazem gala de repudiar todo acordo dessa natureza por reputá-los como contrários ao que eles titulam como suas ‘ideologias’”. O empresário ainda tece elogios à situação em que se encontram os operários e empresários gráficos, mas ressalta que “se trata de um pessoal operário que em todas as partes tem uma cultura média apreciavelmente superior a dos demais grêmios de trabalhadores”²⁰⁴.

Baixo nível cultural e irresponsabilidade das organizações, muitas vezes relacionados, são as principais justificativas da impossibilidade de se realizar contratos coletivos. Camilo Puriceli, empresário do ramo têxtil, contestou ao DNT afirmando que “dadas as grandes diferenças de raças e graus de educação entre os operários desse país, não será fácil fazer-lhes entender, aceitar ou cumprir condições que talvez não interpretem do mesmo modo”²⁰⁵.

A reprodução das demais respostas resultaria repetitiva, porém duas delas chamam a atenção, já que atribuem outra questão além das já assinaladas para o impedimento da consagração de contratos coletivos. O também empresário do ramo têxtil, Desiderio Riguet, além dos já mencionados problemas, afirmava que, em seu ramo, os empresários estariam impedidos de celebrar tais contratos, pois sua força de trabalho era “constituída em sua maioria de mulheres menores de idade”. No mesmo sentido, o empresário do ramo de perfumes, M. Piñero, afirmava que “sua realização [*elaboração de contratos coletivos*] seria bastante difícil, tendo em conta a característica especial de seu pessoal operário, constituído em sua generalidade pelo elemento feminino”²⁰⁶.

A recusa em aceitar a organização dos trabalhadores, por fim, fica ainda mais explícita se nos debruçarmos sobre as formulações realizadas pela *Asociación Nacional del Trabajo* (ANT). A origem desse grupo remonta aos conflitos do início do século no ramo dos transportes. Frente a crescente organização dos trabalhadores, várias empresas que atuavam no transporte marítimo, fluvial e ferroviário se organizaram em 1905 e fundaram a *Sociedad Unión Protectora del Trabajo Libre*. Esta sociedade proclamava-se como defensora do “trabalho livre”, perturbado pela interferência dos sindicatos, fornecendo fura-greves, listas negras e fomentando sindicatos amarelos e contratos individuais de trabalho. A ideia de uma associação protetora do “trabalho livre” ganhou mais força após o início da onda de greves em

²⁰⁴ Ibidem, pg. 19.

²⁰⁵ Ibidem, pg. 22.

²⁰⁶ Ibidem, pg. 27.

1917 e em julho de 1918 foi conformada a ANT. Entre seus membros fundadores encontravam-se o *Centro de Navegación Transatlántica* – patronal das empresas de navegação estrangeiras -, companhias ferroviárias, de exportação de grãos e lã, de energia e transporte público, de processadores de alimentos, assim como a *Unión Industrial Argentina* e a poderosa associação de proprietários de terra e baluarte das elites mais tradicionais no país, a *Sociedad Rural Argentina*²⁰⁷.

A organização tinha o declarado intuito de fazer frente aos conflitos “sociais-operários [que] se apresentavam em toda a ordem de atividades, sem perder de vista sua finalidade fundamental que consistia em buscar antes que a solução, a prevenção daqueles conflitos”. Segundo ainda seu memorial do período de 1919-1920,

“a Associação não surgiu para combater nem hostilizar as classes trabalhadoras. Sua oposição às pretensões dos trabalhadores, quando existiu, versou exclusivamente sobre aspectos fundamentais da disciplina patronal, como o são os dois pontos salientes da ‘imposição de delegados’ e do ‘reconhecimento das sociedades de resistência’, que violam os princípios aos quais a indústria e o comércio não podem renunciar”²⁰⁸.

Na prática, a organização continuava fornecendo fura-greves, formulando listas negras, articulando lock-outs e agora também passava a se destacar pelo fornecimento de escolta armada para as fábricas e por fazer *lobby* a favor de seus interesses frente aos funcionários do governo. Porém, o que gostaríamos de destacar é que, a Associação - verdadeiro calidoscópio das elites econômicas argentinas²⁰⁹ -, apesar de apresentar um total rechaço à organização dos operários, declarava que “sempre aconselhou em sentido favorável aos trabalhadores, no que toca aos salários ou melhoras materiais no trabalho”²¹⁰.

Se as motivações econômicas apareceram como disparadoras da onda de greves iniciada pelos trabalhadores de Buenos Aires ao fim da Primeira Guerra – e até mesmo toleradas pela classe dominante argentina -, o passo seguinte será a luta destes pelo

²⁰⁷ MCGEE DEUSTCH, Sandra, *Contrarrevolución en Argentina, 1900-1932: La Liga Patriótica Argentina*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, pp. 72-73. e RAPALO, María Ester, “De la Asociación del Trabajo a la revista *Criterio*: encuentros entre propietarios e ideólogos, 1919-1929”, in *La derecha argentina: nacionalistas, neoliberales, militares y clericales*, V.A., Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001, pp. 115-123.

²⁰⁸ *Memoria y balance de la Asociación del Trabajo correspondiente al ejercicio 1919-1920*, Buenos Aires: Imprenta A. de Martino, 1920, pp. 6-10.

²⁰⁹ “O maior responsável pelas atividades da organização (...) Joaquín Anchorena, foi um clássico expoente da elite conservadora”, assim como Santiago O’Farrell, presidente do conselho diretivo da companhia *Ferrocarril Buenos Aires al Pacífico* e Vicente R. Casares, dono da empresa *La Matrona*. Conclui Rapalo que “a AT [Asociación del Trabajo] era um conjunto heterogêneo unido pelo denominador comum de ‘defesa do capital’. Assim é que entre seus membros figuraram o intelectual e empresário de produtos alimentícios Carlos E. Noel, membro do Partido Radical [U.C.R.], embaixador no Chile nomeado por Yrigoyen e prefeito da cidade de Buenos Aires por Alvear; o historiador Emilio Ravignani (presidente do centro de papelarias e livrarias); membros da coletividade judia como o exportador de cereais Jacobo Saslavsky ou J. Aisemberg (da casa Bunge & Born)”, RAPALO, op. Cit., pg. 121.

²¹⁰ Cf. *Memoria y Balance...*, pg. 20.

reconhecimento de suas organizações como mecanismo político na disputa com os industriais. O cerne dos conflitos sociais iniciados em 1917 se desloca das questões econômicas para as organizacionais, tanto para operários quanto para patrões. Localizamos o ponto de passagem na greve geral de janeiro de 1919 e segundo os dados relativos à atividade grevista e às organizações sindicais, os resultados da luta travada de 1919 a 1921 resultou em derrotas e na desmobilização do movimento operário argentino. Devemos agora nos debruçar sobre este período mais detidamente e tentar descobrir quais as razões mais profundas para - tomando emprestado um termo da hidrodinâmica – essa arrebentação de tipo tubular da onda de greves em 1922.

3. O Radicalismo e o movimento operário: a relação entre a Unión Cívica Radical e a Federación Obrera Regional Argentina do IXº Congreso.

Desde 1916 o Estado é dirigido por uma força política de extração popular que demonstrou uma ductilidade pouco comum nos políticos anteriores (...) Por momentos respeita o movimento sindical, mas não deixa de inclinar-se contra quando a influência dos interesses capitalistas gravita em suas decisões.

Sebastián Marotta

3.1 Introdução

A “Semana Trágica” de janeiro de 1919 foi o ponto máximo da onda de greves de 1917-1921. Após um enorme refluxo das mobilizações operárias a partir de 1910 em decorrência da brutal repressão, o movimento sindical argentino começou a renascer e ganhou uma força inédita nos últimos anos da Guerra.

No capítulo anterior analisamos as variáveis econômicas que atuavam conjuntamente às mobilizações durante boa parte da década de 1910. Vimos que se este viés explica em parte o início das mobilizações, e que várias questões que escapam à estes fatores começaram a intervir no desenvolvimento das mobilizações. O mais sintomático foi a mudança do foco das reivindicações operárias que, depois de um momento predominantemente voltadas para as melhorias salariais, passaram a reivindicar questões relativas à organização sindical.

Depois de nos debruçarmos sobre os aspectos econômicos relativos ao período, devemos agora nos concentrar na ação específica de dois atores envolvidos nestes episódios, a saber, o Estado e as organizações sindicais. Por mais notório – e buscamos sinalizar isso no texto – que seja a participação das patronais nos eventos, nesse momento nos focaremos apenas nos trabalhadores e no Estado por duas razões: primeiro, apesar de as patronais terem participado fornecendo apoio material e humano ao esforço de repressão da greve geral de 1919, a dimensão do conflito colocou o Estado no centro das atenções; segundo, a atuação do Estado no período chama atenção pelo ineditismo, seja pela brutal repressão, seja pela política de aproximação ao movimento operário.

Partindo dos eventos da “Semana Trágica” de 1919, buscaremos nesse capítulo compreender as diversas questões que involucraram o Estado e o movimento operário durante

a onda de greves entre 1917-1921, principalmente quando o último se encontrava sob o poder da *Unión Cívica Radical*.

3.2 A crista da onda: a Semana Trágica de janeiro de 1919

No dia sete de janeiro de 1919²¹¹, sob o frio intenso do norte da Itália, o Presidente Woodrow Wilson, elevado ao status de celebridade internacional com o fim da Guerra Mundial, chegou a Turim ovacionado pela população piemontesa – a mesma que em agosto iniciaria um movimento grevista que perduraria por dois anos, o famoso *Biennio Rosso*. O presidente recebeu das mãos do Senador e prefeito Secondo Frola o título de cidadão honorário. Além de destacar o *tour* europeu do primeiro mandatário estadunidense, os cabos telegráficos continuavam informando sobre a caótica situação no leste e no centro da Europa, principalmente na Alemanha dos Espartaquistas²¹², na Hungria de Béla Kun e na Rússia bolchevique. Em Buenos Aires a tarde foi extremamente calorosa. Os termômetros registraram ao meio-dia 38° C, com a umidade relativa do ar chegando a 80%, o que contribui ainda mais para o desconforto térmico.

Neste dia, ao redor das 15h45, pela Avenida Amancio Alcorta, cinco carroças da empresa metalúrgica Vasena realizavam o trajeto entre o depósito de materiais no bairro de Nueva Pompeya e suas oficinas localizadas na esquina das ruas Cochabamba e Rioja. Em decorrência da conflituosa greve dos operários metalúrgicos dessa empresa (que reivindicavam 12% de aumento e redução das horas de trabalho) e que se estendia desde o fim de 1918, seu dono, Pedro Vasena, a pedido do chefe de polícia, Elipidio Gonzales, havia mudado o itinerário das carroças para que estas não passassem perto da sede dos *Metalúrgicos Unidos* – sindicato que representava os trabalhadores da empresa e membro da FORA Vº - e assim se evitassem mais enfrentamentos com os grevistas. Na noite desse mesmo dia estava previsto um encontro entre o empresário e uma comissão de grevistas, mediada pelo chefe de polícia, para tentar por fim ao conflito.

²¹¹ Para a reconstituição do ocorrido, ver *La Prensa* 8 a 12 de janeiro; BILSKY, Edgardo, *La Semana Trágica*, Buenos Aires: CEAL, 1984 e GODIO, Julio, *La Semana Tragica de enero de 1919*, Buenos Aires, Hyspamerica, 1985 (1972)

²¹² A simultaneidade dos eventos na Argentina e na Alemanha é algo que chama a atenção: “Em Berlim reina uma excitação espantosa. Entre o dia 7 e 10 [de janeiro], noite e dia, disparos e ruídos alarmantes que a imprensa propaga (...) No dia 10, o governo tem todas as suas forças reunidas; rompe as negociações. Os revolucionários encurralados e obrigados a luta suprema, lançam a chamada ao combate e a greve geral (...) dia 11, tropas avançam pela *Belle Alliancestrasse* e *Blücherstrasse*, com lança-granadas, metralhadoras e granadas de mão destruindo a sede do jornal *Vorwärts* (...) No dia 15, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo são assassinados”, ROLDAND, Romain, “Janeiro vermelho em Berlim”, publicado entre os dias 16 e 18 de fevereiro de 1919 no jornal *L’Humanité*, in LIEBKNECHT, Karl, *Cartas del frente y de la prisión, 1916-1918*, Buenos Aires: Editorial Calomino, 1946, pp. 186-192.

Porém, segundo o relato de *La Prensa*, um grupo de grevistas, no horário acima indicado, atacou a formação na esquina da Rua Pepiri com a Avenida Alcorta. Perto dali já estava postado dentro de um prédio da central telefônica um grupo de bombeiros armados com fuzis *mauser* e que, ainda segundo o jornal, faziam a guarda deste edifício que nos dias anteriores teria sido destruído pelos grevistas para impedir as comunicações do depósito com os escritórios Vasena. Os bombeiros, então, abriram fogo contra os grevistas.

O chefe interino de polícia foi comunicado justamente no momento em que se encontrava em reunião com o Ministro do Interior conversando sobre a greve na fábrica Vasena. Sob a direção dos capitães Catieratta e Flores e do tenente Juan Barquiza, foi formada uma linha de atiradores composta por bombeiros e policiais e distribuída em oito quadras entre a Avenida Saenz, esquina com a Avenida Alcorta, até a estrada de ferro Oeste. Entre este pelotão e os grevistas ocorreu um tiroteio que durou cerca de uma hora e quinze minutos.

O repórter de *La Prensa* enviado ao local descreveu o cenário: “a vizinhança estava chocada com o que havia passado. As pessoas haviam se refugiado em suas casas e só era possível ver patrulhas de bombeiros e agentes de segurança armados”. As vítimas fatais computadas pelo repórter foram: Santiago Gomez, argentino, lixeiro de 22 anos, morto na Avenida Alcorta altura do nº 3521 (a duas quadras de onde haviam se enfrentado os grevistas e os fura greves); Juan Fiori, argentino, 18 anos, morto em casa na rua Elias, 1155 (o jornal informa que a família se recusou a entregar o cadáver); Toribio Barrios, 50 anos, espanhol, grevista, morto a golpes de sabre pela polícia; e Manuel Britos, sem outra identificação além do nome, baleado. Os feridos foram o tenente Juan Barquiza e mais três policiais; entre os civis, houve 11 feridos²¹³.

Na edição do dia 8 de janeiro do mesmo jornal uma nota dos *Metalúrgicos Unidos* dava sua versão dos fatos:

“As 3:30 da tarde, os grevistas se achavam divididos pelas ruas para que quando saíssem as carroças das casas Vasena, tratassem de convencer os condutores do mal que faziam para os operários que lutavam em busca de melhorias. Nesse momento, os condutores que passaram por onde se encontravam os grevistas, começaram a disparar contra estes sem que pudessem defender-se, pois não previam semelhante atitude. Os grevistas desejavam encarar o assunto de forma serena. O tiroteio foi secundado nutridamente por forças da polícia em uma fábrica de tecidos, espalhando terror entre os grevistas e os transeuntes que corriam apavorados pelas ruas por encontrar-se sem recursos para fazer frente ao ataque ali desatado em estado de ebriedade”²¹⁴.

²¹³ *La Prensa*, 08/01/1919, pg. 12.

²¹⁴ *Ibidem*, pg. 13.

A nota ainda negava que tivessem sido os grevistas que feriram os policiais e convocava a greve geral.

Segundo Edgardo Bilsky, “são várias as conjecturas que se tecem ao redor da responsabilidade do governo frente aos acontecimentos do dia 7”. O Poder Executivo da nação nunca publicou a investigação que encomendou sobre o assunto. Existe a hipótese de que a polícia agiu sozinha para vingar-se de um cabo morto durante o episódio da destruição da central telefônica. Já a FORA Vº, o Partido Socialista e os setores conservadores, obviamente que por distintos motivos, responsabilizavam totalmente o governo pelas ações. Se os primeiros denunciavam a repressão e perseguição ao movimento operário como prova do verdadeiro caráter de classe da suposta política trabalhista de Hipólito Yrigoyen, os últimos denunciavam que a gestação do conflito na fábrica Vasena fazia notar “a lentidão que caracteriza a generalidade de seus atos [*do governo*] nas diversas matérias em que lhe toca agir”²¹⁵. A FORA IXª, principal interlocutora do Poder Executivo com o movimento operário, divulgou uma nota em que condenava genericamente a intervenção das forças do Estado²¹⁶.

Além da suposta lentidão em agir sugerida pelo editorial de *La Prensa*, entre os sérios incômodos provocados pela presidência de Yrigoyen em setores das classes dominantes argentinas, e que o jornal atribuía como um dos responsáveis pelo acirramento de ânimos no país, encontrava-se a relação que o presidente havia estabelecido com o movimento operário desde sua eleição em 1916.

O incômodo destes setores dominantes em relação à política do governo de Yrigoyen para o movimento operário era óbvia: ao intervir nos conflitos como árbitro – ou deixar de intervir com a polícia, como no caso da greve na Vasena até o dia 7 de janeiro – o Poder Executivo reconhecia a existência da mal afamada “questão social” e, pior ainda, concedia legitimidade aos sindicatos operários, principalmente quando arbitrava por decisões favoráveis a estes – como nas greves do porto de 1916 e 1917 e na ferroviária de 1917 – ou recebia na casa de governo comissões de grevistas.

A reação imediata da UCR na Câmara de Deputados durante a sessão do dia 8 de janeiro é uma evidência da ambiguidade na qual se escorava esta nova relação que o Poder Executivo da nação havia estabelecido com o movimento operário. O deputado Héctor Oyhanarte, ao mesmo tempo em que relembra o rol desempenhado nos últimos anos pelo governo como aliado da classe operária, elogiava a ação policial colocando a culpa dos eventos na intransigência do empresário Pedro Vasena e na ação de agitadores armados. A

²¹⁵ *La Prensa*, editorial de 09/01/1919, pg. 11.

²¹⁶ BILSKY, op. Cit. pg. 63.

UCR, como primeira reação, apresentava o Poder Executivo e o partido como supremos árbitros dos conflitos da sociedade argentina²¹⁷.

Depois do tiroteio em Nueva Pompeya, Pedro Vasena simplesmente rechaçou encontrar-se com os delegados sindicais e denunciou a ingerência de elementos estranhos nas negociações, sendo respaldado pela bancada conservadora de deputados. A reação do empresário parece ter sido tomada de maneira articulada. No mesmo dia, no porto de Buenos Aires, onde a FOM travava uma disputa contra a patronal *Centro Argentino de Cabotaje*, o *Centro de Navegación Transatlántica* declarou *lock-out* em solidariedade à patronal marítima argentina. Frente a uma eminente generalização do conflito, o PS procurou canalizar o descontentamento para a luta parlamentar, realizando intervenções na Câmara de Deputados contra a repressão e pedindo reformas legislativas relativas aos conflitos trabalhistas. No mesmo sentido, a FORA IX^a, que detinha a direção da FOM, procurava também não acirrar os ânimos, insistindo para que o conflito do porto não se generalizasse e se limitando a aprovar uma moção de solidariedade aos operários da Vasena em sua assembleia do dia 8.

Deve-se notar que, apesar da decisão do Conselho Federal da organização – composto por sete sindicalistas revolucionários, dois socialistas, dois socialistas internacionalistas e quatro sem filiação definida -, durante o dia posterior ao massacre de Nueva Pompeya, uma série de sindicatos filiados a FORA IX^a começaram a paralisar suas atividades em solidariedade aos trabalhadores da Vasena. No mesmo dia, a FORA V^o convocou a greve geral e muitos sindicatos autônomos aderiram à mobilização²¹⁸.

Já na manhã do dia 9 alguns incidentes são reportados e grevistas que realizavam piquetes cercaram os escritórios da Vasena enquanto se reuniam neste local os irmãos Vasena, seus sócios ingleses e uma delegação da ANT, resguardados por seguranças armados. Nas imediações da fábrica, barricadas foram levantadas, bondes incendiados e um inspetor da polícia esfaqueado. Apesar da diminuição dos efetivos policiais na região da empresa metalúrgica e no local onde se realizava o velório dos mortos do dia anterior para evitar confrontos, o chefe da polícia determinou o aquartelamento de policiais e bombeiros e, conforme chegavam as notícias da concorrência massiva ao velório, Hipólito Yrigoyen começou a mobilizar o exército.

Ao meio-dia o cortejo fúnebre saiu da sede do PS no bairro de Nueva Pompeya em direção ao cemitério de Chacarita. À frente do cortejo, composto de dezenas de milhares de pessoas, caminhavam 150 operários armados e um carro com os membros da direção da

²¹⁷ Ibidem, pg.64.

²¹⁸ Ibidem, pp. 65-67.

FORA IX^a. No momento em que a coluna se aproximava da fábrica Vasena, de dentro de suas dependências disparos de armas de fogo foram efetuados em direção aos trabalhadores. Alguns operários se desvencilharam do séquito fúnebre e incendiaram parte das instalações da fábrica; guardas foram secundados por policiais, bombeiros e tropas do exército portando metralhadoras pesadas, prolongando o tiroteio nos arredores da fábrica até às oito horas da noite.

Outros distúrbios foram registrados no percurso do cortejo, como o incêndio de bondes e de uma igreja, assim como tiroteios no bairro do Almagro e perto da 21^a delegacia²¹⁹. Porém, o evento mais importante daquele dia ocorreu quando às sete horas da noite, no momento em que o cortejo conseguiu finalmente entrar no cemitério e apenas um dos representantes dos operários havia discursado, as tropas que rodeavam o local abriram fogo provocando outra matança. Os números variam de 3 a 20 mortos, além das dezenas de feridos.

A partir das jornadas do dia 9, a paralisação se generalizou entre diversos sindicatos e na mesma noite o Conselho Federal da FORA IX^a decidiu por aquilo que tentava evitar desde as primeiras horas: declarar a greve geral. Pressionados frente à situação, o PS tomou uma decisão semelhante e, somando os sindicatos autônomos e anarquistas da FORA V^o, já mobilizados desde o dia 8, todas as principais organizações operárias – com a exceção não sem importância da *La Fraternidad* - aderiram ao movimento paredista. A greve arrastou a quase totalidade do proletariado organizado e consigo a população de Buenos Aires²²⁰. O auge da mobilização ocorreu entre os dias 10 e 11, quando começou a perder força devido à brutal repressão e a deserção de vários sindicatos²²¹.

Uma verdadeira onda de pânico tomou conta de Buenos Aires, alimentada por boatos e pela total paralisação das atividades na cidade. A comunidade judaica, que na cidade era composta em sua maioria por operários qualificados oriundos do leste europeu, foi especialmente perseguida pelos policiais e pelos grupos paramilitares que começaram a se formar no sábado dia 11, já que a propaganda nacionalista há certo tempo associava judeus, russos, bolcheviques e anarquistas a uma mesma coisa. A descoberta pela polícia de um suposto complot bolchevique, articulado com militantes uruguaios, é amplamente divulgada. Ataques ao Correio Central e ao Departamento Central de Polícia também são anunciados,

²¹⁹ SANTILLAN, Diego Abad, *La F.O.R.A.: ideologia y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pp. 250-252.

²²⁰ O Departamento Nacional do Trabalho calcula em 150.000 operários aderidos a greve. Ver Capítulo II, seção 4.

²²¹ SANTILLAN, op. Cit., pp. 70-84.

mas ninguém sabe ao certo quem os atacou ou mesmo se os ataques ocorreram. No caso do Departamento de Polícia, o General Dellepiane, que comandava as tropas do exército em Buenos Aires, é quase atingido, confundido com um agressor.

No sábado à tarde uma comissão da FORA IX^a se reuniu com o Ministro do Interior e com Hipólito Yrigoyen e, apesar de se dizer solidária aos atos de resistência, afirmava não apoiar ações violentas realizadas por pessoas estranhas ao movimento operário. O governo também convocou os irmãos Vasena e os pressionou para que se comprometessem a atender as demandas de seus trabalhadores. A FORA IX^a deixou a reunião com a promessa do governo de libertar todos os trabalhadores detidos.

Após a entrevista com Yrigoyen, os representantes de alguns sindicatos da FORA IX^a e membros do Conselho Federal se reuniram, divulgaram um comunicado informando os resultados da reunião e convocaram o fim imediato da greve geral. O PS, que teve uma solicitação de reunião com o Conselho Federal da federação sindical negada – a FORA IX^a afirmava querer evitar confusões e a menor ideia de ingerência do partido nos rumos do movimento operário –, conseguiu informar o conselho de sua decisão de também orientar os trabalhadores filiados ao partido a deixarem o movimento. Porém, assim como no início das mobilizações, muitos sindicatos aderidos à federação não acataram a decisão, ao mesmo tempo em que a greve começava a chegar ao interior do país. A FORA V^o emitiu um comunicado promovendo a continuação do movimento²²².

Enquanto PS e FORA IX^a tentavam articular o fim do movimento, a repressão aumentava. Na noite do dia 10 os tiroteios se intensificaram perto das delegacias; Elípidio González fomentou a formação de grupos paramilitares – convocados entre jovens abastados e instruídos pela polícia, exército e marinha – por meio de cartazes com linguagem ultranacionalista. Na Câmara de Deputados, ao mesmo tempo em que o comando das forças de segurança – exército, polícia e paramilitares – era transferido para o General Dellepiane²²³ e

²²² Ibidem, pp. 91-98. A ideia de que a F.O.R.A. V^o queria aproveitar o movimento para realizar uma revolução não parece correta, ver Ibidem, op. Cit., pg. 252. Apesar da *greve general revolucionaria* ser amplamente citada nos comunicados e mensagens emitidos pela F.O.R.A. V^o durante o conflito, Bilsky relata que a central negociou com o General Dellepiane, sendo interrompidos pela invasão policial de sua sede. Apesar dessa observação, é necessário reafirmar que, diferentemente do Partido Socialista e da F.O.R.A. IX^a, os *quintistas* buscaram aprofundar o movimento.

²²³ As motivações para a militarização do comando das operações das forças de segurança também é tema de polêmica. É certo que os conservadores nutriam por Elípidio González um enorme desprezo, pois afirmavam que ele era um dos homens medíocres que haviam ascendido ao poder no governo de Hipólito Yrigoyen - dizia-se que antes de ser nomeado como chefe de polícia havia tocado violão em um prostíbulo. O anedotário dá conta de uma situação constrangedora para o chefe de polícia durante os eventos da Semana Trágica: um grupo de operários teria parado seu carro e o arrancado para fora. Cercado, os manifestantes teriam obrigado o chefe de polícia a gritar: “*Viva la anarquía, abajola policía!*”. Entrevista de Adolfo Mugica a Luis Alberto Romero de 25-3-71 a 8-9-71, registrada no *Proyecto de Historia Oral del Instituto Torcuato Di Tella*, pp.53-54.

os encontros entre estes e os trabalhadores prosseguiram, a luta política se desenrolava com Socialistas e conservadores tentando de toda maneira desgastar o governo. Os Radicais tentavam bloquear uma declaração de Estado de Sítio, cuja aprovação seria uma vitória para os conservadores, partidários desta medida desde as primeiras horas do movimento. Se por um lado a declaração do Estado de Sítio significaria a impossibilidade de negociação do governo com a FORA IX^a, por outro as reticências do governo em aprová-lo apenas corroboravam com as críticas de anuência e frouxidão com os elementos “subversivos” propagadas pelos conservadores. Mesmo com o governo colocado neste impasse, devemos salientar que o mesmo, ao autorizar as detenções de suspeitos, a invasão de locais operários, instaurar a censura telefônica e telegráfica e militarizar as ruas de Buenos Aires, já havia colocado em vigor o Estado de Sítio sem tê-lo aprovado na Câmara²²⁴.

Durante a semana que se iniciava o movimento começou a refluir. Mesmo assim, as ações repressivas continuaram focadas principalmente sobre as organizações da FORA V°. Quando no dia 14 a situação já dava sinais de estar sob controle, o governo finalmente enviou à Câmara para ser votado o Estado de Sítio. O comandante das tropas do exército, general Dellepiane, no dia 15, confirmou à uma comissão parlamentar que o movimento havia se esgotado e sugeriu que a declaração do Estado de Sítio somente acirraria os ânimos novamente. Os conservadores, portanto, passaram a denunciar o governo por querer instaurar o Estado de Exceção como forma de censurar as críticas à sua desastrosa atuação durante o conflito, invertendo completamente as posições na Câmara. No dia 17 o governo desistiu do Estado de Sítio e as atividades na cidade de Buenos Aires voltaram ao normal.

Segundo Bilsky, o saldo de vítimas da “Semana Trágica” é muito difícil de estabelecer. O delegado de polícia J.L. Romariz forneceu a cifra de 60 mortos, enquanto os arquivos diplomáticos estadunidenses a de 1.356 mortos e 5.000 feridos. Na imprensa comercial, as listas somam 200 mortos e na imprensa operária existe o relato de 700 mortos e 4.000 feridos. O número de detidos varia de 5.000 segundo a imprensa comercial a 45.000 para a imprensa anarquista²²⁵.

Os eventos da semana entre o dia 7 e 14 de janeiro de 1919 nos mostram que o mesmo governo que era acusado por diversos setores da sociedade argentina de anuência com os elementos “subversivos” do movimento operário esteve envolvido na maior onda repressiva desatada contra os trabalhadores de Buenos Aires até então. O que encerra estes ineditismos de aproximação e repressão promovidos pelo governo de Hipólito Yrigoyen? Por que alguns

²²⁴ BILSKY, *La Semana...*, pp. 119-122.

²²⁵ *Ibidem*, pp. 130-135.

setores das classes dirigentes, especialmente vinculadas a *Union Cívica Radical*, modificaram sua estratégia em relação ao movimento operário buscando uma aproximação e qual era a natureza desta relação? Para tentar elucidar essas questões devemos nos debruçar sobre a ascensão ao poder da UCR e de sua principal figura, Hipólito Yrigoyen.

3.3 A Unión Cívica Radical e Hipólito Yrigoyen: dissidência oligárquica e as origens do obrerismo yrigoyenista

A vitória da *Union Cívica Radical* nas eleições presidenciais de 1916 foi um marco na história política argentina. Após a reforma eleitoral promovida pela Lei Saenz Peña de 1912, a “ordem conservadora” - período de hegemonia das elites agroexportadoras - cedeu lugar para um regime o qual Waldo Ansaldi caracteriza por uma hegemonia pluralista em contraposição à hegemonia orgânica dos latifundiários e grandes comerciantes. O novo regime eleitoral estabeleceu o sufrágio universal obrigatório e secreto para os homens maiores de 18 anos. Dois terços dos cargos disputados eram ocupados pela lista de candidatos com maior número de votos e o outro terço pela seguinte em número de votos.

A modificação do regime político, ampliando a participação ainda que de maneira restrita (excluía do direito ao voto estrangeiros, mulheres e habitantes dos territórios nacionais), permitiu o acesso às esferas de decisão política de vários grupos antes marginalizados pelo regime fraudulento estabelecido em 1880. Entre esses grupos destacam-se o Partido Socialista, que no ano de 1919 somava seis deputados e um senador, e o principal beneficiário da “Lei Saenz Peña”, a *Unión Cívica Radical*, que alcançou a maioria na Câmara de deputados em 1920 e exerceu a presidência da Nação por três mandatos consecutivos a partir da eleição de Hipólito Yrigoyen em 1916²²⁶, contando principalmente com o apoio massivo da classe média e de alguns setores da classe operária²²⁷.

A origem da UCR nos remete às dissidências que o regime político e as transformações econômicas promovidas pelo governo do General Roca começaram a produzir. A elite roquista, que ascendeu ao poder em 1880, via-se como uma elite ilustrada, de inspiração liberal, positivista e laica, que deveria guiar a massa ignara e heterogênea da população argentina rumo ao progresso. Se do ponto de vista econômico estes senhores

²²⁶ANSALDI, Waldo, “La trunca transición del régimen oligárquico al régimen democrático” in *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, org. Ricardo Falcón, pp. 15-30.

²²⁷Para os votos Radicais no período segundo as classes sociais, ver. WALTER, Richard J., “Election in the City of Buenos Aires during the First Yrigoyen Administration: Social Class and Political Preferences” in *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 58, Nº 4, Novembro de 1978, pp. 595-624. Discutiremos os dados e reflexões fornecidos por Richard Walter com mais profundidade na próxima seção.

promoveram o enorme crescimento dos fins do século XIX e começo do XX, sua visão social do processo os levou a restringir sua base política, até mesmo nas filas das classes dominantes – é notável o exemplo da Igreja Católica –, sendo caracterizados por seus inimigos como membros *del régimen* ou oligarquia. Reunidos no *Partido Autonomista Nacional* e sob o comando de Roca, eram os setores econômicos hegemônicos como os latifundiários de Buenos Aires, grupos da região litoral há pouco incorporados às atividades agroexportadoras e alguns setores dominantes das províncias do interior – o próprio Roca era oriundo de uma família de produtores de cana-de-açúcar da longínqua província de Tucumán – que compunham esse grupo²²⁸.

A crise de 1890 acirrou uma série de antagonismos entre os membros das elites dentro do Estado e aquelas que estavam longe ou tinham uma pequena participação política desde 1880. Somados à dissidência oligárquica encontravam-se setores universitários e de profissionais liberais – novos setores emergentes devido à diversificação econômica do país – que viam seu acesso à política e às carreiras de Estado limitadas pelo clientelismo da chamada oligarquia. Os grupos reunidos pela oposição *al régimen* sob a alcunha de *Unión Cívica* se alçaram em armas contra o presidente Juárez Celman em 26 de julho de 1890 no movimento que ficou conhecido como a “Revolução do Parque”. Sufocado por tropas oficiais, o movimento, somado à profunda crise econômica, levou à renúncia do presidente e à substituição de diversos governadores. Mesmo com essas mudanças, Leandro Alem – uma das principais figuras da *Union Cívica* – em agosto daquele ano já se dava conta da insuficiência do movimento de 1890: seria necessário desmontar a chamada *maquina* roquista peça por peça.

Para tanto, a agrupação se reuniu em janeiro de 1891 na cidade de Rosário e lançou a candidatura do veterano Bartolomé Mitre para a presidência – que, mesmo afastado do centro do poder político pelo regime roquista, mantinha uma grande base política, principalmente em Buenos Aires – e de Bernardo de Irigoyen para a vice-presidência para as eleições de abril de 1892. A fórmula durou pouco, pois em março Mitre entrou em acordo com Roca sobre as eleições. A partir dessa manobra do septuagenário ex-presidente, a *Unión Cívica* se dividiu entre os “*acordistas*” na *Unión Cívica Nacional* e os “*anti-acordistas*” reagrupados na *Unión Cívica Radical*, sob a liderança de Leandro Alem.

No mês de novembro de 1892, a UCR lançou uma declaração de princípios onde exigia que as instituições, principalmente financeiras, não fossem mais usadas como

²²⁸ ROMERO, Luis Alberto, “El surgimento y la llegada al poder”, in *El Radicalismo*, vários autores, Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1974, pg. 11.

instrumentos da política oficialista; limitações da ingerência do Estado na economia; fomento da pequena propriedade rural e reformas legislativas que diminuíssem o poder do Poder Executivo. A reforma do sistema político, considerado pela UCR como excludente, falsificador e manipulador dos princípios constitucionais de representatividade, terminou por se transformar na única plataforma política consensual dentro da organização²²⁹.

Um novo levante em 1893 foi derrotado, porém conseguiu colocar em pauta na Câmara de Deputados e no Senado a discussão sobre a legitimidade do regime político. Outra consequência imediata do levante de 1893 foi o abandono temporário da revolução como principal estratégia da UCR. Diferentemente de 1890, a insurreição de 1893, que atingiu diversas províncias em que governadores chegaram a ser depostos, acarretou em prisões, exílios, censura da imprensa e a declaração do Estado de Sítio até abril de 1894. A rotunda derrota iniciou uma crise nas filas da UCR, aprofundada pelo suicídio de Leandro Alem em 1896, cindindo a agrupação entre aqueles que começavam a relativizar a posição “*anti-acordista*”, representados por Bernardo de Irigoyen, e os adeptos da ação radicalizada – principalmente do levante armado e da abstenção total do processo eleitoral –, liderados pelo sobrinho de Alem, Hipólito Yrigoyen²³⁰.

Deve-se notar que as revoluções Radicais não se propunham a buscar propriamente a transformação do regime político ou social, mas sim uma suposta regeneração e moralização – a ideia de retorno é essencial na ideologia Radical. Para os Radicais, mas principalmente para o grupo de Leandro Alem e Hipólito Yrigoyen, a república, que havia iniciado sua virtuosa história na Revolução de Maio, tinha sido sequestrada por alguns poucos que utilizavam-se de suas instituições para a realização de projetos pessoais. Reivindicavam o sufrágio universal como forma de moralizar a política, ao mesmo tempo em que os seus movimentos sediciosos mostravam a necessidade de que a oligarquia compartilhasse o poder político com importantes e novos setores sociais que o processo de expansão econômica havia criado ou momentaneamente excluído. Segundo Rodolfo Puiggrós, “O Radicalismo não ameaçava [*o regime roquista*] em seus interesses fundamentais. Ao contrário: sua participação tornava-se indispensável para assegurar a paz e a administração [*lema da administração de Roca*]” e, para tanto, para aumentar a base de sustentação social do projeto roquista em suas linhas gerais. Tão inofensivo à ordem vigente era o Radicalismo que, ainda segundo o autor, “um movimento vencido tantas vezes quanto empunhou as armas obteve de seu tradicional

²²⁹ PERSELLO, Ana Virginia, *Historia del Radicalismo*, Buenos Aires: Edhasa, 2007, pp. 15-22.

²³⁰ Ibidem, pg. 25-27.

inimigo as garantias legais para suplantá-lo do poder”²³¹. A UCR se consolidou como a união entre a dissidência oligárquica e de setores médios, tanto dependentes das elites afastadas do poder como surgidos da diferenciação social produzida pela expansão econômica.

Depois do suicídio de Leandro Alem, a supremacia de Hipólito Yrigoyen e dos “*anti-acordistas*” começou a ficar clara já no ano de 1898 quando o partido decidiu abster-se de todas as eleições, mas principalmente no destacado papel que o sobrinho de Alem desempenhou no último levante armado dos radicais em 1905. A partir de 1906 o partido passou a se reorganizar, mas não conseguiu se livrar da coexistência conflituosa de divergências estratégicas e doutrinárias, reflexo da divisão de classes entre oligarquia dissidente, mais afeita aos acordos e alianças, e os setores médios mais radicalizados. Duas principais facções que refletem essas divisões vão se consolidar nos anos 1920 e ficaram conhecidas como “*personalistas*” e “*anti-personalistas*”, sendo a primeira liderada e inspirada por Hipólito Yrigoyen.

Foi por fim, na década de 1910, que Yrigoyen se consolidou como líder do Radicalismo e encabeçou a organização nacional do partido, ganhando a presidência da Nação em 1916 nas primeiras eleições presidenciais realizadas sob a Lei Saenz Peña. Das múltiplas questões e discussões suscitadas pelo inédito governo Radical, o que realmente nos interessa é a aproximação de Yrigoyen ao movimento operário.

O polêmico *obrerismo* de sua administração está longe de ser considerado como um consenso dentro do próprio Radicalismo, mas sim como característica da facção conhecida como *personalista* ou *yrigoyenista*. A aproximação de Yrigoyen com a classe operária, segundo Waldo Ansaldi²³², suscitou duas linhas mestras interpretativas: esta seria a expressão dos ideais de harmonia social do Radicalismo *yrigoyenista* ou apenas uma estratégia para disputar os votos socialistas entre os operários.

A primeira interpretação está presente em toda a historiografia – muitas vezes hagiografia – de Yrigoyen, vinculada ao partido Radical. Felix Luna, Héctor J. Iñigo Carrera e Gabriel del Mazo sustentam que a política trabalhista de Yrigoyen era expressão de uma política de bem estar social baseada em ideais de harmonia social inspirados nos ideais do filósofo alemão Karl Christian Friederich Krause (1781-1832), de seus discípulos Henrich Ahrens (1808-1874), Wilhelm Tiberghien (1819-1901) e principalmente de seu divulgador

²³¹ PUIGGRÓS, Rodolfo, *Yrigoyenismo*, Buenos Aires: Corregidor, 1974, pg. 22.

²³² ANSALDI, op. Cit., pg. 37.

espanhol, o pedagogo Hermenegildo Giner de los Ríos²³³. Este ideal também seria nada mais que um desdobramento do movimento pela moralização do poder político. Del Mazo nos fornece a elaboração mais precisa que a historiografia Radical produziu sobre a aproximação de Yrigoyen ao movimento operário. Segundo del Mazo:

“O primeiro governo do radicalismo, ao enfrentar as forças privadas incidentes de modo antissocial em nossa economia, quis dar ao Estado um caráter de amparador dos bens comuns e como garantia econômica para a liberdade de cada pessoa. Começou assim um processo político e econômico de promoção e custódia dos direitos do trabalhador; de defesa do patrimônio comum da Nação; de desagregação do regime de privilégios próprios do status anterior. O primeiro governo Radical se propôs a complementar no [plano] econômico a grande conquista civil do voto livre do povo”²³⁴

Já em relação à segunda interpretação citada por Ansaldi, o trabalho clássico de David Rock sobre o período é o mais emblemático. Rock afirma que pela própria ideia de “harmonia social”, pela extrema antipatia a tudo que fosse ligado ao socialismo – “inimigos da propriedade privada” -, pela afirmação Radical “exagerada e dogmática das possibilidades de mobilidade social que oferecia a sociedade argentina”, além do caráter policlassista e de partido *catch all* da UCR, não havia outro motivo para o governo se preocupar com a classe operária a não ser por uma estratégia eleitoral de duas frentes: a primeira, explorar os setores sociais recém incorporados ao sistema político pela lei Saenz Peña com o intuito de ganhar a maioria no Congresso; e a segunda disputar votos na Capital Federal e impedir o crescimento na Província de Buenos Aires de seu principal rival nesses locais, o Partido Socialista²³⁵.

Além das duas correntes interpretativas elencadas por Waldo Ansaldi, poderíamos agregar outras duas formuladas por dois pensadores distantes do meio acadêmico, porém com grande impacto nas discussões políticas e historiográficas argentinas, a saber, as interpretações do militante peronista egresso do comunismo Rodolfo Puiggrós e do militante trotskista Milciades Peña.

Puiggrós afirma que a interpelação da classe trabalhadora como interlocutora política depois da reforma eleitoral era algo natural, inevitável, resultado das transformações sociais e econômicas que o país sofreu na virada do século XIX para o XX – a ascensão da política de massas. Segundo o autor, os problemas e as limitações da política trabalhista de Yrigoyen eram resultados do fato do governo Radical, quando ascendeu ao poder, não conseguir – ou

²³³ LUNA, Félix, *Yrigoyen*, Buenos Aires: Hyspamerica, 1985 (1954); DEL MAZO, Gabriel, *La primera presidencia de Yrigoyen*, Buenos Aires: CEAL, 1986; IÑIGO CARRERA, Héctor J., *La experiencia radical*, Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1980. Para o resgate das influências “krausistas”, ver PASSALACQUA, Eduardo H., “Noticia Preliminar sobre el Pensamiento Yrigoyenista”, in *Yrigoyen: Su pensamiento escrito*, Dir. Comité Nacional de la Unión Cívica Radical, Buenos Aires: Pequén Ediciones, 1984, pp. 11-12.

²³⁴ DEL MAZO, op. Cit., pg. 86.

²³⁵ ROCK, David, *El Radicalismo Argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1997, pp. 130-137.

não querer - transformar as estruturas do Estado argentino, ação que Perón não tardou em realizar formulando a Constituição de 1949 e incorporando nela uma legislação trabalhista. Haviam passado setenta anos desde as formulações de Juan Baupista Alberdi – um dos principais formuladores da Constituição argentina – sobre a supremacia dos direitos individuais sobre os coletivos. Realidade esta (não prevista pelos homens que fizeram a Constituição argentina) que o desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes já havia colocado em cheque no começo do século XX. Ainda segundo Puiggrós, a UCR, mas principalmente o *yrigoyenismo*, representava o primeiro bramido das reivindicações reprimidas das massas populares²³⁶.

Já Peña, além de enfatizar que a vitória Radical teve mais de continuísmo que de transformação – “governar para não mudar nada” - interpreta a ascensão de Yrigoyen por meio do conceito marxista de bonapartismo. A crise de legitimidade *del régimen* haveria levado ao poder uma figura carismática que procuraria colocar-se acima de todas as classes. A política de aproximação à classe operária do *yrigoyenismo* seria apenas uma estratégia deste para angariar apoio e contrabalançar as pressões dos setores da classe dominante afastados do poder desde a eleição de 1916 e que se opunham ao governo Radical²³⁷.

A polêmica parece não ter fim e Ricardo Falcón a retoma propondo que, se é certo que as políticas trabalhistas de Yrigoyen tivessem vieses eleitorais, alguns episódios relativos à intervenção de governantes da UCR em favor dos operários – principalmente na Província de Santa Fé -, anteriores à eleição de Yrigoyen, demonstram uma maior complexidade do comportamento deste partido em relação à classe operária²³⁸. Porém, a mais notável característica do trabalho de Falcón é a ênfase que o autor dedica à inspiração “krausista” dos princípios de harmonia social.

Tática eleitoral, propostas de harmonia social em uma sociedade convulsionada por enormes transformações, busca de apoio político de setores sociais até então segregados pela ordem vigente, forma de contrabalançar as pressões dos adversários políticos. A mera enumeração das diversas interpretações sobre a aproximação de Yrigoyen à classe operária já evidenciam os enormes dividendos políticos que o governo Radical poderia auferir com essa tática.

²³⁶ PUIGGRÓS, op. Cit., pp. 53-76.

²³⁷ PEÑA, Milciades, *Masas, caudillos y elites: La dependencia argentina de Yrigoyen a Perón*, Buenos Aires: Editores Fichas, 1971, pp. 21-22

²³⁸ FALCÓN, Ricardo, “Políticas laborales y relación Estado-sindicatos en el gobierno de Hipólito Yrigoyen (1916-1922)”, in *La cuestión social en Argentina: 1870-1943*, Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000, pp. 120-122.

Da boca - ou da pena - de Hipólito Yrigoyen, são poucas as pistas que podemos retirar para tentar elucidar esta polêmica. Por mais que o Radicalismo, principalmente com a ascensão de Raul Alfonsín à presidência em 1983, tentasse reviver o pensamento *yrigoyenista* ou mesmo conceder o status de doutrina política para as realizações de seu governo²³⁹, o “mistério” que envolve este personagem é superior a qualquer um destes intentos. Manuel Gálvez, escritor e ensaísta argentino, no prólogo de seu livro *Vida de Hipólito Yrigoyen – El hombre del misterio*, de 1939, relata suas dificuldades em reconstruir o itinerário biográfico do político, já que este “não escreveu uma só carta em toda sua vida (...) nem ele falou de si mesmo, salvo de sua obra política, e, mesmo assim, de maneira difícil que para muitos de seus ouvintes eram sibilinos místicos”. Foi um homem de origem modesta e praticamente ignorado: “Ninguém o escutou falar sobre seus sonhos, seus planos”. Por fim, Hipólito Yrigoyen nunca expressou ideias originais, “nem parecia representar ideia alguma e, mesmo assim, chegou à presidência da Argentina”²⁴⁰.

Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús Yrigoyen²⁴¹, nascido em Buenos Aires no ano de 1852, era filho de um imigrante basco francês cuidador de cavalos, Martim Yrigoyen Dodagaray, com Marcelina Além, filha de Leandro Antonio Além e irmã do líder Radical Leandro Nicéforo Além. O velho Além havia sido um entusiasta do regime de Juan Manuel Rosas e devido aos serviços prestados ao caudilho na *Sociedad Popular Restauradora* – a conhecida *mazorca* -, conseguiu certo destaque e algumas posses, principalmente no que hoje é o bairro de Balvanera na cidade de Buenos Aires. Após a queda do caudilho em 1852, foi fuzilado pelos adversários de Rosas e pendurado em uma forca na atual Praça de Maio por várias horas.

Segundo Gálvez, “A queda de Rosas foi uma catástrofe para os Além. Perderam proteção e consideração”²⁴². A família Além, com medo de ser perseguida pelo novo regime, buscou extrema discrição a ponto de Yrigoyen ter sido batizado apenas aos quatro anos de idade devido aos receios de represálias por parte de sua mãe. Além, muito tempo depois

²³⁹ Durante o governo Alfonsín, é aprovada a lei 12.839 que ordena a publicação pela imprensa do Senado de um compêndio intitulado “Documentos de Hipólito Yrigoyen. Apostolado Cívico, Obra de Gobierno, Defensa ante la Corte” no ano de 1986. Possuindo a totalidade dos escritos conhecidos do ex-presidente, esta produção se resume a algumas mensagens ao poder legislativo, a polêmica com o também Radical Pedro Molina (cujas respostas do adversário de Yrigoyen estão suprimidas desse volume) e sua defesa perante a Suprema Corte argentina na ocasião de seu julgamento após ser derrubado em Setembro de 1930. Tão escassa é sua produção que os autores tiveram de agregar como parte de seu “Apostolado Cívico” as cartas em que autorizava a doação de seu salário como professor para uma funcionária da escola em que lecionou filosofia ou a doação de seu salário como primeiro mandatário para a Sociedade Beneficente.

²⁴⁰ GÁLVEZ, Manuel, *Vida de Hipólito Yrigoyen – Hombre del misterio*, Buenos Aires: Pié de Imprenta, 1939, pp. 3-4.

²⁴¹ Para a biografia de Hipólito Yrigoyen, GÁLVEZ, Manuel, op. Cit. e LUNA, Félix, op. Cit.

²⁴² GÁLVEZ, op. Cit., pg. 29.

quando já era o reconhecido líder dos Radicais, ainda queixava-se aos amigos sobre o estigma que havia lhe caído sobre as costas de ser filho de um “enforcado”. Na faculdade de Direito era constantemente desafiado e prejudicado por seus professores, grande parte egressos do exílio depois da queda de Rosas²⁴³.

Se para os Além a queda de Rosas significou um descenso social, para Yrigoyen – filho de um cuidador de cavalos analfabeto – a filiação a esta família foi o que o possibilitou seguir seus estudos. Yrigoyen reúne em si as duas principais origens sociais do Radicalismo: a oligarquia dissidente, por parte de mãe, e os setores médios dependentes e em ascensão, por parte de pai.

A proximidade com o tio advogado e político trouxe mais dividendos: aos vinte anos de idade e pela influência deste é designado como delegado de polícia no distrito de Balvanera, antiga morada dos Além e também distrito eleitoral de seu tio, onde o sobrinho será de extrema utilidade para a construção de sua base política²⁴⁴. É também pela indicação de seu tio que consegue entrar na Faculdade de Direito em 1873.

Em meio aos distúrbios provocados pela eleição provincial para a Câmara de deputados de Buenos Aires em 1877, foi acusado de participar de um tiroteio entre as facções políticas de Bartolomé Mitre e Adolfo Alsina – sendo tio e sobrinho partidários do segundo – e terminou exonerado do cargo, enfrentando novamente a insegurança econômica. Nesse período começou a trabalhar com seu tio – de quem nunca deixou de estar próximo – no novo Partido Republicano, quando ao organizar comitês paroquiais desta agrupação política demonstrou uma grande habilidade como estrategista político.

Após breve passagem como deputado nacional em 1880, abandonou a carreira política, terminou seus estudos e, ao também desistir de seguir a carreira de advogado, foi nomeado em 1881 como titular das cátedras de História Argentina, Instrução Cívica e Filosofia da Escola Normal de Professoras, onde trabalhou por cerca de vinte e cinco anos. Durante o período de prosperidade e crédito fácil dos anos 80, adquiriu terras e passou a atuar no ramo da engorda de gado. Seu desempenho como produtor rural é notável, chegando a acumular uma pequena fortuna que Félix Luna afirma ter sido utilizada “quase exclusivamente para as necessidades de seu partido”²⁴⁵.

Se no campo das ideias Yrigoyen é um verdadeiro mistério, a história de sua ação política não o é. Segundo Tulio Halperín Donghi, o político Radical, durante as discussões

²⁴³ Ibidem, pg. 32.

²⁴⁴ Para Gálvez, esta experiência é crucial para o desenvolvimento das habilidades políticas de Yrigoyen, já que “A polícia, depois do confessionário, é o melhor observatório da vida”, Ibidem, pg. 33.

²⁴⁵ Ibidem, pg. 57-59.

sobre a Lei Saenz Peña, conseguiu disseminar em diversos círculos a ideia de que a vitória de seu partido nas urnas era a única garantia possível de êxito da reforma eleitoral de 1912. Assim, atraiu uma série de figuras *del régimen* exercendo uma “sistemática hospitalidade (...) a esses fugitivos de um navio a beira do naufrágio”. Esta aproximação possibilitou o rápido preenchimento em diversos cargos políticos por estes recém-convertidos Radicais com seus tradicionais currais eleitorais, sendo este comportamento extremamente mal recebido pelos “Radicais das horas difíceis” e acirrando ainda mais as críticas dos “*anti-personalistas*”. Acordos poderiam ser feitos, desde que se submetessem aos auspícios de Yrigoyen²⁴⁶. Ainda segundo Halperín Donghi:

“A essa habilidade política se unia em Yrigoyen uma capacidade para a organização e previsão que lhe havia permitido também alcançar sólida prosperidade em seus negócios agropecuários (...) [seus] êxitos organizativos premiavam sua disposição em empregar infinito tempo e paciência para urdir a complexa teia de relações pessoais com a qual iria primeiro armar as conjuras revolucionárias e logo um partido de massas. Realiza assim uma figura de caudilho político não desconhecida em outras transações rumo à democracia (...)”²⁴⁷

Hipólito Yrigoyen transformou a adesão à sua figura e ao credo Radical de “reparação” em um dever de colaborar com a maturação de um designo providencial, dando um sentido divino ao oportunismo terreno dos náufragos *del régimen*. Arredio aos discursos públicos para ganhar apoio, segundo diversas testemunhas, tinha uma desenvoltura extremamente sedutora nas conversações privadas²⁴⁸.

Em relação a nossa questão – quais as motivações da aproximação de Yrigoyen ao movimento operário – poderíamos afirmar que, se essa tática oferecia a possibilidade de auferir todos ou algum dos benefícios políticos acima enumerados pelos diversos intérpretes de seu governo e sendo Yrigoyen reconhecido por suas notáveis habilidades políticas, é provável que mais de uma das vantagens oferecidas pela possibilidade de apoio da classe operária tenham sido levadas em conta pelo político. A estratégia descrita por Halperín Donghi em relação aos membros *del régimen* pode muito bem ser estendida para a classe operária: a abertura à todos aqueles que quisessem engrossar as filas da “reparação” deveria

²⁴⁶ HALPERÍN DONGHI, Tulio, “Estudio preliminar: Yrigoyen, escándalo y enigma” in *Vida y muerte de la república verdadera*, Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, pp. 236-240. A sentença do advogado Horacio Oyhanarte citada pelo historiador de que “as filas do Radicalismo estão abertas para todos os que queiram engrossar as filas da nacionalidade em marcha e fechadas como um castelo feudal para qualquer pacto com os sobreviventes de um passado de vergonha” ilustra muito bem a solução para as possíveis contradições suscitadas por estas alianças de Yrigoyen.

²⁴⁷ Ibidem, pg. 241.

²⁴⁸ Ibidem, pg. 242.

dirigir-se também ao movimento operário, o que estava em sintonia com as intenções de uma representatividade policlassista buscada por setores da UCR e principalmente do *yrigoyenismo*.

Para avançarmos seria melhor reformular nossa questão, já que no campo das ideias e das intenções políticas o *yrigoyenismo* parece mais obscurecer do que esclarecer a interrogante. Devemos nos deslocar para a análise da prática política nos perguntando: em que condições e como se deu a aproximação de Yrigoyen a certos setores do movimento operário? Ela realmente ocorreu? E talvez o mais importante: como e o que estes setores buscavam nesta relação com o Estado?

Das estratégias elencadas pelos interpretes do governo Yrigoyen, a eleitoral é aquela cujos resultados podem ser mais bem averiguados. Partindo do trabalho de Richard J. Walter - que analisou os dados coletados pelo sociólogo Darío Canton, jornais, relatórios do Ministério do Interior e o registro de eleitores da eleição de 1918 -, podemos afirmar que é possível haver existido uma relação, pelo menos em duas ocasiões, entre a política trabalhista do governo e as eleições. É mister que não pretendemos encerrar a análise das eleições na cidade de Buenos Aires do período, processo demasiado complexo e cuja interpretação ocuparia o espaço de um novo trabalho. Abaixo, com os dados fornecidos por Walter, podemos observar os partidos vitoriosos nas circunscrições eleitorais predominantemente operárias da cidade de Buenos Aires entre 1914 e 1922²⁴⁹:

²⁴⁹ “Nenhuma das *circunscripciones* eram puras em termos de composição de classe. Mesmo as aristocráticas 19 e 20, onde James Scobie notou o ‘forte contraste entre cortiços e mansões’, tinham uma significativa porcentagem de eleitores da classe trabalhadora”, WALTER, op. Cit., 609.

Tabela 3.1: Eleições na cidade de Buenos Aires, 1914-1922: vencedores por circunscrições com população predominantemente operária²⁵⁰.

Distrito	Eleições Congresso 03/1914	Eleições Congresso 04/1916	Eleições Congresso 03/1918	Eleições Municipais 10/1918	Eleições Congresso 03/1919	Eleições Congresso 03/1920	Eleições Municipais 11/1920	Eleições Congresso 04/1922
1º	PS	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR	PS	UCR
2º	PS	PS	UCR	OS	PS	PS	PS	PS
3º	PS	UCR	UCR	OS	PS	PS	PS	PS
4º	PS	PS	OS	OS	PS	PS	PS	PS
6º	PS	UCR	UCR	OS	PS	PS	UCR	UCR
7º	PS	UCR	UCR	OS	PS	PS	PS	PS
8º	PS	UCR	UCR	OS	PS	PS	PS	PS
15º	PS	UCR	UCR	OS	PS	PS	PS	PS
16º	PS	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR
17º	PS	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR	UCR
18º	PS	UCR	UCR	OS	PS	UCR	UCR	UCR

Como afirmado acima, os processos eleitorais envolvem uma série de variáveis, como organização, propaganda e conjunturas políticas muito específicas que não foram ignoradas pela análise de Richard Walter. Por exemplo, um dos fatores para o qual o autor chama atenção e que explicaria o declínio abrupto do número de vitórias do PS nas eleições de abril de 1916 – antes mesmo da eleição de Yrigoyen - é a sangria de votos que sua dissidência, o Partido Socialista Argentino (PSA), e sua figura de proa, o popular Alfredo Palácios, provocaram²⁵¹. O eleitorado se dividiu entre as duas agrupações, depositando 41.751 votos (28,2%) no PS contra 33.683 (22,7%) no PSA. Porém, e isso escapa da análise de Walter, por mais que a divisão nas filas do socialismo tenha levado à vitória da UCR (39,9%), deve-se

²⁵⁰ Ibidem, pg. 613. Os distritos de 1 a 4 e 6 a 8 correspondem aos bairros da zona sul e os distritos de 15 a 18 formam um arco na periferia da cidade do oeste para o norte.

²⁵¹ Alfredo L. Palacios foi advogado, professor universitário e defensor de presos políticos e sindicalistas. Começou a se aproximar da classe operária pelo *Círculo de Obreros Católicos*. Filia-se em 1901 ao P.S. – mesmo ano em que se inicia na maçonaria - e no ano de 1902 consegue se eleger deputado nacional pela circunscrição da Boca, onde em seu escritório atendia gratuitamente operários. Oriundo de uma família abastada, Palacios era acusado por seus colegas de personalismo, nacionalismo e insubordinação ao partido. Sempre teve o costume de participar de duelos e em 1915, ao desafiar o deputado Horacio Oyhanarte, o grupo de parlamentares socialistas aproveitou a proibição estipulada pelo estatuto do partido de tal prática e pediu sua expulsão sumária. Fonte: *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la "nueva izquierda" (1870-1976)*, Dir. Horacio Tarcus, Buenos Aires: Emecé, 2007, pp. 484-487.

notar que, se somarmos o que poderíamos chamar de “voto socialista”²⁵², ou seja, os votos para o PS e para o PSA, a organização de Yrigoyen ainda seria derrotada nestas eleições por mais de 10% dos votos e com uma vitória semelhante às eleições de 1914 nos bairros operários.

Outra conjuntura política específica refletiu-se nas eleições para conselheiros municipais – equivalente aos vereadores - de outubro de 1918. Vale ressaltar que no total de votos, os Socialistas obtiveram uma vitória apertada por 0,6% - se somarmos o “voto socialista”, nesta eleição também incluindo o novato Partido Socialista Internacional, logo Partido Comunista (PSI-PC)²⁵³, a vantagem foi de 5% do total de votos. Para o autor, dois fatores contribuíram para este resultado, relativos tanto à problemas internos da UCR quanto à campanha do PS. Segundo o historiador, “As eleições ocorreram em um momento de grande divisão interna do Radicalismo” entre os setores oriundos das classes dominantes que começavam a se opor sistematicamente aos métodos e políticas de Yrigoyen e os setores médios que aumentavam cada vez mais seu apoio ao governo. Os conflitos, em grande medida, contribuíram para a desorganização dos comitês políticos do partido²⁵⁴. Por outro lado, o PS já havia se recuperado da dissidência promovida pelos grupos que formaram o PSI, o que possibilitou ao partido depositar todas as suas energias e recursos nesta campanha. A ausência de um nome de peso, como o de Palácios, para candidatura do PSA e o fato de o PS

²⁵² Por mais que fosse proveniente de uma família abastada e mesmo circulasse com certa facilidade nas rodas da alta sociedade portenha, é difícil admitir que o partido de Palacios tenha angariado apenas votos entre os conservadores, como afirma Dario Canton e Jorge Raúl Jorrat quando analisam o desempenho eleitoral do que chamam de “terceiras forças”. CANTON, Dario e JORRAT, Jorge Raúl, “Radicalismo, Socialismo y Terceras Fuerzas: 1919-1930”, in *Elecciones en la Ciudad, 1892-2001*, Tomo II (1912-1973), Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 2001, pp. Para os dados relativos aos “votos socialistas”, ver CANTON, Dario, *Materiales para el estudio de la sociología política en la Argentina*, Tomo II, Buenos Aires: Editorial del Instituto Torcuato Di Tella, pp. 3-65.

²⁵³ Segundo Hernán Camarero, durante a década de 1910 dois eixos aglutinaram militantes em oposição à esquerda da direção do P.S. e levaram a formação do P.S.I. em janeiro de 1918. O primeiro deles se remonta a 1911-1912 quando no bojo das discussões sobre o revisionismo de Bernstein, um grupo de jovens liderados por Juan Ferlini passou a se alinhar com as resoluções da esquerda da socialdemocracia europeia adotadas nas conferências de Zimmerwald (1915) e Kienthal (1916). O segundo surge de diferenças sobre qual relação o partido deveria estabelecer com o movimento operário. Pregando uma maior vinculação entre a luta sindical e política, alguns membros liderados pelo operário gráfico José F. Penelón formaram o *Comité de Propaganda Gremial* (C.P.G.) e passaram a atuar diretamente na formação de sindicatos e na orientação de greves. Os desdobramentos da Guerra Mundial terminaram por definir a cisão: em 1917 um submarino alemão afundou um navio de bandeira argentina, o que levou a uma intensa campanha pela declaração de guerra contra as potências centrais apoiada pela direção e pelo grupo parlamentar do P.S. Por fim, quando a direção do P.S. qualificou a Revolução Russa de outubro-novembro de 1917 como um golpe de estado e os diversos grupos que já acumulavam diversas críticas a direção prestaram solidariedade aos bolcheviques, os últimos terminaram sendo expulsos. CAMARERO, Hernán, *A la conquista de la clase obrera: los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina: 1920-1935*, Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007, pp. XXI-XXII.

²⁵⁴ WALTER, op. Cit., 616.

ser historicamente associado à luta pela criação do Conselho Municipal são outros fatores que contribuíram para sua vitória²⁵⁵.

Em duas eleições as relações entre o governo e os sindicatos parecem refletir-se nos resultados eleitorais nos bairros operários, tanto de maneira positiva como negativa. Nas eleições de março de 1918, a UCR ganhou em todos os distritos operários – com exceção da Boca – e no total de votos. As divisões no socialismo, principalmente a causada pelo PSA, não podem ser desprezadas – o “voto socialista”, somando PS, PSA e PSI, ultrapassa em 7,6% os votos da UCR. É possível que, para compreender a diminuição do total do “voto socialista” em comparação com a eleição anterior e a vitória Radical nos bairros predominantemente operários, tenhamos que levar em conta a política trabalhista do governo como fator decisivo para estes dois resultados da eleição.

A relação entre a política trabalhista e o desempenho eleitoral da UCR voltou a se revelar, e de maneira mais clara, nas eleições de março de 1919, já sob o impacto dos eventos da “Semana Trágica”. A vitória do PS ocorreu não somente na maioria dos bairros operários, mas também entre os profissionais liberais²⁵⁶, onde o Radicalismo obtinha as votações mais sólidas. O PS voltou a vencer e bateu recorde em número absoluto de votos, 56.418 (40,9%), contra 54.749 (39,7%) votos da UCR. A inclinação ao “voto socialista” fica mais evidente se somarmos ao computo os 23.772 (17,2%) e os 3.016 (2,2%) votos do PSA e do PSI, respectivamente.

Dario Canton e Jorge Raul Jorrat prosseguiram com a investigação iniciada por Richard Walter e estenderam o período de análise, assim como aprofundaram as variáveis sócio-demográficas dos eleitores utilizadas pelo historiador estadunidense, não se limitando somente aos dados ocupacionais, mas relacionando voto e preço do metro quadrado, assim como o nível de instrução, etc. Os autores relativizam ainda mais o sucesso eleitoral dos Radicais entre os operários durante o primeiro governo Yrigoyen e dividiram em três etapas a evolução dos votos na UCR. A primeira, compreendida entre 1912-1916, quando os votos da UCR tem um comportamento atribuível a um partido conservador, com maiores porcentagens de voto nas regiões mais abastadas e em alguns rincões das classes média e baixa. A segunda etapa corresponde ao período de 1916-1924 quando os votos da UCR tornam-se socialmente mais difusos, ou seja, seu crescimento ocorre entre operários, mas também em todos os outros

²⁵⁵ Ibidem, 617.

²⁵⁶ Ibidem, 611.

estratos sociais. E, por fim, uma terceira etapa entre os anos de 1926-1930 quando os indicadores relativos ao voto operário no Radicalismo começaram a melhorar²⁵⁷.

No período em que estamos trabalhando (1917-1921), podemos afirmar que a tática de aproximação de Yrigoyen aos trabalhadores com o intuito de angariar votos parece ter tido um efeito positivo efêmero, localizado em uma eleição (março de 1918). Este crescimento foi concomitante ao aumento generalizado do voto Radical em todos os estratos sociais, assim como ocorreu em um momento em que a divisão no socialismo provocada pela saída de Alfredo L. Palacios ainda ressoava em alto e bom som ao ponto de apenas podermos sugerir uma possível relação entre a vitória da UCR nos bairros operários e a política trabalhista de Yrigoyen. Na verdade, muito mais sugestiva é a relação entre a política repressiva do Radicalismo e seu desempenho eleitoral quando em março de 1919 o PS, além de ganhar nos bairros operários, cresceu nos setores intermediários da sociedade portenha. A UCR ampliou sua base de apoio social de maneira difusa, pelo menos até 1926, enquanto o PS exibiu uma sólida base social entre os “setores populares” até 1930. Segundo os autores,

“(…) é possível assinalar um cenário onde o P.S. teria sido um partido consistentemente ‘popular’ no período – para além de seus relevantes componentes de classe média – e a U.C.R. um partido fundamentalmente de classe média – para além de um meritório componente operário, que se modificou segundo suas etapas -, ao qual se agregariam diversas terceiras forças pelas quais se inclinam as classes médias altas”²⁵⁸

Tudo indica que, pelo menos para o período que estamos estudando, a política com viés eleitoral de aproximação da UCR em relação à classe operária resultou num rotundo fracasso. Isso não significa que, por exemplo, uma certa memória do governo de Yrigoyen tenha sido construída dentro a classe trabalhadora nos anos 1920 relacionada à sua política trabalhista e se traduzido em resultados mais positivos para o Radicalismo nessa classe social na terceira etapa elencada por Canton e Jorrat.

Porém, se a busca por votos era o objetivo primordial da UCR em sua relação com a classe operária, e que, como podemos observar, não surtiu grandes efeitos, devemos nos lembrar que as eleições estavam longe de ser o principal momento de atuação política da maioria dos trabalhadores. Mesmo que uma análise mais profunda sobre os processos eleitorais demonstre que nossas conclusões estão equivocadas e que as políticas trabalhistas de Yrigoyen pudessem se expressar eleitoralmente de maneira vigorosa, devemos recordar

²⁵⁷ CANTON e JORRAT, op. Cit., pp. 212-217.

²⁵⁸ Ibidem, pg. 221. Canton e Jorrat não se debruçam detalhadamente sobre as terceiras forças. Seria de extremo interesse uma pesquisa voltada para estes partidos até mesmo para que pudéssemos comprovar a natureza de classe do “voto socialista”.

que a classe operária na cidade de Buenos Aires era formada em sua maioria por estrangeiros e filhos destes. Excluídos dos escrutínios e criados na tradição abstencionistas e antiparlamentar do movimento operário argentino²⁵⁹ – para desespero do PS –, é na ação sindical que devemos nos debruçar para compreender mais profundamente as práticas políticas que possibilitaram o chamado *obrerismo yrigoyenista*.

3.4 O sindicalismo argentino na década de 1910: transformações em movimento

Nesta seção analisaremos aspectos relativos às disputas políticas que permeavam o movimento operário argentino na década de 1910 e procuraremos investigar quais as possíveis motivações que levaram certos setores da classe operária a aceitar o aceno proveniente do governo de Yrigoyen. Ao nos limitarmos às discussões relativas aos sindicatos, seus órgãos de imprensa, seus congressos e principalmente algumas de suas personalidades mais destacadas, de nenhuma maneira acreditamos que isso dê conta do conjunto da experiência da classe operária argentina no período. Mesmo com essas ressalvas, acreditamos ser necessário salientar três questões que nos autorizam a trabalhar com esse recorte.

Em primeiro lugar, apesar da filiação aos sindicatos alcançar no agitado ano de 1907 apenas 28,7% do total de trabalhadores na Capital Federal, sendo deste total apenas 13% de cotistas regulares²⁶⁰, é notável, como visto no capítulo anterior, o crescimento das organizações operárias durante a década de 1910, principalmente em seu segundo lustro. Em segundo lugar, e também nos remetendo ao capítulo anterior, vimos a importância que as organizações ganham, seja nas reivindicações dos grevistas, seja nas discussões realizadas pelas patronais e membros da classe dominante. E em terceiro lugar, apesar de todas as suas debilidades, é amplamente reconhecida a capacidade das federações e sindicatos em mobilizar a massa de trabalhadores não organizada, como podemos observar nas enormes greves gerais desencadeadas na primeira década do século XX ou mesmo como o total de grevistas em um ano ultrapassava, na maioria dos casos, o de trabalhadores sindicalizados.

Voltando a janeiro de 1919, de maneira resumida, podemos afirmar que: a mobilização começou localizada em uma fábrica e em decorrência da ação policial expandiu-se para outros sindicatos – estivessem estes mobilizados ou não - forçando algumas direções sindicais e políticas reticentes a aderirem à uma greve geral. A mobilização, por um breve período, atingiu enormes proporções, mobilizando os trabalhadores em nível nacional, assim como

²⁵⁹ Ver Capítulo I, seção 4.

²⁶⁰ BILSKY, Edgardo, *La F.O.R.A. y el movimiento obrero (1900-1910)*, Buenos Aires, CEAL, 1985, pg. 75.

promoveu uma onda repressiva nunca antes vista pelas mãos do Estado e de membros das classes dominantes.

As ações adotadas pelas organizações de esquerda e operárias não fugiram de suas orientações desenvolvidas ao longo dos primeiros anos do século XX²⁶¹: o PS procurou mostrar ser capaz de dar alguma solução para o conflito dentro do parlamento; a FORA IX^a tentou tomar a direção do movimento ao mesmo tempo em que recusou o apoio do PS e se utilizou da proximidade com o Poder Executivo para reafirmar o princípio de que os sindicatos são os únicos órgãos representativos dos trabalhadores; a FORA V^o tentou de todos os modos impulsionar a greve geral.

Estas cisões já existentes entre as diversas correntes da esquerda e do movimento operário, em um primeiro momento, parecem se acirrar mais do que nunca depois das jornadas de janeiro de 1919. A responsabilização e os ataques às agrupações genericamente chamadas de anarquistas já haviam desfilado pelos comunicados de socialistas e da FORA IX^a ainda durante os eventos da “Semana Trágica” como forma de tomar distância dos eventos mais violentos ocorridos naquela jornada, fossem estes reais – os infundáveis tiroteios entre as forças repressivas e pequenos grupos armados – ou irreais – como a tomada do Correio Central, do Departamento Central de Polícia ou da articulação de um complot maximalista.

Encerradas as mobilizações, desde a publicação oficial da FORA IX^a - *La Organización Obrera* -, dois tipos de artigos começaram a pulular em suas páginas. O primeiro tipo era composto por artigos que poderíamos chamar de “unitaristas”, ou seja, que retomam a plataforma de unificação do operariado propagada desde a década anterior, ainda nas filas da UGT ou da CORA, e que relativizavam as divisões “filosóficas” no seio do movimento procurando a unificação em nome do interesse da classe operária pela emancipação. Ainda segundo estes artigos, a unidade era a única plataforma que deveria existir no momento, não só para o fim emancipatório, mas também como tática do dia a dia, pois assim como a burguesia:

“(…) tem também em seu seio profundos antagonismos ideológicos, políticos e sociais, porém ante a classe operária em ação, tem um interesse comum: a defesa de seus capitais e seus privilégios, e assim compreendeu esta ao organizar-se com mais inteligência que nós para repelir os ataques da classe operária não obstante suas divergências”²⁶².

Nos artigos da segunda espécie, muito mais abundantes e que batizamos de “divisionista”, a energia de seus autores concentrou-se em denunciar e demonstrar como os

²⁶¹ Ver Capítulo I, seção 4.

²⁶² REYNA, Videla, “La discórdia”, *La Organización Obrera*, 15/03/1919. A partir daqui, LOO.

quintistas – se referindo aos membros da FORA Vº- não passavam de “um grupo de fanáticos irresponsáveis, completamente inorgânicos” e cuja ação revolucionária somente “semeia a discórdia e a divisão da organização operária”²⁶³. Estes artigos buscavam, ao invés da supressão das diferenças ideológicas, reafirmá-las, responsabilizando a FORA Vº como a grande artífice da desunião e da violência contra o movimento operário, chegando a nomear os *quintistas* como agentes do capitalismo, “inimigos do proletariado, a quem os trabalhadores devem combater com tanta ou maior energia que os capitalistas”²⁶⁴.

Devemos ressaltar que os ataques desferidos pelo órgão oficial da FORA IXª não se referem tanto ao anarquismo como doutrina ideológica – e isso não é de menor importância, como veremos -, mas sim diretamente à FORA Vº, pois como afirmou Fortunato Marinelli “[A FORA Vº] Nem sequer representam os trabalhadores anarquistas, posto que grande número destes camaradas militam em nossa instituição e são ardentes defensores da mesma”²⁶⁵.

Marinelli exagera sobre a falta de representatividade dos *quintistas* dentro do movimento operário argentino – principalmente em um momento que as filas da FORA Vº voltaram a crescer, como visto no capítulo anterior -, mas não quando se refere a presença de um considerável número de trabalhadores identificados com essa doutrina em sua central sindical. Apesar do predomínio do Sindicalismo Revolucionário dentro da FORA IXª – no ano de 1919, dos 15 membros do Conselho Federal, sete são identificados com esta corrente -, é fato que a mobilização para unificação iniciada em 1914 foi um movimento de mão dupla: por um lado, grupos anarquistas revendo as posições relativas ao Vº Congresso, que havia proclamado o “comunismo-anárquico” como bandeira política da central e, por outro, o antigo desejo de setores do Sindicalismo Revolucionário da unificação completa dos trabalhadores, independente de suas predileções políticas, em uma única organização. Devemos nos debruçar melhor sobre o processo de fusão das organizações operárias para que possamos compreender o acionar da FORA IXª.

Sobre as transformações políticas ocorridas no movimento operário argentino da década de 1910, diversos autores convergem numa mesma direção ao afirmarem que uma das principais consequências da “*Semana Roja*” de 1909 e da “Greve do Centenário” de 1910 teria sido o fim da hegemonia anarquista. Essa derrota, ou esgotamento, teria se concretizado durante o IXº Congresso da FORA quando, ao suprimir a identificação da federação com o

²⁶³ MARINELLI, Fortunato, capa *LOO*, Ano 2, nº 73, 22/03/1919.

²⁶⁴ “Agentes del capitalismo: Guerra de mortes a los divisionistas!”, *LOO*, Nº 74, 29/03/1919

²⁶⁵ MARINELLI, Fortunato, *LOO*, 22/03/1919.

“comunismo anárquico”, o Sindicalismo Revolucionário teria hegemonizado a direção do movimento, levando ao abandono da greve geral insurrecional e promovendo a luta por conquistas parciais e as reivindicações de caráter puramente econômico.

Para Julio Godio, por exemplo, o movimento operário não havia sido derrotado em 1910, mas sim “havia sido derrotado o messianismo insurrecional anarco-sindicalista, obstinado em utilizar o movimento grevista como alavanca para a Revolução social antiestatista”. O IXº Congresso apenas referendou essa situação²⁶⁶. Já Bilsky pontua uma série de hipóteses que marcariam a época do IXº Congresso da FORA como o “fechamento de uma etapa”, mas chama atenção para que um dos seus significados tivesse sido “o esgotamento do anarquismo como movimento social ao modificar-se parcialmente o ambiente que o havia criado”²⁶⁷. Juan Suriano, por sua vez, afirma que a repressão decorrente da “Greve do Centenário” e a difusão do entretenimento de massas durante a década seguinte (teatro de revista, jornais populares, cinema e o futebol) teriam destruído as redes de sociabilidade (centros culturais, bibliotecas, etc.) que capacitaram os anarquistas a liderar as mobilizações operárias e a construir uma contracultura operária durante a década de 1900. Completou a missão uma série de “fatores conjunturais que foram modificando em alguns casos imperceptivelmente as normas de sociabilidade política, social e cultural as que o anarquismo não pode, não soube ou não quis se adaptar”²⁶⁸.

Estas interpretações predominantes na historiografia argentina estão marcadas tanto por um viés fatalista (“foram derrotados porque eram anarquistas”) quanto teleológico (“o anarquismo foi superado/esgotado”). Ambas explicações tem certa plausibilidade à primeira vista, não só pela simplicidade esquemática, mas porque estas guardam relações com a realidade²⁶⁹. Por um lado, é evidente que os sindicatos, apesar do notável desenvolvimento no começo do século XX, estavam longe de conseguir derrotar o aparato militar do Estado argentino, principalmente por meio da greve geral revolucionária propagada pelos *foristas*, o que justifica o viés fatalista. Por outro lado, a organização por ofícios e regiões que era a pedra angular da FORA no início do século parecia já obsoleta: em uma etapa de desenvolvimento da economia capitalista, quando ocorre a concentração, centralização e mecanização da produção – em certo grau, era o que ocorria na região de Buenos Aires no

²⁶⁶ GODIO, Julio, *El movimiento obrero argentino (1910-1930): Socialismo, sindicalismo y comunismo*, 1988, pg. 22.

²⁶⁷ BILSKY, “Esbozo de la historia del movimiento obrero argentino: desde sus orígenes hasta el advenimiento del peronismo”, in *Cuadernos Simón Rodríguez*, N° 3, Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez-Editorial Biblos, 1995, pp. 26-27.

²⁶⁸ SURIANO, Juan, *Auge y caída del anarquismo*, Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009, pp. 58-60 e 90.

²⁶⁹ Entendemos que a historiografia se refere, ao falar do anarquismo na Argentina, principalmente aos princípios organizativos e filosóficos que impulsionavam a F.O.R.A. durante a primeira década do século.

início do século XX -, a base material desse tipo de organização desaparece frente à simplificação e padronização das atividades laborais, obrigando os trabalhadores a reconstruírem suas redes de solidariedade. Ou seja, mudanças tecnológicas induzem mudanças estruturais na força de trabalho pela desvalorização de habilidades tradicionais, incremento de trabalhadores semiqualeificados, adoção de medidas disciplinares mais eficazes e reorganização geográfica do espaço econômico (origem da mão-de-obra e das matérias primas; integração de um mercado nacional e maior inserção no mercado internacional, etc.), o que justifica o viés teleológico²⁷⁰.

Apesar dessas considerações, é fato que se nos aferrarmos somente a estes aspectos mais abstratos as nuances relativas à experiência da classe operária argentina se perdem, além destas definições mais gerais estarem cercadas de limitações que procuraremos demonstrar a seguir.

3.4.1 Fatalismo: a derrota do anarquismo

A grande limitação da interpretação “fatalista” nos parece ser decorrente das dificuldades que a discussão sobre os pormenores das teleologias propostas pelas organizações promove, já que os conteúdos destas propostas “são inacessíveis a verificação empírica. Só podem descrever-se e interpretá-las (sempre com consequências polêmicas) seus efeitos como parte constituinte da realidade social (...)”²⁷¹.

Devemos nos perguntar, portanto, o que na prática significava a identificação da federação com o “comunismo-anárquico”? Foi durante o Vº Congresso da *Federación Obrera Argentina*, realizado no mês de agosto de 1905, que a federação declarou que

“aprova e recomenda a todos seus aderentes a propaganda e ilustração mais ampla no sentido de inculcar nos operários os princípios econômicos-filosóficos do COMUNISMO ANARQUICO. Esta recomendação, impedindo que se detenham na conquista das 8 horas, os levará a completa emancipação e por conseguinte a evolução social que se persegue”²⁷²

²⁷⁰ As análises históricas que relacionam as modificações nos processos produtivos com as formas de solidariedade e resistência dos trabalhadores foram largamente estudadas, principalmente no que se refere ao período de gênese do capitalismo. HOBBSAWM, Eric, *Rebeldes primitivos: estudos de las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX*, Barcelona: Ediciones Ariel, 1968 e principalmente em THOMPSON, E.P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVII.”, in *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Para estas transformações durante o desenvolvimento histórico do capitalismo nos séculos XIX e XX, ver NEGRI, Antonio, “John Maynard Keynes y la teoría del Estado en 1929” in _____, e SILVER, Beverly J., *Forças do Trabalho: movimentos dos trabalhadores e globalização desde 1870*, São Paulo: Boitempo, 2005.

²⁷¹ SOLOMONOFF, Jorge N., *Ideologías del movimiento obrero y conflicto social. De la organización Nacional hasta la Primera Guerra Mundial*, Buenos Aires, Editorial Proyección, 1971, pg. 33.

²⁷² Citado em. BILSKY, La F.O.R.A..., pg. 215.

Para Bilsky e Suriano²⁷³, esta declaração tem como origem o recrudescimento dos conflitos na década de 1900, responsáveis por acirrar as discussões políticas no seio do movimento operário. Se por um lado os *foristas* sentem a necessidade de uma definição doutrinária mais precisa, foi também no mesmo período que a UGT se desvinculou do Partido Socialista, pois boa parte dos setores sindicais do partido passou a questionar a divisão entre um órgão econômico, o sindicato, e uma agrupação política, o partido, defendendo a superioridade do primeiro pelo seu caráter puramente operário²⁷⁴. Dessa maneira, além de denotar uma maior politização do movimento operário em geral, a afirmação dos princípios doutrinários também serviu como forma de diferenciação da FORA em relação a UGT.

Com já foi mencionado no primeiro capítulo, enquanto a FORA era responsável pelas primeiras mobilizações em massa da classe operária argentina, as tentativas de unificação impulsionadas desde a UGT e logo CORA transformaram-se na principal bandeira dos Sindicalistas Revolucionários. Porém, esta unificação esbarrava, entre outras questões, no finalismo adotado pela FORA em seu Vº Congresso. Mesmo existindo uma certa convergência entre as reflexões da FORA e da UGT/CORA, ainda ao fim da década de 1900 e início de 1910 - principalmente no que se refere ao papel da greve geral como “arma genuinamente operária e a mais eficaz para a defesa e ataque em favor de seus próprios interesses (...)”²⁷⁵-, a chamada “neutralidade política” dos Sindicalistas Revolucionários e a definição pelo “comunismo-anárquico” dos anarquistas se erguiam como barreiras para a unificação das duas federações em um só organismo.

A defesa da unificação por parte dos Sindicalistas justificava-se na solidariedade de classe como princípio²⁷⁶. Já a defesa da FORA do “comunismo anárquico” parecia ultrapassar a questão de classe – ou em nada ter relação com ela. A defesa destes princípios chegou ao ponto de, por exemplo, em 1907, respondendo a um chamado para unificação da UGT, o Congresso da FORA tenha decidido que a federação “não tenha mais trato com a UGT para realizar outro congresso de Unificação” após a mesma ter negado sua adesão ao comunismo-anárquico²⁷⁷.

²⁷³ Ver Capítulo 1, seção 4.

²⁷⁴ BILSKY, *La F.O.R.A...*, pg. 126-137.

²⁷⁵ V.A., *El “sindicalismo revolucionario” (1905-1945)*, Seleção de textos Hugo del Campo, Buenos Aires: CEAL, 1985, pg. 38. Além deste ponto de aproximação entre Sindicalistas Revolucionários e anarquistas, os primeiros, conforme se afastam do PS, também radicalizam suas críticas ao partido e passam a rejeitar qualquer melhora legislativa, apesar de aceitar ações parlamentares que obstruíssem leis contrárias aos trabalhadores. Em outro ponto de aproximação com os anarquistas, acusam o PS de promover o “socialismo estatal”, afirmando o sindicato como única organização genuinamente proletária. BILSKY, *La F.O.R.A...*, pp. 141-142.

²⁷⁶ V.A., *El “sindicalismo revolucionario” (1905-1945)*, Seleção de textos Hugo del Campo, pp. 38-43.

²⁷⁷ Citado em BILSKY, Edgardo, *La F.O.R.A...*, pg.227.

Internamente à FORA, a proeminência do princípio doutrinário sob a solidariedade de classe começou a ser questionado e foi o grande responsável por diversos conflitos dentro da federação. Estes conflitos, que ora nucleavam a defesa de um ponto de vista entre os editores de seu diário, *La Protesta*, ora no Conselho Federal, terminaram por expor a organização laxa e pouco centralizada da Federação, quando decisões emitidas dos dois órgãos se contradiziam. Segundo Bilsky, são duas visões sobre a natureza do conflito social que começaram a se contrapor dentro do movimento anarquista a partir de 1907:

“por um lado, a daqueles que se apresentavam como apóstolos da emancipação universal da humanidade negando a existência de classes sociais; por outro, a dos que sustentavam e defendiam a causa da emancipação do proletariado, enquanto produtor da riqueza e principal agente da Revolução social.”²⁷⁸

O conflito ficou mais evidente quando, meses após a violenta repressão da “*Semana Roja*” de 1909, a UGT realizou um novo chamado para unificação. Dessa vez, dez organizações das 85 que compunham a FORA assistiram ao congresso ao fim de setembro. Em outubro, em consulta realizada pelo Conselho Federal da FORA aos sindicatos filiados, 42 entidades pronunciaram-se sobre o congresso de unificação: 34 decidiram manter-se aderidas à FORA, cinco recomendaram que se buscasse algum meio para a unificação da classe operária e três aderiram à nova central batizada de CORA²⁷⁹. Em assembleia realizada no dia 30 de outubro e que se deu conhecimento do resultado da consulta realizada pelo Conselho Federal, ainda se aprovou a seguinte moção por 19 votos contra 9:

“Considerando que a maioria das sociedades federadas desejam permanecer fiéis a F.O.R.A., já que todas ou a grande maioria não aderiram à nova entidade; considerando por outra parte que existem sociedades federadas que desejam que se realize a fusão da qual são entusiastas, propomos que a F.O.R.A. continue intacta, porém que ao mesmo tempo convoque um congresso convidando a tomar parte nele a todas as organizações da República no prazo de doze meses”²⁸⁰.

O enfraquecimento das duas centrais decorrente da repressão, que se aprofundou após a “Greve do Centenário” de 1910²⁸¹, por fim, parecia ter colocado a pauta de unificação para a FORA – ou melhor, como veremos abaixo, aberto a porta para ela.

Em 1912, sob os escombros das federações pós-1910, é realizado o chamado *IIIº Congreso de Fusión*, quando 42 delegados de um total de 72 sindicatos aprovaram a

²⁷⁸ BILSKY, Edgardo, *Esbozo...*, pp. 22-23.

²⁷⁹ SANTILLÁN, op. Cit., pp.190-193.

²⁸⁰ Citado em SANTILLÁN, op. Cit., pg. 194.

²⁸¹ Devido a repressão a “Greve do Centenário”, Santillán afirma que “Por uns anos foi impossível o funcionamento normal da organização operária. Se vivia de fato fora da lei, em particular os anarquistas e as organizações operárias por eles inspiradas”, SANTILLÁN, op. Cit., pg. 208. Deve-se ressaltar que nesta onda repressiva nem mesmo o Partido Socialista saiu ileso.

unificação. Porém, devido à problemas relativos aos mandatos dos delegados, a proposta é levada aos sindicatos e rechaçada, em grande medida, pois renegava o “comunismo anárquico”. Para o militante *quintista* e historiador Diego Abad Santillan, neste momento, mais do que nunca, o que dividia a classe operária argentina entre sindicalistas, socialistas e anarquistas era a disputa pelo controle das federações e, por conseguinte, do movimento operário²⁸².

Abortada mais uma vez, a fusão teve de esperar até os anos de 1914-1915, quando foi realizado o Iº Congresso da CORA no mês de junho de 1914. Um comitê designado para o estudo da questão da fusão propôs a dissolução da CORA e a filiação em massa à FORA, aceitando assim os termos colocados pela central anarquista de que a unificação somente ocorresse pela adesão dos sindicatos à federação anarquista. A circular elaborada segundo as decisões do congresso e que foi distribuída entre os sindicatos da CORA e autônomos dizia o seguinte:

“O comitê [*designado no congresso para estudar de que maneira proceder a fusão*] (...) chegou a conclusão, depois de um detido estudo de todos aqueles temperamentos que a experiência pode aconselhar ou que se ensaiaram em circunstâncias análogas do passado, que o meio mais expeditivo e prático, o que indiscutivelmente menos dificuldades pode suscitar na consciência esclarecida dos operários do país (...) é o de reunir os organismos federais existentes, precedendo a consentida eliminação de um deles”²⁸³

Prosseguindo, o informe dava conta das quatro motivações que levaram os delegados a esta decisão. Em primeiro lugar, a ideia de adesão em massa à FORA se justificava como uma solução razoável, já que aquela instituição era a mais antiga e a que de certa forma concentrava as maiores tradições de luta. Em segundo lugar, a experiência de outros congressos de unificação já havia demonstrado as dificuldades de realizar a fusão das federações dessa maneira. Em terceiro lugar, num contexto de refluxo e desorganização, parecia insensato que se tomassem atitudes que apenas contribuíssem para o acirramento do espírito corporativo e do egoísmo de ambas federações. Por último, o congresso interpretava que as diferenças entre as federações eram apenas questões irrelevantes se comparadas com a identidade de fins e meios manifestados nos seus trabalhos cotidianos de ação e

²⁸² Ibidem, pg. 216. A análise de Santillán sobre as disputas se resumem ao controle das federações não é somente proveniente de uma autocrítica anarquista. Segundo o operário gráfico e militante socialista René Stordeur, “Eles [os Sindicalistas Revolucionários] tratavam de dominar tudo o que podiam; como os socialistas tratavam de dominar todo o que podiam (...) Na forma de luta não se diferenciavam de maneira alguma [socialistas e Sindicalistas Revolucionários]; eram partidários da conversação, partidários do convênio coletivo, partidários da conciliação e desde logo, partidários da greve quando não se podia chegar a uma solução dos problemas por esses meios persuasivo”. Entrevista a Luis Alberto Romero, 1971, TOMO I, pp. 126-127.

²⁸³ Ibidem, pp. 222-223.

propaganda²⁸⁴. Após um intervalo de alguns meses para que as propostas do congresso fossem discutidas e comunicadas aos sindicatos filiados à CORA, a moção elaborada pelos delegados em junho é aprovada durante a retomada do congresso em setembro, sendo 24 delegados favoráveis, quatro contrários, uma abstenção e uma ausência²⁸⁵. Nas palavras do operário gráfico Sindicalista Revolucionário e historiador do movimento operário, Sebastian Marotta, “As organizações confederadas realizarão o mesmo que o homem da fábula que esperava a montanha vir até ele. Como esta não se movia, resolve ir até ela”²⁸⁶.

Aprovada a adesão em massa dos membros da CORA, o Conselho Federal da FORA convocou para abril de 1915 o IXº Congresso da federação na cidade de Buenos Aires. A presidência do Congresso ficou nas mãos do anarquista Pedro Casas e na secretaria se revezaram M. Rigotti, E. Basterica, Sebastián Marotta, Bernardo Senra Pacheco, F. Rosanova e Florentino Giribaldi. A ordem do dia foi definida por Tortorelli, Cuomo, Giribaldi, Senra Pacheco e Rosanova, colocando como primeira pauta de discussão a finalidade da FORA²⁸⁷. Estavam presentes 61 sindicatos e federações do país inteiro, sendo que 31 representavam trabalhadores da Capital Federal.

Depois de acalorada discussão, a maioria (46 votos a favor, 14 contra e uma abstenção²⁸⁸) aprovou a supressão do “comunismo anárquico” e o seguinte ditame:

“A F.O.R.A. é uma instituição eminentemente operária, organizada por grupos afins de ofício, cujos componentes pertencem às mais variadas tendências ideológicas e doutrinárias, que para manter-se em sólida conexão necessitam a mais ampla liberdade de pensamento, mesmo que seja imprescindível que suas ações se enquadrem dentro da orientação revolucionária da luta de classes, da ação direta e com a absoluta precedência dos grupos e partidos que militam fora da organização dos trabalhadores genuínos. Portanto: a F.O.R.A. não se pronuncia oficialmente partidária, nem aconselha a adoção de sistemas filosóficos, nem ideologias determinadas (...)”²⁸⁹

A proeminência do princípio doutrinário havia sido derrotada pelo princípio de classe. Parte dos delegados que defendiam a resolução do Vº Congresso se retiraram e em um diminuto congresso realizado em maio de 1915 refundaram a FORA, que a partir de então ficou conhecida pela adição do número V em referência a sua defesa do “comunismo

²⁸⁴ Ibidem, pg. 224. e MAROTTA, Sebastian, *El movimiento sindical argentino, su genesis y desarrollo (1907-1920)*, Tomo II, Buenos Aires, 1961, pg. 166.

²⁸⁵ SANTILLÁN, op. Cit., pg. 228.

²⁸⁶ MAROTTA, op. Cit., pp. 172-173.

²⁸⁷ SANTILLÁN, op. Cit., pg. 234.

²⁸⁸ BDNT, N° 41, Abril de 1919, pg. 107

²⁸⁹ MAROTTA, op. Cit., pg. 186.

anárquico”. Teria isso significado a derrota do anarquismo? É necessário matizar mais o que significou a derrota no Congresso de fusão do “comunismo anárquico”.

Em primeiro lugar, decretar o fim do anarquismo parece incorreto simplesmente porque muitos dos operários militantes anarquistas da própria FORA votaram contra o “comunismo anárquico”. Como admitiu o próprio *quintista* Diego Abad Santillán, foi uma minoria que abandonou o congresso²⁹⁰. Em segundo lugar, contamos com as reflexões produzidas na época sobre a abolição do “comunismo anárquico” de diversos militantes que se reivindicavam anarquistas (como, por exemplo, Franciso J. Garcia, Pedro Casas, Senra Pacheco e Florentino Giribaldi). Pedro Casas, em artigo publicado na edição da revista libertária *Ideas y Figuras* de primeiro de maio de 1915, afirmava que as organizações operárias não são entidades exclusivas dos anarquistas, mas órgãos criados por diferentes trabalhadores unidos por uma mesma necessidade econômica. As declarações fazendo referência ao “comunismo anárquico”, continuava o autor, não promovem a consciência, mas sim a propaganda diária e contínua entre as multidões. A unidade da classe, independente das formulações políticas, era o caminho para a construção de uma consciência cada vez mais precisa sobre os problemas da classe operária, afirmava Senra Pacheco na mesma revista²⁹¹.

Neste ponto, ao invés de afirmarmos o fim ou a derrota de tal ou qual doutrina, acreditamos que o principal fato que representa o IXº Congresso é *a convergência entre a maioria dos membros da FORA e da CORA como resultado de uma reflexão de distintos setores do movimento operário argentino sobre suas práticas. Segundo estes mesmos setores convergentes, este momento, marcado pela dura repressão desencadeada nos anos de 1909 e 1910, sugeria que a unidade e o fortalecimento dos organismos de classe eram os principais e mais imediatos objetivos a serem perseguidos.*

3.4.2 Teleologia: predestinação de uma organização

Outras modificações foram realizadas além da declaração de neutralidade política e se ajustam à interpretação “teleológica”. Basicamente, a federação até então se organizava a

²⁹⁰ O militante considera a dissidência um grande erro e declara: “Era na verdade uma minoria os francamente dissidentes; muitos anarquistas estavam dispostos a cooperação com os adversários de ontem, crendo em sua boa fé”, SANTILLÁN, op. Cit., pg. 244. Para o autor, caso os *quintistas* tivessem se mantido na federação, com o tempo eles poderiam convencer seus companheiros do erro que estavam cometendo. Já Sebastian Marotta relata até mesmo o caso de alguns sindicatos cujos delegados votaram contra a supressão, mas que em nova assembleia foram desautorizados pelas bases. MAROTTA, op. Cit., pg. 196.

²⁹¹ MANULI, Martin, “Hacia la unidad de la clase obrera: el entendimiento anarquista-sindicalista revolucionario (Argentina, 1910-1915)”, comunicação realizada durante a mesa *Historia de la Izquierda en la Argentina: política, sociedad e ideas (1880-1960)*, coordenada por Hernán Camarero e Carlos Herrera durante a *XIII Jornadas Interescuelas*, Catamarca, agosto de 2011., pp. 12-21. Texto mimeo gentilmente fornecido pelo autor.

partir de um documento conhecido como *Pacto de Solidariedad*, aprovado durante o seu IVº Congresso em 1904. Além da supressão da declaração referente à finalidade da federação – adicionado ao *Pacto* durante o Vº Congresso –, o IXº Congresso modificou o 7º, o 14º e o 15º artigos do documento, além de agregar o 19º e o 20º artigos²⁹².

Em relação ao 7º artigo, sua versão original estabelecia o funcionamento do Conselho Federal, sem especificar nenhuma obrigação, com nove membros mais um delegado por cada federação local com caráter de delegados credenciados. As modificações aprovadas no IXº Congresso ao mesmo tempo que ampliavam a representatividade da base no Conselho Federal, ao admitir um delegado deliberativo por cada sindicato federado e não mais por federação regional, atribuía ao órgão central faculdades até então inéditas. Caberia ao Conselho, junto aos delegados, a decisão sobre as chamadas “questões de ordem geral”, como os boicotes e a declaração de greve geral – que ganhava um caráter notoriamente defensivo. Atribuía ao conselho a autoridade de resolver alguns assuntos por motivos de “força maior”, sem especificar em que se consistiriam estes casos. Era criada também, anexa ao Conselho Federal, uma secretaria responsável por recolher estatísticas relevantes para a federação.

A modificação do 14º artigo limitava a possibilidade de um delegado representar outras agremiações que lhe conferissem esse poder. A partir do IXº Congresso, um delegado não poderia representar mais do que cinco organizações. Já o 15º, que em sua versão original apenas admitia nos congressos delegados que fossem sócios de alguma das sociedades aderidas e nunca houvessem exercido cargo político algum, como deputado, vereador, empregados de alto rango na administração pública, etc., em sua nova versão restringia esta proibição apenas aos membros do Conselho Federal e que estes somente não poderiam exercer ao mesmo tempo as funções de político e conselheiro do sindicato. A restrição definitiva nas esferas de decisão da federação por haver exercido um cargo político era abolida.

O artigo 19º incluía a recomendação para que as sociedades aderidas elaborassem um estatuto em “consonância” com o *Pacto de Solidariedad* e inspirassem sua ação em seus princípios. E por fim, o 20º artigo proibia a possibilidade de que um membro do Conselho Federal ocupasse ao mesmo tempo o cargo de delegado deliberativo.

Assim, para além da eliminação do “comunismo anárquico”, durante o IXº Congresso, a federação conferia maior poder aos sindicatos ao ampliar os poderes deliberativos dos

²⁹² Ver: “Pacto de Solidariedad de la Federación Obrera Argentina aprobado en el IV Congreso de La Fora del 2 de Agosto de 1904”, versão integral in BILSKY, *La FORA...* e “Carta Ogránica de la F.O.R.A” e os artigos modificados, in BDNT, Nº 41, Abril de 1919.

delegados sindicais em detrimento dos representantes das federações locais. Ao mesmo tempo, e de maneira contraditória, buscava dar maior centralidade para o Conselho Federal como organismo executivo e - pelos menos demonstrava a intenção - uma maior racionalidade para as ações da federação ao criar uma secretaria de estatísticas. Concentrar as decisões no Conselho Federal também serviria para impedir que outros órgãos da federação, como havia ocorrido com a FORA e a direção de seu jornal *La Protesta*, pudessem competir com as decisões do conselho. Regulamentava a representatividade dos delegados e ao abolir a proibição definitiva de que delegados exercessem cargos políticos, o IXº Congresso parecia acenar claramente para uma aproximação com os trabalhadores filiados ao PS, apesar dos protestos do partido devido à manutenção do rechaço das organizações políticas alheias aos sindicatos. A organização laxa, que parecia ter sido o segredo do sucesso da FORA durante a primeira década do século XX, começava a dar lugar a uma organização mais centralizada e com hierarquias mais definidas.

Estas transformações refletiram-se na prática da FORA – agora IXª – durante os anos vindouros? Um comentário do inspetor do DNT José Elías Niklison - que não escondia suas simpatias pela supressão do finalismo, pois este havia transformado “os sindicatos aderidos [*à federação*] em cátedras de sectários”- sobre o IXº Congresso apontam para uma perspectiva interessante. Em um memorial produzido para o DNT e publicado em abril de 1919, o funcionário do governo reclamava que os delegados presentes no IXº Congresso, apesar da supressão do “comunismo anárquico”, “não quiseram apartar, nem apartaram a FORA de suas ulterioridades libertárias”, como se pode observar em suas proclamações sobre “as instituições sociais e política atuais” e na manutenção quase integral do *Pacto de Solidariedad*. Pondera Niklison que:

“quase poderia se afirmar que, de ser possível a reconstrução total da Federação, prescindindo da base formada pelos antigos núcleos operários dela precedentes, o mesmo Pacto teria sofrido modificações de importância, o que revela nos dirigentes da época, além do exato conhecimento das circunstâncias do momento e certa complacente adaptação ao meio, as proveitosas lições do passado...”²⁹³.

Niklison parece ter razão em um ponto: poucas foram as mudanças realizadas pelo congresso, ainda mais se quisermos fundamentar este momento como um marco divisório da ação histórica do proletariado argentino. A modificação do *Pacto* e não sua ruptura durante o IXº Congresso pode ainda ser interpretada como um acordo com as agrupações anarquistas que se posicionaram contrárias ao finalismo da federação. Porém, a análise do inspetor sugere

²⁹³ BDNT, N° 41, Abril de 1919, pg. 106.

mais: foi uma maneira de evitar que as transformações que os Sindicalistas pretendiam impor ao movimento operário e que timidamente foram introduzidas no IXº Congresso terminassem por desmontar toda a estrutura e tradição na qual a classe operária argentina havia se educado até então. Uma das “proveitosas lições do passado” - e isso não deve impressionar a ninguém se tivermos em conta que estes militantes sacrificaram sua própria organização - era o quão destrutivo e desagregador poderia ser um enfrentamento direto ao que poderíamos chamar de *forismo*, não tanto pela sua já desgastada e isolada direção defensora do “comunismo anárquico”, mas pela cultura política do proletariado argentino.

Assim, podemos afirmar que o enorme crescimento da FORA IXª a partir de 1915 se deu ainda sobre as bases construídas pelos *quintistas* na década anterior. *O Sindicalismo Revolucionário foi constituindo-se como força hegemônica dentro do movimento operário se escorando e se aproveitando das diversas experiências que o rodeavam. Uma ruptura mais profunda só poderia ocorrer caso ela se justificasse na ação, demonstrasse sua efetividade e não como uma evolução teleológica.* Existiam condições para essa transformação? Num contexto como o de 1915, caracterizado pela repressão aberta, refluxo das lutas e início da crise econômica, parece que não. Entendemos que o pragmatismo político demonstrado por esses militantes que forjaram a unificação das federações não recomendaria nesse instante tal atitude. Mas nesta mesma vereda, em que buscavam a reconstrução e reinvenção das práticas do sindicalismo na Argentina e impulsionados pela melhoria nas condições econômicas ao fim do conflito mundial, a FORA IXª avistou Hipólito Yrigoyen e seus mistérios...

A convocação do Xº Congresso exatamente ao fim de 1918 não foi à toa e deve-se ter em conta questões referentes tanto ao conflito social na Argentina quanto aos acontecimentos na Europa do pós-guerra que já reverberavam na região do Prata.

Do ponto de vista do movimento operário na Argentina, os três anos transcorridos desde o último Congresso foram de um salto gigantesco nos números da FORA IXª. Como visto no capítulo anterior, nesses anos o número de cotistas por ano cresceu mais de 20 vezes, a média mensal destes mais de dez vezes e o número de sindicatos filiados quase sete vezes. As greves, que depois de 1910 minguaram, retornam em 1917 atingindo a centena de movimentos e a centena de milhar de grevistas. A interferência favorável e o reconhecimento *de facto* por parte do governo de alguns sindicatos, mas principalmente da FORA IXª como representante dos interesses dos trabalhadores, devem ser levados em conta para o crescimento da organização e para a sensação de triunfo da direção da Federação.

É notável também o reconhecimento conferido à Federação pelo próprio PS, que sofria novamente com questionamentos internos. No bojo destes questionamentos, surgiu em 1914 o

Comité de Propaganda Gremial, que tinha como propósito a criação de uma seção sindical do partido. Acusado este comitê pela FORA IX^a como uma tentativa de dividir o movimento operário, o PS aproveita-se da situação para desautorizar a crescente organização e afirmar que o Comitê Executivo do partido recomendava aos seus afiliados militarem “nos organismos já constituídos, para fortificá-los e desenvolvê-los”²⁹⁴. Reconhecia-se a impossibilidade de se contrapor à FORA IX^a e ainda aproveitava-se para impedir outra ruptura no partido.

A prática dos últimos anos parecia ter dado razão às modificações ensaiadas durante o IX^o Congresso. Era chegada a hora, segundo o Conselho Federal, de que “a ação dos trabalhadores se desloque no sentido da consolidação de seus organismos de combate, seja em quanto se refere à estabilidade dos mesmos, como no que concerne a uma clara e sólida orientação revolucionária e de classe”²⁹⁵.

Foi neste clima de triunfalismo, de crescimento exponencial da organização, de vitórias significativas²⁹⁶ e de um inédito reconhecimento por parte do governo da federação operária – tudo isso tendo como trilha sonora os ecos das revoluções operárias na Europa - que se realizou o X^o Congresso nos dias 29, 30 e 31 de Dezembro de 1918 na cidade de Buenos Aires. Participaram 115 organizações, sendo 34 da Capital Federal²⁹⁷. A presidência ficou a cargo de Francisco J. García, sendo eleitos vice-presidentes J. Della Latta, José F. Penelón e como secretários Vicente Todaro, E.D. Semería, Luis Lauzet e H. Villalba.

Como um dos primeiros atos, o Congresso aclamou uma declaração proposta por Penelón de solidariedade dos trabalhadores argentinos ao proletariado revolucionário da Europa, “particularmente com os trabalhadores da Rússia e da Alemanha pelos heroicos esforços que realizam para lograr os desejos que constituem o nervo da atividade criadora do proletariado universal”. A declaração ainda “Formula ferventes votos para a consolidação da República Socialista Federal dos Sovietes de Rússia” e apelava para que os proletários das nações aliadas não cedessem aos ímpetos do capitalismo em “utilizar suas energias para reestabelecer o predomínio da situação de privilégio das classes burguesas na Rússia operária ou impedir que proletariado alemão realize seus propósitos de emancipação integral”. Ao fim

²⁹⁴ “Informe presentado por el Comité Central al XIV Congreso Nacional Ordinario del Partido Socialista reunido en Avellaneda, provincia de Buenos Aires, los días 7 y 8 de julio de 1918”, citado em BDNT, N° 41, Abril de 1919, pp. 84-92.

²⁹⁵ Ibidem, pg. 73.

²⁹⁶ Nos anos de 1917-1918, dos 269.104 trabalhadores que entraram em greve, 150.376 tiveram resultados favoráveis ou parcialmente favoráveis em suas mobilizações. Porém, deve-se ressaltar que boa parte da responsabilidade destes números é relativa às massivas greves nos transportes (ferroviários e marítimos) nas quais o governo interviu preferencialmente a favor dos trabalhadores.

²⁹⁷ Citado em BDNT, N° 41, Abril de 1919, pg. 120 e MAROTTA, op. Cit., 229.

da nota, o congresso encarregava o Conselho Federal de preparar e realizar um ato público de solidariedade aos operários alemães e russos²⁹⁸.

O triunfal memorial apresentado pelo Conselho Federal procurava enfatizar como as lutas parciais pelo melhoramento de salários foram uma das responsáveis pelo crescimento da organização. Destacava as excursões realizadas pelos delegados pelo interior e a sindicalização em uma série de regiões até então submetidas aos “privilégios e prerrogativas feudais que caracterizam o régime capitalista das selvas”. Ainda segundo o memorial, em claro recado à FORA Vº, a organização nos últimos anos, “Com a fria serenidade do cirurgião consciente de sua função, afundou o bisturi para extrair pela raiz a fistula que a carcomia”. Nas palavras de Marotta, “O balanço moral da FORA tem inapreciável saldo positivo”²⁹⁹.

A principal questão a ser discutida e sancionada era a nova Carta Orgânica da entidade formulada pelo Conselho Federal e que deveria substituir completamente o *Pacto de Solidariedad* de 1904. A declaração de princípios, apesar de suscitar certa polêmica durante o Xº Congresso, que comentaremos mais a frente, chama mais atenção não tanto pelas polêmicas, mas sim pelas profundas diferenças com as do *Pacto de Solidariedad*. Enquanto na declaração de princípios do antigo documento abundavam referências difusas como “todo homem”, “os povos”, “explorados de todas as nações”; declarações vagas sobre o sistema social vigente, que este era causa de “guerras intestinas, crimes, degenerações, perturbando o conceito amplo da humanidade” e que o antagonismo de classes havia convertido “ao homem em lobo do homem”, a linguagem presente na Carta Orgânica apresentava um conteúdo muito mais classista. A generalidade da exploração do homem pelo homem é substituída na Carta pela do proletário pelo burguês, as duas únicas categorias sociais existentes no mundo. Os privilégios burgueses são entendidos como fundamentados na concentração dos meios de produção, privilégio econômico que se traduz em político e na instituição por excelência burguesa, o Estado³⁰⁰. A luta de classes assume um caráter fundamental na interpretação da realidade, assim como na ação da FORA IXª.

O ponto polêmico citado acima e que contrapôs no Xº Congresso os socialistas (PS e PSI) e anarquistas e sindicalistas diz respeito à declaração de que:

“o sindicato é a forma específica de agrupação operária, posto que é uma associação que liga por interesses aos trabalhadores frente a seu inimigo comum: o capitalismo; que por isso mesmo reúne em seu seio a todos os produtores, quaisquer sejam suas opiniões a respeito da política, religião ou outro dogma”.

²⁹⁸ Citado em BDNT, N° 41, Abril de 1919, pp. 123-124.

²⁹⁹ MAROTTA, op. Cit., pp. 231-233.

³⁰⁰ Citado em BDNT, N° 41, Abril de 1919, pp. 11-12.

O parágrafo seguinte contemporizava a questão, afirmando que:

“o sindicato isolado não representa por si só a soma de poder de conquista da classe operária; antes bem, se pretende permanecer desvinculado do conjunto das organizações cometeria o mesmo erro que o operário que somente confia em sua ação individual; as organizações operárias devem estar reunidas entre si”³⁰¹.

Nas falas durante a discussão sobre a declaração de princípios, foi notável a emergência do antigo debate de 1906 entre Sindicalistas e socialistas. Por um lado, trabalhadores ligados aos partidos socialistas criticavam a exclusividade do sindicato como forma específica de organização dos operários. Já Sindicalistas e anarquistas procuravam agora diminuir a importância da declaração e mesmo chamar a atenção para o parágrafo seguinte. Foi apenas Della Latta, delegado da FOF pela estrada de ferro *Buenos Aires Sud*, que chamou a atenção para a contradição entre os dois parágrafos, alegando que, já que a declaração se encontrava confusa, sua organização recomendava consultar a classe operária sobre suas aspirações. A votação não só expressou essa contradição, como também o peso relativo da hegemonia Sindicalista Revolucionária: 41 delegados votam a favor da declaração contra 38.

Até o 26º artigo todas as propostas foram aceitas. Destacamos alguns artigos que parecem consolidar as transformações da federação que começaram a ser gestadas desde o IXº Congresso. Em primeiro lugar, chamam a atenção os artigos 11º e 12º que declaram que “A FORA propiciará a criação de Federações de indústria entre todas as organizações de ofício similares no país e que estejam federadas” com o propósito de ampliar os horizontes da luta operária e de ao mesmo tempo acrescentar sua eficácia. A opção pela organização por ofícios é abandonada e em seu lugar estimulada à organização por ramo de produção. Em segundo lugar, o artigo 16º reafirmava e ampliava a série de atribuições do Conselho Federal das quais destacamos os incisos e e f, pelos quais a direção do órgão oficial de imprensa e dos fundos gerais ficavam sob responsabilidade do Conselho Federal. O desmonte da antiga FORA parecia agora completo.

O Secretário geral também recebeu uma série de atribuições, como por exemplo, ser o representante do Conselho Federal nas questões internas e externas à federação (art. 21º) e redator de todos os comunicados do mesmo (art. 22º). Porém, a maior polêmica, opondo novamente os socialistas e os Sindicalistas e anarquistas surge em relação ao 26º artigo que estabelecia que “O secretário Geral não poderá ser candidato a nenhuma função política; aceitar uma candidatura deste gênero implicaria na renúncia de seu cargo de secretário”.

³⁰¹ Ibidem, pg. 13.

Alguns reivindicavam a supressão do artigo, enquanto outros propunham sua extensão a todo o Conselho Federal. A votação é realizada pelo número de cotistas representados por delegado, o que favorecia enormemente aos Sindicalistas Revolucionários que controlavam as duas maiores federações presentes, a FOM e a FOF. O resultado foi: 60 delegados representando 18.986 cotistas a favor da cláusula contra 33 delegados representando 13.983 cotistas.

O resto dos 40 artigos foi votado sem maiores problemas, porém devemos destacar alguns deles: o 39º, que estabeleceu uma proporcionalidade entre o número de cotistas e de delegados deliberativos por sindicatos; os artigos 43º ao 47º, que regulavam o financiamento da federação por meio da contribuição de cinco centavos por afiliado (sendo eximidos aqueles sindicatos envolvidos em uma greve geral) e o 52º que centralizava o poder de decisão sobre a declaração de boicotes ou mobilizações por solidariedade no Conselho Federal. Como último ato do congresso, é divulgado o resultado da votação do novo Conselho, colocando na maioria dos cargos militantes ligados ao Sindicalismo Revolucionário, sendo seguido dos socialistas de ambos os partidos e apenas uma pequena representação de anarquistas³⁰². O congresso terminou as 3:30 da madrugada do dia 1º de Janeiro de 1919, seis dias antes de se iniciar a “Semana Trágica”.

Frente às teses relativas à perda de hegemonia do anarquismo no movimento operário argentino, levantamos alguns pontos que sugerem que este processo tenha sido mais demorado, não podendo ser identificado nem ao fim da “Greve do Centenário”, nem no IXº Congresso da FORA. Quiçá, poderíamos afirmar que as transformações promovidas na federação durante seu Xº Congresso ao fim de 1918 pelos Sindicalistas Revolucionários poderiam marcar o fim da hegemonia anarquista na organização do movimento operário argentino. Poderíamos agregar a esse argumento o fato de que durante este congresso as grandes discussões não giraram mais em torno de posicionamentos anarquistas contra Sindicalistas. Mais: vimos que as discussões se remetiam muito mais às antigas disputas entre a UGT e o PS na primeira década do século XX. Mesmo assim, nem tudo isso seria suficiente, pois, como visto na narrativa da greve geral de janeiro de 1919, a FORA Vº - ou mesmo as estratégias de enfrentamento desenvolvidas por esta - exerceu um papel essencial durante aquela jornada. A chamada para a greve geral realizada pelos *quintistas* foi prontamente atendida pelos mais diversos sindicatos.

³⁰² Os membros do Conselho Federal (titulares mais suplentes) por corrente política são: 13 Sindicalistas Revolucionários, quatro socialistas, três socialistas internacionalistas, dois anarquistas e um socialista sem partido. BDNT, Nº 41, Abril de 1919, pp. 125-129 e MAROTTA, op. Cit., pp. 234-239.

Da mesma forma que o anarquismo não pôde ser extinto por meio de um decreto – melhor dizendo, pela supressão de um -, as modificações elaboradas pelo último congresso também não poderiam ser automaticamente inculcadas na classe operária de Buenos Aires, consolidando o que se chamou de hegemonia do Sindicalismo Revolucionário e sua forma superior de organização e ação proposta pelo viés teleológico. Os próprios Sindicalistas, conscientes disso, optaram por construir-se como lideranças dentro da estrutura *forista* antes de transformarem a organização. A tal espontaneidade do movimento de janeiro de 1919, ou seja, que a mobilização houvesse se iniciado à revelia das direções políticas e sindicais como defendem Bilsky e Godio, é outra evidência das permanências do *forismo* na cultura de luta da classe operária. Movimentos chamados de espontâneos estão longe de serem inteiramente não planejados, não estruturados e não organizados. Foi o caso da reação do proletariado portenho durante janeiro de 1919, que não foi outra coisa que *a resposta mais antiga que esta classe tinha desenvolvido frente aos grandes abusos e ondas de repressão promovidas pelo Estado. Com distintas dimensões, a resposta foi semelhante às das ondas repressivas de 1902, 1909 e 1910: paralisação geral e mobilização através da ação direta*. É nesse sentido que afirmamos acima ser o *forismo* ainda presente na ação da classe operária argentina e que, portanto, talvez fosse mais prudente localizar na “Semana Trágica” de 1919 o último grande ato da classe operária portenha sob a hegemonia do anarquismo.

Neste ponto, devemos retomar as direções que apontavam o desenvolvimento do movimento operário argentino na década de 1910 para finalmente tentar responder quais os motivos para o estabelecimento de relações entre a FORA IX^a e o governo Yrigoyen.

No que se refere ao movimento operário, após a repressão desencadeada nos anos de 1909 e 1910, que quase destruiu por completo suas organizações, diversos e opostos setores políticos dos trabalhadores organizados convergiram em relação à necessidade do fortalecimento das entidades de classe. Este fortalecimento, pelo que fica claro no IX^o Congresso, deveria ser obtido mediante três ações: 1) declaração da neutralidade partidária ou doutrinária a fim de apaziguar as disputas intestinas; 2) mudança nas táticas e estratégias de mobilização que não levassem mais ao confronto aberto com as forças repressivas; 3) consolidação da organização que passava pela modificação de sua estrutura e o estabelecimento de códigos mais rígidos referentes à representação e às funções desempenhadas pelos órgãos da federação.

Os dois primeiros pontos parecem emergir claramente da experiência relativa às mobilizações de 1909-1910. Já o terceiro ponto, à época do IX^o Congresso, não poderia simplesmente ser decretado, pois colocava em risco não apenas a aliança com anarquistas,

senão o próprio poder convocatório da FORA frente aos trabalhadores argentinos. Para tanto, era necessário que a nova direção do movimento demonstrasse resultados e se constituísse como uma referência de luta para a classe trabalhadora dentro de uma estrutura, por mais que com algumas modificações, já estabelecida e, mais importante, tradicional.

A grande novidade no que se refere ao segundo ponto foi a abertura de um terreno fértil para que este tivesse resultados positivos. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo anterior, existia uma tendência entre os patrões argentinos em não serem absolutamente avessos às reivindicações de caráter econômico; em segundo lugar, a retomada do crescimento econômico - principalmente a partir de 1918 - e a diminuição abrupta do exército de reserva pelo aumento da ocupação e interrupção da imigração colocaram a classe operária em vantagem no chamado “conflito distributivo”; e por último, mas não sem menor importância, o reconhecimento por parte do governo, por diversas razões tratadas na segunda seção desse capítulo, de alguns sindicatos, mas principalmente do Conselho Federal da FORA IX^a, como representantes dos interesses dos trabalhadores.

A questão era que, ao mesmo tempo em que as condições se mostravam propícias para a consolidação da direção Sindicalista Revolucionária, o Conselho Federal da FORA IX^a passou a ter suas ações contestadas por diversos sindicatos federados em decorrência da condução das mobilizações durante a “Semana Trágica”. Os conflitos entre Sindicalistas Revolucionários, anarquistas e Socialistas, apesar da formação da “Frente Única Operária” com o PS em julho de 1919 e que abordaremos no próximo capítulo, não cessaram depois de janeiro de 1919. Nesta disputa pela direção política dos trabalhadores organizados, a federação tinha como principal aliado o governo de Hipólito Yrigoyen. As arbitragens favoráveis realizadas pelo governo até então haviam contribuído para colocar em cheque tanto a estratégia dos anarquistas, da greve geral insurrecional como principal mecanismo de luta, assim como para questionar a necessidade de um partido que representasse os interesses dos trabalhadores. Esta relação entre a FORA IX^a e o governo Yrigoyen foi um dos principais combustíveis dos ataques à direção Sindicalista Revolucionária, realizados por seus opositores.

Porém, a “Semana Trágica” não transformou o panorama político apenas dentro do movimento operário, mas também dentro das patronais, principalmente em decorrência da consolidação dos sindicatos - questão inadmissível para as classes dominantes argentinas, ainda mais em um período de revoluções operárias - e das ações de um governo cujos interesses não correspondiam diretamente aos empresariais. A segunda parte desse trabalho tentará mapear e reconstruir o que poderíamos chamar de uma readequação dos sujeitos

analisados no pós-“Semana Trágica” até o momento em que novamente se encontraram frente a frente na greve geral de 1921.

4. Após a “Semana Trágica”: a “anarquia de baixo” e a “anarquia de cima”

Que pensa Yrigoyen ante a gravíssima situação? Antes de tudo, lhe dói o levantamento dos trabalhadores (...) A consequência mais importante do obrerismo de Yrigoyen foi o de haver contido a revolução social.

Manuel Gálvez.

É público e notório, está no ambiente como um mal-estar generalizado que parece traduzir-se por uma desinteligência entre capital e trabalho.

“Un aviso a tiempo”, anúncio assinado pela *Cámara Sindical de Comercio de Buenos Aires* publicado em *La Nación* de 05/04/1919.

A segunda parte de nosso trabalho, e que este capítulo inaugura, busca compreender o que ocorreu com as organizações sindicais e de esquerda, patronais e o Estado argentino após os eventos de janeiro de 1919. As mobilizações de janeiro de 1919, ao contrário de marcarem um ponto final, foram seguidas de mais mobilizações. Os anos de 1920 e 1921 tiveram ainda 292 greves com a participação de mais de 270 mil grevistas e cerca de 4,6 milhões de jornadas perdidas.

Entre estas, teria enorme destaque em Buenos Aires o conflito travado pelos marítimos contra a companhia Mihanovich, mais também a mobilização de diversas categorias que até então não estavam organizadas. Uma destas foi a greve dos funcionários da suntuosa loja de departamentos *Garth y Chavez*, que obtiveram a solidariedade dos gráficos que durante o conflito se recusaram a imprimir qualquer anúncio da loja nos diários da cidade. Sobre esta greve, o jurista Rodolfo Rivarola, durante sua conferência no *Instituto Popular de Conferencias* em junho daquele ano, lamuriava-se:

Os de Vasena se compreende: deviam ter um trabalho muito rude (...) Porém, as senhoritas que vendiam fitas e perfumes, e aqueles senhores que tinham tanto gosto para indicar as melhores gravatas, eram também trabalhadores?... Maior assombro deve nos causar que o culto cabelereiro, que costuma ter conosco uma conversação tão interessante, enquanto lhe entregamos nossa cara e cabeça, com tanta confiança de que ele não separará

esta última do tronco que a leva, se declare também trabalhador em greve, soldado da ‘guerra social’ entre o capital e o trabalho”³⁰³.

A tal “desinteligência” espalhava-se entre todos aqueles que compravam e vendiam força de trabalho. Porém, esta generalização dos conflitos também seria o início da rebentação da onda de greves. Devemos agora nos debruçar sobre os eventos que constituíram o declínio da mobilização e cujo último e desesperado ato foi a tentativa fracassada de greve geral em junho de 1921. Acreditamos que este momento de transição na história do movimento operário argentino, ou a corrente de retorno da onda de greves, possa ser melhor compreendido se o tomarmos como um período mais amplo e que abarca em boa medida a trilha percorrida pela FORA IX^a durante os anos de 1919 a 1921.

4.1 Três eventos sob a ressaca: as eleições de março, o 1º de Maio e a “anarquia de baixo”

Logo após a “Semana Trágica”, devemos nos deter em três eventos políticos de maior relevância, a saber, as eleições legislativas de março de 1919, as comemorações do Primeiro de Maio e as reverberações da “Semana Trágica” na FORA IX^a.

O primeiro deles a se destacar é as eleições na Capital Federal de março de 1919 e que já tratamos superficialmente no capítulo anterior. O PS apresentou como candidato para o Senado seu membro fundador e uma das mais eminentes figuras do partido, o Doutor Juan B. Justo, e para a Câmara de Deputados Federico Pinedo Hijo e Agustín Muzio. A plataforma do partido para as eleições estava dividida em cinco tópicos. O primeiro propunha a abolição de impostos aos produtos básicos, assim como uma reforma tributária que estabeleceria um imposto progressivo sobre o valor do solo. O segundo defendia o regime parlamentarista, além de propor a aplicação dos dados do censo de 1914 para elaborar um sistema de representatividade no Congresso Nacional proporcional à população das províncias. O terceiro propunha a aplicação prioritária dos recursos do Estado na educação primária em detrimento dos gastos militares e também a lei do divórcio. O quarto e o quinto tópicos estavam diretamente relacionados às questões do mundo do trabalho. Aparecem ali o estabelecimento legal da jornada de oito horas de trabalho, a instituição do sábado inglês e a

³⁰³ RIVAROLA, Rodolfo, “La idea de justicia social en los conflictos sociales”, in *Anuario del Instituto de Conferencias Populares*, Segunda sessão ordinária de 27 de junho de 1919, Buenos Aires: F.C. Monreal Editorial, Tomo V, pp. 276.

proibição do trabalho noturno. Por fim, propunham a derrogação da “Lei de defesa social” e da “Lei de Residência”³⁰⁴.

O discurso de campanha do PS estava permeado de referências às diversas mobilizações do período, revelando a preocupação do partido de tentar angariar votos expondo as contradições da política de aproximação e repressão aos trabalhadores de Hipólito Yrigoyen. Em um folheto elaborado em forma de perguntas, distribuído pelas ruas e publicado na edição de nove de março do diário *La Vanguardia*, podia-se ler:

“Mais de 140 mil pessoas votaram na última eleição e você deve ser um deles. Para que você votou? (...) Votou para que durante a greve ferroviária de 1917, o exército pudesse fazer mais de cem vítimas? Você votou para que na recente greve geral o exército, a polícia, os bombeiros, os particulares, matassem, assassinassem, prendessem, castigassem, humilhassem, ultrajassem, violassem, roubassem, saqueassem a população operária e civil, como você presenciou nas ruas dessa cidade? (...) Depois de ler estas perguntas e responde-las você mesmo, dirá você que sua conduta política será a mesma, seguirá você mantendo o erro, que você continuará sendo um fator determinante como cidadão da bancarrota política e social da república?”³⁰⁵

A tentativa de responsabilizar o absentismo eleitoral da classe operária pela repressão e suas inúmeras mazelas, além das denúncias do caráter repressivo do governo Radical, eram constantes nos discursos do PS. Porém, em tempos de Hipólito Yrigoyen, esse recurso se tornava essencial, já que a primazia da ação parlamentar que buscavam os socialistas parecia estar colocada em xeque, pois um partido, pelo menos em alguns e significativos casos, havia agido em defesa da classe operária e não era o socialista. Neste sentido, é interessante como o PS, durante a campanha, atribuía a si mesmo a responsabilidade pela transformação dos “costumes políticos de homens e partidos adversários para os quais é [o PS] um controlador e um estímulo insubstituível”³⁰⁶. Ou seja, se a classe operária percebia alguma transformação nas relações entre o Estado e suas organizações, isto se devia à ação, mesmo que indireta, do PS.

Para os socialistas existia claramente a percepção do desafio que as ações do governo Yrigoyen apresentavam para sua estratégia de construção de um partido político operário com atuação privilegiadamente parlamentar. Qual a interpretação do PS para que este tivesse de disputar uma suposta lealdade política dos operários com a UCR? Um manifesto publicado em letras garrafais na capa de seu diário durante a campanha nos fornece a resposta. O PS

³⁰⁴ A partir do dia 01/03/1919 a lista de candidatos, acompanhada da plataforma eleitoral, é publicada diariamente na capa do jornal *La Vanguardia*.

³⁰⁵ *La Vanguardia*, 09/03/1919, capa.

³⁰⁶ “La brecha”, *La Vanguardia*, 09/03/1919, Editorial.

interpretava que existia desde 1916 uma crise e uma desorientação do eleitorado devido à vitória da UCR. Dizia o manifesto:

“Nós explicamos esta crise de desorientação dos eleitores porque estes não adquiriram ainda a consciência e a capacidade necessárias para manejar com acerto esse precioso instrumento que se chama sufrágio universal (...). Depois da dolorosa experiência eleitoral que acaba de fazer o país, todos os trabalhadores da Argentina, sem exceção nenhuma, devem haver compreendido que seu posto de combate está em suas filas”³⁰⁷

O argumento dos socialistas não diferia formalmente de alguns setores conservadores: a aprovação da “Lei Saenz Peña” haveria ocorrido em um momento em que as massas ainda não estavam preparadas para o exercício de seus direitos políticos. Se para os conservadores isso havia acarretado na eleição de demagogos sem nenhum preparo para a coisa pública, para os socialistas, além de compartilharem este diagnóstico, a eleição de Yrigoyen também era o sintoma de certa inaptidão da classe operária para utilizar o sufrágio universal, ou seja, resultado do que poderíamos chamar de um déficit de consciência de classe.

No dia 12 de Março, o PS convocou vários atos simultâneos para o lançamento de sua lista de candidatos. Aos comícios de rua compareceram, segundo o *La Vanguardia*, entre 25 e 30 mil pessoas. Nos discursos dos oradores convidados e dos candidatos, a tônica geral era a atribuição dos eventos da semana de janeiro de 1919 à desorganização dos trabalhadores e, por consequência, da necessidade do proletariado ter um partido político. O então vereador e operário mecânico eletricitista Francisco Cúneo, desde a tribuna, ameaçava:

“Se a classe operária desta capital não aproveitar a oportunidade que lhe brinda o voto secreto na próxima eleição de 23 de Março para condenar energicamente a macabra pantomima do perigo maximalista e o horrível assassinato que com aquele pretexto o atual governo organizou, semeando a dor, a miséria e a orfandade em milhares de lares proletários, essa classe operária cometerá o erro mais funesto contra seu próprio bem-estar”³⁰⁸.

Para a direção do PS duas eram as tarefas do proletariado argentino naquele momento: lutar contra o “perigo maximalista”, identificado com o *quintismo*, o PSI e com as frações de esquerda do próprio partido; e denunciar a política repressiva do governo Yrigoyen como forma de desmascarar seu *obrerismo*. Outro orador, o médico e também vereador Alfredo L. Spinetto, alertava seus ouvintes sobre o ineditismo dessas eleições, devendo os mesmos aproveitarem-se da oportunidade de levar às Câmaras “homens zelosos defensores das liberdades populares, anuladas nos últimos dias de janeiro pela força do governo da nação que

³⁰⁷ “Manifiesto del Partido Socialista al pueblo de la Capital”, *La Vanguardia*, 17/03/1919, capa.

³⁰⁸ “El gran mitin democrático de ayer anoche”, *La Vanguardia*, 25/03/1919, capa.

pretendeu a tiros e golpes de facção calar os gritos de protesto dos grevistas reunidos em seu justo direito de reclamar melhorias (...). Os eleitores deveriam votar:

“Ou conosco que defendemos a liberdade de palavra e de reunião; que apoiamos a legislação operária que eleve e dignifique o trabalhador (...) ou com o governo que fomenta os distúrbios, que provoca as greves, que mantêm a paralisação no porto (...) e que quando passa de sua inépcia para a desesperação de sua impotência, fuzila a esmo e canalhamente a massa operária nas ruas da capital da república.”³⁰⁹

No editorial do *La Vanguardia* do dia do pleito, o PS clamava que a consigna dos eleitores socialistas deveria ser “Que não aja um desertor nas eleições!”. Segundo o editorial,

“Os governantes ladinos que temem o povo consciente e solidário em ação todos os dias e em todos os momentos, veem com horror ou desconfiança a organização política da classe proletária e ao mesmo tempo aprovam ou estimulam sua atividade gremial própria, reservam todo seu desprezo e seu ódio para aqueles que aconselham e praticam a primeira forma de luta.”³¹⁰

A primazia da ação sindical frente à política, em clara referência à FORA IX^a, era colocada como uma estratégia estimulada pelos governantes para diminuir a capacidade de luta do movimento operário quando, na verdade, para os socialistas, eram os próprios capitalistas que ensinavam aos proletários que, frente a seus interesses econômicos, deve-se colocar “toda sua influência política individual e coletiva”.

Para Ricardo Falcón e Alejandra Monserrat, a intimação dos socialistas pareceu surtir efeito, pois afirmam que estas eleições adquiriram um especial significado por ter “ocorrido nesta oportunidade um jogo de dupla lealdade por parte da classe operária: seguiu os Sindicalistas em suas lutas gremiais e aos socialistas nas eleições”³¹¹. Porém, como visto no capítulo anterior, durante todo o período, os votos operários no PS não se restringiram somente à estas eleições, realidade que fica mais evidente quando computados o que chamamos de “voto socialista”.

Mesmo com esta ponderação, é inegável que o fenômeno que mais chamou atenção nas eleições de março de 1919 foi o crescimento do voto socialista em diversas regiões que até então se constituíam em redutos Radicais. Nestas eleições, nas onze circunscrições predominantemente habitadas por eleitores operários, o PS ganhou em oito e a UCR em três. Porém, é notável a diminuição, de uma maneira geral, dos votos nos Radicais nessas regiões, principalmente colocando em tela a eleição de março de 1918.

³⁰⁹ Ibidem, pg. 2.

³¹⁰ “Es la hora de la prueba”, *La Vanguardia*, 23/03/1919, Editorial, capa.

³¹¹ FALCÓN, Ricardo e MONSERRAT, Alejandra, “Estado, empresas, trabajadores y sindicatos” in *Nueva Historia Argentina: Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, Org. FALCÓN, Ricardo, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, pg. 173.

Tabela 4.1: Diferença de votos entre as eleições para a Câmara de Deputados nas circunscrições predominantemente operárias na cidade de Buenos Aires, 1918-1919³¹².						
	1a seção*		2a Seção		3a Seção	
	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>
<u>PS</u>	<u>2.195</u>	<u>2.648</u>	<u>2.463</u>	<u>2.888</u>	<u>4.080</u>	<u>4.319</u>
<i>UCR</i>	<i>3.765</i>	<i>2.862</i>	<i>2.559</i>	<i>1.841</i>	<i>5.170</i>	<i>4.090</i>
	4a Seção		6a Seção		7a Seção	
	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>
<u>PS</u>	<u>4.207</u>	<u>4.787</u>	<u>2.388</u>	<u>2.801</u>	<u>2.147</u>	<u>2.364</u>
<i>UCR</i>	<i>4.027</i>	<i>3.252</i>	<i>3.523</i>	<i>2.212</i>	<i>3.063</i>	<i>2.212</i>
	8a Seção		15ª Seção		16a Seção*	
	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>
<u>PS</u>	<u>3.004</u>	<u>3.326</u>	<u>2.033</u>	<u>2.436</u>	<u>1.902</u>	<u>2.286</u>
<i>UCR</i>	<i>3.584</i>	<i>2.784</i>	<i>3.197</i>	<i>2.360</i>	<i>4.184</i>	<i>2.724</i>
	17a Seção*		18ª Seção		*: Circunscrições em que a U.C.R. venceu	
	<i>1918</i>	<i>1919</i>	<i>1918</i>	<i>1919</i>		
<u>PS</u>	<u>1.867</u>	<u>2.243</u>	<u>3.264</u>	<u>3.686</u>		
<i>UCR</i>	<i>3.561</i>	<i>2.504</i>	<i>5.189</i>	<i>3.644</i>		

O avanço do voto no PS nas circunscrições predominantemente operárias fica mais evidente caso observamos a variação percentual dos votos:

Tabela 4.2: Variação percentual do total de votos e dos votos na UCR e no PS, 1918-1919 (circunscrições majoritariamente operárias).			
Circunscrição	Total de Votos	Votos na U.C.R.	Votos no P.S.
1ª*	-3%	-24%	+20%
2ª	-6%	-28%	+17%

³¹² Para os dados da eleição, ver os informes eleitorais publicados em *La Vanguardia* e *La Nacion* de 25/03 a 05/04/1919.

3 ^a	-10%	-21%	+6%
4 ^a	-2,50%	-20%	+13%
6 ^a	-15%	-38%	+17%
7 ^a	-12%	-28%	+10%
8 ^a	-7%	-33%	+10%
15 ^a	-8%	-26%	+20%
16 ^{a*}	-18%	-35%	+20%
17 ^{a*}	-13%	-30%	+20%
18 ^a	-14%	-30%	+13%

*Circunscrição em que a UCR venceu.

Apesar da diminuição no número total, chama a atenção o declínio de votos ganhos pela UCR, principalmente nos distritos eleitorais em que, ainda assim, os Radicais superaram o PS - o partido de Yrigoyen viu sua votação diminuir nestes em 24, 35 e 30% - o que nos leva à concluir que houve uma maior hegemonia do voto socialista na classe operária de Buenos Aires. Nas outras circunscrições, a situação foi essa:

Tabela 4.3: Variação percentual do total de votos e dos votos na UCR. e no PS, 1918-1919 (outras circunscrições).			
Circunscrição	Total de Votos	Votos na UCR	Votos no PS
5 ^a	-13%	-24%	+16%
9 ^a	-10%	-22%	+8%
10 ^{a*}	-10%	-24%	+10%
11 ^a	-13,%	-24%	+4%
12 ^a	-10%	-18%	+5%
13 ^a	-9%	-21%	+15%
14 ^a	-16%	-26%	+5%
19 ^a	-15%	-28%	+5%
20 ^a	-12%	-22%	+4%

*Circunscrição em que o PS venceu.

Em relação às demais circunscrições, é possível observar pela tabela uma acentuada queda dos votos na UCR, porém, diferentemente das circunscrições operárias, nestes locais a queda foi acompanhada de uma diminuição mais acentuada dos votos absolutos, assim como o crescimento mais tímido dos votos no PS, que apenas superou o partido de Yrigoyen em uma circunscrição. O tal jogo de “dupla lealdade” não ocorreu nessa eleição, mas se restabeleceu e se aprofundou após um relativo, complexo e bem limitado sucesso dos Radicais entre os operários portenhos.

Mesmo com uma melhora em seu desempenho em relação às eleições de 1918, das três vagas no poder legislativo, o PS conseguiu eleger somente um deputado. O Socialista Federico Pinedo foi o candidato que concentrou mais votos entre todos e foi eleito. A segunda cadeira da Câmara baixa em disputa foi conquistada pelo Radical José O. Casas. Em terceiro e quarto, com uma diferença de quase três mil votos, ficaram o Radical J.L. Cantillo e o Socialista Alfredo Muzio, respectivamente. Já para o Senado, com uma vantagem de quase 3.000 votos, o Radical “*anti-personalista*” Vicente Gallo venceu o socialista J. B. Justo.

A conquista de apenas uma vaga das três disputadas foi relativizada pelo PS. Em editorial intitulado “*Triunfo de Pirro*”, publicado junto aos últimos informes da eleição, o partido ponderava o triunfo Radical. A UCR havia perdido uma vaga e 20.000 votos, enquanto o PS ganhado uma e 10.000 votos. Na verdade, para os Socialistas, a derrota não havia sido tanto da UCR, mas principalmente do *yrigoyenismo*, pois a vaga na Câmara alta fora conquistada por um Radical abertamente desafeto do presidente³¹³. O editorial ainda ressaltava o fato deste resultado píffio ter sido alcançado com o uso da máquina pública e da política dúbia de Yrigoyen de acenar tanto para conservadores quanto para o movimento operário. Os editores do *La Vanguardia* se lamuriavam:

“Quão diferente é a situação do Partido Socialista, somente contra todos – contra a anarquia de cima e contra a anarquia de baixo - contra a ignorância, a superstição e o erro; contra a felonía e a traição; contra a calúnia, a diátribe e a mentira de uma imprensa oficialista venal e abjeta; contra uma formidável legião de inimigos desleais e de adversários tenazes”³¹⁴.

Vamos reter a menção deste editorial à “anarquia de baixo” e prosseguir. Passemos a analisar os desdobramentos dos eventos de janeiro na FORA IXª. Se o resultado da “Semana Trágica” se traduziu em uma ampliação significativa dos votos no PS, como as repercussões

³¹³ Na seção “Movimiento Político” do diário *La Prensa* publicado no dia 12/03/1919, podemos encontrar um testemunho interessante sobre a relação entre o candidato Radical ao Senado e o presidente. A nota sobre o lançamento da candidatura ao Senado de Vicente C. Gallo no teatro San Martín relatava que a cerimônia havia terminado com um tumulto provocado na plateia por algumas pessoas que gritavam: “*Viva el doctor Yrigoyen, Viva el gobierno! Abajo a los traidores!*”.

³¹⁴ “Triunfo Pirro”, *La Vanguardia*, 05/04/1919, Editorial, capa.

da greve geral atingiram a flamante FORA IX^a? Este é o segundo evento político que devemos nos deter.

Na memória sobre a greve geral de janeiro publicada durante o mês de fevereiro nas primeiras páginas do semanário *La Organización Obrera* e assinada por um certo *Demo*³¹⁵, vemos como, ao mesmo tempo em que se tecem elogios sobre o “modo maravilhosamente espontâneo” com que os trabalhadores paralisaram suas atividades, existia uma certa reprovação em relação à este comportamento, principalmente no que diz respeito ao fim da greve. O “notório” triunfo da organização poderia ter sido maior caso durante a “retomada das atividades tivesse [se] verificado a mesma espontânea unanimidade com que foram interrompidas”³¹⁶.

Depois de tecer elogiosos comentários sobre os operários da Vasena, o autor discorria sobre o papel da FORA IX^a na direção do movimento grevista, afirmando que “o movimento solidário carecia de orientação e seu objetivo estava reduzido somente à exteriorização de um protesto coletivo de projeções puramente morais”. Segundo *Demo*, era necessário, portanto, que uma instituição assumisse a direção e fixasse as bases fundamentais para que o movimento terminasse.

Quando falava em direção, alertava o autor, falava-se não em seu sentido autoritário, mas que “em um momento determinado um núcleo de militantes (...) fazendo-se interprete dos desejos e necessidades da classe trabalhadora, se converte circunstancialmente no centro de gravidade” para onde convergem “livre e conscientemente” todas as energias do movimento. Porém, é certo que teria sido melhor se “uma maior coerência houvesse presidido a vontade dos trabalhadores”³¹⁷.

Por outro lado, a extensa reflexão anônima sobre o período publicado pelo jornal vinculado à FORA V^o, o *Tribuna Proletária*³¹⁸, afirmava que, conforme os eventos de janeiro de 1919 ficavam para trás, cada vez que se realizavam assembleias em sindicatos aderidos, “não faltavam trabalhadores que, ao condenar com justificados antecedentes a atitude da

³¹⁵ Os pseudônimos eram extremamente comuns. Na lista que dispomos do *Diccionario Biográfico de la Izquierda Argentina*, não foi possível encontrar nenhuma referência a *Demo*.

³¹⁶ “La reciente hulega general: sus proyecciones y enseñanzas I”, *LOO*, 01/02/1919.

³¹⁷ “La reciente hulega general: sus proyecciones y enseñanzas III”, *LOO*, 15/02/1919.

³¹⁸ Depois de um edito policial de 4 de maio de 1919, a imprensa anarquista foi proibida. A F.O.R.A. V^o consegue em julho organizar o jornal *Tribuna Proletaria*, que substituiu o seu órgão oficial, *La Protesta*, até outubro daquele ano. SANTILLAN, *La F.O.R.A.: ideología y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pg. 253.

FORA, diziam aos gritos que havia chegado o momento de separar-se definitivamente”³¹⁹. O autor ainda relatava que até mesmo na FOM escutaram-se rumores de desfiliação.

Além desse relato, durante o mês de fevereiro são inúmeros os indícios de que existiu certo descontentamento entre muitos trabalhadores afiliados com o Conselho Federal da FORA IX^a, principalmente na Capital Federal. A edição de oito de fevereiro do *La Organización Obrera* nos fornece alguns exemplos. Em artigo publicado no dia primeiro daquele mês no diário *El Progreso Culinario*, diário oficial da *Camara Sindical de Cocineros y Pasteleros* afiliada à FORA IX^a, afirmava-se que “os sindicatos da capela do México, uma vez mais, colocam no ridículo os grêmios a ela aderidos”³²⁰. Das colunas de *La Organización Obrera*, onde o artigo havia sido reproduzido e contestado pela federação, pedia-se a direção do sindicato que tomasse providências, ainda mais tendo em vista que os delegados deste votaram todos a favor das ordens do dia propostas pelo Conselho Federal durante a greve. Na mesma edição um grupo de militantes pertencentes ao sindicato dos motoristas de praça, *Unión Chauffeurs*, reafirmava seu apoio à central desautorizando a assembleia que votou pela desfiliação do sindicato da federação. Por fim, o jornal publicou uma nota da *Sociedad de Resistencia Conductores de Carros* – organismo que reunia os trabalhadores que realizavam o transporte em carroças, principalmente no porto e nos mercados – em que esta organização, além de se recusar a fornecer a lista de seus filiados presos à FORA IX^a, afirmava que estavam buscando dar liberdade aos seus presos, mas sem que “indivíduos policialescos gerenciem a liberdade de nossos camaradas (...)”³²¹.

Mais significativos foram os diversos rumores que circularam entre algumas seções da FOF para separar-se da FORA IX^a, como o próprio *La Organización Obrera* de 15 de fevereiro narrava. Na verdade, chegou-se mesmo a ultrapassar as meras insinuações e na seção da FOF de *Buenos Aires Sud*, em assembleia realizada em 28 de janeiro, foi votado o desligamento dessa seção da federação. O relato, realizado pelo representante do Conselho Federal na assembleia, Manuel González, informava que “todos os que nesta assembleia fizeram uso da palavra estiveram de acordo de que o Conselho Federal da FORA havia traído o grêmio ferroviário, tanto em sua atuação na última greve geral, como anteriormente”. Alegavam que o Conselho Federal “obedecia às ordens que dava o governo e que este havia ordenado o fim incondicional da última greve geral”. Até o mês de maio, registraram-se, além

³¹⁹ CARBALIN, Enrique e GIORDANO, Juan B., *Antecedentes historicos: reflexiones que coinciden com el momento actual*, Buenos Aires: Tribuna Proletária, 1921, pg. 43

³²⁰ “Capela do México”, referência à sede da F.O.R.A. IX^a localizada na Rua México, 2070, no bairro de San Telmo, Buenos Aires.

³²¹ “El Progreso Culinario y la huelga general: juicios de un irresponsable”, “Un importante manifiesto de los Chauffeurs” e “Una coza: ¿sectarismo o inconciencia?” *LOO*, 08/02/1919.

dos ferroviários, outros grêmios que se mobilizaram no mesmo sentido, como os marceneiros, construtores de carruagem e pintores. Em resposta a estas movimentações, o Conselho Federal acusou a ação de elementos “divisionistas” e “*quintistas*” na federação³²².

Adentrando o mês de março, outra proclamação do Conselho Federal da FORA IX^a também sugere que a organização estivesse tendo problemas com - como diriam os editores do *La Vanguardia* - a “anarquia de baixo”. Neste ínterim, o empresário Pedro Vasena, além de não cumprir com os acordos estabelecidos em reunião com o governo, instalou em sua fábrica um aparato de vigilância contra os trabalhadores organizados. Estes, ao recomeçarem as mobilizações pedindo que o empresário cumprisse com o que havia prometido e interrompesse as perseguições, foram contestados com um *lock-out* e rapidamente começaram a buscar a solidariedade de outros sindicatos para sua mobilização³²³. O pedido do sindicato *Metalúrgicos Unidos* circulou entre diversas organizações filiadas à FORA IX^a, requisitando a adesão destes ao boicote à casa Vasena. Em resposta, o Conselho Federal divulgou a circular de número 31, datada de 17 março de 1919 e assinada pelo conselheiro Sebastian Marotta:

“Estima o conselho que é um péssimo procedimento o observado pela sociedade que se intitula Metalúrgicos Unidos ao dirigir-se diretamente aos sindicatos que compõe a FORA, fazendo caso omissso do Conselho Federal com que este sindicato desconhece de fato a existência da Federação, assimilando-se assim aos capitalistas que preferem tratar diretamente com seus trabalhadores, negando personalidade a organização que estes cimentaram às custas de grandes sacrifícios e com o fim de melhor defender-se de toda opressão e exploração, venha da onde ela vier”.

Marotta ainda faz referência ao 52º artigo da nova Carta Orgânica aprovada durante o Xº Congresso. Dizia o artigo que:

“Nenhum sindicato apoiará pedidos de solidariedade em sentido de greve ou boicote se este não é prestado por meio do Conselho Federal, nem se tratar-se de organizações não federadas. Tratando-se de organizações novas, recém federadas, ficará a critério do Conselho Federal se deve-se dar ou não a solidariedade pedida”³²⁴.

A circular publicada no diário da federação tinha duas funções. Em primeiro lugar, reafirmar seu distanciamento da FORA Vº, federação a que os *Metalúrgicos Unidos* estavam aderidos; e, em segundo lugar, repreender os próprios sindicatos membros da FORA IX^a que, além dos diversos rumores e mobilizações em direção à desfiliação, em decorrência dos incidentes com o mesmo sindicato no início da “Semana Trágica”, haviam atendido ao

³²² “La separación de la sección ferroviaria Buenos Aires Sud: Informe del delegado del C.F. y replica éste a las calumniosas imputaciones de la asamblea en que se voto la separación”, *LOO*, 15/02/1919; “Los actuales momentos y el divisionismo quintista”, *LOO*, 05/04/1919; “Contra los divisionistas: deben obrar enérgicamente los militantes obreros”, *LOO*, 12/04/1919; “

³²³ CARBALIN e GIORDANO, op. Cit., pg. 40.

³²⁴ Circular N° 31 de 17 de Março de 1919, publicado em *LOO*, Ano 2, n° 73, 22/03/1919, pg. 1.

chamado de greve antes que o Conselho Federal pudesse deliberar sobre o tema. Após a relutância em aderir às mobilizações e pela sua conduta durante as jornadas de janeiro, o Conselho Federal da FORA IX^a agora lutava para impor-se como direção, convertendo-se “no centro de gravidade” para onde deveriam convergir “livre e conscientemente” – ou não - todas as energias do movimento.

O terceiro e último evento politicamente relevante e que direta e indiretamente voltava a envolver os personagens de janeiro de 1919 era a comemoração do Primeiro de Maio. Sem um ato unitário, o dia do trabalhador foi comemorado separadamente pelas forças do movimento operário argentino. Como era de se esperar, uma enorme tensão atingiu a cidade, ainda se recuperando dos eventos de janeiro.

A FORA IX^a comemorou o sucesso da paralisação no dia do trabalhador: “Nunca na Argentina tiveram as comemorações do Primeiro de Maio tão vastas proporções, nem jamais foi tão absoluta a paralisação do trabalho”, estampava a crônica sobre o ato publicada no dia dez de maio³²⁵. O ato da federação foi realizado no salão do *Centro de Almaceneros*, onde, segundo seu periódico, concorreram “trabalhadores que têm plena consciência de seu rol histórico”, não sendo registrado nenhum incidente ou tumulto.

A divisão da classe operária e as conquistas de reivindicações econômicas foram os principais temas abordados pelos oradores naquela manhã de quinta-feira. José Benvenuto, da FOF, instou que “todos os trabalhadores devem combater aqueles que conspiram contra ela [*a união da classe operária*] promovendo divisões criminosas no seio dos sindicatos”. O subsecretário Bernardo Senra Pacheco também aludiu à unidade de classe, afirmando que por cima de todas as preocupações ideológicas, “deve primar o sentido prático do proletariado, que é o de não se apartar do terreno natural de sua atividade: a oficina, a fábrica, a mina, ou o campo”. Denunciou como trabalhadores “bem ou mal intencionados trabalhavam para debilitar as forças operárias, escudados em determinados princípios ideológicos ou políticos”. Juan Cuomo discursou no mesmo sentido e ainda lembrou a conquista dos marceneiros da jornada semanal de 44 horas.

O Partido Socialista, por sua vez, organizou um *meeting* de rua no centro de Buenos Aires que ganhou enorme destaque na imprensa comercial, principalmente pela enorme expectativa que gerava a primeira grande mobilização de rua depois de janeiro. Após o ato ocorrer sem conflitos, o diário *La Nacion* anunciava em letras garrafais: “Festa dos trabalhadores. Celebração do 1º de Maio se realizou sem nenhum incidente”. Os

³²⁵ “La conmemoración del Primero de Mayo”, *LOO*, 10/05/1919.

trabalhadores que percorreram as ruas do centro cantando a “Marselhesa”, segundo a reportagem, eram aplaudidos pela população. Mesmo com a chuva que caiu quando a passeata se aproximava da Praça San Martín, boa parte do público continuou presente para escutar os oradores do partido. Ao fim, “os manifestantes se retiraram em maior ordem, sem que, voltamos a repetir, se produzisse o mais insignificante incidente (...)”³²⁶.

Já o jornal *La Época*, que aglutinava os setores *yrigoyenistas*, em seu editorial do dia dois de maio intitulado “Ordem e liberdade” jactava-se de não ter aderido ao pânico propagado pelos outros diários e afirmava que a política do Poder Executivo em relação aos sindicatos era a responsável por conjurar a probabilidade de explosões violentas. Segundo o jornal:

“Aos trabalhadores foi fácil manter uma linha de conduta sensata e ordenada, porque não viram coibidas por nenhuma medida coercitiva, não viram seus atos controlados por nenhuma ostentação ameaçante de força pública. Ficaram em liberdade para comemorar digna e decorosamente a jornada do trabalho. E essa liberdade – que governos menos inteligentes e menos conhecedores da psicologia popular suprimiram – eliminou toda a possibilidade de violência e desordem”.

Apesar de reconhecer a cordura dos operários, afirmava o jornal que “Uma série de fatores concorrentes determinaram a celebração pacífica do dia de ontem. Porém, primou, sobre tudo, a enérgica gravitação moral do Executivo (...)”. Por fim, o editorial afirmava que:

“os operários não só adquiriram a convicção de nunca lhes será discutido o exercício dos direitos de reunião que a constituição permite a todos os cidadãos, desde que exponham suas ideias e convicções de forma moderada, serão protegidos até dos grupos sectários que querem violentar o ritmo ordinário das coisas”³²⁷.

O jornal ainda elogiava a atuação da polícia e afirmava que “de todos os lados, se escutaram comentários elogiosos pela digna e correta atitude observada ontem pela polícia”. Acompanhada de uma foto em que o chefe de polícia Elípidio González com sua bengala, ao lado do chefe de investigações Francisco Laguarda, recorriam a Avenida de Mayo antes do ato, uma nota ainda dava conta que o chefe de polícia, ao fim da manifestação, haveria autorizado que caminhões da corporação dessem carona para os operários.

A passeata partiu da Praça do Congresso e se deteve na Praça San Martín, onde foram escutados os discursos proferidos por políticos e militantes do partido. Tão inevitável quanto recordar o sucedido em janeiro era pronunciar-se sobre o que estava ocorrendo na Europa. No editorial intitulado “1º de Mayo” da edição de dois de maio do *La Vanguardia*, os redatores

³²⁶ *La Nación*, 02/05/1919, pg. 9.

³²⁷ *La Época*, 02/05/1919.

afirmavam que aquele momento, antes de tudo, era de solidariedade com os trabalhadores europeus e alertava os trabalhadores argentinos de que:

“Grandes acontecimentos amadurecem nesta hora suprema e excepcional; porém, como seria ilusório esperar tudo da transformação instantânea de sistemas arraigados no costume e na força, não devemos forjar ilusões sobre os resultados imediatos da luta”³²⁸.

O tom de preocupação em relação aos “resultados imediatos da luta” diferiu daquele usado nas eleições que chamava as aspirações revolucionárias de “macabra pantomima do perigo maximalista”. O deputado Adolfo Dikman, assumindo a tribuna do ato, dizia em seu discurso:

“Não é possível, nos gritam os pessimistas! Devemos aniquilar o velho para que surja o novo! Sim, é possível, gritamos nós os otimistas! Tudo depende de nossa capacidade e de nossa própria direção intencional dos acontecimentos. Que a violência e a luta armada sejam o último recurso. Esgotemos primeiro o da ordem, da democracia e da legalidade. Talvez, oxalá, sejam eles suficientes para conseguir nossos próprios fins! Se assim não for, desgraçadamente, a responsabilidade será da classe governante que com sua torpeza, ignorância e incapacidade não soube ou não quis canalizar a luta pelas vias da ordem e da tranquilidade (...) Um momento certamente transcendental nos toca viver. O regime capitalista está em bancarrota. A civilização burguesa chegou ao seu zênite e declina vertiginosamente. E a aurora de uma nova civilização se insinua já no horizonte (...) Uma única força pode impor ordem a desordem geral que reina no mundo. Essa força é o socialismo.”³²⁹.

A reprodução desse trecho completo do discurso nos pareceu necessário pelo fato de o Deputado Dikman resumir não só os dilemas de seu partido na época, mas de todos os partidos da IIª Internacional³³⁰. Os sucessos na Europa, principalmente na Rússia e na Alemanha, se por um lado assinalavam que a organização do proletariado em um partido apresentava-se como a melhor arma para sua emancipação, por outro, a claudicação da Social Democracia alemã e a tomada do poder pelos bolcheviques ameaçavam frontalmente as teorias evolucionistas das quais o PS argentino era grande defensor.

A classe operária argentina seria, por fim, convencida da necessidade de se organizar, não apenas em seus sindicatos, mas em um partido político que, se bem estruturado e

³²⁸ “1º de Mayo”, *La Vanguardia*, 02/05/1919, capa.

³²⁹ *La Vanguardia*, 02/05/1919, capa.

³³⁰ “A ruptura que se havia colocado de manifesto na esquerda europeia estava sendo peneirada desde muito tempo. A tensão entre reformistas e os revolucionários centrada na disputa sobre programas e estratégias havia caracterizado a Internacional desde seu nascimento, porém o movimento havia conseguido manter uma estrutura organizativa integradora. A guerra acabou com essa unidade fictícia. Por fim, a Revolução russa proporcionou a esquerda um ponto de referência iniludível. A partir daí, até o colapso de 1989-1991, todos e cada um dos grupos ou facções socialistas se enfrentaram com a necessidade permanente de definir sua posição não só ante a Revolução, senão também sobre cada um dos seus estágios sucessivos. Tanto revolucionários como reformistas tinham agora um modelo, positivo para os primeiros, negativo para os últimos. Os que vacilavam não podiam permitir-se por muito tempo”, SASSOON, Donald, *Cien años de Socialismo*, Barcelona: Edhasa, 2001, pg. 57.

unificado em sua ação, mostrava ser capaz de se colocar *tête-à-tête* com monstruosos Estados nacionais, como o russo? Se, por um lado, o exemplo russo poderia difundir tal percepção, é correto também que ameaçava o evolucionismo socialista. A substituição de um discurso em que se encarava o clima revolucionário do período como uma “pantomima” para uma recomendação de prudência era apenas mais uma evidência que pode atestar há quantas andava a “anarquia de baixo”, melhor dito, o humor da classe trabalhadora na Capital Federal.

4.2 O que todos querem e ninguém quer: o projeto de legislação trabalhista de 1919 e a “anarquia de cima”

Diversos eram os problemas que enfrentavam as organizações dos trabalhadores, as associações empresariais e também os políticos após a “Semana Trágica”. A FORA IX^a, depois de esplendorosos anos de crescimento, sofria o questionamento por parte de alguns de seus militantes, principalmente na Capital Federal, devido à sua postura durante a greve geral; o PS comemorava, mesmo que com um tom de frustração, o que considerava uma vitória eleitoral sem esboçar a menor percepção sobre quais eram os verdadeiros problemas relativos ao seu insucesso eleitoral. Ao acusar o déficit de consciência, não se dava conta do déficit numérico de classe? Yrigoyen observava o esfacelamento de sua base de apoio político: ao mesmo tempo em que havia promovido o maior massacre da história da classe operária argentina e perdido o relativo apoio que havia angariado desta, não havia com isso caído nas graças dos conservadores.

Já o empresariado confirmava sua suspeita na incapacidade do Estado em lidar com a chamada “questão social” sob a direção Radical e aumentava sua atividade por meio da ANT, agora acompanhada pela *Liga Patriótica Argentina* (LPA). Por outro lado, a presidência Radical, resultado da extensão do sufrágio universal, também desvelava as dificuldades que os empresários tinham depois da “Lei Saenz Peña” em verem contemplados seus interesses pelo Estado argentino. A nova realidade política os havia afastado – ou pelo menos dificultado seu acesso – às esferas de decisão política mais imediatas. A crise econômica provocada pela guerra, aliada à ascensão do movimento operário, complementavam uma situação em que os grandes empresários eram empurrados cada vez mais a repensar suas atitudes em relação à política. O surgimento de outra organização patronal, a *Confederación Argentina del Comercio, de la Industria y de la Producción* em 1917, concorreu nesse sentido ao tentar articular os interesses dos grandes comerciantes, agroexportadores, empresas estrangeiras e industriais argentinos para uma ação conjunta.

Como abordamos no segundo capítulo, os eventos da “Semana Trágica” tinham colocado as discussões sobre a legislação do trabalho como pauta para as classes dominantes argentinas. A formação de uma comissão para a formulação de um projeto de lei na Câmara de Deputados já no dia 14 de janeiro disparou um alerta na Casa Rosada: Yrigoyen estava atrasado em relação aos seus adversários. Com conservadores e Socialistas trabalhando para a formulação de uma legislação trabalhista, as ações e estratégias *ad hoc* do governo de aproximação à classe operária deveriam ser repensadas. Como poderia surgir de outras forças políticas, principalmente opositoras, soluções que pudessem “harmonizar” os conflitos sociais, dívida que o presidente acreditava ser uma exclusividade sua e de seu partido? Devemos somar outra vantagem que impulsionava o primeiro mandatário: caso conseguisse aprovar uma legislação que abarcasse algumas das reivindicações dos operários, é provável que Yrigoyen consolidasse de maneira definitiva sua aproximação à classe operária.

O período legislativo de 1919 se iniciou no dia 16 de Maio com duas novidades. Em primeiro lugar, Hipólito Yrigoyen não compareceu à sessão de abertura quando tradicionalmente o primeiro mandatário lia uma mensagem do Poder Executivo direcionada aos legisladores. A leitura da mensagem ficaria a cargo do Senador Ocampo que, devido à intervenção dos deputados da oposição, não a leu, distribuindo-se sua versão impressa entre os congressistas. A segunda novidade era a intenção da presidência de enviar ao Congresso uma série de projetos de lei relativos aos conflitos entre o capital e o trabalho. Constavam no pacote do Poder Executivo um projeto de arbitragem obrigatória e um referente aos contratos coletivos que deveriam se somar aos elaborados pela Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados³³¹. A princípio, ao se limitar a esses dois aspectos do conflito, Yrigoyen ainda se via livre de ter de lidar com a questão mais sensível de uma legislação trabalhista, tanto para os trabalhadores quanto para os empresários: a regulamentação das associações profissionais.

De maio a junho, uma série de esboços de leis versando sobre as mais diversas dimensões do problema vão se somando na Câmara. No dia 28 de maio o projeto sobre as organizações profissionais do deputado pela Província de Buenos Aires e membro da Comissão de Legislação Social, Matías G. Sánchez Sorondo, é apresentado para os

³³¹ “Apertura del 58º período legislativo”, *La Nación*, 17/05/1919 e “El mensaje”, *La Vanguardia* 18/05/1919. A comissão era composta pelos deputados Carlos F. Melo (Capital Federal, U.C.R.), Rogelio Araya (Capital Federal, U.C.R.), Matías Sanchez Sorondo (Buenos Aires, Partido Conservador), Enrique Martinez (Cordoba, U.C.R.), Alberto Mendez Casariego (Entre Rios, Partido Demócrata Progresista), Pedro L. Cornet (Tucumán, U.C.R.), Rodolfo Moreno (hijo) (Buenos Aires, Partido Demócrata Nacional) e Mario Bravo (Capital Federal, P.S.).

legisladores. Este projeto será a principal inspiração do proposto pela Comissão de Legislação Social e aprovado pela maioria desta no dia seis de junho de 1919.

O deputado, antes de apresentar o projeto à Câmara, teceu alguns comentários. Segundo Sorondo, o direito econômico, ou seja, coletivo, havia se imposto ao individual. O sujeito de direito clássico, o indivíduo, havia desaparecido dando vida a um novo sujeito, o sindical. Sinais dos novos tempos, esse movimento era considerado pelo legislador como libertador, porém levava em suas entranhas, em germe, o mais temido dos despotismos, o despotismo das multidões. Assim, fazia-se necessário, para evitar tal despotismo, buscar a evolução paulatina das condições de existência das classes trabalhadoras. Diz Sorondo que “esta é a hora em que os argentinos, depois do estupor da semana de janeiro (...) nos encontramos pacificamente, em plena revolução patronal e gremial”. Os sindicatos, prosseguiu, devem ser reconhecidos, mas não os irresponsáveis,

“dirigidos por agitadores profissionais, com greves decretadas *ab irato* e como represália; com solidariedades que não respondem as conveniências do trabalho e que são, em definitiva, palancas para remover a ordem social”³³²

A regulamentação das associações tinha como principal preocupação as formas de punição de que estas estariam passíveis:

“Me preocupei de encontrar a forma de fazer efetiva a responsabilidade dos sindicatos gremiais, já que a [*da*] patronal é evidente, e creio que a suspensão de salário ou trabalho é a prática. O capitalista tem seu capital e responde com seu dinheiro; o trabalhador tem seu trabalho e responde com sua jornada. Não aceito a irresponsabilidade do trabalhador, pois carecendo de sanção a lei seria um conselho...”³³³

O capítulo II da lei definia o que se entendia por sindicato. Em primeiro lugar (Cap. II, art. 4), só receberia personalidade jurídica - condição estritamente necessária para sua existência - os sindicatos reconhecidos pelo DNT. Por atividade ou ofício poderia existir apenas um sindicato, desde que reunisse vinte ou mais pessoas, não importando se estas estivessem sob a dependência de apenas um empregador (Cap. II, art. 5).

Já o terceiro capítulo estipulava os procedimentos para a formação de sindicatos e deixava clara a tutela estatal que se pretendia exercer sobre estes. Uma série de informações, como nomes dos associados e seus endereços, são exigidos para que se possa efetuar a inscrição do grêmio no DNT (Cap. III, art. 9). Se admitida a solicitação, caberia ao DNT convocar os membros incluídos na lista de associados para uma assembleia no domicílio legal da organização. Nesta assembleia, presidida pelo funcionário do DNT, seria eleita a mesa

³³² Reunião Nº 4, 28/05/1919, *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados*, TOMO I, Maio-Junho de 1919, pg. 164.

³³³ Ibidem, pg. 165.

diretiva e, por fim, seria constituído o sindicato (Cap. III, art. 10.). As interferências por parte do Estado nas assembleias não paravam por aí. Em seu sétimo capítulo definia-se que para uma resolução de assembleia ser validada, esta deveria ser tomada com a assistência de um inspetor do DNT (Cap. VII, art. 20).

O projeto de lei, em seu quarto capítulo, ainda estipulava uma série de regras para que o trabalhador pudesse ser sindicalizado. São elas: ter mais de 18 anos e autorização do marido no caso das mulheres casadas; ter um ano de antiguidade na profissão; portar um certificado de moralidade expedido pelo consulado ou pelo departamento de imigração no caso dos estrangeiros não naturalizados; não ter sido condenado à prisão por delitos contra a propriedade ou a segurança individual (Cap. IV, art. 11).

As Federações não teriam o poder de representação sindical (Capítulo IX, art. 32) e os sindicatos poderiam ser dissolvidos caso violassem qualquer uma das disposições dessa lei ou não concordassem com uma resolução do tribunal de arbitragem. Os membros de um sindicato dissolvido não poderiam se filiar a nenhuma organização durante um ano (Cap. XI, art. 47 e 49). Os contratos individuais eram permitidos, mas seriam regulados tendo em vista os coletivos. Os primeiros não poderiam estabelecer piores condições que os segundos (Cap. XII, art. 56).

Greves gerais estavam proibidas, assim como a paralisação de mais de 48 horas dos chamados “serviços de caráter público”, como o porto e empresas de transporte, correios e telégrafos, mercados de alimentos, bancos oficiais e a polícia (Cap. XIV, art. 65, 66 e 67). Ainda constituíam como “delitos contra a liberdade de trabalho” toda a incitação à greve contra as prescrições da presente lei; todo ato que tente impedir a concorrência ao trabalho dos operários não afiliados ao grêmio, todo ato que tenda a destruir ou destrua os materiais de trabalho, diminua seu valor ou cause deterioro dos mesmos; toda a tentativa de boicote geral ou particular. Por fim, a lei estipulava que todas as associações consideradas ilícitas seriam dissolvidas, seus locais fechados e as pessoas nelas envolvidas, se são argentinos ou naturalizados, sofreriam pena de seis meses a um ano de prisão, se são estrangeiros, a pena de deportação (Cap. XVII, art. 94 e 95)³³⁴.

Complementando as formulações de Sorondo, foram modificados e acrescentados pela Comissão alguns dispositivos ao projeto de lei. No Primeiro Título do projeto apresentado pela Comissão era estabelecida a restrição aos estrangeiros com menos de quatro anos de residência no país de exercer cargos de direção (T. I, Cap. I, art. 5, §4) e o DNT deveria ainda

³³⁴Ibidem, pp. 165-172.

submeter ao Ministério do Interior os estatutos dos sindicatos para sua aprovação (T. I, Cap. I, art. 7), não havendo restrição, como no projeto de Sorondo, ao número de sindicatos por ofício ou ramo (T.I, Cap. I, art. 28), podendo estes se dividirem e se fundirem sempre que ajustados à lei. Os estatutos teriam que obrigatoriamente criar um fundo formado por 15% das cotizações, destinado a responder às possíveis sanções civis e abonar o total de multas estipuladas pela lei (T.2, Cap. VI art. 41, §2). O Segundo Título ainda proibia diretamente a sindicalização dos empregados da administração pública, fosse nacional, provincial ou municipal (T.II, Cap. II, art. 29), estipulava as ações que poderiam ser tomadas nas assembleias, além de estabelecer um quórum mínimo para que as deliberações chegassem a ser avaliadas pelo DNT e impunha a votação secreta (T.II, Cap. VII, art. 43 e art. 45).

Sobre os contratos coletivos e as greves, o Terceiro Título estabelecia que, durante a vigência destes contratos, os trabalhadores estariam proibidos de declarar greve e os empresários *lock-out*. Caso cometessem esta infração, os patrões deveriam aportar uma multa destinada ao conselho nacional ou provincial de educação e o sindicato seria imediatamente dissolvido (T. III, Cap. I, art. 76 e art. 77). Se o sindicato fosse dissolvido, o fundo estabelecido acima citado seria destinado aos conselhos educacionais e caso a organização fosse multada e suas economias não fossem suficientes para cumprir com as obrigações estipuladas em lei, os empregadores seriam obrigados a reter os salários dos trabalhadores até que se fossem quitados os valores (T.III, Cap. III, art. 86 a 88). Por fim, em seu Quinto Título, a lei estabelecia a jornada semanal em 48 horas, sendo o limite de 10 horas diárias e o aumento de 50% do salário das horas extras trabalhadas (T.V., Cap. I, art. 131 a 134).

A aprovação do despacho da maioria da comissão no dia seis de junho e seu encaminhamento para a Câmara de deputados caiu como uma bomba sobre a FORA IX^a e o PS. No dia 10 de junho foi distribuído entre os sindicatos autônomos e filiados à central uma circular formulada pelo Conselho Federal na noite anterior. A circular informava:

“O Conselho Federal da *Federación Obrera Regional Argentina*, em reconhecimento das restrições para os direitos sindicais contidos no projeto de lei, considerou que é de imprescindível necessidade que todas as organizações operárias se debrucem ao estudo da mesma e exteriorizem sua opinião por meio de um Congresso que deverá resolver, de maneira definitiva, a atitude a seguir pelo proletariado no caso de se chegar a sancionar e ter em conta o pensamento e a aspiração dos trabalhadores organizados”³³⁵.

³³⁵ “Importante circular del Consejo Federal: Las ‘leyes obreras’. Preparando una mordaza para los sindicatos”, *LOO*, 15/06/1919.

A circular seguinte confirmava o Congresso extraordinário entre os dias 26 e 29 de junho³³⁶.

Já o PS, por meio de editorial no *La Vanguardia*, assinalava que “a maioria conservadora do parlamento colocará todos os meios indispensáveis para conseguir anular a força da organização gremial proletária (...)” e transformar as conquistas por meio da luta sindical impossíveis. A provável aprovação do projeto prevista pelo PS, ainda segundo o editorial, mostrava que “hoje, mais que nunca (...) a importância da ação política”. Deveriam compreender os trabalhadores argentinos de uma vez por todas que aquilo que conquistavam por meio da luta sindical poderia lhes ser retirado pela força da lei. A crítica dirigida à FORA IX^a transformava-se em provocação:

“Seria curioso saber agora o que pensam [*os Sindicalistas Revolucionários*] dos projetos confeccionados pelos representantes políticos da burguesia e de que meios deve-se valer a classe trabalhadora para que estes projetos não sejam sancionados”³³⁷.

O editorial ainda convocava todos os sindicatos para que prestassem ajuda a representação Socialista para opor-se à sanção dos projetos. A situação parecia ideal para o PS. Por fim, a necessidade da luta política parecia impor-se como primordial frente à luta sindical.

Porém, se o projeto apresentava uma série de problemas para o PS e para a FORA IX^a, a verdade é que este também gerou resistências na principal patronal industrial, a *Unión Industrial Argentina*. As objeções da patronal contidas em um comunicado inserido no Diário de Sessões da Câmara de Deputados e direcionado a mesma no dia 17 de julho de 1919 eram quatro: em primeiro lugar, a organização questionava as modificações realizadas pela Comissão do projeto original do deputado Sorondo e que abriam margem para a criação de vários sindicatos por ramo de produção (Art. 28, 31 e 61), fossem organizações operárias ou patronais. Alegava a instituição que a desorganização era a principal fonte dos conflitos entre trabalhadores e industriais e que “o necessário (...) o que desejam a maioria dos patrões é [*saber*] com quem devem tratar e que responsabilidades, moral e material, representam os sindicatos operários”³³⁸. A dispersão, ainda segundo a UIA, acarretaria em diversos contratos coletivos de trabalho e levaria a inúmeros conflitos parciais.

³³⁶ “Congreso extraordinário: Se realizará en la XX de septiembre los días 26 y 29 del corriente”, *LOO*, 21/06/1919.

³³⁷ “Acción Gremial”, *La Vanguardia*, 12/06/1919.

³³⁸ Reunião N° 24, 18/07/1919, *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados*, TOMO II, Julho-Agosto de 1919, pg. 43.

Em segundo lugar, ao estabelecer a necessidade mínima de 10 membros para a formação de um sindicato patronal (Art. 62), diversos ramos produtivos de grande importância (o comunicado cita especificamente as fábricas de tecidos de algodão e de papel) não poderiam constituir associações gremiais.

A terceira objeção versava sobre a obrigação da organização e direção dos sindicatos patronais serem regidas pelas disposições do Código de Comercial relativas às Sociedades Anônimas (Art. 63). A UIA alegava que a legislação sobre as Sociedades Anônimas, por melhor fundamentada que estivesse para regulamentar estas sociedades, não tinha fundamento algum para regular a vida das organizações patronais. As diferentes naturezas das organizações, aliadas à falta de detalhamento sobre quais dispositivos sobre as Sociedades Anônimas seriam suscetíveis de serem aplicados às patronais, dariam margem para inúmeras arbitrariedades. Porém, o que mais chama a atenção é que no comunicado da UIA o único artigo citado especificamente da legislação sobre as Sociedades Anônimas do Código Comercial argentino³³⁹ é o artigo 318 (“As sociedades anônimas não poderão constituir-se definitivamente sem que se tenham verificado as seguintes condições”) que em seu primeiro parágrafo diz: “Que os associados sejam dez, pelo menos”³⁴⁰.

Em quarto lugar, alegava que o capítulo XI não era claro sobre qual era o papel e o real alcance das federações. Neste último quesito, o informe assinado por Guillermo Padilla era incisivo:

“Se vossa excelência não aceitar a federação nos termos de nosso projeto, ou em qualquer outra forma que aponte para o mesmo fim, respeitosamente pensamos que vossa excelência cometerá uma injustiça. Não significaria outra coisa, senão que a destruição em um golpe de sérias instituições que, como a que tenho a honra de representar, colaboraram eficientemente pelo progresso geral do país”³⁴¹.

A nota terminava afirmando que “Jamais, podemos assegurar, (...) saiu dela [UIA] algum desafio ofensivo que provocasse um conflito geral. Pelo contrário (...) buscou, em todo momento, suavizar as asperezas e evitar as funestas complicações a que conduz a paixão irrefletida”.

Dois aspectos chamam a atenção em relação ao comunicado de julho de 1919 da UIA. Em primeiro lugar, os contratos coletivos de trabalho que em outubro de 1918, segundo a própria UIA, eram impossíveis de serem celebrados³⁴², meses depois se transformaram

³³⁹ Ibidem, pg. 44;

³⁴⁰ *Código de Comercio de la República Argentina*, Livro II, Buenos Aires, Félix Lajodanb Editor, 1896, pg. 54.

³⁴¹ Reunião Nº 24, 18/07/1919, op. Cit., pg 44.

³⁴² Ver Capítulo II, seção 6.

naquilo que “irá trazer a indispensável harmonia entre o capital e o trabalho”³⁴³. O segundo aspecto que nos chama atenção e que mais nos interessa nesse momento é: por que a UIA queria evitar a fragmentação dos sindicatos operários e patronais? A fragmentação dos operários não colaborava para o conflito? Aliás, em se tratando de um projeto que buscava claramente, como expusemos acima, controlar e tutelar os sindicatos por meio do Estado, não se tratava da consagrada estratégia de “dividir para reinar”?

A oposição ao fracionamento presente no comunicado dirigido à Câmara de Deputados contradiz uma circular distribuída entre os sócios da entidade e também assinada pelo Conselho Diretivo do dia 21 de abril de 1919. Publicada na edição de julho de 1919 do *Boletín*, esta circular expunha “Os pontos de vista do Conselho Diretivo a respeito de sua própria ação e das Seções gremiais [da UIA] com relação às greves (...)”³⁴⁴ e pretendia, assim, se inserir nos debates da Comissão de Deputados. A circular do Conselho recusava-se a tomar qualquer posição sobre as leis relativas à regulamentação do trabalho, afirmando a impossibilidade de se encarar as reivindicações operárias segundo um mesmo critério - “nem de submeter todos os casos às mesmas normas (...)” para estabelecer a jornada de trabalho, a restrição ao trabalho por peças, etc. - justamente pelas distintas condições econômicas e técnicas das diversas indústrias. Diferenças essas que também refletiam nas organizações de trabalhadores, que “factíveis para indústrias determinadas (...) não resultam para outras, por que não o permite a índole em certo modo inorgânica das entidades operárias”. Julio Godio, ao analisar a circular, afirma que “Apoiando-se na diversidade de situações a UIA tratava de quebrar qualquer possibilidade de unificação da classe operária por objetivos comuns”³⁴⁵.

Porém, assim como a UIA, que em poucos meses modificou completamente seu discurso, Godio também, em poucas páginas, modifica sua interpretação quando analisa o comunicado de julho de 1919 enviado pela entidade patronal para a Câmara de Deputados. Para o autor, a oposição expressada no comunicado de julho da UIA à possibilidade de fragmentação dos sindicatos era resultado da experiência concreta da organização durante os conflitos entre operários e empresários, experiência esta que fundamentava a nova atitude que o autor qualifica de “mais avançada (...) que o despacho da comissão”. Ainda segundo Godio, a realidade vivida pelos empresários indicava para estes a existência de apenas uma classe

³⁴³ Ibidem, pg. 42.

³⁴⁴ *Boletín de la Unión Industrial Argentina*, Nº 607, 15 de Julho de 1919, pg. 18. No livro de Julio Godio, *La Semana Tragica*, a nota 139 do capítulo 18 informa erroneamente que esta circular foi reproduzida no boletim anterior.

³⁴⁵ GODIO, op. Cit., pg. 200.

operária e que esta se “mobilizava como tal por interesses objetivos não passíveis de serem suprimidos por um exagerado fracionamento de suas organizações”³⁴⁶.

Um trabalho dedicado ao período – e ao qual o próprio Godio faz menção – parece nos fornecer uma pista mais interessante sobre o porque das oscilações de posicionamento da UIA neste período quanto ao fracionamento ou não das organizações gremiais. Dardo Cúneo, autor de um trabalho clássico sobre a classe empresarial argentina, afirma que ao fim da Primeira Guerra Mundial “A União Industrial atravessava um evidente período de crise (...)”³⁴⁷. Que crise era essa e por que podemos inferir que esta se refletia nas declarações contraditórias? Para compreendermos melhor o que se passava com a patronal, devemos nos debruçar um pouco sobre sua história.

No começo do século XX e como resultado do desenvolvimento industrial de Buenos Aires, não só os sindicatos operários emergiram como forças políticas relevantes, mas, com o acirramento dos conflitos entre trabalhadores e patrões, um grande número de câmaras setoriais de empresários começaram a organizar-se para fazer frente à organização dos trabalhadores. No ano de 1904 a UIA, como forma de disputar o espaço de representante institucional dos industriais, modificou seu estatuto passando a incorporar essas câmaras e fomentando a criação de outras, sendo que até este período a UIA era uma organização cuja filiação era realizada de maneira individual. Segundo o Memorial apresentado na Assembleia Geral Ordinária de 1904:

“A formação e existência de sociedades gremiais independentes não têm já razão de ser, posto que todos os grêmios de alguma importância podem, se assim o querem, (...) constituir-se em sociedade e funcionar como sociedade no seio da União Industrial, gozando de todos os benefícios de uma independência absoluta (...) sem os contratempos e prejuízos de um isolamento que, nos assuntos de interesse geral para a indústria, esterilizavam sua ação na maioria dos casos”³⁴⁸

Além da fragmentação, a UIA buscava romper com a efemeridade das organizações gremiais, pois “uma vez dominada a agitação operária ou a hostilidade fiscal que motivará sua criação” estas desapareciam. Ainda segundo o Memorial,

“a organização da União Industrial, que por sua antiguidade, por suas tradições, pelos méritos contraídos e pelos títulos conquistados, é fora de qualquer dúvida, a instituição mãe chamada a reunir e vincular diversos grêmios industriais entre si (...)”³⁴⁹

³⁴⁶ Ibidem, pp. 215-219.

³⁴⁷ CÚNEO, Dardo, *Comportamiento y crisis de la clase empresarial*, vol. I, Buenos Aires, CEAL, 1984 (1961), pg. 79.

³⁴⁸ Reproduzido em *BUIA*, 15 de Fevereiro de 1920, pg. 8.

³⁴⁹ Ibidem, pg. 9.

A modificação de seu estatuto naquele ano ao estabelecer que a representação das câmaras no conselho diretivo, portanto, seu número de votos, seria proporcional ao número de membros de cada câmara, deu enorme poder político aos pequenos e médios empresários, “em especial a[os empresários de] certas atividades com baixo nível técnico, caracterizadas pelo escasso tamanho de suas plantas e que dificilmente podem ser consideradas industriais”. A prioridade da UIA de aglutinar o empresariado parece ter surtido efeito e o número de filiados intermediados pelas câmaras saltou de 567 em 1905, para 1035 em 1910 e 1182 em 1920³⁵⁰.

Porém, apesar da maior representatividade dos pequenos empresários, Jorge Schvarzer nota que, além da lista dos presidentes da entidade - todos grandes empresários, com atividades diversificadas e muito bem relacionados - o financiamento por parte de alguns poucos membros das feiras industriais, assim como da compra do edifício sede da UIA e a certa facilidade com que a patronal conseguia financiamentos do Estado nacional para suas atividades, são indícios de quão relativo era o poder dos pequenos empresários³⁵¹.

Ainda segundo o autor, tal situação - o agrupamento de empreendimentos com uma enorme diversidade de realidades - foi responsável para que a associação não assumisse em diversas oportunidades posições mais contundentes, principalmente em se tratando dos conflitos trabalhistas. Ao que parece a UIA deixou a cargo de seus associados a possibilidade de se posicionarem individualmente sobre a melhor maneira de defender seus interesses frente aos trabalhadores organizados. Por outro lado, isso não impediu que diversos dos principais, mais poderosos e tradicionais membros participassem e financiassem ativamente organizações patronais com uma proposta mais “militante”, principalmente no que diz respeito à questão operária, como a ANT e a LPA³⁵².

Aqui nos encontramos no cerne do problema: se a fragmentação das agremiações beneficiava os pequenos empresários, pois estes não teriam de se submeter à regulamentações e contratos impossíveis de serem atendidos devido às distintas condições econômicas e técnicas das diversas indústrias, a fragmentação das organizações já em operação naquela época, principalmente com o surgimento da ANT e da CACIP, ameaçava deixar os pequenos

³⁵⁰ SCHVARZER, Jorge, *Empresarios del pasado: la Unión Industrial Argentina*, Buenos Aires: Imago Mundi, 1991, pp. 47-48.

³⁵¹ Segundo Schvarzer, “As contas da U.I.A. apresentam um panorama claro das relações internas por aportes de distintas magnitudes. Guerrero relata que os aportes à U.I.A. somente chegavam a 1.258 pesos mensais em 1904 (...) a solução (igualmente a diversas oportunidades posteriores na vida da entidade) consistiu em uma coleta voluntária dos sócios com maior solvência”. Faziam parte deste grupo de sócios os donos das grandes empresas da época, como Demarchi, de Bari, Rezzónico e Otonello, Rigolleau, Ashworth e Cia., E. Torquinst, *Compañía General de Fósforos*. Ibidem, pp. 42-50.

³⁵² Ibidem, pg. 55.

industriais isolados em uma pequena e insignificante agremiação. *Somente sob a ótica dessa crise interna entre pequenos e grandes empresários e desse impasse em relação à fragmentação da entidade é que podemos compreender a oscilação do posicionamento da UIA durante os debates relativos à legislação trabalhista no ano de 1919.*

Cúneo defende que o período de conflito mundial tensionou a relação entre pequenos e grandes empresários no que diz respeito ao movimento operário, ao ponto de desembocar em uma crise institucional de grandes proporções, principalmente depois dos eventos de janeiro de 1919³⁵³. Porém Schvarzer, diferente de Cúneo³⁵⁴, sugere que, apesar dos conflitos trabalhistas terem influído nesta crise, existem outras questões que permeiam a pugna interna na patronal “sem que seus elementos [*do conflito*] tenham ficado muito explícitos na literatura disponível”³⁵⁵. Para o autor, as mudanças no estatuto promovidas durante o ano de 1920 igualando o número de delegados por seção (antiga câmara), somado à resistência dos empresários de serrarias às reformas (setor dominado por pequenos empresários), o apoio de alguns empresários (principalmente de fabricantes de cigarros) às leis antitrustes e a filiação das seções de engenhos, cervejarias, produtores de cimento e frigoríficos à UIA após a reforma do estatuto (todos ramos produtivos com um grau excepcional de concentração de capitais) reforçam a ideia de um conflito entre pequenos e grandes empresários. Em relação às motivações da crise, se os conflitos trabalhistas não eram suficientes para explicá-la³⁵⁶, qual era a verdadeira natureza do conflito? As divergências em relação à ação frente ao movimento operário poderiam ser a expressão de algo mais?

A edição de fevereiro de 1920 trás uma reflexão chamada “*Presente y futuro de la Unión Industrial Argentina*” assinada por um certo R.D. Algumas colocações contidas neste artigo serviram para que Cúneo, e depois Godio e Schvarzer, concluíssem sobre a existência desta crise ser motivada por conflitos entre os pequenos e grandes empresários.

O artigo coloca a necessidade das reformas como resultado do “desejo de viver, de cumprir a missão encomendada pelo meio em que nos desenvolvemos e nos obriga a evoluir em concordância com as modernas exigências”. Duas questões essenciais dessas chamadas “modernas exigências” eram apontadas como as principais motivações para as reformas, a

³⁵³ “A U.I.A. quer ser o órgão das grandes indústrias”, CÚNEO, op. Cit., pp. 83-86.

³⁵⁴ “A falta de definidos critérios que organizassem os esforços do país em seu despertar industrial (...)” foi uma característica para o autor do período. Cúneo afirma ainda que “(...) os dirigentes empresariais somente se sentem convocados para resistir às prováveis transformações sociais (...)” sem dar-se passos para sedimentar os progressos alcançados durante o conflito. Ibidem, pp. 78-79.

³⁵⁵ SCHVARZER, op. Cit., pg. 56.

³⁵⁶ “De todos os problemas, o mais grave, o que mais perturbou a economia industrial do país foi o provocado pelas novas orientações sociais que deram tanta força para o proletariado internacional” BUÍA, 15 de Fevereiro de 1920, pg. 12.

saber, a já identificada agitação social e o formidável desenvolvimento que as indústrias nacionais haviam atingido até então.

Identificando a guerra como disparadora das insatisfações sociais, o autor dizia que:

“É em virtude dessa agitação social que observamos uma verdadeira revolução social, cujas consequências mais imediatas não atinam a prever os mais avançados estudiosos (...) Dir-se-ia que a humanidade, cansada de uma vida injusta ou desorganizada, reagiu com uma violência e uma celeridade inversamente proporcional a duração e passividade do estado social anterior”³⁵⁷

Continuando, R.D. afirmava que as coletividades tinham naquele momento a necessidade imperiosa de construir uma via evolutiva para a solução destes conflitos para evitar as “fortes comoções que obrigam a proceder por surpresa e sem reflexão”. A necessidade de participar das discussões que começavam a surgir, como, por exemplo, sobre a legislação trabalhista, obrigavam a entidade a modificar sua estrutura para que deixasse de ser uma instituição destinada a “patrocinar interesses individuais, quando seu verdadeiro rol deve ser o de patrocinar os amplos ideais coletivos que busquem o progresso de nossas indústrias (...)”³⁵⁸.

Sobre o desenvolvimento das indústrias nacionais, o autor avaliava que os anos de guerra ajudaram no seu progresso a tal ponto que muitas das indústrias nacionais estavam capacitadas para resistir às suas similares estrangeiras, mesmo quando os mercados exportadores voltassem para a situação pré-1914. Paralelamente a esse processo, muitas dessas indústrias deixaram a UIA para trás, pois deviam enfrentar seus próprios problemas sem sujeitar-se aos “critérios de múltiplos grêmios que, seja por razão de sua classe de indústria, o de seus procedimentos e métodos de trabalho (...) não podem unificar-se com a facilidade desejada”. Ou seja, *as diversas indústrias que tiveram um notável desenvolvimento durante os anos de guerra não podiam ter suas ações centralizadas sob a ideia da impossibilidade de uma política comum devido à multiplicidade de necessidades decorrentes das disparidades de situações de cada indústria*. A guerra havia aproximado os industriais, os transformando em “homens de negócios, sociedades de importância, e, por fim, com necessidades concordantes aos seus meios de vida”. Assim, continuava o artigo, a federação deveria modificar seu estatuto, pois este afugentou um grande número de indústrias consolidadas nos últimos anos e que preferiam se organizar em outras entidades. A forma como estava organizada a entidade desde 1904 permitia que as pequenas indústrias “pudessem exercer prepotências decisivas que servem, às mil maravilhas, para afugentar a

³⁵⁷ Ibidem, pg. 15.

³⁵⁸ Ibidem, pg. 16.

grande indústria” ao ponto destas se organizarem de maneira independente, dispersando esforços e causando prejuízos para todos³⁵⁹. Os grandes industriais não podiam mais se sujeitar ao poder dos pequenos dentro da UIA caso quisessem preservar a entidade.

Se está claro que a organização dos trabalhadores durante o período da guerra e a necessidade de sua solução haviam suscitado em parte a crise dentro da UIA, os documentos do período sugerem que o desenvolvimento das indústrias durante a guerra constituíram o que Schvarzer chamou de outros elementos da crise que não estavam explícitos. As transformações que os grandes empresários queriam promover na entidade parecem obedecer às necessidades mais imediatas suscitadas pela experiência da guerra. Como vimos no segundo capítulo, uma das especificidades da recuperação da indústria depois da crise iniciada em 1913 e aprofundada com o conflito mundial foi a consolidação de um processo de concentração de capitais iniciado ainda na primeira década do século XX. *Neste ponto propomos que a concentração de capitais entrou em choque dentro da UIA com o poder político que exerciam os pequenos empresários, ou o que restava deles. Ou seja, o poder econômico das grandes empresas devia, a partir de agora, ser traduzido em um maior poder político e que fosse capaz de se adequar às novas exigências e aos diagnósticos que o grande empresariado, de uma maneira geral, começava a elaborar depois da crise.*

O espaço privilegiado criado pelos grandes empresários argentinos naquele momento era justamente a CACIP. Criada em 1917 a partir de uma convocatória da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* e rapidamente recebendo a adesão de numerosas bolsas de comércio, representantes do capital estrangeiro, políticos, professores universitários e centros de exportadores, além da *Sociedad Rural Argentina*, a CACIP, segundo Silvia M. Marchese, “se apresentava como uma reunião de associações representantes dos diversos interesses em que se dividia a economia e a entidade promovia a colaboração entre eles, operando como espaço de síntese e convertendo-se em um instrumento de representação do interesse geral do país, se afastando das opções particularistas”³⁶⁰. Guardadas as devidas proporções, deve-se notar que esforços no mesmo sentido estavam sendo realizados no mesmo período no centro do capitalismo, com a formação dos *Round Table Groups* na Grã-Bretanha e o *Council of Foreign Relations* nos EUA³⁶¹.

³⁵⁹ Ibidem, pg. 17.

³⁶⁰ MARCHESE, Silvia M., “Estrategias de las organizaciones empresariales para su participación en política” in *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, org. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, pg. 205.

³⁶¹ A associação “entre estudiosos e responsáveis por política e economia dos dois países [EUA e Grã-Bretanha], preocupados com a fragmentação da velha ordem pública e econômica internacional, tinha por objetivo estabelecer um eixo de coordenação e articulação atlântica com perspectivas globais. Seus participantes

A UIA, apesar de não se filiar à nova organização, envia para a Primeira Conferência Econômica Nacional da CACIP, em setembro de 1919, uma delegação formada por seu diretor Guillermo Padilla, e os empresários Eusebio E. García, Hermenegildo Pini e Silvestre Zamboni³⁶². Mas apesar de se fazer representada por essa delegação, é notório que nenhum de seus delegados tenha participado da terceira sessão da conferência cujo título era “Indústrias Fabris”³⁶³. As conferências tinham o intuito de discutir as questões setoriais para que depois, reunidos em assembleia, os delegados pudessem tomar deliberações conjuntas e elaborar propostas a respeito dos rumos da economia argentina.

Em relação a adesão ou não à CACIP como um termômetro para medir o poder dos grandes empresários, é notável que após os grandes industriais tomarem a direção da UIA com a reforma do Estatuto em 1920, a patronal - sob o comando de Luis Colombo que dirigiu a entidade nas décadas seguintes - aderiu à CACIP. Tal inferência parece ser reforçada se analisarmos a relação da *Sociedad Rural Argentina* com a CACIP. Até 1921, quando a patronal rural esteve sob o comando do famoso latifundiário e invernador Joaquín Anchorena, ela desempenhou um enorme protagonismo dentro da CACIP; a partir de então, com a eleição de Pedro Pagés no contexto da crise pecuária do pós guerra e do enfrentamento dos criadores com os frigoríficos, os setores menos capitalizados da produção pecuária ganharam a direção da entidade, provocando o afastamento da *Sociedad Rural* da CACIP³⁶⁴.

A guerra, como nos diz o texto de R.D., havia aproximado esses grandes industriais. A tríade cristalizada durante o período de guerra - sufrágio universal, crise econômica e movimento operário - havia demonstrado para o grande empresariado argentino a urgência de transformarem seu poder econômico em capacidade de ação política. Fazia-se necessário a articulação e regulação dos conflitos internos da classe empresarial, além de fornecer uma direção unificada para a classe dominante argentina. Era preciso domar a “anarquia de cima”.

consideravam que a principal vantagem desta empreitada seria a consolidação de seus interesses imperiais no marco de uma estabilidade política a ser assegurada pela sua ação”. No caso do *Council on Foreign Relations* estadunidense, Dreifuss afirma que este “panteão do mundo dos negócios, das finanças, da universidade e da imprensa norte-americana foi um verdadeiro precursor das elites orgânicas, como uma das primeiras e mais significativas tentativas de reunir industriais, banqueiros, militares e burocratas de Estado, intelectuais e figuras da mídia num novo formato político e intelectual, que David Rockefeller chamaria de ‘casamento de cérebros e dinheiro’”. DREIFUS, René Armand, *A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*, Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986, pp. 32-33.

³⁶² “Primera Conferencia Economica Nacional celebrada en Buenos Aires en el año de 1919”, *Confederación Argentina del Comercio, de la Industria y de la Producción*, N° 8, s/d., pg. 12.

³⁶³ Ibidem, pg. 59.

³⁶⁴ MARCHESI, op. Cit., 215-220 e HORA, Roy, *Los terratenientes de la pampa Argentina. Una historia social y política, 1860-1945*, Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2005 pp. 257-280

4.3 A Frente Única Operária e o ato contra o projeto de legislação trabalhista

Na abertura do Congresso Extraordinário da FORA IX^a ao fim de junho, que contou com a representação de 155 sindicatos e um total de 255 delegados, o Conselho Federal apresentou aos delegados sindicais presentes um breve informe sobre as características da legislação. Segundo o informe, havia se chegado a esta situação pois “Os intensos movimentos operários dos últimos anos deram margem a ideia de se sancionar leis dessa índole”. Porém, continuava, todas essas tentativas – com algumas exceções³⁶⁵ – não procuravam legalizar situações de fato, mas sempre travar a ação gremial.

Denunciava-se os argumentos “sofistas” de que o movimento operário perturbava o funcionamento da economia nacional, procurando justificar “a necessidade de curar todos os males da sociedade por meio de leis as quais se poderia aplicar o ditado popular: o remédio é pior que a doença”.

O informe ainda dava conta pontualmente de alguns problemas. Em relação à personalidade jurídica, afirmava que nas condições propostas pela lei ou mesmo em outras, esta nunca seria aceita. A tutoria estatal tratava os trabalhadores como órfãos, “Porém, como nós trabalhadores não somos órfãos e já chegamos a maioria, declaramos que não precisamos de tutores, nem protetores”. Criticava os impedimentos estipulados pela lei que impediam uma imanenência da classe operária: a manifestação de solidariedade.

Em relação aos chamados serviços públicos e às restrições impostas aos trabalhadores dessas atividades, o Conselho Federal se burlava do fato de quase todas as atividades industriais e comerciais se encontrarem sob esta categoria. “Os únicos que não parecem estar compreendidos na categoria de serviços públicos”, prossegue o informe, “são os cafetões, os ladrões e os parasitas; ao menos, não há menção a estes”. Sobre as responsabilidades, denunciavam “a vara distinta para medir os mesmos delitos”: enquanto capitalistas seriam punidos com multas, aos trabalhadores que infringissem a lei restaria a cadeia e a deportação. Ressaltava ainda que o informe não pretendia discutir o projeto de lei, apenas apontar seu caráter reacionário. Por fim, apontava o absurdo no que se refere ao estabelecimento da jornada de trabalho de 48 horas semanais, já que, pela própria ação sindical, esta estava se reduzindo de maneira generalizada para 44 horas, pelo menos na Capital Federal³⁶⁶.

³⁶⁵ As exceções apontadas pelo informe fazem referência às leis N°4661, de descanso dominical aprovada em agosto de 1905; a N° 5291, que regulamentava o trabalho de crianças e mulheres aprovada em setembro de 1907; a N° 9688, sobre acidentes de trabalho de outubro de 1915 e, por fim, a N° 10505, que regulamentava o trabalho a domicílio aprovada em setembro de 1918. Cf. PANETTIERI, José, *Las primeras leyes obreras*, Buenos Aires: CEAL, 1984.

³⁶⁶ “Consideraciones del C.F. sobre la ley reaccionaria”, *LOO*, 28/06/1919. A consideração sobre a jornada de trabalho do Conselho Federal da F.O.R.A. IX^a pode ser comprovada pelos dados fornecidos pelo D.N.T.: de

Na terceira seção do Congresso Extraordinário³⁶⁷, o delegado M.V. Besasso (*Federación Petrolífera de Zárate*) informou o plenário das discussões realizadas pela comissão formada na seção anterior com o intuito de formular sugestões de ações relativas ao comportamento que a classe operária organizada deveria tomar frente aos projetos de lei. A comissão, também formada por Bernardo Senra Pacheco (Conselho Federal), Agustin Muzío (curtidores), Pedro Alegría (FOM de Barranqueras), Marino (joalheiros), apresentou uma resolução aprovada pela maioria da comissão declarando que o projeto de lei, longe de se “constituir como uma garantia para a organização sindical dos trabalhadores (...)” é na verdade “um perigo à espreita que há de entorpecer os sindicatos gremiais, travando suas liberdades mais elementares e sua ação normal (...)”. A comissão ainda alertava que não se opunha diretamente a uma legislação sobre os sindicatos e que os deputados deveriam propor “uma lei que esteja em harmonia com o espírito predominante entre os trabalhadores da Europa, sintetizado na Conferência [*Sindical e Socialista de 1919*] de Berna”³⁶⁸.

Duas resoluções foram propostas. Primeiro, que a FORA IX^a deveria realizar uma campanha nacional pela aprovação do despacho da minoria da Comissão de Legislação Social – projeto do deputado Socialista Mario Bravo – e organizar um ato público de repúdio ao projeto da maioria. Em segundo lugar, que a Federação proclamaria uma greve geral de 48 horas caso o projeto da maioria, ou qualquer um que seguisse os mesmos princípios reacionários, fosse aprovado.

A minoria da comissão, representada por Senra Pacheco, informava sobre as dissidências ocorridas nos debates e expunha as divergências entre Socialistas e Sindicalistas Revolucionários no seio da FORA IX^a. O membro do Conselho Federal da FORA IX^a afirmou que o Congresso Extraordinário havia sido convocado somente para que se organizasse o movimento contrário ao despacho da maioria da Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados e que não deveriam tomar-se outras atitudes, pois assim a comissão

1915 a 1919, a jornada média diária de trabalho nas fábricas e casas comerciais de Buenos Aires reduziu-se de oito horas e cinquenta e oito minutos para oito horas e doze minutos. Ver CMDNT, N° 127, Vol. XI, Setembro de 1928.

³⁶⁷ Para a crônica do Congresso Extraordinário, ver “El Congreso Extraordinario de la F.O.R.A.”, *LOO*, 05/07/1919 e “El Congreso Gremial: Cronica de la cuarta y quinta sesiones”, *La Vanguardia*, 01/07/1919.

³⁶⁸ A “Conferência Internacional Socialista e do Trabalho de Berna”, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 1919, foi a primeira reunião depois da guerra com o intuito de reorganizar a Segunda Internacional. Entre as resoluções retiradas deste encontro, o capítulo intitulado “A Carta do Trabalho” exigia da Liga das Nações a adoção de uma “Carta Internacional do Trabalho” com quinze pontos, dentre os quais pedia-se a regulamentação do trabalho de crianças e mulheres, garantia de educação básica, limitação da jornada de trabalho em 8 horas e leis relativas aos acidentes de trabalho. Estiveram presentes neste encontro delegados de partidos socialistas e trabalhistas da Alemanha, França, Itália, Áustria, Hungria, EUA e outros. O P.S. argentino esteve representado pelo deputado Antonio de Tomaso e por Juan B. Justo, o último nomeado com presidente da Conferência. Cf. *International Socialism and World Peace: resolutions of the Berne Conference, February, 1919*, The Independent Labour Party, I.L.P. Pamphlets, New Series N° 1, 1919.

“excederia o mandato que o Congresso havia lhe conferido na noite anterior”. E mais: encampar o projeto da minoria seria um atentado à autonomia em relação aos partidos políticos, mesmo que a autonomia não significasse um impedimento para apoiar leis que reconhecessem e legalizassem direitos já adquiridos.

Senra Pacheco propôs outra resolução, com uma ênfase maior no rechaço ao projeto de lei. Para tanto, propunha a organização de uma campanha nacional para o esclarecimento dos trabalhadores sobre a oposição da central ao projeto e, em segundo lugar, que se utilizassem todos os meios existentes para que o ponto de vista da FORA IX^a chegasse aos ouvidos da presidência da Câmara de Deputados e de todos os poderes constituídos da Nação. Sobre a possível greve geral caso a legislação fosse aprovada, Senra Pacheco afirmava ser a ideia “platônica” e que alguma atitude mais concreta deveria sair daquela reunião.

O debate foi aberto e durou até a quinta sessão. São pronunciados pelos delegados basicamente três pontos de vista: o primeiro, que afirmava não ser totalmente contra uma legislação do trabalho, mas que rechaçava tanto o projeto da maioria da Comissão de Legislação Social como o da minoria, tendo em vista que deveria manter-se a independência política da Federação. Ou seja, consideravam que pronunciar-se a favor do projeto do deputado Mario Bravo configurar-se-ia na adesão da Federação ao Partido Socialista. O segundo ponto de vista sustentava que a FORA IX^a deveria defender o projeto da minoria na Câmara de Deputados. Por fim, o terceiro ponto de vista, defendido por alguns poucos delegados, rechaçava veementemente qualquer forma de legislação sobre as organizações operárias.

A quinta sessão do Congresso Extraordinário foi aberta com a apresentação de uma resolução elaborada novamente pela comissão designada no primeiro dia, em uma tentativa de deliberar uma posição unificada. Tal resolução se assemelhava muito à proposta pela maioria no início do Congresso, a não ser pela substituição do apoio à legislação inspirada no Congresso de Berna por uma declaração mais genérica de que “somente [se] aceitaria uma legislação que estivesse em harmonia com os móveis e meios de luta que até agora orientaram a ação gremial dos trabalhadores (...)”.

Apesar da manobra de convergência entre a maioria e a minoria da comissão, quando foi aberta a votação, a nova resolução acordada pela comissão foi contraposta com a formulada pelo sindicato de marceneiros e apresentada durante a quarta seção. Por 84 votos contra 37 (mais dez abstenções, 18 ausências e dois votos anulados), é aprovada a resolução dos marceneiros que estabelecia: primeiro, a realização de uma demonstração pública por todo o país que expressasse o rechaço da classe operária ao projeto; segundo, que caso fosse

aprovada a legislação, a FORA IX^a deveria convocar um novo Congresso Extraordinário; terceiro, se caso não houvesse tempo hábil para a convocação de dito Congresso, o Conselho Federal deveria declarar a greve geral por todo o território nacional; e por fim, recomendava o Conselho Federal que se esforçasse prioritariamente para o melhor encaminhamento das anteriores resoluções.

Apesar das polêmicas dentro da FORA IX^a entre os Sindicalistas Revolucionários e Socialistas, cujo principal ponto de desentendimento era o posicionamento da central em relação ao Congresso de Berna e ao projeto do deputado Mario Bravo, tanto a federação quanto o PS terminaram convergindo esforços pela campanha contrária à aprovação do projeto.

O PS já estava empenhado em uma outra campanha contra as chamadas “*leyes anti-sociales*” devido à aplicação da “Lei de Residência” e da “Lei de Defesa Social”, resultado do édito policial proclamado pelo Poder Executivo no dia 5 de maio em decorrência dos boatos sobre uma nova greve geral. Sua proclamação levou a uma onda de prisões e deportações que no dia 29 de maio já havia encarcerado mais de 170 trabalhadores, um grande número destes de mulheres³⁶⁹. O partido recebeu entusiasmado o resultado do Congresso Extraordinário da FORA IX^a, apesar das polêmicas em torno do projeto do deputado Mario Bravo e da recusa em citar as resoluções do Congresso de Berna.

Em editorial intitulado “*En legitima defensa*”, publicado no dia primeiro de julho, os editores do *La Vanguardia* afirmavam que a decisão de rechaçar completamente o projeto de lei acusava “um progresso no estado de espírito do proletariado que devemos felicitar”. Para o PS era de se apreciar que “a sensatez vai abrindo caminho na organização gremial operária: e isto promete que cada dia ela há de ser mais capaz de aproveitar sua própria experiência e a do movimento proletário universal”. Por fim, alertava que o conceito de autonomia dos sindicatos frente às outras entidades sociais não deveria ser mal compreendido e que o combate contra o projeto de lei deveria ser contra os partidos que o assinaram – conservadores e Radicais – e não contra todas as representações políticas, caso contrário poder-se-ia “temer que a aprovação de outro projeto – aceitável, bom -, assinados por deputados socialistas” fosse entendida como uma perda de autonomia do movimento operário. Autonomia esta que

³⁶⁹ Sobre o édito, ver GODIO, Julio, *El movimiento obrero argentino (1910-1930): Socialismo, sindicalismo y comunismo*, Buenos Aires: Editorial Omnibus, 1988, pg. 100. Para o número e o nome dos presos, “Presos por la ley social – Gestiones del C.F. para obtner su libertad”, *LOO*, 31/05/1919.

“nós [PS] somos os primeiros em respeitar e que constitui sem dúvida a força do movimento operário”³⁷⁰.

Por outro lado, em diversos atos realizados na capital durante a campanha contra as “*leyes anti-sociales*”, as críticas à FORA IX^a prosseguiram. Para os Socialistas, o projeto apresentado pela Comissão da Câmara de Deputados e defendido por deputados conservadores e Radicais era só mais um indício do caráter de classe do governo Radical. Ainda, reclamava-se da passividade com que a classe operária aceitava a aplicação das “*leyes anti-sociales*”. Segundo o deputado Nicolás Reppeto, em conferência realizada no dia 4 de julho no Salão da *Società Unione Operai Italiani*,

“Não interessa (...) averiguar a que causas obedecem esta mudança radical do governo em matéria de política operária [*da atenção paternalista à brutal repressão*]. O que interessa colocar manifesto, para chamar a atenção dos interessados, é a indiferença, a tolerância, a conformidade de muito trabalhadores frente a nova política”.

Para Repetto, o governo não havia cessado seu impulso repressor e soava como piada afirmar que alguma espécie de trégua havia sido estabelecida entre os trabalhadores e o governo após a Semana Trágica. Havia ocorrido, sim, uma demora na reação unificada da classe trabalhadora contra Yrigoyen. “Trégua com quem? Com os da Liga Patriótica; com os que ressuscitaram as leis de exceção operária? Com a Associação Nacional do Trabalho?” afirmava o médico e deputado, concluindo que isto só seria possível caso a “hábil simulação de nosso governo fregoliano nos conduzirá a esta situação verdadeiramente paradoxal: enquanto nos aperta a cravelha com uma brutalidade exemplar, nós sorrimos para ele pela suavidade de seus procedimentos”³⁷¹.

Mesmo com estas críticas subjazendo em diversas manifestações do PS, uma reunião realizada no dia 13 de julho pelo Comitê Executivo do partido acatou a sugestão do deputado Antonio de Tomaso de se somar às campanhas contra a “Lei de Residência” e “Lei de Defesa Social” as agitações que demonstrassem o repúdio ao projeto de lei da Comissão da Legislação Social em trâmite na Câmara de Deputados. Para tanto, deliberou-se convidar a FORA IX^a e os sindicatos autônomos a se incorporarem na campanha. Os vereadores Antonio Zaccagnini e Alfredo Luis Spinetto foram encarregados de se entrevistar com o Conselho Federal da central³⁷².

³⁷⁰ “*En legitima defensa*”, *La Vanguardia*, 01/07/1919.

³⁷¹ *La Vanguardia*, 05/07/1919.

³⁷² “*Contra el proyecto tendente a combatir las sociedades gremiales, y contra las leyes social y de residencia*”, *La Vanguardia*, 18/07/1919.

Na noite de 16 de julho, reunidos em plenária especialmente para considerar a proposição do Comitê Executivo do PS, o Conselho Federal da FORA IX^a decidiu por estabelecer “um acordo circunstancial para a organização e desenvolvimento das agitações contra as leis reacionárias”. Recordava as decisões tomadas pelo Congresso Extraordinário e ainda reafirmava a precedência da organização frente às tendências ideológicas e aos partidos políticos, porém ressaltava:

“Que vê com simpatia [*o Conselho Federal*] que todos os partidos políticos ou grupos ideológicos cooperem com a agitação já iniciada, aceitando a troca de oradores com o Partido Socialista para os atos que se organizam e ulteriormente para realização do *meeting* em todo país, se organizará uma inteligência com este partido”³⁷³

Em uma reunião realizada no dia 23 de julho na sede da FORA IX^a com a presença de 55 sindicatos autônomos, foi formado um comitê para preparar a campanha contra a chamada “lei mordaza”, assim como do ato de rua marcado para 10 de agosto, além de serem lidas várias declarações de adesão ao movimento tanto individuais como de sindicatos. Entre estas declarações, destacava-se a do Comitê Executivo do PSI que em nota de 22 de julho afirmava que “se solidariza em absoluto com os propósitos de combater com toda a firmeza a legislação reacionária que, em salvaguarda dos privilégios do capitalismo (...)” projetava a Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados³⁷⁴.

Além da clara reação às pretensões repressivas da lei contra a classe trabalhadora – que em outras oportunidades também foram responsáveis pela unificação da ação da classe operária argentina –, outros fatores ajudaram na conversão de interesses entre as duas principais agrupações da esquerda do país. *Para o PS, como já foi dito, a situação apresentava explicitamente a luta política parlamentar como uma necessidade para garantir a existência das entidades de classe. Para a FORA IX^a, estremecida com as manifestações de insatisfação de vários sindicatos em relação a sua atuação durante a greve de janeiro, era a oportunidade de reforçar seu papel como principal organização operária do país e de reafirmar sua independência em relação ao governo e ao Estado argentino.*

Se dentro da FORA IX^a era consensual a necessidade de combater a legislação, é certo que o enquadramento jurídico do sindicalismo e a promulgação de leis que regulassem os conflitos entre o capital e o trabalho não o era. A contradição entre o tradicional antiestatismo do movimento operário argentino e a mudança nas táticas e estratégias de mobilização que não levassem mais ao confronto aberto com as forças repressivas operada pelos Sindicalistas

³⁷³ “Agitación en contra la ley mordaza – Un acuerdo del consejo federal”, *LOO*, 19/07/1919.

³⁷⁴ “Agitación en contra la ley anti-obrera –Acuerdo de la reunión de los delegados sindicales”, *LOO*, 26/07/1919.

Revolucionários, mesmo que marginalizada pelo consenso contrário as propostas em trâmite na Câmara de Deputados, emergiu aqui e acolá no período.

Durante o Congresso Extraordinário do fim de junho esta contradição já havia aparecido timidamente, porém havia sido relegada em detrimento da polêmica com os Socialistas. Com a aprovação da Frente Única³⁷⁵ e o início da campanha contra o projeto de lei, ela voltou. A total negação de qualquer ingerência do Estado nos conflitos entre trabalhadores e patrões apareceu claramente em um artigo de Antonio Marinelli intitulado “*La neutralidade del Estado*”³⁷⁶. Nele, o autor afirmava que a única função do Estado era a manutenção dos privilégios burgueses. Assim, os trabalhadores que acreditavam que o Estado, ao se imiscuir nas contendas econômicas aumentava as probabilidades de vitória do proletariado, estavam enganados. Segundo Marinelli:

“O equívoco é enorme e encerra um engano, porque uma medida dessa natureza produz – e esse é seu único objeto – a confusão no espírito ingênuo das massas operárias, criando a superstição perniciosa de que o estado pode ser imparcial e tutelar, em consequência, com o mesmo zelo, os interesses das duas classes em luta quando na realidade nem o estado pode olhar impassível o choque dessas duas forças econômicas em virtude de ser uma instituição inseparável do sistema e porque sua própria existência está em jogo, nem o triunfo dos trabalhadores pode depender da adoção dessa medida falsa, senão de sua própria capacidade combativa”.

O outro ponto de vista, sugerindo um aceno a possíveis concessões, aparece publicado como editorial da edição de dois de agosto de 1919 intitulado “Frente ao projeto de legislação reacionária”. O editorial apontava uma série de problemas relativos à constituição argentina, obra de uma “incipiente burguesia” que neste documento negava a existência das classes sociais. Afirmava ainda que justamente pelo fato da Carta Magna argentina reconhecer “a todos os indivíduos o direito de fazer tudo o que ela taxativamente não proíbe, podia desenvolver-se com relativa liberdade a organização operária”. Apesar de todas essas colocações, o editorial concluía que “se há que ditar-se uma lei que nos compreenda, somente vamos aceitá-la se ela reconhece e sanciona legalmente a situação que por nosso próprio esforço criamos”³⁷⁷.

Porém, outra vez, essas tensões foram colocadas em segundo plano em função da organização do ato de rua marcado para o dia 10 de agosto de 1919. De 29 de julho até o dia 9 de agosto, são realizados cerca de dezoito atos preliminares à principal manifestação com a intenção de divulgar o caráter reacionário e convocar os trabalhadores para a mobilização.

³⁷⁵ O Conselho Federal da F.O.R.A. IXª assim designa a aliança com o P.S. no período, ver “Circular general de numero 43 de 10 de Julio de 1919”, *LOO*, 19/07/1919.

³⁷⁶ “La neutralidad del Estado”, *LOO*, 12/07/1919.

³⁷⁷ “Frente al proyecto de legislación reaccionaria”, *LOO*, 02/08/1919.

Cinemas, esquinas de ruas, sedes de sindicatos, centros socialistas, salões das comunidades de imigrantes foram o palco destes atos conduzidos por oradores da FORA XIª, PS, PSI. Além da capital, são organizados atos também em Avellaneda, La Plata, Córdoba, Mendoza, Tucuman, General Lavalle, Armstrong, Juarez Balcarce, Santa Teresa e Concepción de Uruguay³⁷⁸.

Na edição do semanário da FORA IXª do dia anterior ao grande ato, em editorial intitulado “*El gran mitin obrero de domingo*”, ressaltava-se a importância do ato, pois este extrapolava a ação ordinária dos sindicatos de apenas buscar melhorias imediatas. “À onda reacionária que desencadeia o capitalismo”, diz o editorial, “a classe operária saberá opor sua unidade de ação e sentimento”. Evocando a unidade operária por cima das diferenças doutrinárias e ideológicas e saudando formação da frente única operária, o editorial terminava convocando todos os trabalhadores a comparecer para que o ato implicasse na “solene resposta dos trabalhadores organizados sindicalmente às insensatas e suicidas provocações do capitalismo confabulado”³⁷⁹.

O ato³⁸⁰ iniciou-se naquela fria manhã de domingo nos bairros operários e em pontos estratégicos da cidade. As concentrações foram acompanhadas da fala de oradores do PS (16), da FORA IXª (13) e do PSI (3)³⁸¹ e depois se deslocaram em seis colunas até a Praça do Congresso.

A primeira coluna partiu de dois pontos do bairro da Boca na zona sul da cidade e reuniu os *Sindicatos de Obreros de la Isla Maciel, Docksud e Boca, FOM, Sindicatos Obreros de Avellaneda, Obreros e Empleados de Hospitales e Asilos Nacionales, Obreros de la Industria Textile* e de *Lavaderos*. Na esquina das ruas Estados Unidos e Bernardo de Irygoyen se juntaram aos operários gráficos, telefonistas, licoreiros e cervejeiros, cortadores de confecções, empregados do comércio e dos bancos e dali marcharam até a rua Moreno, onde dobraram à esquerda e a percorreram até chegar à rua Rincon. Nessa rua, a coluna dobrou à direita e se deteve na esquina desta com a Avenida Rivadavia a três quadras da Plaza del Congreso.

³⁷⁸ LOO, 02 e 09/08/1919.

³⁷⁹ “*El gran mitin obrero de domingo*”, LOO, 09/08/1919.

³⁸⁰ Para a reconstituição do ato, ver LOO, 09/08/1919 e 16/08/1919; *La Vanguardia*, 10 a 12/08/1919, *La Nación*, 11/08/1919; *La Epoca*, 11/08/1919; *La Prensa*, 11/08/1919;

³⁸¹ Em nome do P.S. falaram: Juan Etchegaray, Augusto Bunge, Jacinto Doix, Angel M. Jimenez, H. González Iramain, A. de la Mota, Juana M. Begino, A. Vera, Antonio Zacagnini, Augustin S. Muzio, Enrique Villareal, R. Saénz Hayes, Gregório M. Bechinky, C. Albani, Adolfo Dickman e Francisco Cuneo. Pela F.O.R.A. IXª: Juan Larrandaburo, M. J. Manresa, José Maqueira, Giordano Bruno Tasca, Francisco Bandera, José F. Penelón, Pedro Donamaría, Eduardo Pereira, Jacobo Rodriguez, Augusto Pellegrini, Enrique L. Vilacampa, José Estévez e Cayetano Oriolo. Pelo P.S.I.-P.C.A. falaram: J.F. Grosso, Rodolfo Ghioldi e González Mellén. Ver LOO, 09/08/1919.

A segunda coluna iniciou sua marcha com os trabalhadores dos matadouros concentrados na Plaza Flores na zona oeste de Buenos Aires, seguiu pela Avenida Rivadavia até sua esquina com a rua Ecuador. Ali, se juntaram aos trabalhadores químicos e aos carregadores do Mercado Central e seguiram pela Avenida Rivadavia até a rua Azcuénaga.

A terceira coluna, cuja concentração ocorreu na Plaza Italia, percorreu a Avenida Santa Fé, Avenida Puyerridon, dobrando à esquerda na Avenida Córdoba e percorreu esta até a rua Ombú (atual Pasco), seguindo por ela até sua esquina com a Avenida Rivadavia. Já a quarta coluna partiu da esquina da Avenida Saenz com a rua Esquiú no bairro de Nueva Pompeya e seguiu pela mesma avenida; dobrou à direita na Avenida Caseros e seguiu nesta até a rua Monteagudos, onde se incorporaram à coluna os curtidores, trabalhadores de matadouros de porcos e os empregados do município. De lá, a coluna seguiu pela rua La Rioja até a Avenida San Juan, onde se incorporaram os trabalhadores da indústria do tabaco e cartonadores, e continuou sua marcha pela Avenida Independencia e rua Pichincha até sua esquina com a Avenida Rivadavia.

A quinta coluna se concentrou na esquina da Avenida Canning (atual Scalabrini Ortiz) com Rivera (hoje Honduras), seguiu por esta última até a rua Gascón e nesta alcançou a Avenida Corrientes. Na avenida, prosseguiu até sua intersecção com a rua Andes (atual Pasco) e se deteve na esquina desta última com a Avenida Rivadavia.

A última coluna partiu de dois pontos. Da esquina das Avenidas Las Heras e Puyerridon saíram os trabalhadores de obras sanitárias pela primeira, dobraram à direita na Avenida Callao e nesta seguiram até a rua Charcas (hoje em dia, ao leste da Avenida Puyerridon, se chama Marcelo T. Alvear). Lá encontraram-se com ferroviários da estrada de ferro do *Pacífico* e da *Central Argentino*, a *Liga Internacional de Domesticos*, confeiteiros, *Sindicato Federativo Gastronomico* que haviam partido da esquina das ruas Charcas e Cerrito e avançado pela primeira até a Avenida Callao. Formada a coluna, seguiram pelas avenidas Callao e Corrientes e dobraram à esquerda na rua Junin até a Avenida Rivadavia.

A concentração nas imediações da Plaza del Congreso foi concluída perto das 15h30 da tarde, formando uma coluna geral que a partir dali seguiu pela Avenida Rivadavia, Avenida de Mayo, dobrou a esquerda na rua Carlos Pellegrini até a Avenida Santa Fé e concluiu seu trajeto na Plaza San Martin. À frente da coluna geral marcharam os membros do Conselho Federal da FORA IX^a, do Comitê Executivo do PS e alguns membros do PSI. Os sindicatos marchavam conforme a ordem estabelecida, portando uma série de cartazes e faixas com mensagens contrárias as leis de “Residência” e de “Defesa Social” e com inscrições reclamando a liberdade de realizar greves. Representados na coluna geral estavam os

seguintes sindicatos: *Federación Obrera Marítima, Unión General de Obreros en Calzado, Sociedad de Obreros Ebanistas, Similares y Anexos, Sociedad General de Obreros en Tabaco, Federación Obrera Molinera, Federación de Obreros en Construcción Navales, Federación Gráfica Bonaerense, Federación de Telefonistas, Sindicato de Obreros y Obreras en Productos Químicos y Farmacéuticos, Federación de Obreros Metalúrgicos, Dependientes de Farmacia, Mozos y Cocineros de bordo, Sindicato de la Industria Lechera, Galponistas y Escaleristas, Obreros Toneleros, Dependientes de Almacén, Sindicato Federativo Gastronómico, Empleados de Comercio, Unión Obreros Municipales e La Fraternal.*

A coluna geral chegou à Plaza San Martin sem registrar nenhum distúrbio ou conflito. Na praça estavam armadas quatro tribunas: na primeira, falariam Senra Pacheco pela FORA IX^a, o deputado Antonio de Tomaso pelo PS e, curiosamente, o deputado José P. Tamborini pela UCR (este, ao fim, não compareceu ao ato); na segunda, o deputado Mario Bravo pelo PS, Francisco J. Garcia, secretário geral da FOM, e o vereador Juan Ferlini pelo PSI; na terceira tribuna Adan Ibañez pela FORA IX^a, o deputado Nicolas Repetto, pelo PS e Candido Toranzo representando os sindicatos autônomos aderidos ao ato; por fim, na quarta tribuna, o senador Henrique del Valle Iberlucea pelo PS, Alberto Palcos pelo PSI e Esteban de Semeria pela FORA IX^a.

Em seu discurso, Antonio de Tomaso (PS), em primeiro lugar, justificou sua ausência do país nos últimos meses devido a sua presença na Conferência de Berna. Atacou a ANT e a LPA, associando-as ao governo. Lembrou que os projetos enviados pelo Poder Executivo eram tão nulos quanto o da Comissão da Câmara de Deputados, concluindo que “A reação contra o movimento gremial está, pois, em todas as esferas do poder público”. A atitude do governo, segundo o deputado, era mais chocante ainda caso fosse colocado em tela o

“momento internacional que se produz. Quando os governos que se reuniram em Paris para ajustar a paz se viram obrigados a reconhecer internacionalmente os direitos do trabalho organizado, quando os sindicatos operários conquistam o direito de estar representados nas conferências internacionais do trabalho, como expoentes das grandes forças coletivas de cada país, à classe governante argentina lhe ocorre uma legislação sindical que está contra a corrente histórica contemporânea, sob a incitação ou pressão, em grande medida, do capitalismo estrangeiro que opera aqui como em um país conquistado e não tem nenhuma solidariedade social com a República”³⁸².

Nicolas Repetto (PS) fez um apanhado sobre as principais mobilizações e greves que ocorriam no momento nos EUA, Inglaterra, França e Itália, além de mencionar “os esforços

³⁸² *La Vanguardia*, 11/08/1919. O relato da fala do deputado reproduzido na edição de 16/08/1919 do *La Organización Obrera* omite os ataques realizados contra o governo. As falas citadas, assim como a ordem do dia aprovada ao fim do ato, foram retiradas das duas edições acima citadas destes jornais.

admiráveis que realizam os trabalhadores de Rússia e Alemanha para consolidar e aperfeiçoar a nova ordem de coisas que acabam de estabelecer”. Ao fim de sua fala, citou um trecho de Górkí:

“Homem! Caminha! Tu és a inesgotável força que tudo cria, a fonte inexaurível da criação. Tu fazes nascer os deuses e os heróis, e se os parasitas tentam descaradamente roer-lhe os membros, tire-os a tempo de seu corpo afim de que não cheguem astutos e ávidos até seu peito”.

Senra Pacheco começou sua fala recordando do caráter nacional do ato³⁸³ e acusando a ANT de estar por detrás do projeto, já que esta não conseguia vencer os trabalhadores organizados pela luta aberta e franca. O projeto, segundo o operário gráfico e membro do Conselho Federal, perseguia três “lamentáveis utopias”: a supressão do direito a greve, desautorização da prática do boicote e a anulação da solidariedade da classe operária plasmada na FORA IX^a. Terminou sua fala ameaçando a declaração da greve geral, caso o projeto fosse aprovado.

As outras falas obedeceram ao mesmo roteiro: enquanto os representantes da FORA IX^a procuravam acusar a LPA e a ANT de promoverem as ações repressivas contra o movimento operário e de serem as promotoras do projeto de lei, é certo que falaram muito pouco sobre a situação internacional e muito menos fizeram qualquer colocação que os indispussem diretamente com Yrigoyen. Já os socialistas – PS e PSI - voltavam suas cargas contra o governo e associações patronais, além de ostensivamente vincularem a situação Argentina com os eventos europeus. Para além disso, é digno de nota a fala de Alberto Palcos, representante do PSI: se os membros do PS se referiam ao descompasso do governo Yrigoyen e dos capitalistas argentinos em relação aos seus pares na Europa que assinalavam com anuência em relação a uma série de demandas históricas do proletariado, Palcos alertava que, de qualquer maneira “A onda reacionária [*mundial*] teria que invadir e infestar nosso país”³⁸⁴.

Cinco pontos contrários ao projeto de lei compuseram a ordem do dia aclamada ao fim das falas. Em primeiro lugar, a aprovação do projeto violaria os direitos e conquistas dos trabalhadores atingidos mediante suas lutas contra os capitalistas. Em segundo lugar, impunha entraves inadmissíveis ao regulamentar o funcionamento dos “organismos específicos de conquista e comum defesa do proletariado organizado sindicalmente como classe produtora”. E isto implicaria, em terceiro lugar, “em um grave atentado à inalterável e universalmente reconhecida liberdade de associação dos trabalhadores”. Em quarto lugar, o projeto de lei

³⁸³ A edição de 11/08/1919 do *La Vanguardia* registra atos em Bahía Blanca, Balcarce e La Plata na Província de Buenos Aires; Santa Fé, Ceres e Rosário na Província de Santa Fé; Paraná e Concórdia na Província de Entre Ríos e nas capitais de San Juan, Santiago del Estero e Catamarca nas províncias de mesmo nome.

³⁸⁴ A edição de 11/08/1919 do *La Vanguardia* não destaca a fala dos membros do P.S.I.

diferenciava a classe trabalhadora do país em estrangeiros e argentinos. Por fim, em quinto lugar, o projeto pretendia proibir a solidariedade operária, aniquilando a FORA IX^a, sua principal expressão. Em consequência,

“a F.O.R.A., fazendo-se interprete da vontade unânime do proletariado da República, declara. Que não aceitará a lei mordaza em projeto, e o CF poderá recorrer (conforme o mandato que lhe foi conferido pelo Primeiro Congresso Extraordinário) a declaração de greve geral no mesmo momento que seja posta em vigor, se o poder executivo não a veta oportunamente”.

Na imprensa comercial, o ato foi percebido de distintas maneiras. O *La Nación* de 11 de agosto limitou-se a ressaltar a ordem com que o ato havia sido realizado, além de destacar que 43 brigadas da *Liga Patriótica Argentina* foram colocadas de prontidão nas delegacias de polícia para auxiliar a repressão em caso de distúrbios. Já o diário *La Prensa* reclamava veementemente pelo fato do chefe de polícia Elipidio Gonzales ter desobedecido a resolução do Poder Executivo de 19 de outubro de 1910 que submetia a aprovação prévia pelo mesmo de toda manifestação de rua ao autorizar a manifestação sem observar os prazos estabelecidos pelo decreto. O diário ainda destacava o forte aparato policial colocado na rua, além do fato dos manifestantes portarem cartazes “com alusões contrárias às diversas instituições argentinas (...)” e de proferirem “gritos hostis contra as mesmas e contra alguns jornais dessa capital”³⁸⁵.

Já para o jornal *yrigoyenista*, o *La Epoca*, o ato teve um maior destaque. Em editorial intitulado “*El mitin de ayer*”, o jornal apresentava a cifra de manifestantes calculada pela polícia – 6.500 pessoas – como um indício do “estado de ânimo dos trabalhadores do país (...)”. Para o jornal, o reduzido número de manifestantes

“revela[va] que o operário se sente garantido na época atual pela ação tutelar dos poderes públicos. Que tem a consciência de que existe um governo que, animado de um alto espírito de justiça, se preocupa de dar satisfação às mais legítimas reivindicações e que não necessita lançar-se à rua de forma airada para sustentá-las, nem que estamos naqueles tempos que detrás dessas reivindicações ficava um rastro de sangue, como resultado da repressão brutal que se exercia para afogar os legítimos desejos dos trabalhadores”³⁸⁶.

Tanto para a FORA IX^a quanto para o PS, as jornadas de 10 de agosto de 1919 foram consideradas como históricas. No *La Organización Obrera* do dia 16, em uma matéria sobre o ato, afirmava-se que a manifestação deveria ocupar um lugar destacado nos “anais da acidentada e fecunda história de nosso movimento operário”. A manifestação teria sido uma

³⁸⁵ “El mitin de ayer”, *La Prensa*, 11 de agosto de 1919.

³⁸⁶ “El mitin de Ayer”, *La Epoca*, 11/08/1919.

“enérgica resposta” que os trabalhadores deram aos seus inimigos – capitalistas e governantes.

Diz ainda:

“Nosso capitalismo é tipicamente reacionário, assim com em grande parte estrangeiro. Os usurários do esforço criador dos trabalhadores- nativos ou estrangeiros – consomem os fabulosos lucros que extraem em seus países de origem: Londres, Paris, Nova York, Berlin, etc. E desde estes centros financeiros manuseiam seus representantes e os incitam a conter o inconcebível avanço da onda revolucionária transformadora, que levanta o proletariado com sua ação de classe (...) E estes mesmos servidores do capitalismo estrangeiro inspiraram, seguramente, a legislação reacionária despachada pela comissão especial do parlamento”³⁸⁷.

O *La Vanguardia* de 12 de agosto estampava em sua primeira página um editorial intitulado “*Lección de Cosas*”. O diário socialista repercutiu as matérias publicadas nos “jornais ricos” e na imprensa “oficial” que, ao diminuírem a importância do ato, tentavam dissimular o caráter nacional e unitário da manifestação. Sobre a reação do governo, identificado com o *La Epoca*, se indagavam os socialistas: “Como ver com bons olhos que em um momento dado trabalhem de comum acordo? Isto demonstraria que os trabalhadores não acreditam que seus interesses estejam bem defendidos com o apoio verbal que lhes brinda um governo dócil as sugestões da reação capitalista”. Aos autores do projeto de lei, assim como para o governo, a “ação conjunta da organização gremial e da organização política operárias (...)” deveria servir como um alerta, pois “esta será tão mais estreita quanto mais eminente pareça o perigo que hoje paira sobre a classe operária”. O editorial se encerra sentenciando que ainda “Podem ocorrer massacres como o de janeiro. Mas uma lei contra os trabalhadores, devemos considerar muito difícil, senão impossível”³⁸⁸.

4.4 O impacto da Frente Única Operária

Diversas questões ainda eram latentes para empresários, políticos e operários na Buenos Aires pós-“Semana Trágica”. Vimos como Yrigoyen perdeu a iniciativa em relação à resolução dos conflitos trabalhistas com a ação da Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional, assim como, mesmo após a brutal repressão desencadeada contra o movimento operário, não conseguiu se livrar da desconfiança que despertava nos setores conservadores e empresariais.

Por outro lado, se o massacre promovido em janeiro tinha como intuito desmobilizar a classe operária, também pudemos observar que isto não ocorreu e que, ao contrário, a agitação

³⁸⁷ “Una jornada promisor”, *LOO*, 16/08/1919.

³⁸⁸ “*Lección de cosas*”, *La Vanguardia*, 12/08/1919.

prosseguiu³⁸⁹ e com indícios de uma radicalização identificada na mudança de tom em relação à Revolução Russa e Alemã por parte das direções Socialistas e nos diversos questionamentos ao Conselho Federal da FORA IX^a levantados por seus sindicatos filiados.

Se na Capital Federal a contestação de alguns sindicatos afiliados a FORA IX^a era o reflexo de uma radicalização dos trabalhadores organizados, o crescimento da central no interior do país era a outra cara do maior engajamento político da classe operária no período. O *La Organización Obrera* de 20 de setembro de 1919 traz em sua capa uma relação dos sindicatos que se filiaram à FORA IX^a de junho a setembro daquele ano. Se na Capital Federal se filiaram à FORA IX^a apenas seis sindicatos, o restante dos quase 130 sindicatos que aderiram à central no período encontravam-se no interior do país.

A enorme adesão ou formação de sindicatos nas províncias no período que vai de meados de 1919 até 1920 era resultado direto das chamadas “*giras de propaganda*”, com o envio de delegados da FORA IX^a para as mais remotas localidades do país em missões que chegaram a durar dez meses³⁹⁰. Deve-se destacar o papel da FOM nesse processo - cujas redes de contatos dos trabalhadores se via facilitada pelo transporte de cereais pela bacia do Prata -, sendo o maior número de sindicatos aderidos, depois das seções várias (12), o de sindicatos de estivadores responsáveis pelo transporte da produção dos pampas(11). Em outro informe publicado em março do ano seguinte e que dava conta das filiações realizadas entre janeiro e março de 1920, dos 110 sindicatos nenhum era da Capital Federal. Aqui, como anteriormente, se destacavam estivadores (21) e seções várias (19), porém acompanhadas de um grande número de filiações de ferroviários (21)³⁹¹.

Sobre a relevância e a força dessas agremiações, devemos levantar dois pontos: se mesmo na Capital Federal, onde a presença dos sindicatos já era conhecida desde fins do século XIX, era notável a efemeridade dessas organizações - fosse em decorrência da repressão, disputas políticas internas ou aos altos e baixos da economia -, devemos imaginar o quão frágeis deveriam ser estas organizações interioranas, fato sugerido também pela proeminência da fundação de seções várias. Porém, por mais frágeis que pudessem ser estas organizações, ao que tudo indica, o surgimento destas foram concomitantes com a ascensão

³⁸⁹ Para o número de greves na Capital Federal de 1919 a 1921, ver capítulo II, item 5.

³⁹⁰ As ações das “*giras de propaganda*” eram noticiadas com grande destaque no *La Organización Obrera*. Um breve resumo pode ser lido em “Resumen de la Memoria y Balance del Consejo Federal al XI Congreso”, LOO, 18-25/12/1920.

³⁹¹ “Formación de frente único – Sindicatos obreros que se adherieron a la F.O.R.A. en las últimas ocho semanas”, LOO, 20/09/1919 e “El crecimiento de la F.O.R.A.: Las nuevas fuerzas sindicales que se han incorporado”, LOO, 23/03/1920.

dos conflitos trabalhistas no interior do país³⁹². Diversas greves parciais e gerais ocorreram no interior, principalmente depois da “Semana Trágica”. Devemos citar aqui as greves gerais de Comodoro Rivadavia (agosto e setembro de 1919), Mendoza (outubro de 1919) e Córdoba (novembro de 1919), além das greves na região do Chaco nas empresas Las Palmas e La Forestal (dezembro de 1919), grande parte com a intervenção – mas não apenas destas organizações - da FORA IX^a e da FOM. A onda de greves, até então localizada na Capital Federal, ganhava dimensões nacionais. Esboçava-se pela primeira vez uma articulação nacional do movimento operário argentino capitaneada pela FORA IX^a, mas principalmente por seu principal membro, a FOM.

Já os empresários e grandes proprietários empreenderam uma dupla movimentação. Por um lado, como vimos acima, os mais diversos setores empresariais se moveram no sentido de dirimir seus conflitos internos e conseguir unificar suas ações frente ao governo e ao movimento operário. Por outro lado, a “Semana Trágica” impulsionou a ação da AT e pariu a *Liga Patriótica Argentina*. Fruto da reação de setores da elite portenha às mobilizações de janeiro, o principal núcleo da LPA foi o *Comité de la Juventud*, braço jovem do *Comité Pro-aliados* e que reuniu durante a guerra mundial diversos setores da sociedade argentina que se enfrentavam com Yrigoyen e sua política de neutralidade durante o conflito. Assim como em 1910, essas patotas civis foram às ruas em janeiro de 1919 e deram vazão ao seu antiesquerdismo e antisemitismo, promovendo ataques aos bairros operários e judeus da Capital Federal. Reunidos, treinados, armados e capitaneados pelo contra-almirante Manuel Domecq Garcia – com a anuência de Yrigoyen e do General Dellepiane – no *Centro Naval* (clubes dos oficiais da Marinha argentina), essas milícias atuaram ao lado das forças repressivas oficiais, principalmente depois do dia nove de janeiro. Conformados depois no *Comité Pro-Defensa del Orden*, a mais importantes das organizações que, após o fim da mobilizações se dedicaram a arrecadar fundos para as famílias e realizar homenagens aos agentes de segurança caídos durante o conflito, em 15 de janeiro esse mesmo grupo convocou por meio de uma circular uma reunião realizada no dia 20 de janeiro quando fundou-se a *Liga Patriótica Argentina*³⁹³.

³⁹² Sobre a sindicalização dos trabalhadores rurais no período, ver SARTELLI, Eduardo: *Sindicatos rurales en la Región Pampeana (1900 – 1922)* ", en: Arrecife, nº 2, agosto de 1989, versão eletrônica <http://www.ultimorecurso.org.ar/drupal/files/Sindicatosregionpampeana.pdf>

³⁹³ DEUTSCH, Sandra McGee, *Contrarevolución en Argentina, 1900-1932: La Liga Patriótica Argentina*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, pp. 83-87.

Do momento de sua fundação até o fim de 1919, as demonstrações das agrupações paramilitares da LPA pareciam de uma eficácia duvidosa, quando não cômicas³⁹⁴. Mesmo a AT, fundada em 1918, também não incrementou sua participação pública até 1919. As duas organizações, no que diz respeito à ofensiva contra o movimento operário, passaram a centralizar e compartilhar suas ações – compartilhamento de ações análoga ao compartilhamento de membros diretivos em uma e outra organização -, principalmente a partir de maio de 1919, quando ambas organizações transferem suas sedes para rua Florida 524³⁹⁵.

Dentro deste contexto, qual haveria sido o impacto do ato realizado pela Frente Única? Pelas fontes consultadas, é difícil mensurar a dimensão em termos absolutos da mobilização operária do dia 10 de agosto de 1919. Em sua edição do dia 16 daquele mês, o semanário da FORA IX^a estampou em letras garrafais: “Na capital, precedidos da bandeira da FORA, desfilaram ao redor de 140.000 trabalhadores”. O número de manifestantes, segundo o jornal, foi estimado pela quantidade de quadras ocupadas por cada coluna, sendo que a cada quadra ocupada foi atribuído o número de 3.100 pessoas. As colunas totalizaram 93.000 pessoas que se somaram aos manifestantes que já se encontravam na Plaza del Congreso e terminaram por cobrir inteiramente a Plaza San Martin. Para além das estimativas da FORA IX^a e do número de manifestantes fornecido pela polícia, nos restam dois registros fotográficos da passeata. Um destes foi publicado no dia 11 de agosto no *La Vanguardia* e nos mostra uma rua tomada de manifestantes com bandeiras e faixas. A legenda não especifica o local e apenas identifica se tratar da manifestação do dia anterior. O outro registro se encontra na edição do dia 16 de agosto da revista *Caras y Caretas*³⁹⁶ e nos mostra uma massa compacta de manifestantes na esquina da Avenida de Mayo com a rua Carlos Pellegrini. A objetiva aponta em direção à avenida, e é possível observar a formação de uma grande coluna de manifestantes, provavelmente composta por muito mais que 6.000 pessoas.

Se as cifras da FORA IX^a são exageradas, é certo também que o número de manifestantes fornecidos pela polícia parece longe do real. Os próprios diários comerciais, notórios anti-sindicalistas, não divulgaram os números oficiais, cabendo somente ao diário *yrigoyenista* sua publicação. A preocupação dos *yrigoyenistas* em deslegitimar o ato cumpria duas funções. Por um lado, a aliança entre a principal organização operária e o maior partido de esquerda do país naqueles tempos em que os capitalistas por todo o mundo pareciam

³⁹⁴ Ibidem, pg. 119.

³⁹⁵ RAPALO, María Ester, *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, pg. 87-88.

³⁹⁶ *Caras y Caretas*, 16/08/1919, N° 1.089, pg. 71.

perder o “mandato dos céus” de maneira nenhuma poderia ser bem vista. Por outro, pensando nos termos do *yrigoyenismo*, o presidente observava um dos seus aliados preferidos somar forças com o seu principal rival eleitoral na cidade. A mobilização pode ser considerada uma vitória do movimento operário argentino, já que a discussão sobre o projeto da Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional repentinamente desapareceu sem deixar rastros.

5. A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: Amsterdan, Buenos Aires, Moscou e Washington

Camaradas, assim como a terra, depois de um longo período de seca, clama por chuva, os trabalhadores do mundo clamam pelo fim desta maldita guerra, pela unificação. Este esforço dos trabalhadores pela unificação é o maior fato da história mundial.

Gregory Zinoviev

Crise econômica, agitação operária, uma maior intervenção do Estado nestes conflitos e a reformulação das estratégias empresariais para combater o movimento dos trabalhadores. As questões suscitadas pelo recrudescimento do conflito social na Argentina a partir de 1917, na verdade, tem correspondência – guardadas as proporções e especificidades nacionais – com as agitações sociais que explodiram em um sem número de países ao fim da Primeira Guerra Mundial. Passado o turbilhão do conflito, a reorganização da economia mundial e a restauração da ordem capitalista se viram ameaçadas pela agitação operária em diversos países, sobretudo, pelo exemplo da Revolução Russa.

Em relação aos movimentos de restauração da ordem capitalista, a Conferência de Paz em Paris de 1919 e a formação da Liga das Nações foram dois dos eventos de maior repercussão. A redistribuição dos domínios coloniais e a reformulação do mapa da Europa foram os aspectos mais famosos deste movimento. Contudo, em nosso trabalho, nos deteremos em uma faceta pouco explorada deste processo: a tentativa de incorporação de algumas reivindicações históricas do movimento operário.

Assim, devemos em primeiro lugar nos debruçar sobre o contexto europeu, a formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a reestruturação da Federação Sindical Internacional (FSI) durante o ano de 1919. Após este breve panorama, a partir do qual surgiu a convocação do primeiro congresso da OIT em novembro de 1919 na cidade de Washington, nos EUA, buscaremos compreender o impacto destas medidas no contexto específico da Argentina.

Por fim, se as forças centrífugas desatadas pela Guerra - assim como as de restauração da ordem capitalistas – tiveram um grande impacto na Argentina, não foi diferente em relação às forças da revolução³⁹⁷.

³⁹⁷ Sobre o impacto das revoluções, Arno Mayer chama atenção para o fato de “os governos e os povos de outras nações, próximas ou distantes [das revoluções], simplesmente não podem permanecer indiferentes às desavenças e inovações paroxísmicas cujas fontes e projetos doutrinários têm caráter universal”. Por um lado, “O país que é

O ano de 1920 foi um ano de impasse para o movimento operário argentino. Das 206 greves deflagradas naquele ano e que tiveram a participação de quase 135 mil trabalhadores, 44% foram por motivos salariais e 40% por motivos organizacionais³⁹⁸, contra 65% e 24% no ano anterior, respectivamente. Foi o ano de maior número de jornadas de trabalho perdidas durante a onda de greves, um total de 3.693.782, e da reversão dos resultados positivos que os trabalhadores portenhos vinham acumulando desde 1917: 72% dos trabalhadores envolvidos em conflitos foram derrotados. O ano de 1920 foi, ao fim, o momento em que a mudança de expectativas dos trabalhadores de Buenos Aires de avançar das reivindicações econômicas para as organizacionais trouxe a sua contra cara: a maior resistência das patronais, expressadas pela intensidade das greves e pelos resultados negativos para os trabalhadores. Neste contexto, iremos analisar o impacto que as políticas sindicais elaboradas pelo IIº Congresso da Internacional Comunista (IC) tiveram, principalmente na FORA IX^a.

5.1 A conjuntura internacional: a XIIIª parte do Tratado de Versalhes e a Federação Sindical Internacional

É irrefutável a transcendência da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa como marcos na história do século XX. Para Eric Hobsbawm, “as tensões da guerra total do século XX sobre os Estados e povos nela envolvidos foram tão esmagadoras e sem precedentes que eles se viram esticados até quase seus limites e, quase sempre, até o ponto de ruptura (...) Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, ‘perdido o mandato do céu’”³⁹⁹. Karl Polanyi enxergou a guerra como o término da “paz de cem anos”, o evento que decretou o fim da civilização do século XIX ao socavar suas bases, a saber, o equilíbrio de forças entre as potências mundiais, o padrão ouro internacional, a economia de mercado autorregulado e o Estado liberal⁴⁰⁰. De outra perspectiva, mas ressaltando o caráter disruptivo do conflito, Arno Mayer o considerou como “a abertura do ato final da dissolução do antigo regime na Europa”⁴⁰¹.

objeto e agente da revolução (...) Passa a ser, também, o centro de difusão de ideias, programas e políticas para os quatro cantos do mundo”. Já os governos estrangeiros e seus partidários “decidem conter, dominar, ou destruir este covil de fermentação e contágio”. MAYER, Arno, *Dinamica*, pg. 57.

³⁹⁸ Sobre o caráter destas reivindicações, ver Capítulo 2, item 4, nota 153.

³⁹⁹ HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1989*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg. 61.

⁴⁰⁰ POLANYI, Karl, *La Gran Transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, pg. 50.

⁴⁰¹ MAYER, Arno, *A força da tradição: a persistência do antigo regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pg. 25

A ideia de um conflito europeu de grandes proporções no início do século não parecia estranha aos contemporâneos, assim como as possíveis consequências que este poderia trazer. De Frederick Engels e outros socialistas, passando pelas vanguardas artísticas, até os altos funcionários governamentais das potências beligerantes, a possibilidade do “*Götterdämmerung* [crepúsculo] do mundo burguês” e o risco de destruir “a ordem religiosa, moral e social estabelecidas” eram tidas como certas⁴⁰².

Geoff Eley coloca a questão nestes termos:

“Com a possível exceção da década de 1860, a guerra trouxe a mais concentrada e singular transformação social pan-europeia desde a Revolução Francesa. (...) Ela redefiniu a relação entre governo e economia (...) gerando uma nova relação triangular entre Estado, capital e trabalho, o que demandou mobilização tanto política e ideológica como econômica. O crescimento do patriotismo durante a guerra se apoiou numa nova forma de contrato social: ao fazer demandas sobre lealdade popular, os governos incentivaram certas expectativas de reforma no pós-guerra (...) Estava claro na imaginação popular: ao final da guerra, as coisas teriam de mudar”⁴⁰³.

Prosseguindo com Hobsbawm, para um grande número de pessoas, principalmente soldados e trabalhadores cansados dos esforços de guerra, existia um forte anseio por uma alternativa ao velho mundo que se esfacelava. Essa alternativa já era conhecida em 1914 e aparentemente “só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo”. Um novo mundo cujo sinal de nascimento foi dado pela Revolução Russa de 1917⁴⁰⁴.

Porém, a revolução que havia derrubado o regime czarista e em questão de meses havia avançado para um movimento que buscava profligar o mundo como até então era conhecido não pode ser desvinculada das crescentes mobilizações de operários e soldados por todas as partes da Europa a partir de 1917. Na Grã-Bretanha, por exemplo, as mobilizações operárias diminuíram significativamente com o início da guerra: em 1916 ocorreram 532 greves que mobilizaram 235 mil trabalhadores, o menor índice de greves e grevistas da década de 1910. Porém, a partir de 1917, os movimentos paredistas tiveram um crescimento exponencial chegando, no ano de 1919, a 1352 greves envolvendo mais de dois milhões de trabalhadores – mobilização somente superada naquele país pela greve geral de 1926. Também com uma redução expressiva ao iniciar-se o conflito, o movimento operário francês

⁴⁰²MAYER, Arno, op. Cit. , pp. 305-312

⁴⁰³ELEY, Geof, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa 1850-2000*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pg.158

⁴⁰⁴HOBSBAWM, op. Cit., pg. 62.

realizou em 1916 apenas 341 greves com a participação de 41 mil grevistas; no ano seguinte esses números saltaram para 696 paralisações envolvendo quase 300 mil grevistas. Na Áustria, as mobilizações se iniciaram na cidade metalúrgica de Donawitz em março de 1917, se espalharam pelas ferrovias em abril e chegaram às áreas industriais de Viena em maio. Já na Itália, os levantes de trabalhadores em Turim durante o mês de agosto de 1917 levaram a uma crise de Estado no país. Em janeiro de 1918 se intensificam as mobilizações no centro da Europa. A mobilização de um milhão de trabalhadores em Viena, Estíria e Budapeste é seguida de uma verdadeira onda de greves que toma conta de toda a Alemanha exigindo tanto melhorias econômicas como transformações políticas. O número de grevistas se eleva a quatro milhões no que foi “não (...) apenas o maior protesto de massa durante a guerra; foi o maior movimento grevista da história das classes trabalhadoras da Áustria e da Alemanha”⁴⁰⁵.

Com o fim das hostilidades entre os países beligerantes em 1918, mas com a escalada dessas mobilizações que muitas vezes evoluíram para motins, rebeliões, formação de conselhos de operários e soldados, emergiram os chamados “Estados sucessores”. As marcas destes levantes operários podem ser observadas pelas constituições democráticas que foram aprovadas na Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Áustria, Hungria e Alemanha; já na Grã-Bretanha, na França, nos Países Baixos e na Escandinávia houve ampliação dos direitos democráticos. Em muitos lugares, como na Alemanha, Itália e Hungria, entre 1919 e 1920 ocorreram radicalizações maciças que levaram até mesmo à instauração de um governo de inspiração bolchevique no país magiar⁴⁰⁶.

Frente a esta situação, poderíamos dizer que as classes dominantes da Europa se colocaram a pergunta: o que fazer? Como reorganizar a economia capitalista e ainda por cima combater as agitações operárias e, principalmente, a Revolução no leste europeu? Como restabelecer a ordem quando as próprias classes dominantes haviam contribuído para a construção das condições que a ameaçavam solapar? O jovem John Maynard Keynes – representante do Tesouro inglês na Conferência de Paz de 1919 –, refletindo sobre a “extraordinária debilidade da classe capitalista criada pelos triunfos industriais do século XIX”, sentenciou:

“Talvez seja uma lei histórica o fato de que nenhuma ordem social perece a não ser pela sua própria mão. No mundo mais complexo da Europa Ocidental a Vontade Imanente pode atingir o seu objetivo mais sutilmente e provocar a revolução não menos inevitavelmente por meio de um Klotz ou um Lloyd George do que pelas concepções intelectuais dos filósofos

⁴⁰⁵ ELEY, op. Cit. pp.171-173.

⁴⁰⁶ Ibidem, pg. 193.

sanguinários da Rússia, implacáveis e deliberados demais para nosso gosto”⁴⁰⁷.

Para Keynes, a “extraordinária debilidade da classe capitalista” havia sido colocada em evidência devido à desorganização econômica e à desordem social promovida pelo conflito, mas existiam razões mais profundas para que esta estivesse encurralada. Para o economista, o impressionante crescimento econômico do século XIX só havia sido possível porque “De um lado, a classe trabalhadora aceitava (por ignorância ou impotência), ou era obrigada (pelos costumes, a convenção, a autoridade e a ordenação bem estabelecida da sociedade) aceitar uma situação em que pouco podia aproveitar do acervo produzido com os capitalistas e a natureza”. Este comportamento, aliado à parcimônia capitalista de poupar e cultivar a satisfação dada pela segurança e a expectativa de rendimentos futuros, foram responsáveis pelo crescimento do bolo, “embora não se percebesse bem com que propósito”. O resultado geral do desenvolvimento capitalista anterior a 1914 foi um descompasso: “Não era natural que uma população na qual tão poucos gozavam os confortos da vida acumulasse tanto”. Por fim, a economia de guerra “mostrou a possibilidade da extensão do consumo para todos e a vaidade representada pela abstinência de tantos. Assim, o equívoco é descoberto: a classe trabalhadora pode não estar mais disposta a dispensar o consumo (...)”⁴⁰⁸.

Os problemas colocados pela crise revolucionária europeia, do ponto de vista do restabelecimento do poder das classes dominantes naquele continente, excederam, portanto, ao rearranjo das fontes de matérias primas, a retomada da atividade econômica, etc., nos termos vigentes até 1914. Tampouco se limitaram aos aspectos mais conhecidos e comentados dos tratados assinados a partir de 1919 e que definiram novas fronteiras, estipularam indenizações de guerra e redistribuíram os domínios coloniais. *A reconstrução da ordem capitalista no pós-guerra – ameaçada externamente pela Revolução russa, internamente pela ascensão radical do movimento operário – deveria ser estruturada mediante transformações relativas ao conflito capital e trabalho. É nesse sentido que compreendemos a inclusão como XIIIª parte do Tratado de Versalhes das “Cláusulas dos Tratados de Paz relativas ao trabalho”*⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ KEYNES, John Maynard, *As conseqüências econômicas da paz*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, pp. 160-161.

⁴⁰⁸ Ibidem, pp. 12-14.

⁴⁰⁹ Versões consultadas: *The Labour Provisions of the Peace Treaties*, Geneva: International Labour Office, 1920, e sua versão em espanhol, *Cláusulas de los tratados de Paz relativas al trabajo*, Genebra: International Labour Office, 1923. Vale notar que as disposições da XIIIª parte do Tratado de Versalhes são adotadas como XIIIª do Tratado de Saint-Germain, XIIIª do Tratado de Trianon e XIIª do Tratado de Neuilly.

Marc Ferro constrói uma bela imagem sobre os tratados assinados ao fim da guerra, colocando o Tratado de Versalhes como uma grande estrela que monopolizou as atenções até sua extinção ao fim da Segunda Guerra Mundial. Porém,

“São [os] pequenos astros, que julgávamos extintos e de que nos havíamos esquecido até do nome, que despertam: primeiro, os tratados de Saint-Germain e Trianon, que puseram fim à dupla monarquia, cujas cláusulas foram postas em causa em 1939, em 1940 e em 1945, sendo-o ainda hoje, especialmente entre Romênia e a Hungria. O Tratado de Neuilly, com a Bulgária, despertou, também ele, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas é sobretudo o Tratado de Sévres, que pôs fim ao Império Otomano, que não cessa de relembrar sua existência, bem como o de Lausana que lhe sucedeu. Na Síria, no Líbano, no Iraque, etc., ele eclode por todo o lado. Neste aspecto, a guerra de 1914-1918 ainda não acabou”⁴¹⁰

Ao que parece, as “*Cláusulas dos Tratados de Paz relativas ao trabalho*” foram também um destes “pequenos astros” que até mesmo Marc Ferro negligenciou e que transformou-se em uma supernova depois da crise de 1929, durante a ascensão dos regimes fascistas e que ainda faz suas aparições, principalmente em momentos de crise financeira, quando aparecem aqueles que confundem direitos sociais adquiridos com privilégios.

Designada pela Conferência reunida em Versalhes no dia 25 de janeiro de 1919, a Comissão Internacional de Legislação do Trabalho⁴¹¹ se reuniu cerca de 35 vezes e apresentou seus trabalhos à Conferência no dia 24 de março. O relatório incluía a minuta de uma Organização Permanente para a Promoção de Regulamentos Internacionais de Condições de Trabalho⁴¹². A comissão era composta por membros de nove países (Bélgica, Cuba, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Polônia e Reino Unido) e foi encabeçada por Samuel Gompers, presidente da *American Federation Labour*, e Albert Thomas, deputado francês pelo Partido Socialista, ex-subsecretário de Artilharia e Munições e ex-ministro de Armamentos do governo Aristide Briand (1915-1917). O texto usado como base pela comissão era de autoria de Harold Butler e Edward Phelan, funcionários do recém-criado Ministério do Trabalho da Inglaterra. No dia 11 de abril de 1919, a Conferência de Paz em plenária aprovou o relatório da Comissão que foi incorporado ao Tratado nos artigos 387-427. Era fundado o único organismo internacional que sobreviveu ao fracasso da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁴¹⁰ FERRO, Marc, *A Grande Guerra: 1914-1918*, Lisboa: Edições 70, 1993, pg. 277.

⁴¹¹ *Comission on International Labour Legislation*. As informações sobre esta Comissão foram extraídas da Introdução do referido documento, da cartilha *OIT: Qué es, qué hace*, Organización Internacional del Trabajo, 2005, ISBN 92-2-314947-9 e de *Albert Thomas: 1878-1978*, Genebra: International Labour Office, 1978.

⁴¹² *Permanent Organisation for the Promotion of the International Regulation of Labour Conditions*.

Auspiciada pelos partidos socialistas e organizações operárias reunidos na refundação da Segunda Internacional em Berna em fevereiro de 1919⁴¹³, a criação da Organização Internacional do Trabalho era entendida como uma consequência lógica dos móveis que levaram à criação da Liga das Nações, já que esta “tem por objetivo estabelecer a paz universal, e que esta paz não pode ser fundada senão sobre a base da justiça social”⁴¹⁴.

O documento aprovado pela Conferência de Paz e que serviu de constituição para Organização Internacional do Trabalho vinculava automaticamente a associação à Liga das Nações com a adesão à OIT. Sobre o funcionamento da organização, estabelecia conferências gerais anuais realizadas por comissões tripartites (art. 387, §1), constituídas por dois delegados governamentais, um das patronais e outro dos trabalhadores. Não especificava como deveria ocorrer a nomeação dos delegados governamentais, mas previa que delegados patronais e operários deveriam ser nomeados pelos membros da OIT de acordo com as organizações profissionais mais representativas em cada um dos países (art. 389, §3). Delegados e seus respectivos conselheiros técnicos deveriam ser aprovados pela Conferência, podendo ser vetados pelo voto de 2/3 dos delegados presentes (art. 389, §5).

O Conselho Administrativo da OIT também se organizaria segundo os princípios do tripartismo: doze representantes governamentais, seis patronais e seis trabalhadores, eleitos em conferência, com três anos de mandato. Oito dos doze representantes governamentais deveriam representar os membros mais industrializados da organização e os outros quatro pelos membros designados para tanto (art. 393, §1,2 e 5). O documento ainda convocava a primeira conferência da OIT para o mês de outubro de 1919 na cidade de Washington, nos EUA (art. 424), quando deveriam ter como prioridade as discussões sobre a aplicação do princípio da jornada de oito horas ou da semana de 48 horas; meios de prevenir o desemprego e de remediar suas consequências; o trabalho feminino e o trabalho infantil. Em seu último artigo, eram elencados oito procedimentos e princípios da comissão formuladora das “*Cláusulas dos Tratados de Paz relativas ao trabalho*”, considerados de particular e urgente importância, entre os quais se destacam que “o trabalho não deve ser considerado simplesmente como uma mercadoria”, o direito à sindicalização, o estabelecimento da

⁴¹³ A quinta resolução deste congresso, intitulada “Legislação internacional do trabalho”, afirmava: “A tendência do capitalismo em degradar o trabalhador pode apenas ser impedida pela abolição do sistema capitalista de produção. Enquanto isso, o demônio pode ser consideravelmente contido, tanto pela resistência dos trabalhadores como pela intervenção do Estado (...)”. Partindo dessas considerações, “A Conferência de Berna exige da Liga das Nações, como um de seus objetivos primordiais, a criação e execução de uma Carta Internacional do Trabalho”. *International Socialism and World Peace: resolutions of the Berne Conference, February, 1919*, The Independent Labour Party, I.L.P. Pamphlets, New Series Nº 1, 1919, pg. 9.

⁴¹⁴ *Cláusulas de los tratados...*, pg.2.

jornada de oito horas, a adoção do descanso semanal de 24 horas e a isonomia salarial entre homens e mulheres⁴¹⁵.

A XIIIª parte do Tratado de Versalhes contemplava uma série de reivindicações históricas do proletariado europeu e, em alguns casos, buscava ampliar a todos os signatários algumas conquistas pontuais ocorridas em alguns países. Alguns avanços em termos de uma judicialização dos conflitos já haviam ocorrido na Europa ao fim do século XIX e começo do século XX⁴¹⁶: “Na Grã-Bretanha desenvolveu-se a conciliação industrial por meio do Departamento do Trabalho do Conselho do Comércio, com a modesta cooperação da Lei de Conciliação de 1896. Os casos mais fortes foram o da Dinamarca, por meio do Acordo de Setembro de (1899), e o da Suécia através dos acordos para mecânica (1905) e têxteis (1909). Tendências semelhantes apareceram na França (legislação de arbitragem, em 1892, e Ministério do Trabalho em 1900) e na Itália (Conselho Supremo do Trabalho em 1902)”. A Alemanha, apesar da forte repressão aos movimentos sindicais plasmada na legislação antissocialista, na década de 1880 já possuía uma pioneira legislação de seguro social⁴¹⁷.

Porém, mesmo que almejada por diversos setores tanto socialistas como sindicais, a inclusão no Tratado de Versalhes de cláusulas relativas aos direitos trabalhistas não pareceu ser o suficiente para acalmar os ânimos do proletariado europeu organizado. A medida era efusivamente saudada com enorme desconfiança por um movimento operário que ainda encontrava-se dividido e radicalizado pela guerra.

Reunidos em Amsterdam durante os meses de julho e agosto, as principais organizações sindicais da Europa procuravam reconstruir a Federação Sindical Internacional. O Congresso Sindical Internacional, outra deliberação da Conferência de Berna, tinha o intuito de aprovar um novo estatuto, além de estabelecer qual seria sua atitude

⁴¹⁵ Ibidem, pg. 17.

⁴¹⁶ Na verdade, o problema relativo à regulamentação da jornada de trabalho remonta a primeira metade do século XIX. As *Factory acts* (leis fabris) inglesa são um exemplo das primeiras tentativas de uma legislação que regulamentasse a jornada de trabalho nas indústrias: “Se o *Règlement Organique* dos principados danubianos foi uma expressão positiva da avidez por mais-trabalho, a qual cada parágrafo legaliza, as Leis Fabris inglesas são uma expressão negativa da mesma avidez. Essas leis refreiam o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho, por meio da limitação coercitiva da jornada de trabalho pelo Estado(...)”. De 1802 até 1833 foram aprovadas cinco leis referentes a jornada de trabalho, mas sem nenhuma efetividade. Foi a partir da lei de 1833 que se estabeleceu a “jornada normal de trabalho fabril”, na época, em 15 horas para adultos, 12 para adolescentes e 8 para crianças nas indústrias algodoeira, do linho e de seda. Depois de algumas modificações em 1844 (regulamentando a jornada de trabalho das mulheres) e 1847, no ano de 1850, devido as pressões do movimento operário, a jornada máxima foi reduzida para 10 horas. A partir de 1860, diversos outros ramos da indústria foram sendo paulatinamente submetidos às *Factory Acts*, mediante a mobilização dos trabalhadores organizados. Marx conclui sobre a disputa pela regulamentação das horas de trabalho: “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, produto de uma guerra civil entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”. MARX, Karl, *O Capital*, pp. 184-227

⁴¹⁷ Op. Cit. ELEY, pp. 103-104.

diante da Conferência da OIT em Washington e da XIIIª parte do Tratado de Versalhes⁴¹⁸. Compareceram ao Congresso Geral da FSI 90 delegados representando as principais centrais sindicais de 14 países⁴¹⁹.

Para tratar dos mais diversos assuntos, os delegados foram separados em comissões que deveriam se debruçar sobre as ordens do dia e posteriormente apresentar à plenária propostas de resolução. A cargo da Segunda Comissão ficaram as discussões que neste momento mais nos interessam, a saber, sobre o programa de Berna de fevereiro de 1919 e a Carta do Trabalho do Tratado de Paz, as resoluções do congresso de fevereiro sobre a Sociedade das Nações e, por fim, a Conferência da OIT em Washington.

Sobre o primeiro tema, a Comissão apresentou uma sucinta comparação entre as propostas relativas à legislação do trabalho aprovadas em Berna e as constantes no Tratado de Paz. Para a Comissão, apenas em um ponto as duas propostas convergiam: o estabelecimento da jornada de oito horas. De resto, ou o Tratado de Paz silenciava – como no caso da regulamentação do trabalho à domicílio e do trabalho feminino durante a gestação e depois do parto – ou fazia colocações dúbias e insuficientes – como no caso do direito de associação ou do estabelecimento do salário mínimo. Em consequência, a comissão recomendou que a FSI rechaçasse os pontos estabelecidos no Tratado de Paz e reafirmasse o programa de Berna.

A principal oposição veio de Samuel Gompers. O líder sindical estadunidense, um dos artífices da XIIIª Cláusula do Tratado de Paz, propôs uma resolução que minimizasse o antagonismo entre a FSI e as propostas da Conferência de Paz. Após apresentar a resolução de sua autoria, Gompers se dirigiu aos delegados reunidos no Concertgebouw: “devemos

⁴¹⁸ *Le Mouvement Syndical International – Organe de la Fédération Syndicale Internationale*, Suplemento Nº II, julho de 1921, pg. 23.

⁴¹⁹ Alemanha: nove delegados representando a *Generalkommission der Gewerkschaften Deutschlands* e um a *Freie Vereinigung deutscher Gewerkschaften*; EUA: 3 delegados representando a *American Federation of Labor*; Áustria: oito delegados representando a *Gewerkschaftskommission Deutsch-Österreichs*; Bélgica: quatro delegados representando a *Commission Syndicale du Parti Ouvrier et des Syndicats Indépendants*; Dinamarca: seis delegados representando a *De Samvirkende Fagforbund i Danmark*; Espanha: dois delegados representando a *Unión General de Trabajadores*; França: 14 delegados representando a *Confédération Générale du Travail*; Grã-Bretanha: quatro delegados representando a *General Federation of Trade Unions* e cinco delegados representando a *Trades Unions Congress Parliamentary Committee*; Luxemburgo: três delegados representando a *Commission Syndicale du Luxemburg*; Noruega: três delegados representando a *Arbeidernes Faglige Landsorganisation i Norge*; Holanda: dez delegados representando a *Ned. Verbond van Vakvereeningen* e nove delegados representando a *Nationaal Arbeidssecretariat*; Suécia: quatro delegados representando a *Landsorganisation i Sverige*; Suíça: três delegados representando a *Schweizerischer Gewerkschaftsbund*; Tchecoslováquia: dois delegados representando a *Odborové Sdružení Československé*. O número de delegados não corresponde ao número de votos no congresso, já que na quarta sessão do dia 31 de julho ficou estabelecido que cada delegação teria um voto para cada 250.000 filiados, dois votos para cada 500.000 e três para cada 1.000.000 de filiados. Com este arranjo temos a Alemanha com 13 votos, Inglaterra com 11, EUA com nove, França com quatro. Áustria, Bélgica, Dinamarca e Holanda com dois votos cada e o restante com um voto. Cf. *Ibidem*, pp. 21-22 e 35.

rejeitar integralmente a carta do trabalho por que nela não estão contidas todas as nossas reivindicações? Eu a considero longe do perfeito, mas eu vejo aí uma tentativa e uma tentativa bem séria”. Depois de evocar seu trabalho na Conferência de Paris, de como teve diversas de suas propostas rechaçadas, concluiu: “O mundo não foi feito em um dia. Nós não devemos ser hipercríticos, por isso eu apelo ao congresso que adote minha resolução”⁴²⁰.

O delegado austríaco J. Grünwald, em uma clara provocação dirigida à Gompers, afirmou que “Nós não estamos na Conferência de Paz, mas em um congresso operário”. Leon Jouhaux, secretário-geral da CGT francesa e redator da comissão, complementou: “Esse programa [*o de Berna*] não contém nossas reivindicações máximas, ele é bem mais um programa mínimo que, em nossa visão, pode ser realizado em todos os países (...) precisamos estabelecer uma coisa: que não nos contentaremos com um programa que prometa menos que o de Berna”. A votação que aprovou a resolução elaborada pela comissão colocou europeus continentais contra os anglo-saxões, estes últimos ativos promotores da XIIIª do Tratado de Versalhes durante a Conferência de Paz em Paris⁴²¹.

Encerrado o debate sobre a caracterização da Carta do Trabalho do Tratado de Paz, os delegados passaram a discutir a resolução referente à atitude que a FSI deveria adotar em Washington. Após reafirmar que a Carta do Trabalho não respondia em nenhum ponto ao programa reivindicativo elaborado em Berna, a comissão propôs ainda duas condições para a participação da federação: que fossem admitidas na Conferência os representantes dos trabalhadores de todos os países, não se limitando somente aos membros da Liga das Nações, e que somente os delegados designados pelas centrais sindicais nacionais aderidas à FSI fossem admitidos. Em seguida, a resolução elencou três pontos que os delegados teriam “o dever de lutar energeticamente” para impor ao Congresso, a saber, que o Programa de Berna fosse adotado como Carta do Trabalho, que a representação governamental fosse reduzida de dois para um delegado – como a patronal e a operária – e, por fim, que as decisões fossem validadas pela maioria simples e não por dois terços dos votos, como estipulava a Convenção incluída no Tratado de Paz⁴²².

Novamente a resolução sofreu ataques das delegações estadunidense e inglesa. O principal alvo agora era o condicionamento da participação da FSI na Conferência de

⁴²⁰ Ibidem, pg. 45.

⁴²¹ Resultado da votação: Resolução da comissão: 31 votos (Alemanha 12, França 4, Áustria 2, Dinamarca 2, Bélgica 2, Tchecoslováquia, Alemanha (extremistas), Holanda, Holanda (extremistas), Luxemburgo, Noruega, Espanha, Suécia e Suíça 1). Resolução de Samuel Gompers 20 (Inglaterra 11 e América 9). Ibidem, pp. 45-46

⁴²² Ibidem, pg. 47.

Washington às exigências acima citadas. Stuart Bunning, delegado inglês, por um lado afirmava que “Não ir a Washington é equivalente a fortalecer governos e patrões”⁴²³. Gompers, por outro, rechaçava a inclusão de qualquer menção ao Congresso de Berna pelo fato da AFL não haver tomado parte naquela reunião. Já Hynes, também delegado pela AFL, afirmou que era impossível para os delegados estadunidenses votarem aquela resolução, já que em um congresso da própria, realizado em julho do mesmo ano, haviam aprovado a participação no encontro de Washington⁴²⁴.

O delegado alemão C. Liegen, em resposta às posições estadunidenses, colocava em dúvida a relevância da Conferência de Washington, já que não fariam na capital dos EUA mais nada que reafirmar resoluções adotadas por outros congressos operários realizados nos últimos 20 anos. Liegen ainda contestava o fato de estarem presentes, com uma quantidade expressiva de votos, países satélites da Entente, como Bolívia, Brasil, China, Cuba, Haiti e “até mesmo os negros da Libéria”, enquanto Alemanha, Áustria e Rússia – países que já haviam adotado a jornada de oito horas – estariam excluídos caso se mantivesse a exclusividade de participação apenas de países membros da Liga das Nações. Para o alemão, ir à Washington sem as condições estipuladas pela resolução da FSI era fazer o jogo dos patrões⁴²⁵.

A temperatura subiu no Concertgebouw. Gompers iniciou sua resposta justificando as contestações de porquê não estiveram em Berna, alegando que a direção da FSI estava plenamente consciente dos motivos da ausência. Em relação à fala de Liegen, Gompers afirmou que “O homem que veio aqui e teve que declarar que foi enganado por seu governo, o homem que durante a guerra sustentou o regime do Kaiser, permite-se a censurar-me por estar agindo em favor do capitalismo. Isso demonstra a vontade de defender o kaiserismo neste mesmo congresso”⁴²⁶.

A plateia interrompeu a fala de Gompers aos gritos. Coube a Leon Jouhaux jogar panos quentes e encaminhar a votação. O sindicalista francês contestou Gompers afirmando que o programa de Berna havia sido aprovado pela sessão ocorrida no dia anterior do Congresso de Amsterdam e que, mesmo que não estivessem presentes nos congressos de Berna ou mesmo no de Leeds em 1916 – onde a base das reivindicações aprovadas em Berna foram elaboradas –, o estavam no Congresso de Londres de 1918 quando a antiga Federação Internacional aprovou as resoluções de Leeds, além dos quatorze pontos propostos por

⁴²³ Ibidem, pg. 47.

⁴²⁴ Ibidem, pg. 48.

⁴²⁵ Ibidem, pg. 49.

⁴²⁶ Ibidem, pp. 49-50.

Woodrow Wilson. Sobre as colocações de Liegen, Jouhaux procurou reforçar o caráter internacional da luta sindical questionando se o fato de apenas alguns países terem avançado em relação à legislação trabalhista não era justamente resultado da falta de força que os sindicatos tinham em determinados países. Sendo assim, prosseguiu o francês, “O espírito internacionalista não admite nem a diferença de raças nem a diferença de importância dos países, mas exige a igualdade de direitos para todos os povos e seres humanos. E não é uma comédia ir a Washington demandar que as reformas e as garantias obtidas para nós sejam aplicadas a todos!”. Por fim, apelava pela aprovação da resolução, cuja votação ratificou, mesmo com a oposição estadunidense⁴²⁷.

A discussão relativa às condições da participação da FSI na Conferência de Washington expressava ecos do conflito mundial recém terminado. Não tanto pela colaboração dos socialdemocratas e sindicatos alemães com o Kaiser - debate não sem importância e que em outros momentos do Congresso de Amsterdam foi lembrado -, mas por revelar em que posição se encontravam as centrais sindicais, no que Geoff Eley chamou de nova “relação triangular entre Estado, capital e trabalho” que emergiu durante a Primeira Guerra. A lealdade durante o período de guerra aos governos nacionais por parte das direções de organizações de esquerda e operárias foi animada, entre outros motivos, por um cálculo reformista. Havia a promessa por parte dos governos de uma maior participação política e econômica na vida nacional dos trabalhadores, implicando na emergência das motivações nacionais nos fóruns internacionais.

Na Inglaterra, por exemplo, os esforços de guerra tiveram como sujeito fundamental os sindicatos, dando a estes até mesmo a possibilidade de influir na convocação de soldados ao garantirem a isenção do serviço militar obrigatório para operários qualificados. A já citada criação do Ministério do Trabalho e a entrada do Partido Trabalhista na coalizão que levou ao poder Lloyd George em dezembro de 1916 coroavam as direções sindicais e socialistas pelos esforços de mobilização durante o conflito⁴²⁸.

Nos EUA, as coisas haviam caminhado neste mesmo sentido. Em seu extenso memorial publicado no ano de 1919, a *American Federation of Labor* dedicou uma seção inteira à guerra. Intitulada “*Labor in Peace and War*”, esta seção trazia uma compilação de declarações e decisões da organização referentes ao período da guerra. Segundo o informe, a federação, que pressionou inutilmente o Congresso para evitar o alistamento militar obrigatório, rapidamente entendeu que frente à complexidade do esforço de guerra, era “de

⁴²⁷ Ibidem, pp. 50-51

⁴²⁸ Op. Cit., ELEY, pg. 168.

vital importância que aqueles imediatamente afetados por estes planos [*organização da economia de guerra*] deveriam ter uma voz em suas determinações”. Para a federação,

“A única justificativa para a destruição da guerra é a possibilidade de transformação das condições existentes dispondo da oportunidade para o estabelecimento de novos ideais e condições mais amplos e verdadeiros dos direitos humanos”⁴²⁹

A aproximação da AFL ao governo foi plasmada em maio de 1917 com a formação da *American Alliance for Labor and Democracy*, cujo intuito era a formulação das “disposições que devem ser feitas para proteger os interesses do trabalho durante a guerra”. Porém, a oposição operária ao esforço de guerra, entendida como “insidiosos esforços dos inimigos do nosso país”, levou a uma nova conferência da AFL em setembro do mesmo ano, pois “se tornou claro que os verdadeiros representantes do trabalho e da democracia neste país devem chamar uma conferência nacional não apenas para acertar seu posicionamento, mas para denunciar os propósitos destrutivos de outros movimentos”. Os trabalhadores que concorreram a Minneapolis para a conferência tiveram que assinar um documento declarando lealdade ao governo dos EUA para participarem do encontro. Woodrow Wilson, convidado de honra da AFL, mas que não pôde participar do encontro, enviou uma mensagem agradecendo pelo comportamento da central sindical, afirmando que “De todo o meu coração, eu quero que eles [*trabalhadores representados no congresso de Memphis*] sintam que sua devoção ao país não é de modo algum uma traição e que servindo a América hoje eles não deixam de estar servindo a sua causa menos que no passado”⁴³⁰.

O governo de Woodrow Wilson respondeu ao apoio da AFL com a implementação da jornada de oito horas em alguns ramos produtivos, a indicação de representantes dos trabalhadores nos serviços industriais do Departamento de Guerra, além da criação em abril de 1918 do *National War Labor Board*, uma comissão permanente composta por representantes dos patrões, operários e dirigida pelo ex-presidente William Howard Taft responsável pela resolução dos dissídios trabalhistas⁴³¹.

Desse modo, as delegações inglesa e estadunidense estavam atadas aos compromissos estabelecidos com seus respectivos governos. Qualquer atitude hostil à OIT naturalmente significaria uma afronta aos seus governos – principais impulsores do Tratado de Versalhes e dos organismos multilaterais internacionais - e a possibilidade de que as conquistas realizadas durante a guerra fossem por água abaixo. Por outro lado, os representantes alemães da

⁴²⁹ ROBERTS, C. William (Comp.), *American Federation of Labor: History, encyclopedia and reference book*, Washington, American Federation of Labor, 1919, pg. 63-64,

⁴³⁰ Ibidem, pp. 73-74.

⁴³¹ Ibidem, pp. 76- 125.

Generalkommission der Gewerkschaften Deutschlands, entidade ligada ao agora governante SPD, claramente se utilizavam da tribuna para deslegitimar o Congresso em Washington: era evidente o incômodo que produziria a participação de uma delegação alemã em uma entidade da Liga das Nações enquanto o país estivesse excluído da última.

Coube aos franceses o apelo ao consenso evocando o internacionalismo das organizações operárias. Também pudera: em 23 de abril daquele ano, a Câmara de Deputados francesa aprovou a jornada de trabalho de oito horas. Segundo Felix Ponteil,

“A aprovação da Câmara da jornada de 8 horas de trabalho ocorreu no dia 23 de abril de 1919. Coisa curiosa! Essa lei desencadeou um duplo movimento: hostil da parte dos empresários que calculavam que ‘essa redução das horas de trabalho fará pesar sobre a França uma injustiça das mais flagrantes e por consequência transformará sua gloriosa vitória na mais lamentável e ruínosa derrota’. Hostil: as greves e violências se multiplicaram. Alguns declaram a revolução ‘próxima, inevitável, fatal’. Mas Clemenceau desejava quebrar qualquer tentativa revolucionária.”⁴³²

A reação das patronais e do governo contra a crescente mobilização ficou clara pela brutal repressão aos atos do Primeiro de Maio em Paris e pela relutância dos empresários em se adequarem à legislação relativa à jornada de trabalho. O caso dos trabalhadores metalúrgicos de Paris foi emblemático. Mesmo com um acordo coletivo que estipulava a nova jornada assinado dias antes mesmo da aprovação da lei, em junho ainda nada havia sido feito, o que empurrou a categoria para uma greve radicalizada. Os dirigentes operários franceses tinham diversos motivos para desconfiar da solidez de suas conquistas e de buscar todos os meios para sua consolidação⁴³³. A legitimidade internacional que um organismo da Sociedade das Nações poderia brindar para suas reivindicações era uma forma de se proteger dos ataques que vinham sofrendo em esfera nacional.

A nova relação triangular entre Estado, capital e trabalho havia se imposto nos mais diversos países como resultado direto da crise política, econômica e social promovida pela Guerra Mundial. Porém, seus resultados variavam conforme a correlação de forças particulares em cada unidade nacional. Acreditamos que as polêmicas emergidas durante o congresso de fundação da Federação Sindical Internacional, em Amsterdam, não apenas expressavam esses diferentes cenários, como demonstravam também o peso que a conjuntura internacional jogava no destino da política nacional adotada pelos sindicatos no imediato pós-

⁴³² PONTEIL, Felix, *Les Bourgeois et la démocratie sociale, 1914-1968*, Paris: Editions Albin Michel, 1971, pg. 69

⁴³³ Desconfiança que terminou por se confirmar, principalmente em relação a lei de contratos coletivos aprovada em 25 de março de 1919. Após sua aprovação, foram celebrados só nos anos de 1919 e 1920, 902 acordos que nos anos vindouros apenas continuaram valendo para os padeiros, livreiros, mineiros e marítimos. Para os eventos relativos ao movimento operário francês durante o ano de 1919, Cf. DOLLÉANS, Édouard, *Histoire du Mouvement Ouvrier, 1871-1920*, t. II, Paris: Librairie Armand Colin, 1957 (1939), pp. 298- 316.

guerra. Se o furor nacionalista que arrebanhou as massas foi outro fator que determinou o apoio das organizações operárias de esquerda à guerra⁴³⁴, é certo que o internacionalismo voltava à voga e adquiria popularidade não só entre os trabalhadores, mas de maneira geral com as promessas de um novo mundo alimentadas – ou temidas – tanto pelas transformações radicais exigidas pelos trabalhadores como pela formação da Liga das Nações. Assim como a promessa wilsoniana de autodeterminação dos povos havia arrastado à Paris em janeiro de 1919 delegações dos mais longínquos cantos do mundo em busca de seu reconhecimento como nações, a regulamentação internacional e as decisões tomadas no Congresso de Washington poderiam escorar reivindicações do movimento operário de grande importância frente aos seus governos, assim como deslegitimar ações repressivas adotadas pelos mesmos. Ao fim da guerra, a política internacional se mesclava sobremaneira com as questões de política interna, fosse em relação aos trabalhadores e as suas conquistas, fosse em relação às classes dominantes e a reordenação do status quo.

Crise econômica, intensa mobilização operária e o estabelecimento de novos marcos relacionais entre o Estado, capital e o trabalho. O cenário argentino, guardadas as devidas proporções, não diferia muito do europeu. A crise econômica mundial perturbou intensamente a economia argentina, criando as condições para uma intensificação da mobilização operária. Frente a estas mobilizações, o Estado respondeu com um seletivo e inconstante reconhecimento e apoio às organizações operárias. Deve-se afirmar que por parte do capital não houve qualquer iniciativa de negociação, pelo contrário, ocorreu a intensificação de sua ação por meio de suas organizações de classe mais combativas. Imposto pelas mobilizações operárias e sem nenhum tipo de institucionalização, a situação da FORA IX^a não se aproximava, por exemplo, a da CGT francesa? Não seriam os fóruns internacionais uma maneira de legitimar o organismo de classe, assim como de pressionar o governo e as patronais?

5.2 A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: a FORA IX^a, a Federação Sindical Internacional e a Conferência de Washington

Se as deliberações em relação a Carta do Trabalho tomadas no Congresso de Berna serviram de escaramuça – opondo seus defensores Socialistas e seus detratores Sindicalistas

⁴³⁴ “Teria sido enormemente difícil para qualquer organização de massas resistir a pressão popular, particularmente de seus próprios partidários. É indubitável que, por mais que a maior parte dos ativistas [de esquerda] estivessem contra a guerra, a maioria da classe trabalhadora era, ao menos inicialmente, tão favorável a ela quanto o resto da população” SASSOON, Donald, *Cien años de Socialismo*, Barcelona: Edhasa, 2001, pg. 54.

Revolucionários - durante o Congresso Extraordinário da FORA IX^a em junho de 1919⁴³⁵, por outro lado, a federação havia acatado de maneira entusiasmada a convocação realizada pela reunião de sindicalistas e socialistas na cidade suíça para a realização do Congresso Sindical Internacional de Amsterdam. Segundo Sebastián Marotta, o desejo de criar vínculos internacionais sempre havia sido um anseio da FORA, mas até o momento não havia ultrapassado o caráter meramente declarativo. O Congresso de Amsterdam era tido como uma verdadeira oportunidade para a construção de um movimento internacional de maneira orgânica. Segundo o sindicalista, “depois da primeira Associação Internacional de Trabalhadores”, o Congresso de Amsterdam era o esforço mais sério realizado pelos sindicatos neste sentido⁴³⁶.

No dia 30 de junho de 1919, Sebastián Marotta, secretário-geral, e Pedro Vengut, tesoureiro da FORA IX^a, embarcaram rumo à Amsterdam para participarem do Congresso Sindical Internacional. “Pela primeira vez”, anunciava o *La Organización Obrera*, “a organização central dos trabalhadores da Argentina terá representação em um congresso operário internacional”⁴³⁷.

A participação no Congresso não chegou a acontecer, pois as dificuldades originadas da guerra europeia terminaram por atrasar a chegada dos sindicalistas argentinos. Porém, durante o Congresso da CGT francesa na cidade de Lyon em setembro daquele ano, ao qual Marotta e Vengut assistiram como convidados, foi acordado com Jan Oudegeest e Leon Jouhaux – secretário e vice-presidente da FSI, respectivamente - uma reunião no birô central da organização internacional. O encontro ocorreu no mês seguinte ao Congresso de Lyon e oficializou a filiação da FORA IX^a à FSI⁴³⁸.

Além de aceitar a filiação, o birô da FSI também designou a FORA IX^a como responsável pela propaganda da nova federação internacional na América do Sul com intuito de que as associações do subcontinente pudessem decidir sua filiação. A notícia publicada em tom entusiasmado no *La Organización Obrera* anunciava que “o ‘bureau’ da Unión Sindical Internacional [sic] resolveu conferir mandato expresse (...) ao companheiro Sebastián Marotta para convidar as centrais sindicais da América do Sul a incorporarem-se à União Sindical Internacional [sic]”. Um congresso deveria ser realizado na cidade de

⁴³⁵ Ver Capítulo IV, item 3.

⁴³⁶ MAROTTA, pp. 279-280.

⁴³⁷ “Conferencia Obrera Internacional: partida de los delegados de la F.O.R.A.”, LOO, 28/06/1919.

⁴³⁸ Premier Rapport sur l’Activité de la Fédération Syndicale Internationale (juillet 1919-décembre 1921)”, in *Le Mouvement Syndical International – Organe de la Fédération Syndicale Internationale*, Suplemento N° V, abril de 1922, pg. 15.

Buenos Aires, prosseguia a nota, com intuito de designar um membro para o comitê de direção da FSI⁴³⁹.

Concomitantemente, como visto acima, aproximava-se a Conferência da OIT em Washington. Na edição do *La Organización Obrera* em que se divulgavam as questões que ali seriam discutidas, a FORA IX^a também expressava suas expectativas sobre o encontro. O ponto de vista da federação não diferia muito do que havia sido defendido por muitos sindicalistas no Congresso de Amsterdam. Para a organização, a criação da OIT e mais especificamente a realização da Conferência de Washington, não tinham nenhuma importância “desde o ponto de vista sindical revolucionário”. Mesmo interpretando a Conferência como uma empreitada de capitalistas e governantes, ressaltava que sua idealização e realização eram o reconhecimento e uma concessão ao poder dos sindicatos e da classe trabalhadora organizada. Para a FORA IX^a, nada deveria se esperar da conferência, já que “o conflito das classes pode e deve ser resolvido pela supressão das mesmas”⁴⁴⁰. Se o aparente descrédito da Conferência pela federação argentina era um ponto compartilhado com a FSI, o comunicado da FORA IX^a silenciava sobre a resolução tomada em Amsterdam de que a Carta do Trabalho deveria ser pautada pelas resoluções do Congresso de Berna. Devemos recordar mais uma vez que a adoção ou não das resoluções de Berna como plataforma política da Frente Única Operária no Congresso Extraordinário da FORA IX^a em junho de 1919 foi o mote das principais discussões naquela ocasião.

Porém, este certo desdém pela Conferência de Washington seria balançado no dia 3 de outubro. Naquele dia o Poder Executivo argentino publicou um decreto⁴⁴¹ anunciando a participação do país na Conferência de Washington e designando os delegados patronais, governamentais e operários. Foram nomeados, como delegados governamentais, Leonidas Anastasi e Felipe A. Espil; como representante patronal, o membro da UIA Hermenegildo Pini e, como representante dos trabalhadores, Américo J. Baliño, secretário-gerente do grêmio de maquinistas e fogueiros *La Fraternidad*.

A designação de Baliño foi prontamente qualificada pelo *La Organización Obrera* como “desacertada” e “inexplicável”. A nota reafirmava que a FORA IX^a não concedia qualquer importância prática para a Conferência, mas acusava de torpeza o governo por

⁴³⁹ “Unión Sindical Internacional”, in *LOO*, 08/11/1919. Os detalhes sobre a reunião entre o birô da F.S.I. e os delegados da F.O.R.A. IX^a também estão descritos na correspondência de Marotta publicada pelo *La Organización Obrera*, in “Correspondencia de nuestros delegados en Europa”, *LOO*, 06/12/1919.

⁴⁴⁰ “Conferencia Internacional del Trabajo: se inaugurará en Washington a fines de Octubre próximo”, *LOO*, 13/09/1919.

⁴⁴¹ “Decreto del Poder Ejecutivo de La Nación Primera Conferencia Internacional del Trabajo Designación de delegados argentinos. Buenos Aires, Octubre 3 de 1919”, in *Informe Oficial presentado por el delegado patronal argentino, D. Hermenegildo Pini, Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de A. Flaiban, 1920*.

designar como delegado dos trabalhadores do país “a um homem que não tem com eles nenhum outro vínculo que sua condição de secretário-gerente da *La Fraternidad*, sem ser nem haver sido nunca maquinista ou fogueiro”. Por fim, sentenciava que “à Federação Obrera Regional Argentina devia dirigir-se [*o governo*], posto que ela é a representação genuína da classe operária do país”⁴⁴². No dia 17 de outubro, quase uma semana após a partida da delegação argentina em direção à Washington, o Conselho Federal da FORA IX^a emitiu uma resolução na qual informava a FSI da situação e declarava não se sentir obrigada a acatar qualquer deliberação da Conferência de Washington⁴⁴³.

A surpresa com que foi recebida a nomeação por Yrigoyen da delegação para a Conferência de Washington na FORA IX^o não era sem razão. Em primeiro lugar, nos chama atenção a inexpressividade de Américo Baliño dentro do movimento operário. Durante nossa pesquisa, não pudemos encontrar nenhuma outra informação sobre o delegado operário na Conferência de Washington além de ter desempenhado o cargo de secretário-gerente da *La Fraternidad*. Em segundo lugar, o sindicato de maquinistas não só estava na área de influência do PS – principal rival eleitoral da UCR na Capital Federal -, como se sugeriu na época que Américo Baliño fosse mesmo filiado ao partido. Em um texto publicado no *La Organización Obrera*, assinado por um certo M.V., afirmava-se:

“Por que o ‘La Vanguardia’, que espalhou fofocas e calúnias sem fundamentos contra os militantes da FORA sempre tratando de fazê-los parecer como obedecendo a inspirações presidenciais, não teve nesta ocasião nem uma palavra de censura? Como não explodiram as iras dos inimigos políticos do governo para condenar essa grosseira manobra, pela qual se converte em ‘representante’ dos operários da Argentina a um senhor que não tem com eles vínculo algum?”⁴⁴⁴

Quanto às acusações da FORA IX^a que recaíam sobre o delegado operário em Washington - de que este não era e nunca havia sido um trabalhador -, não só era admitido pela *La Fraternidad*, como o Conselho Diretivo defendeu que assim o fosse. Em nota publicada no periódico dos maquinistas e que anunciava a partida de Baliño para Washington, podemos ler,

“Pensou o CD [*Conselho Diretivo*], com indiscutível acerto, e de maneira unânime, que o representante a ser designado não devia ser um homem circunscrito a um trabalho especializado, nem forçosamente um operário braçal, senão melhor uma pessoa com uma amplitude de critério e uma vastidão de conhecimento, que não fosse à Conferência de Washington refletir somente um dos aspectos do trabalho – o ferroviário -, senão o

⁴⁴² “La Conferencia Internacional del Trabajo de Washington: una designación inexplicable”, *LOO*, 11/10/1919,

⁴⁴³ “La F.O.R.A. y el Congreso Internacional del Trabajo – Una importante resolución del C.F.”, *LOO*, 25/10/1919.

⁴⁴⁴ “Conferencia Internacional del Trabajo – una grosera mistificación”, *LOO*, 29/11/1919.

problema operário em seu conjunto, no que tem de universal e permanente”⁴⁴⁵.

E assim voltariam a justificar na memória e balanço do período de 1919-1920:

“(...) o delegado que para lá [*Conferência de Washington*] fosse, não tinha necessidade de conhecer a fundo o trabalho de determinada indústria, porém, por outro lado, devia ter noções sobre o trabalho de todas as indústrias, sobre a legislação internacional e nacional especialmente (...)”⁴⁴⁶.

Na verdade, dentro do próprio sindicato o nome de Américo Baliño havia produzido resistência. Segundo a mesma memória, o convite para que a *La Fraternidad* indicasse um nome para a delegação operária havia sido feito ao secretário geral do sindicato José San Sebastián pelo Ministro das Relações Exteriores Honorio Pueyrredon no dia 22 de agosto – menos de duas semanas após o grande ato contra o projeto de lei da Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados e do qual a *La Fraternidad* não havia aderido. Segundo a memória do Comitê Diretivo, a escolha de Baliño como delegado se efetuou em uma reunião da direção no dia 2 de setembro, porém foi contestada por diversas seções do sindicato por não haverem sido consultadas.

Sobre a afirmação de que Baliño fosse membro do PS, é certo que o *La Vanguardia* não pronunciou “nenhuma palavra de censura” a respeito da nomeação da delegação argentina. Por outro lado, não se encontra na publicação Socialista qualquer contestação às insinuações da FORA IX^a de que o PS tivesse algum envolvimento com a nomeação de Baliño. Qual teria sido o sentido desta nomeação? Para tentar elucidar essa questão, devemos, em primeiro lugar, nos debruçar sobre os desdobramentos dos protestos da FORA IX^a durante a Conferência de Washington.

Antes mesmo que toda delegação argentina chegasse à Washington no dia 12 de novembro - quase dez dias depois de inaugurada a Conferência - os reclamos da FORA IX^a alcançaram os salões do *Pan American Union Building*. Na oitava sessão⁴⁴⁷ realizada no dia 6 de novembro foi apresentada, em nome da FSI, a objeção à delegação operária argentina, porém somente no dia 21 a matéria foi discutida, já que não havia se chegado ao consenso dentro da Comissão de Credenciais sobre a matéria.

Segundo o relatório da maioria da comissão, os delegados governamentais haviam justificado a escolha de Américo Baliño, pois a *La Fraternidad* era a única agremiação no

⁴⁴⁵ “El Congreso de Washington – Partida de Américo Baliño”, *La Fraternidad*, 15/10/1919.

⁴⁴⁶ “Un año de labor – Memoria de la C.D. a la Asamblea de delegados”, *La Fraternidad*, 15/05/1920.

⁴⁴⁷ Para a transcrição dos debates, ver “Sixteenth Session, Friday, November 21, 1919”, *League of Nations: International Labor Conference – First Annual Meeting, October 29, 1919 – November 29, 1919*, Washington: Government Printing Office, 1920, pp. 109-113..

país com abrangência nacional, além de ser a única com personalidade jurídica. A comissão afirmava ter recebido uma carta que alertava para a existência de uma “federação de sindicatos representando algumas indústrias”, cujo número de afiliados chegaria a 80.000 membros. Porém, os delegados argentinos na Conferência haviam contestado tal informação afirmando que a filiação a esta federação “flutuava consideravelmente de tempos em tempos e no momento não devia ultrapassar os 20 ou 30.000” associados.

Falando em nome da maioria da comissão, o delegado governamental da Grã-Bretanha, sir Malcolm Delevingne, assegurava não ter dúvidas de que “o delegado designado representava realmente um setor das classes trabalhadoras argentinas”, mas devido às dificuldades em se reconhecer a existência real de uma autoridade que representasse a maioria dos trabalhadores argentinos, a comissão recomendava que nenhuma ação fosse tomada. Delevingne, finalizando sua fala, afirmou: “O caso, em nossa visão, é um daqueles que não está previsto no tratado”, todavia recomendava que os governos procurassem atuar “na medida do possível, em conformidade com seu espírito” e que selecionassem os delegados em acordo com a maioria das organizações operárias do país.

Jan Oudegeest, secretário da FSI e delegado operário holandês, respondeu a Delevigne recordando o terceiro parágrafo do artigo 389 do Tratado de Paz que estipulava que os governos deveriam escolher os delegados patronais e operários das organizações mais representativas de cada país. O sindicalista holandês afirmava ter recebido da organização argentina que contestava a delegação operária daquele país comprovantes da cotização de 80.000 membros, além de citar a viagem pela Europa de Marotta e Vergunt por seis meses como um feito pouco provável para uma organização de existência efêmera. Alegava ainda não fazer nenhum sentido o argumento do governo argentino de que havia escolhido a *La Fraternidad* por esta possuir personalidade jurídica, já que muitas das grandes organizações – mesmo a qual Oudegeest pertencia – não tinham nenhum tipo de estatuto legal.

Em seguida, Leon Jouhaux pediu a palavra e ressaltou a importância da discussão, insistindo que a aceitação do delegado argentino violava o artigo 389 do Tratado de Paz. O delegado francês prosseguiu afirmando que não era o caso de discutir porque o governo argentino não havia dado estatuto à organização que protestava a representação operária e ressaltava que naquele exato momento ocorriam na Argentina discussões sobre um projeto de leis sindicais e que esta proposta vinha sendo combatida pela maioria dos trabalhadores

argentinos por meio de *meetings*, passeatas e greves⁴⁴⁸. Aceitar o delegado argentino, concluiu Jouhaux, era uma grande ofensa para os delegados operários presentes na Conferência, além de uma clara violação de uma cláusula do Tratado ou pelo menos do espírito deste.

Coube ao delegado representante do governo argentino, Leonidas Anastasi, responder às objeções levantadas por Oudegeest e Jouhaux. Anastasi, cujo diário *yrigoyenista La Época* havia classificado como “um homem jovem e inteligente que se distinguiu sempre pela sua dedicação às questões operárias”, era um advogado formado pela *Universidad de Buenos Aires* e membro da UCR. Nascido no bairro da Boca em 1890, foi reiteradas vezes delegado do Comitê da UCR da Capital Federal pela seção deste bairro – tradicional reduto eleitoral do PS - e deputado nacional pela mesma sigla por dois períodos legislativos, 1920-1924 e 1938-1942. Por seu “domínio das questões operárias”, o *La Época* afirmava que “É de se esperar que sua atuação em Washington seja destacada e brilhante”⁴⁴⁹.

Para Anastasi, a minoria da Comissão de Credenciais “sustenta que a nomeação dos delegados não foi feita de acordo com as organizações mais representativas, mas não diz qual destas organizações é a mais representativa”. O relatório da minoria, segundo o advogado, não especificava sobre qual das três federações existentes Oudegeest e Jouhaux se referiam: se da Federação Operária Regional Argentina, da Federação dos trabalhadores, “chamada de organização do Quinto Congresso” ou da “Organização dos Trabalhadores Católicos”. Porém, concedia Anastasi, a federação a qual a objeção fazia referência “era, sem dúvida, a Federação Operária Regional, por que a existência da [organização] do Quinto Congresso é duvidosa (...)”. A federação em questão, afirmava o delegado governamental, não tinha mais de 20.000 membros – “apenas uma gota no grande oceano da população trabalhadora (...)” - e era basicamente composta pela Liga Nacional de Professores e do sindicato de gráficos.

A opinião do governo argentino, prosseguiu Anastasi, era a de que os sindicatos mais representativos eram a *La Fraternidad* e a FOM, mas a opção pela escolha da primeira seria explicada na fala de Américo Baliño. Com isso, afirmava:

“Não tenho o interesse de diminuir a importância da Federação Operária Regional, que todos sabem ser uma organização de boa fé, conservadora e pacífica a tal ponto que muitos patrões em alguns momentos apelaram a ela afim de resolver os conflitos por meio da arbitragem”

Exigia o delegado argentino, já que a objeção havia sido feita pela mais representativa organização de trabalhadores do mundo, que esta renunciasse as acusações que denegiam

⁴⁴⁸ Marotta havia pessoalmente informado Jouhaux e Oudegeest durante sua entrevista com o birô da F.S.I. sobre as mobilizações contrárias ao projeto de lei da Comissão de Legislação Social, in *La Organización Obrera*, in “Correspondencia de nuestros delegados en Europa”, *LOO*, 06/12/1919.

⁴⁴⁹ “Congreso Internacional del Trabajo – Los delegados argentinos”, *La Época*, 04/10/1919.

uma das mais importantes e tradicionais organizações sindicais da Argentina. A objeção ao delegado operário argentino também era uma ofensa ao governo do mesmo país, já que este “esforçou-se desde o início para levar a frente os ideais da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho”. Frente a inegável importância dos marítimos, desvinculou a FOM da FORA, porém não justificou – apesar de ter mencionado - o porque da predileção pelo grêmio dos maquinistas e fogueiros em detrimento dos marítimos. Não seria pelo simples fato dos marítimos estarem vinculados à federação?

Américo Baliño, cuja fala seguiu a de Anastasi, tampouco contestou os questionamentos de Oudegeest sobre a FOM. O secretário da *La Fraternidad* afirmava estar “sob a obrigação moral de defender” sua nomeação como delegado, ao mesmo tempo em que “a dignidade do governo argentino, a boa fé que caracteriza a organização que represento, além da minha dignidade pessoal”. Baliño retomou a argumentação de Anastasi sobre o equívoco da minoria da comissão em relação aos números de membros da FORA IX^a. Porém, o delegado afirmava querer “construir um argumento mais qualitativo que quantitativo” e neste sentido assegurava que, mesmo admitindo os 20.000 membros da FORA IX^a, a “*La Fraternidad* tem garantido condições econômicas muito favoráveis para seus membros, assim como nunca em nenhum momento usou seu poder em detrimento do bem-estar econômico do país”. Baliño ainda acusava Oudegeest de estar apenas defendendo a FSI e de basear suas objeções em dados falsos.

Antes que o tema fosse colocado em votação, Oudegeest ainda pediu a palavra e contestou a delegação argentina. Para o delegado holandês, se a questão era numérica, nenhuma diferença existiria entre a *La Fraternidad* e a FORA IX^a, já que a primeira alegava ter 15.000 membros. Por outro lado, se o delegado argentino afirmava como argumento para sua escolha o fato de sua organização nunca ter participado de atividades revolucionárias, era justamente por isso que o governo os havia escolhido, considerando-os bem mais dóceis. Por fim, o delegado holandês questionou sobre a menção aos marítimos cuja federação era representada pela FSI e que Baliño nada falou. Terminadas as discussões após a fala de Oudegeest, foi realizada a votação e a credencial do delegado operário argentino foi aceita pela Conferência com 44 votos a favor e 25 contra. Os votos contrários ao reconhecimento da credencial de Baliño foram dados por todos os delegados operários presentes, mas também, vale destacar, pelos delegados governamentais da Dinamarca, Itália, Noruega, Panamá, Peru e Suécia.

Este não foi o único contratempo que Baliño arrumou com as delegações operárias. Durante a décima nona sessão da Conferência ocorrida no dia 25 de Novembro, o delegado

operário italiano Gino Baldesi, membro da comissão dedicada a investigar o problema do desemprego, apresentou e defendeu a proposição defendida pela FSI de que a Liga das Nações tomasse para si a tarefa de controlar e organizar a distribuição de matérias primas, sendo a escassez destas entendidas como a principal causa da desocupação em vários países. Dos delegados operários, somente Baliño e seu congênere canadense votaram contra a proposição de Baldesi, derrotada por apenas três votos⁴⁵⁰. Baliño afirmou em seu relatório apresentado ao Poder Executivo: “Não ignoro que este meu voto terminou por me malquistar com a maioria dos representantes operários”⁴⁵¹.

Em relação às acusações de que Baliño fosse membro do PS, suas declarações durante e depois da Conferência parecem refutar essa suspeita. Uma das afirmações problemáticas de Baliño foi relativa ao fato da *La Fraternidad* nunca haver utilizado seu poder para promover greves que prejudicassem “o bem-estar econômico da nação”. Os Socialistas condenaram em diversas oportunidades greves mais radicalizadas as quais qualificavam de “*gimnasia revolucionaria*”, mas quando analisamos o período, em nenhum momento encontramos a condenação de um movimento grevista em decorrência do “prejuízo econômico” que este poderia produzir para o país. Pelo contrário: em contraposição a este argumento largamente utilizado pelos setores conservadores encontramos sempre a afirmação de que os maiores prejuízos ao país eram justamente aqueles produzidos pela ausência de direitos dos trabalhadores, como o direito de greve.

Por outro lado, Baliño fez algumas colocações - tanto em sua atuação em Washington como em seu relatório - claramente favoráveis ao governo de Yrigoyen. Durante a Conferência, quando da contestação de sua credencial, ao se colocar como defensor da “dignidade do governo argentino”, Baliño se chocava justamente com o enorme esforço que realizava o PS desde 1916 para desacreditar o governo Radical, principalmente frente aos trabalhadores. Fazer da defesa de sua nomeação uma defesa do governo Yrigoyen era respaldar a política *obrerista* do presidente.

Em seu relatório ao Poder Executivo, Baliño vai além. Afirmou o delegado operário estar em desacordo com o fato de cada delegado apresentar um relatório em separado quando, em sua opinião, o informe deveria ser único já que estes foram à Conferência representar o país. Sobre sua missão em Washington, Baliño afirmou se considerar a todo momento “(...) um representante da República Argentina e não exclusivamente um representante dos

⁴⁵⁰ Nineteenth Session, Tuesday, November 25, 1919”, *League of Nations: International Labor Conference – First Annual Meeting, October 29, 1919 – November 29, 1919*, Washington: Government Printing Office, 1920, pp. 131-144

⁴⁵¹ Op. Cit., “*La Fraternidad*, 15/01/1920.

operários”. As expectativas de Baliño em harmonizar os discursos dos delegados, ou seja, a vontade de diluir os pontos de vista classistas sob a égide do nacionalismo, é outro indício do quão distante estava o delegado dos Socialistas. Ao PS, no período, pode-se atribuir, desde uma perspectiva de esquerda, todo tipo de defeitos ou “vícios” de uma organização reformista, mas não a negação do classismo, mesmo que retórico. O próprio delegado patronal Hermengildo Pini se afastava dessa perspectiva. Enquanto o membro da UIA concorria às reuniões paralelas ao congresso das delegações industriais que buscavam organizar uma internacional patronal - já que “as delegações operárias se apresentavam em forma solidária, com perfeita unidade de pontos de vista, animada por idênticos propósitos e inspiradas em uma mesma tática”⁴⁵² -, Baliño se malquistava com a FSI.

Contudo, a mais notável das colocações feitas pelo delegado operário argentino aparece em seu relatório na seção intitulada “Considerações Gerais”. Comentando sobre suas expectativas em relação à OIT e às resoluções adotadas na Conferência, Baliño afirmava estar otimista. Para o delegado,

“As resoluções da Conferência poderão parecer muito discretas para aqueles espíritos que querem marchar muito rapidamente pelo caminho das transformações sociais; porém não são para aqueles que, conscientes das dificuldades do atual momento social e político, desejam que cada reforma seja feita sobre uma base sólida a fim de assegurar sua estabilidade”⁴⁵³.

Esta perspectiva reformista poderia ser muito bem atribuída a um membro do PS. Porém, quando Baliño reflete sobre as dificuldades que as deliberações da conferência poderiam encontrar para serem realizadas, a coisa muda de figura. Perguntava-se Baliño:

“E se conseguirá, de maneira unânime, que todas as nações aderidas à liga ou não ratifiquem as resoluções das Conferências? Eu temo que em muitos países, a luta política interna dificulte essa ratificação e até mesmo a ponha em perigo (...)”.

Era o caso da Argentina? Não, pois na Argentina “(...) onde existe uma consciência e uma educação política; onde existe o propósito sincero de participar da Organização Internacional do Trabalho”, segundo previa, as resoluções deveriam ser adotadas rapidamente. Diferente era o caso de países “(...) submetidos a um regime de tirania política, onde as questões sociais são desconhecidas, não por que não existam, senão por ignorância ou má vontade para compreendê-las e onde a organização [dos trabalhadores] é nula ou obstaculizada e perseguida”. Para Baliño, na Argentina, não havia qualquer obstáculo ou perseguição às organizações operárias. Em meio a campanha do PS contra as leis de

⁴⁵² “Informe oficial del delegado de los industriales argentinos”, *Boletín de la Unión Industrial Argentina*, Nº 614, 15 de fevereiro de 1920, pg. 38-39.

⁴⁵³ Op. Cit., “*La Fraternidad*”, 15/01/1920.

Residência e de Defesa Social, recém-terminada a campanha contra o repressivo projeto de lei da Comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados, é notável como as declarações de Baliño se opunham frontalmente à linha política do partido. Seria possível atribuir a um dirigente sindical Socialista tais afirmações? Baseando-nos no que foi colocado acima, é possível afirmar que Baliño encontrava-se mais alinhado ao *yrigoyenismo* que ao Socialismo.

Os ataques sofridos pela organização no contexto da Conferência de Washington evidenciam o afastamento de Yrigoyen de sua estratégia de aproximação à FORA IX^a. Estes desentendimentos entre a federação e o Poder Executivo ficam mais evidentes quando nos debruçamos sobre o já citado artigo “*Conferencia Internacional del Trabajo – una grosera mistificación*” de fins de novembro de 1919. O artigo, além de noticiar o fracasso da tentativa impulsionada pela FSI de barrar a credencial de Baliño, afirmava:

“Nosso governo, sem dúvidas arrependido da fama de liberal que lhe deram alguns atos de justa imparcialidade frente ao movimento operário, deu um passo atrás apoiando agora com todas suas forças as intencões dos grupos capitalistas mais reacionários”

Ainda segundo o artigo, só existiria uma palavra para explicar a atitude do governo: *matufia*. Originária do lunfardo, a palavra significa “manejo oculto com que se prepara alguma fraude”. Se o combate à *matufia* havia sido a bandeira dos Radicais quando se encontravam na oposição, “ao que parece não puderam se imunizar contra ela”. O autor acusava o governo de descumprir com o artigo 389 do Tratado de Paz e denunciava também a designação como assessor de Baliño de Alejandro Joseph Hayes, membro da organização sindical patrocinada pelas patronais, a *Asociación Ferroviaria Nacional*. M. V. ainda lembrava que nem mesmo dentro da *La Fraternidad* a nomeação de Baliño foi aprovada.

Este artigo se reveste de maior interesse, pois a acusação direta de que o governo de Yrigoyen houvesse cedido às forças reacionárias não havia aparecido em nenhum outro momento do período investigado, mesmo depois da “Semana Trágica”, da publicação do édito policial de maio de 1919 ou pelas vistas grossas em relação às ações da AT ou da LPA. Ataques à repressão promovidos pelo Estado – ou sob sua anuência – apareciam, na maioria das vezes, na boca ou na pena dos Sindicalistas Revolucionários com referências genéricas ao poder Estatal. Neste artigo, e isso que nos chama a atenção, existe claramente uma referência ao governo Radical.

Neste ponto, devemos nos perguntar: por que estas hostilidades dirigidas à FORA IX^a pelo Poder Executivo em todos esses episódios relacionados com a Conferência da OIT? A deslegitimação da FORA IX^a em um fórum internacional seria uma das consequências das transformações operadas por Yrigoyen em relação ao movimento operário no pós-Semana

Trágica. Segundo David Rock, a pressão dos setores conservadores e empresariais sobre o presidente - fossem nacionais ou internacionais - incrementou-se sobremaneira após a greve de janeiro de 1919, levando o presidente “(...) a abandonar os aspectos autenticamente progressistas de sua política”⁴⁵⁴. Ainda segundo o autor, ao fim de 1919 a tentativa de aproximação aos sindicatos já havia sido abandonada – com exceção da FOM -, não apenas devido à pressão das patronais, mas também pelo fato de a FORA IX^a, ao não conseguir controlar os trabalhadores durante a “Semana Trágica”, ter demonstrado que talvez não fosse eficaz como meio de estender a influência da UCR para dentro da classe operária⁴⁵⁵. Somadas aos aspectos levantados por Rock, podemos entender as mobilizações da Frente Única Operária como mais um problema para a relação de Yrigoyen com a federação, já que seu principal aliado dentro do sindicalismo somava esforços justamente com seu principal adversário eleitoral na cidade de Buenos Aires.

Mais acima citamos como as organizações sindicais europeias se utilizaram dos fóruns internacionais propiciados pela OIT como forma de defender suas reivindicações, assim como para deslegitimar as ações repressivas adotadas em seus países. No curioso caso argentino, a reunião da OIT serviu para o Estado deslegitimar a maior organização sindical do país.

5.3 A conjuntura internacional atuando na dimensão nacional: os debates em relação à “Circular Zinoviev” na FORA IX^a

No dia 18 de setembro de 1920 a edição do *La Organización Obrera* estampou em sua capa em letras garrafais a seguinte notícia: “*Una Federación Sindical Internacional Roja? Circular de Zinovieff propiciando la escisión en el movimiento obrero mundial*”. Na breve introdução ao texto de Zinoviev, Luiz Lauzet – editor do semanário e membro do Conselho Federal (CF) - anunciava que havia se concretizado o que até a pouco não passava de uma suspeita baseada em diversos informes provenientes da França e da Inglaterra: a Internacional Comunista (IC) havia resolvido propor a formação de outra federação internacional de sindicatos, confirmando os “propósitos divisionistas a respeito do movimento operário nacional e internacional dos dirigentes da denominada ‘terceira Internacional comunista’”⁴⁵⁶.

O texto assinado pelo revolucionário russo, publicado na imprensa operária europeia e reproduzido na Argentina resumia as formulações e decisões sobre o movimento sindical tomadas no IIº Congresso da Internacional Comunista realizado entre os meses de julho e

⁴⁵⁴ ROCK, pg. 170

⁴⁵⁵ Ibidem, pg. 205.

⁴⁵⁶ “Una Federación Sindical Internacional Roja? Circular de Zinovieff propiciando la escisión en el movimiento obrero mundial”, *LOO*, 18/09/1920.

agosto daquele ano na cidade de Petrogrado. Se o primeiro congresso - apesar de marcar o nascimento deste novo organismo revolucionário - teve resultados parcos, o segundo, com a presença de um número quatro vezes maior de delegados, pôde avançar em questões mais práticas, como a elaboração das 21 condições de adesão à IC e a consolidação de uma nova linha revolucionária para o movimento operário mundial baseada na experiência bolchevique⁴⁵⁷.

No que diz respeito aos sindicatos, o famoso documento aprovado naquele Congresso, “Condições de admissão dos partidos na Internacional Comunista”⁴⁵⁸, afirmava em seu décimo ponto que era dever de todos os partidos comunistas combaterem a Internacional Sindical de Amsterdam. Deveriam difundir constantemente nos sindicatos a ideia da necessidade de romper com a FSI e de unir-se à Internacional dos “sindicatos vermelhos”. Porém, o IIº Congresso da IC produziu um documento de maior fôlego sobre o movimento operário. A resolução “O movimento sindical, os comitês de fábrica e de empresas”⁴⁵⁹ trazia instruções mais detalhadas de como deveriam agir os comunistas frente aos sindicatos e também em relação aos *Shop Stewards* e aos *Betriebsräte* - os conselhos de fábrica.

Apesar da dura crítica ao sindicalismo europeu e estadunidense devido às suas políticas de colaboração com a burguesia - fosse limitando as reivindicações ao plano meramente econômico, fosse prestando apoio ao esforço de guerra - a resolução instruía os comunistas para que fizessem parte dos sindicatos dado a tendência das massas operárias de se concentrarem nestes organismos. Naqueles países onde não existissem sindicatos, era dever dos comunistas criar estes órgãos de classe.

Entretanto, a atuação dos comunistas nos sindicatos chamados de oportunistas e amarelos deveria evitar ao máximo a cisão. Se esta se impusesse, os comunistas somente deveriam realizá-la caso a ruptura se justificasse com base nos interesses concretos e imediatos da classe operária, e não por um objetivo revolucionário ainda vago. Naqueles países onde a divisão no movimento sindical entre “oportunistas” e revolucionários já houvesse ocorrido - como nos EUA entre a *American Federation of Labour* (AFL) e a *Industrial Workers of the World* (IWW) - ou mesmo onde novas organizações revolucionárias tenham surgido em oposição às antigas direções sindicais - como no caso dos *Shop Stewards* na Inglaterra e dos *Betriebsräte* na Alemanha – os comunistas estariam obrigados a ajudar

⁴⁵⁷ CARONE, Edgar, “A Internacional Comunista e as 21 condições”, in Gramsci e o Brasil, disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109>.

⁴⁵⁸ “Condiciones de admisión de los partidos en la Internacional Comunista”, in *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, VI. I, Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973, pp. 109-114.

⁴⁵⁹ “El movimiento sindical, los comités de fábricas y de empresas”, in *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, VI. I, Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973, pp. 141-150.

estas organizações, mas isto não deveria implicar no afastamento destes “dos sindicatos oportunistas em estado de efervescência política e em evolução para a luta de classes”. Por fim, a resolução instruía os operários comunistas a trabalharem pela criação de uma frente sindicalista internacional em oposição à de Amsterdam, já que esta nada mais era que “uma organização de banditismo capitalista internacional”.

A criação da Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, teve uma grande reverberação no conturbado contexto argentino. Em seu livro de memórias, o médico e deputado Socialista Nicolás Repetto chama a atenção para a “sinceridade” deste fenômeno ao afirmar que o entusiasmo pela Revolução Russa:

“Não foi o efeito de um sistema de propaganda posto a cargo de agentes do governo triunfante [*bolchevique*], senão a consequência de um movimento que fez estremecer o mundo de temor e esperança. Uma parte considerável de nossa classe operária acreditou ver nos feitos tão dramáticos que ocorriam na Rússia a solução do problema social há tanto tempo esperada.”⁴⁶⁰

No PS, a “penetração comunista”, nas palavras de Repetto, foi especialmente grave para o partido, já que não havia despertado adesões apenas nos militantes de base, mas “conquistou também alguns adeptos no grupo de dirigentes e legisladores” Socialistas.

Tamanha foi a repercussão no partido que em janeiro de 1921 foi realizado um congresso extraordinário na cidade de Bahia Blanca, sul da província de Buenos Aires, para discutir “a situação internacional do Partido Socialista”. Dois despachos foram produzidos pela comissão designada para discutir o assunto. Pela maioria, o despacho redigido por Juan B. Justo saudava a Revolução Russa, rompia com a Segunda Internacional e propunha uma declaração de princípios para a construção de uma nova Internacional. Pela minoria, foi proposto o início de uma intensa propaganda entre as massas operárias e camponesas cujo mote deveria ser a derrubada violenta do Estado capitalista, além do rompimento com a Segunda Internacional e a adesão incondicional à IC.

A adesão à IC foi rechaçada pelos delegados do PS por 5013 votos contra expressivos 3651 votos. Logo após o Congresso, o grupo *tercerista* - liderado pelo senador Enrique del Valle Iberlucea - foi expulso do PS e boa parte de seus membros ingressou nas filas do Partido Comunista (PC). O senador, que não acompanhou os *terceristas* para o PC, teve seu mandato cassado em junho de 1921 devido ao discurso proferido no Congresso de Bahia Blanca em defesa do regime bolchevique, falecendo poucos meses depois⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ REPETTO, Nicolás, *Mi paso por la política – De Roca a Yrigoyen*, Buenos Aires: Santiago Rueda Editor, 1956, pp. 236.

⁴⁶¹ Ibidem, pp. 237-238 e *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)*, Dir. Horacio Tarcus, Buenos Aires: Emecé, 2007, pp.175-177

A Revolução Russa, e consequentemente as diretrizes da IC., também ganharam uma quantidade expressiva de adeptos dentro do campo libertário, mesmo entre seus quadros dirigentes. Para Diego Abad Santillan, o enorme desprestígio que a federação anarquista havia angariado desde a cisão em 1915 fez com que seus dirigentes procurassem uma forma de frear sua bancarrota. A Revolução Russa e o entusiasmo despertado por esta nos operários argentinos veio como por encomenda. Ainda segundo o historiador e militante anarquista, “Muitos anarquistas, não afiançados ao critério de liberdade, deslumbrados pelo triunfo do bolchevismo russo, se mostraram dispostos a ceder terreno e entrar no campo do autoritarismo revolucionário (...)”⁴⁶². Porém, Andrea Doeswijk, em um trabalho dedicado exclusivamente aos libertários e à Revolução Russa na região do Prata, chama atenção para o fato de que “a Revolução Russa (...) teve uma virtualidade catalítica que operou no contexto social da crise econômica e da rebelião social da época” na Argentina⁴⁶³.

Apesar da presença de um grande número de trabalhadores poloneses e russos na Argentina - o que facilitava a tradução de panfletos, artigos, manifestos, etc. -, a falta de informações fidedignas vindas da Rússia e o próprio caminho tortuoso das revoluções abriram margem para as mais diversas interpretações sobre o que estava ocorrendo no leste europeu. Para Andreas Doeswijk, para além da falta de conhecimento preciso sobre o desenvolvimento político da Revolução, “as Notícias de Petrogrado eram filtradas pelo desejo e a distância”⁴⁶⁴. Se a Revolução de Fevereiro havia sido interpretada de maneira aleatória pelos jornais, tanto burgueses como operários, a Revolução de Outubro de 1917 provocou um verdadeiro divisor de águas, tanto em uns como nos outros. Se por um lado o diário *La Nación*, de orientação liberal e aliadófila, acusava “o criminoso” Lênin e seu ajudante Zinoviev de estarem obrando em defesa dos interesses alemães, o diário *La Proposta*, da FORA Vº, afirmava que a Rússia representava “o amanhecer vermelho”, a “Revolução Social e emancipadora” dos trabalhadores. A acolhida com entusiasmo da Revolução Russa, vista como um feito realizado pela aliança entre anarquistas e outras agrupações de esquerda, provocou uma viragem na atitude de alguns militantes libertários na Argentina. Ainda segundo Doeswijk:

“De novembro de 1917 até o fim de 1921, os libertários rio-platenses se dedicaram a tentar unir suas forças às dos sindicalistas e chamar atenção de Moscou, sobre o fato de qual era o verdadeiro movimento revolucionário na região e, sobretudo, embrenhar-se em polêmicas infundáveis sobre os

⁴⁶² SANTILLAN, Diego Abad, *La FORA – Ideologia y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pg. 258.

⁴⁶³ DOESWIJK, Andreas L., *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses*, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, pg. 53.

⁴⁶⁴ Ibidem, pg. 46.

maximalistas e bolcheviques, para enveredar depois para um debate sobre a natureza e a conveniência da ditadura do proletariado e sobre as perseguições bolcheviques aos anarquistas na Rússia.”⁴⁶⁵.

Na direção da FORA Vº, o grupo anarquista entusiasta da Revolução Russa – posteriormente chamados de anarco-bolcheviques ou anarco-ditadores – convocou um Congresso Extraordinário para fins de setembro e começo de outubro de 1920. Neste Congresso foram tratadas diversas questões, como o sistema federativo, a forma de cotização da organização, o preenchimento de vagas sobranes no Conselho Federal, etc. Porém, devemos destacar a aprovação pelo Congresso para que a entidade levasse em conta “todo propósito de unificação de parte de sindicatos, grupos de sindicatos autônomos ou outra entidade operária que represente diversos sindicatos, sempre que ditos propósitos se fundamentem em princípios sindicais que não desnaturalizem os meios de luta e a finalidade social da FORA comunista”.

A mudança de nomenclatura com a adição do termo comunista sinalizava a adesão à Revolução Russa, confirmada na moção de apoio aprovada pela qual a federação “expressa sua solidariedade à revolução russa (...) em especial aos anarquistas que na Rússia, como em todas as partes, lutam pelo triunfo de seus ideais (...)”. Se por um lado o Congresso não aprovou expressamente sua adesão à IC, foi facultado ao Conselho Federal “que empreenda os trabalhos necessários para reconstruir a Internacional Sindical Revolucionária (...) formada por aquelas instituições gremiais do exterior afinadas à FORA comunista”. Esta nova internacional deveria opor-se à de Amsterdam, “valorizando no terreno das lutas sindicais a ação revolucionária do proletariado comunista”.

As “Notícias de Petrogrado” provocaram uma mudança importante em relação aos posicionamentos da FORA Vº, agora FORAC. Abria-se a possibilidade da participação em um Congresso de fusão, porém, como alegavam a inexistência de bases para realização de tal movimento, a FORAC apenas rechaçou a resolução proibitiva em relação à unificação do movimento operário de 1916. Por outro lado, a federação aprovou a possibilidade da formação de uma entente com a FORA IXª nos casos específicos da luta pela liberdade de militantes presos, pela derrogação das leis de Residência e de Defesa Social, pela liberdade de imprensa operária e revolucionária e, por fim, pela organização da luta frente qualquer ataque às organizações operárias por parte do “capitalismo, do Estado ou outra instituição conservadora”⁴⁶⁶.

⁴⁶⁵ Ibidem, pp. 57-58.

⁴⁶⁶ Para as resoluções do Congresso Extraordinário da F.O.R.A. Vº, ver SANTILLAN, op. Cit., pp. 259-265.

Na FORA IX^a não foi diferente. Sebastian Marotta escreveria anos mais tarde que:

“Em quase todo o movimento operário, nos sindicatos da FORA e militantes em geral, mesmo nos setores defensores de sua autonomia tradicional e doutrinariamente adversos a toda ingerência dos partidos políticos e do Estado nos sindicatos e a toda concepção autoritária, acende a ideia da nova Internacional Sindical, subordinada à IC. (...) As assembleias sindicais convertem-se em cenário de enaltecidos debates. A imprensa operária transforma-se em tribuna de polêmicas. Esta adquire um sabor azedo.”⁴⁶⁷

O texto de Zinoviev publicado no *La Organización Obrera* em setembro de 1920 foi o grande disparador da polêmica no seio da federação hegemônica pelos Sindicalistas Revolucionários. Em seu preâmbulo, denunciavam-se as organizações sindicais europeias que “opuseram pouca resistência à guerra imperialista. Ao contrário, se colocaram a disposição dos governos”. Segundo a circular, a capitulação das organizações sindicais era consequência direta da forte burocratização, da neutralidade política e do direcionamento dos sindicatos para o estreito horizonte das lutas econômicas. Esta política protagonizada pelo que Zinoviev chamou de “antigas organizações sindicais” enveredou o movimento operário para defesa da ordem burguesa ao ponto de na Alemanha e na Hungria transformarem em verdugos da classe operária membros de suas próprias filas militantes.

Contudo, o conflito havia exposto aos trabalhadores “a mentira burguesa da defesa nacional” e estes responderam com massivas mobilizações contrárias à guerra e à carestia de vida. Diante deste cenário, perguntava Zinoviev: “Que será das federações sindicais? Qual vai ser sua orientação?”. Para a IC,

“O novo movimento sindical deverá libertar-se resolutamente das relíquias da antiga rotina. Deverá realizar, coordenadamente com o Partido Comunista, a luta direta pela ditadura do proletariado e a autoridade dos conselhos. E deve renunciar às melhorias ajustadas ao programa reformista (...)”

Os trabalhadores deveriam lutar pela organização sindical por ramos de indústria como instrumento de combate à aristocracia operária organizada por ofícios e profissões e pela socialização das principais indústrias, privilegiando como arma a greve geral. Para tanto, era chegada a hora reconstruir uma organização internacional dos trabalhadores: “À FSI amarela (...) é preciso opor a verdadeira Federação Sindical Internacional proletária vermelha (...)”. Afirmava Zinoviev que “Como todos os grandes partidos operários se separaram da II^a Internacional, as diferentes federações estarão obrigadas a romper com a Federação Sindical Internacional de Amsterdam”. A circular ainda garantia a intenção da IC de reunir “não somente as organizações políticas do proletariado, senão também as organizações operárias”.

⁴⁶⁷ MAROTTA, VI. II, pg. 297.

Os sindicatos deveriam participar dos congressos da IC organizados como seções da Terceira Internacional. Concluía pedindo “que as federações incluam na ordem do dia de suas assembleias nosso chamado”.

Em seu comentário introdutório ao texto, Luis Lauzet compartilhava a crítica de Zinoviev sobre o posicionamento das antigas organizações operárias adotadas antes e durante a guerra, mas divergia da caracterização feita pelo revolucionário russo sobre a federação de Amsterdam. Afirmava Lauzet que a FSI “É agora um organismo de classe que está abandonando suas taras corporativistas e conservadoras pelo impulso vigoroso das novas tendências revolucionárias (...)”. O editor do semanário negava a inevitabilidade do desenvolvimento de uma cisão como a ocorrida entre os partidos socialistas, pois, caso o proletariado decidisse dividir-se em tendências ideológicas, isto atentaria contra a própria razão de existir dos sindicatos e ao “pensamento central do Manifesto do Partido Comunista: Proletários de todos os países, uni-vos!” que em infinitas ocasiões havia sido proclamado pelos revolucionários russos.

Na edição seguinte, Lauzet voltou ao tema⁴⁶⁸ contestando uma objeção bem plausível de ser levantada em um meio operário cuja presença de imigrantes europeus era enorme: a tradução. O sindicalista apresentou uma comparação entre três versões (uma espanhola e duas francesas), porém concluiu que muito pouca coisa havia para acrescentar na versão retirada de um jornal operário francês e publicada pelo semanário da FORA IX^a. A correção admitida pelo autor da palavra “cisão” – quando o revolucionário russo propôs a inevitabilidade da repetição do ocorrido ao movimento político socialista no sindical – por “desagregação”, segundo o mesmo, mudava muito pouco o sentido do texto, já que o objetivo da formação de uma Internacional Vermelha continuava o mesmo: promover a divisão das forças operárias de cada país para construir com estas uma nova entidade internacional oposta à FSI. Afirmava ainda que “custa persuadir-se que foram os russos – tão zelosos de sua independência – que lançaram uma iniciativa dessa índole (...)” e aconselhava que os bolcheviques deveriam trabalhar dentro da FSI para promover seus objetivos. O sentimento de “surpresa” alegado por Lauzet pela atitude dos bolcheviques o desviava de um enfrentamento direto às deliberações tomadas pelos revolucionários russos. Ao mesmo tempo, para respaldar seus comentários, o sindicalista evocava – novamente - a autoridade de Karl Marx citando uma entrevista deste publicada no diário *Der Volkstaat* em 1869 e reproduzida no livro *Geschichte Der Deutschen Zimmerer-bewegung* de August Bringmann. No trecho

⁴⁶⁸ “Más sobre la circular Zinovieff”, *LOO*, 25/09/1920.

selecionado por Lauzet, Marx afirmava que “Jamais os sindicatos devem estar vinculados ou subordinados a grupos políticos se querem cumprir sua missão (...)”. Para o sindicalista, após estas palavras de Marx, o CF se eximia de divulgar uma nota em resposta à convocatória de Zinoviev.

Lauzet dava a entender que escrevia ali em nome do Conselho Federal. Era pouco provável. Em primeiro lugar, o Xº Congresso, que havia elegido os conselheiros em exercício na época, tinha entre seus membros pelo menos três sindicalistas ligados ao Partido Socialista Internacional (PSI)⁴⁶⁹, já naquele momento, como viria a se confirmar pouco tempo depois, candidato mais forte a se tornar a seção argentina da IC.⁴⁷⁰ Em segundo lugar, o breve sumário das reuniões do CF publicado no semanário⁴⁷¹ indicava que em uma sessão extraordinária realizada no dia 23 de setembro havia ocorrido um longo debate sobre a “Circular Zinoviev”. Nesta reunião decidiu-se por unanimidade pela abertura das colunas do jornal para a discussão sobre o documento da IC, ou seja, o CF, devido às suas divisões internas ou mesmo percebendo a transcendência do assunto, resolveu abrir o debate antes de tomar qualquer decisão.

Por mais que em seu texto Lauzet tivesse tentado se esquivar do que poderia ser entendido como um posicionamento contrário aos revolucionários russos, o editor do *La Organización Obrera* foi atacado logo na edição seguinte justamente com esse mote. Pablo Lucero afirmava em um texto dirigido diretamente à Lauzet que “não conseguia compreender porque você se mostra alarmado (...) e me dá lugar a pensar que só pode ser porque não pensa igual que as mais destacadas personalidades da revolução russa”, figuras que o autor intitulava de “o maior perigo para a burguesia universal”. Lucero ainda atacava Lauzet por tentar falar em nome do Conselho Federal - já que neste existiam membros solidários ao governo bolchevique - e por se opor dentro do órgão central da federação a convocação de uma greve geral nacional em solidariedade à Rússia revolucionária⁴⁷². Para Lucero, a iniciativa de Zinoviev não procurava promover uma cisão, como afirmava Lauzet, mas sim

⁴⁶⁹ LOBA, pg. 128.

⁴⁷⁰ No natal de 1920, o PSI, reunido em Congresso acatou por unanimidade as 21 condições de adesão à IC. A partir desse momento o PSI – conforme a décima sétima condição – passou a chamar-se Partido Comunista da Argentina Seção da IIIª Internacional Comunista. Em agosto de 1921 é admitido pelo Conselho Executivo da IC.

⁴⁷¹ “Reuniones del Consejo Federal”, *LOO*, 06/11/1920. Estavam presentes: Marotta, Lauzet, Pallas, Pereyra, Pacheco, Todaro, Vengut e Docal.

⁴⁷² A proposta de uma greve geral em solidariedade à Rússia Revolucionária foi proposta em reunião do Conselho Federal no dia 30 de agosto de 1920 por Bernardo Senra Pacheco e Vicente Todaro. A proposição foi votada e foi derrotada por cinco votos (Carlos Puggi, Luiz Lauzet, Docal, Juan Fallas e Pereyra) a três (Pacheco, Todaro e Bartolo). “Reuniones del Consejo Federal”, *LOO*, 18/09/1920.

“saber se o explorado universal responde a luta titânica que eles [revolucionários russos] iniciaram contra o capitalismo mundial”⁴⁷³.

Frente aos ataques, Lauzet modificou em parte sua estratégia. O editor passou a denunciar que muitos daqueles que opinavam em concordância com Zinoviev o faziam, pois tinham mais em conta “sua condição de militantes de um partido que sua qualidade de produtores (...)” e para estes o movimento operário era algo subalterno ao organismo político. Sentenciava que aceitar o convite de Zinoviev era “colocar-se sob a direção absoluta da terceira internacional, [um] conglomerado de partidos socialistas”. Se a evocação do tradicional princípio de neutralidade ideológica ganhava importância em detrimento de uma defesa intransigente da FSI e do sentimento de surpresa em relação ao posicionamento dos revolucionários russos, Lauzet evocava novamente Karl Marx. A citação, que o sindicalista identificou como uma moção apresentada por Marx durante o Congresso de Genebra da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1866, dizia: “Eles – os sindicatos – devem sustentar todo movimento social e político que tenha esse propósito [*o de emancipação da classe operária*], E CONSIDERAR-SE COMO A VANGUARDA DE SUA PRÓPRIA CLASSE”⁴⁷⁴.

A adesão dos partidos socialistas ao esforço de guerra e a vinculação do PSI ao PS também surgiram como argumentos contrários para a filiação da FORA IX^a à IC. Pablo Martinez da *Federación de Obreros Metalúrgicos* de Buenos Aires desautorizava Zinoviev, pois não era pelo fato de que algumas organizações europeias e estadunidenses fossem dominadas por tendências reformistas e conservadoras que a virtude emancipadora dos órgãos da classe operária estivesse em cheque. Se algum responsável existia por esta situação, continuava Martinez, “deve-se buscar nos militantes de todos os Partidos Socialistas do mundo, que seguiram as normas de ‘paz social’, reformistas e pacifistas que eram próprias (...) do partido socialdemocrata alemão (...)”⁴⁷⁵.

Augusto Pellegrini, Secretário do *Sindicato de Letristas, Decoradores y Anexos*, abria seu artigo com uma epígrafe de Marx retirada de “Salário, Preço e Lucro” em que “o maior gênio do socialismo crítico e criador” lamentava que os sindicatos se limitavam a combater os efeitos do capitalismo ao invés de abolir definitivamente o assalariamento. Muitos, segundo Pellegrini, haviam se esquecido dos ensinamentos de Marx e conduzido os sindicatos rumo ao corporativismo legalista e conservador. Porém, havia a FORA IX^a caminhado nesse sentido?

⁴⁷³ “Carta abierta”, *LOO*, 02/10/1920.

⁴⁷⁴ “Mantengamos la unidad sindical”, *LOO*, 02/10/1920. Caixa alta no original.

⁴⁷⁵ “A propósito de la circular Zinovieff”, *LOO*, 16/10/1920.

Para o autor, de maneira nenhuma. Não se podia acusar a federação de haver enveredado por este caminho, pois bastava ver que “o fim de todas nossas exposições verbais e escritas foi sempre o de preconizar infatigavelmente a Revolução Social (...)”.

“De quem é a culpa se o proletariado argentino não está mais avançado no terreno revolucionário?”, perguntava Pellegrini. Para responder esta questão, lembrava que o PSI tinha sua origem no PS e, portanto, “Quando nós dizíamos: Revolução!, [eles] nos gritavam Reforma!”. Como uma ironia, continuava o sindicalista, o PSI acusava a FORA IX^a de “traidora” e “amarela”. Eram “Os idiotizadores das massas assustados com sua obra...”. O sindicalista terminava seu texto com uma longa defesa da FSI, alegando que Zinoviev apenas atacava indivíduos da organização e não fazia nenhuma referência às ações da federação de Amsterdam em solidariedade à Revolução Russa, principalmente na coordenação das greves e paralisações de ferroviários, estivadores e operários por todo o mundo na tentativa de boicotar os esforços de intervenção internacional e da contrarrevolução naquele país e na Hungria⁴⁷⁶.

Evocar a neutralidade e equiparar a adesão à IC com a submissão aos partidos socialistas retomava um velho princípio da direção Sindicalista Revolucionária e que tivera força suficiente para impor-se na federação em seus IX^o e X^o Congressos. Em quase todas as publicações e discursos publicados no *La Organización Obrera* e que louvavam o enorme crescimento da FORA IX^a, a neutralidade política aparecia como verdadeiro alicerce desse triunfo. Poderia a defesa da tradicional autonomia em relação ao PS ser utilizada como argumento nas discussões relativas à adesão à IC? O entusiasmo pelo convite de Zinoviev era restrito, como alegava Lauzet, aos membros da FORA IX^a pertencentes ao PSI?

A resposta vem do próprio seio do Sindicalismo Revolucionário nas intervenções do ferroviário Vicente Todaro e do subsecretário da FORA IX^a e operário gráfico Bernardo Senra Pacheco. Na introdução de seu longo texto⁴⁷⁷ publicado em duas partes na seção criada para discussão sobre a “Circular Zinoviev” no *La Organización Obrera*, Todaro faz questão de ressaltar antes de começar sua exposição que “com o objetivo de evitar que se tome por ‘tercerista’ ou coisa parecida, declararei com toda franqueza que sou sindicalista revolucionário”. Em seguida, o companheiro de CF de Lauzet louvava o “significado histórico transcendental” da “Circular Zinoviev” e enumerava os “fins concretos e definidos” que a IC perseguia, a saber: destituir a burocracia sindical que impede o desenvolvimento ativo das organizações operárias; orientar o operariado pela senda eminentemente

⁴⁷⁶ “La circular Zinovieff”, LOO, 13/11/1920.

⁴⁷⁷ “La circular Zinovieff – su verdadero significado histórico”, LOO, 09/10/1920.

revolucionária e, por fim, procurar o apoio definitivo e resolutivo dos trabalhadores à Revolução Russa.

Para Todaro, era completamente equivocado equiparar o pedido feito por Zinoviev com qualquer proposta já feita pelos partidos argentinos. A circular apresentava o problema da revolução proletária e convocava para uma ação que extrapolasse as demonstrações de apoio moral à Revolução Russa, manifestações que, ainda segundo o sindicalista, “valem muito pouco nos momentos solenes e angustiantes da história”. Acusava de maliciosos aqueles que insinuavam que a adesão à IC feria a autonomia sindical e que apenas acreditava nisso quem pensava que, mesmo em determinados momentos históricos, “não se permite que se rompam ‘suas modalidades características’ [*da autonomia sindical*]... se é que ela as tem”. Na conclusão de seu artigo, Todaro afirmava:

“Se a Revolução Russa não fosse um feito real e tangível, outra seria minha opinião a respeito da 3ª Internacional (...) porém, existindo aquela, nós, como revolucionários, estamos moralmente obrigados a defendê-la”⁴⁷⁸

Bernardo Senra Pacheco⁴⁷⁹, muito mais incisivo, afirmava no início de seu artigo que lhe resultava incômodo ocupar as colunas do semanário depois da “ridícula permissão outorgada pela maioria do Conselho para que o assunto fosse discutido nestas colunas”. Contudo, a importância do assunto o fazia abrir mão de suas reservas, assim como a necessidade de “combater sem piedade a quantos pretendam fazer trocadilhos para ocultar o repúdio que a revolução russa lhes merece”. Pacheco aderiu à análise de Zinoviev de que uma das principais razões para capitulação do movimento sindical europeu – “do qual importamos todos os ensinamentos e imitações” – foi a restrição de suas lutas por melhorias parciais, atitude semelhante a “aquela praticada entre nós de combater a carestia de vida com base em greves tendendo ao aumento de salários (...)”.

Para o subsecretário, a principal questão levantada por Zinoviev para todas as organizações operárias era se estas continuariam caminhando pela perigosa via do reformismo. Ainda segundo Pacheco:

“A esta pergunta concreta qualquer um que se estime como revolucionário a contestaria com uma negação; convém, por outro lado, reparar no escasso valor que teria essa negação teórica se os fatos ou a ação não marchassem na retaguarda dessas teorias”.

O sindicalista procurava evidenciar o que seria uma contradição entre a retórica revolucionária da FORA IX^a, presente “ao fim de todas as comunicações verbais e escritas” e

⁴⁷⁸ “La circular Zinovieff – su verdadero significado histórico - continuación”, *LOO*, 30/10/1920

⁴⁷⁹ “La circular de Zinovieff”, *LOO*, 16/10/1920.

em sua Carta Orgânica, e sua ação. Porém, Pacheco não denunciou diretamente ou exemplificou tal comportamento apontando para alguma atitude específica tomada pela FORA IX^a. Para exemplificar a “enorme distância que separa as palavras dos atos”, optou por retomar as discussões sobre o desemprego realizadas durante a conferência da OIT em Washington em novembro do ano anterior. Pacheco mencionou a intervenção dos delegados operários Gino Baldesi da Itália e Leon Jouhaux da França quando estes tratavam de relacionar a desocupação operária com a escassez de matérias primas e sugeriram que a Liga das Nações organizasse a distribuição equitativa destas entre os países. Sobre o posicionamento dos delegados, Pacheco comentava:

“Quer maior ingenuidade, para não falar um palavrão? A Liga distribuindo equitativamente o carvão que o capitalismo da Inglaterra e dos EUA tem especial interesse em açambarcar? (...) A Liga fazendo indiretamente o bem-estar da classe trabalhadora ao ‘obrigar’ aos ilustres capitalistas nela representados a abdicar do que obtiveram ao custo da guerra”.

Em contraposição,

“Não seria mais prático e mesmo mais revolucionário dirigir-se diretamente aos trabalhadores ingleses, aos mineiros, e incitá-los em nome dos interesses e necessidades de classe a que assumissem a administração das minas e o controle da distribuição de seus produtos?”

Para Pacheco ficava claro porque Zinoviev acusava a FSI de “amarela”. Prosseguia afirmando que os posicionamentos da FSI contrastavam diretamente com a Carta Orgânica da FORA IX^a, que, por sua vez, estabelecia como principal missão da organização educar os trabalhadores para assumirem o controle da “produção, transporte e a distribuição e intercambio da riqueza social”.

A acusação segundo a qual a IC estaria promovendo a cisão no movimento operário era desqualificada por Senra Pacheco, pois, ao contrário, os bolcheviques buscavam unificar e identificar as organizações operárias em aspirações e propósitos. O chamado nada mais significava que as federações sindicais deveriam se unificar primordialmente pela revolução. A autonomia do movimento sindical em nada seria afetada, já que as organizações haviam sido convidadas a ingressarem na IC como seções.

Foi ao final de seu texto que Pacheco abordou não só um dos cerne da polêmica instaurada na FORA IX^a pela “Circular Zinoviev”, como demonstrou uma guinada radical em seu posicionamento. Senra Pacheco, por fim, atacava o princípio de autonomia ideológico e de não vinculação da federação com grupos políticos. Em primeiro lugar, a adesão da federação à IC não poderia ser entendida como uma subordinação política, já que o Partido Comunista diferia totalmente daqueles partidos com propostas eleitorais e reformistas que a

FORA IX^a repudiava. O Partido Comunista propagava uma política de classe que não tinha nada a ver com o sufrágio universal. Por fim, sentenciava Pacheco:

“Estimo que, sim, a revolução a que estamos convocados deverá operar-se fundamentalmente no terreno da produção e troca, o que lhe dá um caráter essencialmente econômico, porém seria negar as consequências do materialismo histórico esquecer que a superestrutura política tem estreita ligação e vinculação com a economia e deve ser e será transformada ao mesmo tempo”⁴⁸⁰

Figura proeminente na organização, Bernardo Senra Pacheco ganhou certo destaque ao substituir Sebastián Marotta durante o período em que o secretário da FORA IX^a havia ido à Europa. As colocações de Pacheco, que havia sido um dos partidários da fusão da FORA e da CORA em 1915⁴⁸¹ e defendido a precedência da organização sobre os posicionamentos ideológicos em diversas ocasiões⁴⁸², entrava em choque frontal com a principal bandeira da direção Sindicalista Revolucionária da FORA IX^a. O movimento de ruptura proposto pelos bolcheviques e pela IC começava a ganhar adeptos no seio da direção Sindicalista Revolucionária.

O movimento grevista na Argentina, em um contexto de avanço em relação às pautas organizativas e de reversão dos resultados positivos parecia haver chegado ao seu limite. O abandono do apoio de Yrigoyen à FORA IX^a, do qual o comportamento hostil à federação durante a realização do Congresso da OIT foi um dos sintomas, parecia indicar que a nova “relação triangular entre Estado, capital e trabalho”, preconizada pelo *obrerismo yrigoyenista*, havia chegado ao seu fim. O único vínculo mantido do governo com o movimento operário após 1919 foi a FOM, mas, ao que parece, muito mais em decorrência dos interesses terrenos da manutenção da paz no porto durante a retomada das exportações do que pelo desígnio providencial de harmonização das classes do qual Yrigoyen estava incumbido⁴⁸³.

Neste contexto de reversão dos resultados das greves, do incremento da atividade patronal e de afastamento do governo, alguns setores Sindicalistas Revolucionários começaram a abrir mão da neutralidade política por uma definição ideológica mais radical – setor que poderíamos denominar de esquerda identificado aqui com os posicionamentos de Vicente Todaro e Bernardo Senra Pacheco -, enquanto outros - a direita Sindicalista

⁴⁸⁰ “La circular de Zinovieff (continuación)”, *LOO*, 23/10/1920.

⁴⁸¹ Ver Capítulo III, item 3.1.

⁴⁸² Ver seu posicionamento no IXº Congresso de 1915, SANTILLAN, Diego Abad, *La FORA – Ideología y trayectoria del movimiento obrero revolucionario en la Argentina*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pg. 237; seu discurso na cerimônia do Primeiro de Maio de 1919 (Capítulo IV, item 1); seu posicionamento durante o Congresso Extraordinário da F.O.R.A. IX^a em junho de 1919 (capítulo IV, item 3).

⁴⁸³ ROCK, op. Cit., pg. 216. Apesar de uma sensível queda em relação a 1919, no ano de 1920 as exportações argentinas superaram em cerca de 300 mil dólares a média da década de 1910. Ver Gráfico I, Capítulo II, item 1.

Revolucionária, identificada com os posicionamentos de Sebastián Marotta e Luiz Lauzet - apregoavam a necessidade de fortalecimento do organismo de classe sob o império da neutralidade ideológica como única forma de sobrevivência. Por sua vez, *quintistas* abriam mão de seu tradicional sectarismo em nome da autodefesa das organizações operárias e pela futura construção da unidade de toda a classe trabalhadora, assim como o PS sofria uma importante cisão. O impasse refletiu-se nas diversas organizações por meio das discussões em relação à Revolução Russa: não estariam os revolucionários russos indicando um caminho que pudesse romper este embaraço? Enquanto a discussão avançava nos círculos operários, o CF da FORA IX^a preparava-se para convocação de seu XIº congresso.

6. O XIº e último Congresso da FORA IXª

E se os camaradas pessimistas nos alertam que é absolutamente impossível ganhar os sindicatos (...) então eles devem dizer a si mesmos que a revolução social nestes países é impossível.

Solomon A. Lozovsky

A crônica mais completa sobre o XIº Congresso de 1921 que tivemos acesso foi a elaborada por Sebastian Marotta em sua obra sobre o movimento operário argentino e que já tivemos a oportunidade de citar em diversas ocasiões no percurso deste trabalho. Personagem central do período, e principalmente das polêmicas suscitadas neste Congresso, acreditamos não ser necessário nos estendermos sobre as limitações apresentadas pelo o relato do operário gráfico e historiador do movimento operário argentino. Ao mesmo tempo, sua obra ainda constitui-se como nossa principal referência sobre tema. Este capítulo tenta reconstituir o XIº Congresso realizando uma leitura crítica do relato de Marotta por meio do cotejamento deste com outras crônicas produzidas na época e publicadas no diário Socialista *La Vanguardia*, no semanário da FORA IXª, o *La Organización Obrera*, e no periódico patronal *Boletín de Servicios de la Asociación del Trabajo*. Infelizmente, não foi possível localizar nos arquivos e bibliotecas argentinos a crônica e análises publicadas pelos Comunistas em seu jornal *La Internacional*, muito menos dos militantes libertários da FORAC.

A reconstituição do XIº Congresso se justifica, pois entendemos que seus resultados foram determinantes para a derrota da greve geral de junho de 1921 e, por consequência, para o encerramento da onda de greves em Buenos Aires de 1917-1921. A FORA IXª experimentou um exponencial crescimento desde o início das mobilizações no porto de Buenos Aires ao fim de 1916 e transformou-se, nas palavras do inspetor do DNT José Elías Niklison, em um “novo poder”⁴⁸⁴ na República Argentina. Como consequência, viu-se a proliferação das organizações patronais que, principalmente depois dos eventos da Semana Trágica de janeiro de 1919, começaram a se organizar ativamente com o único objetivo de anular a organização sindical dos trabalhadores argentinos.

O sucesso da federação se deu em parte pelo apoio restrito, seletivo e informal do governo Yrigoyen, mas que lhe foi sendo retirado paulatinamente durante o ano de 1919 – com a exceção não sem importância da FOM. Frente ao impasse em que se encontrava o proletariado organizado no ano de 1920, a FORA IXª ainda foi sacudida pelas discussões

⁴⁸⁴ BDNT, N° 41, Abril de 1919, pg. 68.

relativas a adesão à Internacional Comunista de Moscou. A polêmica produzida pela “Circular Zinoviev” expressava sobremaneira os dilemas que permeavam a federação: frente ao avanço da reação patronal, a FORA IX^a deveria adotar uma postura defensiva e fortalecer a organização ou avançar em direção a uma política mais radical? Pensando nestas duas possibilidades, era possível conter ou dirigir a “anarquia de baixo”? Neste contexto, não é de se espantar que as divisões políticas e as disputas sobre a direção do proletariado argentino se acirrassem, ao mesmo tempo em que a bandeira da unificação do movimento operário fosse empunhada por todas as suas forças políticas. A questão é: alguém teria condições de unificar os trabalhadores argentinos?

6.1 As vésperas do XIº Congresso: Zinoviev foi atendido, à revelia do Conselho Federal

Passado pouco mais de uma semana da divulgação da “Circular Zinoviev”, o Conselho Federal da FORA IX^a, em reunião extraordinária, anunciou a realização do XIº Congresso durante a última semana de janeiro e a primeira de fevereiro de 1921.

A circular geral 15-A, datada de primeiro de outubro e distribuída para todos os sindicatos filiados, afirmava que “O XI Congresso encontra a FORA em presença de um franco progresso. Por isso mesmo, este ato deve-se revestir de uma extraordinária importância”. Posto isso, a circular assinada por Sebastian Marotta ainda recomendava que todos os sindicatos já comesçassem a fazer caixa para o financiamento da viagem de suas delegações. Neste mesmo sentido, o CF havia decidido cancelar a publicação dos suplementos mensais do *La Organización Obrera* para eventuais ajudas de custo⁴⁸⁵. A circular 17-A de 22 de outubro complementava as informações relativas ao congresso divulgando a data limite para o envio das ordens do dia pelos sindicatos afiliados (30/11), além dos dias exatos (de 29 de janeiro até 4 de fevereiro de 1921) e da localização, a cidade de La Plata a 57 quilômetros ao sul de Buenos Aires⁴⁸⁶.

Como vimos anteriormente⁴⁸⁷, os Sindicalistas Revolucionários, principalmente depois do IXº Congresso, passaram a implantar paulatinamente uma série de transformações na estrutura organizativa da federação que apontavam para três caminhos: a neutralidade partidária e doutrinária em nome do princípio de unidade da classe operária; a adoção de táticas de mobilização que não levassem ao conflito aberto com as forças repressivas; e, por fim, a consolidação da organização por meio de códigos mais rígidos e formais referentes à

⁴⁸⁵ “Undecimo Congreso Ordinario: Circular General 14-A”, *LOO*, 09/10/1920.

⁴⁸⁶ “Undecimo Congreso Federal”, *LOO*, 30/11/1920.

⁴⁸⁷ Ver capítulo III, principalmente os itens 3.3.2 e 3.4.

representação e às funções desempenhadas pelos órgãos da federação, além da substituição da organização por ofícios e por ramo de indústrias.

O entusiasmo que dominava alguns artigos publicados no *La Organización Obrera* parecia justificar a certeza de que aquilo que havia sido esboçado e sugerido nos dois últimos congressos poderia finalmente ser concretizado. Seria possível aprofundar esses três caminhos? O já citado cronista anônimo *Demo* exaltava a importância do XIº Congresso nas páginas do *La Organización Obrera* afirmando que “será um acontecimento sem precedentes na história do movimento operário da Argentina. E o será desde qualquer ponto de vista”. A enorme expectativa, ainda segundo o autor, era consequência direta do imenso crescimento da organização aliado ao “período febril”, tanto do ponto de vista da luta anticapitalista como de construção do movimento sindical. Para *Demo*, o crescimento da capacidade de luta dos trabalhadores nos últimos dois anos era notável e “As manifestações caóticas e inorgânicas – sem terem desaparecido completamente – são agora pouco frequentes”. Saltava à vista de qualquer observador que o movimento operário “tende a adquirir a consistência e a solidez que o habilitarão para viver jornadas decisivas e sair garboso da luta contra o capitalismo e a reação governamental”. Finalizava seu artigo pontuando dois aspectos que seriam centrais naquele congresso: por um lado, eram necessárias modificações relativas ao funcionamento interno da FORA IXª e que se adequassem a nova realidade da federação depois de dois anos de seu último congresso. Por outro, o congresso deveria se debruçar sobre as questões relativas à autonomia sindical, já disparadas principalmente pelas discussões sobre a “Circular Zinoviev”⁴⁸⁸. Se para *Demo* as questões se complementavam, a verdade é que o autor delimitava os dois campos antagônicos que começaram a se definir no seio da direção Sindicalista Revolucionária durante os meses anteriores a reunião operária e que entraram em choque em La Plata.

Em relação às modificações na organização da FORA IXª, já se sabia há tempos qual era a posição da direita Sindicalista Revolucionária. Em um artigo publicado em abril de 1920⁴⁸⁹ – ou seja, quase um ano antes da realização do XIº Congresso -, Sebastian Marotta louvava o enorme crescimento e a dimensão nacional que a Federação havia atingido desde seu IXº Congresso em 1915, resultado, segundo o autor, da libertação da organização da “influência perniciosa da seita; independente dos bispos e sacerdotes que (...) pretendiam orientá-la conforme os postulados de uma nova forma de clericalismo”. Frente à este cenário de crescimento (520 sindicatos, nove federações locais e seis federações por ramo industrial)

⁴⁸⁸ “Undécimo Congreso de la F.O.R.A – Será una transcendental asamblea del Trabajo”, *LOO*, 16/10/1920.

⁴⁸⁹ “Ante el crecimiento de la F.O.R.A.: Necesidad de reorganizar su mecanismo”, *LOO*, 23/04/1920.

e da dimensão nacional que a organização atingiu (presente nas 14 províncias e em nove dos 16 Territórios Nacionais), Marotta afirmava que “A carta orgânica que rege atualmente a FORA não responde já as suas necessidades. Forçosamente (...) sua revisão se impõe no próximo Congresso”. Tal revisão buscaria primordialmente que “As disposições passivas que contêm atualmente deverão transformar-se em ativas”. Reconhecia Marotta que as decisões adotadas pelo Xº Congresso foram completamente ofuscadas pelos eventos desencadeados seis dias após seu término nas primeiras horas de janeiro de 1919. Porém, para prosseguir com o progresso da federação, se impunha a revisão da Carta Orgânica.

O primeiro ponto que Marotta chamava atenção e que fazia parte daquelas disposições passivas que deveriam ser animadas pela reforma dos estatutos da Federação dizia respeito às federações por ramo de atividades. Para Marotta, a organização por ramo de indústrias não só ampliava o poder de luta dos trabalhadores, mas também educava a classe para quando esta reorganizasse a produção e a capacitava para assumir a gestão e direção de todo um sistema de organização industrial. Apesar de aprovada, a recomendação desta forma de organização durante o Xº Congresso, Marotta relatava a existência de apenas seis federações (FOM, FOF, *Federación Obrera Molinera*, *Federación Postal y Telegráfica*, *Federación de Empleados de Hospitales y Asilos Nacionales* e o *Sindicato de Obreros del Tanino*), mas também a possibilidade da criação imediata em alguns ramos como madeira, alimentação, metalurgia, construção, vestido e calçado. Para o secretário, a formação das federações por ramo constituir-se-ia em um excelente ponto de partida para que a FORA pudesse encarar plenamente em um próximo congresso a transformação de seu regime constitucional.

Outro ponto que segundo o autor já havia sido aprovado, mas necessitava ser colocado em prática, era a organização das federações locais. Estas, por sua vez, facilitariam a solidariedade entre sindicatos de determinada região e também educariam os trabalhadores para atividades em áreas mais vastas, como a provincial e mesmo nacional. Para Marotta, a organização das federações locais garantiria o apoio aos sindicatos locais sem muito poder de fogo, ao mesmo tempo em que se romperia com a lógica localista de suas lutas. O conjunto de federações locais deveriam conformar uniões departamentais e provinciais.

Formadas as uniões departamentais e por ramo de indústria, segundo Marotta, poderia se descentralizar a maior parte das decisões que sempre recaíam sobre os quinze membros do CF. Tal medida dotaria a FORA de maior agilidade, evitando que a auditoria dos atos e a vigilância sobre o cumprimento dos acordos estabelecidos pela organização fossem apenas realizadas pelos congressos e por seu organismo central. Delegados diretos eleitos pelas federações poderiam se reunir de seis em seis meses e tratar com um conhecimento mais

exato - do que poderia fazer o CF - sobre as questões que interessavam a classe operária do país.

Estas transformações levariam inevitavelmente à modificação do funcionamento do CF. Este deveria ser esvaziado de suas funções políticas, transformando-se em uma mera Comissão Administrativa. À esta Comissão estaria subordinado um secretariado que se encarregaria do trabalho diário da Federação e ambos estariam sob o controle de um Comitê Nacional Federal. Por fim, caberia ao congresso, realizado de dois em dois anos, fiscalizar e realizar a auditoria dos três órgãos permanentes, além de fixar as linhas gerais de ação e determinar a orientação a seguir pelos organismos centrais.

A inspiração para tal modelo de organização era a CGT francesa, que o sindicalista teve a oportunidade de conhecer em sua excursão europeia durante o ano de 1919. Segundo Marotta, era da central sindical francesa o “regime de organização (...) mais perfeito que conheci (...)”⁴⁹⁰.

Convocado o XIº Congresso mediante a divulgação da circular 14-A no início de outubro, Sebastian Marotta e Luiz Lauzet passaram a publicar alguns artigos que pretendiam servir de divulgação do XIº Congresso, ao mesmo tempo em que buscavam pautar as discussões que se pretendiam levar ali. Lauzet, em um artigo publicado ao fim de outubro intitulado “*Perspectivas del próximo congreso federal – Consideraciones previas*”, não chegou nem ao menos mencionar os debates relativos à circular Zinoviev. Insistia Lauzet que era “mister que desde já todos os militantes se preocupem destas importantes questões [relativas à reforma da Carta Orgânica da FORA IXª]”. Ao fim do artigo, reforçava

“Não obstante, gostaríamos [escrevia em nome do Conselho Federal] que desde já todos os camaradas se preocupassem seriamente com o assunto. Nossa FORA cresceu muito e, como consequência deste crescimento, surgiram novas necessidades e é indispensável que sejam estudadas conscienciosamente e satisfeitas na mais ampla medida no próximo congresso de La Plata”⁴⁹¹

Duas semanas depois era Marotta quem tomava a pena⁴⁹². Alertava que “Amigos e adversários; próprios e estranhos, têm neste momento sua atenção fixada sobre a magna assembleia nacional do Trabalho organizado sindicalmente”. Era um momento de relativa calma, mas isto não deveria enganar ninguém: “O perigo, não obstante, está pendente (...)” e justamente por isso que “a FORA deve propor-se no próximo congresso a estudar os meios

⁴⁹⁰ A influência da C.G.T. francesa sobre os Sindicalistas Revolucionários era antiga, mas não devemos nos deter nessa discussão.

⁴⁹¹ “Perspectivas del próximo congreso federal – Consideraciones previas”, *LOO*, 23/10/1920.

⁴⁹² “Perspectivas del Congreso – El lugar de su realización”, *LOO*, 13/11/1920.

defensivos que deve adotar no futuro”. Era necessário que o Congresso encarasse definitivamente os problemas relativos ao seu enorme crescimento, até mesmo para combater o “parasitismo da solidariedade em que vivem algumas organizações que exigem constantemente a ajuda de outros”.

O tom agressivo e alarmista adotado por Marotta logo revelaria sua razão. Na sequência de seu texto, o sindicalista afirmava serem completamente infundadas as acusações de que centrar a discussão nos aspectos organizativos da federação seria uma postura reformista por se desviar do que seus acusadores chamaram de “questões fundamentais de orientação sindical (...) a raiz da circular Zinovieff”. Para Marotta, ao contrário, as questões relativas à reforma da Carta Orgânica não se desvinculavam dos rumos políticos que a federação deveria adotar, já que “Falar de revolução sem deter-se em criar ou coordenar os órgãos da revolução será tudo o que se queira, mas não é revolucionário”.

Se a direita Sindicalista Revolucionária pretendeu que as questões relativas à revisão da carta orgânica dominassem o XIº Congresso, outra foi a resposta dos sindicatos. Em circular divulgada no dia 22 de Dezembro de 1920, o CF da FORA IXª noticiava quais foram as proposições enviadas pelos sindicatos que deveriam compor as pautas de discussão do congresso. Sobre as modificações da carta orgânica, foram enviadas poucas e pontuais sugestões, contrariando as recomendações de Lauzet e Marotta sobre a importância do tema. Por outro lado, as respostas dos sindicatos ao que poderíamos chamar de “pautas políticas” abundaram. Sobre a primazia e autonomia da federação em relação aos partidos políticos, chama atenção o envio de uma única proposição em sua defesa contra quatro a favor da colaboração com os partidos socialistas. Em relação às internacionais sindicais, apenas uma defendia a permanência na FSI contra cinco proposições que pediam a adesão à IC. Todas as setes proposições apresentadas relativas à formação de uma entente com a FORA Vº foram favoráveis⁴⁹³.

A circular geral 22-A redigida no dia 13 de janeiro pelo CF e publicada dois dias depois no *La Organización Obrera* informava a ordem dos assuntos a serem considerados pelo Congresso. Depois de cinco sessões organizativas – designação de comissões, eleição da mesa, etc.-, os delegados deveriam debater, em primeiro lugar, a memória e balanço do CF, em sua sexta e sétima sessão a orientação da FORA e questões internacionais. A sexta sessão, portanto, deveria deliberar sobre a precedência ideológica da FORA e somente depois dessa discussão se avançaria sobre as discussões disparadas pela “Circular Zinoviev”. Feitas estas

⁴⁹³ “Proposiciones de los sindicatos al Undécimo Congreso Nacional – Circular Núm. 20 A”, *LOO*, 01/01/1921.

deliberações, os delegados discutiriam a unificação do movimento operário e, por fim, as reformas relativas à Carta Orgânica. Ou seja, Zinoviev fora atendido.

Como resposta a esta situação, durante todo o mês de janeiro, o *La Organización Obrera* foi inundado por textos que evocavam, defendiam e até mesmo suplicavam pela precedência ideológica da federação, justificando ser este o único princípio capaz de manter as conquistas da federação e de dar condições para a unificação de todos os sindicatos do país. Novamente, Sebastian Marotta, *Demo*, um certo *Ludwig*, mas principalmente Luiz Lauzet, se encarregaram de formular a linha política que deveria substituir a defesa da reformulação da Carta Orgânica: evocar a unidade, defender a precedência ideológica e o Conselho Federal.

Lauzet, em um texto em que comentava as proposições feitas pelos sindicatos para o Congresso⁴⁹⁴, alertava que a discussão sobre a situação internacional da FORA estava totalmente vinculada com as questões relativas à autonomia e independência da federação dos partidos políticos. As diversas opiniões emitidas neste sentido, segundo o sindicalista, poderiam ser resumidas em três: a adesão da federação, independente dos partidos, à IC; a construção de uma ação conjunta ao PS; ou apenas levar em conta a seção argentina da IC, ou seja, vincular a federação ao Partido Comunista da Argentina. Afirmava que estas posições expressavam uma “grande confusão e a menor a falta de um sentido realista”, pois era óbvio que a autonomia e a precedência ideológica haviam levado ao enorme crescimento da federação. Concluía Lauzet que, antes de encaminhar a FORA para lá ou para cá, era necessário reforçá-la como entidade de classe.

Na semana seguinte, são dois os textos publicados pelo editor do semanário da FORA IX°. Nestes textos Lauzet insistia que estas discussões faziam parte da estratégia dos partidos de submeter o movimento operário aos seus desígnios⁴⁹⁵ e que se estes estivessem sinceramente aderidos à causa proletária não levariam ao seio do movimento sindical questões estranhas a este meio⁴⁹⁶. Por outro lado, ainda apareceu em seus textos outra explicação para o surgimento dos questionamentos sobre a precedência ideológica da organização. Na verdade, no primeiro texto acima citado, Lauzet já havia sugerido que toda essa confusão era explicada “pelas preocupações extra sindicais que muitos trabalhadores têm e das quais não sabem desprender-se para apreciar a realidade (...)”. Passado uma semana, o que era uma sugestão transformou-se em uma assertiva quando o sindicalista concluiu que “avaliada em geral, a consciência do proletariado da Argentina (...) está insuficientemente desenvolvida” e isso

⁴⁹⁴ “Proposiciones encontradas – La F.O.R.A. y la presidencia”, *LOO*, 01/01/1921.

⁴⁹⁵ “Por encima de todo: la unidad obrera nacional e internacionalmente”, *LOO*, 08/01/1921.

⁴⁹⁶ “Se plantea la creación de grupos comunistas”, *LOO*, 08/01/1921.

deixava os trabalhadores a mercê da influência das múltiplas doutrinas revolucionárias⁴⁹⁷. A conquista da unidade nacional e internacional seria um indicador de maturidade e seu contrário seria a demonstração de que a classe operária não tinha ainda moral para conquistar sua emancipação⁴⁹⁸.

Além dos colaboradores do *La Organización Obrera* e do próprio punho, Lauzet utilizou-se de outro recurso para reforçar a defesa da precedência ideológica nas páginas do semanário. Criou-se uma seção no jornal intitulada “*Juicios de la prensa sindical*”, onde eram reproduzidos artigos publicados nos diversos jornais dos sindicatos aderidos à federação e que comentavam e expressavam suas expectativas em relação ao XIº Congresso. Foram reproduzidos textos publicados no *El Obrero Gráfico*, *Tribuna Bancaria*, *El Obrero Letrista*, *El Obrero Ferroviario*, *El Obrero Ebanista*, *La Unión del Marino* e *El Obrero Metalúrgico*. Todos os textos publicados - alguns sem assinatura, outros assinados por assíduos colaboradores do semanário, como Augusto Pellegrini – corroboravam a linha política da direita Sindicalista Revolucionária, a saber, a defesa do Conselho Federal e da precedência ideológica da federação.

Os textos reproduzidos tem um tom mais coloquial e emotivo do que os produzidos para o *La Organización Obrera*, assim como uma menor virulência nas críticas aos partidos políticos. No texto reproduzido pelo semanário e originalmente publicado pelo *El Obrero Ebanista*⁴⁹⁹, Aurelio Hernandez reconhecia o papel dos partidos “que se chamam de classe” na formulação de críticas anticapitalistas, mas afirmava que os sindicatos, surgidos justamente da incapacidade de outras organizações fazerem a revolução, devem se desenvolver de maneira independente. Concluía Hernandez que a FORA IXª “não obedece, nem congrega em seu seio homens que se unem por opiniões, senão que estão ligados por interesses materiais, por um laço econômico (...)”. Roberto Pini, em artigo originalmente publicado no *El Obrero Metalúrgico*⁵⁰⁰, e Augusto Pellegrini, em um texto publicado no *La Union del Marino*⁵⁰¹, apontavam nesta mesma direção. Afirmava Pini que “O Congresso da FORA, antes que uma assembleia de homens que querem a revolução (...) deve ser um conjunto de produtores que se reunirão para que a revolução se faça”. Já Pellegrini ressaltava que “Na FORA, anarquistas, socialistas, sindicalistas, radicais e indiferentes, trabalham pela união do proletariado (...)”.

⁴⁹⁷ Ibidem.

⁴⁹⁸ “Por encima de todo...”, *LOO*, 08/01/1921.

⁴⁹⁹ “Juicios de la prensa sindical”, *LOO*, 22/01/1921.

⁵⁰⁰ “Juicios de la prensa sindical”, *LOO*, 08/01/1921.

⁵⁰¹ “Juicios de la prensa sindical”, *LOO*, 01/01/1921.

O texto de Pellegrini ainda procurava responder as acusações de *amarillismo* direcionadas à FORA IX^o, e em especial ao CF. O sindicalista recomendava aos delegados que fossem ao congresso com um espírito sereno e assim o fazia, pois “(...) escutei certa gente dizer com certa desfaçatez ‘já vão ver os do CF que há medo’, que ‘nós vamos nos apoderar da FORA’, etc., etc.”. Os questionamentos ao CF que Pellegrini procurava contestar não eram novidade: a relação da direção da FORA IX^o com o governo Yrigoyen e, conseqüentemente, a acusação do caráter reformista da organização. À estas acusações, o mesmo autor respondeu em um texto publicado no jornal *El Obrero Letrista* que “Se alguma vez foi [o CF] aos ministérios, por outro lado, mil vezes discutiu à bala os direitos do trabalho”. Porém, a defesa mais curiosa vem em seguida quando Pellegrini afirmava que “Ninguém usou tanto a violência nesse país como os sindicatos federados. Os atentados contra as pessoas e a propriedade são incontáveis”⁵⁰².

Não só à direita da FORA IX^a ficava clara a possível vitória dos partidários da filiação à IC no XI^o Congresso. Em circular destinada aos delegados Socialistas eleitos para o encontro em La Plata⁵⁰³, o Comitê Executivo do PS instruiu seus delegados a lutarem para que evitassem a adesão à IC dos sindicatos filiados à FORA, situação esta que provocaria “um novo motivo de divisões e lutas estéreis, que nos afastaria da unidade gremial conquistada depois de largos anos e dolorosas experiências”. A principal diretiva dos delegados socialistas no XI^o Congresso deveria ser a fortificação da FORA, “trabalhando para reunir em uma organização central todas as forças operárias do país, sem impor a elas etiquetas especiais e tutelas determinadas”. Para tanto, segundo o CE do PS, impunha-se a defesa intransigente da permanência da federação argentina na FSI. Em editorial publicado dois dias antes da abertura do Congresso, o CE reforçava sua postura. A adesão à IC seria o suicídio do movimento operário argentino, visto que provocaria novas divergências no movimento frente aos capitalistas cada vez mais organizados. O fortalecimento da organização sindical deveria ser o único objetivo do Congresso, situação que “Até os anarquistas da Federação do V Congresso compreenderam (...)”⁵⁰⁴. Cabe perguntar o que preocupava mais os Socialistas no caso da proposta pela adesão à IC ser vitoriosa no XI^o Congresso: a desagregação dos sindicatos reunidos na FORA IX^a ou a impossibilidade do PS de hegemonizar sua direção?

O esforço da direita Sindicalista Revolucionária na defesa da precedência ideológica e do CF era uma resposta à radicalização das bases expressada pelo resultado das proposições

⁵⁰² “Juicios de la prensa sindical”, *LOO*, 15/01/1921.

⁵⁰³ “El Congreso de la FORA y los delegados socialistas”, *La Vanguardia*, 26/01/1921.

⁵⁰⁴ “La fuerza del movimiento proletario”, *La Vanguardia*, 27/01/1921.

enviadas ao Conselho pelos sindicatos. Na última edição do *La Organización Obrera* antes da realização do Congresso, Sebastián Marotta publicou uma nota na qual fazia um breve e triunfante balanço da gestão do CF, cujos “procedimentos se ajustaram invariavelmente às necessidades do momento (...)”. Em tom de desafio, o secretário da FORA IX^a afirmava:

“Contrariamente aos que supõe que ele [CF] vai ao congresso como um réu ao banco dos acusados, onde será julgado pelo alto tribunal constituído pelos delegados sindicais, o fará com toda autoridade que lhe dá seu trabalho e empenho e a satisfação de ter cumprido, enquanto pode e soube, com seu dever”⁵⁰⁵.

Neste contexto, quiçá Marotta deveria ter prestado maior atenção ao alerta que seu companheiro Luiz Lauzet havia dado ainda no começo daquele mês. O editor do semanário, ao declarar que não era totalmente falsa a afirmação de que existiam elementos conservadores, fosse na FSI, fosse na própria FORA IX^o, refletia:

“a experiência nos tem mostrado frequentemente sobre a sorte que cabe aos militantes que não estão em concordância de espírito com as aspirações e os sentimentos da classe operária: costumam ser jogados pela janela”⁵⁰⁶.

6.2 O XI^o Congresso em números e perspectiva

A decisão de realizar o congresso em La Plata produziu mais questionamentos ao CF da FORA IX^a. Marotta reprovava nas colunas do *La Organización Obrera* certas insinuações que teriam sido feitas sobre esta decisão. Segundo o sindicalista, para além das ilações sobre os “misteriosos e ocultos” propósitos dessa decisão, se chegou “ao cúmulo de pensar que o CF trema ante a ideia de convocar um congresso na capital federal”⁵⁰⁷. Não existem muitos elementos que nos habilitem a afirmar com certeza o motivo da eleição da capital da Província de Buenos Aires para a realização do Congresso. O acesso às atas das reuniões do CF, para além do pequeno resumo reproduzido nas páginas do periódico da organização, poderia elucidar melhor essa questão. Haveria sido uma decisão unânime? As divergências dentro do CF em relação a outras questões teriam se expressado ou influenciado na escolha da capital da Província de Buenos Aires como sede do congresso?

Por um lado, era conhecido o caráter nacional que Marotta e parte da direção Sindicalista Revolucionária queriam imprimir ao congresso, dando conta da dimensão e abrangência que a organização havia adquirido sob seu comando. Neste sentido, deslocar o Congresso da Capital Federal poderia ter um significado simbólico. Também era notório

⁵⁰⁵ “Al inaugurarse el XI Congreso”, LOO, 29/01/1921.

⁵⁰⁶ LOO, 08/01/1921.

⁵⁰⁷ “Perspectivas del Congreso: El lugar de su realización”, LOO, 13/11/1920.

como uma parte significativa dos novos sindicatos filiados à FORA desde o Xº Congresso foram frutos diretos das excursões realizadas pelo interior por seus delegados e, por isso, deve-se ter em conta como estes estariam sob influência direta do CF. O organismo central não queria vê-los influenciados – ou disputados - pela árdua contenda política entre as correntes do movimento operário e cujo principal palco era Buenos Aires? Mas se almejavam tanto a presença dos sindicatos do interior, as recém-criadas organizações teriam condições de chegar a Buenos Aires ou La Plata? Mesmo distando apenas 59 quilômetros da Capital Federal, isto implicava em mais custos para o deslocamento, além das escassas opções de hospedagem. Dito isso, não se pode desprezar as ilações feitas contra o CF acima citadas: estaria a direção da federação procurando evitar em Buenos Aires a “anarquia de baixo” de quem, no contexto pós “Semana Trágica”, havia sido tantas vezes alvo?

Seja como for, os protestos contra a escolha do local do Congresso levaram o CF a formar uma comissão especial para se estudar a viabilidade de realizar o XIº Congresso na Capital Federal. Coube a esta comissão, retirada em uma reunião da *Federación Obrera Local de Buenos Aires* em 11 de dezembro de 1920, buscar um lugar adequado ao número de delegados e que comportasse uma grande plateia, além de arrecadar com os sindicatos fundos complementários para a mudança de local. A única proposta possível era o Teatro Coliseo, já que outros locais ou alegaram estarem ocupados ou se recusaram a abrigar “um ato dessa natureza”⁵⁰⁸. A circular ainda informava que o dinheiro arrecadado mal pagava uma diária do teatro, assim como havia ocorrido o total esvaziamento das reuniões chamadas pela comissão. Frente a esta situação, a comissão comunicava que encerrava seus trabalhos e reclamava que se “havia falado muito deste assunto, porém quando chegou o momento de realizar o que muitos companheiros queriam, foi visto como é mais difícil fazer do que falar”. Ou seja, outra possibilidade era que tanto a escolha de La Plata como de qualquer outro lugar poderia ter sido motivo para atacar o CF.

A edição do *La Organización Obrera* publicada no dia da inauguração do XIº Congresso trazia uma lista com os sindicatos que estavam com as suas cotizações quitadas e que, portanto, teriam direito de enviar delegados à La Plata. Estão listados 666 sindicatos espalhados pela Capital Federal, 13 Províncias e oito Territórios Nacionais⁵⁰⁹. Destes

⁵⁰⁸ “El Undécimo Congreso se realizará en La Plata: Informe de la Comisión especial encargada de arbitrar los medios para efectuarlo en ésta”, *LOO*, 15/01/1921.

⁵⁰⁹ O número de sindicatos por Província e Territórios Nacionais são: Capital Federal, 48; Província de Buenos Aires, 233; Província de Santa Fé, 97; Província de Entre Ríos, 90; Província de Córdoba, 77; Província de Tucumán, 20; Província de Corrientes, 17; Província de Santiago del Estero, 17; Província de Mendoza, 15; Território do Chaco, 13; Província de San Luís, 8; Território de Santa Cruz, 6; Território de Formosa, 4; Província de San Juan, 3; Território de Chubut, 3; Território de Misiones, 3; Território de Rio Negro, 3;

sindicatos, 111 deles foram criados somente entre os meses de setembro de 1919 a março de 1920. Porém, apenas 203 sindicatos do total de habilitados enviaram delegados ao Congresso. Dos sindicatos criados entre o fim de 1919 e começo de 1920, 37 foram representados por 44 delegados neste congresso. Mesmo com a participação de menos de um terço dos sindicatos habilitados pode-se considerar o XIº Congresso como o maior até então já realizado, tanto em número de delegados, quanto em número de sindicatos representados⁵¹⁰.

Gráfico 6.1: Número de delegados e sindicatos presentes nos Congressos da FORA IX^a

A expansão e maior abrangência nacional da FORA IX^a nos seis anos que separam o IXº Congresso do XIº Congresso não abalou, apesar de uma modificação não sem importância, a supremacia dos sindicatos e dos delegados provenientes do chamado litoral argentino⁵¹¹. Se em 1915 93,8% dos sindicatos e 94,5% dos delegados provinham desta região, em 1918 essa relação foi de 90,2% e 92,7% e em 1921 85% e 86,3%, respectivamente.

Na região do litoral, podemos observar a expansão da participação de sindicatos das províncias em detrimento da Capital Federal, mostrando a importância que a expansão da sindicalização no interior teve entre 1915 e 1921. Abaixo, podemos ver a evolução dos sindicatos representados por província, com especial destaque para as províncias do litoral.

Província de Catamarca, 2; Província de Jujuy, 2; Província de La Rioja, 2; Território de La Pampa, 2; Território de Neuquén, 1. “Nomina de los sindicatos al corriente con la caja federal y votos que le corresponden”, *LOO*, 29/01/1921.

⁵¹⁰ Todas as informações relativas aos sindicatos e delegados participantes dos três Congressos da F.O.R.A. IX^a foram retiradas de: SANTILLAN, Diego Abad, *La F.O.R.A.: ideología y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933); NIKLISON, José Elías, “Las organizaciones Obreras de Buenos Aires”, in *BNDT*, N°41, 1919; *La Organización Obrera*, 04/01/1919 e 12/02/1921. Deve-se notar que ao Congresso Extraordinário ocorrido no fim de junho de 1919 concorreram 255 delegados de 155 sindicatos. Porém, estiveram presentes ali diversos sindicatos não filiados a F.O.R.A. IX^a.

⁵¹¹ Compreendemos aqui a região litoral como sendo composta pela Capital Federal e as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e Córdoba.

Gráfico 6.2: Sindicatos da Capital Federal, das províncias do litoral e outras províncias e territórios nacionais representados nos Congressos da FORA IX^a

A expansão dos sindicatos nas províncias, por consequência, acabou quebrando a hegemonia dos delegados portenhos nos congressos.

Gráfico 6.3: Delegados da Capital Federal, das províncias do litoral e de outras províncias e territórios nacionais representados nos Congressos da FORA IX^a

Se os delegados que representavam os sindicatos da Capital Federal totalizaram 53,1% dos delegados em 1915, em 1918 não ultrapassaram 40% e chegaram a somente 20% em

1921. A hegemonia da Província de Buenos Aires se consolidou em 1921, quando o total de delegados desta região perfaziam cerca de 38% do total.

No segundo capítulo deste trabalho foi discutido como os trabalhadores do setor de transportes – ferroviários e marítimos - foram importantes, tanto para a reorganização do movimento operário durante a década de 1910, quanto para iniciar e liderar a onda de greves nos estertores da Primeira Guerra Mundial. Separados entre os rubros de transporte e produção⁵¹², abaixo segue a evolução da representação dos sindicatos e delegados, segundo os próprios.

Gráfico 6.4: Total de sindicatos representados nos Congressos da FORA IX^a, por ramo de atividade

⁵¹² No rubro de transportes foram incluídos os ferroviários, marítimos e sob a rubrica de outros foram agrupados, por exemplo, carroceiros e estivadores. Já sob a denominação de “Produção” estão todos os outros sindicatos englobando indistintamente se eram ofícios e profissões manuais ou mecânicas, se estavam ligados a setores da grande indústria ou onde predominavam a pequena oficina, assim como os sindicatos de “ofícios vários” que reuniam trabalhadores dos distintos rubros. Um estudo mais detalhado sobre os diversos setores representados nos congressos e a transformação de sua composição durante estes anos seria de enorme relevância para compreensão do período, mas impossível de ser desenvolvido neste espaço.

Gráfico 6.5: Total de delegados presentes nos Congressos da FORA IX^a, por ramo de atividade

Podemos observar o enorme crescimento das organizações dos trabalhadores ligados ao ramo de transporte, principalmente entre o IXº e o Xº Congressos, e sua estagnação entre o Congresso de 1918 e o de 1921.

Se é verdade que a FOM iniciou e em grande medida foi uma das principais protagonistas – se não a principal – da onda de greves, sendo reconhecida como principal interlocutora do movimento operário com o governo Yrigoyen, impulsionando a sindicalização de trabalhadores nas mais longínquas regiões, inspirando diversas mobilizações e funcionando como um verdadeiro fiel da balança destas por meio de boicotes e greves de solidariedade, o enorme crescimento absoluto dos sindicatos do ramo de transportes - plasmada no expressivo aumento de suas representações nos Congressos da FORA IXª – foi responsabilidade da FOF. Se tomarmos os sindicatos e delegados ferroviários e marítimos da região litoral presentes nos Congressos da FORA IXª, podemos observar o seguinte:

Gráfico 6.6: Sindicatos e delegados da FOF e da FOM nos Congressos da FORA IXª – região

litoral

A evolução no total de sindicatos representados e de seus respectivos delegados presentes nos três congressos repete-se caso nos debruçemos seja sobre os dados da província de Buenos Aires, seja nos da Capital Federal: um enorme crescimento entre o IXº e Xº Congressos da participação de sindicatos dos trabalhadores do transporte – principalmente ferroviários - e sua estagnação e ultrapassagem pelas representações ligadas aos ramos produtivos no XIº Congresso.

A representação dos sindicatos nos Congressos expressa diretamente três características da dinâmica da onda de greves em Buenos Aires. Em primeiro lugar, o crescimento da participação dos sindicatos de trabalhadores do ramo dos transportes entre os Congressos de 1915 e 1918 foi um reflexo da liderança e do pioneirismo destas organizações na reorganização do movimento operário ao fim da Primeira Guerra. Em segundo lugar, entre os Congressos de 1918 e 1921, o impulso mobilizador e organizativo dos trabalhadores do ramo de transportes se espalhou por todos os setores da classe operária, como podemos observar na enorme participação de delegados e sindicatos do ramo produtivo durante o XIº Congresso⁵¹³. Em terceiro lugar, o significativo crescimento da participação das organizações

⁵¹³ Na Capital Federal, durante o ano de 1917, o primeiro da onda de greves, quase 74% dos trabalhadores mobilizados pertenciam ao ramo dos transportes. De 1918 a 1921 o crescimento da participação destes se estagna e ganha destaque a participação dos sindicatos de trabalhadores ligados à produção, também em consonância com a mobilização. Os trabalhadores envolvidos em greves ligados ao setor dos transportes não voltaram a ser a maioria dos mobilizados no período: foram 28% (1918), 12% (1919), 34% (1920) e 40% (1921). Ver Capítulo II, item 2.5.

sindicais de fora da região do litoral no Congresso de 1921 exprime a dimensão nacional que as mobilizações adquiriram, principalmente depois da Semana Trágica de janeiro de 1919⁵¹⁴.

6.3 O XIº Congresso: a ausência da FOM e a deterioração das relações com o PS

No dia 29 de janeiro de 1921, a primeira sessão do XIº Congresso da *Federación Obrera Regional Argentina* foi aberta com a presença de poucos delegados. Muitos destes permaneciam em Buenos Aires à espera de uma resolução definitiva das três sessões da FOM da Capital Federal sobre sua participação no Congresso. Em uma assembleia anterior, os trabalhadores marítimos haviam deliberado por não enviar delegados, decisão que havia oposto a base ao Conselho Federal da FOM - cujo secretário geral e um dos principais dirigentes sindicais do período, Francisco García, era um destacado militante Sindicalista Revolucionário.

Antes da deliberação definitiva sobre o envio dos delegados marítimos ao XIº Congresso, os conselhos federais da FOM e da FORA IXª haviam se esforçado para que a participação fosse aprovada. Em um texto introdutório ao manifesto lançado pela direção da federação marítima exortando seus trabalhadores para que reconsiderassem sua decisão, os editores do *La Organización Obrera* afirmavam que “seria extremamente lamentável e até mesmo vergonhoso” que as três seções portenhas que compunham a mais importante seção do sindicato marítimo não estivessem presentes, pois “Seus antecedentes e sua indiscutível autoridade moral fazem, de todas as formas, imprescindível que estejam representadas no XIº Congresso federal”⁵¹⁵. Mesmo com a soma de esforços das direções da FOM e da FORA IXª, a recusa em enviar delegados foi confirmada.

Para compreender a ausência da FOM é necessário ressaltar que os marítimos estavam naquele momento inseridos em uma longa mobilização parcial contra a companhia anglo-argentina *The Argentine Navigation Company Nicolás Mihanovich*. O croata Nicolás Mihanovich – o “Netuno do Prata”, como ficou conhecido entre os trabalhadores - chegou à Argentina na década de 1860 e em 1898 fundou junto a outros compatriotas a *Sociedad de Navegación a Vapor Nicolás Mihanovich*, empresa que na primeira década do século XX já dominava cerca de 80% da navegação fluvial no país. Em 1909, a empresa associou-se com capitais britânicos, permanecendo sob controle da família Mihanovich um terço das ações. A modernização da navegação de cabotagem e fluvial argentina nos primeiros anos do século

⁵¹⁴ Ver Capítulo IV, item 4.

⁵¹⁵ “Un ponderable manifiesto de la Federación Obrera Marítima”, *LOO*, 29/01/1921.

XX, assim como em outros ramos da produção⁵¹⁶, foi acompanhada de um enorme processo de concentração e centralização de capitais, do qual Mihanovich foi o grande protagonista, chegando em 1914 a concentrar 78,3% dos capitais deste ramo de atividade. Mihanovich também era um ativo “militante” patronal e esteve envolvido tanto na criação e administração das organizações das empresas de navegação interior e de cabotagem, como o *Centro Marítimo*, o *Centro de Cabotaje Nacional* e o *Centro de Cabotaje Argentino*, como naquelas organizações mais gerais, a ANT, a *Sociedade Unión Protectora del Trabajo Libre*, a CACIP e a representante das empresas estrangeiras de navegação, o *Centro de Navegación Transatlántica*⁵¹⁷.

Frente à notória intransigência de Mihanovich em relação às reivindicações operárias, a greve dos marítimos havia se iniciado em fevereiro de 1920 em solidariedade aos trabalhadores dos estaleiros da companhia e também pelo não cumprimento pela empresa da principal peça de reconhecimento *ad hoc* pelo governo da FOM: os decretos de oficialização do Poder Executivo de 28 de março de 1919 que atribuíam, no papel, à Prefeitura dos Portos de Buenos Aires a seleção de trabalhadores de bordo e, na prática, à federação marítima. Apesar de toda a articulação e esforço das organizações patronais, a greve terminou em março de 1921 com a intervenção, favorável aos trabalhadores, do Ministro de Obras Públicas. Como resultado, os trabalhadores obtiveram a promessa do reconhecimento da FOM como representante dos trabalhadores marítimos, a obrigatoriedade de contratação apenas de trabalhadores filiados à federação e a formação de um tribunal misto de trabalhadores e patrões para resolução de todos os conflitos trabalhistas⁵¹⁸.

Apesar de bem sucedido, o prolongado e extenuante conflito com a companhia Mihanovich trouxe sérias consequências para a FOM. Esgotada economicamente, a federação começou também a sofrer com vários conflitos internos. Para Laura Caruso, “(...) terminada a greve parcial do ano de 1920, se expressaram cada vez com maior claridade diferenças e oposições políticas que levaram [*a FOM*] a uma difícil situação interna (...) As divisões se expressavam em diversos planos, como por exemplo, entre a Capital Federal e o Interior, entre as seções e o Conselho Federal, autonomistas contra centralistas”⁵¹⁹.

⁵¹⁶ Ver capítulo 1, ítem ¿??

⁵¹⁷ CARUSO, Laura G., “La huelga general marítima del Puerto de Buenos Aires, diciembre de 1916”, *Revista de Estudios Marítimos y Sociales*, Ano 1, Nº 1, Mar del Plata, Novembro de 2008, pp. 3-5. e CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos...*, pp. 136-158.

⁵¹⁸ CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos...* pg. 348-349.

⁵¹⁹ Ibidem, pp. 365-368 e RAPALO, María Ester, *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012., pp. 127-128.

Pela leitura do manifesto publicado ao fim de janeiro no *La Organización Obrera*, acima citado, é possível identificar que antes mesmo do fim da mobilização as diferenças e oposições políticas internas à FOM já começavam a ganhar certo vulto. Dois descontentamentos em relação à política do CF dos marítimos ficam evidentes neste documento, a saber, o rechaço às greves de solidariedade e a participação no XIº Congresso da FORA IXª.

Sobre os boicotes e greves de solidariedade, o manifesto assinado pelo CF admitia que a FOM havia se constituído “no anjo tutelar dos trabalhadores organizados, seja da federação ORA, da do ‘V’ ou ‘comunista’, dos autônomos”. Porém, afirmava o manifesto que esta atitude não deveria ser motivo de arrependimento ou questionamentos, já que a solidariedade dos marítimos “preenche a página mais brilhante e gloriosa de nossa história”. Para o CF, era necessário “diminuir um pouco a marcha”, mas não abrir mão das greves de solidariedade, pois assim a organização cairia no “corporativismo, a ponte mais curta para o reformismo anulador”.

Já sobre o rechaço à participação no XIº Congresso, o CF da FOM afirmava que “Salvo os casos de venalidade, considera que os camaradas procederam de boa fé, sinceramente, mas como os elementos de juízo não eram exatos nem reais, se perdeu o norte e se chegou ao erro, e este é tão grande que não tem justificativa (...)”. Para a direção dos marítimos, tal posicionamento alentava indiretamente os empresários com os quais a federação se enfrentava no momento, pois estes viam “nessas resoluções os primeiros sintomas de decomposição de nossa organização”. Segundo o manifesto, a ocasião era de união, pois o sucesso da greve até aquele momento só havia ocorrido porque “as filas da FOM se mantiveram compactas, e seus soldados, por cima das mesquinhas literárias ou doutrinárias, se sentiram marítimos”.

Era dever da FOM, prosseguia o documento, não apenas participar do congresso, mas propender com todo o seu poder de influência a fusão das forças operárias e acabar com a atual luta estéril. Para o CF dos marítimos, “A FOM, que ocupa o primeiro posto no exército operário da América Latina (...) deve concorrer ao Décimo Primeiro Congresso, fazer ouvir sua voz desde a alta tribuna que levantou no seio da FORA e deve orientar sua magna assembleia com o caudal da sua experiência”. Apelava-se aos trabalhadores que votassem na assembleia “sem que o sectarismo nos transforme em inimigos, senão como sinceros militantes que analisam uma situação, buscam o melhor caminho e empreendam juntos e em harmonia sua caminhada (...)”.

Seguindo a interpretação de Caruso, as discussões e disputas expressadas no seio da FOM, decorrentes das mobilizações do ano de 1920, seriam de duas naturezas. Em primeiro lugar, existiram discussões que tratavam do que a historiadora chamou de questões mais concretas e que, depois da mobilização, estavam vinculadas principalmente à prolongação excessiva dos mandatos no CF. Em segundo lugar, questões relativas aos métodos e princípios da federação e que demandavam uma maior autonomia das seções e “a constituição de reais sindicatos autônomos unidos por um conselho de carácter consultivo”⁵²⁰. De que maneira poderíamos interpretar as insatisfações que o manifesto evidenciava?

O rechaço às greves de solidariedade poderia expressar tanto uma como outra natureza de insatisfação. O boicote e as greves de solidariedade, que haviam servido para a construção da mobilização dos trabalhadores dos mais distintos setores e expressavam uma clara identidade de classe, ao serem rechaçadas, levantavam questões relativas aos princípios e métodos da federação. Por outro lado, era bem provável que os marítimos, extenuados pelo longo conflito, não estivessem dispostos ou em condições de seguir com sua política solidária aos outros sindicatos.

Em relação à ausência no XIº Congresso, também é plausível pensar esta atitude como expressão de ambas as naturezas de insatisfação. Pode-se inferir, do ponto de vista de princípios e métodos, que a deliberação sobre a ausência da FOM fosse o resultado do rechaço à política da direção Sindicalista Revolucionária em decorrência de uma maior radicalização dos marítimos, e que estes tivessem passado a identificar a FORA IXª como uma federação “amarela” – uma situação análoga a outras que já abordamos anteriormente⁵²¹. Ao mesmo tempo, questões muito mais imediatas poderiam ter influenciado essa decisão, como a necessidade de concentrar esforços na resolução do longo conflito contra a empresa Mihanovich em detrimento da participação no congresso.

Em seu livro sobre o período, Marotta atribuiu a ausência dos marítimos da Capital Federal ao sucesso de uma “manobra divisionista”⁵²², sem explicitar a favor de quem ou do quê. Já para o cronista do *Boletín de Servicios de la Asociación del Trabajo*, órgão de divulgação desta patronal, estava claro que a votação dos marítimos era “um sinal de protestos pela política obscura dos dirigentes [da FORA IXª] observada em todos os conflitos em que

⁵²⁰ CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos...*, pg. 368.

⁵²¹ Uma evidencia dessa radicalização foi a deliberação da seção da F.O.M., o *Sindicato Unión de Cocineros, Mozos y Anexos de a bordo* em dezembro de 1920 de aderir à I.C., ver “El Congreso de la FORA”, *La Internacional*, 25/12/1920. Também em um artigo intitulado “La lucha de ‘tendencias’ – Fracaso de los divisionistas”, publicado no *LOO*, 14/05/1921, se faz referência a atuação de “esquerdistas” na F.O.M. contrários ao envio de delegados ao XIº Congresso

⁵²² MAROTTA, Sebastian, *El movimiento sindical argentino, su genesis y desarrollo (1907-1920)*, Tomo III, Buenos Aires, 1970, pg. 17.

interviram”⁵²³. Por outro lado, o diário *La Vanguardia* assinalou que a decisão de maneira nenhuma representava “uma questão de decomposição do sindicato, nem de animadversão à FORA (...) tanto mais quanto que quase por unanimidade se deu um voto de confiança ao conselho federal, intimamente vinculado ao CF da FORA”⁵²⁴. Segundo o diário Socialista, a decisão foi tomada tendo em vista que o XIº Congresso deveria se dedicar à situação da FORA IX^a, e assim “dever-se-ia deixá-lo em absoluta liberdade de ação para que decida o que acredite ser mais conveniente”.

Seja por questões concretas mais imediatas vinculadas ao caminhar da greve contra a companhia Mihanovich, seja por questões relativas à condução política da FOM ou mesmo da FORA IX^a, a ausência dos marítimos da Capital Federal constituiu-se em um duro golpe para a direita Sindicalista Revolucionária. A ausência da FOM - espinha dorsal e peça chave no processo de construção Sindicalista Revolucionária da FORA IX^a - não se resumia à perda de três delegados e muito menos aos 4.376 filiados que estes representariam, mas também, e principalmente, pela enorme moral que os marítimos gozavam frente ao proletariado organizado do país.

Ao golpe sofrido pela direita Sindicalista Revolucionária com a ausência da FOM durante o XIº Congresso somava-se um sem número de problemas que haviam se acumulado no ano de 1920. Além das questões relativas à “Circular Zinoviev”, a “anarquia de baixo”, a situação entre o PS e o CF da federação encontrava-se em franca deterioração.

Se os Socialistas e a direita Sindicalista Revolucionária convergiam em relação às discussões sobre a “Circular Zinoviev”, esta aproximação parava por aí. Poder-se-ia mesmo falar em convergência? A verdade era que tanto o PS quanto o grupo de Marotta e Lauzet tinham, independentemente um do outro, muitas razões – fossem de ordem prática ou ideológica - para se oporem à filiação da federação à IC. A principal discussão que pautou a relação entre estes grupos às vésperas do XIº Congresso girou em torno das disputas e dos desdobramentos destas sobre o controle da organização que unificava a *La Fraternidad* e a FOF, a *La Confraternidad*.

Conformada em agosto de 1920 como resultado da reaproximação dos maquinistas e foguistas organizados na *La Fraternal* e pelas seções de tráfico e oficinas da FOF, a

⁵²³ “Cronica del movimiento obrero – El XI Congreso de la FORA”, *Boletín de Servicios de la Asociación del Trabajo*, Ano II, Nº 26, pg. 36. A partir daqui, BSAT.

⁵²⁴ “Federación obrera marítima – La asamblea de ayer”, *La Vanguardia*, 30/01/1921.

organização começou a ganhar corpo depois da publicação de um manifesto conjunto assinado em setembro de 1919 pelas direções de ambas as organizações⁵²⁵.

A chamada pela unidade e a constituição da *La Confraternidad* foi uma reação à retirada de apoio do governo aos trabalhadores ferroviários, plasmadas no não cumprimento dos acordos estabelecidos na greve de 1917 e na indiferença em relação à ofensiva das empresas ferroviárias contra as organizações operárias. Na prática, a organização nada mais era que um guarda-chuva que reunia os dois sindicatos sem que estes perdessem sua autonomia ou mesmo modificassem sua organização interna. A *La Fraternidad* seguiu extremamente centralizada e hierarquizada, enquanto as organizações da FOF (tráfego e oficinas) continuaram descentralizadas em diversas seções, cujos delegados encontravam-se quinzenalmente para determinar as políticas da federação. Nas palavras do historiador estadunidense Heidi Goldeberg, a “La Confraternidad apenas renomeou as antigas organizações sob um novo pacto mutual”⁵²⁶.

Da mera unidade formal dos sindicatos ferroviários irromperam todas as rusgas e antagonismos políticos do movimento operário do período. As discussões em torno da ação reformista ou revolucionária radicalizada tiveram ali também um terreno fértil opondo não apenas a *La Fraternidad* e a FOF, mas também atingindo internamente as diversas seções da última⁵²⁷. Porém, foi a disputa pela direção da nova federação que se transformou no principal campo de batalha entre o PS e os Sindicalistas Revolucionários. A contenda chegou até o ponto em que o CF da FORA IX^a não apenas recusou-se a participar de um ato chamado pelo PS no dia cinco de setembro de 1920 pela sanção das leis de barateamento dos aluguéis e do açúcar em trâmite no Senado, como aproveitou a ocasião para lançar uma consulta aos sindicatos filiados – a circular 14-A – perguntando se o CF deveria seguir o estabelecido pelo artigo 2º, inciso **a**, sobre a ajuda requerida por partidos políticos ou agrupações ideológicas – ou seja, buscar a “absoluta precedência frente às tendências ideológicas e partidos políticos”⁵²⁸ – e que atitude deveria ser tomada frente às agrupações partidárias voltadas para a ação sindical, como o Comitê de Informação Sindical do PS.⁵²⁹

⁵²⁵ “Hacia la unidad ferroviaria – Se sanciona en principio”, *La Vanguardia*, 07/10/1919.

⁵²⁶ GOLDEBERG, Heidi, *Railroad Unionization in Argentina, 1912-1929: The limitations of working classes alliance*, Ph.D., Yale University, 1979, pg. 197-200

⁵²⁷ *Ibidem*, pp. 214-227.

⁵²⁸ BDNT, N° 41, Abril de 1919, pg. 14.

⁵²⁹ MAROTTA, op. Cit., 291-293. Ver também, “Aplicando una disposición estatutaria – El C.F. de la F.O.R.A. somete al referéndum de los sindicatos la resolución pertinente”, *LOO*, 04/09/1920.

As respostas foram publicadas entre outubro de 1920 e janeiro de 1921⁵³⁰. Dos 201 sindicatos que responderam a consulta - sendo 41 deles sindicatos criados entre o fim de 1919 e começo de 1920 -, 148 se posicionaram contrários à colaboração com os partidos. A influência do CF sobre os novos sindicatos do interior fica evidente: 36 destes foram contrários à colaboração com os partidos. Entre os 36 sindicatos ferroviários que responderam, 23 foram contrários e 13 foram favoráveis. Entre os sindicatos domiciliados na Capital Federal, o resultado foi o mesmo: cerca de um terço manifestou-se favorável à colaboração com os partidos.

Este resultado não condiz com as proposições enviadas ao CF para a formulação da ordem do dia do Congresso, quando de cinco proposições apenas uma defendia a não colaboração com os partidos. Porém, se olharmos para os sindicatos que responderam à consulta do CF sobre a colaboração com as agremiações políticas e que estiveram presentes no XIº Congresso, a diferença entre o número de sindicatos que rechaçavam qualquer colaboração e aqueles que advogavam por ela diminui substancialmente. Neste caso, o rechaço à colaboração ainda venceria, mas apenas por 59 a 30. Ou seja, o CF pode ter se aproveitado dos inúmeros e pequenos sindicatos criados no interior e que estavam sob sua influência direta para produzir este resultado. Outro fator que pode ter colaborado para essa votação foi a identificação do rechaço proposto como uma resistência a colaborar especificamente com o PS, já que a consulta foi uma resposta à proposição dos Socialistas. A publicação das respostas à consulta no *La Organización Obrera* também pouco nos informa sobre as discussões internas a cada sindicato.

Porém, as deliberações de dois sindicatos sobre as proposições que deveriam ser defendidas no XIº Congresso adotadas em janeiro de 1921 evidenciam que não havia unanimidade dentro dos sindicatos sobre a precedência ideológica da FORA IXª, ou mesmo que se rechaçava apenas a colaboração com o PS. O *Sindicato de Obreros Taqueros* e a *Federación Obreros Metalúrgicos*, que em suas respostas à consulta do CF haviam se manifestado contrários a colaboração com agrupações extra sindicais⁵³¹, propuseram em suas assembleias moções ao XIº Congresso que não apenas defendiam a adesão à IC, como recomendavam a colaboração com a seção argentina desta, ou seja, com o PC⁵³². Se os

⁵³⁰ A primeira publicação com as respostas dos sindicatos ocorre em 09/10/1921 e a última em 29/01/1921.

⁵³¹ Sobre a decisão do *Sindicato de Obreros Taqueros*, ver “Resoluciones de los sindicatos federados sobre la circular 14 A del C.F. de la F.O.R.A.”, *LOO*, 30/10/1920. Já sobre os metalúrgicos, ver Resoluciones de los sindicatos federados sobre la circular 14 A del C.F. de la F.O.R.A.”, *LOO*, 11/12/1920.

⁵³² Sobre as deliberações da assembleia dos trabalhadores metalúrgicos, ver “Federación de O. Metalúrgicos – Propositiones al congreso de la F.O.R.A.”, *La Vanguardia*, 25/01/1921. Já sobre os *Taqueros*, ver “El XI Congreso de la F.O.R.A.”, *La Vanguardia*, 28/01/1921.

sindicatos corroboravam o mal estar do CF da FORA IXª com o PS, isto não significava uma adesão completa às diretrizes políticas do órgão central da federação.

6.4 O XIº Congresso: crônica de uma tragédia anunciada

Passados já dez minutos das dez horas da manhã e com a presença de cerca de 86 delegados, Sebastian Marotta, secretário geral do Conselho Federal da FORA IXª, declarou inaugurado o congresso. O operário gráfico, desde 1915 à frente da federação e um dos principais atores do seu crescimento, saudava os delegados do interior, principalmente aqueles provenientes de regiões que até então nunca tinham participado de um congresso da FORA. Ao encerrar seu discurso, Marotta propôs a nomeação de uma comissão de poderes para avaliar as credenciais e permitir que os trabalhos do congresso pudessem ser adiantados.

A primeira proposta já produziu certa confusão e levou a um longo debate sobre a conveniência de se nomear a comissão de poderes dado o escasso número de delegados presentes. Devemos recordar que naquela manhã muitos delegados ainda se encontravam na Capital Federal aguardando as resoluções da assembleia da FOM. Ao fim, a tentativa de impedir a votação é derrotada pela maioria dos votos. Foram eleitos: Miguel Briuolo (*Federación Gráfica Bonaerense* – FGB/Capital Federal), 64 votos; Rafael Greco (*Federación Obreros Metalúrgicos* – F. Metalúrgicos/Capital Federal), 51; Juan Cuomo (*Sindicato de Ebanistas, Similares y Anexos* – SESA/Capital Federal), 52; José Marotta (*Unión Obreros Municipales* – UOM/Capital Federal), 64; Emílio Lopez (*Federación Local Tucumana*- FLT/Tucumán). Sebastian Marotta foi eleito presidente, Luis Bartolo e Luis Lauzet secretários. A sessão foi encerrada com a leitura de moções de apoio às diversas lutas que estavam sendo travadas naquele momento no interior do país (Las Palmas, San Ignacio, Puerto Deseado, Santa Cruz, San Julian, Puerto Madryn) e aos marítimos da Capital Federal em conflito com a empresa Mihanovich, reforçada esta última com um apelo para que estes se incorporassem ao Congresso.

A segunda sessão iniciou-se às quatro e meia da tarde com mais de duas horas de atraso em um teatro cada vez mais cheio de espectadores e delegados. Tanto o *La Vanguardia* como o *La Organización Obrera* não especificaram em suas crônicas o porque da demora. Já o *Boletín Servicios de la Asociación del Trabajo* nos relata que o enorme atraso se deu em decorrência da assembleia da FOM. Segundo a publicação patronal, esperava-se ansiosamente a reversão da deliberação e a consequente chegada dos delegados marítimos para comporem a mesa. As notícias sobre a confirmação da não adesão ao congresso por parte da FOM

começaram a chegar em La Plata às três e meia da tarde, situação que, segundo o cronista patronal, gerou um enorme desalento entre os membros do CF da FORA IX^a, “enquanto no setor socialista a animação era evidente”⁵³³.

Ao iniciar-se a sessão, Luis Fernandez, delegado pela *Sociedad Escultores en Madera* (SEM-Capital Federal), denunciou a presença nas portas e mesmo na plateia de policiais das forças provinciais⁵³⁴. A denúncia de Fernandez provocou a primeira manifestação dos espectadores, cujo protagonismo apenas aumentaria ao longo do Congresso. Sob os gritos de protesto contra a presença policial, a mesa respondeu que o CF já havia enviado uma delegação para entrevistar-se com o chefe de polícia de La Plata e tratar do assunto. Dando sequência aos trabalhos, as deliberações da comissão de poderes sobre a validação de algumas delegações foi a responsável pelo primeiro embate de grande envergadura e que tomou um total de três dias e quase seis sessões do congresso.

6.4.1 O XIº Congresso: se não pode vencê-los, obstrua eles!

Miguel Briuolo, informando pela comissão, confirmou haver recebido até aquele momento 150 credenciais representadas por 135 delegados – ao longo do Congresso foram sendo incorporadas mais delegações, chegando a 190 delegados em sua quinta sessão. Foram rechaçadas pela comissão por unanimidade as delegações indiretas “que estão acumuladas em um grande número em apenas um delegado e procedentes de organizações domiciliadas em povos diferentes e distantes uns dos outros e que não estavam em dia”⁵³⁵. Várias das delegações do interior apresentaram representações indiretas, sendo assim, podemos entender que já na abertura o grupo de Marotta sofria um duro golpe. Ainda foi sugerida a impugnação de três credenciais e, por não haver unanimidade na comissão, caberia ao congresso decidir sua validação.

A principal polêmica⁵³⁶ girou em torno da credencial da *Sociedad de Obreros Curtidores/SOC-Capital Federal*, opondo, como nos narra o cronista patronal “justistas

⁵³³ BSAT, pg. 36.

⁵³⁴ . O *La Vanguardia* denunciou que operários estavam sendo detidos nas ruas e encaminhados para as delegacias, onde tinham apreendidos seus cartões de entrada que eram distribuídos para os policiais. “La policía obtiene tarjetas de entrada al congreso”, *La Vanguardia*, 30/01/1921.

⁵³⁵ “Segunda Sesión”, *La Vanguardia*, 30/01/1921.

⁵³⁶ As outras duas foram a da *Sociedad General de Obreros en Tabaco* (SGOT/Capital Federal) e a da *Unión Profesionales de Molinos* (UPM/Capital Federal). A impugnação das credencias da SGOT-Capital Federal devido ao atraso de 9 meses nos pagamentos das cotas, foi justificada pelo delegado do sindicato pelas greves que organização travou durante o ano de 1920. Em votação, foi aprovada por 72 votos contra 33. Já a da UPM/Capital Federal foi impugnada devido a uma denúncia da *Federación Obrera Molinera* (F. Molinera/Capital Federal) de que os profissionais estariam furando a greve dos trabalhadores em Buenos Aires.

[*Socialistas*] e comunistas (...) apoiados estes últimos pelos sindicalistas”⁵³⁷. Em nome da minoria da comissão de poderes, coube a Juan Cuomo justificar o rechaço a credencial do delegado Agustín Muzio, alegando que nada tinha contra a pessoa de Muzio, mas que este não sendo mais curtidor, e sim Deputado Nacional, não deveria ser aceito como delegado.

O primeiro delegado a se pronunciar sobre a questão foi o companheiro de sindicato de Cuomo, J.J. Pérez, que em tom provocativo afirmou que “o deputado Muzio havia seguramente incorrido em um erro” e, ao invés de ter se dirigido ao Congresso Nacional, havia ido ao congresso da FORA. “Razões morais (...) impedem que homens que não vivem do trabalho se mesquem às lutas operárias” e caso a credencial de Muzio fosse aceita, alertava Pérez, “amanhã viriam deputados radicais, etc., e não estaríamos em situação de rechaçá-los”⁵³⁸. Após a fala de Ricardo Cotos (*Federación Postal Telegráfica Sección Uniformados – FPTU/Capital Federal*) em apoio à impugnação da credencial, foi concedida a palavra ao próprio Muzio em meio a intervenções incidentais de outros delegados e da plateia.

O deputado delegado historiou sua vida militante e concluiu que, se havia sido eleito para um cargo político, isto era resultado do reconhecimento de seu compromisso com os trabalhadores. Afirmou que mesmo eleito para a câmara de deputados seguiu exercendo funções no sindicato e aceitou a delegação justamente para que “se colocasse pela primeira vez em um congresso operário uma situação como a sua”. Evocou alguns exemplos de delegações operárias compostas por parlamentares em congressos europeus e por fim encerrou sua defesa ameaçando: “que [*o congresso*] recapacite sobre o efeito que o rechaço de sua credencial produziria entre os numerosos [*delegados*] socialistas”⁵³⁹.

Depois da defesa do rechaço por M. Olivetta (F. Metalúrgicos/Capital Federal), Luis Fernandez tomou a palavra em defesa de Muzio. Alegando não compartilhar nem das ideias, nem das práticas do deputado, em sua fala provocou o CF da FORA IX^a perguntando: “posto que se fala que um deputado não pode ser delegado porque não é produtor, o que é que produz Marotta, secretário da FORA; Pallas e Lauzet, diretor e administrador, respectivamente, do órgão [*de imprensa*] da FORA, o que é que produzem?”⁵⁴⁰. A sessão encerrou-se com outra fala de Cuomo instando a Muzio que renunciasse sua delegação e se retirasse voluntariamente do Congresso para assim não tumultuá-lo mais. Na rua do Teatro Argentino, no coração de La

Ignorados os protestos de diversos delegados por algumas sessões, a credencial da UPM/Capital Federal foi aceita mediante a condição de que estes aderissem a paralisação dos trabalhadores.

⁵³⁷ “Segunda sesión”, BSAT, N° 26, pg. 36.

⁵³⁸ “Segunda sesión”, LOO, 12/02/1921.

⁵³⁹ “Segunda sesión”, *La Vanguardia*, 30/01/1921.

⁵⁴⁰ Ibidem.

Plata, um imponente destacamento da cavalaria observava a saída dos delegados e da cada vez mais numerosa plateia⁵⁴¹.

Retomado na manhã seguinte com a presença de 145 delegados e um público que já lotava completamente as duas primeiras galerias do teatro e vários palcos baixos, seguiu-se a discussão sobre a credencial de Muzio. As primeiras falas – interrompidas a todo momento por manifestações hostis dos delegados e da plateia – tomaram a defesa das credenciais de Muzio como uma defesa do PS. A temperatura subiu no Teatro Argentino, levando a plateia e delegados a interromperem tanto falas a favor como contrárias à permanência do deputado. Segundo o *Boletín*, “Delegados e plateia se atiraram chispas esmiuçando argumentos com o intuito de convencerem do que muitos poucos entendiam”⁵⁴².

Com Marotta presidindo a sessão, a mesa a todo o momento pedia ordem e ressaltava, se dirigindo tanto àqueles que atacavam o deputado quanto aos que o defendiam, que não se discutia o PS, muito menos qual partido representava melhor a classe operária, mas sim se sua delegação estava de acordo com o estipulado na carta orgânica da organização. Luis Bartolo secundou Marotta advertindo que não se discutia “se Muzio é deputado, nem se era socialista, senão simplesmente se era trabalhador curtidor na atualidade”⁵⁴³. Colocado em votação, a credencial de Muzio foi rechaçada por 107 votos contra 52 e 28 abstenções. Após a votação, o Teatro Argentino explodiu entre aplausos comemorando o resultado da votação e gritos de protesto em defesa do deputado. Na rua, um princípio de tumulto entre os espectadores do congresso foi dissolvido pela polícia no momento em que Muzio deixava o local.

A discussão sobre a credencial de Muzio já nos sugere algumas questões sobre o jogo que estava ocorrendo em La Plata. Enquanto os Comunistas aproveitavam estas discussões para denunciar o reformismo do PS - como fez Ramon Cuello, (*Federación Ferroviária* – FF/Cañadas de Gómez, Rosário) ao afirmar que se opunha à presença de Muzio pelo fato do “PS não ser um partido operário” ou na tentativa de alguns delegados em aprovar uma moção na qual afirmavam rechaçar a delegação dos curtidores, pois “Muzio não sustenta a luta de classes no seio do parlamento” e que isto “não implica em ser antipolítico”⁵⁴⁴ -, Sindicalistas Revolucionários se esquivavam de um enfrentamento direto ao tentar desviar a discussão sobre o PS para a questão estatutária de saber se Muzio era ou não operário naquele momento. Para o cronista patronal, os Sindicalistas Revolucionários, ao atuarem dessa maneira, logravam três coisas: evitavam possíveis represálias dos Socialistas, angariavam a simpatia

⁵⁴¹ Ibidem.

⁵⁴² BSAT, N° 26, pg. 37.

⁵⁴³ “Tercera Sesión”, *LOO*, 12/02/1921.

⁵⁴⁴ Ibidem

dos Comunistas e expulsavam a figura de Muzio sem ter de travar um debate político⁵⁴⁵. Fortemente desfalcados, os Sindicalistas Revolucionários, neste momento, tiveram que se apoiar nos Comunistas para derrotar os Socialistas. Porém, até quando poderiam utilizar-se dessa tática tendo em vista mais adiante a capital votação sobre a adesão à IC⁵⁴⁶?

O próximo tópico discutido tratava da acumulação de delegações, questão de enorme interesse para os Sindicalistas Revolucionários. A comissão havia rechaçado as cinco delegações indiretas atribuídas à Daniel Alvaredo, sendo duas da cidade de Urdinarrain e três de Gualeguaychú na província de Entre Ríos. Dos cinco sindicatos, dois foram fundados nas excursões de propaganda da FORA IX^a entre setembro de 1919 e março de 1920⁵⁴⁷. Em sua defesa, Alvaredo afirmou que estes sindicatos faziam parte da *Federación Obrera Departamental Gualeguaychú* e, portanto, segundo a carta orgânica, ele poderia representá-los. Luis Fernandez - que havia votado a favor de Muzio - e o Comunista Rafael Greco⁵⁴⁸ posicionaram-se contrários às credenciais de Alvaredo e propuseram que fosse aceito sem discussão o informe da comissão e suas restrições às delegações indiretas. Era agora a vez de Comunistas e Socialistas juntarem forças contra os Sindicalistas Revolucionários.

Mesmo com este esforço conjunto, a delegação de Alvaredo foi aceita provocando novas discussões em relação à outras delegações. Foram ainda colocadas em votação as delegações de Lorenzo Ferreyra, Enrique García e José Barrios⁵⁴⁹, que também terminaram aceitas. Outrossim foi o destino do delegado Graciano Reza da *Federación Postal Telegráfica Sección Postales da Capital Federal* (FPTSP/Capital Federal), cuja representação das seções do interior lhe foram negadas por uma expressiva votação⁵⁵⁰. Segundo nos informa o *Boletín*, “Este senhor deveu render tributo a sua filiação comunista e cair vencido pelos correligionários de Muzio”⁵⁵¹, porém nesta ocasião o cronista parece ter se equivocado, já que um dos defensores do rechaço à credencial foi justamente o Comunista e delegado pela

⁵⁴⁵ “Tercera Sesión”, BSAT, N° 26, pg. 37.

⁵⁴⁶ Já desde a divulgação da “Circular Zinoviev”, o ainda chamado P.S.I. havia claramente recomendado seus filiados que militavam nos sindicatos “sejam aderidos à FORA ou à Federação do Comunismo Anárquico que propaguem a adesão à F.S.I. vermelha”. “La circular roja y sus intérpretes”, *La Internacional*, 28/11/1920.

⁵⁴⁷ Os sindicatos representados por Daniel Alvaredo eram: de Gualeguaychú, o *Sindicato de Obreros Albañiles y Anexos*, o *Sindicato Empleados del Comercio* e o *Sindicato Estibadores y Anexos*; de Urdinarrain, o *Sindicato de Obreros Estibadores y Anexos* e o *Sindicato Recibidores y Encargados de Galpones*. As cinco delegações totalizavam os votos de 446 trabalhadores. *LOO*, 29/01/1921.

⁵⁴⁸ Cf. *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)*, Dir. Horacio Tarcus, Buenos Aires: Emecé, 2007, pg. 293.

⁵⁴⁹ Os sindicatos representados por Lorenzo Ferreyra eram todos de carroceiros e um de carregadores da província de Córdoba. Já García e Barrios representavam as diversas seções dos trabalhadores da companhia de tanino La Forestal de Santa Fé, estes últimos sob influência direta do C.F. da F.O.R.A.IX^a.

⁵⁵⁰ “Cuarta Sesión”, *LOO*, 12/02/1921 e MAROTTA, Sebastian, *El movimiento sindical argentino, su genesis y desarrollo (1907-1920)*, Tomo III, Buenos Aires, 1970, pg. 23

⁵⁵¹ “Cuarta Sesión”, BSAT, pg. 37.

FGB/Capital Federal Guillermo Rúgilo⁵⁵². Em seu livro, Marotta defende a representação de Reca alegando que esta tinha “caráter legal e estatutário”, o que nos faz crer que esta foi mais uma derrota dos Sindicalistas Revolucionários⁵⁵³.

Se em relação à credencial da FPTSP/Capital Federal não ficou muito claro o que estava em jogo, diferente foi o caso dos ferroviários. Os conflitos no interior da FOF entre as forças políticas do movimento operário explodiram, expondo a tentativa dos Sindicalistas Revolucionários de imporem os delegados do Comitê Central da FOF como representantes das seções do interior que ali não estivessem presentes, o que resultaria em um expressivo número de votos. A comissão de poderes havia compreendido que para estes delegados somente poderia dar-se-lhes um caráter consultivo. Delegados de diversas seções ferroviárias se manifestaram a favor do rechaço, pois “muitas [das seções] dissentiam da orientação da FORA”⁵⁵⁴ e por isto não haviam nem mesmo se incorporado ao Congresso. As delegações foram rechaçadas por votação, sendo permitida sua presença apenas com caráter consultivo. Antes de terminar a quarta sessão, mas não a discussão sobre os ferroviários, foi aprovado por unanimidade o apoio à Revolução Russa e eleita a mesa. A presidência ficou a cargo de um Socialista, Miguel Briuolo, e as vice-presidências com os Sindicalistas Revolucionários Pedro C. Alegría (FOM/Barranqueras) e Daniel Alvaredo (*Federación Obrera Departamental Guleguaychú*). Para secretários, foram eleitos os Comunistas Guillermo Rúgilo e Rafael Greco. Completavam os cargos de secretários, e cuja filiação política não pudemos identificar, Julian Gonzalez (*Sindicato Obreros Sastres, Costureras y Anexos – SOSCA/Balcarce*), José Diaz (*Sociedad Lustradores de Calzado - SLC/Capital Federal*), R. Bauleo (*Federación Ferroviaria Tráfico, Compania General – FOF (Cia. General)/Capital Federal*) e José Morales (*Federación Ferroviaria Talleres, Oeste – FOF (Oeste)/Capital Federal*)⁵⁵⁵.

A questão da delegação ferroviária voltaria no dia seguinte ao abrirem-se os trabalhos. O delegado do Comitê Central da FOF, José A. Vila, protestou energicamente pela decisão tomada no dia anterior. Novamente, uma enorme confusão se armou. Segundo o relato do *La Organización Obrera*, “Era impossível entender-se. As moções choviam a granel, umas pedindo que se passara a ordem do dia, outras insistindo que se reconsiderasse a resolução”⁵⁵⁶. No *La Vanguardia*, assim como no *Boletín*, os Sindicalistas Revolucionários eram acusados de procurarem implodir o Congresso. Segundo o cronista Socialista, a fala de

⁵⁵² Cf. *Diccionario...*, 592.

⁵⁵³ MAROTTA, op. Cit., pg. 23.

⁵⁵⁴ “Cuarta Sesión”, *BSAT*, Nº 26, pg. 37

⁵⁵⁵ “Cuarta Sesión”, *LOO*, 12/02/1921.

⁵⁵⁶ “Quinta Sesión”, *LOO*, 12/02/1921.

Vila havia promovido um grande incidente: “Alguns delegados, apoiados pela maioria do CF, se obstinavam em discutir o assunto, ao que se opunha a presidência, porque isso significava reconsiderar o resolvido pelo congresso em sua sessão anterior”⁵⁵⁷. Colocado em votação o já anteriormente decidido, novamente o direito a voto dos delegados do Comitê Central da FOF foi rechaçado por 70 votos contra 51. Não obstante, a confusão continuou. Nas palavras do cronista patronal, “(...) nem ante a evidência de tal maioria [*de votos*] o bloco Sindicalista se considerou vencido” e continuou protestando por mais quinze minutos⁵⁵⁸.

Como tentativa de contornar a situação e atendendo ao pedido de um delegado da FOF, a presidência colocou em votação – não sem ser interrompida pelos embates entre os delegados - se o secretário Sebastian Marotta poderia dar um informe baseado na Carta Orgânica da federação. Autorizado pelo Congresso, Marotta afirmou que o rechaço à delegação do Comitê Central da FOF feria o artigo 40⁵⁵⁹ do regimento da FORA IX^a, assim como no caso da FPTSP. Mais uma vez, os Sindicalistas Revolucionários tratavam a questão como um problema meramente estatutário. O secretário da FORA IX^a ainda asseverou ter avisado a comissão de poderes dessa situação, acusando seus membros de estarem agindo de má fé por nada terem mencionado a respeito. Sendo contestado aos gritos por Ernesto Xarrier, membro do Comitê Central da FOF e delegado pela FOF (Liniers/Oeste), Marotta respondeu acusando o ferroviário de ter votado em uma reunião do Comitê pelo direito deste de designar delegados para o congresso das seções que não poderiam estar presentes e mencionando o fato de numerosas seções terem delegado aos membros do Comitê suas representações por não poderem comparecer à reunião em La Plata. Um breve tumulto interrompeu a fala de Marotta, com diversos delegados ferroviários acusando o secretário da FORA IX^a de estar mentindo⁵⁶⁰.

Foi colocado o já votado em votação novamente e mais uma vez a tentativa de conceder direito de voto aos representantes do Comitê Central da FOF foi derrotada - dessa vez por uma margem menor de votos, 64 contra 52. A diminuição da diferença parece ter animado os Sindicalistas Revolucionários que passaram a exigir uma nova votação acusando fraude na contagem de votos. A campanha da mesa soava inutilmente tentando apaziguar os ânimos de delegados e plateia. Quando o presidente da mesa conseguiu propor que se

⁵⁵⁷ “Quinta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921.

⁵⁵⁸ “Quinta Sesión”, BSAT, N° 26, pg. 37.

⁵⁵⁹ O artigo 40 estipulava que “As Federações Locais ou de Indústria, cujos sindicatos componentes não tenham designado delegados, poderão representar, nas condições estabelecidas anteriormente, as organizações aderidas”. Porém, o artigo 38 afirmava que as delegações Locais ou de Indústrias teriam apenas caráter consultivo. A carta não deixava claro se, as Federações Locais ou de Indústrias, ao assumirem a representação dos sindicatos que não designaram delegados, passariam a ter voto. In LOBA, pg. 21.

⁵⁶⁰ “Quinta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921.

refizesse a votação, parte dos delegados contrários à esta proposta – segundo *o La Vanguardia* eram cerca de 50 – abandonaram o teatro em protesto e sob as vaias da plateia. A presidência encerrou a sessão, mas a confusão se prolongou pelas ruas e corredores do teatro, terminando apenas com a intervenção da polícia⁵⁶¹.

Apesar de em seu livro Marotta dar o assunto por acabado⁵⁶², na sessão seguinte a questão voltou à tona. Após os informes, a mesa leu uma declaração de repúdio contra a atitude dos membros do Comitê Central da FOF assinada por dez delegados ferroviários⁵⁶³, em sua maioria da Capital Federal. Depois de lida a declaração, outra votação foi levada a cabo e pela quarta vez foi rechaçado o direito a voto dos membros do Comitê ferroviário em nome das sessões ausentes. E também, pela quarta vez, iniciou-se um tumulto, agora com alguns delegados ameaçando retirar-se caso a presidência não parasse de tocar a campainha. O alvoroço foi contornado pela plateia e parte dos delegados que pediam a permanência dos delegados e entoavam “A Internacional” para acalmar os ânimos⁵⁶⁴. Por fim, os Sindicalistas Revolucionários foram derrotados em sua tentativa de ganhar os votos das seções ferroviárias ausentes do Congresso.

Apesar de mais uma derrota, ficava evidente que, se não tinham delegados suficientes para hegemonizar e conduzir politicamente o Congresso, os Sindicalistas conseguiam mobilizar um número de delegados capazes de entravar qualquer votação. Mais: pareciam estar dispostos a tanto. Perderam-se votos, mas ganhou-se tempo prolongando a discussão sobre as credenciais por quase seis sessões inteiras.

6.4.2 O XIº Congresso: a virada Sindicalista Revolucionária e a revolta da “anarquia de baixo”

Adiada o máximo possível pela obstrução Sindicalista Revolucionária, dever-se-ia agora propriamente passar aos assuntos referentes à ordem do dia. Segundo o estipulado, os delegados deveriam passar para a discussão sobre a memória do Conselho Federal. Porém, M. Plazas, delegado do SESA/Capital Federal, propôs a alteração da ordem do dia. Em sua

⁵⁶¹ “Quinta Sesión”, BSAT, Nº 26, pg. 38. Enquanto o *La Organización Obrera* silencia sobre os desdobramentos da discussão, o *La Vanguardia*, apesar de mencionar a continuidade desta nas ruas e corredores do teatro, afirma ter sido “a hora de comer” o que dispersou os contendentes. “Quinta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921.

⁵⁶² MAROTTA, op. Cit, pg. 24.

⁵⁶³ Da Capital Federal, assinaram: F.O.F. Talleres (Sud), F.O.F. Tráfico (Sud), F.O.F. Tráfico (Puerto), F.O.F. de Liniers (Oeste) e F.O.F. Talleres (Cia. General). De outras localidades: F.O.F. Talleres (Quilmes), F.O.F. Tráfico (Bullrich), F.O.F. Tráfico e Talleres (Mar del Plata) e F.O.F. (Vila María). “Sexta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921.

⁵⁶⁴ Ibidem e “Sexta Sesión”, LOO, 12/02/1921.

moção o sindicalista afirmava ser urgente a discussão sobre a união das organizações operárias e que, como consequência, deveriam ser adiadas as discussões sobre as relações internacionais da FORA IX^a até um futuro congresso de unificação, já que este assunto poderia constituir-se em um obstáculo para a unidade. Na fala de Plazas ficou evidente que os Sindicalistas Revolucionários queriam impedir a qualquer custo que a decisão fosse tomada no Congresso.

Mais uma vez o Teatro Argentino entrou em polvorosa. A proposição reconfigurava novamente a convergência entre as forças. Agora, Sindicalistas e Socialistas se contrapunham aos Comunistas, cujo principal objetivo naquela reunião era conseguir a adesão da FORA IX^a à IC. Enquanto os delegados enviavam um sem número de moções para a mesa, Briuolo afirmava que a presidência entendia que esta proposição deveria ser colocada em votação naquele momento, sem discussão. Segundo o *La Vanguardia*:

“A assembleia estava dividida em dois bandos. Uns, que apoiavam a presidência e a proposição dos ebanistas, gritavam aos outros que estes não queriam a união do proletariado (...) O outro bando queria discutir a alteração da ordem do dia e acusava ao da frente de explorar os sentimentos de unidade para fazer uma manobra tendenciosa”⁵⁶⁵.

O *La Organización Obrera* afirmava: “Os tumultos se repetiram. Uma parte dos delegados (instalados nos bancos da direita) entendia que a proposição deveria ser discutida porque alterava a ordem do dia”⁵⁶⁶. Para o cronista Sindicalista Revolucionário, toda a discussão se resumia – mais uma vez - a uma mera questão procedimental e estatutária. A medida que o vice-presidente Pedro Alegría insistia na votação sem discussão, a confusão aumentava com os dois grupos acusando um ao outro de não querer a unidade. A tentativa de se colocar em discussão a alteração da ordem do dia parecia ter mexido com os bríos da plateia, que aos gritos acusava os delegados contrários ao encaminhamento da presidência de “amarelos”. Colocada em votação, a alteração da ordem do dia venceu por 84 votos contra 44.

Frente a esta situação, o grupo de delegados derrotados na votação enviou à mesa uma proposição para que se realizasse a fusão imediatamente, sem discussão e com caráter incondicional. A proposição da fusão incondicional encaminhada pelo Comunista Rafael Greco tinha como intuito constranger qualquer proposição que fosse feita, especialmente subordinando a fusão ao adiamento da discussão sobre a adesão à IC. A unidade deveria ser feita por aclamação. Quando Marotta pediu a palavra para realizar a leitura das proposições, Greco partiu para o ataque afirmando que aqueles que se diziam defensores da unidade

⁵⁶⁵ “Sexta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921.

⁵⁶⁶ “Sexta Sesión”, *LOO*, 12/02/1921.

proletária agora queriam obstruí-la. Segundo o *La Vanguardia*, “A partir deste momento [intervenção de Greco] o congresso entrou em um estado extremo de confusão e desordem indescritíveis”. Ao tentar dar continuidade a leitura das proposições, a confusão apenas aumentou. Do meio dos delegados gritava-se que estariam presentes na plateia membros da Liga Patriótica⁵⁶⁷.

Após insistentes pedidos da presidência, conseguiu-se ler a proposta de fusão enviada ao congresso pelo CF da FOM. A proposição dos marítimos alegava - “consequente com a orientação que manteve desde sua fundação” - a necessidade de “criar uma só frente de ordem corporativo, nacional e internacional”. Considerava que a existência de outros organismos nacionais à margem da FORA atentava contra a coesão e unidade da classe e também promovia um desperdício de energia “em uma luta fratricida que os inimigos históricos da classe operária alimentam em seu benefício”. O documento se opunha à criação de uma entidade - como havia sido proposto pela FORA Comunista -, afirmando que esta seria “uma medida transitória condenada ao fracasso imediato, por que não estabelece direitos e deveres”. Apenas a fusão de todos os sindicatos e federações “pode e deve constituir a Frente Única que abaterá a Associação do ‘trabalho’, minguará a atividade criminal da ‘Liga Patriótica argentina’ e assegurará a estabilidade das conquistas operárias”⁵⁶⁸.

A proposta de unificação da FOM tinha três pontos. Em primeiro lugar, dever-se-ia constituir um comitê para preparar um congresso de fusão composto por delegados das duas federações, FORA IX^a e FORA Comunista, além de delegados da *Federación de Obreros en Contrucciones Navales*, *Sindicatos de Estibadores del Puerto de la Capital*, *Conductores de Carros* e *Unión Chauffeurs* representando os sindicatos autônomos. Em segundo lugar, este comitê deveria trabalhar de maneira independente aos núcleos dirigentes dos sindicatos representados. E por fim, que em três meses o comitê convocasse o congresso de unificação.

A força moral da FOM se fez sentir. Todas as outras proposições foram retiradas e a dos marítimos aclamada. A tumultuada sexta sessão se encerrava com um momento de confraternização. Para o cronista patronal, a aprovação da proposição dos marítimos constituiu-se em uma grande vitória dos Sindicalistas Revolucionários. Segundo este, “aprovando-se o chamado dos marítimos, estes ficariam moralmente obrigados a secundar as resoluções do congresso e impotentes para declararem-se autônomos”⁵⁶⁹.

⁵⁶⁷ “Sexta Sesión”, *La Vanguardia*, 01/02/1921

⁵⁶⁸ Ibidem e “Sexta Sesón”, *LOO*, 12/02/1921.

⁵⁶⁹ “Sexta Sesión”, *BSAT*, Nº 26, pg. 38.

A sétima sessão contou com a presença de 179 delegados deliberativos e 12 consultivos. Diversos delegados do interior relataram a situação calamitosa em que se encontravam, sendo perseguidos e até mesmo executados tanto pelas forças policiais quanto por guardas paramilitares. Nesta sessão ocorreu também a eleição dos delegados que deveriam compor o comitê de unificação. Das cinco vagas designadas para a FORA IX^a, ficou acordado que uma seria preenchida por um delegado da FOM. Os outros quatro delegados, todos da Capital Federal, foram eleitos naquela sessão, sendo eles Pérez Leirós (UOM/Capital Federal), J.J. Perez (SESA/Capital Federal), Miguel Gratácos (SGOT/Capital Federal), Luis Fernandez (SEM/Capital Federal). O cronista patronal nos informa, sem especificar, que entre estes delegados contavam-se três socialistas e um sindicalista⁵⁷⁰. Leirós era Socialista⁵⁷¹ e podemos inferir que Luis Fernandez também o era em decorrência de seu posicionamento nas discussões sobre a credencial de Muzio. Já sobre Miguel Gratácos, é possível deduzir que este era Comunista devido ao seu posicionamento nas discussões – ou na tentativa desta – sobre a adesão à IC durante o congresso, o que abordaremos em seguida. Sobre J.J. Perez, além do relato do *Boletín*, temos os ataques proferidos por este ao deputado Muzio que reforçam a possibilidade de que fosse Sindicalista Revolucionário. A primeira vitória política dos Sindicalistas não durou uma sessão: mesmo com a escolha de um delegado da FOM, estes perderam a direção do processo de unificação que deveria ser obrado pelo comitê de fusão. Porém, estes não aceitaram tão facilmente esta derrota.

No período da tarde teve lugar a oitava sessão. Deve-se destacar que no início desta ocorreu a única participação feminina em todo o congresso. Uma trabalhadora chamada Chamorro, do comitê pró-boicote aos cigarros Avanti, denunciou no plenário que muitos dos delegados estavam fumando cigarros dessa marca, o que atentava diretamente contra as operárias em greve daquela fábrica. Após seu discurso, aprovou-se uma proposição que reforçava a decisão do CF da FORA IX^a de boicotar os cigarros Avanti⁵⁷².

Dando sequência aos trabalhos do Congresso, foram feitas novas denúncias de abusos ocorridos no interior, desta vez com acusações dos delegados da *Sociedad Obrera de Oficios Varios* de Puerto Deseado e de Rio Gallegos, território de Santa Cruz, de omissão em relação aos conflitos na Patagônia por parte da FOM e do CF da FORA IX^a. Os peões das estâncias patagônicas recém haviam sido derrotados em uma violenta greve iniciada em novembro de 1920. Os delegados suplicavam para que o Congresso desse maior atenção ao que estava

⁵⁷⁰ BSAT, N° 27, pg. 61.

⁵⁷¹ Francisco Pérez Leirós foi eleito deputado quatro vezes entre 1924 e 1942 pelo P.S. Ver “Lista Oficial de Diputados desde la Organización Nacional”, acessado em www.archivodiputados.gov.ar.

⁵⁷² “Octava Sesión”, *La Vanguardia*, 02/02/1921

ocorrendo na Patagônia, mas o que se viu foi uma resposta dura aos delegados do sul por parte dos membros do CF da FORA IX^a e de Pedro Alegría em nome FOM. O congresso respaldou a defesa feita por Villacampa da atuação da FORA IX^a no sul por 99 votos contra 3 e ainda aclamou a moção de Guillermo Rúgilo para que todos estes assuntos que não estivessem na ordem do dia fossem encaminhados e tratados por uma comissão especial⁵⁷³. Socialistas, Sindicalistas e Comunistas se uniram contra os delegados do sul. Nove meses depois a “Patagônia Rebelde” seria massacrada⁵⁷⁴.

A discussão sobre a situação dos trabalhadores do sul do país foi sucedida por um novo tumulto produzido mais uma vez por uma intervenção de M. Plazas. O ebanista propôs à mesa que se declarasse a autonomia da federação na ordem internacional, pois entendia esta medida como necessária para não dificultar o processo de unificação. A tentativa de resolver a questão internacional de maneira sumária foi recebida com fortes protestos de delegados e plateia contra a mesa, acusada de “manifesta parcialidade ou desconhecimento de seus deveres” ao permitir que “divagações obstrucionistas” fossem aceitas a todo momento⁵⁷⁵. Restabelecida a ordem, passou-se para a eleição da comissão que deveria discutir as relações internacionais.

Os encarregados de anotar os nomes e contar os votos eram o Comunista Rúgilo e o Socialista Leiróz e ambos foram impugnados pelo plenário. Uma moção que pedia a substituição de Rúgilo foi apresentada pelos delegados ebanistas e mesmo com a presidência da mesa defendendo o delegado dos gráficos, não foi possível conter os ataques e o tumulto que se seguiu. Rúgilo, procurando evitar o prosseguimento daquela situação, se retirou da secretaria. Já Leiróz foi acusado por diversos delegados e membros da plateia de haver fraudado o número de votos contados. Recontado os votos no setor cujo delegado dos empregados municipais era responsável, observou-se uma diferença de dez votos do contabilizado na primeira votação. A diferença de votos provocou, nas palavras do cronista do *La Vanguardia*, “um fenomenal escândalo”. Leiróz tentou de todas as maneiras se explicar alegando que não tinha agido de má fé. Quando finalmente se pode escutar algo, o delegado admitiu o erro e colocou à disposição seu cargo. O erro ou má fé de Leiróz caiu como uma luva para a tática obstrucionista dos Sindicalistas Revolucionários.

⁵⁷³ Ibidem e LOO 12/02/1921.

⁵⁷⁴ FIORITO, Susana, *Las Huelgas de Santa Cruz, 1921-1922*, Buenos Aires: CEAL, 1985, pp. 10-15. A luta dos trabalhadores na patagônia foi imortalizada na obra de quatro tomos escrita por BAYER, Osvaldo, *La Patagonia Rebelde*, Buenos Aires: Planeta, 1992.

⁵⁷⁵ BSAT, pg. 61.

Dando deliberadamente prosseguimento à confusão, o membro do CF da FORA IX^a, Luis Bartolo, dirigiu-se ao plenário e afirmou: “Já o escutaram; o mesmo admitiu que contou mal; igualmente ocorreu em todas as [outras] votações”. A manobra dos Sindicalistas Revolucionários, responsável pela implosão da sessão, foi rechaçada por delegados e plateia. Segundo o *La Vanguardia*,

“O tumulto originado destas palavras foi o maior presenciado por este congresso. Uma grande quantidade de candidatos e boa parte da plateia reagiram acusando Bartolo de querer aproveitar um erro explicável para lançar dúvidas sobre todas as votações que haviam ocorrido, desfavoráveis, as mais importantes, aos elementos afins a Bartolo e as suas ideias (...) Vários delegados propuseram que se expulsasse Bartolo do congresso”⁵⁷⁶.

A oitava sessão foi encerrada, mas a confusão em relação às votações estava longe de acabar. No dia seguinte, a nona sessão iniciou-se com o anúncio da retirada do congresso da delegação da FOF (FCCA)/Tucumán lido por Emílio Lopez da FLT/Tucumán. Na nota, os ferroviários justificaram esta atitude pelo fato do Congresso estar sendo atravessado por discussões de pouca importância, “promovidas expressamente por delegados que parecem ter interesse em obstruir o trabalho do congresso”. Outros delegados se manifestaram simpáticos a esta ideia caso o congresso seguisse o caminho percorrido até agora⁵⁷⁷.

De nada adiantou. A mesa passou à leitura das moções apresentadas em decorrência dos incidentes da última sessão. A primeira delas, encabeçada por Pedro Alegría e assinadas por 40 delegações do interior e três da Capital Federal, exigia que se refizesse a votação para o comitê de unificação e sobre os delegados do Comitê Central da FOF, já que havia se “comprovado” que Perez Leiróz havia agido com parcialidade no cômputo dos votos. Caso a reivindicação não fosse aceita, os sindicatos que apoiavam a moção ameaçavam abandonar o congresso. Em contraposição, foi apresentada uma moção da *Sociedade de Obreros Bronceros* (SOB/Capital Federal) que afirmava não ter cabimento uma retificação.

Apesar de Vicente Todaro e Villacampa, ambos membros do CF da FORA IX^a, defenderem o resultado das votações, Pedro Alegría e Plazas não foram demovidos da tentativa de se realizar novamente as votações. Alegría, sempre falando como representante dos “delegados do interior”, titulação contestada pela plateia e outros delegados tantas vezes quanto foi enunciada, afirmava ser impossível realizar a unificação com a FORAC sob esta suspeição, já que os delegados desta poderiam afirmar que os delegados da FORA IX^a não representavam fielmente o Congresso.

⁵⁷⁶ “Octava Sesión”, *La Vanguardia*, 02/02/1921.

⁵⁷⁷ “Novena Sesión”, *La Vanguardia*, 02/02/1921.

Alegría foi interrompido durante toda a sua fala. Delegados e plateia trocavam insultos e acusações. O delegado da FOM/Barranqueras não se intimidou e provocou ainda mais seus detratores afirmando que os delegados do interior não deveriam se “contaminar com essa podridão”, que não vieram ao congresso obter simpatias para conquistar deputações no Congresso Nacional ou nos Conselhos Municipais e que o congresso encontrava-se sob a pressão de grupos políticos que queriam dominar a FORA. A fala de Alegría foi interrompida por um grito: “Mas vieram obter empregos do governo Radical!”. Segundo o *La Vanguardia*, os delegados à esquerda dirigiam todos os tipos de insultos à Alegría, enquanto a plateia o chamava de “políticos” e “traidores”. Alegría foi seguido por Emílio Lopez, cuja afirmação de que o público era arregimentado produziu um verdadeiro motim da plateia, impedindo o prosseguimento da sessão.

Na sessão seguinte, realizada na tarde do mesmo dia, Emílio Lopez retomou a palavra. Afirmou o delegado tucumano que “Os que pedem isso [*refazer as votaciones*] realizam uma manobra tendente a impor a vitória que não puderam ter”⁵⁷⁸ e que os delegados envolvidos nestas tentativas de “manifesta obstrução” preferiam dissolver o Congresso a admitir a derrota. Questionou Pedro Alegría sobre o por que de sua expulsão do *Centro Socialista de Resistencia* e rebateu as críticas de Alegría de que o Congresso estaria sob a pressão de grupos políticos, já que os Sindicalistas Revolucionários também agiam no congresso como grupo.

Após a fala de Emílio Lopez, Briuolo pediu esclarecimento sobre a moção aos seus apoiadores que admitiram abrir mão da realização de uma nova votação sobre as credenciais do Comitê Central dos ferroviários e que somente a eleição para o Comitê de Unificação fosse realizada novamente. Realizada a votação, os Sindicalistas Revolucionários conseguiram aprovar a reconsideração da eleição para o Comitê de Unificação por 97 votos contra 95. Vários delegados protestaram por não terem sido avisados ou esclarecidos sobre a proposição. Frente a esta situação, Miguel Gratácos sugeriu que fosse refeita a votação, proposição que desencadeou as manifestações mais violentas até então, interrompendo a sessão por cerca de uma hora.

Muitos delegados contestavam a votação, o que levou os membros do CF a pedirem a palavra a fim de exporem quais eram seus critérios para a reconsideração de matérias. Marotta afirmou que o CF sempre resolveu as reconsiderações por maioria simples, e como não havia nenhum ponto do regulamento de discussões que tratasse deste tema, acreditava que a maioria

⁵⁷⁸ “Decima sesión”, *La Vanguardia*, 03/02/1921.

simples deveria ser aplicável naquele momento. Todaro, por outro lado, alertava que não se tratava de reconsiderar um assunto, mas de retificar uma votação. Quando José Penelón - membro do CF da FORA IXª e um dos fundadores do PC - se posicionou no palco para falar, a plateia o impediu por meio de “uma gritaria ensurdecadora”. Segundo o cronista do *La Vanguardia*, “O congresso era nesse momento deplorável”. A plateia de pé vociferava contra Penelón, acusando-o de “político”. Alguns delegados pediram que a mesa retirasse a plateia do teatro - ao que esta respondeu com mais insultos - enquanto outros subiram ao palco inviabilizando a sessão. Marotta tomou a palavra e iniciou uma discussão com a plateia afirmando que, caso esta não parasse de obstruir os trabalhos, o Congresso seria realizado a portas fechadas. Depois de uma pequena confusão provocada por um homem que gritou “Abaixo a FORA”, Marotta asseverou: “Na plateia existem operários que querem que aqui se faça algo de bom em benefício da classe trabalhadora, mas também há indivíduos da polícia”. A plateia interrompeu o gráfico com mais violência ainda, levando à suspensão da sessão. Os cronistas do *La Vanguardia* e da *Asociación del Trabajo* concordavam: o Congresso havia se transformado em um espetáculo *bochornoso* (deprimente)⁵⁷⁹. Ainda segundo o cronista patronal, “O Conselho Federal, desorientado em absoluto e os delegados temerosos por terem provocado a justa ira da plateia, foram debulhados pelo fórum, perseguidos por sarcasmos e injúrias truculentas”⁵⁸⁰.

Briuolo, Penelón e Marotta. Ninguém foi poupado pela fúria da plateia. Se haviam policiais e provocadores entre os trabalhadores, como se vinha denunciando desde as primeiras sessões do Congresso, não é possível que toda esta confusão tenha sido resultado apenas da ação destes. Pelas diversas intervenções da plateia fica evidente também que a agitação de partidários e simpatizantes de tal ou qual agrupação ou orientação ideológica contribuíram para o clima tumultuado, mas não podemos desprezar a contribuição que a condução do Congresso e as disputas entre Sindicalistas Revolucionários, Socialistas e Comunistas tiveram para a irritação de delegados e plateia. A insistência dos Sindicalistas Revolucionários em tomar o Comitê de Unificação e obstruir ao máximo o Congresso havia desvelado a disputa política pela direção do movimento operário entre suas três principais facções em um grau intolerável para a “anarquia de baixo”. Nenhum lugar poderia ser tão adequado para tanto como um teatro. Neste momento, representantes e representados enfrentavam-se uns alheios aos outros e não mais se compreendiam. Restou aos

⁵⁷⁹ Ibidem e BSAT, Nº 27, pg. 62. Segundo a 22ª edição do *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Española, *bochornoso*, do latim *vulturnus*, “vento do leste”, significa “inquietação ou sufocamento produzido por algo que ofende, perturba ou envergonha”.

⁵⁸⁰ BSAT, Nº 27, pg. 62.

representantes abrirem mão dos representados e em uma reunião após a sessão foi vedado o acesso do público ao teatro.

Sem a presença da plateia, a eleição do Comitê de Unificação foi realizada novamente, apesar dos protestos dos Comunistas. Foi estipulado que apenas poderia se votar nos delegados dos quatro sindicatos com o maior número de filiados da Capital Federal. Foram eleitos o Sindicalista Revolucionário J.J. Perez (SESA/Capital Federal), o Comunista Juan Greco (FGB/Capital Federal), o Socialista Perez Leirós (UOM/Capital Federal) e Rufino Yosinsky do Comitê Central da *La Confraternidad*. Sobre a filiação ou afinidade política de Yosinsky, não foi possível encontrar muita coisa. O *Boletín de Servicios* afirma que o comitê agora estaria composto “apenas por um socialista contra quatro sindicalistas”, o que não é exato, já que Juan Greco havia sido eleito. Porém, frente ao silêncio dos delegados Sindicalistas após a votação, é bem provável que Yosinsky, se não fosse diretamente ligado aos últimos, tampouco fosse próximo aos Socialistas ou Comunistas. O fato de ser delegado do Comitê Central da *La Confraternidad*, cuja delegação foi defendida com unhas e dentes pelos Sindicalistas Revolucionários, também contribui para inferirmos sobre sua proximidade ao grupo. Assim, o Comitê de Unificação modificava sua composição, tendo agora maioria Sindicalista Revolucionária se computada a quinta vaga reservada para a FOM.

6.5 O XIº Congresso: não foi um fim com terror, mas um terror sem fim

A décima segunda sessão foi inteira dedicada à votação das comissões que deveriam discutir as relações internacionais da federação e as reformas na Carta Orgânica. Para a comissão de relações internacionais foram eleitos o Sindicalista Revolucionário Miguel Plazas (SESA/Capital Federal), José Marotta (UOM/Capital Federal), o Comunista Juan Greco (F. Metalúrgicos/Capital Federal) e José Morales (FOF Oeste/Capital Federal). Logo no início da sessão seguinte, os Comunistas Miguel Gratacos, Guillermo Rúgilo e Rafael Greco propuseram que se discutisse imediatamente as relações internacionais da FORA, já que a questão havia sido amplamente debatida em todos os sindicatos do país. Afirmaram ainda que passar à discussão da memória do CF era uma manobra dos mesmos elementos que “fizeram o congresso perder tempo com questões incidentais”⁵⁸¹. Ao fim, colocada a proposição em votação, foi aprovada a discussão sobre a memória do CF da FORA IX^a.

Sebastian Marotta tomou a palavra e realizou uma longa defesa de sua gestão na direção da federação. O secretário da FORA IX^a iniciou seu discurso acusando as “paixões

⁵⁸¹ “Decimatercera sesión”, *La Vanguardia*, 05/02/1921.

partidárias” pelo caos no Congresso e refutando as acusações de que “nós [o CF] temos aqui interesses criados e queremos a toda custa conservar nossos postos”. Afirmou que “Nós sempre trabalhamos como operários sindicalistas, atuando com toda a consciência (...) defendendo sempre a autonomia da federação e trabalhamos com muito esforço para que [esta] não fosse um esfregão dos partidos ou um brinquedo das seitas”⁵⁸². Reafirmou que não pretendiam com sua ação no CF conquistar cargos políticos e exortou o Congresso a retomar o prestígio perdido nas sessões anteriores.

Com a presença de um público assaz restrito, o primeiro debate sobre a atuação do CF foi extremamente morno, ainda mais levando em consideração o tema. É possível imaginar o quão diferente haveria sido a discussão sobre a atuação do CF durante a “Semana Trágica” caso esta fosse realizada na presença dos representados. A narrativa do CF sobre os eventos foi aprovada por 101 votos contra cinco, sendo interrompida mais vezes pelos delegados Comunistas com moções pedindo a aprovação imediata da memória do que por questionamentos sobre o proceder do CF durante a greve geral. A sessão ainda contou com um pronunciamento do secretário da FORAC, saudando a aprovação da unificação das federações pelo XIº Congresso. O representante da antiga federação do Vº Congresso fez ainda um apelo para que os congressistas deixassem as velhas divergências de lado – demonstrando o novo espírito que rondava a antiga FORA Vº -, já que os trabalhadores, principalmente do interior, não conheciam nada sobre estas questões políticas e “só queriam a liberdade que lhes negava o regime imperante”⁵⁸³.

A discussão que mais tomou tempo⁵⁸⁴ foi aquela relativa à atuação de Bernardo Senra Pacheco em nome do CF durante a greve geral de Mendoza de setembro de 1919. O representante do CF foi acusado por alguns delegados mendocinos de haver insuflado uma greve geral sem ter garantido o apoio da FORA IXª, de ter colaborado com as autoridades locais naquela ocasião e também de haver querido influenciar na nomeação de delegados daquela província para o XIº Congresso. Frente à constante insistência dos Comunistas de se aprovar a memória e se passar para a discussão das relações internacionais da FORA IXª, Marotta e Pacheco fizeram questão de que este ponto fosse discutido. Para Marotta, a insistência para que se discutisse a greve de Mendonza tinha um claro objetivo de defender acima de tudo a gestão do CF. Por outro lado, colocar em discussão o tema também expunha Pacheco a uma situação constrangedora. Colocar Pacheco em suspeição poderia produzir um

⁵⁸² Ibidem.

⁵⁸³ “Decimacuarta Sesión”, *LOO*, 12/02/1921 e *La Vanguardia*, 05/02/1921.

⁵⁸⁴ “Decimaquinta Sesión” e “Decimasexta sesión”, *LOO*, 12/02/1921, *La Vanguardia*, 05 e 06/02/1921 e *BSAT*, Nº 27, pp. 62 e 63.

desgaste ao seu grupo dentro do CF, tendo em vista a eleição do novo conselho da FORA IX^a. Por fim, a defesa de Pacheco foi aprovada por 72 votos a 19.

Em meio as discussões sobre a memória, ainda houve tempo para a ratificação do acordo estabelecido em junho de 1920 com a *Federación Agrária Argentina* (FAA), entidade que reunia os arrendatários da zona cerealista do país. Chegou-se na décima oitava sessão, cinco a mais do que o previsto, com a presença de pouco mais de 130 delegados e muito pouco tempo para se discutir as relações internacionais, a Carta Orgânica e a eleição do novo CF. Os Sindicalistas Revolucionários, impossibilitados de conduzir o Congresso para a discussão da reforma da Carta Orgânica, conseguiram impedir qualquer outra discussão.

Sobre a filiação às internacionais sindicais, Juan Greco apresentou os dois despachos elaborados por sua comissão. O primeiro deles decidia pela desfiliação da FSI, enquanto o segundo advogava pela adesão à IC. Porém, o próprio delegado Comunista defendeu que o Congresso não discutisse a questão, já que a escassa presença de delegados “lhe retira a autoridade moral”⁵⁸⁵ para tomar qualquer decisão a respeito do tema. A aprovação da adesão à IC sem apoio massivo dos delegados da FORA IX^a, ainda mais depois de um tumultuado Congresso, poderia provocar a cisão, situação que o próprio IIº Congresso da IC havia recomendado aos Comunistas que evitassem⁵⁸⁶. O plenário concordou em postergar essa discussão para o futuro congresso de unificação.

O último ato do Congresso foi a eleição do novo CF, cujo resultado foi o seguinte:

⁵⁸⁵ “Decimaoctava sesión”, *La Vanguardia*, 07/02/1921.

⁵⁸⁶ Ver Capítulo 5, item 3.

Tabela 6.1: Composição do CF da FORA IX^a eleito no XI^o Congresso

Conselheiro	Filiação	Sindicato
Rafael Greco	PC	<i>Federación Obreros Metalúrgicos</i> – F. Metalúrgicos/Capital Federal
Miguel Gratácos	PC	<i>Sociedad General de Obreros en Tabaco</i> SGOT/Capital Federa
Guillermo Rúgilo	PC	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
Juan Greco	PC	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
José Penelón	PC	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
Miguel Briuolo	PS	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
Vicente Todaro	SR	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
Adán Ibañez	SR	<i>Sindicato de Ebanistas, Similares y Anexos</i> – SESA/Capital Federal
Angel Renoldi	SR	<i>Sindicato de Ebanistas, Similares y Anexos</i> – SESA/Capital Federal
Ricardo Cotos	SR	<i>Federación Postal Telegráfica Sección Uniformados</i> – FPTU/Capital Federal
Senra Pacheco	SR	<i>Federación Gráfica Bonaerense</i> – FGB/Capital Federal
Pedro Alegría	SR	FOM./Barranqueras
José Morales	s/d	FOF Oeste/Capital Federal
Mariano Tadich	s/d	FOM/Capital Federal
Valentín Martín	s/d	<i>Sindicato de Pintores Letristas</i> - SPL/Capital Federal

Em comparação com o CF eleito no X^o Congresso, chama atenção a manutenção da hegemonia dos gráficos de Buenos Aires. Tanto em 1918 como em 1921, os sindicalistas da FGB/Capital Federal ficaram com seis vagas no Conselho Federal. Os trabalhadores dos transportes, tanto da FOM como da FOF, que também obtiveram seis vagas em 1918, viram sua presença no CF diminuir pela metade. Os empregados do correio mantiveram sua representação, enquanto os ebanistas aumentaram sua presença com a conquista de mais uma vaga. Metalúrgicos, operários da indústria do tabaco e da construção ficaram com as vagas restantes. A dinâmica da onda de greves atingia também a composição do CF, aumentando a representação de sindicatos ligados ao ramo produtivo em detrimento dos transportes. A maior presença de delegados do interior não modificou a hegemonia dos conselheiros provenientes da Capital Federal. Assim como em 1918, apenas uma das vagas foi preenchida por um representante de um sindicato de fora da Capital Federal.

Um total de 56 delegados receberam votos na eleição do CF. Apesar da eleição de alguns delegados próximos ao grupo de Marotta – como Adán Ibañez e Pedro Alegría -, deve-se destacar que o operário gráfico ficou em trigésimo lugar, Luis Lauzet em trigésimo primeiro e Luis Bartolo em quadragésimo segundo. O núcleo duro do Sindicalismo Revolucionário havia sido, nos utilizando das palavras de Luiz Lauzet, jogado pela janela. Marotta e seu grupo haviam conseguido obstruir a adesão à IC, porém isto lhes custou o controle da federação.

Dos quinze conselheiros eleitos, não nos foi possível identificar a filiação política de três. Mesmo assim, sem dúvida nenhuma, o que mais chama atenção neste escrutínio é a eleição de cinco Comunistas para o CF. Se não tiveram forças de impor sua linha política ao Congresso, saíram deste com uma significativa vitória. E apesar de ficarem com uma vaga a menos que os Sindicalistas Revolucionários – pelo menos dos que conseguimos identificar -, os Comunistas tinham em Vicente Todaro e Senra Pacheco dois aliados, principalmente em relação à filiação da federação na IC.

Porém, não foi assim que os conselheiros Comunistas encararam a questão. Passado poucos dias do fim do Congresso, os cinco novos membros do CF apresentaram sua renúncia. Segundo a carta assinada pelos Comunistas⁵⁸⁷, a renúncia foi decidida em protesto já que o Congresso não havia tratado das relações internacionais da FORA IX^a, o que significava a permanência da federação na FSI. Para os renunciantes,

“a gravidade do que implicitamente representa a continuação em Amsterdam, nos obriga, uma consequência natural, a não assumir nenhuma responsabilidade na direção da FORA, já que nestas condições os membros do Conselho Federal partidários da adesão a Federação Sindical Vermelha, não poderiam ter autoridade moral suficiente para prosseguir, desde o próprio seio do Conselho Federal, a obra de transformação que em sua orientação e organização interna a FORA necessita para responder as novas necessidade criadas pela intensificação da luta de classes”.

A atitude dos Comunistas pode ser entendida como consequência de uma armadilha, resultado da ambiguidade contida nas mensagens da IC sobre a atitude dos Comunistas frente aos sindicatos – na verdade, resultado das disputas internas nesse órgão sobre o tema⁵⁸⁸. Por um lado, no documento referente ao sindicalismo produzido durante o IIº Congresso da IC já

⁵⁸⁷ “Renuncia del Consejo de la FORA”, *La Internacional*, 19/02/1921.

⁵⁸⁸ Sobre as discussões sobre os sindicatos durante o IIº e o IIIº Congresso da I.C., principalmente entre a esquerda alemã e os bolcheviques, ver *Second Congress of the Communist International. Minutes of the Proceedings*, Londres: New Park Publications, 1977 (versão digital: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/>) e BROUÉ, Pierre, *História da Internacional Comunista: 1919-1943*, T. I, São Paulo: Sundermann, 2007, pp. 275-304.

citado neste trabalho⁵⁸⁹, afirmava-se que os Comunistas não deveriam se afastar dos sindicatos considerados “oportunistas” em estado de ebulição política. Nestes sindicatos, era dever dos Comunistas realizar, “na medida do possível, uma união perfeita entre sindicatos e o partido comunista, subordinando-os a este último”. A formação de agrupações nos conselhos de fábrica e sindicatos era o que possibilitaria aos Comunistas apoderarem-se do movimento sindical e dirigi-lo. Por outro lado, em relação a FSI - “uma organização de banditismo capitalista” e que, por outro lado, reunia boa parte dos sindicatos “oportunistas” europeus em ebulição política - os sindicalistas Comunistas deveriam combatê-la e trabalhar pela criação de uma nova frente sindical internacional. Zinoviev era mais claro ainda em sua circular: “as diferentes federações estarão obrigadas a romper com a Federação Sindical Internacional de Amsterdam”⁵⁹⁰. Com a eleição do novo CF da FORA IX^a, os Comunistas não haviam dado importantes passos para controlarem a federação? O processo de radicalização política que muitos sindicatos filiados a federação passaram desde a “Semana Trágica” não eram sinais da tal “ebulição política”? Por que as relações da FORA com a FSI tiveram maior peso na decisão dos Comunistas do que o fato destes terem assumido importantes cargos de direção na maior federação operária do país, ou mesmo da América Latina?

Luiz Lauzet, em um dos seus últimos textos⁵⁹¹ antes de abandonar o posto de editor do *La Organización Obrera*, fez algumas colocações importantes sobre as renúncias do CF. Em primeiro lugar, o Sindicalista Revolucionário se perguntava o quão importante eram as relações da federação com a FSI, já que estas não passavam de uma “ligação puramente moral que não tivemos ocasião de traduzir em atos”. Apesar de podermos com muitas mediações aproximar a condução da FORA IX^a a alguns cânones do reformismo sindical europeu, deve-se dar certa razão a Lauzet. Ou seja, podemos encarar algumas concepções e ações da direção Sindicalista Revolucionária como semelhantes e inspiradas no reformismo dominante na FSI, mas de maneira nenhuma devemos pensá-la como algo semelhante aos aparatos burocráticos sindicais europeus que compunham a Internacional de Amsterdam – apesar deste ser o desejo de muitos de seus dirigentes. Para o Sindicalista Revolucionário, era de “uma chocante candidez” pensar que “a cor tem uma influência mágica e que os trabalhadores da Argentina modificariam sua mentalidade e seus procedimentos de luta apenas dizendo-lhes que a FORA está em Moscou e não em Amsterdam”.

⁵⁸⁹ Ver Capítulo 5, item 3.

⁵⁹⁰ Ibidem.

⁵⁹¹ “Cinco renunciias”, *LOO*, 19/02/1921.

A explicação mais plausível para estas renúncias reside no que Edgardo Bilsky chamou de “verdadeira corrida para chegar primeiro em Moscou”⁵⁹² protagonizada entre anarco-bolcheviques e Comunistas. Naquele momento, dois delegados representando diferentes organizações argentinas se encontravam a caminho de Moscou para participarem em julho do IIIº Congresso da IC, que ocorreria conjuntamente ao Iº Congresso da Internacional Sindical Vermelha (Profintern). Eram eles, Tom Baker, militante inglês da IWW na Argentina e no Chile, e que havia recebido um mandato para representar a FORAC na IC, e Rodolfo Ghioldi, professor, fundador do PSI e secretário geral do PC argentino⁵⁹³. A presença de um delegado representando uma federação que não estava filiada à FSI, enquanto os companheiros de Ghioldi dirigiam a única representante sul-americana da federação de Amsterdam, poderia trazer problemas para a admissão do PC como seção da IC. Invertendo-se a lógica sempre presente nas denúncias dos Sindicalistas Revolucionários contra os “partidos e seitas” que assediavam a FORA IXª com intuito de fortalecerem seus partidos, o PC abria mão da possibilidade de dirigir o movimento operário argentino para autoconstruir-se.

O maior e mais importante congresso da FORA IXª foi desastroso. As disputas entre as diversas facções do movimento operário obstruíram seu trabalho sobremaneira, insuflando certa insatisfação das bases com suas direções. Uma investigação pormenorizada sobre quem compunha a plateia do Congresso seria extremamente importante para terminar de entender o que realmente ocorreu no Teatro Argentino em La Plata nos primeiros dias de fevereiro de 1921.

O certo é que o grupo de Marotta não tinha forças para se impor, a não ser quando compunha com outras forças políticas, o que limitava seu campo de ação para pontos de discussão muito específicos. Na verdade, tampouco Socialistas, Comunistas ou mesmo o que denominamos como esquerda Sindicalista Revolucionária tinham forças para se impor. Este *borchonoso* empate serviu de combustível para a fúria dos representados presentes na plateia contra seus representantes no palco. Mesmo assim, foi notável o resultado final do Congresso com a eleição de cinco membros do jovem PC, intransigente defensor da IC e dos revolucionários russos, e talvez, mais afinados com as expectativas das bases. Mais: mesmo com os Sindicalistas Revolucionários dominando o Comitê de Unificação, sabia-se naquele

⁵⁹² La Semana trágica, pg. 219.

⁵⁹³ DOESWIJK, Andreas L., *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses*, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, pg. 169-171 e *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976)*, Dir. Horacio Tarcus, Buenos Aires: Emecé, 2007, pp. 251-256.

momento da disposição da FORAC em se alinhar à IC. Sendo boa parte do conselho das duas federações convergentes em relação ao tema, a possibilidade de anular a ação dos Sindicalistas no Comitê de Unificação era grande. Ao fim, mais notável ainda foi a oportunidade que os Comunistas perderam de construir uma possível hegemonia no movimento operário argentino ao renunciarem seus cargos alegando “questões morais”. Se para a IC “os comunistas assignam mais valor ao objetivo e à substância dos sindicatos que a sua forma”⁵⁹⁴, não foi o que ocorreu aos Comunistas na Argentina.

Finalmente, os sindicatos do interior, alardeados como um dos maiores trunfos do mandato de Marotta, pouca voz tiveram no Congresso, quando não foram repreendidos por criticarem a política que emanava de Buenos Aires. A todo momento se ouviram relatos, apelos e informes sobre a drástica situação do movimento operário no interior do país. As disputas pela direção da federação terminaram por se sobrepor às denúncias e apelos. É sintomático que nenhuma medida mais substancial tenha sido tomada em relação à ofensiva patronal no interior.

Se na Capital Federal, os trabalhadores organizados, em grande medida, conseguiram frear as duas grandes ofensivas patronais descritas por Maria Ester Rapalo entre 1918 e 1919⁵⁹⁵, em 1920 a AT e a Liga Patriótica passaram a concentrar seus esforços ali “onde os grandes sindicatos e outras agrupações colaboraram com a organização dos trabalhadores e se iniciavam movimentos reivindicativos”⁵⁹⁶. A acentuada queda nas exportações em meados de 1920 modificou a vantajosa posição que os trabalhadores do interior haviam adquirido nos últimos anos⁵⁹⁷, contribuindo também para a ação patronal. Ainda segundo a historiadora,

“Seguindo a rota da organização operária, a AT se encarregou da organização patronal em diversas áreas do interior; com estratégias unificadas ali e na capital, a contraofensiva patronal teve proeminência em grande parte do país e a simultaneidade de suas ações atentou contra as possibilidades de que os trabalhadores exercessem uma solidariedade efetiva. Às conquistas iniciais dos trabalhadores, em especial ao reconhecimento de seus sindicatos, lhes seguiu a contraofensiva patronal destinada a restituir uma autoridade que os patrões pretendiam ilimitada.”⁵⁹⁸

Devemos somar à coordenação, ao planejamento, às relações com o poder público e ao poder econômico das patronais os conflitos internos em que a FORA IX^a mergulhou - e

⁵⁹⁴ “El movimiento sindical, los comités de fábricas y de empresas”, in *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, VI. I, Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973, pg. 144.

⁵⁹⁵ RAPALO, María Ester, *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, pp.102-116

⁵⁹⁶ Ibidem, pg. 139.

⁵⁹⁷ Sobre os primeiros sintomas da crise no setor agroexportador, ver Di Tella, pg. 166. Para a influência desse contexto na organização dos trabalhadores, RAPALO, *Patrones y obreros...*, pg. 153

⁵⁹⁸ RAPALO, *Patrones y obreros...*, pg. 187.

cujo XIº Congresso foi a maior expressão - como determinantes para o sucesso da contraofensiva patronal. Aproveitando-se da distância, fosse dos grandes sindicatos, fosse do governo nacional, as organizações patronais promoveram um verdadeiro massacre dos trabalhadores das companhias de extração de tanino na região noroeste do país, das zonas produtoras de cereais na região litoral do país e na Patagônia. A ofensiva foi se aproximando da Capital, tendo os episódios da comemoração do Primeiro de Maio de 1921 na cidade de Gualeguaychú na Província de Entre Ríos - quando uma manifestação operária foi dissolvida pelos membros das organizações patronais com um saldo de seis trabalhadores mortos e 32 feridos - como um ponto de viragem: as organizações proclamaram haver implementado o trabalho livre em todas as zonas operárias e agrícolas do litoral. Restava apenas a Capital Federal. Com a FORA IXª e a FOM esgotadas, divididas e com um grande desentendimento entre as bases e a direção do movimento operário, o momento parecia propício.

Miguel Briuolo encerrou o Congresso louvando “a transcendental importância do acordo sobre a Unidade [*operária*] adotado pelo mesmo”⁵⁹⁹. Sobre o discurso de encerramento, o cronista patronal afirmou: “Por nossa parte, temos segurança que nem mesmo isso foi realizado. A união dos operários será uma realidade somente o dia em que os caudilhos brilhem por sua ausência”.

⁵⁹⁹ “Decimaoctava y ultima sesion”, *LOO*, 12/02/1921.

“A ordem reina em Buenos Aires!”

Em um trabalho apresentado no 53º encontro anual da *American Economic Association* durante a Segunda Guerra Mundial, o economista Willard Thorp, um dos elaboradores do Plano Marshall e assessor econômico da presidência dos EUA de Franklin Roosevelt à Dwight Eisenhower, chamava atenção para o fato das guerras serem sempre acompanhadas por um período de prosperidade econômica seguidas de significativas crises econômicas. Seja nas Guerras Napoleônicas, na Guerra Franco-prussiana ou na Guerra Civil nos EUA, os anos de conflito “(...) foram anos de atividade econômica, pleno emprego e de um grande volume de produção. Os preços das commodities subiram e a especulação esteve ativa. Estes anos são geralmente descritos pelos contemporâneos como anos de prosperidade”⁶⁰⁰. Porém, em cada um dos casos, terminado o conflito, a paz foi seguida de crises econômicas de dimensões catastróficas.

Em linhas gerais, prossegue Thorp, a guerra produz um boom criando novas indústrias, deslocando certos fabricantes para o ramo bélico e assim abrindo espaço para seus antigos competidores conquistarem posições perdidas. A capacidade excedente de produção desaparece levando consigo o numeroso exército de reserva composto de desempregados, mulheres e crianças, agora empregados na indústria. Ao mesmo tempo, o *win-the-war motive* carrega a inflação, decorrente dos imensos créditos e da expansão monetária para o financiamento de tamanho empreendimento. A especulação promove e estimula ainda mais a alta dos preços, provocando uma corrida ao mercado que atinge desde a dona-de-casa que não quer ver seu pote de açúcar vazio devido ao efeito corrosivo que a inflação produz nos salários, aos grandes comerciantes internacionais de matérias primas e alimentos que procuram aumentar ainda mais seus estoques na esperança de que amanhã o açúcar possa ser vendido mais caro ainda.

Ao fim do conflito, o desaparecimento repentino desta insaciável cliente produz um choque. O exército que retorna dos campos de batalha se alista no exército industrial de reserva; os créditos escasseiam e as fábricas e produtos que mais serviram ao conflito não servem à paz, engrossando ainda mais o número de desocupados. Os especuladores, frente à normalização da situação, veem seus preciosos estoques se transformarem em um peso morto e começam uma corrida para sua liquidação, corrida esta tão voraz quanto a que levou à sua acumulação, inundando o mercado com seus produtos e provocando a repentina queda dos preços acentuada pela falta de compradores, seja de industriais paralisados pela contração do

⁶⁰⁰Cf. THORP, Willard L., “Postwar Depressions”, *The American Economic Review*, Vol. 30, Nº 5, Fev. 1941, pp. 352-361.

crédito e pelo fim da demanda dos governos e seus exércitos, seja pelos trabalhadores agora desempregados.

Dentre os produtos que a Primeira Guerra Mundial consumiu com voracidade estava a carne argentina. Os acordos estabelecidos entre a Grã-Bretanha e a Argentina durante a guerra elevaram significativamente as exportações deste produto para a potência beligerante. Segundo o jovem Raúl Prebisch, devido aos enormes lucros produzidos pela pecuária em decorrência do crescimento das exportações, “Pessoas que nunca haviam se interessado por esta classe de operações, compravam e arrendavam fazendas (...) Comerciantes do atacado e do varejo da Capital Federal, especuladores e aventureiros convertidos da noite para o dia em criadores e invernadores, competiam nos negócios de fazenda com nossa, já de muito tempo arraigada, aristocracia de estábulo”⁶⁰¹. Em termos de valor, o aumento das exportações pecuárias em detrimento da cerealífera impediu que o choque externo produzido na Argentina ao iniciar-se o conflito mundial fosse um desastre econômico ainda maior. No ano de 1919 o valor das exportações pecuárias chegou aos 540 milhões de dólares de 2009, marca que somente seria superada na década de 1940⁶⁰².

O fantástico ano de 1919, quando o valor total das exportações argentinas ultrapassou a marca de um bilhão de dólares de 2009, era em grande medida reflexo do que R.H. Tawney chamou de “clima tropical” da economia britânica entre o fim da guerra e o ano de 1920. Ao encerrar-se o conflito, enquanto a demanda por uma série de bens de consumo se expandia naquele país, o capital não despendido na indústria bélica clamava por ser realizado e o governo tomava empréstimos para pagar suas dívidas alimentando a “(...) manufatura de créditos bancários e papel moeda”⁶⁰³. A circulação de notas do Banco da Inglaterra subiu de 79,2 milhões de libras em 1918 para 128,4 milhões em 1920. Paralelamente, o número índice de preços na Inglaterra entre 1918 e março de 1920 subiu 34%, o desemprego atingiu um nível próximo ao do pleno emprego dos anos de guerra em maio daquele ano e os lucros de trezentas grandes indústrias analisadas pelo *The Economist* tiveram um crescimento médio de 32,6% em relação a 1919⁶⁰⁴. Em 1920 a produção de ferro gusa e de aço na Grã-Bretanha foi maior que nos tempos de guerra, assim como a construção de navios e a produção têxtil. O boom forçou as empresas britânicas a lutarem ferozmente por posições em mercados que estavam perdendo espaço, fosse pela presença nestas praças de produtos de outros países ou

⁶⁰¹ PREBISCH, Raúl, *Anotaciones sobre la crisis ganadera*, (s.d.), Buenos Aires: 1923, pg. 36.

⁶⁰² Capítulo II, item 1.

⁶⁰³ TAWNEY, R. H., “The Abolition of Economic Controls, 1918-1921”, *The Economic History Review*, Vol. 13, Nº 1/2, 1943, pg. 15

⁶⁰⁴ FEIS, Hebert, “The Industrial Situation in Great Britain: From the Armistice to the Beginning of 1921”, *The American Economic Review*, Vol. 11, Nº2, Jun. 1921, pp. 264-265.

fosse pelo protecionismo de guerra, ao mesmo tempo em que os mercados russo e alemão haviam evaporado⁶⁰⁵. Assim, mesmo batendo recordes de produção, as exportações britânicas em 1920 foram 36% menores que em 1913⁶⁰⁶.

Entre o empresariado britânico havia o entendimento de que os controles exercidos pelo governo contribuía ainda mais para tal situação. Urgia o desmantelamento e abandono das comissões de produção e comércio, das fábricas estatais e do controle de preços estabelecido durante o conflito. Para Tawney, além deste “(...) último espasmo do individualismo do século XIX, esforçando-se para recuperar em seu leito de morte as rudimentares energias de sua juventude desaparecida”, a preocupação do governo em garantir a rápida transferência dos soldados, e também dos trabalhadores das indústrias de guerra para empregos civis, passava pela expansão da atividade industrial - necessidades que o levaram a adotar indiscriminadamente a grita do empresariado⁶⁰⁷. O enorme crescimento do déficit público - de 711 milhões de libras em 1914 para mais de 8 bilhões de libras em 1919⁶⁰⁸ - também contribuiu para acelerar o desmonte da economia de guerra.

Porém, segundo Frederico Mazzucheli, havia uma crença ainda mais forte compartilhada entre empresários e governo: acima de tudo, a única forma de assegurar as condições estruturais para a volta à normalidade pré-1914 era “(...) retornar à disciplina [monetária] do padrão-ouro *looking the dollar in the face*”, ou seja, restabelecendo a paridade de 4,86 dólares por libra esterlina. O governo inglês, procurando evitar uma valorização da libra frente ao dólar, optou por adotar políticas contencionistas, elevando as taxas de juros entre o fim de 1919 e o início de 1920, cortando os gastos públicos e reduzindo os custos salariais de produção. A deflação foi a maneira encontrada pelos ingleses para alinhar seus preços aos dos EUA, cuja inflação durante a guerra havia sido sensivelmente inferior à britânica. Estas medidas não foram exclusivas do governo inglês e foram acompanhadas por políticas restritivas em diversos países, levando a uma enorme contração do comércio internacional⁶⁰⁹. O número índice de preços das carnes e cereais na Inglaterra (1918=100), que em setembro de 1920 haviam chegado a 117, em dezembro daquele ano foram a 104 e em fevereiro de 1921 caíram para 91. Analisando o impacto da crise em seu país, um economista

⁶⁰⁵ TAWNEY, op. Cit., pg. 16.

⁶⁰⁶ FEIS, op. Cit., pp. 252-260

⁶⁰⁷ TAWNEY, op. Cit., pg. 19

⁶⁰⁸ FEIS, op. Cit., 263.

⁶⁰⁹ MAZUCHELLI, Frederico, *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*, São Paulo: Editora UNESP; Campinas. SP: FACAMP, 2009, pp.103-110.

estadunidense afirmou em 1922: “O declínio generalizado do preço das commodities durante os treze meses anteriores a junho de 1921 foi o mais agudo até então”⁶¹⁰.

No início de 1920 o fim dos contratos com o exército inglês para compra de carnes denunciava que os tempos de prosperidade da produção pecuária não iriam durar muito mais na Argentina. Nos primeiros meses de 1921, os frigoríficos reduziram suas compras, rebaixando ainda mais os preços⁶¹¹. O novilho em pé de tipo *chilled*, que era comprado no mercado Liniers em outubro de 1920 a \$m/n 240, despencou para \$m/n 145 em maio de 1921⁶¹². Ao fim de 1920, o valor total das exportações pecuárias havia se reduzido para quase a metade em relação a 1919 e em 1921 atingiu valores inferiores aos do ano de 1914. Em relação aos cereais, apesar do ótimo desempenho durante o ano de 1920, o preço em pesos moeda nacional por 100 quilos despencou de \$m/n 27,60 em outubro daquele ano para \$m/n 17,65 em janeiro de 1921 na cidade de Buenos Aires. O empresariado na Capital Federal começou a se mobilizar. A CACIP convocou uma reunião de urgência para o dia 12 de abril na sede da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* para discutir a grave situação pela qual atravessava o comércio exterior do país⁶¹³.

Naquele mesmo mês de abril, um conflito entre dois sindicatos no contexto da acirrada disputa entre as diversas correntes do movimento operário atingiu o porto de Buenos Aires⁶¹⁴. Os anarquistas, dirigidos pela fração anarco-bolchevique, haviam ao longo dos dois últimos anos procurado unificar – com notável êxito – os trabalhadores portuários sob a direção da *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto de la Capital* (SROPC). Em meio à disputa pelo controle dos sindicatos das diversas categorias portuárias, os estivadores ligados à Sociedade

⁶¹⁰ PERSONS, Warren M., “The crisis of 1920 in the United States: A quantitative Survey”, *The American Economic Review*, Vol. 12, Nº 1, Mar. 1922, pg. 6.

⁶¹¹ DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, *Los ciclos económicos argentinos*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973, pg 166 e HORA, Roy, *Los terratenientes de la pampa Argentina. Una historia social y política, 1860-1945*, Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2005, pg. 263.

⁶¹² PREBISCH, op. Cit., pg. 57.

⁶¹³ BUJA, 15 de maio de 1921, pg. 24.

⁶¹⁴ Para a reconstituição dos conflitos iniciados no porto de Buenos Aires e que desembocaram na greve de junho de 1921, além da documentação citada nas notas, nos utilizamos dos seguintes trabalhos: ADELMAN, Jeremy, “State and Labour in Argentina: The Portworkers of Buenos Aires, 1910-21”, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 25, No. 1 (Feb., 1993), pp. 73-102; CARUSO, Laura G., *Los trabajadores marítimos del Puerto de Buenos Aires: condiciones laborales, organización sindical y cultura política, 1890-1920*, Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012, pp. 365-379; DOESWIJK, Andreas L., *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses*, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, pp. 134-137, 157-161, 170-172; DEUTSCH, Sandra McGee, *Contrarrevolución en Argentina, 1900-1932: La Liga Patriótica Argentina*, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, pp. 119-118; HOROWITZ, Joel, “Argentina's Failed General Strike of 1921: A Critical Moment in the Radicals' Relations with Unions”, *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 75, No. 1 (Feb., 1995), pp. 57-79; RAPALO, María Ester, *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012, pp. 117-138; ROCK, David, *El Radicalismo Argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1997, pp. 216-225.

de Resistência impuseram no dia 20 um boicote aos carroceiros que não pertencessem a SROPC⁶¹⁵. Frente à paralisia provocada no porto por este conflito, associado ao pânico produzido pela rápida deterioração do comércio exterior e encorajada pelos recentes sucessos no interior, a AT partiu para o ataque e apressou-se em solicitar ao diretor da Aduana que autorizasse a introdução de seu próprio pessoal – os chamados “trabalhadores livres”, que nada mais eram que trabalhadores não sindicalizados recrutados no interior do país - para normalizar a situação. O funcionário respondeu pedindo que se esperasse passar o Primeiro de Maio e assim fosse evitada a reação dos trabalhadores.

A medida de cautela adotada pelo funcionário parece justificada pela intensidade dos conflitos em Buenos Aires naquele início de ano. Nos primeiros quatro meses já haviam ocorrido 70 greves com uma média de 1.810 grevistas por paralisação⁶¹⁶. Por outro lado, esta não seria necessária caso a reação dos trabalhadores dependesse do entendimento e da ação conjunta de suas organizações sindicais. O Comitê de Unificação aprovado no XIº Congresso da FORA IX^a - apesar da insistência do CF da FORAC - reuniu-se pela primeira e única vez no dia 7 de março e deliberou que os trâmites relacionados a este passariam a ser tratados pelos respectivos conselhos federais. Mesmo assim, nada de concreto foi efetuado nestes primeiros meses, servindo estas discussões apenas para acirrar o ânimo entre as duas federações⁶¹⁷.

Em relação ao PS, a edição de primeiro de maio do *La Vanguardia* impressiona tanto pelo pessimismo quanto pela virulência a que se referia à FORA IX^a. Juan B. Justo, em um texto publicado na capa, recordava o caso Muzio e protestava contra o impedimento de Gabriel Maseda assumir um posto no CF da FORA IX^a, já que havia sido eleito conselheiro municipal. Para o Socialista, “A atmosfera moral do movimento operário piorou com a deplorável frequência com que a acusação de ‘traidores’ que se lançam reciprocamente homens do trabalho”⁶¹⁸. Jorge Della Latta, por sua vez, redigiu quase um epitáfio sobre as organizações operárias, mas especialmente sobre a FORA IX^a, ao dizer que estas organizações estavam “(...) minadas por correntes ideológicas, confundíveis com o personalismo que levam em si”. Apontou a desfiliação da federação de inúmeros sindicatos nos dois últimos anos, principalmente na cidade e na província de Buenos Aires, assim como

⁶¹⁵ HOROWITZ, op. Cit., pg. 73.

⁶¹⁶ Ibidem, op. Cit., pg. 65.

⁶¹⁷ “La ‘Entente’ pactada por los organismos federales: El juego de la diplomacia obrera – Estamos hoy donde estábamos ayer”, *La Organización Obrera – Suplemento Extraordinario*, Nº 2, Maio de 1922, pg.38. (a partir daqui LOO-SE)

⁶¹⁸ “Unidad Obrera”, *La Vanguardia*, 01/05/1921.

a difícil situação financeira da federação e o abandono dos sindicatos do interior pelo CF como sintomas de que a “A sua organização [da FORA IX^a] é aparente, quase fictícia”⁶¹⁹.

A crônica Socialista sobre o ato do Dia do Trabalho trazia uma nota direcionada ao chefe de polícia na qual se relatavam uma série de incidentes durante todo o trajeto da manifestação e que parecem mostrar que as rugas entre as organizações haviam extrapolado a imprensa operária. Já no início da passeata, na Plaza del Congreso, a nota informava sobre a intervenção de um grupo que tomou a frente da mobilização portando exemplares do *La Protesta* e gritando: “Viva a anarquia!”, “Viva o comunismo!”, “Trotsky sim, parlamento não!”. Ainda segundo a nota, mais adiante, na esquina das ruas Santa Fé e Esmeralda, outro grupo, proferindo as mesmas palavras de ordem, atacou com pedaços de madeira a coluna Socialista. Em meio a esta confusão, um tiro foi disparado acertando as costas do militante do Centro Socialista da 20^a Seção Ramón López Vázquez. Sem mencionar diretamente o envolvimento de nenhuma outra organização operária ou de esquerda, mas também não sugerindo a ação de provocadores, a nota reclamava veementemente contra as vistas grossas da polícia em relação a esses episódios, apesar da “(...) estrondosa e quase terrífica mobilização de forças policiais feita ontem pela polícia da Capital Federal”⁶²⁰. Ao mesmo tempo em que os Socialistas declaravam a morte da FORA IX^a e eram atacados com a anuência da polícia, a LPA dissolvia o ato de Primeiro de Maio em Gualeguayachú.

Apesar da extensa cobertura e divulgação pela imprensa operária, os atos convocados pela FORA IX^a na Capital Federal em decorrência dos eventos de Gualeguaychú não tiveram grande repercussão. Mais uma vez foi impossível a colaboração entre as duas federações⁶²¹. Porém, se mesmo depois de Gualeguaychú as direções sindicais não conseguiram articular uma ação conjunta, para as patronais parecia ter sido o sinal para redobrar a ofensiva. Passados dois dias da celebração do Dia do Trabalho, foi decidido pela AT, em uma grande assembleia empresarial realizada na *Bolsa de Comercio de Buenos Aires*, que a partir do dia 9 a associação entraria no porto com “sua gente”. Em reunião com representantes da patronal no dia 7 de maio e ainda temendo uma possível reação dos trabalhadores, o Ministro da Fazenda Domingo Slaberry tentou sem sucesso dissuadir a associação. No dia 9, o governo tomou uma medida drástica e fechou o porto com a polícia e o exército ocupando suas instalações e proximidades. Enquanto a AT iniciava o transporte das províncias de “trabalhadores livres” - e sintomaticamente os depositava no centro de exposições da *Sociedad Rural Argentina* -

⁶¹⁹ “La organización proletaria – La F.O.R.A.”, *La Vanguardia*, 01/05/1921.

⁶²⁰ “La conducta de la policía”, *La Vanguardia*, 02/05/1921.

⁶²¹ “La ‘Entente’...”, pg. 39.

onde até hoje é realizada a principal exposição pecuária do país -, as negociações entre o governo e os estivadores em greve desde o dia 11 de maio avançavam. Alguns dias depois, os estivadores aceitaram cancelar o boicote aos carroceiros e o governo tornou pública sua intenção de estender a oficialização nos moldes como havia feito com a FOM a todos os trabalhadores portuários. Entretanto, a confiança patronal parecia inquebrantável: a resposta da AT foi dobrar a aposta. No dia 18 de maio, em uma nota assinada por diversas companhias estrangeiras organizadas no *Centro de Navegación Transatlántica*, era dado um ultimato. Caso o governo desse prosseguimento à oficialização, a patronal iria “aconselhar as companhias que representamos que deixem de enviar seus navios aos portos argentinos enquanto não obtenham aqui a proteção e os meios de trabalho que lhes são indispensáveis”⁶²². A patronal argentina, em associação ao empresariado internacional, estava disposta a isolar economicamente o país para derrotar o movimento operário.

No dia 21 de maio foi publicado um decreto, assinado por Slaberry, autorizando a abertura do porto no dia 23 de maio. A mensagem contida no decreto era dúbia e não especificava se a abertura se daria sob a oficialização ou sob a garantia à “liberdade de trabalho”, limitando-se a dizer que era “(...) livre o acesso ao porto de todos os trabalhadores que reúnam as condições necessárias para a execução desses serviços”⁶²³. No dia 24, um tiroteio entre sindicalistas e membros da AT resultou na morte do estivador Marcos Tello e do guarda-costas de Joaquín de Anchorena, empresário e uma das principais cabeças da AT. Nos dias 25 e 26 o porto ficou fechado em decorrência das comemorações do dia da independência argentina. Mas a violência patronal não cessou.

Para o dia 25 de maio o sindicato autônomo⁶²⁴ *Unión Chauffeurs* havia indicado o início de uma greve de 24 horas em solidariedade aos militantes operários presos. A mobilização marcada para a data pátria, dia em que se comemorava “a libertação argentina” e “que os farsantes convertem em orgias de opressores enquanto milhares de trabalhadores gemem nas masmorras”⁶²⁵, serviu de pretexto para que um grupo da LPA armado com revólveres invadisse durante a madrugada a sede do sindicato na esquina das ruas Bremejo e Mitre e obrigasse cinco trabalhadores que estavam no local a pendurar escarapelas celeste e branca e a cantar o hino nacional. Não satisfeitos e insuflados pelo discurso realizado em um comício naquela tarde na Plaza San Martín pelo presidente da LPA, Miguel Carlés, os

⁶²² BSAT, 20/05/1921, pg. 260.

⁶²³ BSAT, 05/06/1921, pg. 287.

⁶²⁴ O sindicato rompeu com a F.O.R.A. IXª no logo após os eventos da “Semana Trágica”. Ver Capítulo IV, item 4.1.

⁶²⁵ Para os eventos, ver “Asalto al sindicato de choferes – El fênix incendiado!”, LOO, 28/05/1921 e DEUTSCH, op.Cit., pg. 124-126.

membros da liga voltaram à noite com carros da chamada “brigada automobilística” – automóveis conduzidos pelos jovens bem nascidos da cidade e que procuravam substituir os motoristas em greve – e abriram fogo contra a sede do sindicato, matando dois trabalhadores e ferindo gravemente um terceiro. Após os disparos, a “crápula aristocrática”, como os definiu o *La Organización Obrera*, despejou gasolina na fachada do prédio e prendeu fogo.

Frente ao ocorrido, os *chauffeurs* em greve chamaram uma reunião em um local na rua Tacuarí, para a qual compareceram 150 pessoas. Sabendo deste encontro, a polícia deslocou três caminhões e, armados com fuzis mauser, os policiais invadiram o local prendendo todos os presentes, entre estes alguns membros do CF da FORAC. Ainda segundo a nota publicada no *La Organización Obrera*, naquela mesma madrugada foram invadidas as sedes da *Federación Obrera Molinera* e dos estivadores de Diques e Darsena supostamente em busca de armas. Para o autor da nota, “o conservadorismo odiado se apresta a abraçar o díscolo radicalismo, que vai se domesticando de suas fúrias revolucionárias”. A política Radical dava uma guinada “A favor do sol que mais forte irradia suas calorias, o aço do temperamento radical se dobra para não quebrar-se”. Em editorial, o *La Vanguardia* afirmava :“(...) objeto da forte pressão que exerciam as forças conservadoras, o governo mudou bruscamente de frente, [e] adotou também a teoria do trabalho livre”⁶²⁶.

A partir de então, como afirmou Joaquin Anchorena pouco depois destes eventos, os louros da vitória da AT seriam compartilhados com o governo. Nos dias 26 e 27 chegaram na Capital mais 1.400 “trabalhadores livres” para substituir os estivadores em greve. Para garantir a entrada destes no porto, a polícia reforçou sua presença, agora com apoio de tropas do Exército e da Marinha comandadas pelo General José Felix Uriburu, que nos últimos dias havia feito frequentes visitas ao Ministro da Guerra. A crise no porto, segundo David Rock, ganhava um ominoso toque final para Yrigoyen⁶²⁷. O que haveria ocorrido ao governo que em poucos dias passou da oficialização do trabalho no porto para a repressão aberta?

Imaginemos Hipólito Yrigoyen, torturado na agonia do pânico de mais uma crise econômica, girando estonteado pela queda vertiginosa dos preços da carne no mercado inglês, pela oficialização ou não dos trabalhadores do porto, pela morte do guarda-costas pessoal de Joaquin Anchorena, pela ameaça de golpe militar do General Uriburu, pela possibilidade da deflagração de uma greve geral em reação à entrada dos trabalhadores livres no porto e à ação violenta da LPA contra os *chauffeurs*, pela grita da assembleia de empresários na *Bolsa de Comercio de Buenos Aires*, pelo designo providencial de harmonizar a sociedade argentina ao

⁶²⁶ “Sofocando el incendio”, *La Vanguardia*, 01/06/1921.

⁶²⁷ ROCK, op. Cit., pg. 219

qual estava incumbido, pelas eleições presidenciais no próximo ano, pela pregação da AT e das empresas estrangeiras de navegação que anunciavam que o mundo se acabaria no dia em que entrasse em vigência o plano de oficialização dos trabalhadores do porto – pensemos em toda essa incrível e estrepitosa confusão para compreendermos como silenciosamente Yrigoyen decidiu: “Antes um fim com terror do que um terror sem fim!”.

Em decorrência do agravamento da situação, os conselhos da FORAC e da FORA IX^a se reuniram diversas vezes entre os dias 27 e 29 para decidir uma política conjunta. Nestas discussões, os membros da primeira e Vicente Todaro da segunda defenderam o fim das conversações com as autoridades e a declaração da greve geral para o dia 31, enquanto Senra Pacheco e Pedro Alegría, assim como nos princípios da mobilização de janeiro de 1919 e seguindo a política Sindicalista Revolucionária, defenderam que não era o momento de generalizar o conflito e que se deveria secundar os movimentos parciais, posicionamento também defendido pelo Comunista Rafael Greco⁶²⁸.

Os conselhos da FORAC e da FORA IX^a se reuniram pela última vez no dia 30 com delegados sindicais Socialistas, Comunistas, Sindicalistas Revolucionários, anarquistas e autônomos, quando muito provavelmente deliberariam a deflagração da greve geral. Às 23 horas, como nos narra o *La Organización Obrera*⁶²⁹, diversos policiais postados com fuzis mausers já cercavam o prédio da *Federación Obrera Local de Buenos Aires* na rua Belgrano 2545. A polícia, que na mesma tarde havia sido comunicada da reunião pelo CF da FORA IX^a e não havia colocado nenhum empecilho para sua realização, invadiu o local e, em grupos de dez, os cerca de 180 delegados, membros de ambos conselhos federais e outros sindicalistas presentes, no local foram levados para o departamento de polícia - uma medida que não havia sido adotada “nem durante a semana de janeiro”⁶³⁰. Irônico, um cronista da FORAC afirmou: “Por disposição da polícia, se levantou a sessão às 23 horas para ir-se dormir no calabouço”⁶³¹. A FOM, que em uma assembleia realizada no salão Verdi no mesmo dia 30 havia decidido pela não paralisação, após estes incidentes declarou greve no dia seguinte⁶³². Vicente Todaro e Pedro Alegría, os únicos membros do CF da FORA IX^a em liberdade, assinaram a convocação da greve geral para o dia primeiro.

No dia seguinte ao ocorrido, a bancada Socialista na Câmara de Deputados tentou convocar o Ministro do Interior Ramón Gómez para que prestasse esclarecimentos sobre a

⁶²⁸ LOO-SE, 1922, pp. 41-48

⁶²⁹ “El asalto – Cómo se realizó esta operación”, LOO, 04/06/1921.

⁶³⁰ “La paz reina en Varsóvia”, La Vanguardia, 02/06/1921.

⁶³¹ LOO-SE, 1922, pg. 47.

⁶³² CARUSO, op. Cit., pg. 374.

invasão da sede de “(...) uma instituição oficial da classe trabalhadora do país, reconhecida pelo poder executivo e pelo excelentíssimo presidente da república”⁶³³. O deputado Radical e editor do *La Época*, Delfor del Valle, saiu em defesa do governo afirmando que todas as prisões foram realizadas em virtude de ordens judiciais e que se o próprio chefe de polícia havia acompanhado estas operações, era para “(...) cuidar que em nenhum caso qualquer desvio ou demasiado zelo de seus subalternos pudesse comprometer a majestade da gestação que realizava em nome de um mandato da justiça”. Boa parte do bloco conservador se opôs à interpelação direta do Ministro, alegando que a ação da polícia foi uma reação, nas palavras do deputado santafesino Luciano Molinas, contra a “(...) propaganda subversiva e completamente dissolvente contra todo princípio social” dos *chauffeurs*. As falas que se seguiram dos deputados do bloco conservador e de boa parte dos Radicais foram permeadas de odes nacionalistas, sempre fazendo referências ao manifesto no qual o sindicato dos *chauffeurs* havia convocado a greve. O deputado Socialista Antonio de Tomaso protestava contra o rumo que a discussão tomava: “Acaso, o movimento gremial, essa coisa enorme reconhecida até pelo tratado de paz, é o manifesto dos *chauffeurs*? O direito à reunião, à constituição, é o manifesto dos *chauffeurs*?”. A proposta de del Valle para que o assunto passasse à Comissão de Negócios Constitucionais foi aprovada pela esmagadora maioria da bancada da UCR. Entre os dissidentes, encontrava-se o agora deputado Radical Leonidas Anastasi, muito provavelmente calculando o possível estrago que a viragem de Yrigoyen poderia causar em seu reduto eleitoral no bairro da Boca.

Declarada a greve geral por ambas as federações, um comitê misto composto pelo que restou dos conselhos da FORAC e da FORA IX^a foi formado no dia 2 e ficou encarregado de conduzir o movimento. O *La Vanguardia* publicou no dia primeiro de junho uma lista obtida no departamento central da polícia e que informava a paralisação de quase 5.600 trabalhadores em 55 fábricas e locais de trabalho – 27 destes foram denominados como “fabrica de calzados” e 29 do total eram estabelecimentos com não mais de 50 trabalhadores. No dia dois, os sindicatos de *Obras Sanitarias de la Nación*, trabalhadores municipais, condutores de bondes da zona sul e da companhia Anglo Argentina, ebanistas, federação de operários metalúrgicos, entregadores de jornais, alfaiates e anexos e trabalhadores da indústria do tabaco comunicaram sua adesão ao movimento.

Porém, ao mesmo tempo em que os sindicatos declaravam greve, entre o dia primeiro e o dia 4, ainda segundo o semanário da FORA IX^a e o diário Socialista, diversos locais

⁶³³ Reunião N°3, 01/06/1921, *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados*, TOMO I, Maio-Junho de 1921, pg. 136 e segs.

operários na Boca foram fechados, entre eles a sede d FOM na rua Necochea 1111⁶³⁴. Muitos estabelecimentos gráficos foram tomados pela polícia e os operários que compareciam nas reuniões chamadas pelo sindicato eram encarcerados. As sedes dos sindicatos de ebanistas, operários do calçado, do PC e a redação do *La Organización Obrera* também foram invadidas e fechadas. A imprensa operária noticiava que em diversas oficinas, fábricas, etc., e mesmo nos domicílios de alguns sindicalistas, a polícia realizava incursões e prisões. Passadas 48 horas da operação policial ocorrida na rua Belgrano, os detentos permaneciam isolados por ordens do juiz Racedo, sem mesmo poder se comunicar com seus advogados.

Com os portuários e marítimos sendo atacados pelo Poder Executivo, exército, polícia, LPA e AT, um número significativo dos sindicatos industriais aderiu à greve, mas dentro da FORA IX^a se percebia que estes não teriam forças para conduzir a mobilização contra o que era - ao que tudo indica pelo grau de organização - uma ofensiva previamente planejada contra os sindicatos da Capital Federal. Nas páginas do *La Organización Obrera*, se apelava para a única categoria que poderia impulsionar com maior força o movimento: os ferroviários. Os sindicatos de tráfico e oficinas, membros da FORA IX^a, reunidos em assembleia realizada no dia primeiro, decidiram submeter à *La Confraternidad* a decisão de declarar greve⁶³⁵. No dia 3 o comitê misto repreendeu a decisão dos dirigentes da FOF e emitiu uma nota em que demandavam uma ação mais enérgica por parte dos ferroviários, classificando esta falta de solidariedade como “(...) um ato impróprio de nossa classe”. A *La Confraternidad*, por sua vez, não declarou greve e naquele mesmo dia informou ao comitê misto que havia se entrevistado com Yrigoyen e proposto o levantamento das mobilizações caso se reabrissem os locais operários e se libertassem os presos. Yrigoyen afirmou que no dia seguinte daria uma resposta aos delegados da junta ferroviária⁶³⁶.

No dia 4 de junho a repressão no porto quebrou a mobilização e o grêmio de capitães e oficiais, cuja aliança estabelecida naqueles anos de intensa mobilização com o pessoal de bordo tinha sido um dos motivos do sucesso da FOM, decidiu suspender o boicote aos barcos e navios que embarcassem pessoal não sindicalizado⁶³⁷. Somando-se a este golpe contra os marítimos, naquele dia a *La Confraternidad* enviou uma nota ao comitê misto de greve dando a conhecer a resposta de Yrigoyen: em dois dias os sindicalistas presos que não estivessem sendo processados – recordando que muitas das prisões foram realizadas com mandatos -

⁶³⁴ “En pleno Estado de sitio – se hace más violenta la represión”, *La Vanguardia*, 02/06/1921.

⁶³⁵ “Ferroviarios”, *LOO*, 04/06/1921.

⁶³⁶ “Gestiones de la junta central ante el P.E. para la solución de los conflictos actuales”, *La Vanguardia*, 04/06/1921.

⁶³⁷ CARUSO, op. Cit., pg. 375.

seriam colocados em liberdade e as sedes das organizações seriam reabertas. O que havia sido sinalizado um ano e meio antes na ocasião do Congresso da OIT parecia ter se concretizado: Yrigoyen, ao romper com a FOM, não se afastava totalmente do movimento operário, mas escolhia novos interlocutores.

Na reunião do comitê misto no dia 5, os delegados da FORAC e da FORA IX^a se digladiaram. Os primeiros protestavam energicamente, pois haviam solicitado a solidariedade dos ferroviários e não sua intermediação. Demandavam que os Sindicalistas Revolucionários exigissem que as sessões filiadas à FOF declarassem greve, ao que estes responderam que isto seria desastroso e que poderia levar ao desmembramento do grêmio ferroviário. Por fim, o comitê respondeu a *La Confraternidad* - a contragosto dos seus membros pertencentes à FORA IX^a, segundo nos informa o cronista da FORAC - condenando as negociações realizadas com o presidente. Depois da volta ao trabalho dos marítimos decidida naquele mesmo dia em uma assembleia em que as gestões da junta ferroviária frente ao Poder Executivo serviram de apoio para os defensores do fim da greve, o comitê reuniu-se mais uma vez no dia 6 e deliberou pela sua dissolução⁶³⁸. A FORA IX^a decidiu pela volta ao trabalho no dia 7, enquanto a FORAC somente no dia 9.

No porto, desmoronaram as conquistas obtidas pela FOM desde 1916. Nas palavras de Laura Caruso, “A política de oficialização do PEN [*Poder Ejecutivo da Nação*] deixou de ser a garantia estatal do controle sindical, para converter-se na liberação do mercado de trabalho marítimo deste controle em benefício das empresas”. Segundo Joel Horowitz, no dia 7 de junho, dos 1.863 trabalhadores não qualificados que estavam trabalhando nas docas, 1.631 não eram sindicalizados⁶³⁹. A onda de greves que havia se iniciado e se alimentado pelas mãos da FOM chegava ao fim com sua derrota.

Para os Socialistas, o resultado da greve geral havia sido “(...) uma verdadeira derrota”. O editorial do *La Vanguardia* de 12 de junho elencava quatro motivos para este desfecho. Em primeiro lugar, os trabalhadores foram atraídos pelo governo para o conflito, pois após alentar os portuários com uma suposta oficialização, “(...) modificou brusca e rapidamente de atitude”, realizando contra as organizações operárias uma inédita repressão. Em segundo lugar, os Socialistas chamaram a atenção para a inocência do CF da FORA IX^a em seus trâmites com as autoridades Radicais por haver comunicado ao chefe de polícia Elipidio Gonzales sobre a realização da reunião no dia 30 de maio. Em terceiro lugar, como

⁶³⁸ LOO-SE, 1922, pp. 49-54. Para a assembleia dos marítimos ver, “La huelga general – La asamblea de la Federación obrera marítima, resuelve la vuelta al trabajo”, *La Vanguardia*, 06/06/1921.

⁶³⁹ HOROWITZ, op. Cit., pg. 76.

consequência das prisões e do desmantelamento do comando das federações, o movimento não conseguiu reagir devido à atuação pouco coordenada dos sindicatos. A greve, sem “(...) uma direção centralizada”, mergulhou em uma desordem, permeada de voluntarismos. Por último, - e o que se “(...) constituiu [*em*] uma verdadeira e dolorosa revelação” - o fato de delegados operários permitirem a intervenção de Leonidas Anastasi em alguns trâmites da mobilização. A preferência pelos serviços do deputado Radical em detrimento dos advogados Socialistas provava “(...) até que ponto se encontra corrompida a direção de certas entidades operárias”⁶⁴⁰. Para os Socialistas, a aliança dos Sindicalistas Revolucionários com Yrigoyen cobrava seu preço.

Para a FORAC, apesar de considerar a greve uma rotunda derrota contra a ofensiva patronal, ponderava que, de um ponto de vista moral, a federação havia saído vitoriosa. Os Sindicalistas Revolucionários, segundo a memória da greve publicada pela federação, haviam agido pelas costas do comitê misto em conjunto com a *La Confraternidad* para por fim ao movimento logo no dia 6. Porém, dentro da própria federação, não seriam poupados os membros do CF envolvidos no comitê misto. Antonio Gonçalves, Sebastián Ferrer e J. Vidal Mata, “ferventes unionistas”, seriam expulsos em decorrência da condução do movimento⁶⁴¹.

Já o editorial do *La Organización Obrera*, publicado na semana seguinte, não escondia o clima de derrota. “A guerra social”, afirmava o texto intitulado “*Hay que superarse*”, “como qualquer outra, não é uma cadeia de vitórias fáceis. Pelo contrário”⁶⁴². A derrota ganharia ainda uma dimensão trágica para a federação com o falecimento de Senra Pacheco em meados de julho em decorrência de uma pneumonia adquirida durante sua prisão. Na busca para compreender a razão do fracasso da greve prevaleceu a procura de um culpado. Em nota sem assinatura publicada na mesma edição, reclamava-se do fato dos sindicatos de tráfico e oficinas terem optado pelo isolamento característico da *La Fraternidad*. A nota clamava para que os ferroviários “(...) impeçam o desvio reformista e corporativista deste importante organismo sindical” adotado por sua direção de então. Concluía o artigo afirmando que “Os ferroviários, que em muitos países são o pesadelo da burguesia e aqui não devem ser uma garantia para ela”⁶⁴³. Já o foguista marítimo e Sindicalista Revolucionário Eduardo Pereyra afirmava em texto também publicado no dia 11 de junho que era um exagero falar que a greve havia sido um fracasso, mas sim que “(...) a ação defensiva das organizações operárias do país não foi orgânica o suficiente”. Para o autor, a falta de apoio de algumas

⁶⁴⁰ “La derrota: errores y enseñanzas”, *La Vanguardia*, 12/06/1921.

⁶⁴¹ LOO-SE, pp. 55 e 58.

⁶⁴² “Hay que superarse”, *LOO*, 11/06/1921.

⁶⁴³ “La Confraternidad”, *LOO*, 11/06/1921.

organizações, especialmente dos ferroviários, foi determinante para o desfecho da mobilização. Caso estes tivessem aderido ao movimento, “(...) haveríamos visto a Dom Elipidio e a Dom Hipólito metidos em um beco sem saída, que nem apelando com vigor às ‘patrióticas e patéticas miserabilidades’ das leis ‘social’ e de ‘residência’ teriam sido capazes de conter a avalanche dos operários em greve”⁶⁴⁴.

Contra essas acusações, a *La Confraternidad* emitiu uma nota assinada por José Benvenuto, secretário geral do sindicato de tráfico, e seu congênere de oficinas, R. Kogan., afirmando que a intervenção frente ao governo ocorreu no dia seguinte à invasão da sede da FORA IX^a e que, portanto, não se deveria acusar a organização de haver se omitido. Esta intervenção, segundo a nota, foi essencial para “(...) fazer ver ao governo que os ferroviários não estavam dispostos a permanecer impassíveis, nem indiferentes”. A única objeção que poderia ser feita aos ferroviários era pelo fato destes não terem declarado greve, ao que a nota contestava afirmando que não havia como tomar tal atitude, já que suas seções estavam espalhadas por todo o país e para mobilizá-las seria necessário emitir comunicações telegráficas - procedimento impossível de ser realizado naquelas circunstâncias, já que os correios e telégrafos estavam sob controle direto do governo. Segundo Benvenuto e Kogan, dentro deste cenário “(...) é fácil ver que uma greve geral ferroviária (...) poderia haver resultado proveitosa para os pescadores de *rio revuelto*, mas teria resultado em um desastre para o sindicato”. A nota ainda condenava a declaração de greve geral como uma atitude precipitada, já que naquele momento ainda não haviam se esgotado “os meios pacíficos e conciliadores”⁶⁴⁵. Os ferroviários, portanto, se utilizaram da mesma argumentação que o CF da FORA IX^a havia empregado em diversas outras oportunidades em que algumas organizações clamaram pelo chamado de uma greve geral.

A decisão dos sindicatos de tráfico e oficinas de não aderirem à greve e, principalmente, de se oporem às deliberações da FORA IX^a, era mais um resultado das disputas que começaram a permear estas categorias após a conformação da *La Confraternidad* e que já haviam se expressado durante o XIº Congresso. Logo após a sua criação, a adesão ou não à federação opôs em grande medida várias seções e militantes da FOF e da *La Fraternidad*. A adesão dos sindicatos de tráfico e oficinas à FORA IX^a, no final de 1920, chegou a criar um sério mal estar na recém-criada *La Confraternidad*, mas os diretores da FOF rapidamente buscaram diminuir a importância desse fato afirmando que a “FORA não

⁶⁴⁴ “El momento actual”, *LOO*, 11/06/1921.

⁶⁴⁵ “Circular N° 20 de 9 de junio de 1921” publicada em *La Vanguardia*, 11/06/1921.

tinha nenhuma importância transcendente para o sucesso da aliança sindical”⁶⁴⁶ entre os grêmios ferroviários. Questões internas à organização do novo sindicato eram a principal preocupação dos dirigentes da FOF nos fins de 1920 e início de 1921, ao ponto destes desestimularem – quando não condenarem – uma série de mobilizações de seus próprios trabalhadores. Havia naquele momento também a crença entre estes dirigentes da possibilidade da aprovação de um *reglamento* – acordo coletivo que regulasse o trabalho ferroviário, tal como o que estava sendo discutido entre as empresas ferroviárias, o governo e os maquinistas e foguistas desde a greve de 1917 - e que, portanto, deveria se evitar ao máximo os conflitos⁶⁴⁷.

Entre janeiro e fevereiro de 1921, uma destas greves abalou novamente a relação entre os membros da FOF e da *La Fraternidad* no seio da *Confraternidad*. Em Rosário, os ferroviários iniciaram uma paralisação à revelia da direção local e nacional que terminou com uma brutal repressão. A ação de alguns membros da FORA IX^a durante a greve, tentando arregimentar os maquinistas para a mobilização, enfureceu a direção da *La Fraternidad* ao ponto destes convocarem uma reunião com Yrigoyen para esclarecer a posição do sindicato em relação ao conflito. Os membros da FOF na direção da *La Confraternidad* se dividiram entre aqueles que condenavam o movimento e os que repudiavam a influência da *La Fraternidad* sobre a direção do sindicato. Porém, a disputa pelo controle da *La Confraternidad* entre a os maquinistas e a FORA IX^a pareceu estar resolvida. A decisão de não aderir à greve geral mostrava a força que a ala próxima a *La Fraternidad* já havia conquistado nessa época e que se concretizaria na refundação da FOF sob o nome de *Unión Ferroviaria*, em outubro de 1922. Nos anos vindouros, a proximidade entre os ferroviários e a UCR apenas se aprofundaria, mas seria qualitativamente diferente da aproximação operada por Yrigoyen com os marítimos entre 1916 e 1921. Durante o governo Radical de Marcelo T. Alvear (1922-1928), uma série de leis que beneficiavam os ferroviários foram aprovadas dando maior institucionalidade a esta relação⁶⁴⁸.

Quanto às patronais, o clima era de festa. A UIA, em nota endereçada a Yrigoyen no dia 13 de junho, aplaudia o Poder Executivo “(...) pelas medidas de repressão adotadas em presença dos sucessos violentos levados a cabo pelas organizações operárias da Capital”. A nota relembra os projetos apresentados na Câmara de Deputados referentes às organizações

⁶⁴⁶ GOLDEBERG, Heidi, *Railroad Unionization in Argentina, 1912-1929: The limitations of working classes alliance*, Ph.D., Yale University, 1979, pg. 217.

⁶⁴⁷ Ibidem, pg. 222 e sgs.

⁶⁴⁸ HORWITZ, Joel, “El movimiento obrero”, in *Nueva Historia Argentina: Crisis económica, avance del Estado e incertidumbre política*, Tomo VII, Org. CATTARUZZA, Alejandro, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001, pp. 244-245.

operárias e dizia acreditar que a legalização das organizações operárias, dentro dos termos propostos pelos projetos, conseguiriam desterrar para sempre “(...) a violência dos sindicatos, posto que os elementos anárquicos, não encontrando ambiente para sua propaganda, que evitará a necessidade do Estado de adotar medidas extremas”. A nota terminava expressando novamente “(...) um aplauso pelas medidas adotadas e o resultado obtido (...)”⁶⁴⁹. Já a AT celebrou sua vitória com um suntuoso banquete no Teatro Coliseo, com a presença de membros da LPA, CACIP, de Jorge A. Mitre do *La Nación* e do contra-almirante Domecq García. Joaquín Achorena, grande homenageado da noite, ressaltou o protagonismo da AT na resolução do conflito, mas também relembrou o papel do governo, principalmente após a militarização do porto⁶⁵⁰.

Por fim, Yrigoyen, em 8 de junho, um dia após a FORA IX^a encerrar a greve, enviou à Câmara de Deputados um projeto de legislação trabalhista, oficialmente intitulado “Código do Trabalho”. O conjunto de leis estava baseado, segundo a mensagem do presidente, nas “(...) condições básicas da justiça social”. O Código incorporava também “(...) as disposições aprovadas nas conferências [*da OIT*] de Washington (ano 1919) e Genova (1920)”. Enfim, o projeto do Poder Executivo tinha a pretensão de promover “(...) a paz em todas as atividades e relações de trabalho em geral”.

O enorme projeto regulamentava detalhadamente os mais diversos aspectos das relações entre trabalhadores e patrões: dotava o DNT de poderes fiscalizadores das leis contidas no código; regulamentava especificamente o trabalho de mulheres, marítimos e ferroviários. Estabelecia a jornada de 8 horas diárias, regulamentava o contrato coletivo de trabalho e aprofundava os direitos dos trabalhadores vitimados em acidentes de trabalho. Instituíam tribunais de arbitragem e reconhecia o direito à greve. Porém, em seu Título XVIII, ficava estabelecido que a criação de qualquer sindicato deveria ser submetida à aprovação do DNT, assim como concedia ao Ministério do Interior o poder de caçar sua personalidade jurídica quando a agremiação não acatasse uma decisão do tribunal de arbitragem ou quando seus atos públicos “(...) constituam uma perturbação violenta ou impeçam a liberdade de trabalho”⁶⁵¹. Apesar de alguns avanços, o projeto, no que diz respeito ao controle estatal sobre os sindicatos – questão crucial para o movimento operário -, não apresentava nenhuma novidade em relação ao apresentado em 1919. Deve-se ressaltar que o código tampouco fazia

⁶⁴⁹ BUJA, 15 de junho de 1921, pg. 10.

⁶⁵⁰ RAPALO, op. Cit., pg. 137.

⁶⁵¹ Reunião Nº6, 08/06/1921, *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados*, TOMO I, Maio-Junho de 1921, pg. 342 e segs

qualquer menção à derrogação das leis repressivas, outra importante bandeira das organizações operárias.

O “Código do Trabalho”, assim como o projeto de 1919, não prosperou e acabou arquivado. Para Andrea Doeswijk, os Radicais, mas principalmente Yrigoyen, mesmo com a maioria no Congresso “(...) preferia[m] manter em um cone de sombra as relações informais com o movimento operário e manter uma situação legalmente ambígua”⁶⁵². Porém, apesar da UCR possuir 87 cadeiras das 154 na Câmara de Deputados em 1921⁶⁵³, afirmar que a maioria Radical formaria um bloco homogêneo no Congresso Nacional é um tanto complicado, tendo em vista que o primeiro governo de Yrigoyen foi justamente o período de consolidação de uma série de divisões no seio do partido, além do Senado ainda ser majoritariamente conservador⁶⁵⁴. É neste sentido que entendemos as afirmações de Ricardo Falcón e Alejandra Monserrat de que, tanto o projeto de 1919 quanto o de 1921 foram “engavetados”, pois os Radicais (e principalmente os *yrigoyenistas*) não tinham maioria no poder legislativo⁶⁵⁵.

Porém, faria algum sentido nos atermos somente ao jogo parlamentar naquele momento em que os conflitos entre o capital e o trabalho tinham as ruas como principal palco? Estas interpretações não levam em conta a mobilização de 1919 para o fracasso do projeto, assim como não atentam para o resultado da repressão desencadeada em junho de 1921 em relação ao insucesso do “Código do Trabalho”. Como Falcón e Monserrat afirmam, “Estes projetos não tendiam tanto a satisfazer as demandas operárias como a estabelecer mecanismos para sua discussão entre as partes, vigiadas pelo Estado”⁶⁵⁶. Depois das incursões policiais nas sedes dos sindicatos, locais de trabalho, dissolução de reuniões, do encarceramento de mais de 180 delegados sindicais e da vitória do “trabalho livre” no porto, qual seria o sentido de estabelecer “mecanismos de discussão entre as partes”? Qual seria o sentido das patronais cederem em uma série de questões relativas à organização sindical, cujo combate a estas, coroado com a vitória de junho de 1921, havia justamente as unificado nos últimos anos? Que forças teriam os sindicatos para serem uma voz ativa nas discussões sobre o projeto? Se é certo, como afirma Falcón, que devido aos diversos aspectos progressistas da

⁶⁵² DOESWIJK, op.Cit., 93.

⁶⁵³ CANTON, Dario; CIRIA, A. e MORENO, J.L., *La democracia constitucional y su crisis*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1980, pg. 96.

⁶⁵⁴ PERSELLO, Ana Virginia, *Historia del Radicalismo*, Buenos Aires: Edhasa, 2007, pg. 56.

⁶⁵⁵ FALCÓN, Ricardo e MONSERRAT, Alejandra, “Estado, empresas, trabajadores y sindicatos” in *Nueva Historia Argentina: Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, Org. FALCÓN, Ricardo, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000., pg. 171.

⁶⁵⁶ Ibidem.

legislação de 1919 e do Código de Trabalho de 1921, estes eram bem menos bismarkianos⁶⁵⁷ que o projeto de 1904 - primeira tentativa de uma legislação global sobre o tema na Argentina ainda sob a égide da “ordem conservadora” -, Yrigoyen e sua viragem política “noskiana”⁶⁵⁸ operada entre maio e junho de 1921 e consagrada na prussiana repressão aos trabalhadores da Patagônia ao fim daquele ano, tornaram desnecessárias naquele momento qualquer discussão acerca da tal “questão social”. Era possível afirmar, por fim, que “*A ordem reina em Buenos Aires!*”.

Considerações finais

Apresentaremos aqui algumas reflexões relativas ao desfecho da onda de greves, tanto em relação aos seus resultados mais imediatos como também em suas consequências mais duradouras, mais especificamente em relação a estabilização⁶⁵⁹ dos conflitos industriais durante a década de 1920. Ou seja, elencaremos alguns pontos que acreditamos ser de extrema importância para entender o que impossibilitou os trabalhadores organizados de reagir à ofensiva patronal na Capital Federal e esboçaremos algumas questões relativas ao que acreditamos ser de extrema importância para o refluxo do movimento grevista até a segunda metade da década de 1930.

Em primeiro lugar, acreditamos haver demonstrado como as desavenças no interior do movimento sindical, fossem entre as direções, fossem entre estas e sua base, vinham se intensificando desde a “Semana Trágica”. A força do movimento grevista iniciado em 1917 teve seu ápice na greve geral de janeiro e nas mobilizações de agosto de 1919, momento em que começaram a se operar uma série de realinhamentos nas interações estratégicas entre os sujeitos envolvidos na onda de greves. A série de derrotas impostas pelo movimento grevista aos empresários a partir de 1917, aliada à violência dos enfrentamentos da greve de 1919, deu

⁶⁵⁷ Ricardo Falcón faz referências a algumas medidas adotadas por Otto Von Bismarck durante seu governo (1871-1890), concedendo alguns benefícios aos trabalhadores, mas perseguindo ferozmente suas organizações e militantes políticos. FALCÓN, Ricardo, “Políticas laborales y relación Estado-sindicatos en el gobierno de Hipólito Yrigoyen (1916-1922)”, in *La cuestión social en Argentina: 1870-1943*, Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000, pp. 120-125.

⁶⁵⁸ Gustav Noske (1868-1946), foi um político socialdemocrata e Ministro da Defesa no primeiro governo da República de Weimar, responsável por fomentar grupos paramilitares e coordenar a brutal repressão a grupos de esquerda e comunistas na Alemanha nos anos de 1919 e 1920. É apontado como o responsável pelos assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Cf. LOUREIRO, Isabel, *A Revolução Alemã (1918-1923)*, São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁶⁵⁹ “A relação de classes fundamental do capitalismo, aquela entre o capital e o trabalho, envolve o conflito sobre a criação da mais-valia e as condições em que esta se dá (...) O conflito de classes pode ser estabilizado de duas formas que representam polos opostos: uma classe pode ser esmagada, assim sua capacidade de lutar por seus interesses é severamente limitada; ou um compromisso pode ser firmado e os grupos em contenda podem usufruir, em algum grau, dos frutos do processo de acumulação”, KOTZ, pg. 55.

um grande impulso à organização patronal, cujo objetivo a partir de então foi centralizar e coordenar suas ações – dando fim à “anarquia de cima” - para destruir e desarticular os sindicatos operários. Yrigoyen, por sua vez, frente ao alinhamento da federação com o PS durante as manifestações de julho e agosto de 1919, mas principalmente pela continuação da agitação operária após a “Semana Trágica”, colocou em suspensão seu apoio *ad hoc* às organizações operárias – com exceção da FOM e seu alento à *La Fraternidad* -, cujo episódio mais emblemático que pudemos analisar se deu durante o Primeiro Congresso da OIT em Washington. No que diz respeito à FORA IX^a, a radicalização e massificação do movimento grevista, e consequentemente a transformação das expectativas dos trabalhadores avançando para reivindicações organizativas, operou de maneira contraditória em suas filas. Por um lado, na Capital Federal, a direção da FORA IX^a passou a ser atacada por diversos sindicatos por sua política de apaziguamento e hesitação em generalizar as mobilizações; por outro, sua expansão no interior do país foi notável.

Frente à estagnação do movimento grevista em 1920, barrado pelo avanço das organizações patronais e o abandono de Yrigoyen, as disputas políticas no seio da FORA IX^a se agudizaram, se expressando no rompimento de alguns sindicatos com a federação, na reorientação política de alguns grupos e na contestação de seus dirigentes. Este conflito ganhou força especialmente nos últimos meses de 1920 no contexto das polêmicas suscitadas pela criação da Internacional Sindical Vermelha, e que claramente delimitou dois setores dentro de sua direção: um que acreditava ser o momento de fortalecer as organizações para sua defesa e outro que se inclinava por uma definição política mais radical. Entrecortada por estas disputas, a federação realizou seu último congresso, cuja única deliberação de relevância foi a aprovação da formação de um comitê de fusão com a FORAC e alguns sindicatos autônomos.

A defenestração de boa parte da ala moderada na eleição para o CF durante o XI^o Congresso e a ascensão de uma ala mais radicalizada, principalmente simpática à adesão da federação à IC, não significou uma viragem política importante na condução desta e tampouco resolveu as disputas em sua direção, logo abalada pela renúncia de seus membros Comunistas. Enquanto as patronais conseguiam reunir forças e começavam por meio de suas brigadas de choque a disputar na rua a imposição da “liberdade de trabalho”, terreno no qual os sindicatos haviam vencido até então e que as organizações operárias mediam forças entre si, em uma luta que terminou sem que ficasse claro qual dos grupos em pugna foi o vencedor. Nem mesmo os reiterados alertas do interior foram suficientes para apaziguar os ânimos. Quebrando pouco a pouco a frágil organização sindical dos trabalhadores no interior e

fazendo destas campanhas uma espécie de laboratório, o trágico desfecho do XIº Congresso parece ter servido de sinal verde para que a ofensiva patronal ganhasse a Capital.

Mesmo que a dura luta fratricida tenha enfraquecido as organizações operárias de Buenos Aires durante o longo cozimento da ofensiva patronal sobre a Capital, seja minando qualquer possibilidade de dialogo entre estas, seja acirrando os conflitos entre “representantes e representados”, não se deve deixar de levar em conta o realinhamento do governo Yrigoyen, não apenas abandonando completamente seus vínculos com a FOM, mas também desencadeando um inédito operativo de repressão preventiva. Acreditamos que o fracasso em angariar votos entre os trabalhadores, a incapacidade de sua aliança com alguns sindicatos para domar as mobilizações e, conseqüentemente, a contundente decisão das patronais em resolver a “questão social” dando claros sinais de que estava disposta a criar uma crise de Estado para tanto, finalmente dobraram Yrigoyen em maio e junho de 1921.

Neste sentido, o encarceramento massivo e inédito das lideranças sindicais das mais diversas orientações ideológicas, fossem antigos aliados ou inimigos do presidente, antes mesmo que se iniciasse a greve, deve necessariamente concorrer ombro a ombro com a iniciativa patronal e a desarticulação interna do movimento operário no conjunto de explicações para o fracasso das mobilizações. Ao declarar-se a greve, o número de delegados e militantes presos era quase igual ao de delegados presentes no XIº Congresso.

A prisão massiva e ecumênica das lideranças sindicais dificulta qualquer análise mais concreta sobre o grau de influência que a crise entre “representantes e representados” possa ter tido para o fracasso da greve geral. A fraca mobilização em decorrência dos eventos de Gualeguaychó pode ser um indício dessa crise, porém a onda de repressão que antecedeu a própria declaração de greve não deu chances para que fosse colocada realmente à prova a desmoralização e a perda da capacidade das direções sindicais em mobilizar os trabalhadores de Buenos Aires. Suspeitamos que Elipidio Gonzalves tenha aprendido algo sobre greves e sobre o poder de mobilização dos sindicatos durante esses anos, e assim entendemos não ser possível que a ação policial não tenha tido o intuito de dissuadir e dificultar a ação dos militantes sindicais. Se as prisões tivessem se limitado à ação do dia 30 de maio, poderíamos estar totalmente de acordo com os Socialistas de que estas foram o resultado exclusivo de um desastroso excesso de confiança dos Sindicalistas Revolucionários no governo de Yrigoyen. Porém, as incursões policiais em outras tantas sedes de sindicatos, em domicílios de militantes, em fábricas e oficinas evidenciam algo além. Retomando os comentários do cronista patronal sobre o XIº Congresso, havia chegado o dia em que os “caudilhos brilhavam por sua ausência”. Porém, acreditamos que as prisões tenham tido um alcance maior. É

completamente plausível inferir que as 180 prisões, nos detendo apenas no assalto à sede da FORA IX^a do dia 30 de maio, ultrapassaram e muito o número dos grandes “caudilhos” do sindicalismo, atingindo também aqueles não menos importantes elementos medianos responsáveis pela articulação entre os organismos sindicais e a base dos trabalhadores comuns pouco ou não organizados.

Dito tudo isso, ainda poderíamos nos perguntar: não havia forma de ocorrer outra explosão como a de janeiro de 1919? A repressão, mas também os êxitos da onda de greves, podem nos oferecer algumas respostas. Por mais que os estudiosos e contemporâneos tenham chamado atenção sobre a espontaneidade com que se iniciaram as mobilizações da “Semana Trágica”⁶⁶⁰, devemos recordar que depois do tiroteio na Avenida Alcorta havia pelo menos a convocatória e a ação de diversas organizações e militantes para a construção da greve geral - principalmente da FORA V^o - e que a mobilização, assim como a repressão, foi ganhando corpo conforme os eventos iam se precipitando. Aos fins de maio de 1921, depois do ataque aos *chauffeurs*, já estavam postados nas ruas, e principalmente no porto, a polícia, o exército e os bandos da LPA. A “anarquia de baixo” se deparou com um cenário completamente diferente daquele de 1919.

Era diferente de 1919 também, pois havia o que perder em 1921. A depressão econômica mundial que atingiu em cheio o setor exportador naquele começo de ano não chegou a arranhar o setor industrial. Entre 1919 e 1921, o salário industrial real cresceu cerca de 20%, enquanto o PIB industrial acumulou um crescimento de cerca de 12%. Concomitantemente, o índice de preços ao consumidor regrediu em 22%. Se analisarmos o período entre 1917 e 1921, veremos que de um total de mais de 600 mil trabalhadores envolvidos em greves, cerca de 45% destes obtiveram vitórias. Diante do ataque aberto das forças repressivas e patronais, seria possível inferir certa relutância de parte dos trabalhadores de colocar em risco suas frágeis, porém significativas conquistas.

O fracasso da reação contra a ofensiva patronal também nos sugere questões mais estruturais. Com a falta de apoio dos sindicatos de transportes ligados às atividades agroexportadoras, seja pela repressão, seja pela atitude conciliatória em relação ao governo, a greve não pôde prosperar. O enorme crescimento da organização sindical dos trabalhadores do ramo produtivo, um dos principais frutos da onda de greves, não conseguiu romper a dependência destes do apoio brindado pelos sindicatos ligados ao ramo agroexportador, principalmente da FOM. Ou seja, neutralizada a mobilização do sindicato dos marítimos e

⁶⁶⁰ Ver Capítulo III, item 1.

sem o apoio dos ferroviários, pouca força restava ao restante dos sindicatos para um enfretamento aberto contra as forças do Estado e os grupos de choque patronais. O sucesso de uma greve geral impulsionada pelos trabalhadores do ramo produtivo de Buenos Aires era totalmente dependente da interação destes com os sindicatos do transporte. A fragilidade destas agremiações, a despeito de seu vigoroso crescimento durante a onda de greves, guarda relações com a performance do setor industrial durante a guerra. Apesar do ótimo desempenho de alguns setores e do processo de centralização de capitais que a indústria sofreu durante o conflito mundial, o impulso por esta recebido passou longe de modificar significativamente a estrutura produtiva do país. Apesar do forte choque produzido pela conjuntura externa durante a guerra e da enorme agitação social, a estrutura social de acumulação argentina, em suas linhas gerais, manteve-se intacta. O crescimento da produção industrial durante o conflito foi meramente extensivo e não poderia ter sido diferente se nos recordamos de uma das grandes limitações do processo de industrialização argentino até então: a insignificância do departamento de produção de bens de capital no país.

Ao pensarmos na estabilização dos conflitos industriais na década de 1920 na Argentina, assim como em relação ao acirramento destes ao fim da Primeira Guerra Mundial, veremos que este fenômeno teve também seu correspondente europeu. Geoff Elley, ao analisar a estabilização das economias capitalistas do velho continente no início da década de 1920, afirma que esta foi o resultado de “(...) alinhamentos nacionais variados, que apoiavam resultados autoritários, fascistas e mesmo parlamentares”. Independente da forma que assumiram, se penderam para o autoritarismo e o fascismo – como em diversos países do leste europeu e na Itália – ou para a “constitucionalização” dos movimentos reivindicatórios – como nos países escandinavos e na Inglaterra -, estes alinhamentos se sustentaram em um “(...) acordo político geral, redefinindo as relações entre governo, economia e arenas parlamentares”. Para Elley, “(...) a cooperação institucionalizada entre empregadores e sindicatos mediada pelo Estado, cristalizou-se a partir das crises do pós-guerra” e este “corporativismo” foi essencial para que os movimentos trabalhistas fossem absorvidos pelas estruturas organizacionais das economias nacionais. Ao derrotar em armas a esquerda, ou seja, o “desafio trabalhista” nas fábricas e nas ruas e também as demandas pela socialização dos principais setores da economia, abriu-se o caminho para uma reestruturação produtiva, aprofundando a racionalização da produção por meio da tecnologia, da administração científica da produção e da desqualificação da mão-de-obra, que contribuiu sobremaneira para desarticular o movimento dos trabalhadores e aumentar o controle dos patrões no local de

trabalho⁶⁶¹. A combinação em diferentes graus da repressão, reestruturação produtiva e incorporação do movimento operário à ordem institucional, fosse democrática, liberal ou fascista, foram as armas encontradas para a estabilização da ordem capitalista.

Um mês após a derrota da greve geral, foi publicado no *La Organización Obrera* um texto que ainda expressava certa perplexidade em relação à ofensiva patronal desencadeada na Argentina. Refletindo sobre suas relações com o movimento de estabilização europeu, seu autor, Alcides Athualpa, até concedia alguma razão para a ferocidade da reação capitalista naquele continente, já que “O sistema burguês recebia na Europa uma robusta sacudida que faziam prever uma derrocada imediata (...)”. Porém, em relação à Argentina, a reação patronal não encontrava razão a não ser pelo “sórdido interesse capitalista” de anular a pequena melhora salarial conquistada pelos trabalhadores daquele país. Com razão, Athualpa afirmava: “Nossa burguesia não sofreu nem os desastres do capital europeu, nem cedeu tanto terreno como aquele”⁶⁶². Partindo deste diagnóstico de Athualpa, como teria se operado a estabilização dos conflitos industriais no contexto específico de Buenos Aires?

Em relação à repressão, acreditamos que o duro golpe que as organizações sindicais sofreram em junho de 1921 – debatido anteriormente -, assim como depois de 1910, levou a um inevitável refluxo e desarticulação da militância sindical. Sobre os dois outros aspectos, pretendemos aqui esboçar algumas possíveis interpretações.

Sobre a incorporação do movimento operário à ordem institucional, este movimento, à primeira vista, parece ter claramente naufragado com o “engavetamento” dos projetos de 1919 e 1921. O primeiro fracasso teria sido decorrente da resistência e força dos sindicatos; já o segundo, por sua derrota e desarticulação. A proposta de 1919, além de contar com a normal resistência das patronais em ceder sobre o reconhecimento das organizações operárias⁶⁶³, encontrou o movimento grevista em seu auge e, talvez, a imposição de uma legislação com claras características “bismarkianas” poderia haver incendiado ainda mais os ânimos. Em 1921, as patronais não tinham a quem e nem porque ceder.

Por outro lado, acreditamos que a aproximação de Yrigoyen à *La Confraternidad* e a posterior regulamentação do trabalho ferroviário no governo Alvear, correspondeu em alguma medida a este processo. Devido às características da estrutura social de acumulação argentina, cujo centro dinâmico assentava-se fortemente no setor agroexportador, a orientação adotada

⁶⁶¹ ELLEY, 279-292. Para uma descrição mais completa sobre o processo de “solução tecnológica” dos conflitos trabalhistas, ver SILVER, Beverly J., *Forças do Trabalho: movimentos dos trabalhadores e globalização desde 1870*, São Paulo: Boitempo, 2005, pg. 51 e segs.

⁶⁶² “La ofensiva burguesa”, LOO, 16/07/1921

⁶⁶³ Ver Capítulo II, item 6.

por um dos grandes setores dos trabalhadores ligados a esta atividade – marítimos ou ferroviários – tinha um imenso poder de influenciar a fortuna do restante dos sindicatos. Se a ascensão e queda das organizações operárias durante a onda de greves obedeceram, não apenas à capacidade, mas à determinação política da FOM, articulada ao CF da FORA IX^a, de prestar solidariedade, insuflar e liderar a organização de outros tantos sindicatos, sua inviabilização ou, como afirma Elley, a “constitucionalização” de suas demandas, necessariamente se refletiria no destino dos demais sindicatos. Não era justamente esta a questão colocada ao Ministro Slaberry durante a crise no porto de 1921? Ou se ampliava a oficialização para todos os trabalhadores portuários ou se destruiria a FOM? Não havia o exemplo dos marítimos contribuído em grande medida para a mudança de expectativas do movimento grevista, transformando a luta por melhorias econômicas em uma luta pelo reconhecimento dos sindicatos como organizações legítimas dos trabalhadores?

A paulatina “constitucionalização” dos “isolacionistas”⁶⁶⁴ ferroviários foi a outra face do combate à “unionista” FOM. Yrigoyen e os Radicais, impossibilitados pela ameaça de se desencadear uma crise de Estado, mas ainda sob a necessidade de buscar apoio em outros setores da sociedade para contrabalançar as pressões dos setores das classes dominantes aliadas do poder de Estado desde 1916, se inclinaram à organização dos ferroviários que, como afirmou Baliño em Washington em 1919, “nunca em nenhum momento usou seu poder em detrimento do bem-estar econômico do país” e tampouco pretendeu ultrapassar os marcos meramente corporativos de ação. Em 1924, nas páginas dedicadas ao movimento operário do país publicadas no anuário do diário *La Razon*, louvava-se que naquele momento estavam surgindo no país “novas forças operárias, novos grêmios não alentados pelo sectarismo” e que se preocupavam basicamente em conseguir melhoras para seus associados. O maior exemplo destas “novas forças operárias” era, sem dúvida, os ferroviários, já que “Se a glória desta instituição residisse no número de greves declaradas, seria a menos gloriosa de todas (...) não há dúvida de que é a única entidade operária que logra cumprir o fim para que foi criado”.

Porém, mesmo destacando a importância que os sindicatos ligados aos setores agroexportadores exerciam sobre o restante do movimento operário, a mudança de orientação política dessa liderança promovida pelas novas interações estabelecidas entre o Estado e os ferroviários em detrimento da FOM e da FORA IX^a constitui apenas uma parte da explicação sobre a estabilização do conflito industrial durante a década de 1920. Acreditamos que para

⁶⁶⁴ “Tinham a convicção de que desempenhavam um rol vital na economia do país e de que eram diferentes dos outros trabalhadores. Este sentimento de distinção, de ser uma elite, repercutia nas iniciativas do sindicato e reforçava o sentido de comunidade”, HOROWITZ, Joel, “Los trabajadores ferroviarios en la Argentina (1920-1943). La Formación de una elite obrera”, *Desarrollo Económico*, VI. 25, Nº 99, 1985, pg. 426.

complementar a explicação sobre a generalização de uma postura menos ofensiva por parte do movimento operário, devemos nos ater ao terceiro aspecto da estabilização elencado por Elley, a saber, a reestruturação produtiva.

A industrialização argentina, como já assinalamos, teve como característica um insignificante desenvolvimento em seu departamento de produção de bens de capital. Isto de antemão limitaria, ou impossibilitaria, uma estabilização dos conflitos industriais por meio da reorganização e mecanização dos processos de trabalho. Vimos também como a introdução no país de máquinas, combustíveis e muitos dos materiais acessórios de produção dependiam em grande medida das divisas geradas pela exportação do setor agropecuário.

Assim, o ressurgimento do comércio exterior iniciado em 1922, acompanhado da alta dos preços dos cereais e pela retomada dos investimentos estrangeiros em grande escala no país, impulsionou um novo ciclo de crescimento na Argentina no qual “A indústria se desenvolveu mais rapidamente que outros setores da economia (...)”. Acompanhando a retomada das exportações, ressurgiram a imigração – entre 1919 e 1929 o saldo migratório volta a ser positivo - e os investimentos estrangeiros em grande escala. Em relação aos investimentos, deve-se destacar que estes sofreram uma transformação significativa em sua natureza e origem: “A fonte de capital se desviou de Londres para o mercado de Nova Iorque, não só [*se desviou*] para o investimento direto, mas também para títulos”⁶⁶⁵. As importações de máquinas e equipamentos, principalmente estadunidenses, atingiram seus picos entre 1923 e 1929. Novas fusões, principalmente no setor metalúrgico e papeleiro, e a criação de novas companhias, marcaram este novo ciclo de crescimento, ao mesmo tempo em que os salários reais cresceram cerca 7,5% entre 1918 e 1930 e a produção industrial 4,5%. O consumo de bens duráveis também se incrementou significativamente. A importação de carros, depois de 1922, nunca foi menor que as 30.000 unidades anuais e em 1929 a frota de automóveis no país atingiu a marca 260.000 veículos⁶⁶⁶.

Porém, a grande característica desse boom industrial foi a entrada de empresas estadunidenses de ponta que buscavam “(...) ‘substituir exportações’ pela produção no exterior para poder combinar os desenhos dos processos de produção mais eficientes com reduções no custo de transporte, uma melhor penetração nos mercados externos, a busca de matérias primas mais baratas e um fortalecimento na competição com outras empresas”. Outro estímulo de enorme importância era a busca por “(...) menores salários e maiores

⁶⁶⁵ DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, *Los ciclos económicos argentinos*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973, pg. 189.

⁶⁶⁶ ROCCHI, Fernando, *Chimneys in the desert: Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870-1930*, Stanford, Stanford University Press, 2006, pg. 115-123.

jornadas de trabalho no mais econômico e menos regulado mercado de trabalho local” – uma vitória das patronais argentinas.

Firmaram-se no país cerca de 150 empresas estadunidenses com um capital de mais de 400 milhões de dólares. Entre estas, destacamos as montadoras de carros (Ford Motors Co. em 1922 e General Motors em 1925), as fábricas de máquinas e equipamentos elétricos (Standard Eletric em 1919, General Eletric em 1920, Westinghouse Eletric em 1921), as indústrias de alimentos e bebidas (Corn Products e Coca-Cola em 1928), produtos farmacêuticos e químicos (Park-Davis Co. em 1926 e Colgate-Palmolive em 1927), de equipamentos eletrônicos (RCA Victor em 1931 e Philco em 1931) e petróleo (Standard Oil em 1922 e The Texas Co. em 1930)⁶⁶⁷. A força motriz industrial salta de 16 HP em 1914 por estabelecimento para 50,2 HP em 1935, consolidando a substituição do carvão pelo petróleo, cuja extração no sul do país chegava a um milhão de toneladas em 1929 e supria a metade do consumo nacional⁶⁶⁸. Operou-se ainda uma transformação qualitativa no que diz respeito aos “métodos de produção, com uma profunda revolução técnica e organizativa”⁶⁶⁹, conduzindo a mudanças estruturais na força de trabalho e, mais importante ainda, exigindo uma reformulação das suas formas de organização coletiva.

A reestruturação produtiva operada na década de 1920 com a expansão da indústria pelas mãos da entrada maciça de capitais estadunidenses, ainda que sem modificar os pilares da estrutura social de acumulação daquele país, complementou o fenômeno de estabilização dos conflitos industriais na Argentina após a onda de greves de 1917-1921. É notável como, uma semana após o trágico desfecho da greve de 1921, os editores do *La Organización Obrera* pareciam antever quais seriam os seus próximos passos: “(...) vitórias que coroam um ciclo de energias, que logo limitam um novo período ao qual, para se entrar são necessárias novas forças, outros planos e uma reorganização inteligente correspondente às necessidades da etapa que deve ser empreendida”⁶⁷⁰.

⁶⁶⁷ RAPPORT, Mario, *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*, Buenos Aires: Emecé editorial, pp. 173-175

⁶⁶⁸ PALACIO, Juan Manuel, “La antesala del peor: la economía argentina entre 1914-1930” in *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*, Tomo VI, org. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000., pg. 135.

⁶⁶⁹ RAPPORT, op. Cit., pg. 176.

⁶⁷⁰ “Hay que superarse”, *LOO*, 11/06/1921.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Jeremy. State and Labour in Argentina: The Portworkers of Buenos Aires, 1910-21. *Journal of Latin American Studies*, v. 25, n°. 1, fev. 1993, pp. 73-102.
- ANSALDI, Waldo. La trunca transición del régimen oligárquico al régimen democrático. In: FALCÓN, Ricardo. (org.) *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- ANSALDI, Waldo. Notas sobre la formación de la burguesía argentina, 1780-1880. In: FLORESCANO, Enrique. (coord.) *Orígenes y desarrollo de la burguesía en América Latina, 1700-1955*. México; Caracas; Buenos Aires: Editorial Nueva Imagen, 1985.
- BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano – La expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003.
- BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. *Historia del agro argentino: Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*, Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2001.
- BELKIN, Alejandro. *Sobre los orígenes del sindicalismo revolucionario en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones CCC, 2006.
- BILSKY, Edgardo. Esbozo de la historia del movimiento obrero argentino: desde sus orígenes hasta el advenimiento del peronismo. *Cuadernos Simón Rodríguez*, n° 3, Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez-Editorial Biblos, 1995.
- BILSKY, Edgardo. *La F.O.R.A y el movimiento obrero (1900-1910)*. Tomo I e II. Buenos Aires: CEAL, 1985.
- BILSKY, Edgardo. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: CEAL, 1984.
- BOLL, Friedhelm. Economic cycles and labor conflicts in germany during the first quarter of the twentieth century. In: HAIMSON, Leopold H.; TILLY, Charles. (org.) *Strike, wars and revolution in an international perspective: Strikewaves in the late nineteenth and early twentieth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- BOTANA, Natalio R. *El orden conservador – La política argentina entre 1880-1916*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1977.
- BUNGE, Alejandro; FERRARI, Ludovico A.; VALLE, Juan Carlos. Costo de la vida en la Argentina de 1910 a 1919. *Revista de Economía Argentina*. Tomo IV. fev. 1920, pp. 253-260.
- BUNGE, Alejandro. *Los problemas económicos del presente*. Buenos Aires: s.e., 1920.
- CAMARERO, Hernán; HERRERA, Carlos Miguel. El Partido Socialista en Argentina: nudos históricos y perspectivas historiográficas. In: CAMARERO, Hernán; HERRERA, Carlos Miguel. *El Partido Socialista en Argentina: sociedad, política e ideas a través de um siglo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera: los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina: 1920-1935*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.
- CANTON, Dario; CIRIA, Alberto; MORENO, José Luis. *La democracia constitucional y su crisis*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1980.
- CANTON, Dario; JORRAT, Jorge Raúl. Radicalismo, Socialismo y Terceras Fuerzas: 1919-1930”. In: CANTON, Dario. *Elecciones en la Ciudad, 1892-2001*. Tomo II (1912-1973). Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 2001.

CARBALIN, Enrique; GIORDANO, Juan B. *Antecedentes históricos: reflexiones que coinciden con el momento actual*. Buenos Aires: Tribuna Proletária, 1921.

CARUSO, Laura G. La huelga general marítima del Puerto de Buenos Aires, diciembre de 1916. *Revista de Estudios Marítimos y Sociales*. Año 1, nº 1, Mar del Plata, Noviembre de 2008.

CARUSO, Laura G. *Los trabajadores marítimos del Puerto de Buenos Aires: condiciones laborales, organización sindical y cultura política, 1890-1920*, Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

CRONIN, James E. *Industrial Conflict in Modern Britain*. Londres: Croom Helm Ltd., 1979.

CORTES CONDE, Roberto. Problemas del crecimiento industrial argentino (1870-1914), *Desarrollo Económico*, v. 3, nº 1/2, abr/set. 1963.

CÚNEO, Dardo. *Comportamiento y crisis de la clase empresaria*, vol. 1, Buenos Aires, CEAL, 1984 [1961].

DARKENWALD, Gordon Gerald; JONES, Clarence Fielden. *Geografía Económica*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1971.

DE LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo: Caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

DEL MAZO, Gabriel. *La primera presidencia de Yrigoyen*. Buenos Aires: CEAL, 1986.

DI TELLA, Guido; ZYMELMAN, Manuel. *Los ciclos económicos argentinos*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

DIAZ ALEJANDRO, Carlos. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

DORFMAN, Adolfo. *Historia de la industria argentina*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986 [1942].

DOESWIJK, Andreas L. *Entre camaleões e cristalizados: os anarco-bolcheviques Rioplatenses*, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DREIFUS, René Armand. *A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FALCÓN, Ricardo. La relación Estado-sindicatos en la política laboral del primer Gobierno de Hipólito Yrigoyen. *Estudio Sociales - Revista Universitaria Semestral*, Año VI, Nº10, Santa Fé, Argentina, 1º Semestre de 1996.

FALCÓN, Ricardo. Políticas laborales y relación Estado-sindicatos en el gobierno de Hipólito Yrigoyen (1916-1922). In: *La cuestión social en Argentina: 1870-1943*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000.

FALCÓN, Ricardo. *El mundo del trabajo urbano (1890-1914)*. Buenos Aires, CEAL, 1986.

FALCÓN, Ricardo; MONSERRAT, Alejandra. Estado, empresas, trabajadores y sindicatos. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva Historia Argentina: Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

FEIS, Hebert. The Industrial Situation in Great Britain: From the Armistice to the Beginning of 1921. *The American Economic Review*, v. 11, n° 2, jun. 1921.

FERRER, Aldo. *La economía argentina: Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963.

FERRERES, Orlando J. (org.) *Dos siglos de economía argentina*, Buenos Aires: El Ateneo, 2010.

FIORITO, Susana. *Las Huelgas de Santa Cruz, 1921-1922*. Buenos Aires: CEAL, 1985.

FRADKIN, Raúl O. Caminos abiertos en la pampa. Dos décadas de renovación de la historia rural rio-platense desde mediados del siglo XVIII a mediados del XIX. In: GELMAN, Jorge. (coord.) *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

FRANZOSI, Roberto. *The puzzle of strikes: class and state strategies in post war Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GÁLVEZ, Manuel. *Vida de Hipólito Yrigoyen – Hombre del misterio*. Buenos Aires: Pié de Imprenta, 1939.

GERCHUNOFF, Pablo; ROCCHI, Fernando; ROSSI, Gastón. *Desorden y Progreso: Las crisis económicas argentinas, 1870-1905*. Buenos Aires: Edhasa, 2008.

GODIO, Julio. *El movimiento obrero argentino (1910-1930): Socialismo, sindicalismo y comunismo*. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1988.

GODIO, Julio. *La Semana Tragica de enero de 1919*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985 [1972].

GOLDEBERG, Heidi. *Railroad Unionization in Argentina, 1912-1929: The limitations of working classes alliance*, Ph.D., Yale University, 1979.

GUTIÉRREZ, Leandro H.; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

GUTIÉRREZ, Leandro H; ROMERO, Luis Alberto. Los sectores populares y el movimiento obrero en Argentina: un estado de la cuestión, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y America Dr. Emilio Ravignani*, 3ª série, 1991.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. Estudio preliminar: Yrigoyen, escándalo y enigma. In: *Vida y muerte de la república verdadeira*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Revolución y guerra: la formación de una elite dirigente en la argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1972.

HOBBSBAWM, Eric. Economic fluctuations and some social movements since 1800. *The Economic History Review*, New Series, v. 5, n° 1, 1952.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudios de las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

HORA, Roy. *Los terratenientes de la pampa Argentina. Una historia social y política, 1860-1945*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora, 2005.

HOROWITZ, Joel. Argentina's Failed General Strike of 1921: A Critical Moment in the Radicals' Relations with Unions, *The Hispanic American Historical Review*, v. 75, n°. 1. fev. 1995, pp. 57-79.

HORWITZ, Joel. El movimiento obrero. In: CATTARUZZA, Alejandro. (org.) *Nueva Historia Argentina: Crisis económica, avance del Estado e incertidumbre política*. Tomo VII. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

IÑIGO CARRERA, Héctor J. *La experiencia radical*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1980.

KOTZ, David M. Interpreting the social structure of accumulation theory. In: KOTZ, David; TERRENCE, McDonoughm; REICH, Michael. (org.) *Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LAZÁRO, Alicia Gil; MIRA, Guillermo. Minería, comercio e moneda en un período de transición. Potosí, la crisis colonial y las bases del crecimiento económico del Río de la Plata después de la Independencia. In: IRIGOIN, Maria Alejandra; SCHMIT, Roberto. (org.) *La desintegración de la economía colonial: Comercio y moneda en el interior del espacio colonial (1800-1860)*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

LETTIERI, Alberto R. *La República de la opinión: políticas y opinión pública en Buenos Aires entre 1852 y 1862*. Buenos Aires: Biblos, 1999.

LIEBKNECHT, Karl. *Cartas del frente y de la prisión, 1916-1918*. Buenos Aires: Editorial Calomino, 1946.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LUNA, Félix. *Yrigoyen*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985 [1954].

MACLEOD, Murdo J. A Espanha e a América: o comércio atlântico, 1492-1720. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial, vol. 1*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MALENBAUM, Wilfred. *The World wheat economy, 1885-1939*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953.

MANULI, Martin. Hacia la unidad de la clase obrera: el entendimiento anarquista-sindicalista revolucionario (Argentina, 1910-1915). In: *XIII Jornadas Interescuelas - Historia de la Izquierda en la Argentina: política, sociedad e ideas (1880-1960)*, Catamarca, ago. 2011, mimeogr.

MARCHESE, Silvia M. Estrategias de las organizaciones empresariales para su participación en política. In: FALCÓN, R. (org.) *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000

MAROTTA, Sebastian. *El movimiento sindical argentino, su genesis y desarrollo (1907-1920)*. Tomo I-III. Buenos Aires: s.e., 1961.

MAZUCHELLI, Frederico. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas. SP: FACAMP, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORSE, Richard M. O desenvolvimento urbano da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial, vol. 2*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

- NEGRI, Antonio. John Maynard Keynes y la teoría del Estado en 1929. In: OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino*, Buenos Aires, Emecé Editores, 2009.
- PALACIO, Juan Manuel. La antesala del peor: la economía argentina entre 1914-1930. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva Historia Argentina: democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.
- PANETTIERI, José. *Los trabajadores*. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1967.
- PANETTIERI, José. *Síntesis histórica del desarrollo industrial argentino*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1969.
- PANETTIERI, José. *Devaluaciones de la moneda (1822-1935)*. Buenos Aires: CEAL, 1983.
- PANETTIERI, José. *Las primeras leyes obreras*. Buenos Aires: CEAL, 1984.
- PANETTIERI, José. *Argentina: Historia de un país periférico, 1860-1914*. Buenos Aires: CEAL, 1986.
- PASSALACQUA, Eduardo H. Noticia Preliminar sobre el Pensamiento Yrigoyenista. In: COMITÉ NACIONAL DE LA UNIÓN CÍVICA RADICAL. (dir.) *Yrigoyen: Su pensamiento escrito*. Buenos Aires: Pequéñ Ediciones, 1984.
- PEÑA, Milcíades. *Masas, caudillos y elites: La dependencia argentina de Yrigoyen a Perón*. Buenos Aires: Editores Fichas, 1971.
- PEÑA, Milcíades. *De Mitre a Roca: la consolidación de la oligarquía anglocriolla*. Buenos Aires, Ediciones Fichas, 1973.
- PEÑA, Milcíades. *El paraíso terrateniente: federales y unitarios forjan la civilización del cuero (1810-1850)*. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.
- PERSELLO, Ana Virginia. *Historia del Radicalismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- PERSONS, Warren M. The crisis of 1920 in the United States: A quantitative Survey, *The American Economic Review*, v. 12, nº 1, mar. 1922.
- PREBISCH, Raúl. *Anotaciones sobre la crisis ganadera*. Buenos Aires: s.e., 1923.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *Yrigoyenismo*. Buenos Aires: Corregidor, 1974.
- RAPALO, María Ester. De la Asociación del Trabajo a la revista *Criterio*: encuentros entre propietarios e ideólogos, 1919-1929. In: V.V.A.A. *La derecha argentina: nacionalistas, neoliberales, militares y clericales*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.
- RAPALO, María Ester. *Patrones y obreros: La ofensiva de la clase propietaria, 1918-1930*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- RAPPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*. Buenos Aires: Emecé editorial, 2010.
- ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período de 1880-1916. In: ANSALDI, W. (org.) *Argentina. La construcción de un país*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- ROCCHI, Fernando. *Chimneys in the desert: Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870-1930*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- ROCK, David. *El Radicalismo argentino, 1890-1930*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2010 [1977].

- ROMERO, Luis Alberto. El surgimento y la llegada al poder. In: V.V.A.A. *El Radicalismo*. Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1974.
- ROSTOW, Walt W. *The world economy: history & prospect*. Austin: University of Texas Press, 1978.
- SABATO, Hilda. *La política en las calles: entre el voto y la movilización (Buenos Aires, 1862-1880)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- SANTILLÁN, Diego Abad. *La F.O.R.A.: ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 [1933].
- SASOON, Donald. *Cien años de Socialismo*. Barcelona: Edhasa, 2001.
- SCHVARZER, Jorge. *Empresarios del pasado: la Unión Industrial Argentina*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1991.
- SILVEIRA, Maria Laura, *Um país, uma região: fim de século e modernidade na Argentina*, São Paulo: FAPESP; LABOPLAN, 1999.
- SILVER, Beverly J. *Forças do Trabalho: movimentos dos trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SOLOMONOFF, Jorge N. *Ideologías del movimiento obrero y conflicto social. De la organización Nacional hasta la Primera Guerra Mundial*. Buenos Aires, Editorial Proyección, 1971.
- SURIANO, Juan. Introducción: una aproximación de la cuestión social en Argentina. In: SURIANO, Juan. *La cuestión social en Argentina: 1870-1943*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000.
- SURIANO, Juan. La crisis de 1890 y su impacto en el mundo del trabajo. *Entrepasados. Revista de Historia*, nº 24/25, Buenos Aires, 2003, 101-124.
- SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890-1910*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2008.
- SURIANO, Juan. *Auge y caída del anarquismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.
- TAWNEY, R. H. The Abolition of Economic Controls, 1918-1921. *The Economic History Review*, v. 13, nº 1/2, 1943.
- TILLY, Charles. The effects of short-term variation - Introduction. In: HAIMSON, Leopold H.; TILLY, Charles. (org.) *Strike, wars and revolution in an international perspective: Strikewaves in the late nineteenth and early twentieth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 443-444.
- THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVII. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa – A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THORP, Willard L. Postwar Depressions, *The American Economic Review*, v. 30, nº 5, fev. 1941.
- V.V.A.A. *El “sindicalismo revolucionario” (1905-1945)*. Selección de textos Hugo del Campo. Buenos Aires: CEAL, 1985.

WALTER, Richard J. Election in the City of Buenos Aires during the First Yrigoyen Administration: Social Class and Political Preferences. *The Hispanic American Historical Review*, v. 58, n° 4, nov. 1978

WEINMANN, Ricardo, *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*, Buenos Aires: Biblos, 1994.

Documentos

Anuario del Instituto de Conferencias Populares

Anuario Estadístico de la Ciudad de Buenos Aires, 1915-1923

Anuario Estadístico de la República Argentina, 1913-1923

Anuario Estadístico del Departamento Nacional del Trabajo: Año 1914

Boletín Confederación Argentina del Comercio, de la Industria y de la Producción

Boletín de la Unión Industrial Argentina

Boletín de Servicios de la Asociación del Trabajo.

Boletín del Departamento Nacional del Trabajo

BREWSTER SMITH, L.; COLLINGS, Harry T. The Economic position of Argentina during the war. *Economic studies of countries during the war*, N° 88, Washington: Government Printing Office, 1920.

CANTON, Dario. *Materiales para el estudio de la sociología política en la Argentina*, Tomo II, Buenos Aires: Editorial del Instituto Torcuato Di Tella, s/d.

CHALKLEY, H. O. Report on the financial and economic conditions of the Argentine Republic, Department of Overseas Trade, 1919-1921.

Código de Comercio de la República Argentina. Livro II. Buenos Aires: Félix Lajodanb Editor, 1896.

Cronica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo

Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina

Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la "nueva izquierda" (1870-1976). Dir. Horacio Tarcus. Buenos Aires: Emecé, 2007

Estadísticas de las huelgas, Buenos Aires: DNT, 1940

International Socialism and World Peace: resolutions of the Berne Conference, February, 1919, The Independent Labour Party, I.L.P. Pamphlets, New Series n° 1, 1919

La Época

La Internacional

La Nación

La Organización Obrera

La Prensa

La Vanguardia

Nociones útiles sobre la República Argentina, Ministerio de la Agricultura, Dirección General del Comercio, Buenos Aires, 1921

Proyecto de Historia Oral del Instituto Torcuato Di Tella

Revista de Economía Argentina, Tomo I-IV, 1918-1921.

Tercer Censo Nacional levantado el 1º de junio de 1914. Tomo II. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia, 1916.

ANEXO

ANO	Nº de Grevistas	Nº de Greves	Jornadas perdidas	Resultado			Resultados/Operários		
				Favorável	Parcial	Negativo	Favorável	Parcial	Negativo
1907	169.017	231	911.636	39	31	161	4.366	1.178	163.473
1908	11.561	118	77.728	18	12	88	1.945	70	9.546
1909	4.762	138	45.514	36	5	97	527	522	3.713
1910*	18.806	298	357.996	185	47	66	13.499	1.912	3.395
1911	27.992	102	1.431.457	7	3	92	4.216	3.242	20.534
1912	8.922	99	88.613	25	6	68	1.627	663	6.702
1913	23.698	95	147.651	18	15	62	775	3.769	19.154
1914	14.137	64	83.044	18	4	42	6.277	5.644	2.216
1915	12.077	65	49.183	17	6	42	1.605	990	9.482
1916	24.321	80	243.878	19	15	46	9.600	11.830	2.891
1917	136.062	138	2.100.269	26	38	74	22.924	76.472	36.666
1918	133.042	196	2.191.773	71	42	83	23.978	27.002	82.062
1919	308.967	367	3.262.705	145	75	147	31.064	39.026	88.877*
1920	134.015	206	3.693.782	66	37	103	17.867	20.143	96.005
1921	139.751	86	976.270	12	5	69	21.345	1.934	116.472
1922	4.737	116	150.894	17	5	94	1.157	140	3.440
1923	19.190	93	895.842	11	9	73	922	73	13.162
1924	275.978	71	1.268.318	5	3	63	251	63	272.495
1925	13.962	86	125.367	17	3	66	4.194	66	9.708
1926	15.405	62	287.379	13	0	49	12.913	49	2.492
1927	36.888	56	352.963	11	2	45	9.143	45	17.093

* 150.000 simplesmente voltaram ao trabalho ou não.

Fonte: Fonte: *Cronica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo*, Setembro de 1928, pp. 2505-2510;

DELEGADOS DA CAPITAL FEDERAL E SEUS RESPECTIVOS SINDICATOS, IXº CONGRESSO DA FORA, 1915

Sindicato	Ramo de produção	Nº Delegados	Delegados
Fideeros	Alimentos	2	M. Gamíndez, A. Patrone
Albañiles	Construção	2	José Santeri, M. Coromina
Escultores, Moldeadores y anexos	Construção	2	Dante Severo, Joaquín Sin
Mosaístas	Construção	2	Bartolomé Chiappe, B. Campesinos
Obreros Marmolistas	Construção	2	Antonio Dileo, Eligio Carli
Pintores Unidos	Construção	2	Remo Cotti, Juan Giribaldi
Herreros de obras y anexos	Construção	2	Jesús Menendez, Daniel Alvarado
Ebanistas, similares y anexos	Madeira	1	Juan Cuomo
Escultores em Madera	Madeira	2	Luis A. Tortorelli, Juan Perazzo
Sociedad Obreros Carpinteros	Madeira	2	Miguel Solano, Juan Mourlas
Federación de Trabajadores em Madera	Madeira	1	Emilio Huertas
Federación de Fundidores e modelistas	Metalurgica		
Mecánicos y Anexos	Metalurgica	2	Félix Brunetti, Antonio Dutto
Cámara Sindical de Cocineros y Pasteleros	Outras	1	Pedro Pez

Electricistas y Anexos	Outras	2	J. Cardozo, J.P. Debenedetti
Escoberos	Outras	2	Félix Ruiz, Jaime Alfonso
Obreros Tabaqueros	Outras	1	Mariano Castro
Unión Tapiceros	Outras		
Federación de las Artes Gráficas	Papel e Imprensa	2	Emilio Basterrica, Senra Pacheco
Caldereros y Anexos	Transporte	2	Atilio Biondi, Manuel Montoya
Foguistas Maritimos Unidos	Transporte	2	Simón Laroche, Francisco J. García
Conductores de Carros	Transporte	2	Alberto Nuñez, Camilo Rodríguez
Unión Chauffeurs	Transporte	2	J.M. Berquíz, José Maqueira
Marineros	Transporte	2	Eduardo Pereira, Adolfo García
Federación Obrera Ferrocarrilera Bs.As.	Transporte	1	Candido Villaró
Federación Obrera Ferrocarrilera	Transporte	3	Francisco Rosanova, Luis Matagliati, Eladio Neves
Maquinistas del Calzado	Vestido		
Sociedad Cosmopolita de cortadores de Calzado	Vestido	2	Vicente Ruffo, Pedro López
Zapateros	Vestido	2	Juan Villaruel, Leonardo Grandiloni
Unión General de Picapedreros	Vidro, gesso e terra	1	E. Muñoz
Federación Obrera Local Bonaerense		1	Francisco J. García

DELEGADOS DA CAPITAL FEDERAL E SEUS RESPECTIVOS SINDICATOS, Xº CONGRESSO DA FORA, 1918.

Sindicato	Ramo de produção	Nº Delegados	Delegados
Fideeros	Alimentos	2	M. Gamíndez, A. Patrone
Albañiles	Construção	2	José Santeri, M. Coromina
Escultores, Moldeadores y anexos	Construção	2	Dante Severo, Joaquín Sin
Mosaístas	Construção	2	Bartolomé Chiappe, B. Campesinos
Obreros Marmolistas	Construção	2	Antonio Dileo, Eligio Carli
Pintores Unidos	Construção	2	Remo Cotti, Juan Giribaldi
Herreros de obras y anexos	Construção	2	Jesús Menendez, Daniel Alvarado
Ebanistas, similares y anexos	Madeira	1	Juan Cuomo
Escultores em Madera	Madeira	2	Luis A. Tortorelli, Juan Perazzo
Sociedad Obreros Carpinteros	Madeira	2	Miguel Solano, Juan Mourlas
Federación de Trabajadores em Madera	Madeira	1	Emilio Huertas
Federación de Fundidores e modelistas	Metalurgica		
Mecánicos y Anexos	Metalurgica	2	Félix Brunetti, Antonio Dutto
Cámara Sindical de Cocineros y Pasteleros	Outras	1	Pedro Pez
Electricistas y Anexos	Outras	2	J. Cardozo, J.P. Debenedetti
Escoberos	Outras	2	Félix Ruiz, Jaime Alfonso
Obreros Tabaqueros	Outras	1	Mariano Castro
Unión Tapiceros	Outras		
Federación de las Artes Gráficas	Papel e Imprensa	2	Emilio Basterrica, Senra Pacheco
Caldereros y Anexos	Transporte	2	Atilio Biondi, Manuel Montoya
Foguistas Maritimos Unidos	Transporte	2	Simón Laroche, Francisco J. García
Conductores de Carros	Transporte	2	Alberto Nuñez, Camilo Rodríguez
Unión Chauffeurs	Transporte	2	J.M. Berquiz, José Maqueira
Marineros	Transporte	2	Eduardo Pereira, Adolfo García
Federación Obrera Ferrocarrilera Bs.As.	Transporte	1	Candido Villaró
Federación Obrera Ferrocarrilera	Transporte	3	Francisco Rosanova, Luis Matagliati, Eladio Neves

Maquinistas del Calzado	Vestido		
Sociedad Cosmopolita de cortadores de Calzado	Vestido	2	Vicente Ruffo, Pedro López
Zapateros	Vestido	2	Juan Villaruel, Leonardo Grandiloni
Unión General de Picapedreros	Vidro, gesso e terra	1	E. Muñoz
Federación Obrera Local Bonaerense		1	Francisco J. García

DELEGADOS DA CAPITAL FEDERAL E SEUS RESPECTIVOS SINDICATOS, XIº CONGRESSO DA FORA, 1921.

Sindicato	Ramo de produção	Nº Delegados	Delegados
Sociedad de Faenadores de cerdos	Alimentos	1	Pedro Robetto
Unión Profesionales de Molinos	Alimentos	1	Manuel Gens
Federación Obrera Molinera	Alimentos	2	Manuel Alvarez Nieto, José García
Sindicato de Pintores Letristas	Construção	1	Valentín Martin
Sociedad de Obreros Curtidores	Couro	1	Jesus Dias
Sindicato de Obreros Ebanistas	Madeira	3	J. Cuomo, M. Plazas, J.J. Perez
Sociedad Escultores em Madera	Madeira	1	Luis Fernandez
Sociedad Torneros de Madera	Madeira	1	L. Paniga
<u>Sociedad Obreros Toneleros</u>	<u>Madeira</u>	<u>1</u>	<u>Marceliano Gómez</u>
Federación de Obreros Metalúrgicos	Metalúrgica	2	M. Olivetta, R. Greco
Sociedad de obreros bronceiros	Metalúrgica	2	J.A. Rubio, R. Saltarelli
Sociedad de Obreros Municipales	Outra	3	Pérez Leirós, José Marotta, Juan M. Otero
Sociedad de Obreros Taqueros	Outras	1	Eugenio Calvo
Sociedad General de Obreros em Tabaco	Outras	2	Miguel Gratacos, Manuel Pastorino
Federación Gráfica Bonaerense	Papel e Imprensa	3	Juan Greco, Miguel Briuolo e Guillermo Rúgilo
Sindicato Ferroviario Tráfico (Sud)	Transporte	2	M. Buyan, M. Durán
Sindicato Ferroviario Talleres (Cia. General)	Transporte	1	José Caruso
Sindicato Ferroviario Tráfico (Cia. General)	Transporte	1	R. Bauleo

Sindicato Ferroviario Tráfico (Oeste)	Transporte	1	José Morales
Sindicato Ferroviario Talleres (Sud)	Transporte	1	Juan J. Silva
Sociedad de Obreros del Puerto Nuevo	Transporte	1	José Mendez
<u>Sindicato Ferroviario de Liniers (Oeste)</u>	<u>Transporte</u>	<u>1</u>	<u>Ernesto Xarrier</u>
Sindicato Ferroviario Talleres (Caballito)	Transporte	1	José Morales
Federación Postal Telegráfica S. Telegrafistas	Transporte	1	B.E. Ferreri
Federación Postal Telegráfica S. Uniformados	Transporte	1	Ricardo Cotos
Federación Postal Telegráfica S. Postales	Transporte	1	Graciano Rea
Sindicato Ferroviario Tráfico (Mataderos Oeste)	Transporte	1	Juan Bautista Ginefra
Sindicato Ferroviario Tráfico (Puerto)	Transporte	1	Constantino Medina
Sociedad de Obreros Sastres y Anexos	Vestido	2	Luis Lásaro, Mauricio Feldman
Sociedad Lustradores de calzado	Vestido	1	José Díaz
Obreros Esquilladores	Vestido	1	Egidio Giacumbo

Fonte: SANTILLAN, Diego Abad, *La F.O.R.A.: ideología y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933); NIKLISON, José Elías, “Las organizaciones Obreras de Buenos Aires”, in *BNDT*, N°41, 1919; *La Organización Obrera*, 04/01/1919 e 12/02/1921.